



Programa de
Pós-Graduação em
Linguística

**O *PARADOXO* A PARTIR DA TEORIA DOS BLOCOS
SEMÂNTICOS: LÍNGUA, DICIONÁRIO E HISTÓRIA**

JULIO CESAR MACHADO

**SÃO CARLOS-SP
2015**



Universidade Federal de São Carlos

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

**O *PARADOXO* A PARTIR DA TEORIA DOS BLOCOS SEMÂNTICOS:
LÍNGUA, DICIONÁRIO E HISTÓRIA**

JULIO CESAR MACHADO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Doutor em Linguística.

Orientadora: Dra. Soeli Schreiber da Silva

Linha de Pesquisa: Linguagem e Discurso

São Carlos – São Paulo – Brasil

2015

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

M149pp

Machado, Julio Cesar.

O paradoxo a partir da teoria dos blocos semânticos:
língua, dicionário e história / Julio Cesar Machado -- São
Carlos : UFSCar, 2015.
373 f.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos,
2015.

1. Semântica. 2. Semântica argumentativa. 3. Paradoxo.
4. Dicionários. 5. História. I. Título.

CDD: 401.43 (20^a)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Linguística

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado do candidato Julio Cesar Machado, realizada em 20/03/2015:



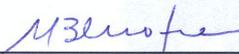
Profa. Dra. Soeli Maria Schreiber da Silva
UFSCar



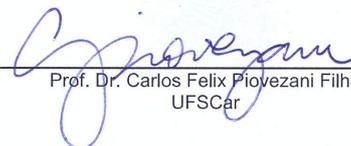
Profa. Dra. Mônica Graciela Zoppi Fontana
UNICAMP



Prof. Dr. Leci Borges Barbisan
PUC-RS



Profa. Dra. Marília Blundi Onofre
UFSCar



Prof. Dr. Carlos Felix Piovezani Filho
UFSCar

*Para duas mulheres fundamentais na minha vida,
Livian Machado e Nossa Senhora das Graças,
e para os meus pais, Dorival e Divina!*

Reconhecimento

Tentarei significar aqui, partindo de uma enumeração insuficiente, minha gratidão àqueles locutores que enunciaram partes do discurso nada linear da minha vida, dando-lhe um sentido todo peculiar, que me constitui um sujeito especial, pela profundidade das suas vozes.

A todos aqueles que vou esquecer-me de mencionar, locutores na excelência em produzir sentidos-primários, através da sutileza de suas atitudes secundárias. Vocês mereciam ser alvos de um livro que os tirassem de seus esconderijos. O que seria de mim sem vocês...

À minha argumentação interna mais profunda e preciosa, Deus e Nossa Senhora, que já-em-mim significam *o-melhor-de-toda-a-vida*, e por isso me ressignificando no interior dos mais diversos discursos que me aventuro a participar, sempre preservando e expressando ali minha identidade estrutural cristã.

À Livian, a significação da *alegria, minha-eterna-escola*, pela maestria em expressar, em qualquer enunciado que diga, a argumentação estrutural do *eu-te-amo*, não importa a natureza do discurso em voga. Não consigo imaginar uma vida sem você. Não significaria *eu*. Não significaria *vida*.

Ao texto polifônico da minha família-escola, que traz significados que só eu conheço, e por isso todos os outros devem morrer de inveja. Papai, a pessoa *mais-humilde-da-face-da-terra*. Que me ensina que a linguagem mais significativa de todas é o *silêncio-que-diz-tudo*, por mostrar que a tempestuosidade impositiva de certos enunciados rudes só é desarmada por sutis significações e sentidos que só o silêncio produz e desmantela. À mamãe, por insistir a vida inteira na significação de que *família-é-tudo*. E pelo sentidos de *cuidar-tão-bem-de-mim*. Ao Julio Henrique e sua esposa Livia, pelos significados de *companheirismo*, especialmente pelo apoio nos momentos difíceis na França. Ao Junior, Marcia, Giovanni e Tiago, pela significação da *presença familiar*. Aos demais tios, primos, e outros locutores que de alguma forma expressam este valor precioso de *família*.

À Marion Carel, por aceitar-me prontamente na França, pelo carinho que teve comigo, pelas risadas, e pelas muitas horas de debates teóricos, que me tornaram, de fato, outro pesquisador. Obrigado por me explicar individualmente sua teoria com tanta didática e paciência, sou grato por significar-me a *Semântica* de modo tão humano, e com tanto respeito para comigo. Ao Oswald Ducrot, por me receber em sua casa, por me servir vinho, por dividir raros momentos, por me ensinar que *gênios-podem-ser-humildes*. Espero que ele se lembre das últimas palavras que disse a ele, em sua casa, diante da porta: “vous devez retourner au

Brésil!” E como não ser grato ao prof. Eduardo Guimarães, primeiro professor a me apresentar Ducrot, com tamanha reverência, e chamando atenção para a sua genialidade.

À CAPES, na pessoa da Sra. Marilene Maria Augusto Vieira, Coordenadora Geral, e da Sra. Maria Elzanir Montenegro Pinheiro, minha Técnica, por financiar minha pesquisa na França, pela confiança no meu trabalho, e por me declararem documentalmente como “*profissional altamente qualificado e produtivo*”. Obrigado!

Às minhas famílias institucionais, Centro Educacional Alda Polastre – CESEC, PPGL da Universidade Federal de São Carlos, e Universidade do Estado de Minas Gerais, sobremaneira na pessoa de meus locutores-chefes; Sergio Cabral, que mais que ninguém produz sentidos de *humanidade* neste mundo desumano; Anderson Jacob, pelos sentidos de *competência* que reformularam e fizeram história nos cursos que coordenou; e Carlos Piovezani, por todo *respeito* ao meu trabalho neste tempo todo de doutoramento. Também sou grato ao secretário do PPGL-UFSCar, Junior Aparecido Assandre, sem o qual eu não defenderia.

Neste contexto, amplio meus agradecimentos aos meus professores franceses: Alice Burrow, Margot Salsman, Dominique Maingueneau, Sophie Fisher, Marie-Anne Paveau, Simon Bouquet, e Jaqueline Althier-Revuz, principalmente.

A alguns locutores de um discurso caótico, chamado “la vie en France”. Ah, se não fossem eles... Não estaria aqui. Dois nomes, duas palavras plenas contextuais: Samuel e Carlos Turati. Quantos significados... cuidadores, irmãos, conselheiros, acalmadores, companheiros, palhaços, amigos do dia e da madrugada, enxugadores de lágrimas... Na falta de uma palavra suficiente, só posso interpretá-los com a palavra *gratidão*. À família internacional que foi se produzindo por ocasião de muitos discursos, tensos e hilários, fortes e banais, enervados e inúteis, loucos e sadios, acadêmicos e cotidianos: Guillaume, pour le sens de l'*amitié*, avec ou sans des bières; Renata Belo, pelo sentido de *companhia* nas horas de extrema dor e tristeza, nos momentos de alegria e viagens, e nos filosóficos. Ahd Fatih, pour m'enseigner la vertu du travail, et pour signifier la *docilité* pour moi. Paty Obreque, pour me faire savoir que peu importe ce que, peu importe où, j'ai *une-bonne-amie-pour-tout-la-vie*. Merci pour tout que nous avons signifié dans le mot *café*. Eleni Brokou, pour me faire rire toujours, et pour tous les dialogues. Elis, pelas boas ridadas e pelos bons momentos do “quintième”. Abdo, pour les premiers moments, et pour la compagnie. Mariette, pour tolérer une personne ennuyeuse. Leah, une grande personne que j'ai connu un peu en retard, mais suffisent pour partager des petits moments spéciaux, merci pour la *musique et tout*

l'apprentissage. Ao Daniel, meu brother, pelos sentidos, psicológicos ou não, expressados na palavra *bière*. Ao Michel, por todos os sentidos da *dança*, e por me inspirar a dançar como o Michel Jackson. Ao Sandro e à Mary, por significar a *cozinha* de modo tão aconchegante e brasileiro. À Carol e ao Arthur, o meu casal europeu favorito, pelos sentidos de *cuidar-de-mim*. Amaral e Alexandre Diou, por todos os cafés da manhã filosóficos, e discussões nerds. À Carolina Diouza, que nem precisamos mandar catar coquinhos, porque ela já o faz, obrigado pela *boa companhia*, essencial, por me matar de rir e por *estressar-o-Julio* com seu papinho comunista. À Sheila, por me significar a *maturidade em meio ao caótico*. À Ivanete, por este jeito *alegre* de viver que só ela tem. To Keli and Bart Simpson, nice and friendly little couple from Belgium (or Brazil?): thanks for the sense of *party*. A Rose, por todos os *pitos* que me deu, e que ainda me fazem falta, e por falar português comigo, em meio a overdoses de tantas línguas. Ao Cezinaldo, meu personal trainer e conselheiro culinário, o chato que me proibia os chocolates, valeu pelo sentido da *parceria*. À Luana e Daiane, pelos sentidos de *pelouse* e *Le Fleuru*. Ao Mauro, que *desbravou* os inícios de Paris comigo, e ao Rodolfo, por mostrar tanta *paciência e elegância* nas minhas fases estressantes. À Sharhrzad, merci pour la compagnie dans les courtes pauses nécessaires pour les longues heures intenses de la bibliothèque.

A algumas pessoas que não queria deixar de citar o nome, evitando os episódios pelo tamanho do papel, que muito significaram na europa. São eles: Rafa, Natália, Barbará, Junior, Andressa, Braulio, Arevika, Fred, Akiko, Sihen, Sandrine, Carmen, Lisandra, Maria e Mestre Ioda.

À solidão, minha irmã rude, mas sábia, que insistia em ficar comigo a todo tempo. Obrigado pelas preciosas lições que só você dá... dura no dizer, porque não diz, mas significa.

À Tal, Laura Pausini, Stromae, System of a Down e Pranchana Jack, por comporem a trilha sonora da minha pesquisa. Obrigado por *redizerem* o mundo científico por outros modos.

Aos meus muitos (não caberia todos aqui) amigos brasileiros, dos quais fugi devido ao casulo do doutorado, mas que levo sempre no coração. Menciono dentre eles: Eric, Camila, Davi, Mariana (padrinhos mágicos), Juninho, Rosaline, Junão, Renato, Monsenhor Hilário, Padre Gilgar, Padre Emanuel, e Josi. Aos meus parceiros sempre presentes: Alexandre, Lilian, João, Maria Augusta, Cláudio, e Martinha. Família aconchegante. Também agradeço minha ex-aluna Renata Yuri pelo auxílio nas traduções japonesas. Aos colegas de pesquisa: Israel, Fabiana, Ana Cláudia, e Adriana, e de modo especial à Tania, que sempre me põe “pra cima”

e ouve meus desabafos em momentos críticos, e tão sabiamente me mostra diretrizes certas. Ao Nilson, meu baianinho do coração, que conheci na fila para entrevista de Mestrado, e desde lá não desgrudei mais. Obrigado por me ensinar tanto, por me ajudar tanto, por me aconselhar tanto... Enfim, obrigado pelos significados da palavra *presença*.

Aos meus muitos alunos (não dá pra nomear) que amo tanto, mas tanto, mas tanto... obrigado por me significarem *professor*.

À minha excelente Banca de Doutorado, grande orgulho, primeiro pela paciência em ler meu trabalho, depois pela excelência das sugestões de reformulações, que acatei totalmente. Obrigado por serem companheiros neste acontecimento solitário que é uma Tese. Minha gratidão a: Leci Barbisan, presente da Carel para mim (ela mesma que me apresentou você), obrigado por acreditar em mim, por ler esta teoria como eu leio, por todos os textos enviados, por todas as dicas dadas, por todas as sugestões de tradução. À Mônica Zoppi, por aprovar minha pesquisa na França, por confiar em mim, por todos os ensinamentos no decorrer de meu Mestrado/Doutorado, por valorizar a teoria da TBS como eu, e por seu inesquecível “eu invejo o seu conhecimento teórico profundo da TBS: você nada na teoria como um peixe nada na água”. Obrigado por me formar à distância! Ao Carlos Piovezanni, por acompanhar meu processo, pelo olhar atento que lhe é de costume, e principalmente pela leitura atenta e exigente do meu trabalho, página a página, por cada comentário seu na minha Tese. Com certeza suas intervenções fizeram desta tese uma outra Tese: mais séria, rigorosa, profunda e importante. Ela não seria assim sem você! Ao Roberto Baronas, pela amizade sincera que tanto me faz bem, por me ensinar o que é epistemologia, e por me ensinar vários “comos” fazer Linguística. Quando crescer, quero ser como você. À Carolina Machado, exemplo de docilidade docente. Espero trabalhar muito com você ainda. À Vanice Sargentini, que não compôs minha banca, mas faz parte da minha formação: sou grato pelos primeiros momentos de ensino e por todo respeito que sempre demonstrou para comigo. Finalmente, externo agradecimentos também à Dra. Marília Blundi Onofre e à Dra. Soeli Maria Schreiber da Silva.

Por totalização, todos vocês produzem um sentido todo especial, que eu chamo de *Julio*.

*Amor é fogo que arde sem se ver;
É ferida que dói e não se sente;
É um contentamento descontente;
É dor que desatina sem doer;*

*É um não querer mais que bem querer;
É solitário andar por entre a gente;
É nunca contentar-se de contente;
É cuidar que se ganha em se perder;*

*É querer estar preso por vontade;
É servir a quem vence, o vencedor;
É ter com quem nos mata lealdade.*

*Mas como causar pode seu favor
Nos corações humanos amizade,
Se tão contrário a si é o mesmo Amor?
(Camões)*

RESUMO

MACHADO, J. C. **O paradoxo a partir da Teoria dos Blocos semânticos:** língua, dicionário e história. 2015. 373f. Tese (Doutorado em Linguística) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Linguística/Universidade Federal de São Carlos – PPGL/UFSCar, São Carlos-SP, 2015.

De modo geral, a ideia deste trabalho é investigar o *paradoxo*, nosso objeto, de modo linguístico e argumentativo, a partir da Teoria dos Blocos Semânticos (TBS). E de modo específico, para isto, adotamos enquanto principais metodologias, dois gestos: a *relação* entre elementos linguísticos enquanto condição de análises, por um lado, e a *interdependência* entre a estrutura e suas significâncias, por outro lado, tanto no âmbito do não-uso (língua) quanto do uso da língua (enunciação). Este segundo método da interdependência, quando aplicado ao nosso objeto, o paradoxo, constitui a nossa primeira hipótese central, a possibilidade do *paradoxo semântico*: a estranha e difícil consideração linguístico-argumentativa de significâncias opostas, mas em estado de interdependência. E neste contexto desenvolveremos também uma segunda hipótese central: o *cubeo argumentativo*, enquanto atualização teórica do quadrado argumentativo (o construto teórico basilar de nossa teoria). Organizacionalmente, a desenvoltura deste trabalho efetivar-se-á em vários eixos específicos, distribuídos ao longo dos capítulos, a saber: *teoria/paradoxo* (dividido em “Argumentação na Língua”/paradoxo, em um primeiro momento, e “Teoria dos Blocos Semânticos”/paradoxo, em um segundo momento); *discurso/paradoxo*; *dicionários/paradoxo*; “*Semântica Histórica da Enunciação*”/paradoxo; *relação entre línguas/paradoxo* e *anterioridade/paradoxo*. Além destes eixos relacionais estabelecidos para melhor observar nosso objeto, o paradoxo, e defender nossa hipótese, o paradoxo semântico, elegemos enquanto corpus central, um grupo de dicionários nos quais possamos flagrar “o que se diz ser” um paradoxo e “como se diz” um paradoxo, para ponderar “o que significa” um paradoxo. Estes dicionários estão divididos em corpus principal: *Dictionnaire Historique de langue française*, e corpus secundário: *Enciclopédia e Dicionário ilustrado*, *Kokugo Ziten* e *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, dentre outros.

Palavras-chave: argumentação; semântica; paradoxo; dicionário, história.

ABSTRACT

MACHADO, J. C. **The *paradox* as from the Theory of Semantic Blocks: language, dictionary and history.** 2015. 373f. Thesis (Doctor in Linguistics) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Linguística/ Federal University of São Carlos – PPGL/UFSCar, São Carlos-SP, 2015.

In general, the idea of this work is to investigate the *paradox*, our object, by a linguistic and argumentative way, from the Theory of Semantic blocks (TBS). And specifically, for this, we adopted as main methods, two gestures: the *relationship* between linguistic elements as analysis condition, on the one hand, and the *interdependence* of its structure and significance, on the other hand, both in the non- use (language) and the use of language (enunciation). This second method of interdependence, when applied to our object, the paradox, becomes our first central hypothesis, the possibility of *semantic paradox*: the strange and difficult linguistic-argumentative consideration of opposite significances, but in the interdependent state. And in this context we will also develop a second central hypothesis: the *argumentative cube*, while theoretical actualization of the argumentative square (the basic theoretical framework of our theory). Organizationally, the resourcefulness of this work will be carrying out in several specific strands, distributed throughout the chapters, namely: *theory / paradox* (divided into "Argumentation in the Language" / paradox, at first, and "Theory of Semantic Blocks" / paradox, in a second stage); *discours / paradox*; *dictionaries / paradox*; "*Historic Semantics of Enunciation*" / paradox; *relationship between languages / paradox* and *anteriority / paradox*. In addition to these relational axes established to better observe our object, the paradox, and defend our hypothesis, the semantic paradox, we elected as central corpora, a group of dictionaries in which we can catch "which is said to be" a paradox and "as they say" "a paradox to ponder" which means "a paradox. These dictionaries are divided into main corpus: *Dictionnaire Historique de langue française*, and and secondary corpora: *Enciclopédia e Dicionário ilustrado*, *Kokugo Ziten* e *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, among others.

Key-words: argument; semantics; paradox; Dictionary, history.

RESUMÉ

MACHADO, J. C. **Le paradoxe a partir de la Théorie des Blocs Sémantiques: langue, dictionnaires et histoire.** 2015. 373f. Thèse (Doctorat em Linguistique) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Linguística/ Université Fédérale de São Carlos – PPGL/UFSCar, São Carlos-SP, 2015.

L'idée de ce travail est d'étudier le *paradoxe* d'une façon linguistique et argumentatif, à partir de la Théorie des Blocs Sémantiques (TBS). Et précisément pour cela, nous prendrons comme principales méthodologies deux gestes : la *relation* entre des éléments linguistiques comme condition d'analyse, et *l'interdépendance* entre la structure et sa signification, à partir tant par le champ du non-usage (langue), comme du champ d'usage de la langue (l'énonciation). Cette seconde méthode d'interdépendance, lorsqu'elle est appliquée à notre objet (le paradoxe) constitue mon premier hypothèse centrale : la possibilité du *paradoxe sémantique* : la considération linguistique-argumentative de significances opposées, mais dans un état d'interdépendance. Et dans ce contexte nous allons développer aussi une deuxième hypothèse centrale: le *cube argumentatif*, tandis que une actualisation théorique du carré argumentatif (le construct théorique base dans notre théorie). Sur le plan organisationnel, l'ingéniosité de ce travail sera effectuer dans plusieurs axes spécifiques, répartis sur plusieurs chapitres: *la théorie/paradoxe* (premièrement «Argumentation dans la langue»/paradoxe, et deuxièmement «Théorie des blocs sémantiques»/paradoxe); *discours/paradoxe*; *dictionnaires/paradoxe*; «*Sémantique Historiques de l'Énonciation*» / *paradoxe*; *relation entre des langues / paradoxe* et *antériorité / paradoxe*. En plus de ces axes relationnels mis en place pour mieux observer notre objet (le paradoxe) et de défendre mon hypothèse du paradoxe sémantique, je formerai un corpus à partir d'un groupe de dictionnaires dans lesquels apparaissent « ce qui ce dit être » un paradoxe et « *comment est-ce qu'* » un paradoxe ce dit, afin de réfléchir sur ce « que signifie un paradoxe ». Les dictionnaires sont divisés en corpus principal: *Dictionnaire Historique de langue française*, et corpora secondaire: *Enciclopédia e Dicionário ilustrado*, *Kokugo Ziten* e *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, parmi d'autres.

Mot-clée: argumentation; sémantique; paradoxe; dictionnaire, histoire.

LISTA DE SIGLAS

- A – anterioridade (vista na relação com qualquer (B) enunciado ou discurso)
- ANL – Argumentação na Língua (teoria da)
- ADB – Análise de Discurso Brasileira (trabalhos da Dra. Eni P. Orlandi)
- AI – argumentação interna
- AE – argumentação externa
- B – enunciado ou discurso (visto na relação com qualquer (A) anterioridade)
- BS – bloco semântico
- CE – cena enunciativa
- CONN – connecteur (conector: DC e PT)
- D – discurso
- DC – portanto
- DH – Dictionnaire Historique
- E – enunciado
- EE – espaço enunciativo
- F – frase
- Fut – futuro
- FT – forma tópica
- L – locutor
- M – memorável
- NEG – negativo
- P – presente
- PT – no entanto
- T – texto
- TBS – Teoria dos Blocos Semânticos
- TPE – Teoria Polifônica da Enunciação
- S – sentido
- SHE – Semântica Histórica da Enunciação
- Eu – enunciador universal
- Egco – enunciador genérico
- Ec – enunciador coletivo
- r – conteúdo-conclusão do enunciado

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Tipologia paradoxal principal da Retórica	41
Quadro 2 - Primeira elaboração das dimensões “língua/fala”	52
Quadro 3 - A estrutura profunda	56
Quadro 4 - A escolha de encadeamentos desejados	59
Quadro 5 - Segunda elaboração da dimensão “língua/fala”	61
Quadro 6 - pressuposto e subentendido no clássico “Pedro parou de fumar”	62
Quadro 7 – pressuposto e subentendido em “Sorry, I don’t speak english!”	64
Quadro 9 – A escala argumentativa de “A reunião foi um sucesso”	72
Quadro 10 – A implicatura e a concessão segundo a escala argumentativa	74
Quadro 13 – A relação escala/Topoi	81
Quadro 14 – O funcionamento dos Topoi segundo Ducrot (1989b, p. 37).	81
Quadro 15 – O funcionamento dos Topoi segundo o operador “até mesmo”	82
Quadro 17 – O quadrado lógico de Aristóteles segundo Ducrot (1990, p. 137) e Ducrot e Schaeffer (1995, p. 281).	87
Quadro 18 – O valor de uma frase ou enunciado.	111
Quadro 19 – O Bloco Semântico de “mau motorista” baseado em Ducrot (2009, p. 22).	112
Quadro 20 – Terceira elaboração da dimensão “língua/fala”	125
Quadro 21 – Nova distribuição teórica da disposição da TBS	165
Quadro 22 – Combinações de suporte/aporte nos modos doxal e paradoxal	172
Quadro 23 – Relações de gradualidade entre doxo e paradoxo.....	177
Quadro 24 – o paradoxo semântico do tipo [A (DC) B]: o <i>quase-bloco converso entre as faces</i> doxal/paradoxal do mesmo cubo argumentativo.....	184
Quadro 25 – Quarta elaboração da dimensão “Língua/Fala”	228
Quadro 26 – AI do “trajeto enunciativo”	255
Quadro 27 – Tipologia das leituras argumentativas	258
Quadro 28 – A relação leitura simples/leitura retrospectiva segundo Ducrot (1984, p. 378)	260
Quadro 29 – O paradoxo semântico do tipo [A CONN (NEG) B]: o <i>quase-bloco lateral superior/inferior entre as faces</i> doxal/paradoxal do mesmo cubo argumentativo.	273
Quadro 30 – A cena enunciativa e suas constitutividades.....	301
Quadro 31 – Dicionários que fazem menção à língua grega enquanto processo definitório	311
Quadro 32 – a interpretação de um enunciado à luz da anterioridade argumentativa.....	334

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Algumas relações básicas dos conjuntos segundo Chierchia (2003, p. 81, 82, 89, 91).	89
Figura 2 – As indagações de Ducrot observadas pela teoria dos conjuntos.....	91
Figura 3 – Bloco Semântico de “mau motorista”: [<i>depressa demais DC risco de sofrer acidente</i>], baseado em Ducrot (2009, p. 22) e Carel (2011a, p. 67).....	114
Figura 4 – Bloco Semântico de “prudente” [(A) PERIGO DC (B) DESISTIR] baseado em Carel e Ducrot (2008, p. 11).....	130
Figura 5 – Exemplo de BS de relações conversas, baseado em Carel e Ducrot (2005, p. 55).....	131
Figura 6 – Exemplo de BS de relações transpostos, baseado em Carel e Ducrot (2005, p. 56).....	132
Figura 7 - Exemplo de BS de relações recíprocas, baseado em Carel e Ducrot (2005, p. 57).....	136
Figura 11 – O Bloco Estrutural 1: a emoção motivada, segundo Carel e Ducrot (2014a, p. 6).....	157
Figura 12 – O Bloco de Ocorrência 2: a emoção motivada, segundo Carel e Ducrot (2014a, p. 7) ...	159
Figura 13 – O Quase-Bloco da expressão tipo “chorar” segundo Carel e Ducrot (2014a, p. 7).....	161
Figura 8 - Esquema da primeira elaboração doxal/paradoxal: a oposição, conforme Carel e Ducrot (2008, p. 11).....	171
Figura 9 – Proposta de um único bloco de oito aspectos doxal-paradoxal, sugerido por Carel, elaborado por nós	180
Figura 10 – Esquema da segunda elaboração doxal/paradoxal: a possibilidade de relações ortogonais pelo cubo argumentativo de “perigo, desistir”	182
Figura 15 - Bloco da AI contextual do uso do <i>Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa</i> , em MG: 236	236
Figura 16 – A AE da “lógica” segundo a definição enunciada pelo dicionário <i>Kokugo Ziten</i>	244
Figura 17 – A significância intermediária segundo o modificador <i>parece</i>	245
Figura 18 – AE de “definição exaustiva” na relação com nosso corpus	251
Figura 19 - AE de “definição curta” na relação com nosso corpus.....	253
Figura 20 – bloco paradoxal da AI de <i>paradoxo</i> , ilustrado pelo <i>Dictionnaire Historique</i>	271
Figura 21 – Bloco doxal contextual da AI de パラドックス	277
Figura 22 – o funcionamento da noção de <i>memorável</i> na análise do acontecimento.....	290
Figura 23 – Bloco semântico do “discurso da falta” no <i>Dictionnaire Historique</i>	326

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	xiii
LISTA DE FIGURAS	xiv
INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO I – O PARADOXO	31
1.1 A relação Lógica/Semântica	32
1.2 A relação paradoxo lógico/paradoxo literário	34
1.3 As relações constitutivas do paradoxo semântico	36
1.4 A relação paradoxo/Retórica	39
CAPÍTULO II – A TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA	45
2.1 A relação argumentação retórica/argumentação linguística	46
2.2 A relação informatividade/argumentatividade: o estudo do <i>mas</i>	49
2.3 A relação frase/enunciado: significação/sentido	51
2.4 A relação pressuposição/subentendido: encadeamento	57
2.5 A relação sujeito/linguagem: a Teoria Polifônica da Enunciação (TPE)	65
2.5.1 A relação enunciador/enunciado e Locutor/locutor	67
2.6 A relação argumento/argumento: a escala argumentativa	70
2.7 A relação dentro/fora da língua: o paradoxo teórico dos topoï	76
2.7.1 A Relação escala/escala: Os Topoï argumentativos	79
CAPÍTULO III – A TEORIA DOS BLOCOS SEMÂNTICOS	84
3.1 A relação palavras distintas / única representação semântica	85
3.1.1 A Relação implicatura/contrário/subcontrário/contraditório: o quadrado de Aristóteles	86
3.1.2 A relação variáveis/conjunto: Chierchia	88
3.1.3 A relação teoria dos conjuntos/TBS: a questão da ambiguidade	92
3.2 A relação entre aspectos: o bloco semântico	102
3.2.1 A relação topoï/blocos semânticos: crença <i>versus</i> transgressão	102
3.2.2 A relação suporte/aporte: o encadeamento	105
3.3 A relação suporte/aporte: a interdependência	107
3.4 A relação aspecto/encadeamento: o valor do enunciado	109
3.5 A relação conector/negação: os aspectos	112
3.6 A relação aspecto/aspecto: o quadrado argumentativo	113
3.7 A relação expressivos/evocadores: os termos de um enunciado	115
3.8 A relação argumentação interna/argumentação externa	121
3.8.1 A Relação argumentação externa à direita/argumentação externa à esquerda	124
3.9 A relação bloco/bloco: o estrutural e o contextual	125
3.9.1 A relação argumentação estrutural, argumentação contextual/Benveniste	128

3.10 As relações ângulo/ângulo: conversos, transpostos e recíprocos	130
3.10.1 A relação entre conversos: A DC B/A PT NEG-B e NEG-A DC NEG-B/NEG-A PT B.....	131
3.10.2 A Relação entre transpostos: A DC B/NEG-A PT B e NEG-A DC NEG-B/A PT NEG-B.....	132
3.10.3 A Relação entre recíprocos: A DC B/NEG-A DC NEG-B e NEG-A PT B/A PT NEG-B.....	136

CAPÍTULO IV – ATUALIDADE DA TBS: A RELAÇÃO EXATIDÃO/INEXATIDÃO139

4.1 A relação entre vozes e conteúdos: a teoria argumentativa da polifonia (TAP) ...	139
4.1.1 A Relação Teoria Polifônica da Enunciação/Teoria Argumentativa da Polifonia	140
4.1.2 A Relação por/excluir: atitude discursiva.....	142
4.1.3 A Relação por/concordar : atitude discursiva.....	143
4.1.4. A Relação conteúdo/Pessoa.....	144
4.1.5 A Relação atitude discursiva/Pessoa/contéudo: a unidade discursiva.....	146
4.2 A relação polifonia semântica/polifonia intertextual: a nova pressuposição	149
4.2.1 A Relação polifonia semântica/polifonia intertextual: o paradoxo	153
4.3 A relação intermediária: o quase-bloco	155
4.3.1 A relação entre conversos do quase-bloco: brega	157
4.3.2 A relação entre transpostos do quase-bloco: chorar	160
4.3.3 A relação quase-bloco estrutural/quase-bloco contextual	163
4.4 A relação doxal/paradoxal: relações portanto/portanto	169
4.4.1 Primeira elaboração: a hipótese da Relação de oposição doxal/paradoxal	170
4.4.2 Segunda elaboração: a hipótese da relação de prolongamento doxal/paradoxal...	173
4.5 A Relação quadrado argumentativo/cubo argumentativo: uma hipótese	177
4.5.1 A Relação significância/quadrado argumentativo: problema em aberto.....	178
4.5.2 A Relação significância/cubo argumentativo	180
4.6 A relação A mas B segundo a TBS	186
4.6.1 A Relação A mas B: a insuficiência da concepção de oposição	186
4.6.2 A Relação A mas B: a hipótese da concepção de concessão	188
4.7 A relação palavras plenas/palavras quase plenas: o paradoxo semântico da concessão	191
4.7.1 A Relação de concessão primeiro/segundo segmento: o emprego articulador	195

CAPÍTULO V – ANÁLISE DO DISCURSO SOBRE O PARADOXO EM DICIONÁRIOS201

5.1 Análise da relação presença/ausência do paradoxo nos dicionários	201
5.2 A relação paradoxo/Dictionnaire Historique	204
5.3 Análise polifônica do paradoxo	213
5.3.1 A relação unidade maior para unidade menor/ unidade menor para unidade maior	219

CAPÍTULO VI – ANÁLISE DISCURSIVA DO PARADOXO221

6.1 A relação texto/discurso: análise do Dictionnaire Historique	224
---	-----

6.2 A totalização: análise da <i>Enciclopédia e Dicionário Ilustrado</i> e do <i>Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa</i>.....	229
6.3 A relação elementos opostos/um discurso: análise do <i>Kokugo Ziten</i>.....	238
6.4 As ordens da enunciação.....	247
6.4.1 A relação ordem(tamanho)/pesquisa: análise do corpus	250
6.4.2 A relação ordem(tamanho)/mercado: análise do corpus	252
6.5 A relação ordenação material/articulação da leitura.....	254
6.6 As articulações de leitura.....	255
6.6.1 A relação começo/fim: articulação de leitura simples.....	258
6.6.2 A relação fim/comoço: a articulação de leitura retrospectiva.....	259
6.6.3 A articulação de leitura discursiva.....	263
6.7 A relação dispersão/ordenação: o avizinhamto enunciativo	273
6.7.1 Análise do avizinhamto enunciativo no dicionário <i>Kokugo Ziten</i>	276

CAPÍTULO VII – ANÁLISE SEMÂNTICO-HISTÓRICA DO PARADOXO.....281

7.1 A relação semântica histórica da enunciação/análise do discurso brasileira.....	281
7.2 A relação ANL/SHE	283
7.3 A Semântica do Acontecimento.....	286
7.3.1 A temporalidade	286
7.3.2 A argumentação na SHE.....	288
7.3.3 O texto na SHE.....	292
7.3.4 O espaço enunciativo.....	293
7.3.5 A cena enunciativa.....	298
7.4 A relação entre línguas.....	303
7.4.1 Política de Línguas e Política Linguística	306
7.4.2 Análise do paradoxo na relação entre grego/outras línguas: a mundialidade da definição	310
7.4.3 Análise do paradoxo na relação significado permitido/palavra interdita: a língua persa.....	315

CAPÍTULO VIII - ANÁLISE DO PARADOXO SEMÂNTICO A PARTIR DA ANTERIORIDADE ARGUMENTATIVA.....322

8.1 A relação anterioridade argumentativa/ <i>Dictionnaire Historique</i>.....	324
8.2 A relação anterioridade argumentativa/conjectura	327
8.3 Análise pela relação anterioridade argumentativa/ciência.....	329
8.4 Tipologia da anterioridade argumentativa	338
8.4.1 O conhecimento anterior enquanto anterioridade argumentativa.....	339
8.4.2 As atitudes de <i>concordar</i> e <i>por</i> enquanto anterioridades argumentativas.....	343
8.4.3 O pressuposto enquanto anterioridade argumentativa.....	344
<u> 8.4.3.1 A pressuposição semântica enquanto anterioridade argumentativa</u>	<u> 345</u>
<u> 8.4.3.2 A pressuposição intertextual enquanto anterioridade argumentativa</u>	<u> 348</u>
8.4.4 A implicatura enquanto anterioridade argumentativa	352
8.4.5 A significação enquanto anterioridade argumentativa	353

CONSIDERAÇÕES FINAIS355

REFERÊNCIAS364

Referencial da Teoria dos Blocos Semânticos	364
Referencial da Semântica Histórica da Enunciação	366
Referencial sobre a Análise de Discurso Brasileira	367
Referencial sobre a Lógica	367
Referencial de pesquisas sobre dicionários	367
Referencial de teses consultadas	368
Referencial sobre História das Ideias Linguísticas	368
Referencial complementar do corpora	369
Referencial geral	369
Referencial de dicionários consultados	371

INTRODUÇÃO

Eu minto, mas se é verdade que eu minto, então eu digo a verdade, e por consequência, eu minto (WOŁOWSKA, 2008, 24, tradução nossa)¹.

Foi assim que tudo começou. Ou, foi assim que tudo se complicou. Este não foi o primeiro paradoxo, mas foi o primeiro empecilho a ameaçar/afrontar a ideia exata de ciência, ou de ciência exata. E uma afronta que ainda persiste. O paradoxo desestabiliza teorias, e isto é um fato desde o paradoxo do “mentiroso” (acima). Depois do nó do paradoxo do mentiroso, o sentido de um paradoxo se convencionou no rol dos estudos primitivos sobre este objeto enquanto uma espécie de função corretiva, isto é, “o paradoxo servia para demonstrar o erro de uma teoria” (RASTIER, 1996, p. 117, tradução nossa)².

O nó da contradição (afirmar-negar algo simultaneamente) sempre desestabilizou modos de raciocínios do homem, e especialmente, desestabilizou a organicidade científica. Fácil verificar a evidência de duas superfícies contrárias, difícil (e bem difícil) apreender teórico-cientificamente a simultaneidade dessa estranha unificação. É sobre ela que se debruça este trabalho. Com olhares sobre a linguagem e seu uso, queremos pensar questões norteadoras como: como proceder linguisticamente para pensar a união de dois termos semanticamente em oposição? Aliás, seria possível efetivar a unidade do sempre-estaque? Mas se era estaque como se tornou paradoxo? A ciência é capaz de observar com cientificidade e satisfatoriedade a unificação de contrários? E a que custas? Devemos ceder a uma evidência lógico-racional que afirmar que não é digna de nota a opacidade semântico-discursiva da inexplicável contradição? Se não, se é contradição, como seria explicável? Estas questões poderiam valer-se de análises satisfatórias em adequação à ideia de satisfatoriedade científica do século XXI? Se sim, como verificar, analisar, operar, investigar, ou explicitar a condição de um mentiroso-que-diz-a-verdade, ou quem sabe um sincero-que-diz-mentiras? Mas como lidar linguístico-cientificamente com o fato de que, se é verdadeiro, pode dizer mentiras? Mas se mente, pode dizer a verdade? Então os semantismos dos lexemas *mentiroso*

¹ Do original : « *Je mens, mais s'il est vrai que je mens, alors je dis la vérité, et par conséquent je mens* » (WOŁOWSKA, 2008, p. 24).

² Do original : « *Le paradoxe servait à démontrer l'erreur d'une théorie en montrant que les conséquences de ses principes conduisent à des antinomie* » (RASTIER, 1996, p. 117).

e *verdadeiro* “falham”, ou são “mal interpretados”? Se são mal interpretados, o que entenderíamos por interpretação, e se falham, com marcar a falha? Se os sentidos vacilam, por que a palavra (ainda) persiste de modo pleno? E se essas palavras existem, haveria lugar para um pensamento “purista” que defenda um sentido “total” positivo de (+) *verdadeiro*, e total negativo de (-) *mentiroso*? E se não há sentido total, como pensar o não-total no inteiror do total? Um (+) dentro de um (-); ou um (-) dentro de um (+)? E se o simbólico de uma língua desafia a realidade enunciativa, na medida em que é desafiada por ela, por que ainda os léxicos de *verdadeiro* e *mentiroso* não se modelaram ou evoluíram para um formato mais compatível de “entremeio”? Mas afinal, o problema estaria numa “estrutura não clara”, como defendia Frege? Ou estaria numa “enunciação infeliz”, como sugeriu Grice? Ou o problema do paradoxo ultrapassaria as fronteiras informacionais fazendo ver uma natureza argumentativa que assimila a complexidade da língua e sua enunciação, como propõem Carel e Ducrot? Outras questões ainda se põem: como registrar tais estranhezas paradoxais em dicionários, que são senão um gesto enunciativo político de administração de significações? Quem ali aceita as cristalizações das definições? Há como discordar de um dicionário, e em que medida? O que cria novas significações e o que destrói velhas significações? Quem os estabiliza em um termo lexical ou em uma definição lexicográfica? Estas questões são exclusivamente linguísticas ou quais outros personagens ou fatores estariam por trás das oposições em união?

Após prefaciarmos nossa pesquisa com uma avalanche de problemas de linguagem que o paradoxo traz consigo, fica fácil perceber que este objeto evidencia que temos um complexo significante caótico-mundial para ser significado através de limitado e parco leque de simbólicos (as pouquíssimas 6.900 línguas faladas no mundo, aproximadamente), insuficientes para descrever fenômenos tão complexos como o paradoxo, o que eleva a questão (também) para o âmbito da relação entre línguas do mundo. Ou seja, estamos dizendo que a palavra “falha” diante de alguns sentidos específicos, como o “verdadeiro que diz mentiras”, ou se preferirmos, o “mentiroso que diz verdades”, e mesmo a atualização dos significados na enunciação dessa junção não escapa de sentidos de estranheza.

Na tentativa de significá-lo em qualquer palavra (contradição, oposição, ilógica, paradoxismo, paradoxo etc) acaba por lhe dar um outro patamar, de difícil tratamento linguístico. Sina do simbólico limitado diante da atividade enunciativa ilimitada. Estas questões contextualizam bem a urgência de nossa pesquisa, e justificam a necessidade de estudos sobre o paradoxo. Como todo trabalho científico, nosso desafio será: como se

posicionar teoricamente frente estas várias questões-problema? Evidentemente que este turbilhão de indagações acima inquieta e assombra a Linguística e suas muitas semânticas, provam que o problema do paradoxo é grave, complexo, intrincado, interdisciplinar, hercúleo, expendioso, e por isso provoca/tem provocado apenas tímidas abordagens científicas que sejam capazes de “observá-lo” (por que seria muito utópico dizer “resolvê-lo”).

Quando os filósofos gregos convencionaram que o paradoxo expõe a imperfeição das noções semânticas (WOŁOWSKA, 2008, p. 24), indiretamente trouxeram uma condição basilar para o *fazer* da Linguística contemporânea: a descoberta da insuficiência permanente de um arcabouço teórico, fato que lha impõe constantes reelaborações. Inevitavelmente nosso objeto de pesquisa, o paradoxo, impõe outro co-objeto, a própria teoria que o opera, que será (re)pensada a partir do paradoxo. Em nosso caso, procuraremos entender aspectos do paradoxo na linguagem formalizados em noções mobilizadas no quadro da Teoria dos Blocos Semânticos (TBS). Trata-se, portanto, de um trabalho de discussão técnica e teórica, que propõe pensar o paradoxo com satisfatoriedade científica no interior das ciências da linguagem, especificamente.

Nossa pesquisa nasce da falta de trabalhos que escapam de uma metodologia resolutiva diante de corpora paradoxais. Muitos trabalhos preferem uma metodologia de organizar um corpus desorganizado (o paradoxo). Ora, organizar um corpus desorganizado é já obter um outro corpus, deixando de lado o primeiro. Eis uma grande incoerência: na ânsia de analisar um “objeto¹ desorganizado (o paradoxo)”, troca-se de objeto imperceptivelmente, ao pretender estudar um outro “objeto² organizado (não-paradoxo)”. Daqui então nasce nossa hipótese central: a não resolução, a não separação em partes, a observação do paradoxo.

Para este estudo, entendemos que não se organiza, não se compatibiliza, não se adapta, não se transforma, não se resolve, enfim, o paradoxo. Senão apenas observa-o na sua estranheza. Resolvê-lo é não estudá-lo. Estudá-lo é não resolvê-lo (várias teorias preferem a primeira estratégia, nós, decidimos pela segunda). Solucionar o paradoxo é um paradoxo (ora, ele é insolúvel, senão, não seria paradoxo). Sua compreensão pressupõe que se ele fosse desmantelável não seria paradoxo, seria uma oração subdividida em partes com conectivos e articulações que lhe auto-explicassem, ou outra coisa. Mas não. O fato de se enunciar um paradoxo é o efeito mesmo de dizer esquisitices, de se produzir efeitos de anormalidades (não regrados informacionalmente, mas previstos argumentativamente). E estudar anormalidades

(linguisticamente) não se resume no procedimento grosso e pobre de traduzir anormalidades para normalidades.

Sobre esta postura observacional pretendemos refletir sobre o paradoxo, onde o delimitaremos, assumindo suas dificuldades teórico-metodológicas, fazendo avançar teorias que o possa operar. Ainda devemos precisar de modo claro nosso objetivo, responsável pelo norteamento de procedimentos e análises, bem como nossos critérios de metodologia, que nortearão a cadência da dinâmica analítica e seus resultados.

Discorreremos agora sobre a organização de nossa pesquisa em uma disposição de: *objetivos, objetos de estudo, corpus, autores principais, metodologias e hipóteses*.

- Objetivos:

Conforme nossas indagações introdutórias, vamos organizar nossa pesquisa balisando-a por um objetivo geral e alguns específicos.

O objetivo, para nós, é um norte que possibilita movimentos vários em prol de um alcance. Se temos que nomeá-lo para organizar a relação dispersa corpus/objeto de análise, assim o fazemos:

É nosso objetivo geral:

(1) Investigar o *paradoxo* (de espessura significativa, na e pela linguagem), através de uma postura teórica escolhida, nos processos argumentativos (a) próprios da teoria adotada, (b) discursivos, (c) dicionarísticos, (d) de relação entre línguas e (e) de anterioridades, em que se dá. Estes cinco subobjetivos representam, respectivamente, os últimos quatro capítulos de nossa pesquisa.

É nosso objetivo específico:

(2) Refletir a teoria escolhida, a *Teoria dos Blocos Semânticos* (TBS), através do paradoxo. Para melhor compreensão do modo de raciocínio, dinâmica, reformulações e desenvoltura desta teoria diante do paradoxo, considera-la-emos uma única teoria, mas tomada por dois momentos de configuração distintos: primeiro momento – a *Teoria da Argumentação na Língua* (ANL), e segundo momento – a *Teoria dos blocos Semânticos*, sem entendê-la enquanto duas teorias. Esta reflexão teórica será feita praticamente ao longo de todo o trabalho, mas principalmente nos quatro capítulos iniciais.

E nesta linha de reflexão teórica ainda podemos identificar um terceiro objetivo específico:

(3) Refletir sobre o *paradoxo* através de uma outra teoria, a *Semântica Histórica da Enunciação*, em um capítulo específico para isto.

- Objetos de estudo:

Neste triplo objetivo, como percebemos, são nossos objetos de estudo:

(i) O *paradoxo*, principal deles, na especificidade de um paradoxo semântico, como veremos;
(ii) A *Teoria dos Blocos Semânticos*, teoria adotada para este trabalho, disposta em seus dois momentos-chaves: (ii') o primário, da *Teoria da Argumentação na Língua*; e (ii'') o secundário, da *Teoria dos Blocos Semânticos*, constituindo uma única teoria.

- Corpus:

Apresentados o triplo objetivo e o duplo objeto de estudo, finalmente decidimos que

É nosso corpus principal:

(I) O *Dictionnaire Historique de langue française*, de Rey (*et al*, 2006), no qual centraremos a maioria de nossas análises, escolhido pela pertinência de seus aspectos no tocante aos nossos propósitos. Se utilizaremos outros dicionários, será na relação com ele;

É nosso corpus secundário:

(II) A *Enciclopédia e Dicionário ilustrado* de Houaiss e Koogan (1997);
(III) O *Kokugo Ziten*, de 松村明 (*et al*, 2005).

E de modo mais terceário ainda, presente senão por análises breves, mas importantes na relação com os outros três, temos

(IV) O *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, de Houaiss e Villar (2001).

Perceber-se-á, no decorrer de toda a pesquisa, que ainda mencionaremos exemplos e definições de vários dicionários, que não organizaremos em um corpus definido, uma vez que suas menções serão apenas locais, micro-analíticas. De fato, nosso trabalho conta com aproximadamente quarenta dicionários consultados, em aproximadamente treze línguas:

português do Brasil, português de Portugal, espanhol, francês europeu, francês canadense, inglês escocês, inglês americano, italiano, latim, romeno, japonês, grego, russo, persa, chinês, e alemão, principalmente. Dicionários estes que não elencaremos aqui na lista de corpus, decidindo por mantê-los em segundo plano na relação com os outros quatro principais.

- Autores principais:

São nossos teóricos principais, em disposição de importância para este trabalho:

- *Marion Carel*, por ser uma das teóricas principais da *Teoria dos Blocos Semânticos*;
- *Oswald Ducrot*, por ser um dos teóricos principais da *Teoria dos Blocos Semânticos*;
- *Sylvain Auroux*, por ser um teórico de peso na *História das Ideias Linguísticas*;
- *Eduardo Guimarães*, por ser o teórico da *Semântica Histórica da Enunciação*;
- *Eni Orlandi*, por ser uma grande teórica dos estudos sobre as *relações entre línguas*;
- *José Horta Nunes*, por ser um grande teórico dos *estudos discursivos sobre dicionários*; e
- *Katarzyna Wołowska*, por ser uma teórica de peso nos *estudos mundiais sobre o paradoxo*;

Ainda é importante marcar, para as lentes mais exigentes, o que não é nosso objetivo: não temos interesse em elencar a economia significativa de todas as línguas aqui mobilizadas, esgotar suas funcionalidades, explicitar suas gramáticas, ou sumariar suas regularidades de execução, concepção, políticas e não políticas. Nosso trabalho não é de cunho enumerativo, normativo, heurístico, etmológico, fonológico, senão, atento a alguns destes fatores, assumimos um interesse argumentativo, como entendemos particularmente esta noção. Na argumentação – e na sua concepção a ser explanada – se encerra o cerne de nosso trabalho, acima organizado. Por ela, atualizar-nos-emos diante de uma necessidade da linguística contemporânea, que entendemos cobrar uma resposta dos estudos semânticos sobre formatos estranhos, como o paradoxo.

Por fim, após explanação de nossos objetivos, objetos, corpus, e autores principais, passemos a expor a nossa metodologia, fechando assim a nossa disposição de organização.

- Metodologia:

Decidimos estipular para este trabalho uma metodologia subdividida em dez partes, assim: três principais e sete circunstanciais, que agora enumeraremos.

Metodologia é uma sistematização de análise(s) que autoriza tipos de procedimentos, sugere linhas de raciocínio, e sinaliza a rejeição de outros movimentos. Isto significa duas coisas: que uma metodologia pré-determina diretamente tanto a descrição (e por isso a construção) de um objeto – aqui o paradoxo –, quanto a análise deste objeto; e que não se pode falar em análise sem metodologia, e mesmo que um analista pretenda esquivar-se de qualquer metodologia, ela se faz presente de alguma forma. Estes dois pontos são relevantes para acentuar então que a metodologia é o primeiro passo da descrição/observação do paradoxo.

Nosso método, de alguma forma décuplo, nos serve para afirmar também que a metodologia aqui adotada ajudará a significar tanto o arcabouço escolhido (nossa leitura das teorias e dos teóricos) quanto determinará modos de aplicação desta teoria ao nosso corpus (nossas análises).

Sempre acordados com Saussure, assumiremos que “num estado de língua, tudo se baseia em relações” (SAUSSURE, 2006, p. 142). Esta percepção aqui é fulcral: “Desde Saussure, a maior parte dos linguistas admitem que descrever uma língua, é descrever certas relações existentes entre seus elementos” (DUCROT, 1989a, p. 67, tradução nossa)³.

Assim, começando a enumerar os dez gestos que constituem o conjunto estratégico-analítico que denominamos metodologia, vamos eleger enquanto *gesto metodológico principal*, (1) a *relação*, com toda a produtividade que esta vaguidão de termo possa proporcionar às ciências da linguagem. Greimas afirma que relacionar é perceber diferenças: “Percebemos diferenças, e graças a essa percepção, o ‘mundo toma forma’ diante de nós e para nós” (GREIMAS, 1966, p. 28). Entenderemos que não há isolamento de elementos linguísticos no tratamento científico da linguagem, é preciso “[...] deixar de isolar as unidades, uma vez que elas só têm realidade lingüística na forma de relações” (NORMAND, 2009, p. 91). Assim, só há sentido paradoxal na medida em que se vê co-sentido doxal, pois “a significação pressupõe a existência da relação: é o aparecimento da relação entre os termos que é a condição necessária da significação” (GREIMAS, 1966, p. 28). Esta relação dar-se-á conforme as vias epistemológicas aqui mobilizadas.

³ Do original: « Depuis Saussure, la plupart des linguistes admettent que décrire une langue, c’est décrire certaines relations existant entre ses éléments »(DUCROT, 1989, p. 67).

A Teoria dos Blocos Semânticos, teoria que adotamos e que desenvolveremos adiante, desde seu primeiro momento, nomeada de Teoria da Argumentação na Língua (ANL), entende que a noção de relação é constitutiva dos estudos da linguagem, como bem explica um dos seus fundadores, Ducrot:

Pode-se afirmar que a teoria da ANL é uma aplicação do estruturalismo saussureano à semântica linguística na medida em que, para Saussure, o significado de uma expressão reside nas relações dessas expressões com outras expressões da língua (CAREL; DUCROT, 2005, p. 11, tradução nossa)⁴.

Ao longo de nosso trabalho, estabeleceremos procedimentos que, como mencionamos no início, demonstram que Ducrot se vale da particularidade ricamente produtiva de que “[...] a noção de ‘relação de um signo com outros’ é relativamente vaga” (CAREL; DUCROT, 2005, p. 12-13, tradução nossa)⁵. De fato, relacionar é um termo bem genérico, e é produtivo que seja assim: “retirar de” é relação; “aludir a” é relação; “concluir que” é relação, “anteriorizar historicamente” é relação, bem como outras espécies de aproximações de elementos de língua: pressupor, subentender, implicar, justificar, parafrasear, continuar, textualizar, futurizar, orientar, encadear, opor, negar, concordar, excluir ou pôr etc. Todos estes gestos acima se constituem da “presença de dois termos e da relação entre eles” (GREIMAS, 1966, p. 28).

É nesta vaguidão da relação, no sentido de sua abrangência indefinida, que procuraremos trabalhar o paradoxo, vagueza que se restringirá um pouco quando da reflexão dos modos de existência dos termos-objetos pela percepção de seus analistas. Isto significa assumir certa postura analítica. No caso da Teoria dos Blocos Semânticos, convencionou-se que ela propõe considerar como relações semanticamente pertinentes as argumentativas, desde seus primórdios. Assim, relacionar, para esta teoria é observar entre dois signos (palavras, frases, enunciados, textos, discursos, vozes, locutores etc, como se verá), um signo primeiro e outro signo segundo, numa concepção argumentativa – o que faremos o tempo

⁴ Do original: “puede afirmarse que la TADL es una aplicación del estructuralismo saussuriano a la semântica lingüística en la medida en que, para Saussure, el significado de una expresión reside em las relaciones de esa expresiones con otras expresiones de la lengua” (CAREL; DUCROT, 2005, p. 11).

⁵ Do original: “Ahora bien, dado que la noción de ‘relación de um signo com outros’ es relativamente vaga, la TADL propuso a considerar como relaciones semánticamente pertinentes las argumentativas” (CAREL; DUCROT, 2005, p. 12-13).

todo, a cada passo da pesquisa –, sabendo que a disposição teórica para a observação da relação entre esses dois signos estará sempre em mudança ao longo da evolução histórica do arcabouço teórico aqui adotado, já que Teoria dos Blocos Semânticos está ainda, e sempre esteve, em desenvolvimento.

Um segundo método crucial será (2) *sempre operar uma observação argumentativa sobre a linguagem*. Não importa o gesto analítico que se proceda sobre a linguagem, não importa o arcabouço técnico que a teoria por nós adotada dispunha em cada época, nas suas constantes mudanças: todo gesto analítico será de cunho argumentativo. Este método é oriundo fundamentalmente de Ducrot e Anscombe (1983), quando propunham, veremos, deixar de lado a instância meramente informacional do simbólico para atentar-se para a natureza conclusiva do simbólico, que se dá através da informação estrutural. Em outras palavras, jamais estudaremos *paradoxo* como um “dado informativo” (A), mas sempre enquanto um “dado argumentativo” A que conclui um C ($A \rightarrow C$), não interessam as muitas naturezas dessa relação entre A e C.

Um terceiro método capital que constituirá as análises deste trabalho será (3) *a relação interdependente do paradoxo*. As significações/sentidos do paradoxo não são separáveis em partes (não se quisermos manter o paradoxo), e devem ser contemplados na sua estranheza global, interdependente. Por exemplo, os enunciados de Orwell (2014, p. 14): “Guerra é paz” e “liberdade é escravidão”, de algum modo, devem ser analisados sem o estancamento [guerra] e [paz], por um lado, e [liberdade] e [escravidão], por outro. Nossa metodologia pretenderá uma análise do tipo [guerra+paz] e [liberdade+escravidão].

Tal método é oriundo de duas fontes: os estudos de interdependência de Carel, e a acepção unificadora de Wołowska (2008, p. 13, tradução nossa)⁶, quando conclui sobre o paradoxo: “sua função é de unificar, e não de dividir”. É um método do “paradoxo do paradoxo”: o paradoxo não pode ser resolvido, senão ele não seria um paradoxo. Então, se ele não é solucionável, é apenas observável (observar, para nós, é um gesto analítico de operar na globalidade, sem seccionar). E isto condensa esta metodologia específica longitudinalmente ao longo de todo o trabalho: *observaremos o paradoxo, não o resolveremos*.

Tendo definido nossa metodologia em um gesto principal – a *relação* –, um gesto basal – a *argumentação* –, e outro gesto crucial – a *interdependência* –, passemos agora a apresentar os outros gestos metódicos menores, necessários ao modo como queremos organizar e pensar nosso objeto principal, o *paradoxo*.

⁶ Do original : « sa fonction est d’unifier et non de diviser » (WOŁOWSKA, 2008, p. 13).

Dividiremos este trabalho em duas partes básicas: uma de foco teórico (que para isto não deixa de efetivar micro-análises), e uma de foco analítico (que para isso não deixa de (re)pensar o arcabouço teórico). Para operar os procedimentos das duas partes, nossos outros gestos metodológicos consistirão em estabelecer eixos relacionais, assim:

- Para a primeira parte do trabalho elegemos um método na disposição de:
 - (4) relação *Teoria dos Blocos Semânticos/paradoxo*, nos seguintes eixos relacionais:
 - (4a) “Teoria da Argumentação na Língua/paradoxo”, depois
 - (4b) “Teoria dos Blocos Semânticos/paradoxo”.

- Para a segunda parte do trabalho, acordaremos os vários eixos metódicos:
 - (5) de relação *discurso/paradoxo*;
 - (6) de relação *dicionários/paradoxo*;
 - (7) de relação *Semântica Histórica da Enunciação/paradoxo*;
 - (8) de relação *entre línguas/paradoxo*; e finalmente
 - (9) de relação *anterioridades/paradoxo*.

Disposicionalmente, o método da primeira parte será aplicado aos primeiros capítulos, os teóricos, e o método da segunda parte será aplicado aos últimos capítulos, analíticos. Enquanto que os três métodos principais (1), (2) e (3) e o mais geral (10), serão aplicados durante todo o trabalho.

Ainda uma última consideração, que pode se dizer metodológica, acerca dimensão da tradução, já que visitamos ao menos quatorze línguas, dentre dicionários e obras teóricas para observar nossos objetos de pesquisa. Isso nos reclama um posicionamento sobre a ilusão utópica da noção de tradução. E ao adjetivá-la, já expressamos o que pensamos dela: utópica. Não adentraremos o jogo da “melhor tradução”, porque ela em si não existe, isto é, mesmo que o homem tenha desenvolvido uma prática antiga de transrelação lexical estrutural, não existe “tradução de sentidos”, porque o sentido se dá na sua língua. Traduzi-lo, é produzir outro discurso, delimitar outra regularidade, e portanto, produzir outro sentido.

Na medida em que afirmamos que a tradução não existe, senão enquanto prática de substituição/adaptação/adequação/aproximação cultivada pelos tradutores e intérpretes em geral – esta sim existe, a duras penas, e cumpre papel razoável na sociedade, inclusive a possibilidade de globalização –, assumimos um gesto metodológico (10) que postula que

tradução não existe enquanto transposição integral da abrangência significativa. Este método é oriundo de Auroux (2008, p. 128), quando afirma que “a tradução é possível, mas necessariamente aproximativa”. Traduzir é deslocar. A tradução não existe enquanto transposição de tudo que uma palavra, enunciado ou discurso carregam na sua complexidade de funcionamento, sobremaneira o sentido, razão de ser dessas unidades. Se a tradução existe na sociologia, vamos dizer que não existe na semântica, pelo simples fato de que um sentido não se traduz, um sentido se produz (esta discussão ficará mais aclarada quando das definições do sentido, a seu tempo). Inclusive, não só a tradução entre língua¹ e língua² é problemática, mas também a descrição de um sentido é precária, já que ao descrever algo¹, já temos algo²... Eis a condição escorregadia dos sentidos diante da necessidade da tradução.

Esta questão pode não ser tão grave para outra filiação de saber, mas aqui é impactantemente local: a tradução para um linguista semanticista é sempre um problema. Problema não pelo que se muda, ou pelas paráfrases metodológicas, mas problema pelo que se perde, mesmo que a tradução possa ser perda lamentável por um lado e ganho inventivo, por outro. E esta necessidade nos obriga a uma postura, qual seja: mesmo diante da insuficiência ousada da tradução enquanto concepção, devemos aceitá-la enquanto noção. A tradução é aqui meramente uma condição. Se para nós sua constituição é ilusória, nas condições exigentes da semântica, precisamos “supor sua existência” para acessarmos um acervo que só existe em outras línguas e por isso em outras regularidades e outras condições.

Deste modo, diante de tradutores exigentes, e insatisfeitos com qualquer prática tradutória, inclusive a nossa, optamos por deixar tanto a (possível) tradução quanto o original no corpo do trabalho, cientes de que “a redução da diversidade numa língua de referência provoca uma perda de conhecimentos” (AUROUX, 2008, p. 128). E infelizmente esta perda é inevitável em um trabalho que envolve pelo menos quatorze línguas, o que pode ser amenizado se lidamos com os originais. Estamos dizendo que as traduções não engendram nosso texto principal. Elas são uma necessidade acadêmica formal. A pertinência, de fato, fica nos originais, felizmente aqui presentes.

- Hipótese:

Deixado por último, porque toda esta organização acima nos permite melhor situá-la, apresentamos nossas hipóteses centrais. Falamos de hipóteses bases porque no decorrer da tese levantaremos várias outras hipóteses menores, que a discussão permitirá, mas todas

ligadas a estas duas. A primeira hipótese principal refere-se ao primeiro objeto de estudo, o paradoxo, e a segunda hipótese principal refere-se ao segundo objeto de estudo, a TBS.

A *primeira hipótese principal* coincide com a terceira metodologia acima descrita, a interdependência. Porém, a metodologia acima descrita é uma metodologia geral, constitutiva da teoria, e por consequência, própria para seus vários objetos aplicados a ela. Por outro lado, nossa hipótese central, a partir da metodologia da interdependência, procurará desenvolver o que chamamos de *paradoxo semântico*. Esta primeira hipótese do paradoxo semântico trata-se do desafio teórico de pensar o paradoxo fora de divisões. O que não é fácil, na medida em que temos que mobilizar teoricamente um arcabouço que possa observar esta estranha junção semântica. Por isso, ela é, em certa medida, uma hipótese de qualidade teórica, que só se efetivará na medida em que puder atualizar – sem transtornar seus alicerces – a teoria aqui adotada.

Exemplifiquemos esta nossa primeira hipótese: ora, dizer que um zumbi (lexicograficamente, um *morto-vivo*) é vivo ou é morto, ou é mais vivo e menos morto, ou mais morto e menos vivo, ou bastante vivo para um morto, ou demasiado morto para um vivo etc, resume dois gestos incoerentes e por isso, infelizes do analista: tentativas frustradas de resolver o insolucionável; e assumir que não se estudava o paradoxo, mas outro objeto, já que este não se resolve. E como observar isto teoricamente? Eis a questão-base para cumprimento de nossa hipótese.

Essa postura hipotética específica do *paradoxo semântico* nos afasta de muitos trabalhos “exatos”, e nos aproxima de uma série de outros trabalhos “menos lógicos”. Ela propõe afastar-nos de pensar o paradoxo pelo critério da *solução lógico-matemática* (resolver o paradoxo pela separação dos contrários) em detrimento do critério de *observação argumentativa* (entender o paradoxo pela união dos contrários).

A *segunda hipótese central*, ligada ao nosso objeto da TBS, proporrá uma (re)leitura do tradicional quadrado argumentativo da TBS, que, conforme apontamentos de Carel, já é insuficiente para tratar as espessuras da significação e do sentido, na relação entre doxo e paradoxo. Assim, proporemos, de modo inédito, o *cubo argumentativo*. Esta segunda hipótese central do cubo argumentativo será desenvolvida principalmente nos últimos capítulos, e servirá de aprofundamento para investigar a primeira hipótese, o paradoxo semântico.

CAPÍTULO I – O PARADOXO

O paradoxo aparece principalmente nos estudos da Lógica, Filosofia, Retórica, Linguística e Literatura. Há, por isso, uma tradição de se estudar o paradoxo por classificações, como por exemplo, as tipificações apresentadas por Wołowska (2005). Para ela, o que se chama paradoxo desdobra-se em: perspectiva lógica (restrito a categorias de verdade), perspectiva filosófica (servindo para mostrar erros de teorias), perspectiva retórica (ao contrário da lógica e filosofia, é na língua e pela língua que se observa o paradoxo na retórica, para fins pragmáticos), perspectiva lexicográfica (resume-se na prática metaparadoxal de “colher” paradoxos da Lógica, Filosofia, e Retórica, dentre outros, e inseri-los em entrada de dicionários, com dados próprios da lexicografia, como datações, localizações etc), e a perspectiva linguística (que jogará com estes todos, conforme a teoria linguística, partindo da língua enquanto elemento que privilegia a apreensão, reflexão e compreensão do paradoxo). Este último merece especial atenção diante do fato de que não se apreende o paradoxo senão pela sua enunciação, pelas marcas de qualquer língua, não importa a concepção lógica, filosófica, retórica, literária ou outra qualquer: a língua é a condição do paradoxo. Mesmo assim “[...] a linguística, há muito tempo, mostra um desinteresse senão total ao problema do paradoxo” (WOŁOWSKA, 2008, p. 108)⁷.

Evidentemente, nossa metodologia não visa perpetuar ou continuar estas tipificações. Mesmo assumindo uma perspectiva Linguística aqui, e especificamente uma linguística argumentativa, nossos desdobramentos do paradoxo far-se-ão diferentes dos mencionados acima.

Em todas estas perspectivas, e outras, nós vamos dizer que existem dois modos apenas de se pensar o paradoxo. O cerne deste capítulo é refletir sobre estas duas linhas de pensamento sobre o paradoxo, que são basicamente, entendemos, o cerne dos estudos deste objeto, até então: uma vertente que apregoa a *separação de dados (resolutiva)*, e outra que postula a *união de dados (observacional)*. Po exemplo, estudar o termo vai-vem pela sua interdependência [vai-vem], ou estudá-lo pelo seu estancamento [vai] [vem].

Obviamente, o paradoxo vai além desta simples dicotomia, mas este capítulo cumpre a função de produzir efeitos de um primeiro panorama, que se tornará amplamente mais

⁷ « [...] la linguistique ait si longtemps montré un desinteret ait si total au probleme du paradoxe » (WOŁOWSKA, 2008, p. 108).

complexo por ocasião da evolução da pesquisa. Como pressuposto teórico, embasar-nos-emos, neste capítulo, nos estudos da linguista polonesa Katarzyna Wołowska, principalmente naquilo que tem de aproximação com a Teoria dos Blocos Semânticos, além de outros autores de renome no assunto.

Pensar o paradoxo sempre foi um desafio para qualquer época e qualquer ciência. O “paradoxe du menteur” inaugurou oficialmente um período de incômodo, já na Grécia, nos espaços de discussões intelectuais dos filósofos gregos. Ali foi discutido de modo bem especulativo, e pela falta de uma solução (entendia-se que falar em paradoxo resumia-se em falar em tentativa de solução, já que a história das ideias científicas pauta-se sobremaneira sobre resoluções), foi quase que totalmente deixado de lado, da Idade Média até o final do século XIX: “os problemas teóricos que os homens se põem são resolvidos por preterição, isto é, cessando simplesmente de se por tais problemas” (COHEN, 1970, p. 17, tradução nossa)⁸.

Temos aí o sentido patricarcal: as ideias linguísticas e semânticas do passado não concebiam o paradoxo enquanto um objeto de pesquisa, mas enquanto uma *anomalia*. E anomalia não era pesquisada, nos primórdios da ciência (quicá da Linguística, que apenas voltou olhares para estes objetos por lentes da Pragmática, ainda na contemporaneidade da segunda metade do século passado).

Iniciamos este trabalho cientes de que pesquisar o paradoxo no século XXI é entender que temos o desafio de um objeto antigo para um modo de raciocínio moderno. Por isso não o tomaremos pela nomeação de “contradição”, que é o nome técnico dado pela Lógica, Filosofia e Retórica para (não) tratar do paradoxo, como veremos em muitos dicionários. Não é nosso propósito fazer eco à exigência de um momento histórico-ideológico positivista cujo critério de ciência era a distinção de verdadeiro do falso, nem entender uma forma de ligar termos paradoxais a um referente do mundo. Escolhemos outro rumo.

1.1 A relação Lógica/Semântica

Partimos, então, dos estudos do paradoxo realizados por Wołowska (2008). A linguista polonesa explica bem que o paradoxo convencionou-se historicamente, uma palavra (não-

⁸ Do original : « bien des problèmes théoriques que se posent les hommes sont résolus par préterition, c’est-à-dire en cessant tout simplement de les poser » (COHEN, 1970, p. 17).

objeto) da Lógica. É por ela mencionado, é por ela refutado. A autora evidenciou basicamente dois princípios sobre o paradoxo:

- *O princípio da Lógica*: A *Lógica* expressa categoricamente que não há lugar para contradição no seu fazer ciência, entendendo a contradição enquanto dois opostos que não se coadunam (definição da Lógica, como veremos). Segundo Wołowska (2008, p. 31, tradução nossa)⁹, “O princípio fundamental da lógica, a norma que rege tanto a língua como a metalíngua, é o princípio da não-contradição”.
- *O princípio da Semântica*: Por outro lado, a autora explica que os estudos da *Semântica* (sem especificar qual) devem aceitar sem problemas esta contradição, ainda entendendo a contradição enquanto dois opostos, mas agora, que se coadunam. Ela observa que a espessura discursiva dos sentidos prevê esta unidade estranha do paradoxo: “O mecanismo semântico consiste em introduzir uma contradição em uma sequência discursiva” (WOŁOWSKA, 2008, p. 31, tradução nossa)¹⁰.

Por exemplo, o enunciado do dicionário espanhol “[...] o mais pobre é o que mais gasta” (MOLINER, 1989, p. 63), pode ter seu sentido paradoxal duplamente estudado: tanto por uma postura Lógico-separatista de [POBRE] portanto [NEG-TER DINHEIRO] e [POBRE] no entanto [TER DINHEIRO], e outra postura semântica interdependente de [POBRE portanto/no entanto (NEG)-TER DINHEIRO] – chamamos a atenção para os diferentes usos das chaves, num e noutro. Como vimos, nossa opção é pelo segundo princípio, o interdependente.

Deixaremos sem um tratamento adequado, por ora, este uso de conectivos como *no entanto* e *portanto*, que têm função capital neste trabalho. Limitar-nos-emos a dizer que eles são marcas técnicas de interdependência, como explica Carel (2011a, p. 387, tradução nossa)¹¹: “A conjunção *portanto*, segundo as pesquisas lógicas, *compara* dois julgamentos;

⁹ Do original: « Le principe fondamental de la logique, la norme qui régit aussi bien la langue que la métalangue, est le principe de [non-]contradiction » (WOŁOWSKA, 2008, p. 31).

¹⁰ Do original: « Le mécanisme sémantique consistant à introduire une contradiction dans une séquence discursive » (Wołoska, 2008, p.31).

¹¹ Do original: « [...] la conjonction *donc* qui, selon les approches logiques, *compare* deux jugements, alors que, selon la TBS, elle constitue au contraire une conjonction élémentaire *construisant* un unique jugement » (CAREL, 2011a, p. 387).

enquanto, segundo a Teoria dos Blocos Semânticos, ela constitui, ao contrário, uma conjunção elementar, que *constrói* um único julgamento”.

1.2 A relação paradoxo lógico/paradoxo literário

Neste tópico, queremos expor os estudos interessantes de Wołowska por ocasião do paradoxo lógico e paradoxo literário, ainda na esteira das duas posturas clássicas de estudos do paradoxo: a lógico-separatista e a não-lógica unificativa.

Wołowska (2008, p. 21-54) aborda, em seus estudos, as ideias que constroem o paradoxo em vários saberes, agora na Língua Natural, na Lógica, na Literatura, na Poética, na Retórica e na Linguística. Deles, secciona os grupos de saberes que assumem paradoxo por vias de união, e os saberes que preferem o paradoxo por vias de separação.

Para a autora, entre os saberes que se filiam à postura da não-contradição, temos basicamente a Língua Natural e a Lógica (para este grupo, a linguista fala de *paradoxo lógico*). Neles, a ideia de paradoxo significa inadequação, é de recepção pejorativa. É impossível exprimir um valor que não seja nem verdadeiro nem falso. Aqui o paradoxo deve ser evitado.

Segundo ela, entre os saberes que aceitam isto que a Lógica chama contradição, temos pelo menos as pesquisas em Literatura e Retórica (para este outro grupo, a linguista fala de *paradoxo literário*¹²). Para este grupo, a ideia de paradoxo objetiva adequação, é de recepção positiva. Aqui o paradoxo deve ser construído:

Nesta ótica, o paradoxo é definido como uma aproximação discursiva de duas palavras ou proposições contraditórias [...] como uma oposição entre dois elementos semânticos quaisquer que se excluem mutuamente. Esta perspectiva, **que privilegia a língua como o lugar e a condição necessária da criação de paradoxos**, se opõe, portanto, relativamente a qualquer que seja, à perspectiva lógico-filosófica (WOŁOWSKA, 2008, p. 26-27, tradução nossa, grifo nosso)¹³.

¹² A noção de paradoxo literário não é da autora, mas própria da escola literária, assumida, por exemplo, por autores como Riffaterre (1996, p. 149 *apud* WOŁOWSKA, 2008, p. 27).

¹³ Do original : « Dans cette optique, le paradoxe est défini comme un rapprochement discursif de deux mots ou propositions contradictoires [...] comme une opposition entre deux éléments sémantiques quelconques qui s'excluent mutuellement. Cette perspective, qui privilégie la langue comme le lieu et la condition nécessaire de

Temos em todos os saberes mencionados, duas posturas, portanto. É interessante ressaltar que a maioria dos dicionários perpetua uma definição apenas do paradoxo lógico, que não aceita a contradição. De todos os cerca de quarenta dicionários por nós pesquisados, em apenas um consta esta dupla definição de paradoxo sugerida por Riffaterre: o dicionário francês *Le Dictionnaire du Littéraire* (DION, 2002, p. 419-420, tradução nossa)¹⁴. Segundo este dicionário francês,

Nós podemos ainda, à esteira de Michael Riffaterre, introduzir uma distinção suplementar entre paradoxo lógico e paradoxo literário; este último tem por particularidade surpreender contradizendo a opinião comum, mas também fazer entrever uma verdade profunda sob a cobertura de um absurdo, enquanto o paradoxo lógico, ao inverso, parte de premissas aceitáveis para conduzir a uma conclusão inesperada e inaceitável.

No que tange ao interesse linguístico, ambos os paradoxos lógico e literário têm nascedouro na língua. Ambos trabalham com elementos do sistema da língua, com palavras ou outras combinações, “corretas e aceitáveis”, como chamam os lógicos. Mas como se viu, a concepção das ideias do paradoxo lógico (a junção entre termos opostos da língua é absurda e impossível) é distinta da concepção das ideias do paradoxo literário (a junção entre elementos linguísticos opostos é absurda, mas possível):

[...] a junção discursiva parece surpreendente, absurda. No entanto, é dessa junção que nasce um outro sentido [...] a tensão semântica que se produz, assim, longe de ser um fim à ela mesma, é considerada como uma provida de uma função pragmática particular, consiste a atrair a atenção do destinatário

la création des paradoxes, s’oppose donc, quelque relativement que ce soit, à la perspective logico-philosophique » (WOŁOWSKA, 2008, P. 26-27).

¹⁴ Do original : « On peut encore, à l’instar de Michael Riffaterre, introduire une distinction supplémentaire entre paradoxe logique et paradoxe littéraire ; ce dernier a pour particularité de surprendre en contredisant l’opinion commune mais aussi de faire entrevoir une vérité profonde sous le couvert d’une absurdité, alors que le paradoxe logique, à l’inverse, part de prémisses acceptables pour aboutir à une conclusion inattendue et inacceptable. » (DION, 2002, p. 419 – 420).

para o enunciado ‘bizarro’ para melhor sublinhar o que ele quer dizer no fundo (WOŁOWSKA, 2008, p. 27, tradução nossa)¹⁵.

Wołowska (2008, p. 34) vai dizer que o paradoxo literário é um *paradoxo da língua*, atento para o discurso e seus efeitos, enquanto o paradoxo lógico é indiferente aos problemas da língua e do discurso (o paradoxo lógico resume-se num jogo de ser verdadeiro, ou falso) – a seu tempo precisaremos a riqueza da noção de discurso –. Por isso nos interessa mais a postura do paradoxo literário, o paradoxo da língua. Ele nos ajuda a pensar teoricamente o paradoxo, enquanto uma noção: o *paradoxo semântico*, nossa hipótese, que, com ecos nos paradoxo literário, ou paradoxo de língua, nos dá bases para pensá-lo agora não apenas estilisticamente, figurativamente, ornamentalmente etc, mas argumentativamente.

Ao assumir a linha de pensamento (e de pesquisa) da concepção do paradoxo literário, o que queremos reter é o seu modo de entender que o paradoxo não tem tanto valor pela característica contraditória presente na sua estrutura seccionadamente, mas antes na sua função de promover significâncias não plenas e até não presentes na estrutura. No âmbito da enunciação, os termos, ao se combaterem e se excluírem, reciprocamente, cunham a inteligência para um acordo (FONTANIER, 1968, p. 137 *apud* WOŁOWSKA, 2008, p. 29).

Wołowska (2008, p. 34, tradução nossa)¹⁶ antenta-se para o papel da Linguística no tocante ao paradoxo: “no entanto, se a lógica formaliza muito, a retórica e a poética parecem formalizar muito pouco: é portanto nas pesquisas linguísticas que se deve procurar o equilíbrio”.

1.3 As relações constitutivas do paradoxo semântico

A esta altura, podemos dizer que entendemos o *paradoxo semântico* – nossa hipótese base – enquanto *noção capaz de expressar um meio privilegiado de enunciar a*

¹⁵ Do original : « [...] la jonction discursive paraît surprenante, voire absurde. Pourtant, c’est de cette jonction que naît un autre sens [...] la tension sémantique qui se produit ainsi, loin d’être une fin à elle-même, est considérée comme pourvue d’une fonction pragmatique particulière, consistant à attirer l’attention du destinataire vers l’énoncé<bizarro> pour mieux souligner ce qu’il veut dire au fond» (WOŁOWSKA, 2008, p. 27).

¹⁶ Do original : « Cependant, si la logique formalise trop, la rhétorique et la poétique semblent formaliser trop peu : c’est donc dans les approches linguistiques qu’il faudra chercher le juste milieu » (WOŁOWSKA, 2008, p. 34).

indissociabilidade de significâncias opostas, haja palavras estruturais para estas enunciações ou não. Teoricamente falando, é um modo enunciativo da “falta”. Na falta de um lexema que conjugue a estranheza de dois opostos, constrói-se o paradoxo. Uma falta que incomoda a Linguística, que não sabe o que fazer com ela, porque suas enunciações ilustram um efeito de “é-contraditório-portanto-a-Linguística-não-sabe-o-que-fazer-com-ele”. É antes de tudo o aspecto da falta: faltam expressões na língua, já que a língua é regida por elaborações mais evidentes, e o sentido se dá em níveis mais aparentes. É a estranheza de um conteúdo no qual uma coisa é outra e é ela mesma, ao mesmo tempo.

Isso põe que a dinâmica do sentido paradoxal não é alternativa [A] ou [B], nem opositiva [A] *versus* [B], mas interdependente [A + NEG-A]. Como afirma Wołowska (2008, p. 13) ao dizer que o paradoxo tem uma função: “sua função é de unificar, e não de dividir” (WOŁOWSKA, 2008, p. 13, tradução nossa)¹⁷.

Além da interdependência, queremos aqui marcar que o *paradoxo semântico* possui outras determinâncias que o constituem, que veremos ao longo deste trabalho. Podemos inicialmente marcar aqui, por exemplo:

- a) *A relação de desestabilização das palavras plenas* – dada por funcionamentos do tipo [A *mas* B] ou pelo articulador *quase*, por exemplo: “Pedro não é burro, mas não é inteligente”, que produziria um paradoxo de “quase-burro” (lugar semântico entre os valores de *burrice* e *inteligência*).
- b) *A relação entre os parâmetros científico e os horizontes de retrospectão* – por exemplo: para o parâmetro científico da Geografia Física (que é o do senso comum), o enunciado-definidor “um monte não existe” (do *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*), é paradoxal e sua negação “um monte existe” é um enunciado doxal. Mas para o parâmetro científico da Lógica Matemática moderna, após o “momento da descoberta”, o horizonte de retrospectão de um novo modelo, da não possibilidade de um haver um monte (a impossibilidade de precisar o momento exato em que o acréscimo dos grãos torna-se uma totalidade, o monte), instaura-se um novo horizonte de retrospectão que inverterá o significado do enunciado “um monte não existe”: ele passa a ser doxal e sua afirmação “um monte existe” passa a ser paradoxal, depois desta descoberta.

¹⁷ Do original : « sa fonction est d’unifier et non de diviser » (WOŁOWSKA, 2008, p. 13).

- c) *As relações de falta ou combinações de palavras* – já que uma das propriedades do paradoxo é jogar com a “falta”. Isto é, faltam palavras para certas significâncias não-pletas de palavras. Por exemplo, no enunciado-exemplo do *Diccionario de uso del Español*: “aquele que não tem nada, tem tudo!” (MOLINER, 1989, p. 634) fica fácil entender esta determinância de que falta uma palavra capaz de carregar um semantismo [não-ter-nada-no-entanto-ter-tudo]. No caso do paradoxo, por exemplo, na falta de uma palavra para expressar a indissociabilidade de significâncias opostas entre “acordado” e “dormindo”, que produziria algo como uma “sonolência”, diz-se no português do Brasil um conjunto de palavras para suprir esta falta: “Pedro está dormindo acordado”.

Além das determinâncias acima, ainda concordaremos com Wołowska¹⁸ no que ela dirá sobre o paradoxo:

- 1) A “*natureza*” do paradoxo é *semântica e discursiva*, e não referencial, gramatical, artefactual ou de registro. Como bem explica Wołowska (2008, p. 79, tradução nossa)¹⁹: “o paradoxo da língua é um fenômeno semântico-discursivo, e não gramatical ou referencial”. Já que o paradoxo é “uma descrição semântica dos fenômenos discursivos” (WOŁOWSKA, 2008, p. 46, tradução nossa)²⁰.
- 2) O paradoxo se produz por uma *relação de dissimulação*. Isto é, a relação entre dois segmentos opostos (que produz o efeito paradoxal) é de dissimulação, no sentido que um transtorna o outro. Essa consideração guarda fortes ecos com Carel (2011a), como no exemplo já dado: “Pedro não é burro, mas não é inteligente”, que transtorna (dissimula) tanto *burro* quanto *inteligente* através do *mas*. Há uma “[...] dissimulação de dois conteúdos semânticos” (WOŁOWSKA, 2008, p. 50, tradução nossa)²¹. E essa

¹⁸ Wołowska seguirá investigando o paradoxo com teorias distintas da nossa. Mas se nos afastamos da autora pela escolha da teórica principal, damos eco aos seus estudos no tocante à sua refinada concepção do paradoxo, parcamente estudado na Linguística e em outras áreas, e ao distinto levantamento de tipologias paradoxais, principalmente. Obviamente, efetivaremos nossa pesquisa sob lentes da TBS, e demais arcações teóricas relevantes.

¹⁹ Do original: « Le paradoxe de langue est un phénomène sémantique-discursif et non pas grammatical ou référentiel » (WOŁOWSKA, 2008, p. 79).

²⁰ Do original : « une description sémantique des phénomènes discursifs » (WOŁOWSKA, 2008, p. 46).

²¹ Do original: « dissimulation de deux contenus sémantiques » (WOŁOWSKA, 2008, p. 50).

dissimulação é produzida pelo processo enunciativo de elementos opostos unidos pelo/no discurso (WOŁOWSKA, 2008, p. 59);

- 3) É uma *relação de afirmação-negação simultânea*. Um fenômeno estranho, mas possível, que apresenta “relação entre dois termos que afirmam e negam o mesmo elemento conhecido” (WOŁOWSKA, 2008, p. 23, tradução nossa)²², como no caso do termo paradoxal “morto-vivo” da *Enciclopédia e Dicionário ilustrado* (KOOGAN; HOUAISS, 1997, p. 1699), que ao definir “morto saído da Tumba” tanto nega a morte (pelo termo *saído*) quanto a vida (pelo termo *da Tumba*), e os afirma pela mesma lógica.

Em todos esses casos, o paradoxo é uma relação de língua que atualiza aquilo que é doxal, para uma efeito anti-doxal, sem abandonar os termos doxais. Nos dizeres de Wołowska, é uma *relação de atualização* do doxal em paradoxal, no sentido de que é um “[...] mecanismo semântico [...] semelhante que consiste em atualizar uma contradição aparente visando orientar a interpretação para outro sentido” (WOŁOWSKA, 2008, p. 30, tradução nossa)²³.

1.4 A relação paradoxo/Retórica

Como este capítulo objetiva instaurar um panorama sobre os estudos do paradoxo que antecederá nossas discussões teóricas e analíticas, após as apresentações próprias da Lógica, passemos a expor uma outra linha clássica dos estudos do paradoxo, a da Retórica. Ainda sob a dicotomia-chave acima exposta, se a Lógica é partidária da rejeição da contradição, e trabalha unilateralmente [ou X], ou [NEG-X], a Retórica, por sua vez, é partidária da aceitação da oposição, e trabalha bilateralmente [X + NEG-X].

Exporemos adiante as relações opositivas clássicas das figuras retóricas, da Retórica (o que não significa de modo algum, é bom que se marque, para leitores mais radicais, incoerência teórica, já que concordar com tipologias não significa assumir teorias).

²² Do original: « relation entre deux termes qui affirment et nient le même élément de connaissance » (WOŁOWSKA, 2008, p. 23).

²³ Do original: « mécanisme sémantique semblable qui consiste à actualiser une contradiction apparente pour orienter l'interprétation vers un autre sens » (WOŁOWSKA, 2008, p. 30).

Marcamos que não filiamo-nos à Retórica, de argumentação persuasiva, já que nossa base é de argumentação linguística, como veremos. O que dela retemos neste momento é a adesão à ideia de poder (teoricamente) enunciar paradoxos, e observar seus sentidos. Ou seja, a sua filiação a um paradoxo literário – que vê com bons olhos o paradoxo, ao contrário da Lógica –, nos é interessante. Deste modo, usar nomeações da retórica não significa que façamos, professemos ou nos filieemos à Retórica clássica, ou qualquer outra.

As figuras retóricas são, a princípio, de base lexical, isto é, não estão filiadas ao âmbito do funcionamento da linguagem. São tipos de significações estruturais. Passemos a uma rápida visada da tipologia paradoxal retórica:

A) ANTANACLASE (relação entre mesmas palavras): segundo Wołowska (2008, p. 30, tradução nossa)²⁴, “consiste em aproximar duas acepções lexicais ou discursivas da mesma palavra”. São exemplos:

- Porque às vezes, é bom *escolher a partir de não escolher*;
- *Morrer não é morrer*, meus amigos, é mudar.

B) OXÍMORO (relação entre palavras contraditórias): “[...] constitui uma união direta de duas palavras contraditórias” (WOŁOWSKA, 2008, p. 30, tradução nossa)²⁵. Ou como explica Landheer (1996, p. 113-114, tradução nossa)²⁶: “o oximoro é uma expressão verbal que não cobre apenas um único constituinte; o mais comum é uma combinação nome/adjetivo”. São exemplos:

- Eles se arrastam de forma penosa na sua *velha juventude*.
- Um *silêncio eloquente*.
- Uma *obscura claridade*

C) PARADOXO SINONÍMICO (relação entre uma palavra e seu sinônimo contrário): sugerido por Landheer (1996, p. 108; 113). Como explica Wołowska (2008, p. 47 e

²⁴ Do original: « [...] consiste à rapprocher deux acceptions lexicales ou discursives du même mot. [...] Car parfois, c’est bien **choisir de ne choisir pas** (MONTAIGNE, *apud* LANDHEER, 1961, p. 104) **Mourir n’est pas mourir**, mes amis, c’est changer (LAMARTINE, *apud* LANDHEER, 1961, p. 104).» (WOŁOWSKA, 2008, p. 30).

²⁵ Do original: « [...] constitue une union directe de deux mots contradictoires. Ils se traînent à peine en leur **vieille jeunesse** (GILBERT *apud* MORIER, 1961, p. 829) » (WOŁOWSKA, 2008, p. 30).

²⁶ Do original: « l’oximore est une expression verbale qui ne couvre qu’un seul constituant, le plus souvent une combinaison Nom/Adjectif : [...] *un silence éloquent, une obscure clarté* » (LANDHEER, 1996, p. 113-114).

49, tradução nossa)²⁷, não consta nas figuras retóricas, e parece de difícil enquadramento nos dois anteriores, já que sua relação é estrutural de oposição entre palavras sinônimas. São exemplos:

- Giscard pensa no *futuro*, mas não no *porvir*.
- É traição se *casar* sem tornarem-se *esposos*.
- *Morrer* não me incomoda em nada. Mas me causa pena *deixar a vida*.

Ainda é interessante considerar a existência de um tipo mais marginal, mas existente na sua singularidade:

D) PARADOXO HIPONÍMICO: (relação entre uma palavra e seu hiperônimo contrário), como explica Landheer (1996, p. 113, tradução nossa)²⁸: “a reabsorção dessas contradições aparentes se faz sempre por um adissimulação qualquer na semântica dos elementos lexicais”. É exemplo:

- *Lindt e não-chocolate*.

Resumidamente, temos:

Quadro 1 – Tipologia paradoxal principal da Retórica

Tipologia paradoxal retórica	relação lexical
Antanacrise	relação paradoxal entre X e contrário de X
Oxímoro	relação paradoxal entre X e não-X
Paradoxo sinonímico	relação paradoxal entre X e não-{sinônimo de X}
Paradoxo hiperonímico	relação paradoxal entre X e não-{hiperônimo de X}

Obviamente, outros tipos existem, alguns como por exemplo, a “antítese” de Landheer (1996, p. 113) e o “contrário” de Wołowska (2005, p. 104), que não constituem paradoxo para nós, porque apenas ladeam termos opostos, mas não configuram mescla destes termos.

²⁷ Do original :

« Giscard pense au **futur**, mais pas à l'**avenir** (SANGUINETTI *apud* RASTIER, 1987, p. 80). C'est trahison de **se marier** sans **s'espouser** (MONTAIGNE). De **mourir**, ça ne me fait rien. Mais ça me fait peine de **quitter la vie**. (PAGNOL) » (WOŁOWSKA, 2008, p. 47; 49).

²⁸ Do original: «La résorption de ces contradictions apparentes se fait toujours par une dissimilation quelconque dans le sémantisme des éléments lexicaux» (LANDHEER, 1996, p. 113).

Ainda é interessante dizer que pudemos observar que os muitos dicionários por nós pesquisados ao longo desta pesquisa acabam por perfazer três grupos básicos, no tocante ao paradoxo: um primeiro, que trata dessa fenomenologia da contradição pela entrada *paradoxo*; um segundo, que trata dessa mesma fenomenologia da contradição pela entrada *oxímoro* (e não apresenta a opção “paradoxo”), e um terceiro grupo, que não trataria de nenhum dos dois. Poderíamos falar de um quarto grupo que apresenta os dois.

Hipoteticamente, pela nossa amostragem dos dicionários aqui utilizados, o primeiro grupo parece ser o maior, e o segundo o menor – de acordo com o nosso levantamento parco e limitado, que está longe de esgotar a infinitude da prática lexicográfica, mercantil, especializada ou não, dos dicionários. Em todo caso, nosso objetivo não requer a precisão dessa informação quantitativa. Por exemplo, ao procurar a entrada *paradoxo* no *Dictionnaire de la Linguistique*, de Mounin (1974, p. 240-246) só encontramos “paradoxismo”. E como definição do mesmo, temos o termo “oxímoro”, dado como sinônimo de “paradoxismo”.

Vamos nos afastar de definições como as deste referido dicionário francês: “Deve-se distinguir o oxímoro, que tende a dizer que A é não-A, do paradoxo, que diz que A não é A, e da antítese, que diz que A não é não-A” (MOUNIN, 1974, p. 246, tradução nossa)²⁹. Se na tipologia Retórica estes modelos são estanques, nós, por nosso turno, não separaremos oxímoro de paradoxo para nossa definição técnica: o oxímoro, para nós, é um tipo de paradoxo semântico, pois vimos que paradoxo é todo tipo de conteúdo que “mescla” significações/sentidos opostos, não importa o lugar sintático, função morfológica ou valor gramatical qualquer, já que o paradoxo é observado argumentativamente, e não informacionalmente. Se para a Retórica há três tipos clássicos, para nós, eles se subsumem todos no paradoxo. Enquanto os retóricos não consideram as figuras retóricas acima enquanto paradoxos, nós sim. Não nos filiamos a essas marcações demasiado frásticas, porque elas fogem de um propósito mais inclusivo, interdependente, não segmentado. Por exemplo, retomemos o *Diccionario de uso del Español* :

Paradoja. (Do gr. <parádoxa>, comp. Com <pára> e <doxa>, opinião; v. <PARA-, -DOXIA>) [...] Expressão em que há uma *incompatibilidade aparente, que termina em um pensamento mais profundo do que o que enuncia; como em ‘aquele que não tem nada, tem tudo!’ [...] Coexistência

²⁹ Do original: « Il faut distinguer l’oxymoron qui tend à dire que A est non-A, du paradoxe qui dit que A n’est pas A et de l’anthitèse qui dit que A n’est pas non-A. » (MOUNIN, 1974, p. 240-246).

ilógica de coisas: ‘É um paradoxo que o mais pobre é o que mais gasta’ (MOLINER, 1989, p. 634, tradução nossa)³⁰.

Se analisarmos pela Retórica, Moliner apresenta duas definições-exemplo de *paradoja* que são figuras de linguagem: uma do tipo oxímoro (“...nada...tudo”), e outra do tipo sinonímico (“...pobre...o que mais gasta”).

Por nosso turno, um dos vários modos de observar argumentativamente esses exemplos é pela mobilização do *mas*³¹: observando o dito oxímoro por um paradoxo do tipo “Não tem nada, mas tem tudo”, e o dito sinonímico por um paradoxo do tipo “Não tem o que gastar, mas gasta”.

Apresentados os estudos da Retórica e nossa postura em relação a eles, afastando-nos de toda explicação persuasiva ou estrutural da Retórica, vamos entender que o semantismo da frase se estabelece pelas palavras que a organiza, sincrônica e diacronicamente. Veremos adiante que nosso signo é a frase, a frase significa em si, não só as palavras, distantes da metodologia Retórica, que para afirmar que não há paradoxo na antanaclase e no oxímoro, está se valendo apenas das palavras, não da frase. Como explica Wołowska (2008, p. 33, tradução nossa)³², devemos: “[...] ler um sintagma ou um enunciado paradoxal (p.ex. *a torrente imóvel*) como um só significante”. Por exemplo, na frase: “*Nascer é apenas começar a morrer*” a leitura em um só segmento “surpreenderá e escandalizará o leitor, impondo-lhe delimitar este enunciado como uma certa totalidade” (WOŁOWSKA, 2008, p. 33, tradução nossa)³³.

Há ainda uma segunda linha tipológica que nos interessa, justamente porque extrapola as disposições estruturais do paradoxo e exige o funcionamento da língua para acontecer. Por exemplo, ainda conforme a Retórica, temos a:

³⁰ Do original : “**Paradoja.** (Del gr. <parádoxa>, comp. Con <pára> y <doxa>, opinión; v. <PARA-, -DOXIA> [...]) Expresión en que hay una *incompatibilidad aparente, que está resuelta en un pensamiento más profundo del que la enuncia; como en ‘el que no tiene nada, lo tiene todo!’ [...] Coexistencia ilógica de cosas: ‘Es una paradoja que el más pobre es el que más gasta’” (MOLINER, 1989, p. 634).

³¹ Chamamos a atenção para o fato de que, neste trabalho, propomos o estudo do *mas* em consonância com os trabalhos atuais de Carel (2011a), que apreende em concessão [A mas B], e não em oposição [A] mas [B], como veremos.

³² Do original : « [...] lire un syntagme ou un énoncé paradoxal (p. Ex. *Le torrent immobile*) comme un seul signifiant. [...] Naître, c’est seulement commencer à mourir » (WOŁOWSKA, 2008, p. 33).

³³ Do original : « Le rapprochement des présupposés contradictoires dans un seul segment surprendra et scandalisera le lecteur, en le poussant à délimiter cet énoncé comme une certaine totalité » (WOŁOWSKA, 2008, p. 33).

E) PARADIÁSTOLE (relação de ironia): Também tomado por empréstimo das figuras retóricas, trata-se de mais de uma significação dada entre as duas palavras do que a utilização ou não de mesmas palavras (antanaclase) ou palavras contrárias (oxímoro). Seria uma paradiástole, o enunciado abaixo (WOŁOWSKA, 2008, p. 30, tradução nossa)³⁴:

Ele é *amável* como uma porta de *prisão*.

Como é difícil estabelecer relação léxico-estrutural entre o adjetivo *amável* e o substantivo *prisão*, que se contrapõem, mas não no âmbito da oposição (que seria respectivamente *odiável* e *liberdade*), vamos entender que se trata de um funcionamento paradoxal enunciativo.

Também é interessante dizer que, como a antanaclase e o oxímoro, a Retórica não considera a paradiástole um paradoxo, mas uma figura de linguagem. Nós, certamente, porque observamos argumentativamente ali sentidos opostos interdependentes. A paradiástole é um paradoxo enunciativo, já que a ironia é um fenômeno enunciativo.

Findamos aqui este panorama inicial dos estudos clássicos do paradoxo, lógico e retórico, localizando-os respectivamente em duas linhas de pesquisa: a Lógica na linha de estudos que estudam o paradoxo separando seus elementos, e a Retórica na linha de estudos que observam interdependentemente os seus elementos. Embora assumamos a linha interdependente paradoxal, afastamo-nos tanto da Lógica quanto da Retórica por filiar-mo-nos a uma teoria de base argumentativa, epistemologicamente distinta de ambas, e que passaremos a expor agora. Isto é, o estatuto desta diferença separação/interdependência argumentativa será desenvolvido nos próximos capítulos.

Doravante, nosso propósito será expandir o panorama de: observar o paradoxo tal como propomos (o paradoxo semântico, que prevê interdependência de conteúdos opostos), acessá-lo onde escolhermos (em definições de dicionários), apreendê-lo como pretendemos (analisável argumentativamente, pela Teoria dos Blocos Semânticos), segundo os objetivos que traçamos. E mesmo que falemos apenas a palavra “paradoxo” (porque assim ela é mencionada em dicionários e outros estudos), se o tratarmos enquanto interdependência de opostos, estamos falando de “paradoxo semântico” (nossa hipótese).

³⁴ Do original: « Il est aimable comme une porte de prison » (WOŁOWSKA, 2008, p. 30).

CAPÍTULO II – A TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA

O plano deste capítulo é triplo: primeiro, ele objetiva expor o arcabouço teórico da Teoria da Argumentação na Língua, já que os princípios que fundaram tal teoria se mantêm, mesmo que suas operações e métodos sejam atualmente outros. Assim, refletiremos sobre configurações desta teoria desde os primórdios da década de 60, como entendemos, até basicamente os finais dos anos 90, quando houve uma guinada metodológica na referida teoria; segundo, indiretamente, ao apresentarmos o arcabouço teórico da Teoria da Argumentação na Língua, acabamos por socializar um acervo precioso de obras que só circula na França, ou em grupos acadêmicos restritos da Europa e Brasil, já que é uma coleção cujas obras são em grande parte estranhas ao mercado brasileiro, pela falta de tradução, comercialização e socialização; terceiro, por fim, observar como nosso objeto, o paradoxo, se porta em cada re-elaboração teórica ao longo de seus quarenta anos, pelo menos. O que já é em certa medida um primeiro tratamento teórico de análise.

Alguns autores tiveram/têm importância nos trabalhos da argumentação ao longo da história, como Platão, Aristóteles, Tullius, Perelman, e Plantin, dentre outros, cada um a seu modo. Contudo, evitaremos uma revisão expansiva do percurso argumentativo desses autores e na história, uma vez que a teoria eleita para a presente pesquisa se afasta desses autores e da Retórica ao propor uma nova proposta de trabalho sobre a argumentação. O estatuto desta diferença será visto de agora em diante

Estamos dizendo que nosso foco central, nossa forma de conceber e trabalhar a “argumentação” será o modo de raciocínio assumido pela *Teoria da Argumentação na Língua* (doravante ANL), concebida por Anscombe e Ducrot. Este percurso teórico evolutivo da ANL será explanado neste capítulo.

Basicamente, a teoria da ANL possui três teóricos: dois principais que elaboraram a criação do arcabouço teórico, Jean-Claude Anscombe e Oswald Ducrot; e uma autora responsável pela última reformulação e atualização da teoria, Marion Carel, que trabalha em parceria constante com Ducrot (sem desconsiderar, claro, as incontáveis contribuições de semanticistas, analistas de discurso, filósofos, linguistas, juristas, historiadores, políticos e interessados de toda ordem, que se valem, valeram, contribuem e contribuíram para o desenvolvimento da teoria da ANL, presentes no mundo todo, privilegiadamente na Europa, Japão, China e América do sul). Ducrot, o autor principal da ANL, começa a produzir

basicamente nos anos 70 (se bem que há textos de peso do autor nos anos 60), influenciado de um lado pelas ideias pragmática de Austin, que abandonou depois, e por outro pelo método de relação estruturalista de Saussure, que jamais abandonou.

Chamamos atenção para o fato de que é raro encontrar bons livros sobre argumentação (ou temas vizinhos) em toda extensão mundial que não contenham o nome de *Oswald Ducrot* no referencial bibliográfico, tamanho o impacto de suas pesquisas nos estudos da linguagem de qualquer ordem e afins. Passemos então para a exposição das principais noções da teoria da ANL.

Para esta exposição, concordaremos que a ANL perpassou, durante pelo menos quarenta anos, por pelo menos três momentos teóricos distintos, três reformulações, dos quais sempre se prefere o último, mas fala-se constantemente dos anteriores: o momento *Standard* – dos anos setenta até a década de oitenta, o momento dos *Topoi* (até a década de noventa), e o momento *Blocos Semânticos* (até os dias atuais). Além das três medidas, houve momentos de participação ativa de outras teorias na sua configuração, como a Pragmática (principalmente nos momentos Standard), e a Lógica (nos momentos iniciais Standard e especialmente nos momentos atuais). Além destas duas, podemos identificar ainda subteorias concatenadas a ela, como a Teoria Polifônica da Enunciação, desenvolvida inicialmente em Ducrot (1987, p. 161-218) e modificada atualmente em Carel e Ducrot (2008, p. 7-18), dentre outros textos.

2.1 A relação argumentação retórica/argumentação linguística

Ducrot (2009, p. 20) deixa claro que há no mínimo duas teorias distintas que investigam o que se chama “argumentação”: a primeira é a mais clássica, extremamente antiga e chamada *argumentação retórica*, difundida em escolas e materiais de oratória, política, e igrejas, dentre outros. Seu fim é o proselitismo. O convencimento. É o uso da linguagem extremamente reduzido para “fazer crer”; a segunda foi fundada por ele e Anscombe, que ele diferencia da primeira pela expressão *argumentação linguística* nos anos 80 (ANSCOMBRE; DUCROT, 1983), levada em consideração nas referências da maioria dos manuais sobre enunciação e argumentação acadêmicos. Sua ideia inicial era tornar explícito que toda utilização da linguagem marcava um movimento argumentativo entre dois pontos,

não importa o quê se dizia, onde, como ou quem: de “algo enunciado” (A) que orientava para uma conclusão (C).

Se a argumentação retórica argumenta para convencer alguém, a argumentação linguística argumenta para concluir algo. As duas mantêm constitutividades distintas: a argumentação linguística postula que é da natureza da linguagem argumentar-concluir; e a argumentação retórica postula que é da natureza social argumentar para convencer. Ducrot tem uma postura de estudar a língua (por isso argumentação linguística), antes do que se faz com ela (postura da argumentação retórica).

Grosso modo, por argumentação linguística entende-se qualquer modo de relação entre duas ideias (argumentação) intermediadas por signos (da/na língua). No geral, estudar a língua pelo pressuposto de uma argumentação linguística (prevista na materialidade da língua, isto é, que leve em conta registros de alguma espécie) é assumir o pressuposto saussureano de que significar é relacionar signos, como dito. Independente da postura teórica, a argumentação linguística postula de modo geral que uma palavra sempre leva, conduz, justifica, convoca, expressa, nasce com, evoca outra palavra (dependendo da formulação teórica). Em outras palavras, falar em argumentação linguística é entender o nunca isolamento semântico “A” e “C”, mas a sempre relação semântica “A → C”, não importando o que esta flecha signifique ao longo do tempo. Esse movimento também é chamado pelo primeiro momento da teoria, a ANL, de *encadeamento*.

Tal relação entre signos (argumentação linguística) pode ocorrer tanto no formato *in praesentia* (de conteúdos explícitos, marcados, evidentes, etc) ou *in absentia* (de conteúdos implícitos, elípticos, etc), e a categorização e observação destes dois formatos, no interior das análises depende de como cada teoria lida com estes fenômenos.

Nos primeiros momentos da ANL, essa relação de encadeamento argumento-conclusão apresenta uma dinâmica de orientação “A→C”, como veremos; e num segundo momento, essa relação possui uma dinâmica de interdependência [A-C], que também veremos. Começemos pelo primeiro.

No caso da ANL, o interesse na relação argumentativa supracitada, entre os dois elementos dados pela língua (A e C), será privilegiadamente entre signos (CAREL; DUCROT, 2005, p. 11), e o signo em uso (o enunciado). Não se trata de estudar a língua apenas pela disposição de palavras, ou organização lexical fora de uso (a frase), como diferenciou Ducrot (1987, p. 31), mas estudar a língua em uso, o enunciado; ou se preferir, a

língua e a língua em uso, ou ainda, estudar a língua estrutural partindo da língua em funcionamento. A depender da leitura ducrotiana que se faz.

Especificamente, quando falamos de uma relação de encadeamento “A → C” na ANL, estamos dizendo que A é um argumento (explícito) e C uma conclusão (nem sempre explícita). Assim:

Quando falamos de *argumentação*, nós nos referimos sempre a discursos que comportam ao menos dois enunciados E₁ e E₂ onde um é dado para autorizar, justificar ou impor o outro; o primeiro é o argumento, o segundo a conclusão. Por exemplo: E₁ = O tempo está bom, E₂ = saiamos, no discurso *Saiamos, porque o tempo está bom* ANSCOMBRE, DUCROT, 1983, p. 163, tradução nossa)³⁵.

Estes três momentos teóricos mencionados acima, que marcaram o desenvolvimento da ANL não se trata de abandono ou criação de fases estanques, mas, como veremos, trata-se de modos distintos de vislumbrar o sempre e mesmo pressuposto: investigar a argumentação (relação entre argumento-conclusão, seja a concepção que for), cerne de todo enunciado. No que tange especificamente à ANL, explica Ducrot que:

[...] o que nos interessa dos encadeamentos argumentativos é a parte que não pode ser deduzida da informação dada pelas orações. [...] **tentamos mostrar a autonomia da argumentação com respeito à informação** (CAREL; DUCROT, 2005, p. 53, tradução nossa, grifo nosso)³⁶

Este movimento relacional (informatividade/ argumentatividade) funda a ANL.

³⁵ Do original: « Lorsque nous parlons d'*argumentation*, nous nous référons toujours à des discours comportant au moins deux énoncés E₁ et E₂ dont l'un est donné pour autoriser, justifier ou imposer l'autre ; le premier est l'argument, le second la conclusion. Par exemple E₁ = *Il fait beau*, E₂ = *Sortons*, dans les discours *Sortons, puisqu'il fait beau* » (ANSCOMBRE ; DUCROT, 1983, p. 163).

³⁶ Do original: “[...] lo que nos interesa de los encadenamientos argumentativos es la parte que no puede ser deducida de la información dada por las oraciones. [...] intentamos mostrar la autonomía de la argumentación con respecto a la información” (CAREL; DUCROT, 2005, p. 53).

2.2 A relação informatividade/argumentatividade: o estudo do *mas*

O Estudo do *mas* está na origem da ANL por ser uma das primeiras palavras a ter reconhecimento de estatuto argumentativo. É um bom exemplo ilustrativo do que se entende por argumentação na perspectiva da ANL.

O estudo do *mas* na ANL consiste em uma resposta aos estudos propostos inicialmente por Robin Lakoff (1971). A partir de exemplos como “*Ele é republicano mas honesto*”, a tese de Lakoff era que, em uma disposição do tipo *A mas B*, B seria um inesperado, um estranho, *uma vez sabido A*.

Para explicar essa dificuldade, Ducrot valeu-se do clássico exemplo abaixo, analisado vastamente na ANL, e publicado principalmente em Ducrot (1972b, p.129) e Anscombe e Ducrot (1983, p. 163):

O tempo está bom, mas estou cansado.

Tradicionalmente como aparece nas gramáticas e dicionários, o *mas* é um conector adversativo. Na generalidade, grosso modo, marca oposição. Contudo, Ducrot vai notar que por um olhar informativo é difícil colocar oposição entre *bom* e *cansado* (a oposição informativa seria bom/mau e renovado/cansado). Ducrot vai observar que a oposição ali é marcada em um outro estatuto que não o informacional: o argumentativo.

Para poder enxergar o estatuto argumentativo, Ducrot vai propor a relação *p mas q*:

(p) *O tempo está bom,* orienta para a conclusão: “*r*” – Saíamos
mas

(q) *estou cansado.* orienta para a conclusão: “*~r*” – Não saíamos.

Onde (p) e (q) são proposições e “*r*” e “*~r*” são conclusões.

O que temos então é uma oposição entre conclusões “*r*” e “*~r*”, e (p) e (q) servem senão para dar instruções para religar duas conclusões contrárias. A ANL não trata, portanto, de relações informacionais (no sentido de que os termos informam, apenas), mas de relações

argumentativas (no sentido de que os termos argumentam para conclusões): “Assim, portanto, nossa pesquisa, considerada na sua gênese, opõe de início as duas noções de informatividade e argumentatividade” (ANSCOMBRE; DUCROT, 1983, p. 169, tradução nossa)³⁷.

No caso oposicional do *mas*, Anscombe e Ducrot (1983, p. 163) vão dizer que numa relação “p mas q” (base para “r mas ~r”) predomina o (q) e o “~r”. O que leva a concluir que a primeira (p) serve para autorizar, justificar, ou impor a segunda (“~r”). Outro exemplo:

Ela é bela, mas pequena.

Onde (p) é “Ela é bela” e (q) “pequena”.

(p) é argumento para a conclusão “r”: devo sair com ela.

(q) é argumento para a conclusão “~r”: não devo sair com ela.

Na relação do *mas* ducrotiana, o argumento de (q) anulará (p). Isto é, o sentido de *P mas Q* terá uma orientação “não sair com ela”, como explica Ducrot (1980, p. 97, tradução nossa)³⁸: “A expressão *P mas Q* pressupõe que a proposição P pode servir de argumento para uma certa conclusão *r* e que a proposição Q é um argumento que anula essa conclusão”.

O leitor atento da ANL sabe que os estudos sobre o conector *mas* são caros para Ducrot e lhe renderam inúmeros trabalhos. Contudo, interrompamos a sua reflexão aqui balizados pelo gesto estratégico de retomá-la adiante no formato atual da ANL. Por ora, basta pontuar que as investigações de *mas* fundam praticamente teoria da argumentação na língua, e marcam a diferença de estatuto entre a informatividade e argumentatividade.

Na totalidade, o acervo das obras que expandem a ANL, em pelo menos nestes três momentos, significa uma unidade de *atenção teórica para o sentido por vias da argumentação*, pelo constante critério de que “a argumentação não se agrega ao sentido, senão que constitui o sentido” (CAREL; DUCROT, 2005, p. 13, tradução nossa)³⁹. Fazer semântica pela ANL é entender que argumentar é significar, e significar é argumentar. Com essas concepções, Anscombe e Ducrot filiam seus trabalhos de argumentação no saber maior da Semântica, subparte da Linguística a que se reserva investigações sobre os sentidos, à época de Ducrot, pragmáticos (daí a influência desta teoria na ANL), referencial (daí suas

³⁷ Do original : « Ainsi donc, notre recherche, considérée dans sa genèse, oppose au départ les deux notions d’informativité et d’argumentativité » (ANSCOMBRE ; DUCROT, 1983, p. 169).

³⁸ Do original: « l’expression *P mais Q* présuppose que la proposition P peut servir d’argument pour une certaine conclusion *r* et que la proposition Q est un argument qui annule cette conclusion » (DUCROT, 1980, p. 97).

³⁹ Do original: “La argumentación no se agrega al sentido, sino que constituye el sentido” (CAREL; DUCROT, 2005, p. 13).

constantes análises criticando a lógica) e Chomsky (daí suas várias comparações pelos prismas teóricos deste autor), dentre outros. No que tange à ANL, falar em sentido é falar em argumentação, e uma argumentação que está na língua funciona na língua, do tipo “A → C” (inicialmente).

Continuando a enumeração das noções teóricas da ANL, passemos a expor autores que exerceram influência fundamental para a elaboração do arcabouço teórico da ANL. São eles, privilegiadamente, Saussure e Benveniste. Longe de desenvolver as teorias e trabalhos na íntegra desses autores, ater-nos-emos aos aspectos essenciais para a ANL.

2.3 A relação frase/enunciado: significação/sentido

Se por um lado o objeto de análise da ANL (até à época da TBS) é a argumentação, e o critério básico da ANL (até a atualidade da TBS) foi a sempre relação “sentido – argumentação”, por outro lado, tal relação só é flagrada, observada e analisada pelo/no *enunciado*. Deste modo, Ducrot estabeleceu o enunciado como sua unidade de análise. Fortemente agenciado por Saussure (privilegiando um estudo na língua), enfatizou que não compreende o enunciado enquanto processos de ordem psicológica nem como mecanismos cognitivos (DUCROT, 1980, p. 33-34), mas prevê o enunciado como produto linguístico produzido pela enunciação. É um acontecimento histórico do surgimento da enunciação, totalmente linguístico, que desconsidera, inclusive, o sujeito fisiológico falante:

Eu dou de fato a este conceito uma função puramente semântica. [...] Há momentos em que eles não existem ainda e momentos em que eles não existem mais: o que eu preciso é que contemos entre os fatos históricos o surgimento de enunciados em diferentes pontos do tempo e do espaço⁴⁰ (DUCROT, 1980, p. 34, tradução nossa).

⁴⁰ Do original: « Je donne en effet à ce concept une fonction purement sémantique. [...] Il y a des moments où ils n'existent pas encore et des moments où ils n'existent plus : ce dont j'ai besoin, c'est que l'on compte parmi les faits historiques le surgissement d'énoncés en différents points du temps et de l'espace » (DUCROT, 1980, p. 34).

Ademais, estudar o enunciado por determinâncias saussureanas levou Ducrot a assumir algumas noções básicas do linguista, como a noção de relação, valor, e as dicotomias língua/fala, e significante/significação, já que para ele, “[...] o objeto teórico ‘língua’ não pode ser construído sem fazer-se alusão à atividade da fala” (DUCROT, 1987, p. 64).

A dicotomia saussureana língua/fala levou Ducrot a desenvolver o par frase/enunciado, respectivamente. E a noção de signo (composto pelo par indissociável significante/significado), que investiga seu valor, levou Ducrot a conceber o par: significado/sentido. Operar dados da língua para que se chegue ao sentido, segundo a ANL, é apreender a seguinte correspondência metodológica:

Quadro 2 - Primeira elaboração das dimensões “língua/fala”

Língua	Fala
Frase	Enunciado
Significação	Sentido

O quadro não significa isolamento porque os pares trabalham na cumplicidade. Melhor pormenorizado, assim define Ducrot: “A *frase* é a entidade gramatical abstrata, e o *enunciado* é uma realização particular da frase. O *sentido* é o valor semântico do enunciado, a *significação*, o valor semântico da frase” (DUCROT, 1987, p. 31). Não se trata apenas de uma divisão para dar coerência a Saussure. É uma distinção metodológica. A frase, neste contexto, tem uma função específica:

[...] Nós concebemos as significações das frases como *instruções* para decodificar seus enunciados explorando as indicações fornecidas pela situação de discurso. Como cremos, de fato, para um ‘sentido literal’ da frase, que seria uma porção do sentido do enunciado. (DUCROT, 1980, p. 32-33, tradução nossa).⁴¹

O estudo da enunciação, para a ANL, é impossível se não se considera os aspectos que estão na língua, e se não estão na língua, se chega a eles pela língua. O valor do enunciado está na língua. Não se pode dizer que Ducrot é puramente um estruturalista ingênuo, porque sua

⁴¹ Do original : « [...] on conçoit les significations de phrases comme *instructions* pour décoder leurs énoncés en exploitant les indications fournies par la situation de discours. Tant qu’on croit, en effet, à un « sens littéral » de la phrase, qui serait une portion du sens de l’énoncé ». (DUCROT, 1980, p. 32-33).

atenção dada à língua não desmerece ou exclui as dinâmicas da enunciação. Sua observação da língua, de certa forma, abarca o enunciado, com todos os seus mistérios e desafios que a pragmática já revelou há décadas, e a ANL tem caro interesse. Estudar a língua sem desmerecer a enunciação significa que seria pobre ou no mínimo insuficiente abandonar os aspectos instrucionais marcados na frase para estudar somente o sentido só pela enunciação por si só, como propõe Aurox (1998, p. 19), quando afirma que a língua em si não existe.

Mesmo se certas minúcias do sentido são reveladas pela situação, como bem procurou trabalhar a pragmática, Ducrot concorda que só se chega a tais aspectos por instruções da frase, que será posta em funcionamento, de modo a revelar uma situação específica:

[...] Mas, se nós representamos a significação como um conjunto de direcionamentos sobre o modo pelo qual a situação deve ser apreendida, então é todo o sentido do enunciado que se encontra influenciado pela estrutura semântica da frase – em todo caso, há um grande número de aspectos semânticos ligados a uma situação e cuja integração ao sentido é imposta pela significação atribuída à frase. (DUCROT, 1980, p. 33, tradução nossa).⁴²

E mesmo que posturas pejorativas quanto à inclusão da frase em pesquisas semânticas critiquem a observação do sentido por vias de frase, acusando tal procedimento de limitar o sentido de alguma forma, Ducrot justifica que é justamente o contrário: o funcionamento da estrutura desvela infinitos sentidos. Não que ele fosse filiado à concepção gerativista de Noam Chomsky, cuja finitude de regras permite elaborar infinitude de frases, mas assume (e chega a trabalhar com) uma similitude metodológica com o par chomskyano estrutura superficial/estrutura profunda – respectivamente frase/enunciado (DUCROT, 1968, p. 119; DUCROT, 1987, p. 60), onde a enunciação de uma mesma frase produzirá distintos e infinitos sentidos:

[...]o que não implica, aliás, eu o disse, que a significação determine para o enunciado, em uma situação dada, um só sentido: pois a linguística não pode determinar quais elementos, entre a multidão de componentes situacionais, o interprete reterá como pertinentes, e quais ele negligenciará: há mil maneiras

⁴² Do original : « [...] Mais, si l'on se représente la signification comme un ensemble de directives sur la façon dont la situation doit être prise en compte, alors c'est tout le sens de l'énoncé qui se trouve influencé par la structure sémantique de la phrase – en tout cas, il y a un grand nombre d'aspects sémantiques liés à la situation et dont l'intégration dans le sens est imposée par la signification attribuée à la phrase » (DUCROT, 1980, p. 33).

possíveis de obedecer às instruções veiculadas pela frase. (DUCROT, 1980, p. 33, tradução nossa)⁴³.

Frase e enunciação não são metodologicamente antonímicos. O nível da frase jamais estanca os sentidos, como criticam pejorativamente alguns excessivos, ao contrário, o potencializa, enquanto metodologia de rigor analítico. Soerguer a “bandeira” da frase (estrutura engessada, mas preñe de significações), significa possibilitar potencialidade de profundidade investigativa para o enunciado. Ponderar a imobilidade frástica no caos do movimento enunciativo é poder fotografar (DUCROT, 1987, p. 42) este caos por elementos da própria frase. Praticar semântica de modo enunciativo é considerar que a opacidade da situação não se desvencilha da formalidade da estrutura, pelo contrário, manifesta sua pluralidade infinita de sentidos expostos pela singularidade evidente da frase. Qualquer tipo de enunciação – mesmo as bizarras – é agenciada pela frase, mesmo as paradoxais do tipo “*Não tenho palavras pra explicar isso*”, em que o sentido é algo como o “locutor assumir a [falta de palavras para explicar X]” dado pelo significado que é o “locutor organizar certas palavras que explicam a [falta de palavras para explicar X]”. Logo, percebe-se um paradoxo que o semanticista terá que aprofundar: o “isso” frástico já é uma explicação para a não-explicação enunciada. É a frase que dará instruções para a descrição enunciativa dessa falta-que-não-é-falta.

Após a concepção do par frase/enunciado para operar o sentido, Ducrot ainda propõe uma metodologia para trabalhar neste limite, ou como prefere Carel (2011a), para entrelaçar significação e sentido: trata-se de uma *máquina da associação observação-explicação* (DUCROT, 1987, p. 53-54). Segundo ele, trata-se de um procedimento de análise que transcorrem dois passos:

- 1 – Está no âmbito da frase, a análise no nível da “observação”, também chamada externa, lugar da significação (ausência de situação). É o nome que leva o olhar analítico pela literalidade. Ou como chama, a introspecção artificial; e
- 2 – No âmbito do enunciado. A análise no nível da “explicação”, que também chama interna, lugar do sentido (significação mais situação). É o nome que leva o olhar analítico para certo emprego da estrutura no enunciado. O resultado da equação do que chama “componente retórico + componente linguístico” (é sempre bom enfatizar que o autor, ao falar em retórica,

⁴³ Do original : « [...] (ce qui n’implique d’ailleurs pas, je l’ai dit, que la signification détermine pour énoncé, dans une situation donné, un seul sens : car la linguistique ne peut pas déterminer quels éléments, parmi la multitude des composants situationnels, l’interprétant retiendra comme pertinents, et lesquels il négligera : il y a mille façons possibles d’obéir aux instructions véhiculées par la phrase) » (DUCROT, 1980, p. 33).

faz questão de situar seu afastamento da retórica clássica da persuasão, cf. Ducrot (2009)).

Ao pretender investigar o sentido por vias do estruturalismo da ANL, podemos pensar (inicialmente) no seguinte resumo metodológico da máquina da associação observação-explicação de Ducrot (1987, p. 53-54):

- *Frase*: nível da OBSERVAÇÃO /externa / significação – ausência de situação / literal / introspecção artificial, corresponde à estrutural superficial de Chomsky;
- *Enunciado*: nível da EXPLICAÇÃO / interna / sentido – emprego no enunciado / componente retórico + componente linguístico, corresponde à estrutura profunda de Chomsky.

Para ilustrar a máquina, retomaremos o exemplo de Ducrot (1968, p. 118-119, tradução nossa). Consideremos os enunciados:

a) *Eu te prometo vir.*

b) *Eu te permito vir.*

Deles, Ducrot vai traçar uma análise pelos dois procedimentos: um de observação, superficial, no nível da frase, e outro de explicação, profundo, no nível do enunciado, considerando a situação.

Observando a frase isenta de situação, por uma visada só estruturalista-frástica teremos uma análise onde “O ambiente *Eu te ... vir* comporta, nos dois casos, exatamente os mesmos sons e os mesmos morfemas (um pronome sujeito, um pronome complemento de objeto indireto, e um infinitivo)” (DUCROT, 1968, p. 118, tradução nossa)⁴⁴.

Como é de se notar, Ducrot faz a seguinte conclusão de uma análise apenas pelo *nível observacional exterior superficial frástico estrutural não situacional*: “À vista dos enunciados *a* e *b*, o ‘estruturalismo’ será então induzido a localizar os verbos *prometer* e *permitir* no mesmo paradigma” (DUCROT, 1968, p. 118, tradução nossa)⁴⁵.

Mas na mesma análise, Ducrot ainda profere sua crítica ao estruturalismo não situacional, promovendo uma segunda leitura no *nível explicativo interior profundo*

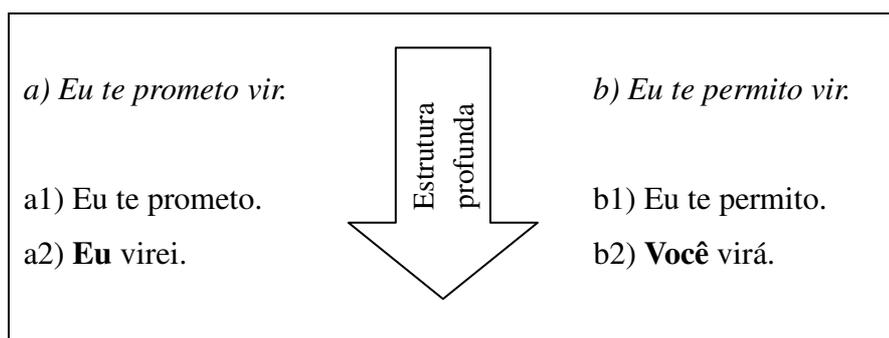
⁴⁴ Do original : « L’environnement *Je te ...de venir* comporte, dans les deux cas, exactement les mêmes sons et les mêmes morphèmes (un pronom sujet, un pronom complément d’objet indirect et un infinitif précédé de *de*) » (DUCROT, 1968, p. 118).

⁴⁵ Do original : « Au vu des énoncés *a* et *b*, le « structuraliste » sera donc induit à placer les verbes *promettre* et *permettre* dans le même paradigme » (DUCROT, 1968, p. 118).

situacional enunciativo: “Existe, no entanto, entre *a* et *b*, uma diferença essencial. Em *a* trata-se da minha vinda e em *b*, da de meu interlocutor (DUCROT, 1968, p. 118-119, tradução nossa). Marcada tal diferença, pondera teoricamente que “Somente a ‘religião do corpus’ interdita ao estruturalismo de se interessar por esta diferença, que não há nenhuma marca visível no texto. (DUCROT, 1968, p. 118-119, tradução nossa)⁴⁶.”

Deste modo, percebe-se que Ducrot, na sua primeira obra publicada, ao contrário do que muitos pensam, não defendia o estruturalismo saussureano, mas o criticava, se não operado pelo nível do enunciado, de modo a acrescentar ao nível superficial (frase), um nível profundo (enunciado). Na continuidade, resolvendo o problema da análise por um nível de enunciado, profundo interior e situacional, Ducrot sugere tanto para *a* quanto para *b* duas estruturas:

Quadro 3 - A estrutura profunda



Deste modo, “*a* é então obtido por uma transformação que encaixa a estrutura de *a2* naquela de *a1*, e *b* por uma transformação U, que encaixa *b2* em *b1*” (DUCROT, 1968, p. 119, tradução nossa)⁴⁷

A pertinência do uso da máquina frase/enunciado é propiciar o desvelamento do sentido pelo procedimento do qual frases, de um nível observacional superficial, são retiradas, por transformação (T e U), de um enunciado, por um nível explicacional profundo.

É fácil perceber então que, para a ANL, o estruturalismo “não se conforma com seu lugar”, e reclama desde os anos sessenta, questões de uso caras à pragmática, donde Ducrot não tardará em “beber” teoricamente, além da constante atenção e consideração para a

⁴⁶ Do original : « Il y a cependant, entre *a* et *b*, une différence essentielle. Dans *a* il s’agit de ma venue et dans *b*, de celle de mon interlocuteur [...] Seulement la « religion du corpus » interdit au structuraliste de s’intéresser à cette différence, qui n’a aucune marque visible dans le texte ». (DUCROT, 1968, p. 118-119).

⁴⁷ Do original : « *a* est donc obtenu par une transformation T qui emboîte la structure de *a2* dans celle de *a1*, et *b* par une transformation U, qui emboîte *b2* dans *b1*. » (DUCROT, 1968, p. 119).

situação e contexto, que se dará sobremaneira contemporaneamente no desenrolar da TBS (sobretudo em Carel (2011a).

E não é difícil de averiguar, diante de tamanha exigência semântica, que o estruturalismo professado pela ANL não fica atrás de questões caras aos interesses brasileiros, como os discursivos de toda ordem e os pragmáticos, dentre outros. Isso será assunto de outros capítulos.

2.4 A relação pressuposição/subentendido: encadeamento

Por um longo tempo a ANL dedicou-se aos estudos de dois implícitos: o par pressuposto/subentendido. Ducrot (2013, p. 11) disse pensar ter resolvido todos os problemas da língua pelo estudo do pressuposto. Grande parte destes estudos foram condensados na obra *Dire et ne pas dire* (DUCROT, 1972), onde Ducrot apresentou a discussão sobre *pressuposto* e *subentendido*, partindo de fatos exemplos, como alguns dos mencionados abaixo (DUCROT, 1972, p. 57, tradução nossa)⁴⁸:

13. *Jacques duvida que Marcelo virá.* Pressupõe:

13'. Marcelo virá.

14. *Jacques ainda detesta Marcelo.* Pressupõe:

14'. Jacques detestou Marcelo outrora.

15. *Se Jacques tivesse um carro, ele partiria.* Pressupõe:

15'. Jacques não tem carro atualmente.

Inicialmente, Ducrot trabalha os pressupostos, observando que, basicamente, um implícito rege que um enunciado (1) posto está sempre *encadeado* a um outro enunciado (2) pressuposto. A questão para a ANL é entender em que medida este pressuposto está na língua, e não fora dela, quando se fala em enunciação, e não em Lógica. Isto é:

⁴⁸ Do original :

« 13. Jacques se doute que Marcel viendra. Présuppose : 13'. Marcel viendra.

14. Jacques déteste encore Marcel. Présuppose : 14'. Jacques a détesté Marcel autrefois.

15. Si Jacques avait actuellement une voiture, il partirait. Présuppose : 15'. Jacques n'a pas de voiture actuellement » (DUCROT, 1972, p. 57).

Uma primeira questão possível, quando examinamos as relações da lógica e da linguística, é saber se tais relações entre enunciados de uma linguagem pertencem a esta própria linguagem, se então o linguista, descrevendo uma língua, tem a obrigação de indicar quais enunciados podem inferir logicamente uns dos outros (DUCROT, 1989a, p. 66, tradução nossa)⁴⁹.

Os implícitos (pressuposto/subentendido) têm suas bases na Lógica, e trata-se, a princípio, da antiga ideia de “inferência lógica” retomada por Ducrot em um formato enunciativo-argumentativo. Obviamente lógica e ANL não perfazem as mesmas relações, mas, longe de ser a mesma coisa, Ducrot apenas assume o fato de que, tal como o faz a inferência lógica: “Existe, entre certos enunciados da linguagem ordinária, relações de inferência, tais que, se admitimos umas, somos forçados a admitir outras” (DUCROT, 1989a, p. 66, tradução nossa)⁵⁰. E exemplifica: o enunciado *Alguns homens são maus* deve admitir *Alguns seres maus são homens* de modo mais óbvio, como também observa que a afirmação *O barômetro baixou* está atrelado à conclusão *Há boas chances de chover*.

Inicialmente, passemos a abordar a ideia de *pressuposto*. Para Ducrot (1972, p. 49) a pressuposição é ela mesma uma regra inscrita na língua. E essa regra é básica: no âmbito da significação (frase), um posto sempre está ligado a um pressuposto. Um significado explícito supõe um significado implícito. Por exemplo, o enunciado paradoxal comumente difundido nas redes sociais

“*Eu detesto ser bipolar, é maravilhoso!*” Pressupõe “*Eu tenho bipolaridade*”.

Gostar ou detestar (da bipolaridade) não nega o significação atrelada a estes elementos frásticos (ser bipolar).

Porém, mesmo que o pressuposto seja uma regra da língua, ele está ofuscado por problemas próprios da frase (a sintaxe, a homonímia, a falta de contexto, etc), como por

⁴⁹ Do original : « Une première question possible, quand on examine les rapports de la logique et de la linguistique, est de savoir si de telles relations entre énoncés d’un langage relèvent de ce langage lui-même, si donc le linguiste, décrivant une langue, a l’obligation d’indiquer quels énoncés peuvent d’inférer logiquement les uns des autres » (DUCROT, 1989, p. 66).

⁵⁰ Do original : « Il existe, entre certains énoncés du langage ordinaire, des relations d’inférence, telles que, si l’on admet lés uns, on est forcé d’admettre les autres » (DUCROT, 1989, p. 66).

exemplo, a ambiguidade apresentada por Ducrot (1972, p. 233, tradução nossa)⁵¹ no enunciado:

“*Jacques encontrou o seu carro incendiado*” que tanto pode pressupor:

“*Jacques tinha um carro incendiado*” (ele já era incendiado), quanto pode pressupor: “*Jacques tinha um carro*” (que quando encontrado, estava na condição de incendiado).

Mesmo que o verbo “encontrar” introduza o pressuposto de “já possuir”, o verbo “incendiar” pode levar ao oscilamento da significação: epíteto ou atributo (DUCROT, 1972, p. 233). Percebe-se que, mesmo no âmbito da frase, o jogo do pressuposto é inexato, e reclama o olhar do intérprete.

O mesmo problema ocorre com a frase *Fui à Alemanha com Pedro* (DUCROT, 1987, p. 38), que “pode ser utilizada tanto em contextos nos quais o locutor anuncia que não foi à Alemanha (enquanto Pedro foi), quanto em contexto nos quais anuncia que, quando foi à Alemanha, não viajou com Pedro”. O âmbito da inexatidão dos semantismos da frase (DUCROT, 2014) pode tornar visível uma pluralidade de pressupostos, oriundos dessa inexatidão. Ainda no nível da frase (não do enunciado) há uma propensão à oscilação de significações de uma mesma estrutura (que será ainda mais superpotencializada no nível do enunciado).

Outro modo proposto por Ducrot (1987, p. 38-39) de tornar visível este problema de oscilação semântica, com toda uma multiplicidade interpretativa para o enunciado acima, é observar como a noção de encadeamento (como uma continuação) orienta a evolução interpretativa do discurso para direções diferentes:

Quadro 4 - A escolha de encadeamentos desejados

Enunciado	Encadeamento desejado:	Posto	Pressuposto
<i>Fui à Alemanha com Pedro.</i>	O que Pedro viu e fez na Alemanha	Levei Pedro.	Minha viagem à Alemanha.
	O que eu vi e fiz na Alemanha.	Acompanhei Pedro.	A viagem de Pedro à Alemanha.

⁵¹ Do original: *Jacques a retrouvé sa voiture incendiée [...] Tantôt incendiée est épithète [...] Tantôt incendiée est attribut* (DUCROT, 1972, p. 233).

Deste modo, a depender do encadeamento que o intérprete deseja dar ao enunciado, podemos dizer que o sentido sempre poderá ser outro. Como se vê, mesmo no âmbito estruturalista, as significações são oscilantes, e os sentidos o serão mais ainda. Nada é engessado no semantismo da frase, nada o será no enunciado, como muitas críticas amadoras ao estruturalismo alegam. A questão é que esta oscilação semântica está na língua. Deste modo, Ducrot é um dos pioneiros nos estudos do entremeio. Bem antes de muitos autores, como Pêcheux, por exemplo, a ANL já demonstrava questões semânticas relacionadas a discurso, falta, equívoco, entremeio e etc, como bem atesta o próprio Pêcheux quando utiliza as noções de Ducrot de pressuposto e subentendido para elaborar suas críticas à semântica clássica (PÊCHEUX, 1975, p. 48). Além delas, Pêcheux ainda utilizou, inclusive, a noção de enunciação do próprio Ducrot para elaborar suas análises (PÊCHEUX, 1975, p. 50). Portanto, ao menos para a ANL, o encadeamento é a noção que dá conta da oscilação da significação e do sentido, jamais estancado, sempre interpretado. O estruturalismo não é inimigo da interpretação, ao contrário, é determinado por ela:

Há sempre uma multiplicidade de interpretações possíveis. E é necessário que os conceitos que o semanticista constrói dêem conta desta possibilidade de interpretação. Se estes conceitos não permitem observar nada além que um só sentido apenas a um enunciado, naquele momento, eu penso que lhes falta alguma coisa. Os conceitos que nós construímos devem abrir a interpretação, e não fechá-la (DUCROT, 2013, p. 19, tradução nossa)⁵².

Tendo esboçado o pressuposto, passemos a apresentar o seu par, o *subentendido*. Ao contrário do pressuposto, o subentendido não está marcado na frase. O subentendido, sendo observável na frase, não está na frase, e “pertence ao sentido sem estar antecipado ou prefigurado na significação” (DUCROT, 1987, p. 32). Sua relação é com o enunciado. Faz parte do enunciado, está ligado a condições situacionais que levam o locutor a dizer alguma coisa. No caso mais acima, poderíamos, por exemplo, obter de “*Eu detesto ser bipolar, é maravilhoso!*”, o subentendido: “Nunca estou satisfeito com o mundo”, ou “mudo de opinião com frequência”, ou ainda “sou fácil de ser convencido” etc. Ducrot vai marcar a diferença

⁵² Do original: « Il y a toujours une multiplicité d'interprétations possibles. Et il faut que les concepts que construit le sémanticien rendent compte de cette possibilité d'interprétation. Si ces concepts ne donnent à voir qu'un seul sens à un énoncé, à ce moment-là, je pense qu'il leur manque quelque chose. Les concepts que nous construisons doivent ouvrir l'interprétation et non la fermer » (DUCROT, 2013, p. 19).

entre pressuposto e subentendido assim: “Para mim, a pressuposição é parte integrante do sentido dos enunciados. O subentendido, por sua vez, diz respeito à maneira pela qual esse sentido deve ser decifrado pelo destinatário” (DUCROT, 1987, p. 41). Dito de outro modo, falar em subentendido em vias estruturalistas ducrotianas é aceitar que o sentido é responsabilidade do locutor e co-reponsabilidade do destinatário, ambos vislumbrados no enunciado e suas continuidades: “o locutor apresenta sua fala como um enigma que o destinatário deve resolver” (DUCROT, 1987, p. 42).

Não é difícil compreender que o critério básico do estudo dos implícitos é que o par pressuposição/subentendido corresponde ao par frase/enunciado, respectivamente. Podemos então pensar em uma ampliação de nosso quadro anterior:

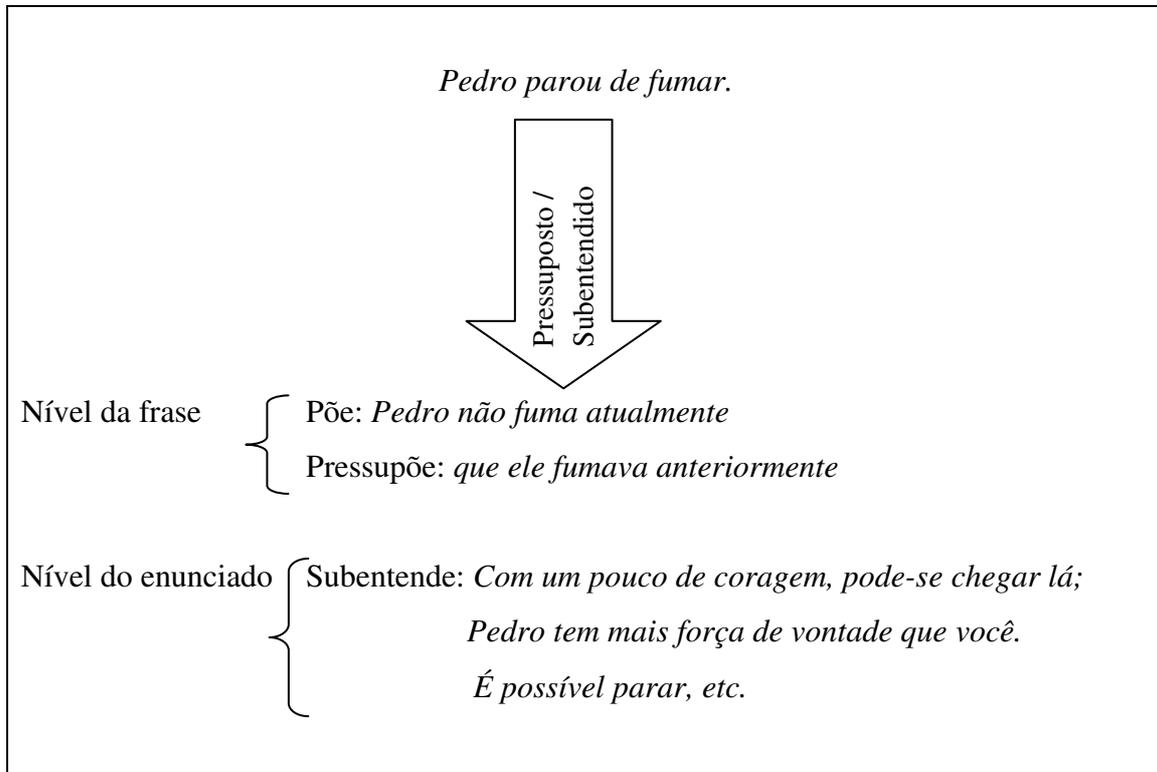
Quadro 5 - Segunda elaboração da dimensão “língua/fala”

Língua	Fala
Frase	Enunciado
Significação	Sentido
Pressuposto	Subentendido

Faz-se jus acentuar que, pela postura saussureana adotada, embora a disposição do quadro contenha duas colunas, a ANL vale-se da ideia de “relação” e “equilíbrio” (DUCROT, 2013, p. 10), sendo que as colunas servem apenas de ilustração das duas faces da linguagem, língua e fala, nunca isolamento: “a distinção das duas noções não impede que haja um ponto comum ao pressuposto e ao subentendido” (DUCROT, 1987, p. 42).

Para ilustrar melhor o mérito dos implícitos (agora metodologicamente contemplando pressuposto e subentendido), Ducrot (1987, p. 31) propõe a seguinte micro-análise:

Quadro 6 - pressuposto e subentendido no clássico “Pedro parou de fumar”



Deste modo, Ducrot diagnostica e assume o fenômeno implícito de relação entre enunciados para o tratamento dos sentidos já apresentado pela Lógica. A diferença é que Ducrot não assume relações de inferências lógicas, mas certas relações implícitas do uso da língua, ocorrendo nas minúcias da situação, podendo por materialmente uma estrutura, e subentender enunciativamente outra.

Pelo par de implícitos, temos o refinamento de poder dizer que algo não está dito (explicitamente), mas faz sentido (implicitamente). Ou pelos termos técnicos, que o sentido é de tal forma dinâmico, camaleônico, e não linear que, o enunciado muito embora possa significar explicitamente, também faz sentido implicitamente.

Por outro lado, poder-se-ia refutar: qualquer enunciado pode ser um subentendido? Qualquer enunciado (2) poderia ser um subentendido de um enunciado primeiro (1), já que o sentido pode escapar ao compromisso estrutural da frase, e o implícito rompe a barreira sintática da significação, e já que a significação pode ser ofuscada pela sintaxe, ambiguidade, etc, como mostrou Ducrot? A resposta é não, porque a relação de encadeamento pressuposto/subentendido está determinada pela situação. O critério da escolha do subentendido será dado pelas condições de possibilidade da enunciação:

Essa situação do subentendido se explica pelo processo interpretativo do qual ele provém. Para mim, com efeito, ele é sempre gerado como resposta a perguntas do tipo ‘Por que o locutor disse o que disse?’ ‘O que tornou possível a sua fala?’ Em outras palavras, uma condição necessária (mas, certamente, insuficiente) para que um enunciado E subentenda X, é que X apareça como uma explicação de sua enunciação. [...] é bem evidente que só pode aparecer no momento dessa enunciação, e que conseqüentemente depende do próprio enunciado (DUCROT, 1987, p. 32).

Deste modo, temos um grande passo decisivo na ANL: ao considerar enunciados implícitos conclamados por enunciados explícitos, Ducrot deu à noção de relação uma particularidade de *encadeamento*. Ou seja, Ducrot eleva os estudos da ANL a uma condição: investiga-se o sentido por *encadeamento(s)*. Encadear é estudar aspectos do sentido observando dados que significam indiretamente (implícitos), a partir de elementos dados diretamente (explícitos).

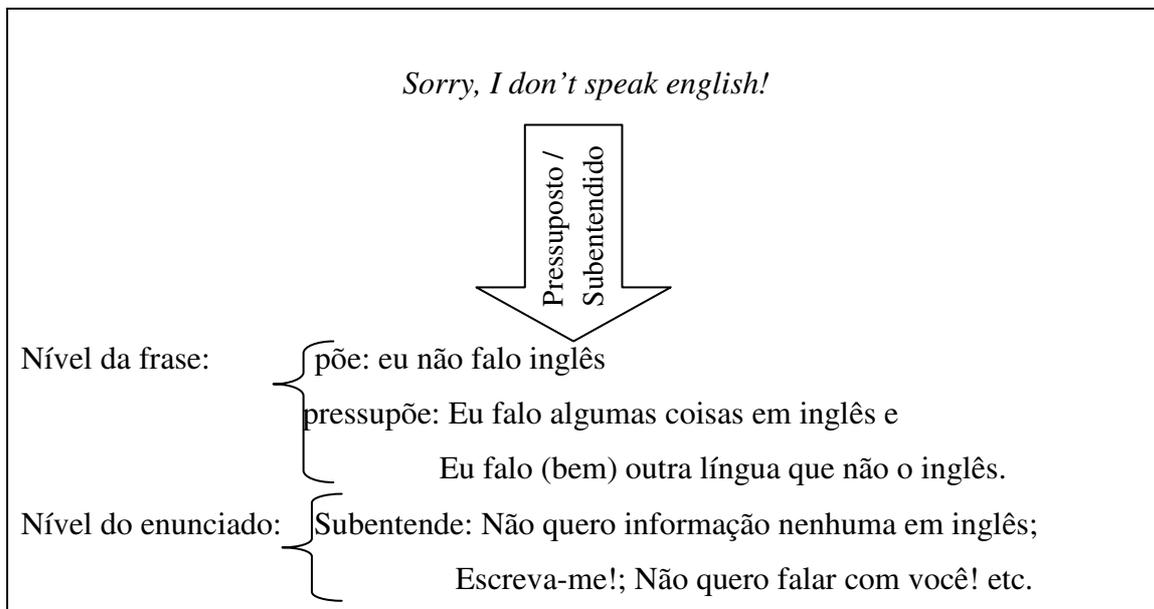
Considerar um encadeamento (os elos de uma corrente interligados) nos procedimentos de análise do sentido significa entender que todo enunciado, que é um acontecimento inédito (DUCROT, 1980, p. 34), faz ressoar um “eco” de elementos sígnicos. Significa entender que o enunciado nunca está só, *continua* por um fio semântico que o liga a outros enunciados. Para comprovar a relação de continuação ou encadeamento, Ducrot (1972, p. 58) afirma que basta expor o enunciado à negação ou à interrogação, para observar que o conteúdo do pressuposto se mantém intacto: “os pressupostos de uma asserção são conservados quando essa asserção é transformada em negação ou interrogação” (DUCROT, 1987, p. 33). Assim, o discurso prossegue nos seus encadeamentos de modo, mesmo se acordado ou não, e mesmo se interrogado, às bases de um pressuposto indesviável, estabelecido pelo enunciado.

Podemos citar como exemplo, o seguinte enunciado paradoxal, muito comum quando um locutor que não domina bem o inglês, indo para os Estados Unidos, responde a quase tudo da seguinte maneira:

Sorry, I don't speak english! (desculpe-me, eu não falo inglês).

Ora, como se pode afirmar não falar (inglês) falando (inglês)? Como se nega um conteúdo expondo este conteúdo? Enunciados paradoxais como estes conclamam como que de imediato uma relação pressuposto/subentendido:

Quadro 7 – pressuposto e subentendido em “Sorry, I don’t speak english!”



Submetendo o enunciado ao teste ducrotiano da negação e interrogação (DUCROT, 1972, p. 58), mesmo que se negue falar inglês, em inglês, não se consegue neutralizar o pressuposto de que o locutor “fala (alguma coisa) em inglês”. E o mesmo pressuposto se manteria no caso de uma interrogativa paradoxal, como: “May I speak in english?” (Posso falar em inglês?), onde já se fala ao questionar, mantendo o pressuposto inviolável.

Como se vê, assumir o postulado *mor* da ANL – a argumentação está na língua e no seu funcionamento – não significa que falamos de uma língua tal como o senso comum a prevê, “pobre” (por pobre, entenda-se restrita por demais), como geralmente é visto (de maneira desprevenida) um sistema de hieróglifos enquanto desenhos restritos para traçar a realidade dos egípcios, ou em línguas iniciais restritas, ou um processo de início de língua primitiva, restrita a um pequeno grupo de signos (AUROUX, 2001, p. 58), ou, ou ainda um projeto inicial de sistema sem adjetivo, sem advérbio e até sem substantivo, uma língua inicial apenas verbal, portanto, propensa por isso a processos semânticos de especialidade, repartição, irradiação, restrição, e ampliação, dentre outros (BRÉAL, 2008); mas falamos que a estrutura, tal como ela seja ou qual ela seja, não pode ser subestimada quando posta em funcionamento, quando tomada em autodeterminância pela fala, já que a fala potencializa a

língua em um complexo de pluralidade de sentidos, marcados ou não na estrutura. O arcabouço teórico-estrutural da ANL evidencia que, em se falando de sentidos, não existe linearidade ou transparência, sendo que a frase é uma noção teórica que dará pistas para observar e explicar o complexo processo dos sentidos, já que “o próprio da linguagem é antes de tudo significar” (BENVENISTE, 1974, p.217, tradução nossa)⁵³.

A ANL afirma que uma língua (qualquer, não importa sua estrutura), quando posta em funcionamento, isto é, quando se relaciona um sistema ao discurso, seu funcionamento, esse acontecimento de enunciação dá-lhe especificidades (marcadas ou não), e leva-nos a observar inevitavelmente que uma continuação, um encadeamento, uma “resposta” ao que foi dito, está inscrito no enunciado dito. Não de modo informacional, não gramatical, mas em outro nível, um nível argumentativo: todo enunciado continua! Como bem observa Ducrot (1990, p. 51, tradução nossa)⁵⁴: “O valor argumentativo de uma palavra é por definição a orientação que essa palavra dá ao discurso”.

2.5 A relação sujeito/linguagem: a Teoria Polifônica da Enunciação (TPE)

Queremos pensar aqui no tratamento do sujeito no interior da linguagem, o que a ANL entende por Teoria Polifônica da Enunciação. Tal é o motivo deste tópico.

A questão sujeito (ou subjetividade) é assim pensada para Benveniste e Ducrot: para Benveniste (1974; 2006), o signo base é o *eu* (+ espaço + tempo) instaurado pela enunciação; Para Ducrot, o signo base é a *frase* pensada em relação com a enunciação. Por estes signos, a subjetividade se constitui da seguinte forma para ambos: para Benveniste, trata-se de um sujeito centrado, para Ducrot, um sujeito descentrado. Isto é: para Benveniste, a enunciação transcende vários elementos que referem um único sujeito, para Ducrot, a enunciação produz um enunciado com vários elementos que revelam vários sujeitos (que ele prefere não chamar sujeito, mas locutores e enunciadore). Localizadas as diferenças, vejamos estes princípios de modo pormenorizado.

⁵³ Do original: « le propre du langage est d’abord de signifier » (BENVENISTE, 1974, p.217).

⁵⁴ Do original: “El valor argumentativo de una palabra es por definición la orientación que esa palabra da al discurso” (DUCROT, 1990, p. 51).

Em várias pesquisas (DUCROT, 1980, p. 45; DUCROT, 1987, p. 161; DUCROT, 1990, etc) fica posto que a ANL discorda da relação necessária eu-tu benvenisteano. Para Ducrot, o “eu” não remete necessariamente àquele que fala. Para ele a forma de representação da subjetividade é mais sutil. Ducrot enxerga um descentramento das figuras da subjetividade. Deixando de lado o ser do mundo, Ducrot pensa a subjetividade no enunciado, e faz perceber que pelo dizer projetam-se diferentes “eus”. Ducrot (1987) vai questionar a questão subjetiva única do “eu”, onde as representações do “eu” nos discursos são muito mais complexas que as esboçadas por Benveniste.

No tocante ao próposito que nos concerne (esboçar teoricamente a TPE) determinemos as constitutividades e limites da TPE, tal como ela foi concebida nesta primeira fase, antes da TBS (que explicaremos adiante). Consideremos o seguinte enunciado paradoxal, comum em momentos nos quais criminosos tentam se eximir de culpa ou se justificar, diante de assassinatos ou furtos:

Eu não era eu naquele momento!

Para nós linguistas, o fato de alguém estar transtornado por raiva, doença, fome, mecanismo de defesa, ou outra necessidade qualquer ou condição imperativa que seja (aspectos privilegiadamente de interesse de outros saberes, como Psicologia, Sociologia ou Direito), não exime o caráter semântico (aspecto do saber linguístico) de um sentido paradoxal que se resume em afirmar-se e negar-se simultaneamente. Como compreendemos neste trabalho, não se trata de uma enunciação [eu] + [não-eu], mas da estranheza de alguém enunciar [eu + não-eu].

Ducrot (1987), na sua perspectiva polifônica, deixará de lado um molde metodológico eu-tu benvenisteano (e bakhtineano) e apresentará em um único enunciado (não por isso deixando de lado o texto), uma multiplicidade de personagens, que veremos pormenorizadamente abaixo. Basicamente, no enunciado dado acima, a ANL localizará no mínimo: duas “vozes” (dois pontos de vista, que Ducrot chama enunciadores: “E₁ – eu era eu”, e “E₂ – eu não era eu”. E ainda apresentará uma personagem, o Locutor (L), que enunciou todo o enunciado, e que concorda com (assimila) E₂, além de outra personagem, um locutor (λ), que será a pessoa do enunciado (o locutor é um referente linguístico do Locutor que fala (não real, mas linguístico). O locutor λ é a pessoa que surge quando o Locutor L fala de si mesmo. Eis o esquema:

Eu não era eu naquele momento

Enunciador 1 (E₁) – Eu era eu

Enunciador 2 (E₂) – Eu não era eu.

Locutor (L): Aquele que enuncia, e assimila E₂.

locutor (λ): o referente linguístico questionado e designado pelo pronome “Eu”.

O que faremos agora é aprofundar teoricamente a desenvoltura da TPE, pensada pelo paradoxo, já que em todo o tempo, propomos fundamentalmente nesta pesquisa um modo de analisar que reclame a pertença da anormalidade, tal como ela é, combatendo uma postura que afirme um pertencimento do procedimento comum e mais imediato de “traduzir” anormalidade em normalidade, por termos técnicos, para depois explicar a anormalidade.

Tendo esboçado o modo ducrotiano de entender a questão do sujeito na linguagem por essa micro-análise, passemos a pormenorizar as nuances da TPE, no seu momento anterior à TBS.

2.5.1 A relação enunciador/enunciador e Locutor/locutor

O princípio da polifonia (1987), termo musical que designa duas vozes consecutivas, foi tomado inicialmente por Bakhtin (2002). Por seu turno, Ducrot pretendeu desmistificar a unicidade do sujeito benvenestiano por esta noção. Para Ducrot, como vimos, a polifonia na sua fase inicial consiste em identificar personagens no enunciado, como *locutor* (L), *locutor ser no mundo* (λ) e *enunciador* (E). Segundo ele (DUCROT, 1987, p. 191), há basicamente duas formas de polifonia: uma primeira que se refere à existência de dois locutores distintos, e uma segunda, referente ao enunciador. Começemos pelo locutor. E por que dois locutores (L e λ)? Responde o linguista:

Já que o locutor (ser do discurso) foi distinguido do sujeito falante (ser empírico), proporei ainda distinguir, no próprio interior da noção de locutor, o ‘locutor enquanto tal’ (‘L’) e o locutor enquanto ser do mundo (‘ λ ’). [...] de um modo geral, o ser que o pronome *eu* designa é sempre λ , mesmo se a

identidade desse λ só fosse acessível através de seu aparecimento como L (DUCROT, 1987, p. 188).

Para clarificar, Ducrot propõe dois exemplos: Interjeições estão ligadas a L, e os sentimentos, ligados a λ (Um produz o enunciado de sentimento (L), o outro sente (λ). Por exemplo, ao dizer *Eu desejo*, Ducrot (1987, p. 190) afirma que “não é enquanto locutor que se experimenta o desejo [L], mas enquanto ser do mundo [λ]. [...] Por outro lado, o ato de desejar pertence tipicamente a L”. Assim, L fala e λ sente; outro exemplo é o ethos, que está ligado a L, e o que esse ethos constrói está ligado a λ . Por exemplo, não importa o que se diga, a enunciação diz respeito a L, e “o que o orador poderia dizer de si, enquanto objeto da enunciação, diz, em contrapartida, respeito a λ ” (DUCROT, 1987, p. 189). Importante dizer que ambos L e λ são representações da língua, isto é, nascem no enunciado, e não têm relação com o mundo.

Por outro lado, Ducrot verifica que, além dessas personagens do discurso (um L que projeta um λ , sem precisarem existir, sendo diferentes de sujeitos falantes empíricos, mas se mostrando apenas como representações que não carecem de existência referencial, apenas linguística), Ducrot ainda identifica *pontos de vista* expressados pela enunciação, que chamou *enunciadores*:

Chamo ‘enunciadores’ estes seres que são considerados como se expressando através da enunciação, sem que para tanto se lhe atribuam palavras precisas; se eles ‘falam’ é somente no sentido em que a enunciação é vista como expressando seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não no sentido material do termo, suas palavras. (DUCROT, 1987, p. 192).

Importante dizer que as noções técnicas polifônicas (L, λ e E) relacionam-se com outras noções da ANL, como a pressuposição, que no caso de *Pedro parou de fumar*, temos uma voz E_1 – “Pedro fumava antes” para o pressuposto, e uma voz E_2 – “Pedro não fuma atualmente” para o posto. Posto e pressuposto, além de suas particularidades, não deixam de ser pontos de vistas (enunciadores, portanto). O Locutor de *Pedro parou de fumar* assimilará (concordará com) E_2 .

Podemos exemplificar as noções através da seguinte piada-paradoxo:

Em uma empresa provisoriamente sem chefe, dois funcionários começaram a não trabalhar direito, e um deles faz uma piada:

- O chefe mandou você trabalhar, senão vai pegar pra você!

O humor é dado pelo efeito de sentido paradoxal da criação de um locutor (λ) que não existe no contexto (como alguém que não existe toma existência, e inclusive dá uma ordem?).

Em termos polifônicos de locutores, é mais fácil clarificar este paradoxo, já que “o locutor é uma ficção discursiva” (DUCROT, 1987, p. 187), não-existindo-existindo linguisticamente, mas identificável polifonicamente.

Assim, no referido enunciado identificamos os seguintes locutores:

O funcionário piadista:

- { L₁ – o piadista que adverte transmitindo a ordem do suposto patrão.
- { λ_1 – constrói-se obediente ao patrão (o bom empregado que cumpre a tarefa de advertir).

O funcionário interlocutor:

- { L₂ – o interlocutor que (pressupomos que) ri da piada, ou escuta.
- { λ_2 – constrói-se de modo passivo (escuta a advertência sem pronunciar-se).
Não fala, mas está presente pelo pronome “você” (mandou você...).

O suposto-chefe:

- { L₃ – o que dá a ordem a L₁ (de modo pressuposto): “Vá lá e diga X”.
- { λ_3 – constrói-se o chefe, maior na hierarquia, que evita a forma L₃ (dar ordem) para falar com L₂, já que pode usufruir de L₁, seu subordinado. Mostra-se uma pessoa λ enérgica e exigente, por preferir termos como “mandou” (e não “pediu”) e “vai pegar pra você” (ao invés de vai ter consequências).

No enunciado-piada, podemos também escutar pelo menos as seguintes vozes:

Em o chefe mandou você trabalhar...:

E₁ – Todo chefe deve ser obedecido.

E₂ – Os funcionários devem trabalhar mesmo na ausência do chefe

Em ...*vai pegar pra você*:

E₃ – Trabalhos não executados sofrem consequências negativas (que poderá ser também um encademento, uma orientação).

E levando-se em conta o *contexto* piadista:

E₄ – Os funcionários não devem trabalhar mesmo na ausência do chefe (a polaridade negativa de E₂). Marcamos um adendo de que a *polaridade* (DUCROT, 1987, p. 205) refere-se ao modo afirmativo ou negativo do enunciado. No caso de E₃, a polaridade é negativa.

O Locutor-piadista, no caso, toma a atitude de assimilar E₃ rejeitando os outros enunciadores (explicaremos a noção de atitude posteriormente).

Obviamente, mais uma vez empreendemos uma micro-análise explicativa, carente de um norte de investigação profundo, que lhe exporia mais enunciadores e locutores.

2.6 A relação argumento/argumento: a escala argumentativa

Fiél à ideia do encademento – o propósito da existência de um enunciado é ser levado a outro enunciado, e isto é argumentação – e ainda afastado de uma abordagem somente informacional dos sentidos (“o valor argumentativo de um enunciado não é somente uma consequência de informações elaboradas por ele, mas [...] além de seu conteúdo informativo, servem para dar uma orientação argumentativa ao enunciado, para levar o destinatário nesta ou naquela direção” (DUCROT, 1980, p. 15, tradução nossa)⁵⁵), o arcabouço teórico da ANL ganha um novo método no início dos anos oitenta: a *escala argumentativa* (ou escala absoluta).

É perceptível, a esta altura, que a ANL preserva suas ideias básicas que a estabelecem enquanto teoria linguística, mas sua metodologia e o modo de observar e operar tais ideias tem um grande histórico de mudanças, do início até os dias atuais.

⁵⁵ Do original: « la valeur argumentative d'un énoncé n'est pas seulement une conséquence des informations apportées par lui, mais [...] en plus de leur contenu informatif, servent à donner une orientation argumentative à l'énoncé, à entraîner le destinataire dans telle ou telle direction » (DUCROT, 1980, p. 15).

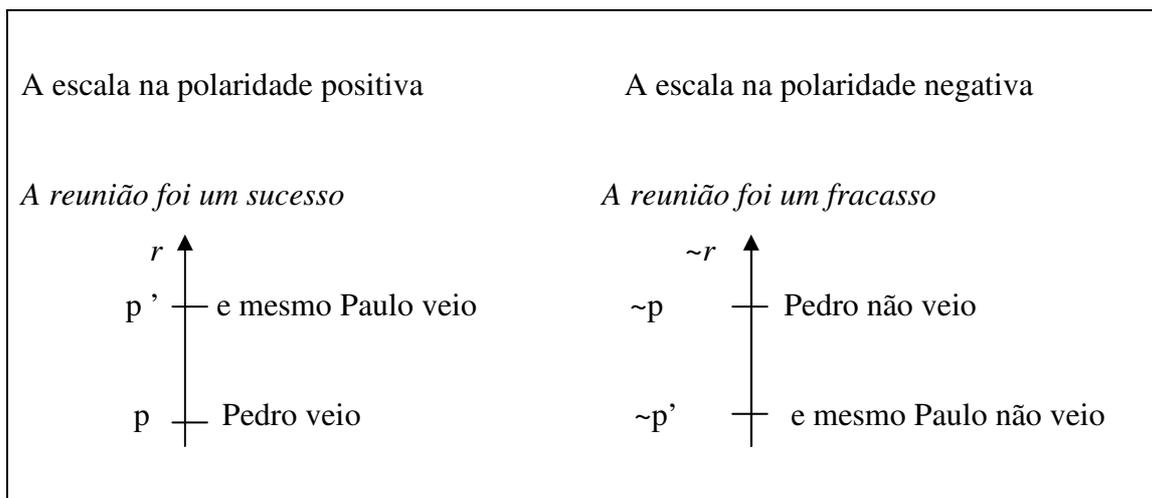
No caso das escalas argumentativas, grosso modo, trata-se de vislumbrar em gráficos os dois critérios supracitados (a análise não informacional, mas argumentativo-orientativa) por vias de uma relação comparativa, entre argumentações, postas em paralelo e ordenadas por conectivos (o que nunca significou linearidade ou engessamento de significações, pois a ideia básica da enunciação, sentido, subentendido, interpretação, situação e etc também estão preservadas). Ducrot explica que uma escala é instaurada por uma *classe argumentativa* (C.A.):

Nós diremos que um locutor – entendendo por esta palavra um sujeito falante inserido em uma situação de discurso particular – coloca dois enunciados p e p' na C.A., determinado por um enunciado r , se ele considera p e p' como argumentos em favor de r . Suponhamos, por exemplo, que a vinda de Pedro e a de Paulo me parecem, uma e outra, dar crédito à conclusão *A reunião foi um sucesso*. Neste caso, nós diremos que, para mim, os enunciados *Pedro veio* e *Paulo veio* pertencem à C.A. determinada por *A reunião foi um sucesso*. (DUCROT, 1980, p. 17, tradução nossa).⁵⁶

O que Ducrot propõe pensar com a ideia de escalas é que refletir a relação argumento/argumento para a ANL é considerar sempre um argumento mais fraco e outro mais forte (p e p' , respectivamente). Assim, o critério das escalas é básico: sempre há no mínimo dois tipos de argumentação, uma mais fraca (p) e outra mais forte (p'). E a ideia de força aqui tem um caráter apenas localizacional orientativo, e não físico (“argumentativamente mais forte”, cf. Ducrot (1980, p. 19). Eis o esquema da escala argumentativa (DUCROT, 1980, p. 27):

⁵⁶ Do original: « Nous dirons qu'un locuteur – en entendant par ce mot un sujet parlant inséré dans une situation de discours particulière – place deux énoncés p et p' dans la C.A. déterminée par un énoncé r , s'il considère p et p' comme des arguments en faveur de r . Supposons, par exemple, que la venue de Pierre et celle de Paul me semblent, l'une et l'autre, accréditer la conclusion *La réunion a été un succès*. Dans ce cas, on dira que, pour moi, les énoncés *Pierre est venu* et *Paul est venu* appartiennent à la C.A. déterminée par *La réunion a été un succès* ». (DUCROT, 1980, p. 17).

Quadro 8 – A escala argumentativa de “A reunião foi um sucesso”.



Como se pode perceber acima, Ducrot entendeu que a maior força (p') ou menor força (p) argumentativa é estabelecida por *operadores argumentativos*. Ducrot define um operador como “uma palavra Y que, aplicada a uma palavra X, produz um sintagma XY [...] Dito de outra maneira, o operador não faz senão combinar, reorganizar de uma maneira distinta os constituintes semânticos de X” (DUCROT, 2005, p. 166, tradução nossa)⁵⁷. Os exemplos clássicos de operadores argumentativos são *pouco* e *um pouco*: “Segundo minha definição, *pouco* é um O.A. em relação à frase P ‘Pedro trabalhou um pouco’. [...] Pode-se construir uma frase P’ ‘Pedro trabalhou pouco’ substituindo *um pouco* por *pouco* em P.” (DUCROT, 1989b, p. 18-19).

No enunciado dado, um exemplo de operador argumentativo seria o operador *até mesmo*. Assim, enunciados como: *Pedro, e até mesmo Paulo vieram* (DUCROT, 1980, p. 19) evidenciam que o operador *mesmo* estabelece uma diferença, uma distinção de força (argumentação) entre os dois argumentos: Pedro (p), o mais fraco, e Paulo (p'), o mais forte, ambos orientando para uma conclusão idêntica: *a reunião foi um sucesso*. Já que o conectivo *mesmo* recorta um pressuposto do tipo: “Paulo é um homem ocupado, que não sai jamais: para que ele saísse de sua casa, a reunião deveria ser, então, bastante promissora” (DUCROT, 1980, p. 19, tradução nossa)⁵⁸.

⁵⁷ Do original: “Definiremos como ‘operador’ una palabra Y que, aplicada a una palabra X, produce un sintagma XY [...] Dicho de otra manera, el operador no hace sino combinar, reorganizar de una manera distinta los constituyentes semánticos de X” (DUCROT, 2005, p. 166).

⁵⁸ Do original: « Paul est un homme occupé, qui ne sort jamais : pour qu’il se soit déplacé, il faut donc que la réunion ait beaucoup promis » (DUCROT, 1980, p. 19).

Um das grandes pertinências das escalas ducrotianas é mostrar para a lingüística que, pelas escalas, os operadores têm a função de organizar argumentos. E todo operador estabelece ao menos dois grupos de argumentos: um incidido pelo operador, e outro sem o operador, mas aludido por ele. Um com maior potencialidade argumentativa, pelo pressuposto que o operador recorta, e outro com menor potencialidade argumentativa. É o caso de *p até mesmo p'*, dentre outros: “Para poder dizer *p e até mesmo p'*, deve-se considerar que *p e até mesmo p'* sejam orientados para uma conclusão idêntica, e que *p'* conduza a ela melhor que *p* (DUCROT, 1980, p. 19, tradução nossa)⁵⁹.

Outros conectivos que (como todos os outros) organizam argumentos e foram estudados por Ducrot, são o *quase*, o *pouco*, e o *um pouco*, dentre outros, cujos estudos veremos adiante.

Contudo, é bom que se entenda que a ANL é uma semântica estrutural enunciativa, e como todo estudo enunciativo, nenhum dado operacional está “petrificado” (imobilizados por uma prévia analítica intocável. Isto não é o estruturalismo da ANL). Cientes disso, a classe argumentativa para a qual os argumentos orientam será dada pelo subentendido (isto é, pelo olhar interpretativo do leitor), neste momento da teoria. Isto colocará um jogo interpretativo em que o efeito de sentido poderá variar de interlocutor para interlocutor. A escala, então, não é rígida, não estanca a interpretação. Cada leitor sopesará as particularidades situacionais da enunciação e especificidades constitutivas da frase/enunciado diferentemente um do outro, mediante a orientação que o discurso lhe revela: “Podemos ter *r* por um argumento sem tê-lo, no entanto, por um argumento decisivo” (DUCROT, 1980, p. 17, tradução nossa)⁶⁰.

Ainda no interior das escalas argumentativas, uma outra noção produtiva para análises é a *implicação*. De forma geral, Ducrot (1980, p. 52) explica que há em certos enunciados uma relação do tipo *A implica B*, e sua recíproca $\sim A$ implica $\sim B$. Esta noção é geralmente vislumbrada pelo modo interrogativo, e sua negativa (que ele chama concessão) pelo conectivo *até mesmo se*, assim (DUCROT, 1980, p. 49, tradução nossa)⁶¹:

⁵⁹ Do original : « Pour pouvoir dire *p et même p'*, il faut que *p et p'* soient orientés vers une conclusion identique, et que *p'* y conduise mieux que *p* » (DUCROT, 1980, p. 19).

⁶⁰ Do original: « On peut tenir *r* pour un argument sans le tenir cependant pour un argument décisif » (DUCROT, 1980, p. 17).

⁶¹ Do original: « Est-ce que Pierre prendra sa voiture si la route est bonne ? – Non, même si la route est bonne, il viendra en train » (DUCROT, 1980, p. 49).

Pela interrogação (implicação):

Pedro vai dirigir seu carro (B) se a estrada for boa (A)?

Pelo conectivo “até mesmo se” (concessiva):

Não, até mesmo se a estrada for boa (~A) ele virá de trem (~B).

A implicação é um acordo prévio (“accord préalable”) e doxal entre os interlocutores de um enunciado ou discurso, que evidencia que “A vai no sentido de B” (DUCROT, 1980, p. 48). Este acordo é uma espécie de contrato inscrito na língua. No caso dos dois enunciados acima, teremos os seguintes esquemas:

Quadro 9 – A implicatura e a concessão segundo a escala argumentativa

Implicação		Concessão	
[B se A?]		[até mesmo se A, ~B]	
B	↑ Dirigir o carro (consequente)	~B	↑ Não pegar o carro (consequente)
A	— Estrada é boa (antecedente)	A	— Até mesmo se a estrada for boa (antecedente)

Já que “uma frase do tipo B se A tende a fazer entender não somente ‘A implica B’, mas também a implicação recíproca ‘B implica A’”; E “[...] ao dizer que A implica B, nós tomamos [...] do mesmo modo como satisfatório um dos requisitos prévios à implicação recíproca ‘~A implica ~B’” (DUCROT, 1980, p. 51-52, tradução nossa)⁶².

Esta fase das escalas absolutas não efetivavam análise com duas escalas para um mesmo foco. Havia geralmente uma escala apenas (por isso eram absolutas), que sintetizava o movimento analítico e expressava a descrição argumentativa do enunciado.

Por fim, um mesmo argumento que oriente para duas conclusões foi um motivos teóricos pelos quais Ducrot abandonou a análise por vias de escalas, quando trabalhava os

⁶² Do original: « [...] une phrase du type B si A tend-elle à faire entendre, non seulement < A implique B >, mais aussi l'implication réciproque < B implique A > [...] en disant que A implique B, on prend du même coup comme satisfait un des réquisits préables à l'implication réciproque < ~A implique ~B > » (DUCROT, 1980, p. 51-52).

operadores argumentativos *pouco* e *um pouco*, que ambos podem orientar tanto para *sucesso* ou *fracasso*, infringindo a organização das escalas. A própria postura analítica de Ducrot chega a ser paradoxal: o linguista aproxima-se de esquemas técnicos da Lógica para afastar-se deles. É um adotar para abandonar, o tempo todo.

Ducrot chega a assumir a possibilidade de paradoxos na escala, mas não desenvolve tal hipótese. Para ele, o fenômeno do paradoxo é uma relação menos forte entre A e B (uma implicatura menos forte):

Somos levados a reconhecer que haveria alguma coisa de paradoxal, de surpreendente, no fato de que pudéssemos ter, ao mesmo tempo, $\sim A$ e B . Se então o locutor soubesse $\sim A$ compatível com B , a lei da exaustividade o obrigaria a dizer, visto que ela já deu, **sobre as relações entre A e B, uma informação muito menos forte (a implicação que ele pôs, e em virtude da qual nós não temos A sem B, é de fato menos forte**, porque ela se apresenta como confirmando somente uma expectativa prévia, porque ela se apóia já sobre o subentendido implícito de que A é favorável a B). (DUCROT, 1980, p. 53, grifo nosso, tradução nossa)⁶³.

Ainda é importante marcar que, se acima, ao falar do paradoxo nas escalas argumentativas, Ducrot as define como “implicaturas menos fortes”, abaixo, em outro momento, Ducrot as define como “rupturas no discurso” ou “efeito polêmico”. Tudo parte da atitude do locutor de contrariar a relação contratual comum de implicatura doxal, rompendo com: “*Não, mesmo se a estrada for boa ele virá de trem*”; e “*Não, mesmo se Jacques vier, Pedro não virá*, que contrariadas, evidenciará que:

Nós teríamos tido, ao contrário, **uma ruptura no discurso, e um efeito polêmico de paradoxo** se as respostas tivessem sido respectivamente:

- Mas não, sobretudo se a estrada for boa, Pedro virá de trem.
- Mas não, sobretudo se Jacques vir, Pedro não virá.

⁶³ Do original: « [...] on est amené à reconnaître qu’il y aurait quelque chose de paradoxal, d’étonnant, à ce qu’on puisse avoir à la fois $\sim A$ et B . Si donc le locuteur savait $\sim A$ compatible avec B , la loi d’exhaustivité l’obligerait à la dire, vu qu’il a déjà donné, sur les rapports entre A et B, une information beaucoup moins forte (l’implication qu’il a posée, et en vertu de laquelle on n’a pas A sans B, est en effet moins forte, puisqu’elle se présente comme confirmant seulement une attente préalable, puisqu’elle s’appuie déjà sur le sous-entendu implicite que A est favorable à B) » (DUCROT, 1980, p. 53).

[...] Nós não saberíamos sustentar essa distinção por uma prova que justificasse definitivamente as descrições argumentativas dadas aqui pela implicação e a concessão (DUCROT, 1980, p. 50, grifo nosso, tradução nossa)⁶⁴.

Se por um lado as escalas argumentativas não conseguem organizar bem argumentos com duas orientações (*trabalhar pouco* pode orientar tanto para sucesso ou fracasso; e *trabalhar um pouco* também), Ducrot assume tal falta, e passa a reelaborar a metodologia analítica da ANL mais uma vez. Agora pela concepção dos *Topoi Argumentativos*.

2.7 A relação dentro/fora da língua: o paradoxo teórico dos topoi

Abandonando uma relação restrita de argumento/argumento (fraco/forte) enquanto metodologia analítica por escalas, Ducrot ousou ponderar relações crença/crença, na sua fase dos Topoi. Dizemos ousou porque o linguista infringe um critério que sempre prezou para analisar a linguagem: a postura saussureana de manter-se na língua para investigar os sentidos.

A fase dos Topoi é para a ANL um momento teórico paradoxal em si (ora, define-se enquanto Teoria da Argumentação “na língua”, e opera-se “fora da língua”). Temos aqui um momento de crise teórica assumida por Ducrot, quando ele percebe que se afirma “dentro” da língua, mas operando a descrição do enunciado “fora” dela: “Será possível não trair Saussure? [...] Talvez Saussure não possa servir senão de guardião perpétuo, que não se pode deixar de transgredir” (DUCROT, 1999a, p. 11).

Ducrot apresenta nesta fase um estruturalismo quase paradoxal (e dizemos quase por prudência, por entenderemos que de fato ele operou fora da língua, mesmo preservando o nome ANL, bem como outros critérios estruturais saussureanos). Ficou difícil definir uma filiação para a ANL neste momento dos Topoi, já que o mesmo Ducrot definia os Topoi como

⁶⁴ Do original : « On aurait eu au contraire une rupture dans le discours, e un effet polémique de paradoxe si les réponses avaient été respectivement :

- Mais non, surtout si la route est bonne, Pierre viendra en train.
- Mais non, surtout sio Jacques vient, Pierre ne viendra pas.

[...] Nous ne saurions tenir cette remarque pour une preuve qui justifierait définitivement les descriptions argumentatives données ici pour l'implication et la concession » (DUCROT, 1980, p. 50).

“fora” da língua, e ao mesmo tempo se filiava a um estruturalismo “dentro” da língua: “Nesta etapa da teoria, os topoi não são pois, propriamente ditos introduzidos na significação: esta comporta somente diretivas para a aplicação eventual de topoi, em si mesmos extrínsecos à semântica frástica” (DUCROT, 1999, p. 5).

Por um lado, Ducrot policiava-se (e políciava-se ainda) por manter-se estruturalista ao ponderar que “[...] a semântica lingüística deve ser estrutural [...] Ser estruturalista, no estudo de um domínio qualquer, é definir os objetos deste domínio uns em relação aos outros, ignorando voluntariamente aquilo que, na sua natureza individual, se define apenas em relação aos objetos de outro domínio” (DUCROT, 1987, p. 67); e por outro lado, acabou por retomar sua questão inicial dos anos sessenta, indagando a si mesmo se pode existir de fato um estruturalismo: sair da língua para estudar a língua seria possível no estruturalismo? Isto não seria paradoxal, na medida em que se defende um método estrutural com elementos teóricos fora dele? Ducrot se indaga: existiria de fato um método estrutural? Que nome daríamos a uma tal configuração estruturalista paradoxal, fiel a uma delimitação interna nas suas definições e filiações e não fiel a tais limites no momento das operações analíticas?:

Ampliemos nossa questão até o paradoxo: o estruturalismo existe? [...] Não temos nós lido sob uma pena como aquela de Georges Canguilhem: ‘o método estrutural (a supor que exista um, a falar propriamente)? [...] Antes de partir de uma definição *a priori* do método a dizer estrutural, para chegar ao seu início de aplicação aqui ou ali, cada um partiu de sua disciplina de estudo para procurar, sem preconceito, se e em quê ela tinha mudado – e em quê essa mudança exporia alguma coisa que deveríamos chamar estruturalismo (DUCROT, 1968, p. 8, tradução nossa)⁶⁵.

Enfim, simpatizante de uma crítica de Marion Carel à sua postura estruturalista ao postular a teoria dos Topoi, de um lado (DUCROT, 1999a), mas decidido a permanecer em uma crença de Topoi, por outro, Ducrot insiste em desenvolver seus estudos da linguagem por vias aristotélicas (estes Topoi), deixando pendente uma filiação exata de seus estudos para a Linguística (deixara Ducrot de ser estruturalista? Ou: em que medida poder-se-ia dizer que

⁶⁵ Do original: « Poussons notre question jusqu’au paradoxe: le structuralisme existe-t-il? [...] N’avons-nous pas lu sous une plume comme celle de Georges Canguilhem: <la méthode structurale (à supposer qu’il en existe une, à proprement parler)> ? [...] plutôt que de partir d’une définition *a priori* de la méthode à dire structurale, pour venir à son début d’application ici ou là, chacun est parti de sa discipline d’étude pour chercher, sans préconception, si et en quoi elle avait changé – et en quoi ce changement mettait au jour quelque chose qu’on devrait appeler structuralisme » (DUCROT, 1968, p. 8).

Ducrot era estruturalista? Ou ainda: como se poderia definir as minúcias de um método estruturalista que Ducrot postulava, ou que acreditava postular?).

Só futuramente, como veremos, Ducrot assume ter tido um momento de infidelidade ao estruturalismo com sua teoria dos Topoi:

Ao introduzir estes *topoi*, Jean-Claude Anscombe e eu baseávamos as relações argumentativas em princípios que não são de ordem linguística. [...] Ao basear, então, a argumentação em noções independentes da língua, estávamos, na realidade, renunciando ao princípio saussureano segundo o qual a língua se estuda a partir dela mesma [...] Marion Carel se deu conta de que esta teoria, na realidade, traía a ideia mesma da ANL (DUCROT, 2005, p. 13, tradução nossa)⁶⁶.

A incoerência está no fato de que “a língua não acredita em nada”. Quem acredita são os sujeitos empíricos psico-fisiológicos que usam a língua. E a ANL descarta todo sujeito empírico, autor da fala (DUCROT, 1987, p. 169). Não que eles não existam, mas a ANL prefere deixá-los de lado, e opta por falar deles no que tange aos interesses estruturais, isto é, da enunciação desses falantes, do enunciado desses falantes, e da sua existência linguística apenas. O que significa não falar em sujeitos falantes, mas em locutores. A ANL aceita apenas locutores, e locutores não pensam, ou melhor, locutores não pensam e falam, somente falam, e o falar é a representação de seus pensamentos, e de tudo mais da dimensão do real (expressos pelos enunciadores): “A decisão estruturalista releva simplesmente do fato de que a ‘realidade’ é acessível somente através das representações que damos dela” (DUCROT, 1999a, p. 2). Contudo, há certa relação opaca entre algo como uma crença que de alguma forma afeta ou está inscrita na enunciação. A questão é que é difícil explorar tal relação de crença em um ambiente regularizado por limites estruturais.

Exatidões à parte, a ANL seguiu desenvolvendo o quadro teórico dos Topoi, mesmo com os ecos críticos dos trabalhos de Carel denunciando os Topoi e ressoando nas filosofias crítico-teóricas que Ducrot escrevia, como se vê em textos como Ducrot (1999a, p. 4). Passemos a demonstrar os feitiços dos Topoi da ANL.

⁶⁶ Do original: “Al introducir estos *topoi*, Jean-claude Anscombe y yo basábamos las relaciones argumentativas en principios que no son de orden lingüístico. [...] Al basar, entonces, la argumentación en nociones independientes de la lengua, estábamos, en realidad, renunciando al principio saussureano según el cual la sólo se estudia a partir de ella misma. [...] Marion Carel se dio cuenta de que esta teoría en realidad traicionaba la idea misma de la TADL” (DUCROT, 2005, p.13).

2.7.1 A Relação escala/escala: Os Topoi argumentativos

Concepcionalmente, o Topos, na teoria aristotélica, é um lugar retórico-linguístico. Para a ANL, um lugar argumentativo-semântico (fora da língua, mas apreendido pela língua). Especificamente falando, trata-se de um lugar de crença. Para este momento, Ducrot assume que, quando se fala, fala-se a partir de um lugar de crença. Deste modo, perscrutar as marcas de enunciação de um enunciado significa identificar/considerar um lugar de crença de dizer, antes de interpretar as forças argumentativas (possíveis conclusões) de um enunciado.

Metodologicamente, se primeiramente a ANL operava com uma única escala para ilustrar as orientações argumentativas de um enunciado, entendendo por escala a “[...] possibilidade de comparar segundo o mais e segundo o menos” (DUCROT, 1999a, p. 29), agora, pelos Topoi ela o faz sempre por duas escalas. E por um molde inversamente proporcional: se uma escala sobe, a outra desce. Isto significa dizer que “[...] quando se percorre uma das escalas, percorre-se também a outra, e que o sentido no qual se percorre uma implica um certo sentido para o percurso na outra. Por exemplo, quanto mais se sobe na primeira, mais se desce na segunda” (DUCROT, 1989b, p. 26). Operar duas escalas é falar em *gradação*. A gradação semântica é a palavra chave da fase dos Topoi, como veremos.

Problematicamente, talvez o maior entrave que pôs fim à era das escalas Absolutas na ANL, orientando para um novo formato de Topoi, foi o seguinte percalço, onde Ducrot (1989b, p. 35) justifica a nova fase:

Por exemplo, podem-se considerar os quatro encadeamentos:

- (a) Ele trabalhou um pouco. Ele vai conseguir.
- (b) Ele trabalhou um pouco. Ele não vai conseguir.
- (c) Ele trabalhou pouco. Ele vai conseguir.
- (d) Ele trabalhou pouco. Ele não vai conseguir.

Vê-se, neste exemplo, comparando (a) e (c), ou ainda (b) e (d), que as mesmas conclusões podem ser alcançadas a partir de *pouco* e *um pouco*. Sentimos, no entanto, muito bem que a argumentação não é a mesma em (a) e em (c), nem tampouco em (b) e (d). Parece-me fácil, graças à teoria dos Topoi, descrever estas diferenças: direi que (a) e (c) não mobilizam um mesmo topos, e que se dá o mesmo para (b) e (d). Mais precisamente, temos a nossa disposição dois topoi contrários, T_1 e T_2 :

T_1 : O trabalho leva ao êxito.

T_2 : O trabalho leva ao fracasso.

Analiticamente, ao operar pela teoria dos Topoi, vamos falar sempre em um grupo de seis noções técnicas para gerir os procedimentos: dois *Topos*, representando as duas escalas-chave (T_1 e T_2), com duas *Formas Tópicas* cada, que Ducrot (1989c, p. 1) propôs abreviar por FT (FT'_1 ; FT''_1 e FT'_2 e FT''_2), recíprocas e equivalentes. À percepção do movimento destes seis elementos formais no enunciado inserido em um discurso dá-se o nome de gradação. A gradação é, portanto, a relação entre escalas, entre crenças tópicas.

Este movimento reciprocamente proporcional das formas tópicas caracteriza o topos como *concordante* ou *discordante*, assim:

Assim, um topos, dito *concordante*, fixa por suas duas escalas P e Q o mesmo sentido de percurso, pode aparecer sob a forma, que eu chamarei *conversas*, $\langle +P, +Q \rangle$ et $\langle -P, -Q \rangle$, – formas que significam, respectivamente, que um percurso ascendente de P é associado a um percurso ascendente de Q, e que um percurso descendente de P é associado a um percurso descendente de Q. Do mesmo modo, um topos *discordante*, atribuindo a P e a Q direções de percursos opostos, pode se apresentar sob as duas formas *conversas* $\langle +P, -Q \rangle$, e $\langle -P, +Q \rangle$ (DUCROT, 1989c, p. 3, tradução nossa)⁶⁷

Nesta fase, é na gradação, portanto, que se flagra o efeito de sentido do enunciado analisado. Vejamos o exemplo que Ducrot (1989b, p. 35-36) apresenta:

⁶⁷ Do original : « Ainsi, un topos, dit *concordant*, fixant pour ses deux échelles P et Q le même sens de parcours, peut apparaître sous le formes, que j'appellerai *converses*, $\langle +P, +Q \rangle$ et $\langle -P, -Q \rangle$ – formes que signifient, respectivement, qu'un parcours ascendant de P est associé à un parcours ascendant de Q, et qu'un parcours descendant de P est associé à un parcours descendant de Q. De même un topos *discordant*, attribuant à P et à Q des directions de parcours opposées, peut se présenter sous les deux formes *converses* : $\langle +P, -Q \rangle$ et $\langle -P, +Q \rangle$ » (DUCROT, 1989c, p. 3).

Quadro 10 – A relação escala/Topoi

Escala Ascendente				
Escala 1, ou Topos 1, ou (T ₁): crença – <i>O trabalho leva ao êxito.</i>				
1ª Forma Tópica de FT ₁ , ou (FT' ₁): Quanto mais se trabalha, mais se tem êxito.				
<+P,+Q>				
2ª Forma Tópica de FT ₁ , ou (FT'' ₁): Quanto menos se trabalha, menos se tem êxito.				
<-P, -Q>				
Escala descendente				
Escala 2, ou Topos 2, ou (T ₂): crença – <i>O trabalho leva ao fracasso.</i>				
1ª Forma Tópica de FT ₂ , ou (FT' ₂): Quanto mais se trabalha, menos se tem êxito.				
<+P, -Q>				
2ª Forma Tópica de FT ₂ , ou (FT'' ₂): Quanto menos se trabalha, mais se tem êxito.				
<-P, +Q>				

Se aplicarmos, então, os seis elementos formais nos quatro enunciados acima teremos, enfim, a solução que a fase anterior das escalas absolutas ficava devendo – a gradação:

Quadro 11 – O funcionamento dos Topoi segundo Ducrot (1989b, p. 37).

Encadeamentos	Argumentos	Topoi	Formas tópicas	Conclusões
(a)	Trabalhar um pouco	T ₁	FT' ₁	Êxito
(b)	Trabalhar um pouco	T ₂	FT' ₂	Fracasso
(c)	Trabalhar pouco	T ₂	FT'' ₂	Êxito
(d)	Trabalhar pouco	T ₁	FT'' ₁	Fracasso

Estes movimentos para se investigar os sentidos ilustrados nos dois quadros acima mostram, sobretudo, que o topos é gradativo: “Se um topos, aplicado a dois argumentos, leva a ver um como mais forte que o outro, é inevitável que o topos seja gradual, que ele coloque

em correspondência gradações” (DUCROT, 1989b, p. 29). Isto é analisar pelos topoï: proceder à uma primeira relação, a de crenças, mas uma relação de crença (fora da língua) operada por uma segunda relação, a de operadores (na língua). Ou seja: através de relações entre operadores argumentativos como *pouco*, *um pouco*, *quase*, *até mesmo*, *mesmo*, *no máximo* etc, podemos vislumbrar a gradação, a movimentação argumentativa no interior das duas escalas de topoï, T₁ e T₂, bem como nas suas formas tópicas.

Podemos observar as duas relações, entre crença, extra-linguística, e entre operadores, intra-linguística, nos enunciados operados por *até mesmo*:

“Faz 16°, talvez até mesmo 18°, vamos passear”!

“Faz 18°, talvez até mesmo 16°, não vamos passear”!

Como alguém, adotando métodos semântico-estruturais, exporia a relação de sentido entre estes dois enunciados, respeitando os limites da língua? Neste momento específico e nas condições teóricas das quais se valia, Ducrot (1989b, p. 28-29) diria que duas relações deveriam descrever o sentido do enunciado – nós diríamos relações paradoxais: uma dentro, outra fora da língua –: é o operador *até mesmo* (dentro da língua) responsável por organizar a relação de gradação autorizada pelo topos (fora da língua) que descreve o sentido. Assim:

Quadro 12 – O funcionamento dos Topoï segundo o operador “até mesmo”.

Ducrot (1999a, p. 5) explica que operadores argumentativos são instruções de como manipular topoï. E afirma (DUCROT, 1989b, p. 28) que o operador *até mesmo* serve “para ligar dois argumentos orientados para uma mesma conclusão”. Assim temos:

16° até mesmo 18°:

T₁: O calor torna o passeio agradável

T’₁: Quanto maior o calor, mais o passeio é agradável

T’’₁: Quanto menor o calor, menos o passeio é agradável

18° até mesmo 16°:

T₂: O calor torna o passeio desagradável.

T’₂: Quanto maior o calor, menos o passeio é agradável

T’’₂: Quando menor o calor, mais o passeio é agradável

Mas Ducrot antecipa uma questão: quem estabeleceu o princípio solar de que se deve ter “êxito” ou “fracasso” quando se trabalha? Quem dita esta crença da atividade do trabalho para que possamos “seguir-la” (numa ponderação mais ingênua), ou flagrá-la no discurso (numa consideração mais intelectual)?

Ducrot diz que é possível considerar o lugar da crença (Topoi) para estudar a linguagem porque o topos tem três propriedades técnicas: é universal, é generalizado e é gradativo (DUCROT, 1989b, p. 24-25). Universal no sentido de que uma comunidade linguística admite partilhá-lo; generalizado porque ultrapassa os limites do enunciado e o momento da enunciação, sendo aplicável a um grande número de situações análogas; gradativo porque, como já visto, os topoi fazem relacionar duas escalas (duas gradações) sempre.

Então, o topos/crença *calor – praia*, por exemplo, é universal por ser partilhado por uma coletividade, é generalizado por extrapolar o momento da enunciação (e a língua) sendo aceita em muitas situações, e é gradativa por expor uma relação de comparação de escalas na medida em que quanto mais (ou menos) calor, torna-se mais (ou menos) agradável. É bom que se diga, ainda, que a ANL não trabalhou enunciados cuja significação/sentido inscreve-se em duas crenças simultâneas.

CAPÍTULO III – A TEORIA DOS BLOCOS SEMÂNTICOS

Em 1992, a partir de sua Tese de Doutorado, Marion Carel passa a integrar o rol dos grandes teóricos da ANL de modo decisivo, sugerindo uma nova concepção teórica para investigar a argumentação, e por isso o sentido: é a chamada nova fase teórica da ANL, a *Teoria dos Blocos Semânticos* (TBS). Orientada pelo próprio Ducrot, Carel passa a escrever, desde então, inúmeras pesquisas, ora com a parceria de Ducrot, ora sem ela.

Com abordagens profundas e regadas a exemplos e contra-exemplos, com delimitações e filiações bem marcadas, a TBS mostra sua maturidade e deixa isso claro no projeto de seus vários artigos publicados pelo mundo. A linguista questiona (e por isso ressignifica) a ANL, refinando-a pela TBS. O resultado é uma teoria madura, no que concerne às exigências mundiais *versus* as suas noções formalizadoras, seu aparato teórico, e seu modo de investigar a língua.

Ainda é imprescindível dizer novamente o que já colocamos no início do trabalho. Não tratamos aqui de duas teorias: ANL e TBS. Não efetivamos uma cisão, muito embora tivemos que demarcar dois momentos, devido à necessidade expositiva da teoria. O que temos é senão uma única teoria, aprofundada de modo radicalizado, como veremos neste capítulo. Permanece ainda a mesma teoria com interesse no objeto língua, investigado pelo prisma argumentativo, que agora passa a se chamar, conforme suas atualizações, TBS.

Tal acervo teórico que desenvolve a TBS nos será caro aqui por duas razões: de um lado pela maturidade teórica devido à exigência detalhista da própria autora, que elabora uma pluralidade rigorosa de noções; e de outro lado devido à consequência desse rigor teórico, pelo singular norte que dá para as pesquisas e interesses da ANL, ao conseguir aliar, adequar e compatibilizar posturas estruturalistas com preocupações e interesses modernos e/ou de interesses contemporâneos, próprios de outras vertentes da Linguística, como a Pragmática (explorando a ambiguidade da língua, por exemplo), a Análise de Conversação (explorando elementos textuais, por exemplo), a Análise de Discurso brasileira (explorando anterioridades discursivas, por exemplo), e a Literatura (explorando significados/sentidos “ilógicos”, por exemplo), dentre outras, sem falar nas perspectivas de diálogos produtivos abertos com outras vertentes, não mencionadas por ela, mas a ela passíveis.

Esta abertura ressignifica o Estruturalismo mundial e impulsiona a ANL (agora TBS) enquanto pertinência de grandes teorias da modernidade. O que, no mínimo, reclama uma divulgação da TBS.

O estilo exigente da autora perspassa uma quantidade vasta e pertinente de enunciados problemas – o que desafiam e fazem a teoria avançar – seguidos de descrições e análises teórico-linguísticas operadas por uma gama plural de noções formalizadoras, característica da autora. O eco da discussão de décadas desta teoria desenvolvida por Ducrot e Anscombre, determinada por vários momentos, é agora ricamente retomado, reformulado, aprofundado e amadurecido na atualidade da TBS.

Merece destaque, como veremos, dentre outros fatores mais explícitos, a maturidade da atualidade recente da TBS, capaz de dar conta de funcionamentos discursivos menos óbvios e mais desafiadores no que compete a uma teoria da linguagem.

Ademais, como se percebe nas inúmeras publicações da linguista, Marion Carel investiga semanticamente, com acuidade e aprofundamento, a relação entre os fenômenos discursivos complexos da língua que desafiam a Linguística. A cientificidade plausível é visível no sucesso hercúleo de pretender investigar semanticamente o discurso por vias argumentativas, sem abandonar a proposta ducrotiana de uma “concepção estrutural da enunciação” (DUCROT, 1987, p. 83), que chamamos Estruturalismo Enunciativo.

Estas pertinências da TBS constituem o projeto do presente capítulo, cujo propósito é apresentar a concepção, disposição e funcionamento teórico da TBS, para operações em nosso corpus, *a fortiori*.

3.1 A relação palavras distintas / única representação semântica

Antes de apresentarmos e refletirmos sobre o quadrado argumentativo proposto por Carel, vejamos seus rudimentos em discussões iniciais por nós propostas, para melhor determinar a difícil percepção de “o que é um bloco”, até para os semanticistas da TBS.

Tudo começou com indagações de Ducrot que lhe remetaram a Aristóteles. Ducrot (1990, p. 137; DUCROT; SCHAEFFER, 1995, p. 281), certa vez, incomodou-se com o fato de que alguns adjetivos, mesmos distintos um do outro, relacionam-se entre si. Estruturalmente falando, de onde vinha esta ligação semelhante entre estas palavras que são

distintas? A possível resposta veio ao visitar o quadrado de Aristóteles. O objetivo era perscrutar esta relação de “quatro distintos” que conclamavam algo como uma unidade. Algo como uma “única representação semântica”, nos dizeres de Ducrot (2009, p. 22). A questão era (e é) investigar o que seria esta única representação semântica entre os distintos:

Desde muito tempo se admite que existam grupos de adjetivos unidos entre si por relações muito gerais. É o caso, por exemplo, do conjunto dos quatro adjetivos *generoso* (Ge), *avaro* (A), *ecônomo* (E), e *gastador* (Ga). Todo mundo sente que estes adjetivos constituem uma estrutura única. **Mas o difícil é definir as relações que organizam esta estrutura** (DUCROT, 1990, p. 136, tradução nossa, grifo nosso)⁶⁸.

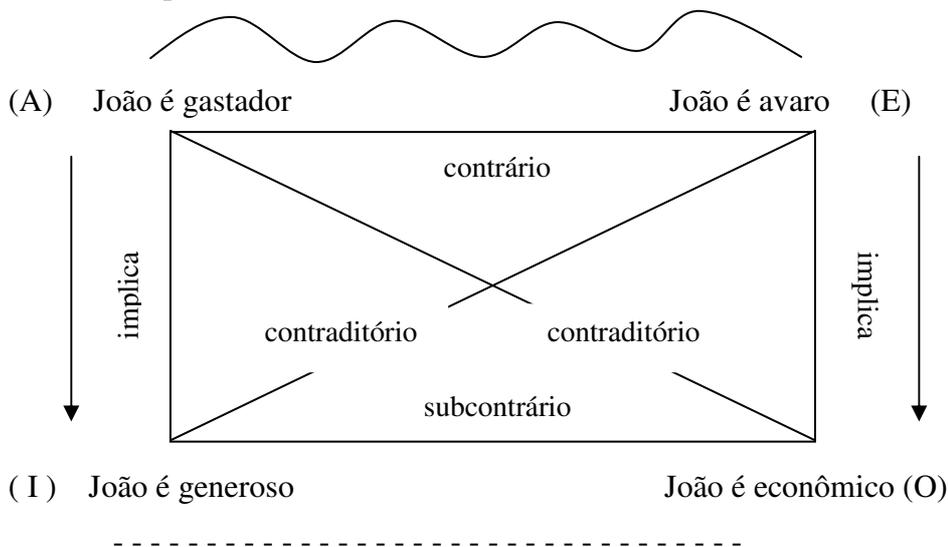
Esta problemática acima, objetivo deste tópico (relação palavras distintas/única representação semântica) foi alvo de muitos trabalhos em Filosofia antiga, Filosofia moderna, Linguística moderna, e Lógica, dentre outros saberes. Brevemente e sem aprofundamentos, poderíamos nos lembrar de alguns deles, que mostram pertinência ao método da TBS. Pertinência direta, por coerência à nossa postura teórica, ou indireta, por não compatibilidade teórica, mas plausibilidade pelas questões que levantam. Dentre eles: o quadrado de Aristóteles e a teoria dos conjuntos de Chierchia. Vejamos rapidamente retendo o que nos interessa.

3.1.1 A Relação implicatura/contrário/subcontrário/contraditório: o quadrado de Aristóteles

Diante deste problema da representação semântica única entre estruturas distintas (e a implicatura de uma difícil explicação de sua organização relacional que uniria os semantismos destes distintos), Ducrot se debruça sobre o caso dos adjetivos supra-citados propondo uma visada pela Filosofia Antiga, observando estes quatro adjetivos-problema pelo quadrado de Aristóteles:

⁶⁸ Do original: Desde hace mucho tiempo se admite que existen grupos de adjetivos unidos entre sí por relaciones muy generales. Es el caso por ejemplo del conjunto de los cuatro adjetivos *generoso* (Ge), *avaro* (A), *económico* (E), y *gastador* (Ga). Todo el mundo siente que estos adjetivos constituyen una estructura única. Pero lo difícil es definir las relaciones que organizan esa estructura (DUCROT, 1990, p. 136).

Quadro 13 – O quadrado lógico de Aristóteles segundo Ducrot (1990, p. 137) e Ducrot e Schaeffer (1995, p. 281).



Após propor a sua versão semântica para o quadrado aristotélico, Ducrot apresenta sua leitura do mesmo em quatro pontos:

As flechas designam as relações de implicação unilateral (se se é avaro, forçosamente se é econômico). **As retas** designam contradição (se se é gastador não se é econômico, e se não se é gastador se é econômico). **A linha ondulada** designa a contrariedade (não se pode ser gastador e avaro ao mesmo tempo, mas se pode, felizmente, não ser nem um nem o outro). **As linhas pontilhadas** designam a subcontrariedade (pode-se ser, felizmente, generoso, e econômico ao mesmo tempo, mas não se pode não ser nem um nem o outro) (DUCROT, 1990, p. 137, grifo nosso, tradução nossa)⁶⁹.

Para Ducrot, neste momento, a grande contribuição do quadrado neste molde aristotélico é poder pensar justamente um grupo semântico, formado por palavras que se relacionam entre si mantendo sua distinção.

Ele ainda propõe a aplicação do quadrado a pelo menos outros três grupos semânticos, como em Ducrot (1990, p. 137): *todos* (A), *ninguém* (E), *alguns* (I) e (O) *alguns + negação*; e

⁶⁹ Do original: “Las flechas designan las relaciones de implicación unilateral (si se es avaro forzosamente se es económico). Las rectas designan la contradicción (si se es gastador no se es económico y si no se es gastador se es económico). La línea ondulada designa la contrariedad (no se puede ser gastador y avaro a la vez, pero se puede, afortunadamente, no ser ni lo uno ni lo otro). Las líneas punteadas designan la subcontrariedad (se puede ser afortunadamente, generoso y económico a la vez, pero no puede no ser ni lo uno ni lo otro)” (DUCROT, 1990, p. 137).

também *covarde* (A), *medroso* (E), *prudente* (I) e *valente* (O); e como em Ducrot e Schaeffer (1995, p. 281): *calor* (A), *frio* (E), *morno* (I) e *fresco* (O).

É perceptível, pelo quadrado aristotélico, que existe uma relação que “prende” um grupo de palavras. Mas não existe, pelo quadrado de Aristóteles, uma palavra que nomeie esta representação semântica única (não há ali um nome para o grupo semântico “gastador, avaro, generoso e enconômico”). Existe uma linha que une um grupo de palavras, mas não há nome para essa linha. A representação dessa união é pensada apenas na ideia geométrica do quadrado.

3.1.2 A relação variáveis/conjunto: Chierchia

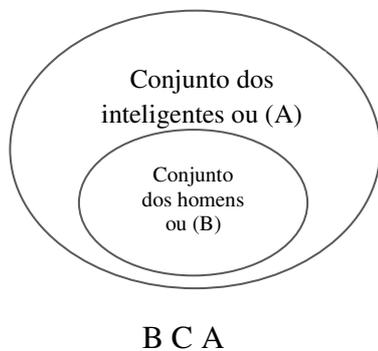
Reflitamos esta problemática rapidamente pela clássica teoria dos conjuntos (ou conjuntística), largamente utilizada na Lógica, na Matemática e na Computação, pelo menos. Evidentemente que, para as lentes mais exigentes, é necessário dizer, de antemão, que não temos afinidade de filiação, aliança, avizinhamo ou outra natureza de ligação com a Lógica, senão que o modo de raciocínio da Lógica – e de certas teorias outras, mesmo que não conjugadas aqui –, é um tanto pertinente para se pensar as peripécias do sentido. É o caso da teoria dos conjuntos, produtiva para pensar a problemática da relação “pluriforma/única representação semântica” levantada por Ducrot.

É relevante prefaciá-la dizendo que, no tocante à mobilização teórica geral deste trabalho, tanto Ducrot como Carel têm forte influência científica da Lógica: Carel obteve a sua formação primeira neste saber, e ambos os linguistas (principalmente Ducrot) possuem vasta publicação com citações, análises, comparações, indagações, apresentações, e operações diversas por meio da Lógica. Às vezes, deixando de lado a própria postura técnica, apresentam análises inteiras sob as égides da Lógica, como em Ducrot (1980b, p. 81-96).

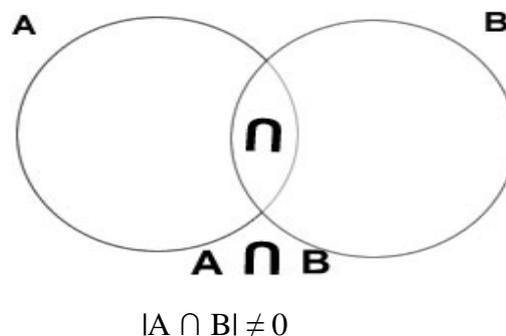
Começemos por expor os exemplos ilustrativos. Consideremos as sentenças e suas visualizações, dadas por Chierchia (2003, p. 81, 82, 89, 91):

Figura 1 – Algumas relações básicas dos conjuntos segundo Chierchia (2003, p. 81, 82, 89, 91).

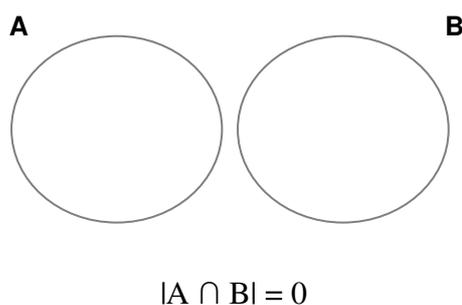
I) *Todo homem é inteligente.*



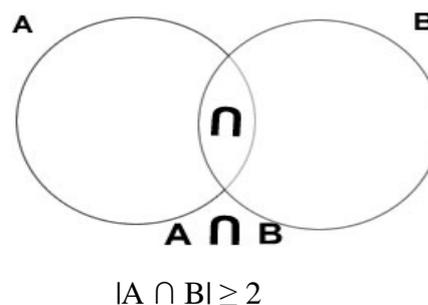
II) *Algum homem é inteligente.*



III) *Nenhum homem é inteligente.*



IV) *Pelo menos dois homens são inteligentes.*



Devido à não necessidade de profundidade e somente ao que nos compete, tomemos apenas a sentença (I). A teoria dos conjuntos irá dizer que “o conjunto dos homens é um subconjunto das pessoas inteligentes” porque “*todo* parece exprimir a relação ‘ser um subconjunto de’” (CHIERCHIA, 2003, p. 88). Relações semelhantes ocorrerão nos outros exemplos, conforme as expressões sugerirão a movimentação dos conjuntos.

A teoria dos conjuntos nos é útil apenas pelo fato de proporcionar um modo peculiar de ler enunciados e considerar sentidos:

O leitor que não está familiarizado com a teoria dos conjuntos deve estar preparado para se defrontar com um modo de pensar um pouco estranho, no qual cada aspecto da realidade, desde o mais simples até o mais complexo e abstrato, é concebido como um conjunto de algum tipo. [...] Graças à estrutura matemática simples e precisa do conceito de conjunto, esses óculos nos permitirão perceber algumas regularidades surpreendentes que de outra forma não conseguiríamos ver. A teoria dos conjuntos é, de alguma forma, o microscópio da semântica (CHIERCHIA, 2003, p. 77).

Como se viu, para tratar a teoria dos conjuntos a Lógica se vale de notações que chama metalinguagem ($[], \perp, \{\}, \cap, \geq, \subseteq, 0, 2, \neq$ etc). Existe um uso frequente de metalinguagem através da simbologia matemática e alfabética. Notações, muitas das quais, inclusive, se valeram muitas vezes Ducrot e Carel (por exemplo, Ducrot (1980b, p. 81-96) e Carel (2011a, p. 37), para citar alguns textos), e que também utilizaremos. A teoria dos conjuntos realiza abordagens que “[...] lançam mão de um conjunto de instrumentos lógico-matemáticos bastante requintados, a tal ponto que foram chamadas de ‘forma lógica’” (CHIERCHIA, 2003, p. 8). Daí veio o nome Semântica Formal, ramo da Linguística a que se filia a teoria dos conjuntos.

Outra forma de representar os conjuntos é pelas chaves: $\{\}$. No caso das sentenças acima, seria o grupo dos homens “ $\{x|x \text{ é homem}\}$ ”, que pertenceria ou estaria contido no grupo dos inteligentes “ $\{x|x \text{ é inteligente}\}$ ”, na seguinte notação:

$$\{x|x \text{ é homem}\} \subseteq \{x|x \text{ é inteligente}\}^{70} \text{ ou } H \subseteq I$$

Outro ponto crucial é que a Semântica Formal, teoria maior a que se filia a teoria dos conjuntos aqui abordada, condiciona as análises de suas sentenças à postura de Frege da “verificação de verdade” (FREGE, 1978, p. 59-86). Isto é, toda sentença é verificável, uma sentença pode ser verdadeira (verdade = 1) se condiz com as coisas do mundo, ou falsa se não condiz com as coisas do mundo (falsidade = 0). Verdade aqui significa que tal palavra ou dito tem um referente no mundo; falsidade significa que tal palavra ou dito não tem um referente no mundo. Deste modo, toda e qualquer sentença nesta semântica será verificável, pela condição *I sse* (verdadeiro se e somente se). Ou seja, “ $x = 1 \text{ sse } x$ ”, que significa: tal sentença será verdadeira se e somente se tal sentença coincidir com o mundo, for igual às coisas no mundo”. Por exemplo, a sentença $[\perp \text{ O casaco é azul }]^{71}$ é interpretável da seguinte forma: *I sse* “existe um casaco azul no mundo”, que corresponde a essa sentença.

Vejamos como as sentenças acima são interpretáveis/verificáveis pelos semanticistas formais:

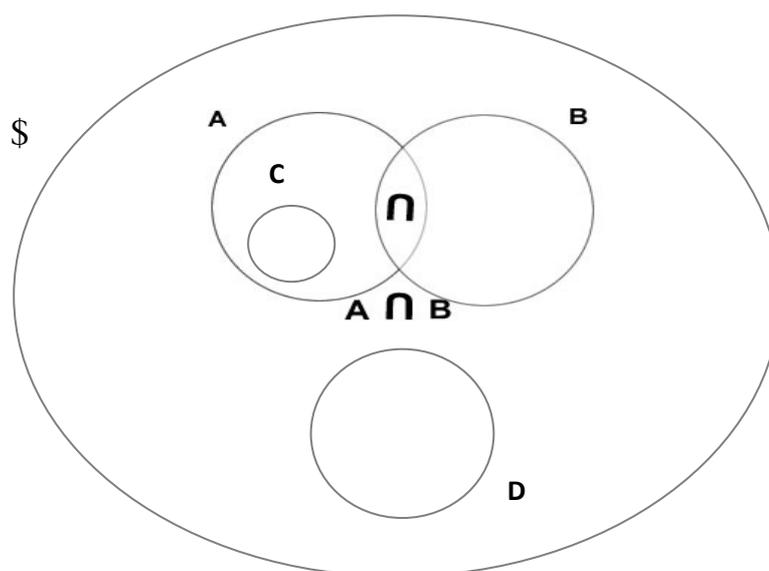
⁷⁰ O sinal “ \perp ” de “ $x|x$ ” significa “é tal que”. A leitura do conjunto seria: “ x é tal que x é homem”, e “ x é tal que x é inteligente”.

⁷¹ O sinal “ \perp ” de “ $[\perp x]$ ” significa “interpretável”. A leitura será: “tal sentença ‘ x ’ é interpretável assim...”

- I) [*Todo homem é inteligente*] = $\{x|x \text{ é homem}\} \subseteq \{x|x \text{ é inteligente}\}$ sse $H \subseteq I$
- II) [*Algum homem é inteligente*] = $\{x|x \text{ é homem}\} \cap \{x|x \text{ é inteligente}\} \neq \emptyset$ sse $H \cap I \neq \emptyset$
- III) [*Nenhum homem é inteligente*] = $\{x|x \text{ é homem}\} \cap \{x|x \text{ é inteligente}\} = \emptyset$ sse $H \cap I = \emptyset$.
- IV) [*Pelo menos dois homens são inteligentes*] = $\{x|x \text{ é homem}\} \cap \{x|x \text{ é inteligente}\} \geq 2$ sse $H \cap I \geq 2$

Ponderados os aspectos da metalinguagem da teoria dos conjuntos, partamos ao que nos interessa. Não é difícil entender que no caso de nossa problemática (muitas palavras/única representação semântica), uma solução elegante se constrói, com os adjetivos refletidos por Ducrot, *gastador, avaro, generoso e econômico*: podemos observá-los pertencendo a um grupo semântico único, o *conjunto dos que podem movimentar dinheiro*, ou qualquer outra nomenclatura parecida. E podemos preservar os critérios de Ducrot ao estabelecer a seguinte relação entre eles:

Figura 2 – As indagações de Ducrot observadas pela teoria dos conjuntos



- A** = {x|x é econômico}; **C** = {x|x é avaro}; **\$** = {x|x pode movimentar
B = {x|x é generoso}; **D** = {x|x é gastador}; dinheiro}

Verificando os enunciados do próprio Ducrot (1990, p. 137) pela metalinguagem teremos:

- [*se é avaro, forçosamente se é econômico*] = 1 sse $C \subseteq A$
- [*se é gastador não se é econômico, e se não se é gastador, se é econômico*] = 1 sse $A \cap D = \emptyset$
- [*não se pode ser gastador e avaro ao mesmo tempo*] = 1 sse $C \cap D = \emptyset$

[| mas é possível não ser nem gastador nem avaro |] = 1 sse $\{C, D\} = \emptyset$ ⁷²;

[| pode-se ser generoso e econômico ao mesmo tempo |] = 1 sse = 1 sse $A \cap B \neq \emptyset$;

[| não se pode não ser nem generoso nem econômico |] = $\{A, B\} \neq \emptyset$.

Mas a resposta que Ducrot buscava sobre a representação semântica única de um grupo, viria, do ponto de vista da teoria dos conjuntos, da seguinte metalinguagem que inclui seus adjetivos em um grupo único:

[|gastador, avaro, generoso e econômico possuem uma única representação semântica |] =
1 sse $A, B, C, D \in \mathcal{S}$.

A dinâmica dos conjuntos nos é pertinente para ilustrar os primórdios da significação que atravessa grupos de palavras. Mas como a TBS não compactua com a verificação de verdade/falsidade, nem à coincidência entre linguagem/mundo, ela se afasta da teoria Lógica. O que estamos marcando é que estamos diante de constituições epistemológicas distintas entre Lógica e TBS. Uma vez que a TBS dispensa o referencial de mundo, temos uma concepção de língua constitutivamente ambígua. E este é o principal e mais evidente ponto de ruptura entre TBS e Lógica, dentre tantos outros. E é esta ambiguidade determinante da língua que queremos refletir agora.

3.1.3 A relação teoria dos conjuntos/TBS: a questão da ambiguidade

Como vimos, a teoria dos conjuntos busca refletir a língua por meio da delimitação (os conjuntos) e sua dinâmica: divisão, redivisão, inclusão, intersecção etc, atenta ao critério da vericondicionalidade; por sua vez, a TBS busca refletir a língua por outro critério, por meio da argumentação (as significâncias dessa divisão, redivisão, inclusão, etc). Aquela prevê limites lógicos, fiéis aos seus propósitos, esta aponta o que significa esses limites, argumentativamente. A teoria dos conjuntos ainda nos é interessante para pensarmos a questão do tópico anterior ducrotiana (muitas palavras/representação semântica única) para o refletirmos na particularidade da TBS.

⁷² O símbolo “ \emptyset ” significa vazio.

Tomemos o célebre enunciado “Pedro parou de fumar”: a teoria dos conjuntos o verificaria limitando, englobando Pedro ao conjunto daqueles que fumavam e não fumam mais, ou algo do gênero, enquanto que a TBS atravessaria este limite, e iria (re)significar Pedro a partir do que significa abandonar o cigarro em certas condições de discurso⁷³ (poder voltar com a namorada que queria um não fumante; mostrar para o vizinho que também era capaz de parar etc). Mesmo que a teoria dos conjuntos afirme que isso também são conjuntos, poderíamos dizer que, para nós, seria uma espécie de conjunto que põe em perspectiva muitos outros conjuntos, transtornando a visualização clara dos conjuntos. Por exemplo, Pedro pertenceria ao conjunto dos não fumantes, que teria intersecção com os que queriam voltar com as namoradas, que teria intersecção com aqueles que devem fazer esforço absoluto para conseguir algo, que teria intersecção com aqueles que a namorada vai pensar X deles, que teria intersecção com os que voltam (ou não), que teria intersecção com aqueles que casam (ou vingam), que teria intersecção com aqueles que vivem felizes para sempre (ou assassinam). A ilustração lógico-conjuntística é pertinente, mas estamos dizendo que para a TBS não há conjuntos claros, devido à ambiguidade constitutiva da linguagem (e por isso, das significações/sentidos). A Lógica trabalharia a vericondicionalidade, e a TBS, a ambiguidade.

Trabalhar os sentidos para a TBS não é extinguir (a ideia dos) conjuntos, mas potencializá-los à infinitude pela ambigüidade que os constitui, já que não saberíamos dizer se alguém já conseguiu esgotar o sentido total de um enunciado qualquer em toda a história da Linguística, seja ele um simples “O céu é azul”. Estamos dizendo que não sabemos, assumimos, até que ponto a especificidade seria vislumbrável na conjuntística. E se seria...

O que marcamos aqui é que a TBS, ao levantar a questão uma representação semântica/várias palavras, debruça-se por uma espécie de conjuntística, mas pensada na ambiguidade. E nesta perspectiva – só nesta, da ambiguidade que constitui a língua para a TBS – a hipótese conjuntística que trabalha a relação procedimental divisão/integração falha dos dois lados: por um lado temos as infinitas particularidades que subdividiriam conjuntos relacionais à nunca exaustão, e por outro, teríamos a nunca inclusão total, já que “não existe um conjunto *universal*, contendo *todas* as entidades do universo – o qual incluiria os outros conjuntos e também a si mesmo” (MORTARI, 2001, p. 45).

Enfim, estamos tentando dizer que mesmo que a teoria dos conjuntos seja ela uma teoria madura e robusta ao seu modo, conforme suas questões, ela semantiza pela postulação da limitação (entendendo por limitação, a verificação “sse”), e a TBS semantiza pela

⁷³ O uso da língua bem como suas condições e situações é tratado na ANL pela noção de *discurso*, assunto do próximo capítulo.

extrapolação da argumentação. Embora a Lógica goze do respeito de Carel e Ducrot, dentre outros, a TBS exige abordagens mais refinadas, no que ela entende por esse termo. O percurso deste tópico nos mostrou que a ideia visual lógica dos conjuntos é importante para a TBS na medida em que consegue mostrar que existe na língua uma espécie de lógica, mesmo que no sentido vago e amplo, pela perspectiva de Ducrot (1989a, p. 77).

A TBS quer fazer perceber, nesta relação Lógica/argumentação, a tese mesma deste tópico: postular que quando se fala em Linguística, em toda claridade há opacidade. (e muito mais se se está no estatuto enunciativo). Tecnicamente falando, o efeito de transparência da teoria dos conjuntos também está determinado por opacidades, irregularidades, ambiguidades, contradições ou paradoxos – que na TBS será tratado pela noção de discurso, no próximo capítulo –, já que o objeto língua nunca foi lugar da exatidão (embora muitas vezes tenha sido analisado deste lugar e desta maneira). E esta asseveração das brechas da teoria dos conjuntos pode ser apontada principalmente por analistas de posturas lógicas, como por exemplo, Bertrand Russell.

Russell (1908, p. 222-224) apresentou sete “problemas” na teoria dos conjuntos, enquanto “mera seleção de um número infinito” (RUSSELL, 1908, p. 224, tradução nossa)⁷⁴. Aspeamos “problema” porque o que para ele (e para a Semântica Formal) é um problema, para a TBS será pertinência. São justamente estes “problemas” que nos interessam, porque entendemos que a dinâmica e a plasticidade da significância reside (principalmente) ali, e de modo rebelde. Veremos que o problema é a dificuldade da limitação, o que pra nós é possibilidade de significação. Vamos a alguns destes nós:

(2) Consideremos w ser a classe de todas as classes que não são membros delas mesmas. Então, seja qual for a classe que x seja, ‘ x é um w ’ é equivalente a ‘ x não é um x ’. Portanto, dando a x o valor w , ‘ w é um w ’ é equivalente a ‘ w não é um w ’.

(3) Consideremos T ser a relação que subsiste entre duas relações R e S sempre que R não possui a relação R a S . Então, quaisquer relações R e S pode ser ‘ R possui a relação T a S ’ é equivalente a ‘ R não possui a relação R a S ’. Portanto, dando o valor T para ambos R e S , ‘ T possui a relação T a T ’ é equivalente a ‘ T não possui a relação T a T ’ (RUSSELL, 1908, p. 222-224, tradução nossa)⁷⁵.

⁷⁴ Do original: “[...] which are merely selections from an indefinite number” (RUSSELL, 1908, p. 224).

⁷⁵ Do original : “(2) Let w be the class of all those classes which are not members of themselves. Then, whatever class x may be, ‘ x is a w ’ is equivalent -f- to ‘ x is not an x .’ Hence, giving to x the value w , ‘ w is a w ’ is equivalent to ‘ w is not a w .’

Mesmo ciente destes empecilhos de elaboração de conjuntos, a teoria dos conjuntos terá a ousadia de tratar a opacidade da linguagem por meio de formalização (dos dados) desta opacidade. E é ela mesma quem afirmará lucidamente este desafio, assumindo que “A linguagem [...] não se apresenta a nós previamente organizada em uma série clara e incontrovertida de fatos” (CHIERCHIA, 2003, p. 22). E isso colocará uma série de problemas para a dinâmica da teoria dos conjuntos. Como vimos acima, ela se coloca em um lugar analítico paradoxal ao optar por uma metalinguística transparente de dados cientes de que “[...] não existem dados puros” (CHIERCHIA, 2003, p. 22), o que colocará a teoria dos conjuntos diante de desafios hercúleos, como por exemplo, quando Mortari averigua que

[...] dada a propriedade ‘ x é diferente de si mesmo’, podemos formar o seguinte conjunto: $\{x|x \text{ é diferente de } x\}$. Como, obviamente, não há um indivíduo que não seja diferente de si próprio, o conjunto acima definido não tem elementos: é o chamado *conjunto vazio*, que denotaremos pelo símbolo \emptyset (MORTARI, 2001, p. 45).

Baseado nesses três lógicos, Chierchia, Russell e Mortari, que assumem a limitação dos conjuntos e da Lógica nos trechos recortados, vamos dizer que a teoria dos conjuntos quer insistir metodologicamente em uma lógica ciente de que ela por vezes não é lógica (o que era de se esperar de um objeto “rebelde” como a língua, em condição de uso ou não). Logicizar a língua é antes um paradoxo metodológico que um paradoxo de corpus. Pelos logicistas, um paradoxo tratado pela postura lógico-resolutiva. Por nós, um paradoxo apenas observável, não passível de solução, mas de significação.

Se a grande contribuição da semântica vericondicional de Frege (1978) é a eliminação da ambiguidade através da metalinguagem formal da teoria dos conjuntos (CHIERCHIA, 2003, p. 81-89) e por meio do uso de variáveis clarificadoras e ilustrativas (MORTARI, 2001, p. 40), para a TBS, ao contrário, é crucial justamente a consideração dessa ambiguidade (em um sentido não gramatical), porque a ambiguidade, em um sentido bem amplo como lhe

(3) Let T be the relation which subsists between two relations R and S whenever R does not have the relation R to S . Then, whatever relations R and S may be, ‘ R has the relation T to S ’ is equivalent to ‘ R does not have the relation R to S .’ Hence, giving the value T to both R and S , ‘ T has the relation T to T ’ is equivalent to ‘ T does not have the relation T to T .’ (RUSSELL, 1908, p. 222-224).

atribui Carel, (2011a), é a espessura da interpretação, a ambiguidade é o habitat do sentido, e por isso, a ambiguidade é o lugar do semanticista. E esta ambiguidade pode ser observada, como fizemos ver aqui, pela desenvoltura da teoria dos conjuntos, ponto de partida para pensar a indagação ducrotiana “várias palavras/uma única representação semântica”.

Para tomar um exemplo irrisório, vejamos um discurso-piada sem autoria:

- *Do-do-doutor, vo-você me atende?*
- *Eu não atendo bêbado, me desculpe.*
- *Então quando o se-senhor melhorar, eu vo-volto.*

Num gesto micro-analítico por resolução, a teoria dos conjuntos penaria em organizar transparentemente os conjuntos da variável *bêbado*: médico bêbado, paciente-bêbado, aquele que se parece bêbado por ser gago, médico bêbado de fato, os dois bêbados, ninguém bêbado etc. Conforme as preocupações da TBS, queremos chamar a atenção para o fato de que, na conjuntística, a eleição de alguns conjuntos elimina a ambiguidade produtiva dos outros conjuntos que lhe seriam possíveis. Ilustrar significa escolher significações e sentidos. Escolher significa exterminar outras significações e sentidos. Resolver, portanto, é um gesto utopicamente transparente de extermínio das sempre outras significâncias.

Ao contrário, uma micro-análise por um gesto de não-resolução ou dupla consideração, produziria um efeito de cumplicidade, de percepção (que se evita solução), prene de humor. Ora, no caso da piada acima, o humor mora sobretudo na ambiguidade: no discurso curto não se sabe o estado dos interlocutores, mas o caos dêitico do [quem-estaria-bêbado?] produz o sentido de humor (o humor está na ambiguidade, não na verificação). Estamos pontuando aqui brevemente que a *percepção da solução* não é o mesmo que *solução* nem o mesmo que (*pretender*) *solucionar*. São três gestos distintos do analista, do qual a TBS prefere o primeiro (por vias da argumentação), e a Lógica, os outros dois (por vias da vericondição). Concretizando estas ideias: considerar os sentidos argumentativos de “quem poderia estar possivelmente bêbado” não é o mesmo que “afirmar quem estaria certamente bêbado”, nem verificar no mundo quem estaria alcoolizado nesta ocasião. Estamos dizendo que a TBS opta pela percepção da solução que evita solução enquanto um argumento produtivo (produtivo porque preserva a ambiguidade, espessura da interpretação), já que “[...]”

certas frases são suscetíveis de muitas leituras argumentativas” (CAREL, 2011a, p. 289, tradução nossa)⁷⁶.

Passemos a um exemplo de ambiguidade dado por Ducrot (1989a, p. 85, tradução nossa)⁷⁷:

Nos lembraremos da ambiguidade bem conhecida da frase ‘Paulo veio com seu carro velho’. Ela pode ter um sentido absoluto (Paulo tinha um carro que era velho) ou um sentido relativo (Paulo tinha escolhido, para vir, o mais velho de seus carros – que pode ser um carro ainda muito recente).

Este trecho atribui a ambiguidade enquanto constitutividade da frase (que será transferida para o patamar do enunciado, após a enunciação), duas inscrições semânticas (absoluto ou relativo) nela se inscrevem. Ducrot falará depois do processo de desambiguação desta frase no caso de ser enunciada, mas o que nos interessa por ora é dar relevo ao fato de que a ambiguidade é constitutividade da língua (e por isso, constitutiva da significação e do sentido). E por mais pertinente que a teoria dos conjuntos seja, tal ambiguidade não é critério produtivo para esta semântica, já que a teoria dos conjuntos preferirá escolher entre um dos dois conjuntos (não os dois, como Ducrot), uma vez que o critério da verificação do mundo supostamente desfará essa ambiguidade, assim:

Paulo tinha um carro que era velho; ou

Paulo tinha escolhido, para vir, o mais velho de seus carros.

A TBS não irá verificar se cada variável dita tem um correspondente no mundo (vericondição palavra-mundo). Verificar o mundo é desambiguar. Para a TBS, a linguagem não refere o mundo, a linguagem constrói o mundo, pela enunciação. E se dispensamos o cálculo que verifica “o que se diz com o que existe”, preservamos a ambiguidade constitutiva dos sentidos (relação palavra-argumentação) e a interpretação toma um outro patamar, daquele que trabalha a aparência, não a evidência.

⁷⁶ Do original : « [...] certaines phrases sont susceptibles de plusieurs lectures argumentatives » (CAREL, 2011a, p. 289).

⁷⁷ Do original : « nous rappellerons l’ambiguïté bien connue de la phrase <Paul est venu avec sa vieille voiture>. Elle peut avoir un sens absolu (Paul avait une voiture qui était vieille) ou un sens relatif (Paul avait choisi, pour venir, la plus vieille de ses voitures – qui peut être une voiture encore très récente) » (DUCROT, 1989a, p. 85).

Se é possível falar em Lógica na TBS, só o é na medida em que Ducrot (1989a, p. 77, grifo nosso, tradução nossa)⁷⁸ a enxerga:

Uma vez que nos desvencilhamos da ideia de que se deve a todo preço reconhecer *a* lógica na linguagem, torna-se possível procurar *uma* lógica na linguagem. Nós daremos a essa expressão um sentido bem largo, **demasiadamente bastante largo mesmo**, e que nos lamentamos de não poder melhor delimitar.

É baseado neste trecho de Ducrot que vamos preferir mudar consideravelmente a afirmação de Chierchia (2003, p. 7) ao dizer que “as línguas, por trás de sua fluidez, têm um esqueleto lógico, e ele permitirá que nos compreendamos”. Nós inseriremos o advérbio *aparente* e a negação *ou não* nesta afirmação, transtornando totalmente seu sentido ao movê-lo do conjunto exato da “Lógica” para ingressá-lo no conjunto inexato de “uma certa lógica”, o que em nosso caso, será mais interessante:

As línguas, por trás de sua fluidez, têm um APARENTE esqueleto lógico, e ele permitirá que nos compreendamos OU NÃO.

A TBS assumirá que nem sempre a relação de compreensão se estabelece (no sentido hejmsleviano, sem “ruídos” de qualquer origem). Compreendendo o interlocutor ou não, já há interpretação, e por isso há sentido: tanto no inteligível quanto no ininteligível (descrever o sentido como “não entendi nada”, ou “que bagunça” já são sentidos). Porque para nossa semântica o exercício da língua não objetiva a compreensão, mas a significação. Em todo caso, se lançamos mão da Lógica, é devido a este aparente esqueleto lógico que Ducrot enfatiza, e que também deve ser estudado na TBS.

Tentaremos explicar a espessura desta lógica não tão lógica de Ducrot através de uma leitura argumentativa de um (ou um dos) movimentos mais curtos e simples possíveis da Lógica ou da Matemática: a adição (+).

⁷⁸ Do original : « Une fois qu'on s'est débarrassé de l'idée qu'il faut à tout prix retrouver *la* logique dans la langage, il reste possible de chercher *une* logique dans le langage. Nous donnerons à cette expression un sens très large, beaucoup trop large même, et que nous regrettons de ne pas pouvoir mieux cerner » (DUCROT, 1989a, p. 77).

Mesmo que utilizemos o sinal “+”, não o utilizamos como a linguagem matemática o faz. Se nas operações matemáticas o funcionamento simbólico “+” funciona como “acrescentar a um outro”, ou algo como fim “composicional” ou etc, para o estatuto argumentativo da TBS poderá ter uma outra função operacional, inclusive de um sinal de soma direto que signifique uma subtração indireta.

Exemplo: o resultado de $[A+B]$ pode ser = [intensificação do A], ou ainda estranhezas como $[A+B] = \text{NEG}-[AB]$. Concretizemos: seja a melhor seleção do mundo (A – Brasil) + seja um dos melhores técnicos do cenário futebolístico (B – Filipão). Tal adição não significou o esperado (AB – vitória), mas o não esperado (NEG-AB – derrota) na Copa do Mundo de 2014.

Na esteira deste curto exemplo, para a TBS, o estatuto do símbolo ultrapassa esta visão elementar fórmica, rompe com as equivalências, distorce as linearidades e eleva o sinal a outro patamar, o argumentativo, que significa o olhar da fugacidade das significações evidentes em detrimento dos sentidos discursivos oscilantes: somar significações ou sentidos, para nós, é observar cumplicidades capazes de adicionar, subtrair, multiplicar, zerar, enfim, exprimir efeitos de estranheza ou não, de toda ordem ou desordem.

Por vias argumentativas da TBS, o uso do “+”, critério da integração da Matemática, não significa necessariamente o critério da cumplicidade que transtorna, da Linguística. O mesmo vale para todos os símbolos matemáticos empregados pela TBS: utilizados por alusão à linguagem matemática, são aqui compatibilizados à natureza frástica/enunciativa (i)lógica dos sentidos. Dentre outras funções, a Matemática visa “expor”, tornar evidente por meio de símbolos. O que buscamos, neste caso ao utilizá-la por vezes, é também apenas expor, mas não tornar evidente, mas significar que é/deveria ser esta evidência. Talvez a TBS (e nós) tenha também criado um paradoxo: a utilização de sinais lógicos, como o faz Ducrot constantemente, para a postulação da não lógica dos sentidos. Ducrot percebeu que os sentidos amam e buscam sempre o não-lugar...

Nesta linha, podemos perceber a ineficácia do uso comum das operações puras matemáticas nos casos já denunciados pelo paradoxo de Wang. Wang (*apud* MOESCHLER, 1994. p. 376, tradução nossa)⁷⁹, que vai provar no exemplo abaixo que “[...] *se um objeto, que é E, possui n-(cabelos, centímetros, kilos, etc.), um objeto que possui n+/- 1 (cabelos,*

⁷⁹ Do original : [...] *si un objet, qui est E, a n-(cheveux, centimètres, kilos, etc.), un objet qui a n+/- 1 (cheveux, centimètres, kilos, etc.) est E aussi* (MOESCHLER, p. 1994. 376).

centímetros, kilos, etc.) é E também”. Isso pode ser comprovado no exemplo do paradoxo da calvície:

Paradoxo da calvície

Um homem que não tem nenhum cabelo é calvo.

Se um homem que tem n cabelo é calvo, então um homem que tem $n + 1$ cabelo é calvo.

Todos os homens são calvos.

(WANG, *apud* MOESCHLER, 1994. p. 376, tradução nossa)⁸⁰.

Não se trata de desmerecer a linguagem matemática, pertinente e utilizada largamente na história das ciências, com louvor. Longe disso, trata-se do uso da simbologia matemática com propósitos argumentativos, uma metodologia formal para operar a língua enquanto objeto ambíguo. Segundo Moeschler, a grande questão de que a matemática não consegue dar conta neste caso, seria saber se, a partir do número de cabelos, inscreveríamos o indivíduo no grupo dos calvos ou dos que possuem cabelo, mas neste caso a operação matemática nos remete apenas ao número de cabelos do indivíduo.

Resumamos este tópico, que pela sua importância, emaranhou-se em uma discussão mais alongada: por um lado, a teoria dos conjuntos é ilustrativa e útil (por que não?) para expor fenômenos da linguagem – e isso nos interessa –, por outro, ela se afasta dos propósitos da TBS, principalmente pelo princípio da vericondicionalidade e – por isso – também dela se afasta pela concepção ambígua da linguagem, cara à TBS. Dito de outro modo, a teoria dos conjuntos trabalha a língua vericondicionalmente (procura coisas no mundo pela língua), e a TBS não é uma teoria vericondicional, ela trabalha a língua argumentativamente (exprime sentidos (argumento+conclusão) pela/na língua). A teoria dos conjuntos é um modo inteligível de se ser referencial, isto é, se a teoria dos conjuntos objetiva referenciar coisas no mundo, o modo matemático formal é elegante para tal função. E o que a TBS busca é um outro estatuto, a investigação do patamar ambíguo da língua, que se opera argumentativamente, como veremos, mesmo que se valha também da formalização matemática para investigar e operar esta ambiguidade.

⁸⁰ Do original : *Paradoxe de la calvitie*

Un homme qui n'a aucun cheveu est chauve.

Si un homme qui a n cheveux est chauve, alors un homme qui a $n + 1$ cheveux est chauve.

Tous les hommes sont chauves (WANG, *apud* MOESCHLER, p. 1994. 376).

Mesmo desfilado dela, Ducrot sempre vai mencionar a Lógica nos seus estudos. A TBS lança mão da Lógica com propósitos como melhor descrição, percepção de regularidades, ou ilustração mais pormenorizada da língua, e afinação das suas preocupações ao seu aparato epistêmico, tangenciando a Lógica para isso. A isso Ducrot (1989a, p. 77) nomeia uma lógica na língua, não a lógica da língua. Quanto à especificidade de nosso problema inicial, ao repensar a interligação entre seus quatro adjetivos por meio da lógica, Ducrot foi exigente e incisivo:

Esta apresentação [o quadrado de Aristóteles] é sem dúvida interessante; descreve de maneira correta, mesmo que aproximada, as relações que existem entre os conceitos representados pelas palavras estudadas. Mas perde seu valor se nos interessamos, não nos *conceitos*, senão no emprego das palavras no discurso, nos encadeamentos que as palavras permitem – o que constitui o objeto da semântica linguística tal como a concebo. [...] Se buscamos uma descrição linguística das palavras que dê conta do discurso, tal descrição não poderia satisfazer-se com as relações lógicas que subentendem o quadrado aristotélico (DUCROT, 1990, p. 138)⁸¹.

Era necessário então uma teoria não vericondicional como a dos conjuntos, não tão ampla e extralinguística com a dos campos semânticos de Bally, e com tratamento mais enunciativo que o simples duo hipônimo/hiperônimo de Lyons. Ducrot buscava um arcabouço teórico relacional entre “palavras distintas/mesma representação semântica” que levasse em conta o estatuto tanto da frase quanto do enunciado, e que não perdesse de vista as linhas de significação ao vagar pela complexidade enunciativa dos sentidos. Algo como uma teoria de grupais interligados significativamente, que conseguisse conciliar a valorização do caráter semântico tanto na situação de uso quanto não uso da língua. Essa busca culminou no aprofundamento e radicalização de sua teoria, que por isso passou a ser nomeada TBS, cujas minúcias veremos agora.

⁸¹ Do original: “Esta presentación es sin lugar a dudas interesante; describe de manera correcta, aun si es aproximada, las relaciones que existen entre los conceptos representados por las palabras estudiadas. Pero pierde su valor si nos interesamos, no en los *conceptos*, sino en el empleo de las palabras en el discurso, en los encadenamientos que las palabras permiten – lo que constituye el objeto de la semántica lingüística, tal como la concibo. [...] si buscamos una descripción lingüística de las palabras que dé cuenta del discurso, tal descripción no podría satisfacerse con las relaciones lógicas que subtienden el cuadrado aristotélico (DUCROT, 1990, p. 138).

3.2 A relação entre aspectos: o bloco semântico

A resposta às indagações e exigências anteriores de “palavras distintas/mesma representação semântica” condizentes com as propostas de Ducrot e Anscombre só veio pela proposta de Marion Carel, pelo quadrado argumentativo. Atenta à complexidade ambígua da língua nas suas dimensões, frástica e enunciativa, Carel propôs o *bloco semântico*. Isso é o bloco: finalmente, a representação semântica única numa disposição heterogênea da língua e/ou sua enunciação, coerente com os critérios argumentativos da proposta de Ducrot e Anscombre, que veremos pormenorizadamente.

3.2.1 A relação topoï/blocos semânticos: crença *versus* transgressão

Dentre as razões responsáveis pela transição da teoria dos topoï para a teoria dos blocos semânticos, podemos ressaltar no mínimo duas – a primeira apresentada por Ducrot (CAREL; DUCROT, 2005, p. 13) ao assumir que a TBS é uma melhor adequação à postura estruturalista saussureana de se estudar a língua por ela mesma, já que os topoï são uma metodologia fora da língua, não-estruturalista; e a segunda pontuada por Carel (2011a, p. 69) ao averiguar a impossibilidade de se estudar pelo arcabouço dos topoï negações que conectariam transgressões do tipo “no entanto”. Tomemos um exemplo:

Não faz bom tempo, NO ENTANTO Pedro saiu.

Segundo Carel (2011a, p. 70) a teoria dos topoï não consegue operar este enunciado, porque não se trata da forma tópica FT <- P + Q> “quanto menos tempo bom, mais se sai”. Se assim o fosse, o enunciado deveria ser: *Não faz bom tempo PORTANTO Pedro saiu*. Cujo topos seria T: “sair no tempo ruim”. Não se trata de uma crença. Trata-se de uma transgressão. Crença e transgressão não têm o mesmo estatuto de sentidos. Este enunciado, segundo Carel, não tem parentesco de crença com sua polaridade afirmativa: *Faz bom tempo, portanto Pedro saiu*. Para Carel, o topos não consegue representar o sentido da transgressão acima. Temos aí – operando pelos topoï – um sentido de aventureiro: alguém que “crê” no topos “tempo ruim

então ficar em casa”, mas transgride tal crença. Mas há questões que nos incomodam: se o residente crê no seu resguardo, por que saiu? A sua saída já não significaria que não cria? Desmantela-se, portanto, a eficiência da crença de topoï diante de enunciados transgressivos. É difícil falar em crenças inteiriças. Carel percebeu que “a transgressão significa”desassociada da crença.

Com essa afirmação, Carel diz duas coisas. Primeiro, as teorias da ANL bem como os topoï apenas previam operações com conectivos conclusivos, orientativos, (não falamos de conectivos em enunciados, mas conectivos em operações de análise) do tipo “portanto”, como: por isso, logo, portanto, deste modo, assim etc. Isto é, ao longo da história da ANL, o movimento “A → C” sempre se fez por intermédio procedimental dessas conjunções do tipo “portanto”. Mesmo quando do uso de articuladores concessivos (mas), a operação era conclusiva, como em: “Faz bom tempo, mas estou cansado” (que não infringe o argumento: bom tempo PORTANTO ir à praia). Vejamos ao longo dos exemplos aqui expostos, como “Pedro parou de fumar, portanto tem mais força de vontade que você”; “O tempo está bom, portanto vou à praia”; “O barômetro baixou, portanto vai chover” etc. Tal postura unilateral não representa o sentido instaurado pela enunciação de “no entanto”. Assim, Carel (1995, p. 168) conclui que a ANL fora operada, até então, por procedimentos analíticos em “portanto”;

Segundo, o conector “no entanto”, não previsto no arcabouço da ANL, transtorna a ideia dos topoï, e por isso a TBS dará aos discursos do tipo “no entanto” um outro estatuto. Dessa forma: Carel (2011a, p. 69, tradução nossa)⁸² rejeitará parentescos unilaterais do tipo “portanto” previstos por Anscombe e Ducrot, como:

Parentescos fortes:

Faz bom tempo portanto Pedro saiu.

Não faz bom tempo portanto Pedro não saiu.

⁸² Do original :

« [...] parenté forte:

il fait beau donc Pierre est sorti.

il ne fait pas beau donc Pierre n'est pas sorti.

[...] parenté <moyenne> :

il fait beau donc Pierre est sorti.

il fait beau donc Pierre n'est pas sorti.

[...] Interdépendance sémantique :

il fait beau donc Pierre est sorti / il fait beau pourtant Pierre n'est pas sorti.

il fait beau donc Pierre est sorti / il ne fait pas beau pourtant Pierre est sorti » (CAREL, 2011a, p. 70).

Parentescos médios:

Faz bom tempo portanto Pedro saiu.

Faz bom tempo portanto Pedro não saiu.

Para ela, esses enunciados não têm nada em comum uns com os outros, pois falham ao tentar instaurar uma mesma interdependência uns com os outros. Assim, Carel irá propor, no lugar destas relações unilaterais do tipo “portanto”, uma sempre-relação do tipo “no entanto”, só observada em interdependência na sua relação com “portanto”:

Faz bom tempo portanto Pedro saiu / Faz bom tempo no entanto Pedro não saiu.

Faz bom tempo portanto Pedro saiu / Não faz bom tempo, no entanto Pedro saiu.

Como ela bem coloca: (CAREL, 1995, p. 168, tradução nossa)⁸³: “Assim como Anscombe e Ducrot definem as estruturas semânticas pela referência a sequências com *portanto*, é possível defini-las do mesmo modo pela referência a sequências com *no entanto*”. Ou como a própria linguista atentou certa vez, diante de uma expressão, como por exemplo, *riqueza*, “é necessário definir, do mesmo modo, tanto a noção de riqueza, a qual torna você contente, quanto a noção de riqueza que não o impede de ser infeliz” (CAREL, 1995, p. 168, tradução nossa)⁸⁴.

Estes são os rudimentos iniciais que levaram Ducrot (e outros teóricos) a abandonar a teoria dos topoi. Deste modo, duas reconfigurações se apresentam na ANL: um aprofundamento, agora metodologicamente radical-linguístico, isenta de “crenças”, que por isso passará a ser chamada de TBS; e o abandono da colaboração de Anscombe do grupo de teorizadores da TBS, que deixa de teorizar junto a Ducrot e irá estudar o que chama de estereótipos. Ducrot, por sua vez, passa a escrever suas pesquisas cada vez mais em parceria com Marion Carel, refinando cada vez mais a TBS.

⁸³ Do original: “Just as Anscombe and Ducrot define the semantic structures by reference to *donc* sequences, it is possible to define them in the same way by reference to sequences with *pourtant*” (CAREL, 1995, p. 168).

⁸⁴ Do original: “It is necessary to define, as well as the notion of richness which makes you content, the notion of richness with does not prevent from being unhappy” (CAREL, 1995, p. 168).

3.2.2 A relação suporte/aporte: o encadeamento

Com o abandono da teoria dos topoï, Ducrot (2009, p. 22) vai afirmar que Carel radicaliza as ideias da ANL, de tal modo que o sentido não é mais constituído por crenças ou ideias psicológicas, mas é perceptível no discurso. Preferindo uma total fidelidade ao propósito saussureano de estudar a língua por ela mesma, porém determinada pela enunciação – ou como prefere Ducrot (1987, P. 83), ainda filiados a uma “concepção estrutural da enunciação” – o sentido agora é vislumbrado metodológica e procedimentalmente através de duas entidades (A, B) interligadas por um conector (CONN): o *aspecto argumentativo*. O aspecto argumentativo é representado por “A CONN B”, onde o conector será sempre “portanto” ou “no entanto”. Por exemplo, Ducrot (2009, p. 22) apresenta dois exemplos:

- I) (a) *Tu diriges depressa demais, (b) tu corres o risco de sofrer um acidente.*
- II) (a) *Tu diriges depressa demais, (b') tu corres o risco de cometer uma infração.*

Observa-se que em ambos os enunciados, (a) está encadeado a (b). Segundo Carel e Ducrot (2008, p. 9), o (a) leva o nome de suporte ou antecedente, e o (b) de aporte ou conseqüente. No que tange aos exemplos, vemos que em (I) o suporte “tu diriges depressa demais” está encadeado ao aporte “tu corres o risco de sofrer um acidente”. E que em (II) o mesmo suporte (a) está encadeado a um outro suporte (b’) “tu corres o risco de cometer uma infração”.

Isso mostra que temos dois sentidos distintos para a expressão “depressa demais”, construídos discursivamente. Pela metodologia da TBS, o processo de análise do enunciado se dará pela paráfrase em “portanto”:

- I') Depressa demais *portanto* correr o risco de sofrer um acidente.
- II') Depressa demais *portanto* cometer uma infração.

Ao dado “expressão *conectivo* expressão” (ou tecnicamente “X CONN Y”) damos o nome de *aspecto*. Agora, suponhamos que fosse o caso, que ambos os motoristas não fossem prudentes, que se tratava de aventureiros inveterados, e redarguíram aos seus caronas:

- I'') Relaxa, mesmo que eu corra eu não chego em casa todos os dias?

II'') Relaxa, eu conheço todos os pontos de radar dessa região.

Percebemos aqui que ambos (I'') e (II'') são respostas aos enunciados (I) e (II), e por isso, não podemos lê-los separadamente. O que se passa é que nos enunciados finais há uma concordância com os sentidos perigoso de “depressa demais”, mas mesmo assim transgridem-se essas concordâncias. Isso se chama transgressão, e é tratada pela TBS pelo seguinte aspecto do tipo “no entanto” (onde NEG significa “negação”):

(I'') Depressa demais *no entanto* NEG- correr o risco de sofrer um acidente.

(II'') Depressa demais *no entanto* NEG- cometer uma infração.

Em suma, a ideia básica da TBS, ou segundo Carel (2014, p. 1), a grande hipótese, ou o “lema da TBS”, é que *todo enunciado é parafraseável por um encadeamento do tipo normativo (portanto) ou do tipo transgressivo (no entanto)*. Agora, tanto Ducrot como Carel vão postular que “os encadeamentos argumentativos estão na base de todas as construções semânticas” (CAREL, 2013, p. 3, tradução nossa)⁸⁵. Assim,

[...] todo enunciado é parafraseável por ‘discursos argumentativos’, isto é, por encadeamentos sintáticos de duas frases religadas por um conector pertencente, seja à família das conjunções consecutivas, como *portanto* (‘discursos normativos’), seja à família de conjunções opositivas como *no entanto* (‘discursos transgressivos’). A TBS se propõe a estabelecer regras de cálculo que permitem, a partir da significação de palavras utilizadas no enunciado, determinar os discursos argumentativos que o parafraseiam, e que constituem, na nossa perspectiva, seu sentido (CAREL ; DUCROT, 2014, p. 78, tradução nossa)⁸⁶.

Como vimos a TBS não trabalhará com o cálculo semântico por vias de topoï, ou de psicologismos, e adota o uso metodológico de “portanto” e “no entanto” na leitura e cálculos

⁸⁵ Do original : « les enchaînements argumentatifs sont à la base de toutes les constructions sémantiques » (CAREL, 2013, p. 3).

⁸⁶ Do original : « [...] tout énoncé est paraphrasable par des <discours argumentatifs>, c’est-à-dire par des enchaînements syntaxiques de deux phrases reliées par un connecteur appartenant, soit à la famille des conjonctions consécutives, comme *donc* (<discours normatifs>), soit à la famille des conjonctions oppositives comme *pourtant* (<discours transgressifs>). La TBS se propose d’établir les règles du calcul permettant, à partir de la signification des mots utilisés dans un énoncé, de déterminer les discours argumentatifs qui le paraphraseront, et qui constituent, dans notre perspective, son sens » (CAREL ; DUCROT, 2014, p. 78).

de sentido. Carel afirma que “espera” que toda frase possa ser pensada pelo procedimento de observação/inscrição dos conectivos “portanto” e “no entanto” (ou de mesmo sentido) nos seus entrelaces (no interior de enunciados, parágrafos, discursos, etc). Tal metodologia, longe de ser simplista, será responsável por mostrar o funcionamento de qualquer língua por estas vias, e como veremos, será crucial para visualização e investigações de caráter mais profundo dos sentidos.

3.3 A relação suporte/aporte: a interdependência

Passemos agora a explicar uma constitutividade fulcral do sentido: a *interdependência*. Pela metodologia parafrástica do “portanto” e “no entanto” já vista, a TBS acaba por redefinir a noção de argumentação: “uma argumentação é por definição uma sequência de dois enunciados ligados por um conector” (CAREL; DUCROT, 2008, p. 9). Isso quer dizer que se formata também a noção de signo nesta teoria: o signo por excelência, que era a frase (DUCROT, 1999), passa a ser o encadeamento, isto é, dois termos relacionados pelo intermédio de um conector (do tipo “portanto” ou “no entanto”): “as relações entre signos que estão na base de todo significado, e que são como os átomos da significação, são o que chamamos ‘encadeamentos argumentativos’” (DUCROT, 2008, p. 9).

No que tange a o nível enunciativo (já que a TBS ainda é fiel à investigação do seu objeto língua pelo nível frástico e enunciativo) vale ainda ressaltar que, mesmo tendo a língua como objeto de estudo (predomínio do nível frástico), a TBS é uma “teoria discursiva do sentido” (DUCROT, 2002, p. 10), que se vale de enunciados enquanto acontecimentos inéditos e sempre exclusivos (DUCROT, 1987, p. 168), o que significa dizer que o sentido, isto é, a relação (sempre) necessária entre dois termos, é dada também no exercício da linguagem, como explicam Carel e Ducrot (2008, p. 10): “Dar o significado de uma expressão é associar-lhe diferentes argumentações que são evocadas por seu emprego”.

Estamos tentando dizer que, em uma relação de duas palavras “X conector Y” (representada por “X CONN Y”, cf. orientação de Ducrot (2002, p. 9)), o sentido é a inseparabilidade semântico-situacional entre essas duas palavras. Não se pode falar, no exemplo acima, que o sentido de (I), por exemplo, seja [depressa demais] + [sofrer acidente], mas [depressa demais + sofrer acidente], isto é, o sentido é a falta de uma palavra exclusiva

que dê conta de descrever a inseparabilidade [andar-depressa-demais-é-sofrer-o-risco-de-sofrer-um-acidente]. E na falta dessa palavra, representa-se formalmente seu projeto dinâmico de sentido: (I') Depressa demais portanto correr o risco de sofrer um acidente.

Assim, conclui-se que descrever a especificidade sempre-inédita do sentido por vias da escrita, isto é, descrever a insuficiência do objeto (o sentido) por vias da suficiência das palavras (o alfabeto ou a Matemática, por exemplo) é estar lidando com uma manobra inópia sempre, mas necessária, que serve senão para apontar evidências observáveis, mas nem sempre descritíveis com plausibilidade. A impossível tangência total do sentido é um dos alvos caros à TBS, a força motriz que leva às suas (sempre) re-elaborações. E talvez isso a distinga de outros estruturalismos mais ingênuos, diga-se de passagem.

A espessura “estranha” do sentido de considerar a inseparabilidade entre duas entidades é assim descrita por Ducrot (2009, p. 22): “[...] a própria palavra *demais* presente no antecedente, só pode ser compreendida em relação ao conseqüente”. Não há como negar que “risco de sofrer acidente” está inscrito na expressão “depressa demais”. Isto é: se alguém na situação de dirigir enuncia “depressa demais”, não importa o que se queira ao enunciar isso, não consegue fugir do sentido de “risco de sofrer acidente”. Isso é a interdependência semântica: a impossibilidade de seccionar os sentidos globais de [depressa-demais-portanto risco-de-sofrer-um-acidente]. Ou como conclui Ducrot (2009, p. 22):

Não há, pois, propriamente falando, passagem de A a C, não há justificação de C para um enunciado A que seria compreensível em si mesmo, independentemente da sequência *portanto* C. Conseqüentemente, não há transporte de verdade, transporte de aceitabilidade, de A até C, já que o encadeamento apresenta *portanto* C como já incluído no termo A.

A noção de interdependência é tal que o aporte não se pode compreender sem o suporte, e o suporte não se pode compreender sem o aporte (CAREL; DUCROT, 2005, p. 18). E se um não pode ter sentido sem o outro, implica seu contrário de que não podem ter sentido separadamente, como bem coloca Carel (2011a, p. 61, tradução nossa)⁸⁷: “[...] a interdependência de A e de C impede-lhes de ter cada um um sentido, independente do outro”.

⁸⁷ Do original : « [...] l'interdependance de A et de C les empêche d'avoir chacun un sens, indépendant de l'autre » (CAREL, 2011a, p. 61).

Por fim, convém ressaltar que, no que tange ao nosso propósito principal, a investigação do nosso objeto, o paradoxo semântico, este tópico tem importância fundamental na sua observação, já que se analisa o paradoxo ao longo da história de modo resolutivo, seccional, separativo etc. Nós, porém, como se verá, proporemos uma observação do paradoxo no molde da inseparabilidade, da interdependência entre seus opostos. O paradoxo será, por excelência, um efeito de sentido entre opostos interdependentes. Por exemplo, se lermos no soneto de Camões (1975, p. 181):

Amor é fogo que arde sem se ver;

É ferida que dói e não se sente;

É um contentamento descontente;

É dor que desatina sem doer;

Entenderemos que o sentido de amor neste poema é no mínimo a inseparabilidade [sentir-dor-e-não-sentir-dor], está inscrito no aspecto paradoxal “sentir dor *portanto/no entanto* não sentir dor” (veremos a relação entre dois conectores simultâneos no momento oportuno, pela nova noção de quase-bloco), e qualquer tentativa de separar o aporte de seu suporte, resultará na perda de nosso objeto, já que, separado, não temos mais o paradoxo, mas qualquer outra coisa. Estamos re-assumindo, agora pelo aprofundamento e radicalização da TBS, nossa postura metodológica fulcral de *refutar qualquer gesto de resolução do paradoxo (entendo resolução enquanto um método de seccioná-lo em partes para explicar/erradicar sua natureza estranha)*. Nossa postura é de interdependência, em todos os sentidos. *Um paradoxo não se resolve, se observa (ora, se o resolve, já não é mais um paradoxo)*.

3.4 A relação aspecto/encadeamento: o valor do enunciado

Há uma diferença metodológica constitutiva do sentido na TBS: o sentido será tecnicamente tratado pelo *valor do enunciado*. Este valor preserva o propósito da TBS de observar no enunciado as marcas relativas à sua enunciação (DUCROT, 1987, p. 83) pela

seguinte dinâmica (CAREL, 2011a, p. 160, grifos nossos, tradução nossa)⁸⁸: “Os dois valores que a TBS associará a um enunciado serão o **aspecto** que ele exprime e o **encadeamento** que lhe parafraseia”.

Por exemplo, ao investigar o valor da palavra “prudente” em certo discurso, Carel explica que tal palavra *exprime* o aspecto “perigo PORTANTO precaução”, e que esse aspecto *evoca* um encadeamento que o *concretiza*, que poderia ser: “Pedro foi prudente”. Como bem explica a linguista (CAREL, 2011a, p. 220-221, tradução nossa)⁸⁹:

O sentido de *Pedro foi prudente* é duplo. De uma parte, o enunciado *exprime o aspecto* argumentativo PERIGO PORTANTO PRECAUÇÃO, e de outra parte ele *evoca o encadeamento* ‘era perigoso portanto Pedro tomou precauções’ [...] O encadeamento evocado faz do enunciado uma formulação concreta do aspecto exprimido. [...] O aspecto exprimido constituirá agora o ‘propósito’ do enunciado naquilo somente que ele dividiu, e o encadeamento evocado fará o papel do uso de objetos que ele representará naquilo que o enunciado estudado tem de próprio.

Ainda em coerência com Ducrot quando este afirma que o enunciado tem por função ilustrar um retrato da enunciação (DUCROT, 1987, p. 42), Carel está dizendo que o enunciado tem por função semântica ilustrar aspectos, concretizando-os (CAREL, 2011a, p. 161). Este aspecto ainda possui uma característica universal que o determina. Quando Carel, acima, diz que o aspecto “divide algo”, ela se refere a uma propriedade universal, assim explicada:

São esses dois valores que refletirão o caráter por sua vez comum e singular de *Pedro foi prudente*, que refletirão o fato que este enunciado por sua vez divide com *João será prudente* um Universal e assim se distingue dele por algumas singularidades. O aspecto (PERIGO PORTANTO PRECAUÇÃO)

⁸⁸ Do original : « Les deux valeurs que la TBS associera à un énoncé seront l’aspect qu’il exprime et l’*enchaînement* qui le paraphrase » (CAREL, 2011a, p. 160).

⁸⁹ Do original : « Je rends compte de cela en disant que le sens de *Pierre a été prudent* est double. D’une part, l’énoncé *exprime l’aspect* argumentatif DANGER DC PRECAUTION et d’autre part il *évoque l’enchaînement* <*c’était dangereux donc Pierre a pris des précautions* > [...] L’enchaînement évoqué fait de l’énoncé une formulation concrète de l’aspect exprimé [...] L’aspect exprimé constituera dorenavant le <propos> de l’énoncé en cela seulement qu’il est partagé et l’enchaînement évoqué remplacera le recours à des objets en cela qu’il représentera ce que l’énoncé étudié a de propre » (CAREL, 2011a, p. 220-221).

constituirá aquilo que eles dividem (CAREL, 2011a, p. 160, tradução nossa)⁹⁰.

Temos nesses dois trechos-resumo acima alguns verbos técnicos sugeridos por Carel para operar o valor do enunciado, que organizamos visualmente deste modo:

Quadro 14 – O valor de uma frase ou enunciado.

Valor de uma frase ou enunciado	
Aspecto	Encadeamento
Expresso pela frase ou enunciação	Evocado pelo aspecto (ilustra um aspecto)
O propósito da frase ou do enunciado	Concretiza aspectos (parafraseia aspectos)
É universal (divide um universal com outros)	É singular (distingue-o dos outros)
Exemplo – no enunciado:	
<i>Pedro foi prudente.</i>	
Temos o aspecto:	E temos o encadeamento:
<i>PERIGO PORTANTO PRECAUÇÃO</i>	<i>Era perigoso portanto Pedro tomou precauções.</i>

Carel está instaurando uma relação de sinonímia entre sentido e valor do enunciado nos estudos de semântica, o que significa dizer que falar em significação/sentido é falar teoricamente em aspecto e encadeamento. A significação/sentido terá, então, algo de universal (o aspecto) e algo de singular (o encadeamento).

Finalmente, embora o aspecto seja constituído de um universal, ele é um “mesmo” singularizável pelo encadeamento, pois o encadeamento evocado varia de um enunciado a outro (CAREL, 2011a, p. 195).

⁹⁰ Do original : « Ce sont ces deux valeurs qui refléteront le caractère à la fois commun et singulier de *Pierre a été prudent*, qui reflèteront le fait que cet énoncé à la fois partage avec *Jean sera prudent* un Universel et aussi se distingue de lui par quelques singularités. L’aspect (DANGER PT PRECAUTION) constituera ce qu’ils partagent » (CAREL, 2011a, p. 160).

3.5 A relação conector/negação: os aspectos

Contudo, uma questão se põe: como vimos, uma interdependência normativa (X portanto Y) pode naturalmente ser transgredida pela sua transgressiva (X no entanto Y). E, ora, só se transgredir se se concorda primeiro, o primeiro passo da transgressão é a concordância – senão não haveria transgressão (dito 2) de um posto estabelecido (dito 1). Fiel à uma das ideias-chaves da ANL de que a negação pressupõe a afirmação, observamos na TBS que se não houvesse um anterior posto, o contraposto da transgressão seria ela mesma normatividade. Estamos tentando dizer que existe uma relação de singularidade mesmo entre as dinâmicas do tipo “portanto” e “no entanto”. A transgressão alude a normatividade. Há uma ideia única que as relaciona. Este “algo em comum” na relação norma/transgressão de certa expressão, enunciado ou discurso, é chamado por Ducrot (2009, p. 22) de “representação semântica única”, mas conhecida tecnicamente como um *bloco semântico*, segundo a terminologia proposta no acervo de pesquisas de Carel.

Em nosso exemplo, quando o motorista contraria sua carona, ao contra-enunciar um “depressa demais *no entanto* não correr o risco de acidentes” diante da advertência “depressa demais *portanto* correr o risco de sofrer acidente”, temos na relação entre eles um bloco interdependente *depressa demais CONN risco de sofrer acidente*. E Carel (2011a, p. 67) vai propor quatro movimentos básicos de um bloco (a abreviação NEG significa negação):

Quadro 15 – O Bloco Semântico de “mau motorista” baseado em Ducrot (2009, p. 22).

Bloco semântico de “mau motorista”: [<i>depressa demais CONN risco de sofrer acidente</i>]	
Situação: Dois locutores, um motorista e outro carona, dentro de um veículo em movimento.	
ASPECTOS	SENTIDO
<i>depressa demais PORTANTO risco de sofrer acidente</i>	mau motorista
<i>depressa demais NO ENTANTO NEG- risco de sofrer acidente</i>	hábil
<i>NEG-depressa demais NO ENTANTO risco de sofrer acidente</i>	inábil
<i>NEG-depressa demais PORTANTO NEG- risco de sofrer acidente</i>	bom motorista

Assumir estes quatro movimentos da relação suporte/aporte, combinados entre conexões e negações, significa dizer que se preserva suporte e aporte, mas não se preserva

suas interações, isto é, a interdependência entre aporte e suporte não significa que não possam ser articuláveis explicitando um jogo semântico através de conjunções distintas e negações, que acabam entrando no jogo da interdependência entre seus termos. O sentido é tangenciável em um bloco, isto é, pode mover-se a depender da conjunção e da negação de aporte e suporte, mas se preserva o aspecto base que o constitui, a “ideia semântica” do bloco, ela mesma. Logo, o bloco estabelece relação de perpetuação entre os termos do aporte e suporte, mas não congela a relação normativa e transgressiva entre eles. Agora passemos a observar esta quádrupla na proposta careliana do quadrado argumentativo.

3.6 A relação aspecto/aspecto: o quadrado argumentativo

Os dois conectores (CONN) bases da TBS são abreviáveis por

DC (*donc* do francês) – que quer dizer *PORTANTO*; e

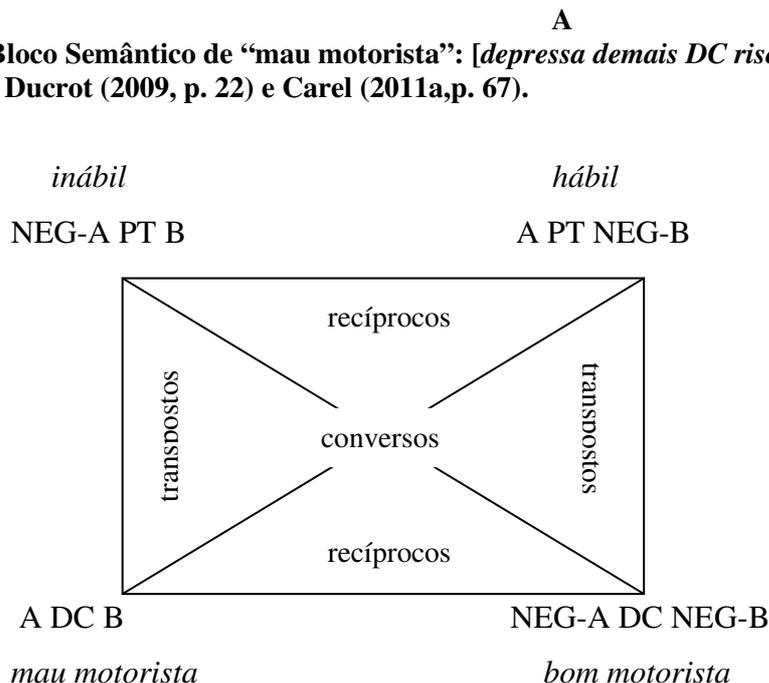
PT (*pourtant* do francês) – que quer dizer *NO ENTANTO*.

Deste modo, para operar as análises manteremos as abreviações DC para movimentos normativos em *portanto*, e PT para movimentos transgressivos em *no entanto*. Outras notações necessárias são a negação (NEG) e o bloco semântico (BS).

Ambos DC e PT são conectores metalinguísticos, isto é, são conectores técnicos cuja função é operar a norma e a transgressão na linguagem, no sentido que se lhes dá na TBS. E como noção técnica, tanto DC como PT podem facilmente serem substituídos por qualquer conector que carregue a mesma ideia equivalente, como “então, porque, logo, assim, apesar de, porém, contudo etc”.

Passemos a aplicar o exemplo anterior ao quadrado argumentativo proposto por Carel, ao longo de seus trabalhos na TBS:

Figura 3 – Bloco Semântico de “mau motorista”: [*depressa demais DC risco de sofrer acidente*], baseado em Ducrot (2009, p. 22) e Carel (2011a,p. 67).



Como exemplo, ambos quatro aspectos poderiam ser concretizados (se meu movimento analítico for do aspecto para o encadeamento) ou advir de concretizações (se meu movimento analítico for do encadeamento para o aspecto) como:

O *mau motorista* conduz depressa demais, portanto, corre o risco de sofrer um acidente.

O *bom motorista* não conduz depressa demais, portanto, não corre o risco de sofrer um acidente.

O *hábil* conduz depressa demais, no entanto, não corre o risco de sofrer um acidente.

O *inábil* não conduz depressa demais, no entanto, corre o risco de sofrer um acidente.

Temos aqui a tão esperada representação semântica única de Ducrot: quando transgressão (PT) e normativização (DC) são vistas vinculadas entre si, estamos falando de uma representação semântica única, nos dizeres da TBS, de um bloco semântico. O bloco semântico sempre dispõe o sentido relacionado entre quatro possibilidades. Assim, o bloco semântico é uma interdependência entre dois termos [suporte+aporte] que se combinam em quatro possibilidades (iniciais), a partir dos conectores DC, PT, e da negação NEG, operáveis por relações discursivas (inerentes ao uso da língua).

Por exemplo, o bloco acima, concretizado como “mau motorista”, cujo aspecto é [*depressa demais DC risco de sofrer acidente*], possibilita a inter-relação das quatro expressões: mau motorista, bom motorista, hábil e inábil. Eis o refinamento: uma teoria que vislumbra a disposição do sentido em relação a outros três sentidos é na verdade uma teoria

que dá sofisticação à investigação semântica, já que nunca termina nele mesmo, mas instaura perspectiva, e vinga a tese de Ducrot (1990) de que é possível uma relação grupal entre estruturas distintas com representação semântica única (o bloco).

3.7 A relação expressivos/evocadores: os termos de um enunciado

Tendo observado a dupla função do enunciado (expressar aspectos e evocar encadeamentos), Carel procura demonstrar como o semanticista realiza estas duas operações. Para isso, a linguista se vale de todos os termos presentes (ou elipsados) de sua unidade de análise, o enunciado em questão: artigos, substantivos, verbos, adjetivos, advérbios, pronomes, conectivos, numerais, nomes próprios etc. Deste acervo de palavras que compõem o enunciado, Carel propõe que o semanticista saiba discerni-las entre duas regras semânticas: uma que enquadra as palavras na família dos termos *expressivos* e outra que enquadra outras palavras na família dos termos *evocadores*, assim:

Os termos de um enunciado podem assim ter duas regras: participar da determinação do aspecto expresso pelo enunciado – eles serão então ditos *expressivos* ([...] onde temos distinguido entre eles os termos constitutivos e os operadores); ou participar da determinação do encadeamento evocado – eles serão então ditos *evocadores*. [...] Eu distinguirei dois tipos de termos evocadores: os *evocadores aspectivos* e os *evocadores seletores* (CAREL, 2011a, p. 218, tradução nossa)⁹¹.

Conforme o trecho acima e de modo sucinto, podemos então assim visualizar as duas famílias de termos de um enunciado qualquer:

⁹¹ Do original : « Les termes d'un énoncé peuvent ainsi avoir deux rôles : participer à la détermination de l'aspect exprimé par l'énoncé – ils seront alors dits *expressifs* ([...]où ont été distingués parmi eux les termes constitutifs et les opérateurs) ; ou participer à la détermination de l'enchaînement évoqué – ils seront alors dits *évocateurs* » (CAREL, 2011a, p. 218).

- 1) EXPRESSIVOS: participam da determinação de aspectos *exprimidos*;
Constitui-se de termos constitutivos e operadores.
- 2) EVOCADORES: participam da determinação de encadeamentos *evocados*.
Constitui-se de termos aspectivos e seletores.

Na esteira das elaborações teóricas anteriores – de modo amplo, aspectos são universais e encadeamentos são singulares –, de modo pormenorizado, os termos expressivos são da mesma forma determinados por certa universalidade e os termos evocadores determinados por certa singularidade, ambas específicas do enunciado em questão.

Exporemos agora uma sequência de enunciados estudados por Carel (2011a, tradução nossa)⁹² apenas a título ilustrativo, para que se observe estas seis nomeações em algumas das palavras que compõem o enunciado:

⁹² Do original :

Exemplo 1:

« Énoncé : Mon coeur voulut en oubliant punir ses mépris.
Evoque : Hermione m'a méprisé donc mon coeur l'a oubliée
Exprime : ETRE MEPRISE DC PUNIR » (CAREL, 2011a, p. 224 ; 233).

Exemplo 2:

« Énoncé : Pierre a été prudent.
Evoque : C'était dangereux, donc Pierre a pris des précautions.
Exprime : DANGER DC PRECAUTION » (CAREL, 2011a, p. 232).

Exemplo 3:

« Énoncé : Le prudent alpiniste est redescendu avant la pluie.
Evoque : Il allait y avoir de la pluie et donc cet alpiniste est redescendu
Exprime : PLUIE DC REDESCENDRE » (CAREL, 2011a, p. 233).

Exemplo 4:

« Énoncé : Quelques kilomètres séparant le col et le vallon.
Evoque : Le col et le valon sont distincts donc ils ne sont pas dans le même lieu.
Exprime : DISTINCTS DC NEG UNIS » (CAREL, 2011a, p. 233).

Exemplo 5:

« Énoncé : Tu m'as suivi avec courage dans ma retraite.
Evoque : le lieu où je suis est retiré pourtant tu m'y as suivi.
Exprime : PENIBLE PT FAIT » (CAREL, 2011a, p. 164-165).

- Exemplo 1:

^{evocador seletor}
Meu coração queria esquecer de punir seus despezos.
^{evocador aspectivo} ^{expressivos constitutivos}
 (SER DESPREZADO DC PUNIR)

Evoca (encadeamento): Hermione me despezou, portanto meu coração a esqueceu.

Exprime (aspecto): SER DESPREZADO DC PUNIR

- Exemplo 2:

^{Evocador seletor} Pedro foi prudente.
^{expressivo constitutivo}
 (PERIGO DC PRECAUÇÃO)

Evoca (encadeamento): Era perigoso, portanto Pedro tomou precauções.

Exprime (aspecto): PERIGO DC PRECAUÇÃO

- Exemplo 3:

^{evocador seletor} ^{evocador seletor}
 O prudente alpinista recuou antes da chuva.
^{expressivo constitutivo} ^{evocador aspectivo}
 (PERIGO DC PRECAUÇÃO) (CHUVA DC RECUAR)

Evoca (encadeamento): Iria chover ali, portanto o alpinista recuou.

Exprime (aspecto) : PERIGO DC PRECAUÇÃO

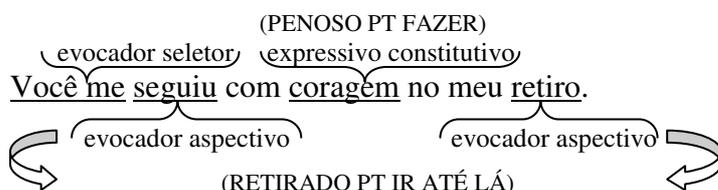
- Exemple 4:

^{expressivo operador} ^{evocador seletor}
 Alguns quilômetros separam o desfiladeiro e o vale.
^{evocador aspectivo} ^{expressivo constitutivo}
 (DISTINTO DC NEG-MESMO LUGAR) (DISTINTOS DC NEG-UNIDOS)

Evoca (encadeamento): O desfiladeiro e o vale são distintos, portanto eles não estão no mesmo lugar.

Exprime (aspecto) : DISTINTOS DC NEG- UNIDOS

- Exemple 5:



Evoca (encadeamento): O lugar em que estou é retirado, no entanto você me seguiu por ele.

Exprime (aspecto) : PENOSO PT FAZER

Pela rápida micro-análise ilustrativa acima, distante de pretensões maiores, pudemos observar no mínimo que, para a fase atual da TBS, os termos que se entrelaçam compondo qualquer enunciado inscrevem-se em duas famílias semânticas: os termos expressivos e os evocadores. O primeiro grupo exprime universalidades semânticas por meio de “aspectos”; e o segundo grupo evoca a concretização desses aspectos ao parafrasear a singularidade do projeto de sentido do enunciado em “portanto” ou “no entanto”. As duas famílias expandem seus termos em constitutivos e operadores (no grupo dos expressivos) e aspectivos e seletores (no grupo dos evocadores). Após os exemplos dados, podemos defini-los melhor.

Os termos expressivos *constitutivos* são expressões da língua providas de um sentido pleno, descritos por aspectos (CAREL, 2011a, p. 99), como por exemplo, a palavra *muro*, cujo aspecto é “RAZÃO DE COMUNICAR PT SEPARAÇÃO” (CAREL, 2011a, p. 96, tradução nossa)⁹³. Os constitutivos são aqueles que participam diretamente do aspecto central do enunciado. São os termos que têm lugar privilegiado no entrelaçamento no sentido de que são indispensáveis para que se expresse o aspecto total principal do enunciado. Podem ser nomes (prudente, coragem, perigo etc) verbos (punir, chover etc) dentre outros.

Carel (2011a, p. 164) também nomeia tais palavras de “termos plenos”, dizendo que eles intervêm materialmente e semanticamente no enunciado (CAREL, 2011a, p. 109). Também Ducrot apresentou os termos constitutivos pelo nome “palavras plenas”. Os constitutivos, ou termos plenos, são aqueles que carregam em si um aspecto que participará do sentido central do enunciado/discurso. Para Ducrot (CAREL; DUCROT, 2005, p. 166,

⁹³ Do original: «RAISON DE COMMUNIQUER PT SEPARATION» (CAREL, 2011a, p. 96).

tradução nossa)⁹⁴, elas teriam como definição um critério técnico: “Em nossa perspectiva serão ‘palavras plenas’ todas aquelas palavras às quais podemos atribuir-lhes uma AI e uma AE” (definiremos AI e AE a seu tempo). Os termos constitutivos têm por função nos fazer entender que toda palavra tem por vocação aparecer em um enunciado, como explica Carel (2011a, p. 100, tradução nossa)⁹⁵ a respeito da palavra “prudente”: “a palavra *prudente* tem por vocação aparecer em um enunciado, e é o sentido do enunciado no qual ela intervém que representa o sentido da palavra *prudente*”.

Os termos expressivos *operadores* integram o conjunto de palavras que Ducrot chamou outrora de “palavras instrumentais” (DUCROT, 2002, p. 11), e posteriormente nomeou “palavras ferramentas” (CAREL; DUCROT, 2005, p. 166, tradução nossa)⁹⁶, assim: “chamaremos palavras ‘ferramentas’ àquelas a que não queremos ou que não podemos associar um conjunto específico de aspectos e de discursos”. Especificamente, são palavras cuja função é aplicar-se à outra para produzir certo sentido ao afetar esta outra palavra, como explica Ducrot: “Definiremos como ‘operador’ uma palavra Y que, aplicada a uma palavra X, produz um sintagma XY [...] o operador não faz senão combinar, reorganizar de uma maneira distinta os constituintes semânticos de X” (CAREL; DUCROT, 2005, p. 166-167, tradução nossa)⁹⁷. Ducrot (2002, p. 11; CAREL; DUCROT, 2005, p. 166) ainda elenca nessa classe de palavras ferramentas, além dos operadores, os conectores (portanto, no entanto etc), os articuladores (mas etc), os operadores modificadores (pouco, um pouco, muito, demais, fácil (no que tange a “problema fácil” etc), internalizadores (outros usos de “demais”, quase todos os usos de “em vão”). Semanticamente falando, não poderíamos jamais dizer que um operador é dispensável na constituição do sentido (denominá-lo de adjunto adnominal, por exemplo). Ora, é fácil perceber o impacto da diferença de sentidos entre “João é prudente” (que valida certa positividade a João, qual seja) e “João é pouco prudente” (que valida certa

⁹⁴ Do original : “En nuestra perspectiva serán ‘palabras plenas’ todas aquellas palabras a las cuales podemos atribuirles una AI y una AE” (CAREL; DUCROT, 2005, p. 166).

⁹⁵ Do original: « le mot *prudent* a pour vocation d’apparaître dans un énoncé et c’est le sens des énoncés où il interviendra que représente le sens du mot *prudente* » (CAREL, 2011a, p. 100).

⁹⁶ Do original : “llamaremos palabras ‘herramientas’ a aquellas a las que no queremos o no podemos asociar un conjunto específico de aspectos y de discursos” (CAREL; DUCROT, 2005, p. 166).

⁹⁷ Do original : “Definiremos como ‘operador’ una palabra Y que, aplicada a una palabra X, produce u sintagma XY [...] el operador no hace sino combinar, reorganizar de una manera distinta los constituyentes semánticos de X” (CAREL; DUCROT, 2005, p. 166).

negatividade a João, qual seja). O operador “pouco” tem ali um caráter fundamental para o sentido total do enunciado.

Já no que tange aos termos evocadores *aspectivos*, Carel (2011a, p. 165, tradução nossa)⁹⁸ vai explicar que eles “podem, por exemplo, ser ‘mostrados’ pelo locutor como justificando a mobilização do aspecto principal”. No que tange ao enunciado-exemplo 5 acima, por exemplo, “[...] os termos aspectivos ‘seguir’ e ‘retiro’ justificam a mobilização de PENOSO PT FAZER”. Em termos gramaticais, poderíamos pensar os aspectivos enquanto relações de exemplos ou de sinônimos dos expressivos (um outro aspecto fiel ao aspecto principal). Podemos perceber isso nos três últimos exemplos tirados de Carel: no enunciado-exemplo 3 Carel (2011, p. 233) vai dizer que os termos aspectivos “recuou antes da chuva” que expressam “CHUVA DC RECUAR” são fiéis e mobilizam o aspecto central do enunciado 3: PERIGO DC PRECAUÇÃO; no enunciado-exemplo 4 o aspectivo “quilômetros” que expressa “DISTINTO DC NEG-MESMO LUGAR” é fiel e mobiliza o aspecto central do enunciado 4: “DISTINTOS DC NEG-UNIDOS”; e no enunciado-exemplo 5, Carel (2011a, p. 165) mostrar como nos anteriores que os aspectivos “seguiu” e “retiro” que expressam “RETIRADO PT IR ATÉ LÁ” são fiéis e mobilizam o aspecto central do enunciado 5: “PENOSO PT FAZER”. Assim, os termos aspectivos são aqueles que apresentam um outro aspecto que mobiliza o aspecto principal do enunciado.

Os termos evocadores *seletores*, diferentemente dos aspectivos, não mobilizam aspectos por si mesmos. Por si mesmos, “Os seletores, ao contrário, não participam da determinação de nenhum elemento do sentido, nem por conexão, nem graças a sua própria significação. Eles não dizem nada, eles são vazios” (CAREL, 2011a, p. 165, tradução nossa)⁹⁹. Quando se diz que os seletores não têm sentido por si só, significa dizer que os outros termos só têm sentidos associados aos seletores. Por exemplo, Carel (2011a, p. 100, tradução nossa)¹⁰⁰ vai explicar que o expressivo pleno ‘prudente’ não tem sentido (mesmo que possa ter significado) sem um seletor a ele relacionado: “O aspecto PERIGO DC NEG-FAZER não constitui uma entidade independente que, significada pelo termo *prudente*, estaria

⁹⁸ Do original : « Ils peuvent par exemple être <montrés> par le locuteur comme justifiant la mobilisation de l’aspect principal [...] les termes aspectifs *retraite* et *suivre* justifient la mobilisation de PENIBLE PT FAIT » (CAREL, 2011a, p. 165).

⁹⁹ Do original : « Les sélecteurs par contre ne participent à la détermination d’aucun élément de sens, ni par connexion, ni grâce à leur propre signification. Ils ne disent rien, ils sont vides (CAREL, 2011a, p. 165).

¹⁰⁰ Do original : « L’aspect DANGER DC NEG FAIRE ne constitue pas une entité indépendante qui, signifiée par le terme *prudente*, se trouverait ensuite se combiner à ce que signifie le mot *Pierre* de manière à produire le sens de l’énoncé *Pierre est prudent* » (CAREL, 2011a, p. 100).

a seguir combinada àquilo que significa a palavra *Pedro* de maneira a produzir o sentido do enunciado *Pedro é prudente*". A razão de ser dos seletores é produzir o efeito de sentido de que "os termos não são isoladamente significados" (2011a, p. 100, tradução nossa)¹⁰¹. No caso do uso de "prudente" (ou outro expressivo) alguém deve ser selecionado a ser (ou não) prudente. Esta função é do seletor. No caso do exemplo 1 o seletor é uma coisa (coração), no caso do exemplo 2 e 3 os seletores são pessoas (Pedro e o alpinista), e no exemplo 4 o seletor é um lugar (desfiladeiro e o vale), e no exemplo 5 é o interlocutor (você). Aliados aos aspectos centrais, assim os seletores concretizam o sentido:

Exemplo 1 – {meu coração + [SER DESPREZADO DC PUNIR]}

Exemplo 2 – {Pedro + [PERIGO DC PRECAUÇÃO]}

Exemplo 3 – {o alpinista + [PERIGO DC PRECAUÇÃO]}

Exemplo 4 – {o desfiladeiro e o vale + [DISTINTOS DC NEG-UNIDOS]}

Exemplo 5 – {você me + [PENOSO PT FAZER]}

Por fim, resta-nos dizer que ao estabelecer uma classificação semântica do léxico neste molde quádruplo, Carel e Ducrot decidem que o tratamento do sentido está atrelado incondicionalmente à I) sua relação com outras palavras, e II) sua inserção em uma unidade de sentido maior, o enunciado, micro-analiticamente falando, e o discurso, macro-analiticamente falando (refletiremos sobre o discurso adiante, em outro capítulo).

3.8 A relação argumentação interna/argumentação externa

A TBS possui o refinamento de trabalhar o sentido pelo plano interior e exterior a uma palavra. Como exemplo, tomemos a palavra *prudente*. Carel (2011a, p. 106) selecionou cinco aspectos que dizem respeito a esta palavra, dentre outros. São eles: [PERIGO DC PRECAUÇÃO]; [PRUDENTE DC SEGURANÇA]; [PRUDENTE PT NEG-SEGURANÇA]; [RESPONSÁVEL DC PRUDENTE] e [NEG-RESPONSÁVEL PT PRUDENTE]. Seria muito fácil concretizar cada um deles em uma paráfrase em portanto e no entanto, o que

¹⁰¹ Do original : « Les termes ne sont pas isolément signifiants » (CAREL, 2011a, p. 100).

evitaremos, porque nosso propósito está focado nos aspectos mesmos, e na sua relação com a palavra *prudente*.

Carel (2011a, p. 107) vai observar que, na relação com *prudente*, todos estes aspectos não possuem o mesmo estatuto na sua significação. Ela propõe uma distinção entre *argumentação interna* e *argumentação externa* à palavra *prudente*. Na prática, isso significa que ambas argumentações (interna e externa) dizem respeito à presença material desta palavra no aspecto em foco.

Isso quer dizer que a relação entre a entidade *prudente* e o aspecto [PRUDENTE DC SEGURANÇA] possui um estatuto de continuação material “exterior” a essa palavra (*prudente...*), por isso, esse aspecto será dito pertencer à *argumentação externa* de *prudente*.

Ao contrário, a relação entre a entidade *prudente* e o aspecto [PERIGO DC PRECAUÇÃO] não contém a presença material da palavra *prudente*, muito embora a signifique. Este aspecto, segundo Carel, está como que trancafiado no “interior” de *prudente*, como ela metaforicamente explica, por isso, ele será dito pertencer à *argumentação interna* de *prudente*: “O predicado argumentativo ‘tomar-precauções-devido-ao-perigo’ é um dos sentidos de *prudente*” (CAREL, 2011a, p. 107, tradução nossa)¹⁰².

Resumidamente, na relação entre uma palavra e um aspecto, temos dois tipos de argumentações, identificados pelo critério teórico da presença material:

- *Argumentação externa* (AE): quando aparece a expressão em foco no aspecto observado, ou seja, se tal expressão intervém materialmente e semanticamente em encadeamentos que expõem essa expressão (CAREL, 2011, p. 109);
- *Argumentação interna* (AI): quando não aparece a expressão em foco no aspecto observado (mas é aspecto dela), ou seja, se tal expressão intervém semanticamente em nenhum dos encadeamentos que descrevem essa expressão (CAREL, 2011a, p. 107).

É bom marcar que falamos da relação “uma entidade/um aspecto”, o que significa dizer que um aspecto em si mesmo não é ele nem uma argumentação externa e nem interna: “um aspecto argumentativo não é em si mesmo ‘externo’ (ou ‘interno’): ele é externo ou interno *a tal entidade*. Assim, o aspecto [PERIGO DC PRECAUÇÃO] pertence à

¹⁰² Do original: « le prédicat argumentatif prendre-des-précautions-à-cause-du-danger est l’un des sens de *prudent* » (CAREL, 2011a, p. 107).

argumentação *interna* de *prudente*, mas ele pertence à argumentação *externa* de *perigoso*” (CAREL, 2011a, p. 110, tradução nossa)¹⁰³.

Mas mudemos o eixo da discussão para o nosso objeto, o paradoxo. Consideremos a definição do *K Dictionaries Password* (PARKER; STAHEL, 2005, p. 374, tradução nossa)¹⁰⁴:

Paradoxo [‘parədoks] *nome*. Uma sentença *etc* que parece contradizer-se a si mesma mas que é verdadeira apesar disso: *Se o seu aniversário é em 29 de fevereiro, você poderia professar o paradoxo que lhe atribui treze anos de idade apesar de ter tido apenas três aniversários. paradoxo.*

Uma micro-análise pela TBS vai mostrar que, segundo os locutores deste trecho, teremos, no enunciado inicial, o seguinte encadeamento (o que não significa que o paradoxo seja isso, mas, por uma filiação enunciativa, significa o que este dicionário “diz” ser o paradoxo):

Encadeamento: *Uma sentença parece contradizer-se, no entanto é verdadeira apesar disso.*

Aspecto: [CONTRADIÇÃO PT NEG-FALSA]

Em relação à disposição teórica acima arranjada, no enunciado referido, o aspecto [CONTRADIÇÃO PT NEG-FALSA] pertence à AI de *paradoxo*. Por outro lado, considerando o elemento anafórico do enunciado, poderíamos re-organizar o aspecto do enunciado:

Paradoxo: sentença que parece contradizer-se, no entanto é verdadeira apesar disso.

[PARADOXO DC CONTRADIÇÃO VERDADEIRA]

Conforme nossa discussão acima, pelo viés do encadeamento acima, o aspecto [PARADOXO DC CONTRADIÇÃO VERDADEIRA] pertence à AE de *paradoxo*.

¹⁰³ Do original : « Un aspect argumentatif n’est pas en lui-même <externe> (ou <interne>) : il est externe ou interne à telle entité. Ainsi, l’aspect DANGER DC PRÉCAUTION appartient à l’argumentation *interne* de *prudent*, mais il appartient à l’argumentation *externe* de *dangereux* » (CAREL, 2011a, p. 110).

¹⁰⁴ Do original : “**Paradox** [‘parədoks] *noun* a statement *etc* that seems to contradict itself but which is nevertheless true : *If your birthday is on February 29 you could state the paradox that you are thirteen years old although you have only had three birthdays. Paradox*” (PARKER; STAHEL, 2005, p. 374).

3.8.1 A Relação argumentação externa à direita/argumentação externa à esquerda

Carel ainda distinguirá na disposição da argumentação externa (AE) de uma entidade, dois outros subtipos de argumentações: a argumentação externa à *direita*, e a argumentação externa à *esquerda*. O princípio é o mesmo da argumentação externa: presença da entidade. Mas agora, presença-localizacional da entidade. Vejamos.

Tomemos o aspecto [PRUDENTE DC SEGURANÇA] e seu converso [PRUDENTE PT NEG-SEGURANÇA]. Carel (2011a, p. 111) vai explicar que ambos os aspectos pertencem à AE *direita* de *prudente*, porque o aspecto e os encadeamentos se desenvolvem materialmente à direita de *prudente*.

Do mesmo modo, tomemos o aspecto [RESPONSÁVEL DC PRUDENTE] e seu transposto [NEG-RESPONSÁVEL PT PRUDENTE]. Carel (2011a, p. 112) vai explicar que ambos os aspectos pertencem à AE à *esquerda* de *prudente*, porque o aspecto e os encadeamentos se desenvolvem materialmente à esquerda de *prudente*.

Enfim, se os aspectos são postos na relação com o aparecimento material da entidade (*prudente*, por exemplo), teremos aí mais dois aspectos externos: AE à *direita*, se ocorre desenvolvimento material à direita da entidade em foco (ex: PRUDENTE DC SEGURANÇA); e AE à *esquerda*, se ocorre desenvolvimento material à esquerda da entidade em foco (ex: RESPONSÁVEL DC PRUDENTE).

Mudemos o eixo analítico para nosso objeto, o paradoxo. Ainda conforme a definição do dicionário acima, vemos que [PARADOXO DC CONTRADIÇÃO VERDADEIRA] é uma AE à direita. E se analisarmos o segundo enunciado da definição: *Se o seu aniversário é em 29 de fevereiro, você poderia professar o paradoxo que lhe atribui treze anos de idade apesar de ter tido apenas três aniversários*, podemos pensar no aspecto [TER 13 ANOS APESAR DE TER 3 ANIVERSÁRIOS DC PARADOXO], que é uma AE à esquerda.

Diante do exposto e dessa forma organizacional do aspecto diante da entidade estudada, ainda é interessante dizer que Carel (2011a, p. 112) chamou a atenção para o fato de que Anscombe e Ducrot dedicavam-se e se interessavam apenas por argumentações externas à direita normativas, o que Ducrot (2002, p. 12) assume: “Em 1995, o tipo de argumentação que eu associava a uma expressão estava relacionada com o que chamaríamos agora sua AE

em DC”. Isso comprova que a TBS veio para aprofundar os estudos de Anscombe e Ducrot, de modo amplo, profundo e rico, até então não desenvolvido.

3.9 A relação bloco/bloco: o estrutural e o contextual

Fiel aos pressupostos da ANL que prevê os trabalhos de semântica determinados pela dupla instância frase/enunciado, Carel (2011a, p. 114) vai filiar as noções de AI e AE a outras duas noções: a *argumentação estrutural* e a *argumentação contextual*. A condição analítica é a mesma: a argumentação estrutural exprime aspectos inscritos na língua. E a argumentação contextual exprime aspectos que dependem do funcionamento da linguagem, sua situação locutores e interlocutores, dentre outros aspectos – o discurso. Como bem mostra a linguista:

Eu direi que um aspecto A é *estruturalmente expresso* por uma entidade linguística E se E exprime A pela sua significação linguística própria; eu direi que A é *contextualmente exprimido* por E se a associação de E e de A não é linguística (eu me interessarei essencialmente pelo caso em que é o discurso que declara que essa associação é feita). (CAREL, 2011a, p. 114-115, tradução nossa)¹⁰⁵.

Podemos pensar esta disposição da argumentação na atualização de nosso quadro geral da TBS:

Quadro 16 – Terceira elaboração da dimensão “língua/fala”.

Língua	Fala
Frase	Enunciado
Significação	Sentido
Pressuposto	Subentendido
Argumentação estrutural	Argumentação contextual

¹⁰⁵ Do original: « je dirai qu’un aspect A est *structurellement exprimé* par une entité linguistique E si E exprime A de par sa signification linguistique même ; je dirai que A est *contextuellement exprimé* par E si l’association de E et de A n’est pas linguistique (je m’intéresserai essentiellement aux cas où c’est le discours qui déclare que cette association est faite) » (CAREL, 2011a, p. 114-115).

Estamos diante de uma concepção metodológica forte, desde os primórdios da ANL: Anscombre, Ducrot e Carel elegem como foco de atenção analítica o funcionamento da língua, retratado no enunciado (“eu me interessarei essencialmente pelo caso onde é o discurso que declara que essa associação é feita” (CAREL, 2011a, p. 115), mas prefere-se procedimentalmente chegar a esta unidade complexa do enunciado pelas vias da significação presente na língua, isto é, no léxico, na estrutura. Vejamos duas aplicações, uma AE e outra AI, dadas por Carel (2011a, 114, tradução nossa)¹⁰⁶. Consideremos primeiro a AE:

AE estrutural de *rico*:

Pedro é rico, portanto, ele pode fazer muitas coisas. [RICO DC TORNAR COISAS POSSÍVEIS]

AE contextual de *rico*:

Pedro é rico, portanto, ele possui muitos amigos. [RICO DC POSSUIR AMIGOS]

Segundo Carel, temos na palavra *rico* uma AE à direita *estrutural*, já que [RICO DC TORNAR AS COISAS POSSÍVEIS] é própria da significação linguística da palavra *rico*. “Ter-possibilidades” é uma das significações estruturais da palavra *rico*. Mas o sentido “a-riqueza-produz-amigos” não está na língua, na estrutural de *rico*, é uma argumentação *contextual*. É a enunciação que proporciona este argumento. Não a estrutura, mas a partir da estrutura. A argumentação contextual é uma associação singular e circunstancial do acontecimento do dizer, produzida a partir da argumentação estrutural.

Agora um exemplo em AI, e micro-analisando nosso objeto, o paradoxo. Dividamos a definição de “paradoxo” do *K Dictionaries Password* acima em duas partes:

- (1) Uma sentença *etc* que parece contradizer-se a si mesma mas que é verdadeira apesar disso
- (2) *Se o seu aniversário é em 29 de fevereiro, você poderia professar o paradoxo que lhe atribui treze anos de idade apesar de ter tido apenas três aniversários.*

Teremos aqui dois enunciados, que representam dois encadeamentos, um estrutural e o outro contextual, assim:

¹⁰⁶ Do original: *Pierre est riche, donc il peut faire ce qu'il veut.*
Pierre est riche, donc il a beaucoup d'amis (CAREL, 2011a, p. 114).

AI Estrutural de *paradoxo*:

(1') *Uma sentença ou etc parece contradizer-se, no entanto é verdadeira apesar disso.*

[CONTRADIÇÃO PT NEG-FALSA]

AI contextual de *paradoxo*:

(2') *Ter nascido em 29 de fevereiro significa, portanto, ter 13 anos apesar de ter tido 3 aniversários.*

[29 DE FEVEREIRO DC 13 ANOS APESAR DE 3 ANIVERSÁRIOS]

No primeiro enunciado da definição, segundo Parker e Stahel (2005, p. 374), locutores da definição de paradoxo neste dicionário, há uma definição estrutural, própria e universal para *paradoxo*: “contradições-que-no-entanto-são-verdadeiras” – é próprio dos dicionários apresentarem definições estruturais segundo a utopia que os constitui, a saber, poder converter muitos sentidos de certa palavra em uma única inscrição estrutural. Isto é, o dicionário opera pela universalização.

No segundo enunciado da definição, os mesmos locutores apresentam uma definição contextual, específica, já que [29 DE FEVEREIRO DC 13 ANOS APESAR DE 3 ANIVERSÁRIOS] é uma associação singular e circunstancial do acontecimento do dizer, produzida a partir da AI *estrutural* da contradição – como é próprio dos dicionários apresentar exemplos contextuais após uma definição estrutural, que por vezes inclusive desconstrói esta própria definição estrutural.

Um outro ponto pode ser bem produtivo. Os contextualistas de toda ordem e filiação poderiam nos dar réplica se contrapondo a esta organização de micro-análise dizendo que a hipótese da argumentação estruturalista (1) também é em si contextual, já que o simples fato de estar neste dicionário, enunciada por estes locutores e escolhendo essas palavras para definição instauram um enunciado histórico, nos dizeres de Ducrot (1987, p. 168), que não existia antes nem mais existirá depois.

Certamente que sim, diríamos em tréplica, e responderíamos no mesmo modelo da réplica: se há em (1) contextualidade indesviável, há do mesmo modo em (2) aspectos estruturais constitutivos, já que o enunciado (2) produz a contradição que o significa a partir da universalidade estrutural [TER 13 ANOS DC FAZER 13 ANIVERSÁRIOS], presente na enunciação e responsável pelo efeito da contradição. Ou seja, a enunciação de (2) “foge” de uma condição estrutural da língua (envelhecer sem aniversário), mas foge em vão, já que não há como erradicar o aspecto estrutural [AUMENTAR A IDADE DC PASSAR PELO DIA

DO ANIVERSÁRIO] do sentido do enunciado. E isso compõe uma de nossas definições formais sobre paradoxo: a estranheza que funde um aspecto estrutural universal com sua contextualização oposta, inseparáveis entre si.

Sobre essa postura estanque de estrutura ou contexto, duas coisas ao menos há a se dizer:

I) como bem disse Ducrot (1987, p. 38), é a escolha do objetivo do semanticista que elegerá qual argumentação dever-se-á explorar; e

II) ora, o modelo analítico da TBS nunca foi estanque: língua/fala são separadas por más leituras da TBS, do nosso ponto de vista, pela leitura que fazemos do acervo deste saber, já que uma teoria que se coloca num lugar de *Estruturalismo Enunciativo* deve investigar igualmente estas duas palavras, por um lado a estrutura lexical, assumindo que “[...] certos predicados argumentativos são lexicalizados, como se eles fossem resumidos pela língua, condensados nas suas palavras” (CAREL, 2011a, p. 122, tradução nossa)¹⁰⁷; e por outro o estatuto enunciativo dessa estrutura, que se desvela um interesse privilegiado: “eu me interessarei essencialmente pelo caso onde é o discurso que declara que essa associação é feita”. (CAREL, 2011a, p. 115). À esteira da estrutura, a TBS constrói uma “teoria discursiva do sentido”, (DUCROT, 2002, p. 10), cujo critério semântico chave é que “só o discurso, portanto, é doador de sentido” (DUCROT, 2002, p. 7).

3.9.1 A relação argumentação estrutural, argumentação contextual/Benveniste

Ainda apresentaremos uma outra AI contextual referente ao primeiro enunciado, que dá uma certa particularidade à palavra *paradoxo*: [DEFINIR DC REFERENCIAR], que significa a especificidade que, por este aspecto, toda definição de paradoxo será por vias referencialistas, usando palavras como “verdadeiro” e “falso”. Mesmo que os autores pretendessem apresentar definições estruturais, a escolha de suas palavras acaba por expressar um sentido referencialista.

Não nos interessa aqui a definição, mas seu processo: isso nos aproxima de Benveniste. Não de como ele fazia linguística, concordando tecnicamente que se apropria da palavra para dizer “eu”, mas segundo a particularidade de que as palavras acabam por

¹⁰⁷ Do original: « [...] certains prédicats argumentatifs sont lexicalisés, comme s'ils étaient résumés par la langue, condensés dans ses mots » (CAREL, 2011a, p. 122).

significar seus usuários. Aqui, diríamos que a escolha das palavras expressa aspectos contextuais particulares do enunciado que revelam o sentido dos locutores, eles mesmos (nosso modo de apropriarmo-nos de Benveniste seria afirmar, então, que locutores também se significam pelo dizer. Basta enunciar para que exprima certo aspecto sobre o locutor). Este ponto será aprofundado ao seu tempo.

Para a TBS, a significação inicial estrutural é o passo para o sentido enunciativo contextual, já que é difícil (para prudentemente não dizer impossível) que se fuja de uma espécie de “sentimento intuitivo da língua”, um termo geral para dizer que há significações fortes presentes na língua, que parece significar por si só, e irá interferir na enunciação/enunciado: “Para dizer a verdade, eu não vejo como evitar uma recorrência ao sentimento intuitivo da língua [...] o problema prático é saber o que significa esse sentimento intuitivo e como o analisar” (CAREL, 2011, p. 121, tradução nossa)¹⁰⁸. É sobre este problema prático que se debruça parte do propósito teórico de nosso trabalho: (tentar) formalizar opacidades enunciativas

Desse modo, remetemo-nos a Benveniste (não que assumamos seus pressupostos capitais, mas que concordamos com sua dicotomia: se falamos em enunciado, sempre é possível duas análises: uma estrutural e uma contextual. Estanques ou não, elas se completam e se reclamam, e essa nota é mérito de Saussure, robustecida pela enunciação de Benveniste, cuidadosamente aceita na TBS, ao seu modo epistêmico. Estamos dizendo que não cremos em uma análise completa em que se abandona o nível da língua, ou só dela se ocupe. Uso e não uso são duas faces indesejáveis para a significação/sentido.

Para nós, a bandeira da uma Linguística sem a língua é pobre e sem raízes, principalmente se se fala em semântica, assim como uma investigação da língua sem o seu uso seria inútil, já que a razão existencial da língua é a enunciação. A sofisticação e a condição do sentido estão na relação língua/fala. Este tópico, pela reflexão da argumentação estrutural e contextual, evidencia a imensurável riqueza e complexidade do Estruturalismo Enunciativo (ou como prefere Ducrot, da concepção estrutural da enunciação).

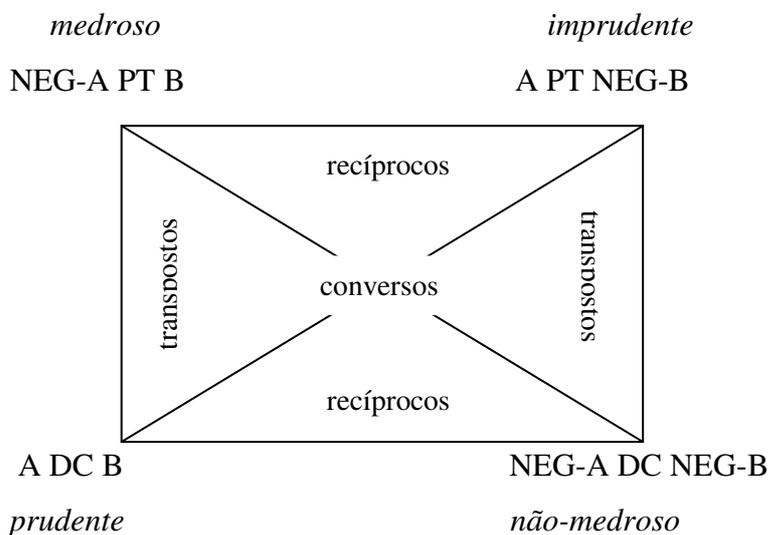
¹⁰⁸ Do original : « À vrai dire, je ne vois pas comment éviter un recours au sentiment intuitif de la langue [...] Le problème pratique est de savoir ce que signifie ce sentiment intuitif et comment l'analyser » (CAREL, 2011a, p. 121).

3.10 As relações ângulo/ângulo: conversos, transpostos e recíprocos

Agora, para estudar o quadrado argumentativo e para expandirmos as particularidades do bloco semântico, passemos a adotar o exemplo clássico, tanto para Carel quanto para Ducrot, dos aspectos da palavra *prudente*, que ambos autores descrevem como o bloco PERIGO DC DESISTIR (CAREL, DUCROT, 2008, p. 11), tomando por base o bloco semântico que resulta da interdependência entre “ação perigosa” e “desistir de agir”.

Tomemos um encadeamento (A CONN B) em que (A) seja “ação perigosa” e (B) seja “desistir de agir”. Podemos reagrupar esses encadeamentos, ressignificados pela presença de conectivos e negações, em no mínimo oito outros aspectos (anteriormente a 2009), e no mínimo dez outros aspectos (depois de 2009) como veremos. Vejamos inicialmente as combinações dos quatro primeiros aspectos, chamados doxais:

Figura 4 – Bloco Semântico de “prudente” [(A) PERIGO DC (B) DESISTIR] baseado em Carel e Ducrot (2008, p. 11)



Os quatro ângulos de aspectos podem formar três modos de relações discursivas:

A) São conversos os aspectos:

A DC B e A PT NEG-B

NEG-A DC NEG-B e NEG-A PT B

B) São transpostos os aspectos:

A DC B e NEG-A PT B

NEG-A DC NEG-B e A PT NEG-B

C) São recíprocos os aspectos:

A DC B e NEG-A DC NEG-B

NEG-A PT B e A PT NEG-B

Passemos a observar cada um pormenorizadamente.

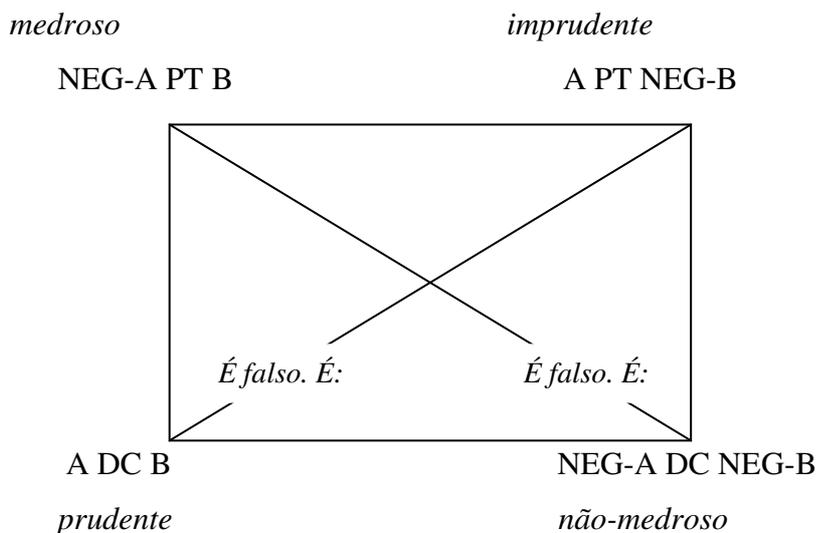
3.10.1 A relação entre conversos: A DC B/A PT NEG-B e NEG-A DC NEG-B/NEG-A PT B

Formalmente falando, há entre os quatro ângulos do quadrado argumentativo, duas formas de conversos, no título explícitas. Percebe-se que em ambas preserva-se o suporte e muda-se o aporte e o conector.

Semanticamente falando, Ducrot (CAREL; DUCROT 2005, p. 55) vai dizer que a relação conversa produz sentidos de negação, revela oposição – e oposição forte, já que existem outras oposições – entre aspectos (a antiga negação polêmica de Ducrot (1987)).

Discursivamente falando, Ducrot (CAREL; DUCROT, 2005, p. 55) vai dizer que podemos concretizar as relações conversas por meio de *é falso*:

Figura 5 – Exemplo de BS de relações conversas, baseado em Carel e Ducrot (2005, p. 55)



Os dois conversos seriam:

Prudente *é falso*. *É* imprudente (ou vice-versa).

Não medroso *é falso*. *É* medroso (ou vice-versa).

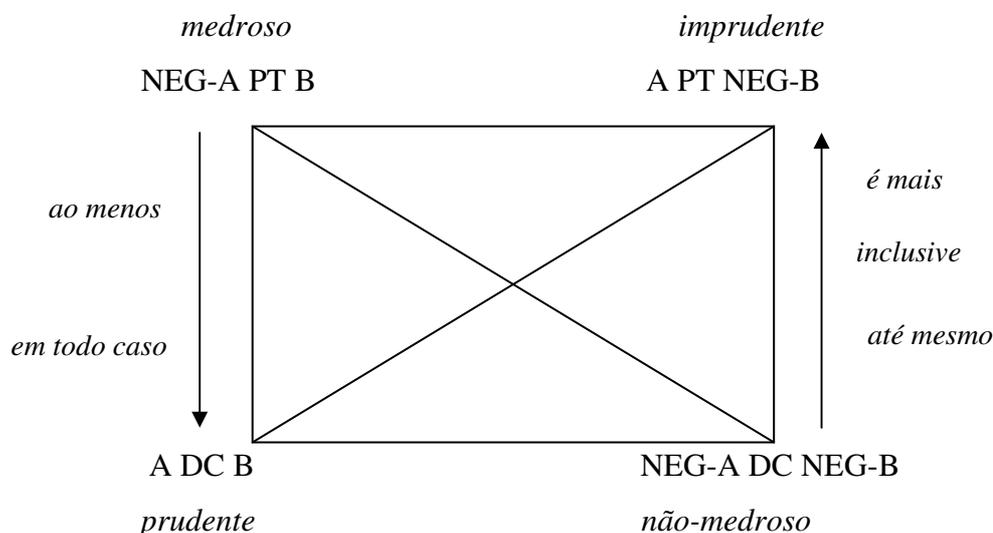
3.10.2 A Relação entre transpostos: A DC B/NEG-A PT B e NEG-A DC NEG-B/A PT NEG-B

Formalmente falando, há negação do suporte, preservação do aporte, e alternância de conector.

Semanticamente falando, a relação transposta produz sentidos de intensificação, reforçamento (a antiga negação metalinguística de Ducrot (1987)).

Discursivamente falando, Ducrot (CAREL; DUCROT, 2005, p. 56) vai dizer que podemos concretizar as relações transpostas em dois grupos de sentidos: a relação descendente do quadrado, manifesta por meio de *ao menos* e *em todo caso*; e a relação ascendente do quadrado, manifesta por meio de *é mais* e *inclusive*:

Figura 6 – Exemplo de BS de relações transpostos, baseado em Carel e Ducrot (2005, p. 56)



Os dois grupos de transpostos seriam:

- Descendentes: Ele é medroso. *Ao menos/em todo caso* é prudente.
Ele é imprudente. *Ao menos/em todo caso*, não é medroso.

Ascendentes: Ele é prudente. *Inclusive/diria mais*, é medroso.
Ele não é medroso. *Inclusive/diria mais*, é imprudente.

Além das expressões *inclusive/é mais*, é bom que se marque aqui que em textos mais recentes, a autora vai trabalhar a relação de transposição ascendente preferencialmente pela expressão *até mesmo*. Inclusive, a linguista nos propôs esta recomendação – o uso de *até mesmo* – para esta pesquisa. Eis um elenco de exemplos de transpostos dados em Carel (2013, p. 6, tradução nossa)¹⁰⁹:

Ela foi severa (ERRO DC PUNIÇÃO), *talvez mesmo injusta* (NEG-ERRO PT PUNIÇÃO);
Ela é prudente (PERIGO DC NÃO FAZ), *talvez mesmo demais* (NEG-PERIGO PT NÃO FAZ);
Ela foi econômica (NEG ÚTIL DC NEG-DESPESA), *e até mesmo avarenta* (ÚTIL PT NEG-DESPESA);
Ela não é covarde (NEG-PERIGO DC FAZ), *ela é até mesmo corajosa* (PERIGO PT FAZ).

Com certa prudência, ciente de que *até mesmo* não é uma expressão exclusiva de transposição (já que falha para esse propósito em certos casos, como por exemplo, na transposição de “Ele será justo, até mesmo tolerante”), a linguista toma a posição cuidadosa de estabelecer somente que, no que tange a relações transpostas, *até mesmo* é apenas uma condição favorável (não necessária) de relação entre dois termos: “[...] a transposição de dois aspectos é uma condição ‘favorável’ – notemos a prudência desse termo – à possibilidade de ligar por *até mesmo* os termos que os exprimem.” (CAREL, 2013, p. 6, tradução nossa)¹¹⁰.

Ainda é interessante inserir aqui as considerações que Ducrot (CAREL; DUCROT, 2005, p. 107-108, tradução nossa)¹¹¹ fez sobre a expressão *demais*. Gramaticalmente, *demais* possui um efeito de intensidade, é um advérbio, mas argumentativamente é um modificador. Em outras palavras, semanticamente falando, a expressão *demais* é tal que tem efeitos “positivos” (mais quistos, no senso comum) sobre uma palavra, e efeitos “negativos” (menos

¹⁰⁹ Do original:

« *Elle a été sévère* (FAUTE DC PUNITION), *peut-être même injuste* (NEG FAUTE PT PUNITION)
Elle est prudente (DANGER DC NEG FAIT), *peut-être même trop* (NEG DANGER PT NEG FAIT)
Elle a été économe (NEG UTILE DC NEG DEPENSE), *et même avare* (UTILE PT NEG DEPENSE)
Elle n'est pas lâche (NEG DANGER DC FAIT), *elle est même courageuse* (DANGER PT FAIT) » (CAREL, 2013, p. 6).

¹¹⁰ Do original: « [...] la transposition de deux aspects est une condition <favorable> – on notera la prudence de ce terme – [...] à la possibilité de relier par *même* les termes qui les expriment » (CAREL, 2013, p. 6).

¹¹¹ Do original :

“*Él es prudente, por lo tanto, lo aprecio.*

Versus

Él es demasiado prudente, por lo tanto, no lo aprecio” (CAREL; DUCROT, 2005, p. 108).

quistos, no senso comum) sobre outras palavras. Por exemplo “prudente demais” possui um sentido menos desejável na relação com “prudente”, mas “inteligente demais” possui um sentido mais desejável na relação com “inteligente”. Isso levou Ducrot a averiguar que o *demais* atua de modo diferente em expressões normativas e expressões transgressivas, fazendo-o esboçar dois grupos de efeitos transpostos do *demais*: um favorável, e outro desfavorável. Eis alguns exemplos:

Efeito do *demais* por sobre *prudente*:

Efeito favorável: Ele é *prudente*, portanto o admiro.

Efeito desfavorável: Ele é *prudente demais*, portanto, não o admiro.

Relação transposta de sentido:

prudente: [PERIGO DC PRECAUÇÃO]

prudente demais: [NEG-PERIGO PT PRECAUÇÃO]

Como explicou Ducrot (CAREL; DUCROT, 2005, p. 108, tradução nossa)¹¹², “*Prudente* é uma virtude, uma qualidade; *prudente demais*, um defeito”. No quadrado argumentativo, o *prudente demais* produziria uma relação transposta ascendente (de intensificação), como:

Ele é prudente. *Inclusive/diria mais*, ele é prudente demais (um medroso).

Na esteira de prudente, teríamos também palavras como obediente e econômico:

Efeito do *demais* sobre *obediente*:

Efeito favorável: Ele é *obediente*, portanto o admiro.

Efeito desfavorável: Ele é *obediente demais* (adulador), portanto, não o admiro.

Relação transposta de sentido:

obediente: [ORDENA-LHE FAZER PORTANTO FAZ]

obediente demais (adulador): [NEG-ORDENA-LHE FAZER NO ENTANTO FAZ]

Efeito do *demais* sobre *econômico*:

Efeito favorável: Ele é *econômico*, portanto o admiro.

Efeito desfavorável: Ele é *econômico demais* (avaro), portanto, não o admiro.

¹¹² Do original : “*Prudente* es una virtud, una calidad; *demasiado prudente*, un defecto” (CAREL; DUCROT, 2005, p. 108).

Relação transposta de sentido:

econômico: [NEG-ÚTIL PORTANTO NEG-COMPRA]

econômico demais (avaro): [UTIL NO ENTANTO NEG-COMPRA]

Desde modo, Ducrot ensaia uma formalização na qual o modificador *demais* integra o grupo de relações transpostas. Contudo, ali mesmo (CAREL, DUCROT, 2005, p. 111), o linguista chama atenção para o fato de que essa formalização falha ao aplicar o *demais* em expressões como *toló*:

Efeito do *demais* por sobre *toló*:

Efeito desfavorável: Ele é *toló*. Nunca resolverá esse problema.

Efeito desfavorável: Ele *toló demais*. Nunca resolverá esse problema.

Por isso Ducrot vai dizer que há palavras que fogem à regra do *demais* transposto. Para averiguar isso, basta observar, diz ele, que o aspecto interno de *temperamental*¹¹³ [CONTRARIEDADE DC CÓLERA] não se recombina de modo transposto, [NEG-CONTRARIEDADE PT CÓLERA], quando modificado para *temperamental demais*. “[...] é evidente que isso não é exatamente o que corresponde à ideia de *temperamental demais*” (CAREL; DUCROT, 2005, p. 111, tradução nossa)¹¹⁴. Diante de exemplos como *toló demais*, *temperamental demais* e *pouco inteligente demais*, Ducrot assume que falha a regra do *demais* enquanto só transposto, como ocorre com *prudente demais*, *obediente demais* e *econômico demais*.

Longe de resolver isso, Ducrot deixa por desenvolver o que chama de aplicação do *demais* por sobre termos desfavoráveis constituídos por DC. Como nosso objetivo neste capítulo é apenas expositivo-analítico restrito ao nosso objeto, deixaremos estas lacunas por fazer de lado, e seguiremos adiante com a exposição da TBS.

¹¹³ Mesmo que gramaticalmente polêmico, deslocamos a tradução: no original a expressão espanhola é “mal carácter”, que traduzimos aqui por “temperamental”, porque cremos ser este o sentido mais próximo pretendido por Ducrot neste momento. A tradução literal “mal carácter” do espanhol para “mal caráter” do português brasileiro produziria distinções não necessariamente a “ser contrariado portanto encolerizar-se”.

¹¹⁴ Do original : “Pero es evidente que esto no es exactamente lo que corresponde a la idea de *demasiado mal carácter*” (CAREL; DUCROT, 2005, p. 111).

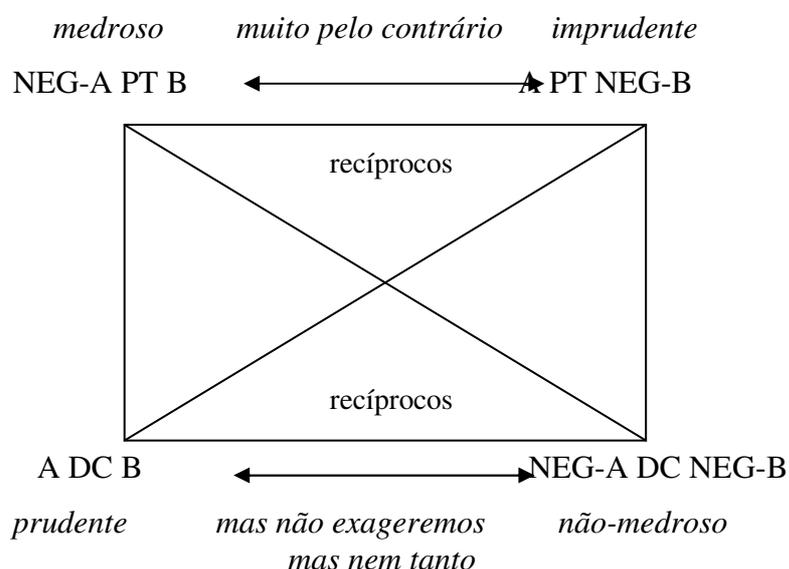
3.10.3 A Relação entre recíprocos: A DC B/NEG-A DC NEG-B e NEG-A PT B/A PT NEG-B

Formalmente falando, há entre os quatro ângulos do quadrado argumentativo, duas formas de recíprocos, no título explícitas. Percebe-se que se nega ambos os segmentos suporte e aporte, e mantém-se o conector.

Semanticamente falando, a relação entre recíprocos não é tão estagnada assim que pareça ter um padrão de significação (como os conversos são oposições fortes, e como os transpostos são intensificações).

Discursivamente falando, Ducrot (CAREL; DUCROT, 2005, p. 57) vai dizer que podemos concretizar as relações recíprocas por meio de *muito pelo contrário* e *mas não exageremos* (dessa última, nós propomos uma expressão sinônima que funciona melhor no português brasileiro, o *mas nem tanto*):

Figura 7 - Exemplo de BS de relações recíprocas, baseado em Carel e Ducrot (2005, p. 57)



Para uma verificação, Ducrot (CAREL; DUCROT, 2005, p. 57, tradução nossa)¹¹⁵ propõe os diálogos abaixo:

¹¹⁵ Do original :

“A : - *Él es imprudente.* B : - *Todo lo contrario. Es temeroso.*

A : - *Él no es temeroso.* B : - *Bueno, pero tampoco exageremos, es prudente.*

Es prudente. Pero tampoco exageremos, temeroso no es (CAREL ; DUCROT, 2005, p. 57).

Efeito recíproco via direita-esquerda:

A: - Ele é imprudente.

B: - Muito pelo contrário, é medroso

A: - Ele não é medroso.

B: - Mas não exageremos/mas nem tanto. É prudente.

Efeito recíproco via esquerda-direita:

A: - Ele é prudente.

B: - Mas não exageremos/mas nem tanto. Medroso não é.

Exigente que é, Ducrot vai assumir (CAREL; DUCROT, 2005, p. 58) que a relação recíproca específica do par *não-medroso* – *prudente* é estranha. Vai dizer que esse efeito de estranheza não ocorre com outras palavras em situação de reciprocidade, como por exemplo, o par *não-inteligente* e *não-estúpido*. Assim, é esquisito dizer: “*Ele não é medroso, mas não exageremos, é prudente*”, mas não é esquisito dizer “*Ele não é inteligente, mas não exageremos, não é estúpido*”. A explicação, segundo o linguista, é devido ao funcionamento discursivo em que:

No primeiro caso temos:

não-medroso – palavra favorável; e

prudente – palavra favorável;

E no segundo caso temos:

não-inteligente – palavra desfavorável; e

não-estúpido – palavra favorável.

Com isso, Ducrot está afirmando que a relação recíproca normativa (inferior) via direita-esquerda é melhor sucedida quando se dá com pares com certa distinção axiológica, isto é, recíproca normativa bem sucedida se dá entre expressão favorável e expressão desfavorável.

Enfim, o jogo das três relações previstas pelo método do quadrado argumentativo pode explicitar uma pluralidade infinda de relações entre aspectos que justifica o próprio quadrado

para os estudos de semântica. O projeto do quadrado argumentativo é apresentar um modo eficiente de formalizar constitutividades que flagrarão o sentido, em todas as suas astúcias.

O quadrado argumentativo é uma formalização teórica de lugares para marcar lugares, não-lugares ou entre-lugares de sentidos (mais atualmente, como veremos): por vezes temos o sentido flagrado pelo quadrado argumentativo, mas que não cabe numa palavra: “Como não creio que exista em francês ou espanhol um adjetivo que expresse esta ideia [não-medroso] nos vemos obrigados a construí-la utilizando a negação (CAREL; DUCROT, 2005, p. 56, tradução nossa)”.

Por isso a pertinência do bloco é de algum modo paradoxal em si: é tê-lo, diante das exigências científicas das complexidades semântico-enunciativas, enquanto um construto que trabalha a infinitude dos sentidos pela finitude de uma estrutura; É fazer enxergar, com lentes teóricas, a ilimitada fluidez do sentido pela limitada disposição dos ângulos de um quadrado; É, enfim, poder explicitar efeitos de sentidos que não cabem em palavras – flagrar a impossibilidade do registro pelo registro.

CAPÍTULO IV – ATUALIDADE DA TBS: A RELAÇÃO EXATIDÃO/INEXATIDÃO

Recentemente, Carel e Ducrot debruçam-se sobre questões semânticas que requerem atenção especial para as espessuras do não óbvio a partir de critérios nada clássicos para operar significações/sentidos limítrofes do enunciado e do discurso.

O projeto deste capítulo é apresentar o aparato formal para refletir sobre as pesquisas atuais de Carel e Ducrot que investigam os efeitos de entremeios entre aspectos, os entrelimites de relações, os quase ângulos, as oposições que mantêm elos, enfim, as ambiguidades de toda ordem que ao mesmo tempo fundam a semântica e ofuscam toda decisão do semanticista.

Se algum semanticista ainda cria em uma TBS lógica ou limitadamente estrutural, por meio dos trabalhos realizados nos últimos 20 anos da ANL e aqui apresentados, perceber-se-á que, diante dos critérios adotados de modo novo e inédito doravante, definitivamente, não se pode filiar esta teoria à Lógica, à Semântica Formal; bem como seria um tanto insuficiente filia-la apenas à pragmática ou à filosofia da linguagem, e muito mais pobre ainda seria apenas decidi-la pura e simples estruturalista, no sentido mais comum do termo.

As próximas elaborações teóricas deixarão ver que estamos diante de um Estruturalismo Enunciativo atento para questões de modernidade linguística e contemporaneidade científica, com rigor teórico à altura de suas questões que veremos no arrazoado formal proposto pelos autores.

4.1 A relação entre vozes e conteúdos: a teoria argumentativa da polifonia (TAP)

De modo concepcional, o projeto geral deste tópico é pensar na possibilidade argumentativa de que o discurso é “esfacelável” em vozes (CAREL; DUCROT, 2010, p. 11), sendo cada voz um sentido que de modo complexo compõe o enunciado. Já que estamos no interior de uma teoria enunciativa, integrar na reflexão dos sentidos a voz, bem como produzir e refinar o teor técnico deste termo põe-se como basilar.

Inicialmente, Carel (2011c, p. 33) vai afirmar que a análise por vias da polifonia pela TBS ainda conserva seu objetivo primário: “descrever os tipos de apresentação de um conteúdo”. Ela ainda observa (CAREL, 2011a, p. 289) que a TAP é um bom caminho formal para operar o que se considera como espessuras ambíguas de um enunciado, num primeiro momento, podendo ser trabalhadas como polifônicas, num segundo momento. Se de certo modo este trabalho tem olhos para as ambiguidades – que constroem muitos paradoxos –, a polifonia pode enriquecer nossas análises. Sua concepção plurifica e potencializa a exploração do enunciado, cuja consequência imediata é uma promoção minuciosa de procedimentos analíticos do semanticista.

Mesmo que isso signifique multiplicar a formalização de uma análise longamente – o que se diria do tamanho da análise polifônica de um discurso –, não há como não ser de outra maneira, já que este mesmo é o propósito da concepção ducrotiana de uma polifonia: identificar uma pluralidade de entidades que compõem o sentido em dado discurso ou enunciado. Marquemos as especificidades desta teoria em construção.

4.1.1 A Relação Teoria Polifônica da Enunciação/Teoria Argumentativa da Polifonia

Segundo Carel (2011a, p. 315), a Teoria Polifônica da Enunciação proposta por Ducrot passou por basicamente três re-elaborações razoáveis até então. Duas realizadas por Ducrot e uma realizada sobretudo por ela mesma, nos últimos anos. Tomemos um enunciado para observar esta evolução teórica:

Pedro parou de fumar.

- I) Na primeira delas, em *Dire et ne pas dire* (DUCROT, 1972a), apresentar um conteúdo se reduzia a tomar uma *atitude* diante do conteúdo (e não havia a noção de enunciador);
- II) Na segunda delas, em *O dizer e o dito* (DUCROT, 1987), antes de se tomar uma atitude diante de certo conteúdo, mostram-se os *enunciadores* que tomam essas atitudes (e não há a noção de atitude).
- III) Na terceira delas, em *L’Entrelacement argumentatif* (CAREL, 2011a), dentre outras obras, muda-se a natureza da atitude (agora discursiva, e dividida em três), muda-se a natureza e a dinâmica do enunciador (agora integrante do conteúdo e não fora dele), e muda-

se a dinâmica de alguns pressupostos (podendo ser interdependente com o posto, eliminando a polifonia).

Exemplificando (I), diremos que diante do tradicional “*Pedro parou de fumar*” o locutor toma uma atitude de reconhecer um conteúdo [*Pedro fumava*] e toma uma atitude de assumir esse conteúdo [*Pedro não fuma atualmente*].

Exemplificando (II), diremos que há dois enunciadores em “*Pedro parou de fumar*”: o ponto de vista E1 [*Pedro fumava*] e o ponto de vista E2 - [*Pedro não fuma atualmente*]. O locutor (outra personagem) poderia assimilar um ou outro, dependendo da situação. Um terceiro personagem seria atribuído para identificar Pedro, o λ .

Exemplificando (III), diremos que o encadeamento “*Pedro parou de fumar*” expressa o único conteúdo interdependente posto pelo locutor [*Pedro-parou-de-fumar-PT-ele-fumava-antes*] em que não há polifonia, já que o que temos no enunciado é uma *passagem* entre estados [fumava-antes-e-agora-não-fuma], e não dois estados: [fumava antes] e [agora não fuma]. Tanto enunciador como λ não existem mais, são substituídos pela noção de *Pessoa*.

O exemplo de (III) não significa que não há polifonia para a TBS, senão que o enunciador mudou de estatuto. Veremos os casos em que há polifonia pela TBS adiante. Como veremos, a última proposta proporcionou amplitude e sofisticação aos estudos polifônicos quando pensados pelos blocos semânticos. Carel vai sugerir o nome de *Teoria Argumentativa da Polifonia* (TAP), e juntamente com Ducrot e Lescano, nos últimos anos, proporão estas novas desenvolvimentos que mostraremos agora.

Inicialmente, como vimos parcialmente no exemplo acima, mantém-se a representação da significação pelo conjunto de tripé: *conteúdo, atitude do locutor e enunciador* (CAREL; DUCROT, 2010, p. 15).

No que tange ao *conteúdo*, ele ainda é aquilo que é dito (CAREL, 2011a, p. 355), mas agora passará a ser observado pelas lentes da TBS, isto é, a TAP observará seus conteúdos a partir de aspectos e encadeamentos (em DC e PT).

Carel (2011a, p. 329) isola duas famílias independentes do conteúdo, que constituirão duas diferenças básicas entre a TAP e a antiga teoria polifônica de Ducrot (CAREL, 2011a, p. 298): a *atitude discursiva* (antiga atitude) e a *Pessoa* (antigo enunciador). Vejamos um e outro.

4.1.2 A Relação por/excluir: atitude discursiva

A atitude que toma o locutor diante do que ele faz entender (como também a natureza da voz que ele faz entender) não será uma atitude psicológica ou ideológica – pelo menos não com estes nomes –, senão uma “atitude discursiva” que o locutor dá ao conteúdo comunicado. Carel e Ducrot (2010, p. 15) convencionarão três atitudes discursivas, ou concepção triádica da polifonia: *por*, *concordar* e *excluir* um conteúdo. Consideremos o exemplo de Carel (2011, p. 305, tradução nossa)¹¹⁶:

1) *Pedro não é bonito. Ao contrário, ele é feio.*

Formalmente, a fórmula deste enunciado é “*X é P*”. Discursivamente, imaginemos duas situações para ilustrar as atitudes discursivas. Na primeira delas, *X é P* seria uma afirmação séria (no sentido de sem ironia). Como se alguém enunciasse isso ao olhar para uma foto de alguém extremamente horrível para os padrões doxais dos manequins universais, e expressasse sua impressão. Neste caso, a TAP vai dizer que o locutor *exclui* o conteúdo [*Pedro é bonito*], e *põe* o conteúdo OPP [*Pedro é bonito*]¹¹⁷ (ou [*Pedro é feio*]);

Agora num dado caso em que (1) fosse enunciado em uma situação em que alguém, diante de um manequim extremamente esplêndido e suntuoso, que lhe causasse a impressão de falta de palavras, e na falta dessas enunciasse (1) ironicamente, isto é, *X é P* neste caso seria uma afirmação não-séria (no sentido de com ironia). Nesta situação, a TAP vai dizer que o locutor *exclui* [*Pedro é feio*] ao enunciar *Pedro é feio*, e vai *por* [*Pedro é bonito*] ao enunciar *Pedro não é bonito*. Carel (2011a, p. 310, tradução nossa)¹¹⁸ apresenta um resumo:

X é P sem ironia (uso sério): [*X é P*] é *posto*
X é P com ironia: [*X é P*] é *excluído*

¹¹⁶ Do original :
« *Pierre n'est pas beau ; au contraire, il est laid* » (CAREL, 2011, p. 306-307).

¹¹⁷ A sigla OPP significa “oposto de”.

¹¹⁸ Do original :
« *X est P* sans ironie (sérieux): [*X est P*] est *posé*
X est P avec ironie : [*X est P*] est *exclu*
X n'est pas P sans ironie (sérieux) : [*X est P*] est *exclu* et OPP [*X est P*] est *posé* » (CAREL, 2011, p. 310).

X não é P sem ironia (uso sério): [X é P] é *excluído* e OPP [X é P] é *posto*

4.1.3 A Relação *por*/concordar : atitude discursiva

Tomemos o seguinte enunciado proposto por Carel (2011, p. 301, tradução nossa)¹¹⁹:

O muro do jardim estava coberto de trepadeira.

Carel vai dizer que o locutor apresenta dois julgamentos: [*o muro estava coberto de trepadeira*] e [*o jardim tinha um muro*]. O semanticista deverá decidir para que o locutor tomou a palavra: se para falar da trepadeira, ou do muro do jardim. Supondo que o locutor tomou a palavra para falar da trepadeira (o que ali, vagamente e descontextualizado, parece o mais óbvio), a TAP dirá que o locutor *concorda* que [*o jardim tinha um muro*] e *põe* [*o muro estava coberto de trepadeira*].

Não é difícil de perceber na atitude discursiva de *concordar* uma forte alusão à noção do antigo pressuposto. Inclusive no que tange à impossibilidade de contradição: se eu digo “o muro do jardim não estava coberto de trepadeira”, é somente o conteúdo *posto* que é contradito (havia ou não a trepadeira?), jamais o que foi *concordado* [o jardim tinha um muro]. Essa relação procede. O pressuposto ainda existe, mas de outro modo, que veremos.

Carel diz que o *concordar* jamais é uma atitude isolada. Não se pode *concordar* com um conteúdo sem *por* um outro (do mesmo modo que não se pode *excluir* um conteúdo sem *por* um outro), o que instaura uma sempre relação *concordar/por* de um lado e *excluir/por* de outro.

Sucintamente, três atitudes discursivas da TAP inscrevem-se em duas polaridades, positiva e negativa: “a teoria da enunciação que eu utilizarei deverá assim permitir atribuir três atitudes discursivas ao locutor de um enunciado: as duas atitudes positivas ‘concordar’ e ‘por’, e a atitude negativa ‘excluir’” (CAREL, 2011a, p. 308, tradução nossa)¹²⁰.

¹¹⁹ Do original : « *le mur du jardin était recouvert de lierre* » (CAREL, 2011, p. 301).

¹²⁰ Do original : « La théorie de l'énonciation que j'utiliserai devra ainsi permettre d'attribuer trois attitudes discursives au locuteur d'un énoncé : les deux attitudes positives <donner son accord> et <poser>, et l'attitude négative <exclure> » (CAREL, 2011, p. 308).

4.1.4. A Relação conteúdo/Pessoa

Este tópico trata da problematização do enunciador. Até então existiam basicamente duas instâncias da polifonia, que mantinham naturezas diferentes, mas coexistiam: o locutor e o enunciador. “Se o locutor é, na maior parte do tempo, único, há geralmente vários enunciadores relacionados com vários conteúdos” (CAREL; DUCROT, 2010, p. 10). Na reformulação da TAP, os enunciadores não constituem mais seres individuais que representam a origem dos pontos de vista, mas tipos de seres que refletem modos, abstrações e asserções. Consideremos um exemplo de Carel e Ducrot (2010, p. 17):

Segundo o crítico do Monde, o último filme de Woody Allen fracassou totalmente.

Nas elaborações anteriores da polifonia, o enunciador era uma personagem, aqui, o crítico do Le Monde, que dava seu “ponto de vista”, o fracasso do filme. Mas Carel e Ducrot vêm nessa metodologia uma incoerência com a TBS: “Não se pode sustentar que o sentido seja puramente argumentativo, e ao mesmo tempo, admitir que a expressão *o crítico do Monde* designa um ser que [...] teria um ‘ponto de vista’ sobre os filmes que vê” (CAREL; DUCROT, 2010, p. 17).

Os linguistas vão dizer que este enunciado não significa o que significa por conta de uma entidade que não integra propriamente o enunciado (o enunciador crítico). Na nova versão teórico-polifônica, o sentido deste enunciado acima é que o último Woody Allen não-agradou-ao-crítico-do-Monde, ou formalmente, [POUCO ORIGINAL DC FRACASSOU] “supostos corresponderem à representação que um crítico cinematográfico intelectual tem de filmes fracassados, isto é, ao conteúdo do enunciado” (CAREL; DUCROT, 2010, p. 18).

Fica claro que pela TAP abandona-se o olhar de origem do enunciador da segunda elaboração de Ducrot (1987): “uma tal apreensão da palavra será descrita não por uma ‘unidade de discurso’ cujo enunciador seria X e o conteúdo seria [p], mas por uma ‘unidade de discurso’ cujo conteúdo é [X *transmitiu* p]” (CAREL, 2011, p. 330, tradução nossa)¹²¹.

¹²¹ Do original : « [...] une telle prise de parole sera décrite, non pas par une <unité de discours> dont l'énonciateur serait X et le contenu serait [p], mais pour une <unité de discours> dont le contenu est [X *a transmis que p*] » (CAREL, 2011, p. 330).

Como vimos, os enunciadores devem ser reelaborados nesta perspectiva. Não se trata mais de origem nem de ponto de vista: eles representarão aquilo que é dito. Ele não pode ser absorvido na atitude de por, concordar e excluir, mas ao contrário, *o enunciador deve ser integrado ao conteúdo* (CAREL; DUCROT, 2010, p. 18).

Os autores dirão que “o que importa semanticamente não é a identidade individual dos enunciadores [...] mas o modo particular pelo qual eles preenchem o papel geral que lhes é conferido” (CAREL; DUCROT, 2010, p. 19). Assim eles propõem que o nome enunciador seja substituído por outro que represente esta nuance enunciativa, a *Pessoa*:

As Pessoas [...] garantem a validade do conteúdo comunicado. Elas representam a voz, o tom, que o locutor toma. Ele pode assim fazer entender a sua própria voz de locutor (L), a de interlocutor (TU), a da opinião pública (NÓS), ou ainda a voz mais forte da verdade, dos fatos que se impõem (MUNDO). As pessoas são seres míticos [...] Elas se distinguem dos ângulos de vista pelo fato de que elas não relativizam o conteúdo comunicado. Elas participam apenas da apresentação dos conteúdos (CAREL, 2011a, p. 331, tradução nossa)¹²².

Carel ainda vai propor uma quinta pessoa, a paradoxal voz da ausência, um certo (ELE):

Eu me proponho [...] a introduzir uma quinta Pessoa, mais discreta, que eu notarei (ELE): a voz afastada da ausência, uma voz sem autoridade, mas que poderá mesmo assim falar nos enunciados. É Este (ELE) que introduzirá a locução *parece que*: o locutor de *parece que* põe [q] com a voz de ELE (CAREL, 2011a, p. 340, tradução nossa)¹²³.

¹²² Do original : « Les Personnes [...] garantit la validité du contenu communiqué. Elles représentent la voix, le ton, que le locuteur prend. Il peut ainsi faire entendre sa propre voix de locuteur (L), celle de l’interlocuteur (TU), celle de l’opinion publique (ON), ou encore la voix plus forte de la vérité, des faits qui s’imposent (MONDE). Les Personnes sont des êtres mytiques [...] Elles se distinguent des angles de vue par le fait qu’elles ne relativisent pas le contenu communiqué. Elles participent seulement à la présentation des contenus » (CAREL, 2011a, p. 331).

¹²³ Do original : « Je me propose [...] à introduire une cinquième Personne, plus discrète, que je noterai IL : la voix éloignée de l’absent, une voix sans autorité, mais qui pourrait tout de même parler dans nos énoncés » (CAREL, 2011, p. 340).

Talvez não com a mesma intensidade, mas pelo menos de modo bem próximo, além de “parece que”, podemos observar a voz da ausência (ELE) de outros modos. Na região interiorana de Minas Gerais, no Brasil, por exemplo, é muito comum enunciados com a expressão “um passarinho me contou” como atitude de ausência, de (tentativa de) não se responsabilizar pelo conteúdo dito. Como: *um passarinho me contou que você vai se casar*. Outra expressão seria “de fonte segura”, própria do meio empresarial ou político, como: *ouvi de fonte segura que o prefeito está quebrado*.

Em suma, na TAP abandona-se a noção de enunciador junto com seu “ponto de vista”, ou “origem”. A distinção L e λ de Ducrot (1987) também não é mais necessária, como diz Carel (2011a, p. 338). Adota-se agora a nova noção de Pessoa, que funciona por cinco vozes (L, TU, NÓS, MUNDO, e ELE) que integram a unidade discursiva. Vamos a ela.

4.1.5 A Relação atitude discursiva/Pessoa/conteúdo: a unidade discursiva

Passemos a uma série de exemplos para ilustrar o funcionamento simultâneo das três noções abordadas: *Atitude discursiva, Pessoa e conteúdo* (a unidade discursiva). Consideremos o enunciado: (1) *O tempo está bom*. Formalmente, teríamos a seguinte fórmula e sua aplicação:

(1) *O tempo está bom*. Unidade: (posto, MUNDO, [*O tempo está bom*])

Carel (2011a, p. 339)¹²⁴ explica que o sentido da unidade (1) seria algo como o encadeamento: “você concorda, portanto, que é um tempo para fazer piquenique, não?” que exprimiria a AE à direita de “tempo bom”: [TEMPO BOM DC FAZER PIQUENIQUE].

Tecnicamente falando, na fórmula preenchida de (1), observamos a noção teórica de *unidade discursiva*: o conjunto que entrelaça uma atitude discursiva (por, concordar ou excluir), uma pessoa (L, TU, NÓS, MUNDO, e ELE) e um conteúdo mobilizado pelo enunciado (entre colchetes []).

Agora extrapolemos a micro-análise e acrescentemos *muito* na mesma enunciação. Teríamos:

¹²⁴ Do original: « Tu trouves, donc, que c’est un temps pour aller pique-niquer, non ? » (CAREL, 2011a, p. 339).

(1') *O tempo está muito bom*. Unidade: (posto, L, [*O tempo está bom*]).

Carel (2011a, p. 339)¹²⁵ explica que o sentido da unidade (1') seria algo como o encadeamento: “Nós vamos, portanto, aproveitar desse tempo propício para piquenique para fazer um piquenique, não?” que exprimiria: [TEMPO DE PIQUENIQUE DC FAZER PIQUENIQUE].

Ainda uma terceira reformulação. Acrescentemos *parece que* no mesmo enunciado. Teríamos:

(1'') *Parece que o tempo está bom*. Unidade: (posto, ELE, [*O tempo está bom*])

Carel (2011a, p. 341, tradução nossa)¹²⁶ entende (1'') como de uma maneira de apresentar [*o tempo está bom*] aumentado de um comentário: “só esse conteúdo é introduzido. O conteúdo [*alguém disse que o tempo está bom*] não é nem posto nem concordado. Ele é totalmente ausente do enunciado”. É por isso que o enunciado é marcado pela voz de ausência de ELE. Os valores do enunciado (encadeamento e aspecto) seriam basicamente os mesmos de 1 (obviamente que, pela dimensão enunciativa, existe a possibilidade de outras produções de sentidos que ressignifiquem esta expressão por outros modos).

Tendo operado o *por*, ainda nos resta operar as outras duas noções de atitude discursiva, *excluir* e *concordar*, na fórmula da unidade discursiva. Vejamos.

Poderíamos simular facilmente a negação negando nosso enunciado:

(1''') *Vejo que o tempo não está bom*.

Unidade i): (excluído, L, [*o tempo está bom*]) e

Unidade ii): (posto, L, OPP [*o tempo está bom*]).

¹²⁵ Do original :

« Tu trouves, donc, que c'est un temps pour aller pique-niquer, non ? [...] »

On va, donc, profiter de ce temps à pique-nique pour aller pique-niquer, non ? » (CAREL, 2011a, p. 339).

¹²⁶ Do original : « seul ce contenu est introduit. Le contenu [*quelqu'un a dit qu'il va faire beau*] n'est ni posé, ni non plus accordé ; il est totalement absent de l'énoncé » (CAREL, 2011, p. 341).

É bom fazer notar ainda que formas mais tênues de exclusão, negações mais sutis, rejeições mais polidas, ou ainda tipos de oposições brandas, acabam por revelar a pessoa da ausência, ELE, como no exemplo dado por Carel (2011a, p. 343, tradução nossa)¹²⁷:

Eu não disse que você gostou disso. Unidade: (excluído, ELE, [*a pintura moderna é muito bela*]).

No que tange à atitude discursiva de concordar, retomemos o exemplo acima:

O muro do jardim estava coberto de trepadeira. Cujas unidades serão:

Unidade i): (concordado, L, [*o jardim tinha um muro*])

Unidade ii): (posto, L, [*o muro estava coberto de trepadeira*])

Ao que nos interessa objetivamente de fato, operemos uma micro-análise. Consideremos a definição russa da palavra *Парадóкс* (paradoxo) (2013, s.p., tradução nossa)¹²⁸:

Парадóкс — conforme a etimologia (do grego paradoxos: ‘contrário à opinião comum’, de para “contra’ e doxa ‘opinião’), é uma ideia ou uma proposição à primeira vista surpreendente ou chocante, que significa ir contra o senso comum.

No que tange à unidade discursiva, temos aí no mínimo:

- i) (concordado, MUNDO, [*do grego paradoxos, de para ‘contra’ e doxa ‘opinião’*])
- ii) (posto, NÓS, [*ideia ou uma proposição à primeira vista surpreendente ou chocante*])
- iii) (excluído, MUNDO, [*o senso comum*])
- iv) (posto, MUNDO, OPP [*o senso comum*])

E por que não considerar a voz ausente que constitui os instrumentos linguísticos, a voz que não é de ninguém em particular, mas é a voz que faz significar respeito e legitimação

¹²⁷ Do original : « Je n’ai pas dit que tu aimais ça. Unité : (exclu, IL, [*la peinture moderne est très belle*]) » (CAREL, 2011, p. 343).

¹²⁸ Do original : “Парадóкс — неожиданный ,странный -ситуация (высказывание, утверждение, суждение или вывод), которая может существовать в реальности, но не имеет логического объяснения” (WIKI, 2013, s.p.). Agradecemos à falante nativa russa Arevik Manoian, pelo auxílio na tradução.

às definições dos dicionários, aquela voz do: “se está lá é assim”, “se quero saber o significado ‘verdadeiro’, devo ir ao dicionário”:

v) posto, ELE, [*dicionarizado portanto digno de respeito*]

A definição russa (bem como qualquer texto dicionarizado) é (re)ssignificada pela argumentação estrutural à direita de *dicionário*, a saber: [INTEGRAR O DICIONÁRIO DC RESPEITADO]. É bom que se lembre aqui que a interpretação do sentido de (v) faz-se a partir da estrutura total da definição, que, em se tratando do âmbito complexo do enunciado, permite várias leituras, como vimos.

Evidentemente que se trata de uma micro-análise, superficial, diante de um trecho discursivo rico, que poderia, claro, dar visibilidade a muitas outras vozes nas suas minúcias e interpretações. Contentamo-nos em mostrar que os autores Александр e Жуков fazem falar um locutor lexicógrafo por modos coletivos científicos (MUNDO, NÓS), jamais individuais, particularidade da política definitória que determina os modos de enunciar instrumentos linguísticos, para usar um termo de Auroux (2001).

4.2 A relação polifonia semântica/polifonia intertextual: a nova pressuposição

Vimos acima que o enunciado *Pedro parou de fumar*, pelas lentes da atualização polifônica, deixa de fazer co-existir dois conteúdos, tradicionalmente um pressuposto e outro posto ([fumava antes] e [agora não fuma]), e assume um único sentido ([*Pedro-parou-de-fumar-PT-ele-fumava-antes*]). Contudo, veremos agora que a concepção de pressuposição enquanto conteúdo disjunto do posto não caiu na extinção. Para Carel (2011c, p. 29) o pressuposto polifônico existe, embora seja mais raro do que supunha Ducrot (1972; 1987). O objetivo geral deste tópico é refletir sobre a reformulação da noção de pressuposto na TAP, e o objetivo específico desta seção é determinar se o pressuposto é independente do posto. Começamos pela predisposição geral do quadro teórico da TAP dado por Carel (2011c, p. 30):

[...] existem duas formas de pressuposição: uma pressuposição argumentativa (a do exemplo *Pedro parou de dormir*), que não é fonte de

nenhuma polifonia, e uma pressuposição polifônica (a do exemplo *a horrível visão se apagou*), que acrescenta ao conteúdo principal um segundo conteúdo de plano de fundo. A polifonia semântica existe mas de modo menos amplo do que supunha Ducrot.

Como se viu, temos duas pressuposições que acarretam dois tipos de polifonia: a polifonia semântica e a polifonia intertextual. Vejamos uma e outra.

A *polifonia semântica* mostra-se pelo *pressuposto argumentativo*. Ou seja: há pressuposto, mas não há polifonia (no sentido da disjunção entre posto e pressuposto). Aqui trata-se da interdependência [posto+pressuposto]. O exemplo primário é:

Pedro parou de dormir.

Como sempre, os dois tipos de pressupostos da TAP preservam em si a “prova da negação e da interrogação”. Aqui, percebe-se que o pressuposto [Pedro dormia] “sobrevive” à negação (Pedro não parou de dormir) e à interrogação do enunciado (Pedro parou de dormir?).

Carel concorda com Russell sobre o fato de que pressuposto e posto estão fundidos em um só conteúdo, mas se separa dele quando Russell propõe uma conjunção lógica *e* entre eles, mudando a dinâmica da análise. Ela vai entender que pressuposto e posto são argumentativamente ligados por DC ou PT. No caso acima temos algo como o encadeamento “estar-acordado-apesar-de-seu-estado-de-sono-anterior” (CAREL, 2011c, p. 29), que expressa algo como o seguinte aspecto: [NEG-DORMIR AGORA PT DORMIR ANTES].

Formalmente, por polifonia semântica, entenderemos uma significação/sentido de *passagem*, obtido pela interdependência entre [aporte-posto CONN suporte-pressuposto] (a sugestão dos termos é nossa):

[...] parar de dormir não consiste em ter dormido antes e em, por outro lado, não dormir agora; eu dormia esta noite, não estou dormindo nesta tarde, não se dirá com isso de mim que eu parei de dormir. O locutor de *Pedro parou de dormir*, pelo próprio emprego de *parar*, afirma uma mudança, isto é, uma *passagem* de um estado a outro estado, e não a existência de dois estados. Para ele, Pedro não está dormindo *enquanto* ele dormia antes: Pedro está acordado apesar de seu estado de sono anterior. **O pressuposto e o posto são ligados e formam, não dois predicados lógicos independentes, afirmados separadamente, mas um único predicado argumentativo estar-acordado-apesar-de-seu-estado-de-sono-anterior** (CAREL, 2011c, p. 29, grifo nosso).

Na esteira de *Pedro parou de dormir*, Carel (2011c, p. 30) revisita vários enunciados-exemplos que produzem o efeito de sentido argumentativo de disjunção, próprio da polifonia semântica ([aporte-posto CONN suporte-pressuposto]):

Pedro considera que Maria veio.

Pressuposto: alguns pensam que Maria não veio.

Encadeamento: [dizer-que-Maria-veio-embora-alguns-pensem-o-contrário]

Pedro foi econômico.

Pressuposto: certo objeto era inútil.

Encadeamento: [não-comprar-porque-é-inútil]

Pedro foi prudente.

Pressuposto: Pedro encontrou um perigo.

Encadeamento: [tomar-precauções-por-causa-do-perigo]

Pedro foi indulgente com seu filho.

Pressuposto: o filho de Pedro tinha feito alguma bobagem.

Encadeamento: [punir-fracamente-apesar-dos-erros]

Para Carel, estes pressupostos são de origem lexical. Ela dirá que eles parecem ser sempre argumentativos porque em todos eles nota-se um padrão de fórmula própria, da polifonia semântica: *ser-Q-embora-ser-P* (casos em PT) ou *ser-Q-porque-ser-P* (casos em DC). O emprego desta fórmula “[...] permite ao locutor dizer que aquilo de que ele fala é ao mesmo tempo P e Q, mas o pressuposto *isso é P* é então fundido ao posto *isso é Q*, de modo que finalmente um único conteúdo é comunicado” (CAREL, 2011c, p. 29).

Por outro lado, temos a *polifonia intertextual*, próxima de Bakhtin, no sentido em que se considera a relação de “outro” discurso que afeta e interfere nos sentidos do discurso em análise. Aspeamos “outro” para assumirmos a noção teórica de Bakhtin, enquanto necessidade de um dado alheio e independente (outro discurso) para a constitutividade do dado em apropriação (discurso em análise). No caso da TAP (ou ao menos no modo de analisar de Carel), essa relação eu-outro não será tão aberta nem condição necessária, mas apenas possível.

Se a polifonia semântica mostra-se pela pressuposição argumentativa (há pressuposto mas não há polifonia), por outro lado a polifonia intertextual mostra-se pelo *pressuposição polifônica*. Ou seja: há pressuposto e há polifonia (no sentido da disjunção entre posto e pressuposto). Se a polifonia semântica tratava da interdependência [posto+pressuposto], a polifonia intertextual trata da independência [posto]+[pressuposto]. O exemplo primário vem de um verso de Vitor Hugo (CAREL, 2011c, p. 29):

A horrível visão se apagou.

Temos aí um posto [a visão se apagou] e um pressuposto [a visão era horrível] que funcionam independentes. Carel (2011c, p. 29) explica que neste caso “não é necessário supor que a visão era horrível para que haja um sentido em dizer que ela se apagou”. O julgamento principal e predominante do enunciado é nitidamente [a visão se apagou], diferente daqueles enunciados que significam um todo, uma passagem, como “Pedro parou de dormir”. Temos aí um segundo conteúdo que se acrescenta ao conteúdo principal. Um enunciado com dois conteúdos.

Façamos um paralelo: qual seria a relação entre “Pedro parou de dormir” e “A horrível visão se apagou”? Marcamos uma semelhança nos dois: em ambos há um pressuposto, um sentido ladeado ao posto; e marcamos uma diferença entre os dois: são pressupostos de natureza distinta. No primeiro caso esse pressuposto é dependente do sentido total do enunciado, e no segundo caso é independente do sentido total do enunciado. Isso define bem a polifonia intertextual: ela “trata de conteúdos que o locutor faz ouvir sem por isso tomar posição em relação a eles” (CAREL, 2011c, p. 31).

Como diz Ducrot (1987), no primeiro caso o locutor “assume” a responsabilidade do pressuposto. No segundo caso, não. E isso marca também a designação das duas subteorias: conforme Carel (2011c, p. 35), a polifonia semântica estuda a responsabilidade que o locutor tem com os conteúdos postos e pressupostos, e a polifonia intertextual, a presença de conteúdos estranhos à responsabilidade do locutor.

4.2.1 A Relação polifonia semântica/polifonia intertextual: o paradoxo

Mas não seria apenas a pressuposição a geradora de polifonias intertextuais. Carel ainda vai pensar em alguns casos, como o fenômeno de certas negações. Vejamos um caso de negação metalinguística recíproca como em

Pedro não é grande. Ao contrário, é minúsculo.

É evidente que ali o locutor tomou a palavra para comunicar o conteúdo negativo [NEG-PEDRO É GRANDE]. Contudo, como foi mostrado por Ducrot muitas vezes, todo conteúdo negativo “faz ouvir” seu contraconteúdo positivo. O conteúdo negativo acima mobiliza o conteúdo positivo [PEDRO É GRANDE]. A relação entre polaridades é fonte de polifonia. Inclusive, uma das definições de negação é a de oposição a uma afirmação (não há negação sem afirmação). Em nosso caso específico acima, a polifonia se faz intertextualmente por dois motivos: a) porque o enunciado negativo conclama um “outro” texto, o positivo; e b) porque não se pode falar da interdependência [NEG-PEDRO É GRANDE + PEDRO É GRANDE] enquanto sentido do enunciado. Isso seria um paradoxo, e não é esse o sentido do enunciado. O sentido do enunciado é: {[PEDRO É GRANDE] e [NEG-PEDRO É GRANDE]}. Isto é uma metalinguagem de dois conteúdos, polifonia intertextual, portanto.

Esta última micro-análise acima é extremamente relevante no que concerne ao nosso objeto, o paradoxo. Respaldados nela, vamos dizer que a averiguação entre polifonia semântica e polifonia intertextual é inicialmente um modo de verificar o paradoxo (não no sentido fregeano, entenda-se): para sermos práticos, estamos dizendo que o paradoxo semântico (tal como entendemos, nunca-seccionável) não poderá inscrever-se na polifonia intertextual (dois itens, dois conteúdos), mas deverá estar inscrito na polifonia semântica (dois itens, um conteúdo).

Por exemplo, averiguemos se um exemplo dado por Carel (2011c, p. 30) é ou não um caso paradoxal:

O sol luminoso é apenas uma noite escura comparado a seus olhos.

Segundo Carel, não temos aí um paradoxo porque o enunciado acima, embora ladeie léxicos opostos [o sol luminoso] e [noite escura], não os funde [sol luminoso + noite escura]. Trata-se de uma estratégia do locutor, que “‘assumiria’ o julgamento incidente [o sol é luminoso], sem aceitá-lo (o que evita a contradição), sem entretanto rejeitá-lo” (CAREL, 2011c, p. 30).

O fato de entender que o sol transmutar-ser-á em trevas diante da possibilidade da presença dos olhos da amada não nega o “outro” discurso pressuposto independente de [o sol é luminoso]. Temos aí uma polifonia intertextual, não um paradoxo (como o entendemos).

Mudando o eixo de exemplos para nosso objeto, o paradoxo, refletimos pelas lentes da TAP a definição do dicionário grego de Μπαμπινιώτης (1998, s. p. tradução nossa)¹²⁹:

παράδοξ – Aqui o que é completamente fora do ordinário, que viola a ordem natural das coisas, o que não é facilmente crível.

Temos aí uma definição por negação. Paradoxo é um [não-X] (não estar no ordinário, na ordem natural). Tecnicamente, vimos que negar um posto não nega seu pressuposto. Na definição grega, o fato de alguém não estar dentro do ordinário não nega que existe um ordinário. É um caso clássico de negação que desvela dois conteúdos: [O ORDINÁRIO], e [NEG-ORDINÁRIO]. Resta saber se eles estão juntos (polifonia intertextual) ou disjuntos (polifonia semântica). No caso da definição de Μπαμπινιώτης, claramente temos uma polifonia intertextual, já que o pressuposto não participa do sentido do posto de modo interdependente, o paradoxo é um [NEG-ORDINÁRIO], e não os dois: [NEG-ORDINÁRIO+ORDINÁRIO]. Não se trata de uma interdependência cabível na fórmula da polifonia semântica *ser-Q-porque-ser-P*, uma definição { παράδοξ “é-fora-do-ordinário-porque-é-ordinário”}. Não se trata disso.

Ademais, temos ali no mínimo as seguintes unidades discursivas:

- i) (concordado, MUNDO, [*há um ordinário*])
- ii) (posto, MUNDO, OPP[*dentro do ordinário*])

¹²⁹ Do original : παράδοξ – Εκείνος που βρίσκεται τελείως έξω από τα συνηθισμένα, που παραβιάζει τη φυσική τάξη των πραγμάτων και για αυτό δεν γίνεται εύκολα πιστευτός (Μπαμπινιώτης (1998, s. p.). Agradecemos à falante nativa grega Eleni Brokou, pelo auxílio na tradução.

No final da definição grega temos uma unidade discursiva que “opina” sobre o paradoxo anaforicamente definido: “o que não é facilmente crível”, uma intersubjetividade, no sentido benvenistiano, que será tecnicamente:

iii) (posto, MUNDO ou L, [*não é facilmente crível*])

4.3 A relação intermediária: o quase-bloco

O noção de quase-bloco é a sugestão de uma manobra para trabalhar os limites do sentido. E esta noção quer trabalhar justamente neste lugar: o limite. Através de uma postura de formalização da inexatidão, do entremeio, investiga a face oscilante da significação/sentido.

Ducrot (CAREL; DUCROT, 2014a) vai dizer que o quase-bloco é ainda uma concepção “indigesta” que precisa ser trabalhada na TBS, o que significa que é uma manobra inicial, tímida, ainda por se desenvolver.

A ideia central é que Carel e Ducrot perceberam que há certas palavras cujo aspecto pode ser expresso tanto no modo normativo (DC) quanto no modo transgressivo (PT). Vejamos como Carel explica a nova concepção de quase-bloco da clássica palavra *prudente*:

Retomemos o eterno exemplo de “prudente”: sua argumentação interna continha PERIGO DC PRECAUÇÃO, e sua argumentação externa continha os dois aspectos conversos PRUDENTE DC SEGURANÇA e PRUDENTE PT NEG-SEGURANÇA. Nós mantemos a hipótese cuja significação de “prudente” contém o aspecto PERIGO DC PRECAUÇÃO. Ao contrário, nós dizemos agora que ele não contém nenhum dos dois aspectos PRUDENTE DC SEGURANÇA e PRUDENTE PT NEG-SEGURANÇA. O que ele comporta, é a alternativa destes dois aspectos, e não estes dois aspectos (CAREL; MACHADO, 2015, p. 5, tradução nossa)¹³⁰

¹³⁰ Do original : « Reprenons le sempiternel exemple de « prudent » : son argumentation interne contenait DANGER DC PRECAUTION et son argumentation externe contenait les deux aspects converses PRUDENT DC SECURITE et PRUDENT PT NEG SECURITE. Nous maintenons l’hypothèse que la signification de « prudent » contient l’aspect DANGER DC PRECAUTION. Par contre, nous disons maintenant qu’elle ne contient aucun des deux aspects PRUDENT DC SECURITE et PRUDENT PT NEG SECURITE. Ce qu’elle comporte, c’est l’alternative de ces deux aspects, et non ces deux aspects eux-mêmes » (CAREL ; MACHADO, 2015, p. 5).

Essa nova ideia de que uma palavra comporta “a alternativa dos dois aspectos, e não um dos dois aspectos” é mais visível em discursos polêmicos, como por exemplo,

Recebi uma boa quantia de dinheiro este mês.

que pode, no mesmo enunciado, ser encadeado com o segmento “*portanto vou gastar*” ou com o segmento “*no entanto não vou gastar, vou por na poupança*”. O exemplo é dado por nós, mas pela percepção nova de Carel e Ducrot, sentido da palavra plena *dinheiro*, na situação em que alguém o recebeu em demasia, expressaria então um quase-bloco, algo como: [DINHEIRO DC GASTAR e DINHEIRO PT NEG-GASTAR].

Até então, esta possibilidade não existia na TBS, e o semanticista devia efetivar sua interpretação em uma das duas direções: ou normativa, ou transgressiva. Agora, o conteúdo intermediário adentra a teoria por meio do conceito técnico de quase-bloco, que prevê não mais a exatidão [X DC Y] ou [X PT NEG-Y], mas o entremeio da alternativa [X DC Y + X PT NEG-Y] para descrever as significâncias da língua e sua enunciação. Neste caso acima não importa muito a situação: alguém que tenha dinheiro, indvidado ou não, rico ou não, precisando ou não, bom administrador ou mau administrador, conseqüente ou inconseqüente etc, pode compreendê-lo nas duas direções na mesma ocasião: *ter dinheiro significa ter duas alternativas: gastá-lo e guardá-lo.*

Temos agora a segunda determinação para a nossa hipótese do paradoxo semântico. A primeira é a interdependência (por exemplo, “bonito-feio”), a segunda, o quase-bloco, que prevê DC+PT (por exemplo, “BONITO DC NEG-FEIO + BONITO PT FEIO”).

Fixemos a atenção nesta elaboração, alvo deste tópico. É justamente desta manobra que pretende tratar a noção de quase-bloco: aspectos que vislumbram a simultaneidade do eixo de entremeio DC+PT, e não a decisão exata entre eles. É a inserção da polêmica no Estruturalismo Enunciativo. E a que custas teóricas? Da noção de quase-bloco. O problema é sempre perscrutar a dificuldade indecisa do *quase*.

Embora a noção ainda seja juvenil e experimental, por jogar com o entremeio, cremos que sua concepção é fundamental para o tratamento do paradoxo, que é um objeto de entremeio. E isso justifica a razoabilidade de nossa postura ao tentar refletir o quase-bloco, ou metodologicamente falando, investigar o paradoxo pelo aparato do quase-bloco.

4.3.1 A relação entre conversos do quase-bloco: brega

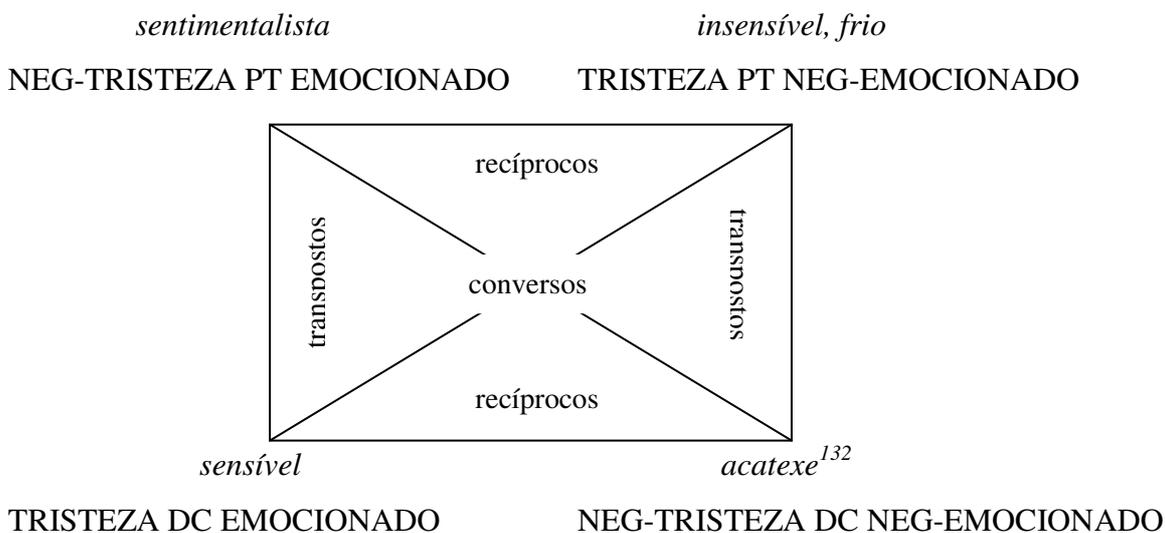
Carel e Ducrot (2014a) desenvolvem juntos o alcance da noção de quase-bloco. Para o primeiro exemplo, eles partem do bloco estrutural que chamam “emoção motivada”, obtido a partir de recortes da carta de Jacques Rivière à Alain-Fournier, de 18 de agosto de 1905 (*apud* CAREL; DUCROT, 2014a, p. 6, tradução nossa)¹³¹:

Você tem uma queda pelo sentimentalismo.

Você se emociona um pouco demais por coisas que nem sempre valem a pena.

O sentimentalismo “exagerado” de Alain-Fournier exprime o seguinte bloco estrutural:

Figura 8 – O Bloco Estrutural 1: a emoção motivada, segundo Carel e Ducrot (2014a, p. 6)



¹³¹ Do original: « Tu as un penchant pour la sensiblerie. Tu t'émeus un peu trop de choses qui n'en valent pas toujours la peine » (CAREL; DUCROT, 2014a, p. 6).

¹³² Carel e Ducrot sugerem o termo *raisonnable*, que parece apresentar uma tradução estranha e não equivalente para o português, no que tange ao assunto. Propomos então a expressão da Psiquiatria própria para a descrição conversa ao sentimentalismo (ausência do sentimento e conseqüente ausência da reação ao sentimento): “Acatexe: falta de sentimentos associados a um objeto com carga emocional normal” (SADOCK; SADOCK, 2007, p. 311). Agradecemos à psicóloga Livian Ap. Corsi Machado pelas discussões sobre este ponto.

Contudo, Carel e Ducrot (2014a) vão chamar a atenção para a relação existente entre este bloco estrutural e o contextual, que preferem chamar de bloco de ocorrência. Este segundo bloco é obtido a partir da ocorrência de expressões como *pseudo-emocionante* e *brega*:

A sua admiração por David Copperfield vem de seu amor pelas pequenas coisas pseudo-emocionantes. A história do vigia que você me contou é bonita, mas – como direi eu – um pouco brega.

Que evocaria os seguintes encadeamentos, bem como o bloco de ocorrência dos termos:

*David Copperfield é cheio de pequenas coisas pseudo-emocionais, no entanto você se emociona.
A história do vigia é brega, no entanto, você se emociona.*

Contudo, antes de apresentar o aspecto das expressões pseudo-emocionantes e brega [NEG-TRISTEZA PT EMOCIONADO] no quadrado argumentativo, Carel e Ducrot lembram que pode haver ainda um outro enunciado, algo do tipo: “*Você, Alain, se emociona fácil, mas eu, Jacques, não*” a partir da evocação de encadeamentos como: “*A história do vigia é brega, portanto eu não me emociono*”.

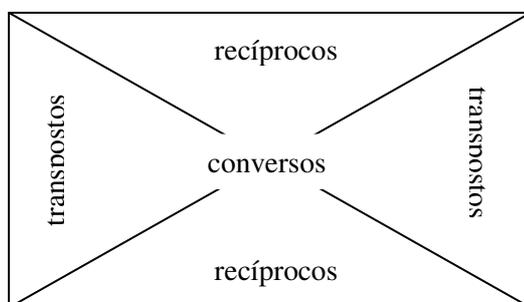
Nesta observação, Carel e Ducrot vão fazer notar que temos duas alternativas de aspectos para a palavra *brega*: uma passível de se emocionar (caso do interlocutor Alain), vista no bloco 1 como [NEG-TRISTEZA PT EMOCIONADO], e outra não passível de se emocionar (caso do locutor Jacques), visto como seu converso no bloco [NEG-TRISTEZA DC NEG-EMOCIONADO]. Temos aí um quase-bloco-bloco converso, notado da seguinte forma: “NEG-TRISTEZA (EMOCIONADO)”, onde os parênteses significam a afirmação e negação do suporte “emocionado”.

Vejamos o quase-bloco no quadrado argumentativo:

Figura 9 – O Bloco de Ocorrência 2: a emoção motivada, segundo Carel e Ducrot (2014a, p. 7)

pseudo-emocionante, brega (atribuído ao interlocutor Alain-Fournier)

NEG-TRISTEZA PT EMOCIONADO



NEG-TRISTEZA DC NEG-EMOCIONADO

brega (atribuído pelo locutor Jacques Rivière)

Esse “algo como” a possibilidade da alternância entre dois aspectos é chamado por Carel e Ducrot de *quase-bloco*: uma noção não linear, não estabilizada para tratar os sentidos. Temos então a primeira definição do quase-bloco por Carel e Ducrot (2014a, p. 7, tradução nossa)¹³³:

A expressão tipo ‘brega’ não é ambígua. A significação linguística de ‘brega’ não contém os dois aspectos [NEG-TRISTEZA DC NEG-EMOCIONADO] e [NEG-TRISTEZA PT EMOCIONADO]: ela contém a alternativa destes dois aspectos, a qual nós chamaremos o ‘quase-bloco’ de seus dois aspectos. Certas ocorrências de ‘brega’ tem por sentido [NEG-TRISTEZA DC NEG-EMOCIONADO] e certas ocorrências de brega tem por sentido [NEG-TRISTEZA PT EMOCIONADO]

Percebamos que, do modo como Carel e Ducrot põem a questão, a “disputa” pela significação/sentido se dá entre um EU e um TU, isto é, entre o locutor e o interlocutor (A Alain é atribuída uma inclinação à sensibilidade, e Jacques afirma sua pertença à não sensibilidade, no que tange à significância do termo *brega* e *pseudo-emocionante*). Mas Carel

¹³³ Do original: « L’expression type <bébête> n’est pas ambiguë. La signification linguistique de <bébête> ne contient pas les deux aspects NEG ATTRISTANT DC NEG EMEUT et NEG ATTRISTANT PT EMEUT : elle contient l’alternative même de ces deux aspects, ce que nous appellerons le <quasi-bloc> de ces deux aspects. Certaines occurrences de <bébête> ont pour sens NEG ATTRISTANT DC NEG EMEUT ; certaines occurrences de <bébête> ont pour sens NEG ATTRISTANT PT EMEUT » (CAREL ; DUCROT, 2014a, p. 7).

e Ducrot (2014a, p. 7, tradução nossa)¹³⁴ ainda vão explorar a possibilidade de um ELE neste jogo de *quase*:

Maria e Pedro tinham acabado de se sentar quando o filme começou. Uma história assustadoramente triste, tipo Bambi, a mãe que se sacrifica. Era brega, ele ia chorar?

Sobre este enunciado, Carel e Ducrot (2014a, p. 7, tradução nossa)¹³⁵ afirmam que o sentido de “brega” ali é um quase-bloco de duas possibilidades, postas pela dúvida: “a ocorrência de ‘brega’ em ‘*Era brega, ele ia chorar?*’ tem por sentido o quase-bloco de converso; nós nos perguntamos se Pedro vai ou não se emocionar”.

4.3.2 A relação entre transpostos do quase-bloco: chorar

Vimos acima a exposição do quase-bloco em relações conversas do quadrado argumentativo. Carel e Ducrot (2014a, p. 7, tradução nossa)¹³⁶ vão também mostrar que também é possível observar o fenômeno do quase-bloco na língua no formato transposto do quadrado, a partir da expressão tipo (ou estrutural) *chorar*:

certas ocorrências da expressão tipo ‘*chorar*’ têm por sentido [TRISTEZA DC EMOCIONAR] (*O tempo de aprender a viver já está muito tarde. Que chorem na noite os nossos corações em uníssono. Aragon*); outras ocorrências têm por sentido [NEG-TRISTEZA PT EMOCIONAR] (*Então, você assistiu ‘Jogos proibidos’? Você gostou? – Sem problemas. Como você pôde chorar?*). A expressão tipo ‘*chorar*’ não é ambígua; sua significação contém a alternativa de seus dois aspectos, seu quase-bloco.

¹³⁴ Do original: « *Marie et Pierre venaient juste de s’installer quand le film commençait, une histoire affreusement triste, genre Bambi, la mère qui se sacrifie. C’était bête, allait-il pleurer?* » (CAREL; DUCROT, 2014a, p. 7).

¹³⁵ Do original: « L’occurrence de <bête> dans *c’était bête, allait-il pleurer?* a pour sens le quasi-bloc de converse ; on se demande si Pierre va ou non être ému » (CAREL; DUCROT, 2014a, p. 7).

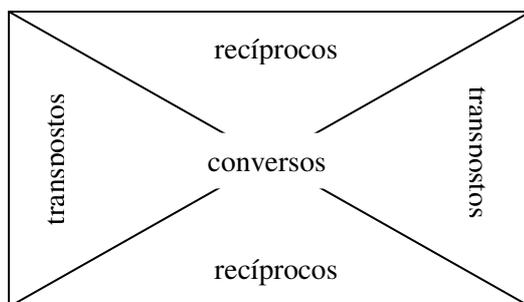
¹³⁶ Do original: « certaines occurrences de l’expression type <pleurer> ont pour sens ATTRISTANT DC EMU (*Le temps d’apprendre à vivre, il est déjà trop tard. Que pleurent dans la nuit nos cœurs à l’unisson. Aragon*); d’autres occurrences ont pour sens NEG ATTRISTANT PT EMU (*Alors, tu as vu <Jeux interdits> ? Tu as tenu bon ? – Sans problème. Comment as-tu pu pleurer ?*). L’expression type <pleurer> n’est pas ambiguë ; sa signification contient l’alternative de ces deux aspects, leur quasi-bloc » (CAREL ; DUCROT, 2014a, p. 7).

Que será:

Figura 10 – O Quase-Bloco da expressão tipo “chorar” segundo Carel e Ducrot (2014a, p. 7)

Chorar (expresso na apreciação do filme “Jogos Proibidos”)

NEG-TRISTEZA PT EMOCIONAR



Chorar (expresso no verso de Aragon)

TRISTEZA DC EMOCIONAR

A notação deste quase-bloco transposto será: “(TRISTEZA) EMOCIONAR”, como no exemplo anterior, onde os parênteses significam a alternativa simultânea de afirmação/negação na palavra.

Existe uma diferença básica nos dois exemplos (*brega* e *chorar*): na análise de *brega* vimos que os enunciados que envolviam a análise integravam um mesmo discurso – o EU-locutor (Jacques) e o TU-interlocutor (Alain) – compunham as duas alternativas do quase-bloco de *brega*; Já no exemplo de *chorar*, os autores dão exemplos de ocorrências distintas a partir de discursos distintos, intertextuais (discurso de Aragon e discurso “Jogos Proibidos”). Não importa, se no mesmo discurso ou não, a noção de quase-bloco quer mostrar duas possibilidades opostas inscritas no léxico de uma palavra plena.

Carel e Ducrot enfatizam, no momento de realização das análises, a natureza intermediária, de entremeio, da nova noção de quase-bloco, necessária para investigar as “quinas” do sentido:

Um quase-bloco é uma **unidade argumentativa intermediária** entre o aspecto argumentativo e o bloco semântico. Existem dois tipos de quase-blocos, os quase-blocos de conversos (cf. a significação de *brega*) e os

quase-blocos de transpostos (cf. a significação de chorar) (CAREL, DUCROT, 2014a, 9, tradução nossa)¹³⁷.

Mas a concepção desta nova ideia transtornaria a dinâmica da teoria? O que significa mexer no cerne da TBS, transtornando seu lema de dupla instância normativa e transgressiva:

Hipótese da TBS: Todo enunciado é parafraseável por encadeamentos normativos (encadeamentos de duas proposições ligadas por uma conjunção do tipo *portanto*) ou transgressivo (encadeamentos de duas proposições ligadas por uma conjunção do tipo *no entanto*) (CAREL, 2014a, p. 1, tradução nossa)¹³⁸.

Para a complementação de uma tripla disposição das duas instâncias: “a significação de um termo [...] é constituída de um certo número, variável segundo os termos, de aspectos normativos, transgressivos como também quase-blocos” (CAREL; DUCROT, 2014a, p. 9, tradução nossa)¹³⁹. Deste modo, se a significação/sentido eram observados tecnicamente na TBS somente pelo(s) aspecto(s) e suas relações, agora o quase-bloco passa a integrar a constituição da significância das palavras: “Segundo a TBS, a significação de um termo é somente constituída de aspectos argumentativos e de quase-blocos” (CAREL; DUCROT, 2014a, p. 9, tradução nossa)¹⁴⁰.

E o que significaria, metateoricamente, rearranjar esta hipótese de um duplo técnico para a novidade de um triplo técnico? Isto é, de {[DC] e [PT]} para {[DC], [PT] e [DC + PT]}? Significa entender que a riqueza da significação e do sentido é tal que “eles sempre fogem”. E Carel e Ducrot, como temos visto neste trabalho, são sensíveis às questões de

¹³⁷ Do original: « Um quase-bloc est une entité argumentative intermédiaire entre l’aspect argumentatif et le bloc sémantique. Il existe deux sortes de quasi-bloc, les quasi-blocs de converses (cf la signification de <bébête> et les quasi-blocs de transposés (cf la signification de *pleurer*) » (CAREL ; DUCROT, 2014a, p. 9).

¹³⁸ Do original: « **Hypothèse de la TBS:** tout énoncé est paraphrasable par des enchaînements normatifs (=enchaînements de deux propositions par une conjonction du type de *donc*) ou transgressifs (=enchaînements de deux propositions par une conjonction du type de *pourtant*) » (CAREL, 2014a, p. 1).

¹³⁹ Do original: « La signification d’un terme [...] est constituée d’un certain nombre, variable selon les termes, d’aspects normatifs ou transgressifs ainsi que des quasi-blocs » (CAREL; DUCROT, 2014a, p. 9).

¹⁴⁰ Do original: « Selon la TBS, la signification d’un terme est seulement constituée d’aspects argumentatifs et de quasi-blocs » (CAREL; DUCROT, 2014a, p. 9).

inesgotabilidade da significância. É próprio do perfil da linguista Marion Carel não se conformar com poucas visadas sobre a significação/sentido. Suas análises compreendem quase sempre mais de duas leituras, às vezes muitas. Jamais uma. A linguista sempre sugere estabelecer procedimentos capazes de entrelaçar leituras de um mesmo objeto, o que significa reconhecer e querer perscrutar a riqueza da significância. E a noção de quase-bloco, antes de tudo, significa assumir tal riqueza e dinâmica do significação/sentido, que chega a “escapar do bloco”. Por isso ela leva o nome de quase-bloco.

4.3.3 A relação quase-bloco estrutural/quase-bloco contextual

A atualização da TBS se dá não apenas nas relações (agora tripla) entre normativo [DC], transgressivo [PT] e quase-bloco [DC + PT], mas também nas relações discursivas tradicionais: conversos, transpostos e recíprocos. A estas, os autores acrescentam a relação de “*complementariedade de oposição*”:

A conversão entre aspectos reflete oposição [...] A transposição reflete gradualidade [...] A reciprocidade entre aspectos transgressivos pode refletir oposição forte [...] Como a conversão entre aspectos, a complementariedade entre quase-blocos reflete oposição: se a AE de um termo (*chorar*) contém um quase-bloco, a AE da negação por *não* deste termo (*não chorar*) contém o quase-bloco complementar (CAREL; DUCROT, 2014, p. 11, tradução nossa)¹⁴¹.

Os autores vão inscrever estas relações de complementariedade do quase bloco nas duas instâncias tradicionais da TBS: da frase e do enunciado, nos âmbitos estruturais (que prefere chamar de lexicalizado) e contextuais:

¹⁴¹ Do original: « La conversion entre aspects reflète l’opposition [...] La transposition reflète la gradualité [...] La réciprocité entre aspects transgressifs peut refléter l’opposition forte [...] Comme la conversion entre aspects, la complémentarité entre quasi-blocs reflète l’opposition : si l’AE d’un terme (*pleurer*) contient un quasi-bloc, l’AE de la négation par *ne...pas* de ce terme (*ne pas pleurer*) contient le quasi-bloc complémentaire » (CAREL; DUCROT, 2014a, p. 11).

Um quase-bloco representa o que partilham dois aspectos, um normativo, outro transgressivo, apreendendo um mesmo bloco. Certos quase-blocos pertencem à significação de uma palavra simples da língua [PERIGO DC PRECAUÇÃO + PERIGO PT NEG-PRECAUÇÃO] é significado por *perigo*: eles são ditos **lexicalizados**. Outros quase-blocos não são lexicalizados [PERIGO DC NEG-PRECAUÇÃO + PERIGO PT PRECAUÇÃO] ou [COMER FEIJÕES DC CONTENTE + COMER FEIJÕES PT NEG-CONTENTE] (CAREL; DUCROT, 2014a, p. 14)¹⁴².

Onde, na citação, temos um quase-bloco converso lexical [PERIGO (PRECAUÇÃO)], e um quase-bloco converso contextual [PERIGO (PRECAUÇÃO)]. Obviamente, o par de relação de quase-blocos do quadrado vai adentrar as reflexões sobre aspectos doxais e paradoxais. Segundo os autores (CAREL; DUCROT, 2014a, p. 13) os aspectos serão ditos doxais se revelarem quase-blocos lexicalizados, estruturais; e os aspectos serão ditos paradoxais se apresentarem quase-blocos não lexicalizados, não estruturais. E isso significa que podemos falar, obviamente, em quase-blocos estruturais (ou lexicalizados) e quase-blocos contextuais. A TBS não é desfigurada pelo quase-bloco, é complementada:

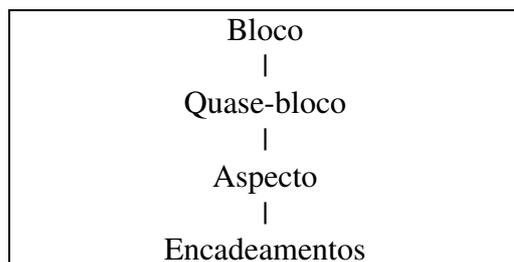
Um aspecto pode ser lexicalizado sem ser doxal ([SOFRER DC CONTENTE] é significado por *masoquista*). Um aspecto pode ser doxal sem ser lexicalizado [PRUDENTE DC SEGURANÇA]. Um aspecto pode ser, ao mesmo tempo, doxal e lexicalizado [UTIL PT NEG GASTAR]. Um aspecto pode ser nem doxal, nem lexicalizado [COMER FEIJÕES DC ESTAR CONTENTE] (CAREL; DUCROT, 2014a, p. 14)¹⁴³.

Temos, então, uma nova divisão, formulação e inserção do quase-bloco nos elementos principais da TBS, apresentada em Carel e Ducrot (2014a):

¹⁴² Do original: « Un quasi-bloc représente ce que partagent deux aspects, l'un normatif, l'autre transgressif, appréhendant un même bloc. Certains quasi-blocs appartiennent à la signification d'un mot simple de la langue (DANGER DC PRECAUTION + DANGER PT NEG PRECAUTION est signifié par *danger*) : ils sont dits **lexicalisés**. D'autres quasi blocs ne sont pas lexicalisés (DANGER DC NEG PRECAUTION + DANGER PT PRECAUTION ou MANGER DES HARICOTS DC CONTENT + MANGER DES HARICOTS PT NEG CONTENT) » (CAREL; DUCROT, 2014a, p. 14).

¹⁴³ Do original: « Un aspect peut être lexicalisé sans être doxal (SOUFFRIR DC CONTENT est signifié par *masochiste*. Un aspect peut être doxal sans être lexicalisé (PRUDENT DC SECURITÉ). Un aspect peut être à la fois doxal et lexicalisé (UTILE PT NEG DEPENSE). Un aspect peut être, ni doxal, ni lexicalisé (MANGER DES HARICOTS DC ÊTRE CONTENT) » (CAREL ; DUCROT, 2014a, p. 14).

Quadro 17 – Nova distribuição teórica da disposição da TBS



No quadro, reproduzimos os três elementos básicos da TBS (bloco, aspecto e encadeamento), que passam a ganhar mais um constituinte, o quase-bloco. A seguir, apresentamos a notação técnica do quase-bloco, sugerida por Carel e Ducrot (2014a):

- I) Quase-bloco converso [A DC C e A PT NEG-C] notado por: “A (C)”;
- II) Quase-bloco transposto [NEG-A PT C e A DC C] notado por “(A) C”.

Onde A representa o aporte e C o suporte, e os parênteses representam o segmento sobre o qual recai a afirmação e negação, própria do quase-bloco.

No que tange propriamente ao nosso corpus, por exemplo, podemos vislumbrar mais claramente o fenômeno do quase-bloco se mobilizarmos dois dicionários que definem momentaneamente o paradoxo de modo bem distinto, de modo a apreciá-lo em um, e a desprezá-lo em outro. Trata-se dos dicionários escocês e português (de Portugal) abaixo:

Definição escocesa:

PARADOXO *nome* **1** uma sentença que parece contradizer-se a si mesma, *quanto mais pressa, mais devagar*. **2** uma situação envolvendo elementos aparentemente contraditórios. **3** *lógica* uma proposição que é essencialmente absurda ou leva a uma conclusão absurda. [do grego *paradoxos*, **incrível**, de *para*, contrário + *doxa*, opinião] (ALLEN, 1994, p. 934, tradução nossa, grifo nosso)¹⁴⁴.

E

¹⁴⁴ Do original: “**PARADOX** *noun* **1** a statement that seems to contradict itself, *as more haste, more less speed*. **2** a situation involving apparently contradictory elements. **3** *logic* a proposition that is essentially absurd or leads to an absurd conclusion. [from Greek *paradoxos*, incredible, from *para*, against + *doxa*, opinion]” (ALLEN, 1994, p. 934).

Definição portuguesa (de Portugal):

Paradoxo (*cs*) (Lat. *paradoxon* < Gr. *parádoxon* < *pára*, contrário + *doxa*, opinião), *s. m.* Opinião contrária ao sentir comum; contradição ou contrasenso, pelo menos aparente; **asneira**, desconchavo (SILVA, 1984, p. 1162, grifo nosso).

Como primeiro ponto, queremos reter que os dois dicionários acima concordam no que tange a uma definição tradicional, a saber, a etimológica (paradoxo = para, contrário + doxa = opinião) e a lógica (contradição). Mas parece significar diferentemente cada um este fenômeno linguístico. Como vemos nos negritos: o dicionário escocês marca a etimologia de que o paradoxo pode ser algo *incrível*, e o português marca uma predicação do paradoxo enquanto *asneira*.

Estamos aqui mostrando um quase-bloco não a partir de uma frase ou enunciado, não em uma palavra, mas a partir do recorte de duas palavras (*incrível* e *asneira*) em textos diferentes, um escocês e um português, usadas para determinar uma palavra em comum entre eles (*paradoxo*). Nosso critério é tão somente estabelecer uma análise dos aspectos da definição de *paradoxo* nos dois dicionários. Deixando de lado os muitos critérios, por exemplo, o de que o escocês é etimológico e o português não, dentre outros tantos, queremos delimitar nosso interesse apenas no fato de que, falando em termos técnicos, no que concerne às duas definições, temos a concordância de uma AE à direita de *paradoxo* [PARADOXO DC OPINIÃO CONTRÁRIA/CONTRADIÇÃO], e no que concerne à descrição/predicação desta AE, podemos observar, de alguma forma, que não detalharemos, duas posturas opostas, ambas cabíveis na AE de paradoxo, a partir do jogo “*asneira X incrível*”:

[PARADOXO DC NEG-ADMIRÁVEL] Do dicionário português, expresso por *asneira*;

[PARADOXO PT ADMIRÁVEL] Do dicionário escocês, expresso por *incrível*.

Poderíamos, evidentemente, estabelecer outras análises, ampliar esta, ou mudar até foco facilmente, pelo simples procedimento de conclamar para a análise outras palavras. Mas limitaremos nosso critério determinando o foco nestas três palavras: *incrível* e *asneira*, que definem uma terceira, o *paradoxo*. Por este critério, podemos dizer que estes dois textos (dicionário escocês e português) são ligados pelo encademento “paradoxo, portanto opinião contrária e contradição”, e que a definição de paradoxo nos dois dicionários expressa:

[PARADOXO DC NEG-ADMIRÁVEL + PARADOXO PT ADMIRÁVEL], representável pelo quase-bloco converso: [PARADOXO (ADMIRÁVEL)].

A análise linguística que aprecia saberes é tal que vislumbrará a heterogeneidade (no embate) entre disposições semânticas distintas, vistas, por exemplo, pelo quase-bloco. E só estas opções opostas do quase-bloco significam. Retomemos o exemplo já dado do dicionário escocês que mostra um valor de admiração do paradoxo pelo adjetivo *incrível*, e do dicionário português de Portugal, que expressa uma não admiração para o paradoxo pelo adjetivo *asneira*. Mesmo que não seja este o propósito dos dois dicionários, o quase-bloco instaura uma crise de sentidos na relação entre as duas definições. Temos aí um paradoxo semântico dado pelo quase-bloco converso: [PARADOXO (ADMIRÁVEL)]. Ele põe em evidência duas expressões contrárias de modo não decidido, uma significância de hesitação, que não escapará de uma reflexão do interlocutor (vimos que a interpretação é inevitável) sobre “qual significação/sentido escolher”, mesmo que este não seja o propósito, nem da definição e nem da teoria: afinal, devo me emocionar ou não diante de algo brega? Afinal, seria plausível chorar ou não diante de filmes ridículos? Afinal, o paradoxo é admirável ou não? O quase-bloco é a noção formal que marcará esta hesitação.

Uma questão que se põe nesta linha é: como saber qual dos dois aspectos expressos acima (admirável, neg-admirável) é doxal e qual dos dois é paradoxal? (no sentido careleano). Como o aspecto doxal advém do senso comum, a maioria dos dicionários marcará que “não admirar o paradoxo” seria o aspecto comum, doxal, mas isso à luz do fato de que a maioria dos dicionários define o paradoxo amparado na Lógica, que o reprime. O que não deveria acontecer em um dicionário da Literatura, que endossa o paradoxo, como vemos bem no dicionário de literatura de Dion (2002, p. 419-420, tradução nossa)¹⁴⁵, que afirma que o paradoxo tem por particularidade “[...] surpreender contradizendo a opinião comum, mas também fazer entrever uma verdade profunda sob a cobertura de um absurdo”; a mesma linha de definição por admiração do paradoxo é encontrada, por exemplo, no dicionário italiano de Stoppelli (1993, p. 133-1332, tradução nossa)¹⁴⁶: “[...] afirmação, raciocínio, tese surpreendente: *argumentar, raciocinar por paradoxos, os paradoxos de Oscar Wild*”. Aqui se percebe que não se trata de uma asneira (não admirar). Muito pelo contrário, pode-se argumentar pelo paradoxo, raciocinar por ele. E como exemplo, o lexicólogo dá como

¹⁴⁵ Do original: « [...] surprendre en contredisant l’opinion commune mais aussi de faire entrevoir une vérité profonde sous le couvert d’une absurdité » (DION, 2002, p. 419-420).

¹⁴⁶ Do original: “affermazione, ragionamento, tesi sorprendente: *argomentare, ragionare per paradossi; i paradossi di Oscar Wild*” (STOPPELLI, 1993, p. 133-1332).

exemplo o celebrado Oscar Wild. Nesta linha, o dicionário italiano expressa um aspecto, menos evidente, de [OSCAR WILD DC RECOMENDÁVEL]. Estamos dizendo também que é perceptível que a divulgação do saber interfere na legitimidade, e por isso, na doxalidade (e na paradoxalidade).

Dois pontos interessantes ainda sobre a relação “dicionário escocês/português”. Primeiro, a própria palavra *incrível* parece expressar um quase bloco, já que doxalmente, no senso comum, refere-se a positivities que se deve apreciar (filme incrível, lugar incrível, viagem incrível etc), mas paradoxalmente também é utilizada para marcar negatividades que se refuta (perdi o terceiro celular, isso é incrível; não paguei a minha luz e cortaram a energia, é incrível, essa viagem foi incrivelmente ruim etc), que expressam [INCRÍVEL DC ADMIRÁVEL /INCRÍVEL PT NEG-ADMIRÁVEL], representável pelo quase-bloco converso: [INCRÍVEL (ADMIRÁVEL)].

Segundo, mesmo que nosso propósito não seja purista, no sentido de discernir paradoxos e não-paradoxos semânticos nas definições visitadas, queremos ainda assim marcar que, no exemplo escocês, *quanto mais pressa, mais devagar* não constitui um paradoxo para nós. E esta explicação parece ser pertinente. Parece que esse exemplo se inscreve nas definições clássicas de oxímoro ou antítese, que observam palavras opostas ladeadas, próximas, separadamente, mas não com relação de unidade, inseparabilidade, como nós fazemos. Tal enunciado não se trata de um conteúdo com opostos inseparáveis, mas constitui-se de dois conteúdos, que sequer são opostos: [PRESSA DC QUERER RAPIDÊZ] e [DEVAGAR DC DINÂMICA LENTA]. Percebamos que querer estar rápido é diferente de estar rápido. Estar rápido e estar devagar seria, sim, um paradoxo. Mas querer ter rapidêz e agir lentamente, não significa um paradoxo. Da forma como está escrito, não temos um paradoxo: pode-se ter pressa em sair do serviço de costura, mas costurar vagorosamente, ter pressa em terminar uma tese, mas fazê-la com acuidade e lentidão etc. Um paradoxo, neste sentido, segundo nossa concepção teórica, seria: *Quanto mais agires com pressa, mais devagar serás*. Que expressaria uma interdependência, algo como [AGIR COM PRESSA DC ESTAR DEVAGAR], porque co-expressaria na palavra *pressa* um aspecto como [PRESSA DC NEG-PERFEIÇÃO], ou [PRESSA DC MUITOS ERROS].

Poderíamos somar a este não-exemplo de paradoxo (muito embora o seja para a retórica), o também não-exemplo de paradoxo dado pelo dicionário literário francês de Moulin (1974, p. 240-246)¹⁴⁷: “Os primeiros serão os últimos”. O tempo verbal diz que

¹⁴⁷ Do original: « Les premiers seront les derniers » (MOULIN, 1974, p. 240-246).

alguém que é primeiro hoje, mudará de posição e será, em outra ocasião, em outro conteúdo, o último. O fato de um enunciado apresentar palavras gramaticais opostas próximas (primeiros, últimos) não descreve o sentido deste enunciado enquanto inseparabilidade [primeiros-últimos]. A retórica pode falar em paradoxo neste enunciado por considerar pontuações gramaticais (organização frástica entre duas palavras opostas para fins retóricos) Nós não, porque não realizamos análise gramatical por si só, senão análise argumentativa do que é gramatical. E argumentativamente, não se trata de um conteúdo interpendente, logo, não é um paradoxo.

4.4 A relação doxal/paradoxal: relações portanto/portanto

Se a postura da TBS é estabelecer que a teoria é submissa ao sentido, e não que o sentido é submisso à teoria, qualquer semanticista, inclusive a própria Carel (2011a, p. 29, tradução nossa)¹⁴⁸, irá concordar que é muito razoável que alguém instaure o caos nessa disposição elementar do quadrado argumentativo e enuncie:

Se Pedro está diante de algo perigoso por fazer, ele renunciará a fazê-lo.

Se Pedro está diante de algo perigoso por fazer, ele se precipitará por fazê-lo.

Qual seria a diferença entre os dois enunciados do ponto de vista da TBS? Para responder, passemos à apreciação própria da TBS de parafrasear tal enunciado pelos seus respectivos encadeamentos em *portanto*, para podermos exprimir seus aspectos:

Pedro está diante do perigo, *portanto* desistirá.

Pedro está diante do perigo, *portanto* não desistirá.

Como explicar tal distinção de sentido já que não falamos mais da relação *portanto/no entanto*, mas da nova relação *portanto/portanto*?

¹⁴⁸ Do original :

« si Pierre se trouve devant une chose dangereuse à faire, il renoncera à la faire.

si Pierre se trouve devant une chose dangereuse à faire, il se précipitera pour la faire » (CAREL, 2011a ,p. 29).

A discussão deste fenômeno é tratada na ANL em dois momentos: uma primeira elaboração em textos como Carel e Ducrot (1999a; 1999b; 2005, 2008), e Carel (2011a), de um lado; e uma segunda re-elaboração mais recente, em textos como Carel (2013), de outro lado. Passemos a abordar uma e outra elaboração.

4.4.1 Primeira elaboração: a hipótese da Relação de oposição doxal/paradoxal

Na primeira elaboração, Carel (1999) e Ducrot (CAREL; DUCROT, 1999) vão explicar que os enunciados acima são “blocos contrários”. Os dois enunciados não pertencem ao mesmo bloco: um sentido prevê a desistência diante do perigo (B1: Pedro está diante do perigo, *portanto* desistirá), o outro prevê a não-desistência diante do perigo (B2: Pedro está diante do perigo, *portanto* não desistirá). Poderíamos dizer que o encadeamento do primeiro advém do bloco de *prudente*, e que o encadeamento do segundo advém do bloco de *audacioso*.

Não se trata de transgressão (no entanto) em nenhum dos casos. Até porque se quiséssemos transgredir os encadeamentos acima, teríamos os co-relativos:

B1: Pedro está diante do perigo, *no entanto*, não desistirá.

B2: Pedro está diante do perigo, *no entanto* desistirá.

Podemos, isso sim, dispor os dois blocos ladeados:

B1: Pedro está diante do perigo, *portanto* não desistirá (PERIGO DC DESISTIR).

Pedro está diante do perigo, *no entanto*, não desistirá (PERIGO PT NEG-DESISTIR).

B2: Pedro está diante do perigo, *portanto* não desistirá (PERIGO DC NEG-DESISTIR).

Pedro está diante do perigo, *no entanto* desistirá (PERIGO PT DESISTIR).

Reflitamos na estranheza desses dois blocos: numa apreciação mais filosófica ou social – que prefacia a apreciação linguística – observa-se que é mais “óbvio”, mais aceito socialmente, que diante do perigo alguém o evite (B1): evitam-se assaltos, ruas perigosas,

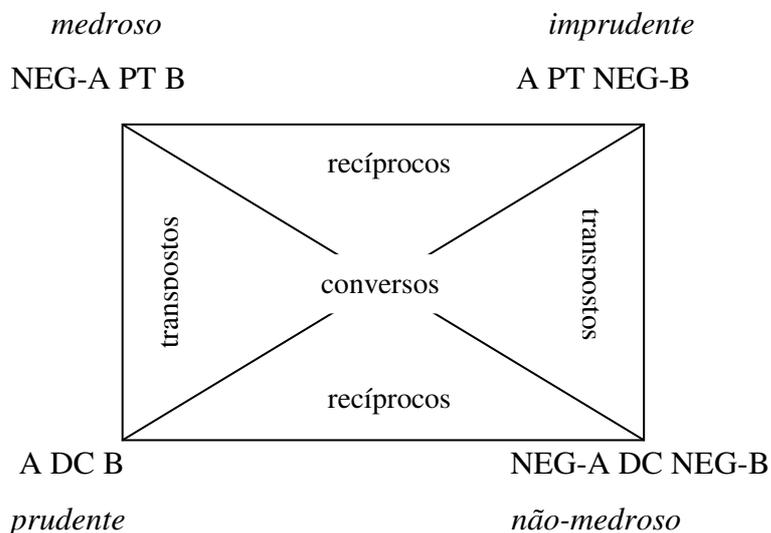
viagens com altos índices de ocorrências policiais, compras em sites suspeitos, etc. Mas não podemos obrigar uma lucidez unilateral universal, e devemos reconhecer que, da mesma maneira, mesmo que menos óbvio ou menos aceito socialmente, há quem goste, aprecie, busque, enfrente, propague e habite com o perigo de toda ordem (B2), como os masoquistas, andarilhos, loucos, revoltados, depressivos etc. Além de uma gama de pensadores que irão afirmar a contra-doxa ao dizer que viver já é estar em perigo, por si só, porque a segurança é imaginária, e o acaso não é previsível.

Focando essas ideias num prisma mais linguístico, mas nem por isso dispensando a reflexão filosófica e social que integra os sentidos, Carel e Ducrot (2008, p. 11) propuseram tratar desta relação de sentidos “mais óbvios/menos óbvios” respectivamente como bloco doxal e bloco paradoxal. Assim, nomearam o primeiro bloco (B1: PERIGO DC DESISTIR) de doxal, e o segundo bloco (B2: PERIGO DC NEG-DESISTIR) de paradoxal.

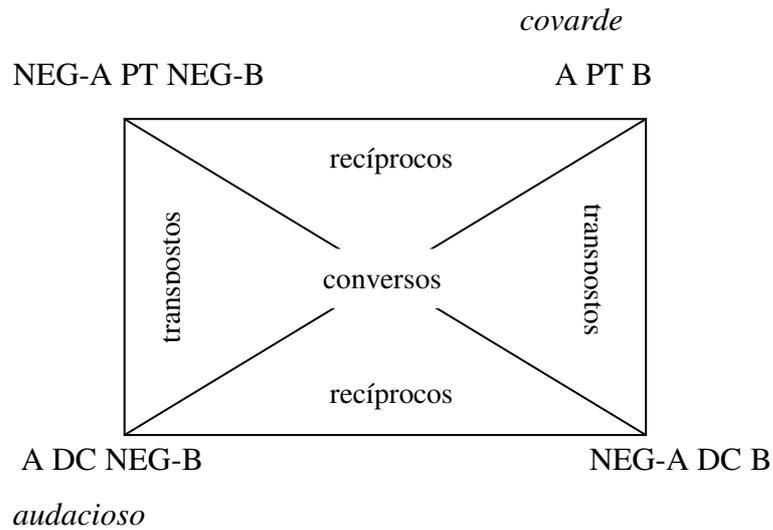
Esta introdução filosófico-social foi importante para podermos localizar bem a definição de paradoxo em Carel, neste primeiro formato. Linguisticamente falando, trata-se de contradizer um bloco anterior. Assim, na primeira elaboração, se há um bloco paradoxal, é porque existe um bloco doxal antes. Vejamos esta relação proposta por Carel e Ducrot (2008, p. 11):

Figura 11 - Esquema da primeira elaboração doxal/paradoxal: a oposição, conforme Carel e Ducrot (2008, p. 11)

BS 1 DOXAL: “prudente” [PERIGO DC DESISTIR]



BS 2 PARADOXAL: “audacioso” [PERIGO DC NEG-DESISTIR]



Na primeira elaboração, percebe-se que, na relação bloco/bloco (doxal/paradoxal), Carel e Ducrot mostraram que para cada bloco doxal (B1) existe um bloco paradoxal (B2). A particularidade desta primeira elaboração está no fato de que cada aspecto de B2 é o contrário de cada aspecto de B1. *O paradoxo seria um contra-bloco segundo só visível pelo bloco primeiro.*

Baseados em Carel e Ducrot (2008, p. 11), vamos reproduzir todos os aspectos dos dois quadrados para que tenhamos um prisma visual lado a lado, que marcará a contraposição entre aspectos (a primeira elaboração):

Quadro 18 – Combinações de suporte/aporte nos modos doxal e paradoxal

ASPECTOS DOXAIS (B1)	ASPECTOS PARADOXAIS (B2)
A DC B	A DC NEG-B
NEG-A DC NEG-B	NEG-A DC B
A PT NEG-B	A PT B
NEG-A PT B	NEG-A PT NEG-B

Basicamente, esta era a principal leitura da primeira elaboração, desde 1999. De qualquer modo, o paradoxo careleano integra os estudos polifônicos, já que para ter existência própria precisa co-existir com a sombra de sua voz doxal. Ora, se – na primeira elaboração – o

paradoxo para Carel é *oposição*, um semanticista atento vai notar que a *oposição* só existe se ela manifesta seus contrários. Se se opõe, opõe-se a “alguma coisa”, o que reclama a sempre-presença dessa “alguma coisa”, marcada ou não marcada.

Em suma, na primeira elaboração, o paradoxo é uma noção relacional entre blocos (“B1 *versus* B2”), não uma relação dentro do mesmo bloco (“portanto *versus* no entanto”, dentre outras). Trata-se, então, apenas de um sentido relacional, isto é, o paradoxal só existe em co-relação com o doxal. Localiza-se um bloco paradoxal para Carel, se se localiza um bloco doxal.

4.4.2 Segunda elaboração: a hipótese da relação de prolongamento doxal/paradoxal

Em um segundo momento, Carel irá escrever um texto que atingirá com força impactante a sua própria concepção (e, inclusive, a elaboração) do quadrado argumentativo. Neste artigo, Carel (2013, p. 1-15) proporá duas teses inéditas, que são:

A) Há relações graduais entre aspectos que não pertencem aos ângulos transpostos (pois a relação de gradualidade era própria dos transpostos);

B) Essa nova relação de gradualidade (antes apenas dos transpostos, ou doxais, ou paradoxais) se dá curiosamente entre um aspecto doxal e um paradoxal.

Ora, como pode haver gradualidade entre dois termos contrários (um doxal, outro paradoxal)? Este pensamento levou Carel a dizer que doxal e paradoxal não são mais dois blocos em oposição. É um só bloco. *O paradoxal é um prolongamento do doxal.*

A re-elaboração da relação doxal/paradoxal é resumidamente a seguinte: o que antes se entendia por [4 aspectos] *versus* [4 aspectos] agora é pensada como [8 aspectos]. Não se trata mais, portanto, de dois blocos distintos em espelho, mas de um mesmo e único bloco. A tese de Carel consistirá na aceção de que *é possível averiguar que os dois conjuntos de quatro aspectos compartilham certo parentesco que os filiarão a um mesmo bloco*

semântico. Ora, a simples manutenção dos mesmos suporte e aporte, nos dois blocos (na leitura anterior a esta), já compartilharia uma linha de parentesco entre os dois grupos de quatro aspectos, já que doxal e paradoxal “[...] compartilham igualmente alguma coisa: seus próprios conteúdos são aparentados” (CAREL, 2013, p. 1, tradução nossa)¹⁴⁹. Carel pôde perceber que há “alguma coisa” compartilhada pelos oito aspectos (não mais 4 doxais versus 4 paradoxais), sem explorar bem os liames desse “alguma coisa”, como ela bem assume. Passemos às explicações pelas reflexões de Carel.

Tomemos por base o recorte reproduzido abaixo, que trata da adaptação de André Maurois do poema “If”, de Kipling, utilizado por Carel (2013, p. 3, tradução nossa, grifo nosso)¹⁵⁰ para concluir positivamente suas duas teses supracitadas:

*Se você pode ser **duro** sem jamais ficar com **raiva**,
Se você pode ser **bravo** e jamais **imprudente**,
Se você sabe ser **bom**, se você sabe ser **sábio**,
Sem ser **moral** nem **pedante***

Esta disposição foi negritada por nós desta maneira justamente para ilustrar o procedimento utilizado por Carel para analisar tal trecho de modo pareado: “duro/com raiva”; “bravo/imprudente”; “bom, sábio/moral, pedante”. No excerto acima, Carel vai pontuar que as palavras em negrito são respectivamente doxais (as primeiras) e paradoxais (as segundas). Mas não em oposição, e sim em prolongamento. Ali, a linguista quer chamar atenção para o fato de que não há uma relação de oposição entre cada par, nem transposição (antiga elaboração); mas uma relação de parentesco e gradualidade entre os pares (nova elaboração).

Dos quatro versos, vejamos os dois primeiros, suficientes para esboçar nossos propósitos aqui.

Começemos pelo primeiro par, “duro/com raiva”. Na enunciação específica deste par, Carel explica que *duro* é algo necessário e deve ser praticado se colocado na relação de comparação com *raivoso*, que é um excesso de *duro* e deve ser evitado. E é a relação mesma entre os dois termos que torna exprimível seus aspectos: “O emprego de *duro* tem como

¹⁴⁹ Do original: «[...] partagent également quelque chose: leurs contenus eux-mêmes sont apparentés» (CAREL, 2013, p. 1).

¹⁵⁰ Do original :
« Si tu peux être dur sans jamais être en rage,
Si tu peux être brave et jamais imprudent,
Si tu sais être bon, si tu sais être sage,
Sans être moral ni pédant ; » (CAREL, 2013, p. 3).

sentido o aspecto transgressivo [A FAZ SOFRER PT X FAZ A], inscrito na própria significação do adjetivo *duro*, e esse aspecto substitui o aspecto [A FAZ SOFRER DC X FAZ A] significado por *raivoso*” (CAREL, 2013, p. 8, tradução nossa)¹⁵¹.

Carel vai atentar para dois fatos da particularidade da relação entre estes dois aspectos, *duro* = [A FAZ SOFRER PT X FAZ A] e *raivoso* = [A FAZ SOFRER DC X FAZ A]: trata-se da já conhecida disposição de doxal/paradoxal, como se vê bem nos aspectos, e também se trata de uma relação de gradualidade, própria dos transpostos. Para confirmar isso, propõe uma averiguação pela aplicação de *até mesmo*, próprio para esta função de gradualidade dos transpostos, assim: “ele era duro, e *até mesmo* raivoso”.

A grande novidade é que a relação de gradualidade até então só se via em aspectos doxais, jamais entre um doxal e um paradoxal, dados como oposições. Temos aqui um nó teórico: a gradualidade é do âmbito do bloco doxal. Falar em gradualidade entre doxo e paradoxo não é (era) teoricamente permitido. Mas o que se vê aqui é que, mesmo assim, o sentido afronta a disposição teórica, e há algo ali de gradual sem ser uma relação transposta (já que a relação transposta é vista entre os aspectos doxais, e aqui teríamos uma relação entre um doxal e um paradoxal): “há entre *duro* e *raivoso* uma relação gradual (*ele era duro, e até mesmo raivoso*), sem que esses termos expressem aspectos transpostos” (CAREL, 2013, p. 7, tradução nossa)¹⁵².

Apenas este verso leva Carel (2013, p. 9, tradução nossa)¹⁵³ a refletir neste nó teórico: “Ora, aí está o coração de nosso problema, os dois aspectos [A FAZ SOFRER PT X FAZ A] e [A FAZ SOFRER DC X FAZ A] significados por *duro* e *raivoso* não são transpostos. Como, então, dar conta do que Maurois adverte como sendo um excesso?”

Deste primeiro verso do trecho, Carel (2013, p. 10) reterá a fórmula: “*se você pode ser X sem jamais ser Y*” como própria de uma relação gradual entre aspectos doxais-paradoxais.

Avancemos para o segundo verso, cuja unidade de análise é o segundo par, “bravo/imprudente”. Nele, Carel encontra o mesmo nó teórico. Inicialmente, conforme as sugestões da TBS de iniciar as investigações discursivas pelas pistas dadas no âmbito da frase para melhor investigar o enunciado, tomemos a AI estrutural de *prudente* para poder falar de

¹⁵¹ Do original : « L’emploi de *dur* a pour sens l’aspect transgressif A FAIT SOUFFRIR PT X FAIT A, inscrit dans la signification même de l’adjectif *dur*, et cet aspect remplace l’aspect A FAIT SOUFFRIR DC X FAIT A signifié par *en rage* » (CAREL, 2013, p. 8).

¹⁵² Do original : il y a entre *dur* et *en rage* une relation graduelle (*il était dur, et même en rage*) sans que ces termes n’expriment d’aspects transposés » (CAREL, 2013, p. 6).

¹⁵³ Do original : « Or, c’est là le cœur de notre problème, les deux aspects A FAIT SOUFFRIR PT X FAIT A et A FAIT SOUFFRIR DC X FAIT A signifiés par *dur* et *en rage* ne sont pas transposés. Comment alors rendre compte de ce que Maurois met en garde contre un excès ? » (CAREL, 2013, p. 9).

imprudente: conforme Carel e Ducrot (2008, p. 11), *prudente* expressa [PERIGO DC NEG-FAZ]. Neste caso específico do poema, sua transgressão [PERIGO PT FAZ] será atribuída a *bravo*, e o aspecto de *imprudente* será seu sentido contextual, o paradoxo [PERIGO DC FAZ]. Ela assume: “É forçoso admitir que há certo parentesco entre a significação literal de *imprudente* [PERIGO PT FAZ] e seu sentido contextual no poema de Maurois [PERIGO DC FAZ]” (CAREL, 2013, p. 11, tradução nossa)¹⁵⁴.

É preciso por em relação o aspecto contextual de *imprudente* [PERIGO DC FAZ], com o aspecto de *bravo* [PERIGO PT FAZ] para explicitar/explicar o sentido do verso “*Se você pode ser bravo e jamais imprudente*”. Nesse sentido, Carel vai explicar que a fórmula “*se você pode ser X sem jamais ser Y*” do primeiro verso, é assimilada à fórmula “*se você pode ser X e jamais Y*” do segundo verso. E a relação discursiva proveniente da aplicação dessas fórmulas a *bravo* e *imprudente* é lida da seguinte forma por Carel (2013, p. 10-11, tradução nossa)¹⁵⁵: “Como o locutor de *se você pode ser duro sem jamais ficar com raiva*, o locutor de *se você pode ser bravo e jamais imprudente* preveniria contra um excesso, o de agir, não mais apesar do perigo, mas por gosto do perigo”.

Diante do nó teórico do primeiro e segundo versos que explicitam um elo semântico entre doxal e paradoxal, Carel prefere ceder à dinâmica fugidia do sentido a perpetuar seu construto teórico, e assume essa estranha, mas possível gradualidade:

O estudo da gradualidade subjacente aos dois primeiros versos do poema que escolhemos vai nos levar à questão do paradoxo e de seu elo semântico com a doxa. [...] Seu exame mostrará que um (*duro*) é doxal, enquanto o outro (*raivoso*), a saber, o mais forte, é paradoxal. Será o mesmo para os termos *bravo* e *imprudente*. O paradoxo aparecerá, assim, não como um reflexo inverso da doxa, mas como um prolongamento dessa última, seu complemento no interior de um mesmo bloco semântico (CAREL, 2013, p. 7, tradução nossa)¹⁵⁶.

¹⁵⁴ Do original : « Force est donc d’admettre qu’il y a une certaine parenté entre la signification littérale de *imprudent* (DANGER PT FAIT)» (CAREL, 2013, p. 11).

¹⁵⁵ Do original : « Comme le locuteur de *si tu peux être dur sans jamais être en rage*, le locuteur de *si tu peux être brave et jamais imprudent* préviendrait contre un excès, celui d’agir non plus malgré le danger mais par goût du danger » (CAREL, 2013, p. 10-11).

¹⁵⁶ Do original : « L’étude de la gradualité sous-jacente aux deux premiers vers du quatrain que nous avons retenu va nous ramener à la question du paradoxe et de son lien sémantique avec la doxa. [...] Leur examen montrera que l’un (*dur*) est doxal tandis que l’autre (*en rage*), à savoir le plus fort, est paradoxal. Il en ira de même pour les termes *brave* et *imprudent*. Le paradoxe apparaîtra ainsi, non comme un reflet inversé de la doxa, mais comme un prolongement de cette dernière, son complément à l’intérieur d’un même bloc sémantique » (CAREL, 2013, p. 7-8).

Podemos ilustrar a nova relação formal – a gradualidade doxal/paradoxal – pelo seguinte quadro:

Quadro 19 – Relações de gradualidade entre doxo e paradoxo.

Relações de gradualidade entre doxo e paradoxo:	
Expressão doxal (expressados em PT)	Expressão paradoxal (expressados em DC)
<i>duro</i> [A FAZ SOFRER PT X FAZ A]	<i>raivoso</i> [A FAZ SOFRER DC X FAZ A]
<i>bravo</i> [PERIGO PT FAZ]	<i>imprudente</i> [PERIGO DC FAZ]

Como consequência deste modo de entender doxa e paradoxo, há uma outra descoberta apresentada por Carel: além dos três modos básicos e formais da construção textual (conversos, transpostos e recíprocos), Carel apresentará um novo (ou pelo menos neste momento, dado como novo): a gradualidade entre doxo e paradoxo, significação ou sentido oriundo da relação doxal/paradoxal pensada não enquanto oposição, mas enquanto prolongamento. Era de se esperar algo novo quando se pretende investigar o parentesco entre doxa e paradoxo (CAREL, 2013, p. 1).

4.5 A Relação quadrado argumentativo/cubo argumentativo: uma hipótese

Nosso foco agora é refletir esta particularidade do mesmo bloco, entre doxal-paradoxal. Assumida a nova relação de sentido, é necessário pensar agora no que fazer com o modelo teórico do quadrado argumentativo, já que ele, no formato atual, não tem lugar para mais outros quatro aspectos. Onde colocar no quadrado argumentativo o paradoxo que agora é um prolongamento da doxa? Nosso intuito nesta seção é

- I) primeiro apresentar a posição da criadora do quadrado argumentativo diante de sua atual insuficiência (o que faremos reproduzindo alguns trechos), para depois
- II) apresentar a elaboração de uma atualização dos dois quadrados doxal/paradoxal em um único cubo, nossa proposta conforme as novas percepções de Carel.

4.5.1 A Relação significância/quadrado argumentativo: problema em aberto

Como vimos, a própria autora põe em xeque-mate seu quadrado argumentativo, como era/é operado até então. Neste xeque-mate, Carel nos convida a participar da reflexão sobre a representação conjunta de oito aspectos (não mais 4 doxais e 4 paradoxais). Assumir uma nova relação atípica de sentido (como o elo entre doxa e paradoxo) acarreta teorizar essa estranheza. E teorizar não-linearidades semânticas requer um refinamento teórico a esta altura. Como então “desenhar” ou “localizar” tecnicamente em um único quadrado a ideia de que

[...] um mesmo bloco semântico, contrariamente ao que eu dizia em meus primeiros artigos, realiza-se de modo paradoxal como de modo doxal, suas formas paradoxais tendo com suas formas doxais relações variadas, de oposição, às vezes, mas igualmente relações graduais. O paradoxo não é um sistema de crença alternativo, em espelho com aquele ao qual nos habituamos; ele é, antes, um complemento, o desenvolvimento, o último prolongamento (CAREL, 2013, p. 3, tradução nossa)¹⁵⁷.

Carel assume estes dois problemas: a insuficiência do modelo de bloco com apenas quatro aspectos (os doxais), e a falta de lugar para mais quatro aspectos (os doxais + os paradoxais): “[...] a simples paradoxalidade [...] me levava a dizer que o aspecto que ele mobiliza não apreendia o mesmo bloco [...]. Isso era, penso agora, um erro” (CAREL, 2013, p. 13, tradução nossa)¹⁵⁸.

Diante disso, Carel vê-se diante de uma tarefa nada fácil, aquela de ter que resolver o problema teórico do único bloco com oito aspectos, que significa, ela assume (CAREL, 2013,

¹⁵⁷ Do original : « un même bloc sémantique, contrairement à ce que je disais dans mes premiers articles, se réalise de manière paradoxale comme de manière doxale, ses formes paradoxales entretenant avec ses formes doxales des relations variées, d’opposition parfois, mais également des relations graduelles. Le paradoxe n’est pas un système de croyance alternatif, en miroir de celui auquel nous sommes habitués ; il en est plutôt le complément, le développement, le dernier prolongement » (CAREL, 2013, p. 3).

¹⁵⁸ Do original : « [...] la simple paradoxalité [...] me conduisait à dire que l’aspect qu’il mobilise n’appréhendait pas le même bloc [...]. Cela était, je le pense maintenant, une erreur » (CAREL, 2013, p. 13).

p. 15, tradução nossa)¹⁵⁹ “remanejar o próprio conceito de bloco semântico” (CAREL, 2013, p. 15, tradução nossa). O trecho a seguir é basilar na atualidade da TBS. Nele, Carel coloca devidamente a necessidade de uma reconfiguração teórica capaz de tratar o paradoxo:

É preciso, portanto, **repensar uma decisão teórica** que me parecia evidente, aquela que impunha a cada bloco ser ou doxal, ou paradoxal, isto é, não conter nunca, ao mesmo tempo, um aspecto de um tipo e um aspecto do outro. Esse questionamento leva a **modificar o número que eu atribuía, até aqui, aos blocos semânticos, que podem, doravante, ser apreendidos, não por quatro, mas por oito aspectos**. Na sequência dessa remodelação, pelo menos dois problemas teóricos se colocam, que eu me contento em indicar aqui. De um lado, deve-se dizer que todos os blocos contêm ao mesmo tempo um aspecto A DC B e um aspecto A DC NEG B, e **deve-se, portanto, abandonar completamente a visão quadripartida dos blocos semânticos**, ou é preciso mantê-la parcialmente? De outro lado, **quais são as relações que estruturam os blocos em oito aspectos?** Será necessário ir além das três relações fundamentais (reciprocidade, conversão e transposição) (CAREL, 2013, p. 15, tradução nossa, grifos nossos)¹⁶⁰.

Este enunciado de Carel exige uma resposta teórica necessária para o semanticista que precisa explorar minúcias das significâncias no interior da TBS. De nossa parte, tentaremos agora elaborar uma configuração teórica enquanto resposta, mesmo que introdutória, a esta questão atual de Carel, que possa melhor relacionar (e não separar) doxa/paradoxo.

¹⁵⁹ Do original : « Cette remarque m’a conduite, c’est le second point que je veux souligner, à remanier le concept même de bloc sémantique » (CAREL, 2013, p. 15).

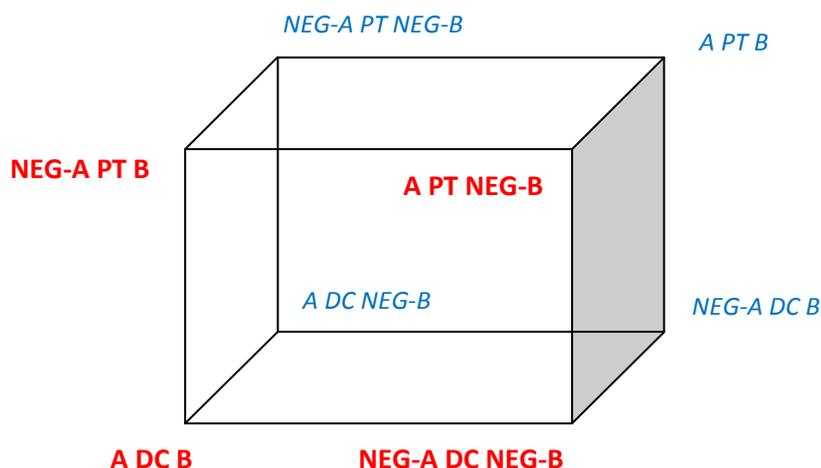
¹⁶⁰ Do original : « Il me faut donc remettre en question une décision théorique qui m’avait semblé aller de soi, celle qui imposait à chaque bloc d’être soit doxal, soit paradoxal, c’est-à-dire de ne jamais contenir à la fois un aspect d’un type et un aspect de l’autre. Cette remise en question conduit à modifier l’effectif que j’attribuais jusqu’ici aux blocs sémantiques, qui peuvent désormais être appréhendés, non par quatre, mais par huit aspects. A la suite de ce remaniement, au moins deux problèmes théoriques se posent, que je me contente ici d’indiquer. D’une part, doit-on dire que tous les blocs contiennent à la fois un aspect A DC B et un aspect A DC NEG B, et doit-on donc abandonner complètement la vision quadripartite des blocs sémantiques, ou faut-il la maintenir partiellement ? D’autre part, quelles sont les relations qui structurent les blocs à huit aspects ? Il faudra aller au delà des trois rapports fondamentaux (réciprocité, conversion et transposition) » (CAREL, 2013, p. 15).

4.5.2 A Relação significância/cubo argumentativo

Volta-se ao problema antigo (DUCROT, 1999): precisa-se de uma elaboração que dê conta de por em representação semântica única não quatro, mas oito aspectos. No que nos tange, para a representação teórica que se seguirá aqui, responderemos afirmativamente à indagação de Carel sobre abandonar a visão quadripartida dos blocos semânticos, o que enriqueceria a TBS. Se pretendemos assumir esta não-separação doxa/paradoxo averiguada por Carel, nos vemos agenciados fortemente a responder de alguma forma a esta concepção octavário-semântica. Nossa resposta é introdutória, por isso, carece ainda de aprofundamentos, testes, e estudos. Na falta de uma disposição melhor, sugeriremos, nesta nova linha de concepção doxa/paradoxo, o *cubo argumentativo*.

O cubo argumentativo não pode não ser uma resposta permanente à necessidade da TBS diante da confissão de ineficiência do quadrado argumentativo de Carel. Aqui, ele será uma representação construída com o único objetivo de nos permitir considerar minúcias interdependentes entre doxa/paradoxo. Ei-lo:

Figura 12 – Proposta de um único bloco de oito aspectos doxal-paradoxal, sugerido por Carel, elaborado por nós



Grosso modo, o cubo argumentativo abarcará tudo que o quadrado argumentativo já prevê (as muitas relações discursivas embasadas nos movimentos converso, transposto e recíproco), próprias dos aspectos doxais, que colocaremos na face frontal do cubo, somando a

elas mais quatro outros aspectos paradoxais, que colocaremos na face secundária do cubo. Da relação entre face frontal e final, localizar-se-á a neo-relação de gradualidade doxa/paradoxo.

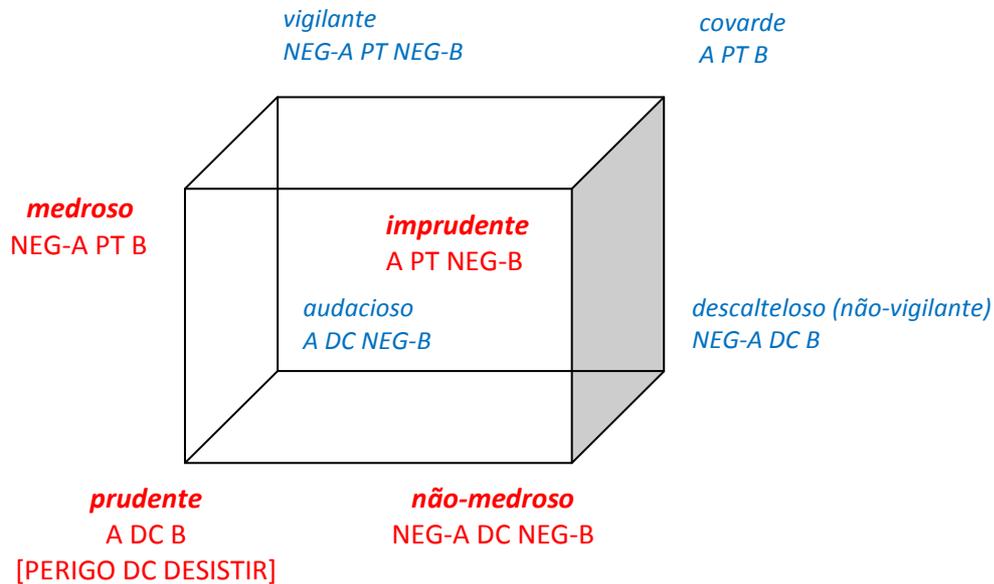
Fazer semântica pelo trabalho teórico-ortogonal parece ser uma resposta razoável às indagações careleanas, sem ter que abandonar o quadrado argumentativo, e enriquecendo-o e adequando-o às novas necessidades, quando elas se fizerem presentes. O mérito da contribuição de uma geometria semântica (inicialmente proposta por Carel em 1992) é potencializar o alcance das relações que constroem os sentidos no funcionamento da língua, e o descrevem no momento da análise. Observado pelo cubo, o enunciado pode ser posto em decomposição, e seus elementos podem conclamar seus relacionais que integram o aspecto, isto é, o sentido (sentido para nós é relação, por isso, um A sempre conclamará um B, e esse, um C, e esse, um D... a tal ponto que a teoria deve ser um arranjo que explicita este funcionamento).

Ao repensar o sentido de um enunciado no cubo argumentativo, visualiza-se amplamente a disposição relacional semântica: em arestas (retas: conversos, transpostos, recíprocos, e agora a gradualidade doxal/paradoxal); vértices (duas retas de encontro: um aspectos ligados a dois ou mais enunciados, por exemplo) ; em planos (faces: doxal, paradoxal, e suas combinações); a isometria (outras figuras delineadas no cubo: por exemplo, o tratamento de questões textuais, que exigirão a análise do concatenamento de muitos enunciados ou parágrafos); e tudo mais que as projeções ortogonais nos permitir.

O cubo parece ser um lugar privilegiado para se observar arranjos combinatórios de aspectos infindos, expondo e sugerindo relações das mais variadas, e por isso explorando melhor os formatos que um sentido possa ter. O que tão somente faremos é apenas mostrar uma parca movimentação relacional deste cubo com intuito de visualizar o paradoxo semântico.

Tomemos, então, o cubo argumentativo para testar nele nossa hipótese do paradoxo semântico. Carel propôs a gradação entre doxal/paradoxal (antigamente, exclusividade dos movimentos apenas transpostos) a partir da fórmula *se você pode ser X e jamais Y*, que expressaria esta gradação. Nós proporemos a hipótese da fórmula *se você pode ser X mesmo sendo Y*, que expressaria um paradoxo semântico entre aspectos da face frontal-doxal e final-paradoxal do cubo argumentativo. Por exemplo, retomemos a figura 8, “primeira elaboração doxal/paradoxal”, na ocasião disposta de modo separado por dois quadrados, e aqui abaixo atualizada um único cubo:

Figura 13 – Esquema da segunda elaboração doxal/paradoxal: a possibilidade de relações ortogonais pelo cubo argumentativo de “perigo, desistir”



Consideremos o cubo argumentativo de “perigo, desistir”. Deixando de lado as relações que isolam aspectos doxais dos paradoxais, a saber, aquelas frontais-doxais já conhecidas por conversos, transpostos e recíprocos, bem como estas mesmas relações que poderiam se repetir na face final-paradoxal do cubo, vamos explorar agora as relações que façam interagir as faces doxais e paradoxais. Conforme Carel, ainda por se estudar.

4.5.3 A relação conversa entre planos frontal-doxal/final-paradoxal

Começemos por explorar os significados de *gradualidade* entre estas duas faces do cubo, sugerida por Carel a partir da fórmula *se você pode ser X sem jamais ser Y* (onde o Y seria frasticamente mais forte que o X, desvelando a gradualidade). Teríamos então:

Se você pode ser audacioso, *sem jamais ser* imprudente.

Se você pode ser prudente, *sem jamais ser* covarde.

Se você pode ser descalteloso, *sem jamais ser* medroso

Se você pode ser vigilante, *sem jamais ser* não-medroso (o que apenas segue).

Basicamente, esta gradualidade é um efeito objetido a partir da relação conversa entre os dois planos, frontal e final (Carel chama a esta relação um “prolongamento”, como vimos). Antes do cubo, no quadrado, o converso era uma linha diagonal no mesmo plano, na mesma face (ou doxal, ou paradoxal). Agora, trata-se de uma linha diagonal entre os planos (que vai de um doxal para um paradoxal, ou de um paradoxal para um doxal). Assim, as relações acima são sempre conversas entre a face frontal-doxal/final-paradoxal.

Queremos aqui queremos acentuar um ponto não mencionado por Carel. Nesta relação conversa entre planos, percebe-se que, em nossa interpretação, mesmo não mencionado por Carel, entendemos que a palavra de significado mais “positivo” no senso comum seria a palavra que teria um valor “preferível” na gradualidade (as primeiras da fórmula: *audacioso, prudente, descalteloso, vigilante*). Ora, seria um pouco estranho entender como “preferível” na gradualidade entre estes pares acima, as palavras de significado “negativo” no senso comum (*imprudente, covarde, medroso e não-medroso*), assim:

- (?) Se você pode ser imprudente, sem jamais ser audacioso.
- (?) Se você pode ser covarde, sem jamais ser prudente.
- (?) Se você pode ser medroso, sem jamais ser descalteloso.
- (?) Se você pode ser não-medroso (o que apenas segue), sem jamais ser vigilante.

Assim, o critério de interpretação do grupo de frases acima, que relaciona a face frontal-doxal e final-paradoxal do cubo, parece ser um critério doxal (a palavra de significado mais “positivo”, mais bem quisto no senso comum). Ao menos no nível frástico, parece ser assim. No mínimo, esta observação nossa nos diz que, mesmo que se relacione as faces doxais/paradoxais, se a relação for de gradualidade (um ponto que vai até outro), deve-se estabelecer um critério de leitura para estes aspectos.

Passemos a efetivar uma segunda proposta de significação ainda pelo movimento converso entre os planos da face frontal-doxal/final-paradoxal do cubo argumentativo. Não mais uma gradualidade, mas um *paradoxo semântico* resultado desta relação conversa entre-planos. Para isso, baseado na fórmula acima, de Carel, proporemos uma outra fórmula: *se você pode ser X mesmo sendo Y*. Teríamos:

Se você pode ser audacioso, *mesmo sendo* imprudente.

Se você pode ser prudente, *mesmo sendo* covarde.

Se você pode ser descalteloso, *mesmo sendo* medroso

Se você pode ser vigilante, *mesmo sendo* não-medroso (apenas seguindo).

Ainda que no nível frástico seja comum prevalecer uma “preferência doxal” na relação entre os pares de palavra (por exemplo, preferência de *audacioso* entre *audacioso/ imprudente*), nossa fórmula *se você pode ser X mesmo sendo Y* produz um paradoxo semântico, agora por meio da relação ortogonal conversa entre as faces doxais/paradoxais do cubo argumentativo.

No que tange ao nosso objetivo principal do trabalho, acabamos de identificar uma terceira determinação importante para o nosso objeto, o paradoxo semântico (a primeira é a interdependência, como “bonito-feio”; e a segunda é o quase-bloco, como [BONITO (FEIO)]): esta terceira determinação é a inseparabilidade entre aspectos frontais-doxais e finais-paradoxais do mesmo cubo argumentativo. Algo como um *quase-bloco converso entre as faces* doxal e paradoxal do mesmo cubo argumentativo. Vejamos.

O valor destes paradoxos semânticos acima podem ser representados assim:

Quadro 20 – o paradoxo semântico do tipo [A (DC) B]: o *quase-bloco converso entre as faces doxal/paradoxal do mesmo cubo argumentativo.*

O paradoxo semântico a partir da interdependência conversa entre aspectos frontais-doxais e finais-paradoxais do tipo [A (DC) B], de “perigo, desistir”		
Aspectos da face frontal-doxal		Aspectos da face final-paradoxal
imprudente [PERIGO PT NEG-DESISTIR]	+	audacioso [PERIGO DC NEG-DESISTIR]
Prudente [PERIGO DC DESISTIR]	+	covarde [PERIGO PT DESISTIR];
medroso [NEG-PERIGO PT DESISTIR]	+	descalteloso [NEG-PERIGO DC DESISTIR]
não-medroso [NEG-PERIGO DC NEG-DESISTIR]	+	vigilante [NEG-PERIGO PT NEG-DESISTIR]

Uma questão interessante que surge é que não podemos mais tratar estas unificações por meio do quase-bloco doxal, já que o quase-bloco doxal é uma possibilidade apenas da face frontal-doxal (nos tipos quase-blocos transpostos e quase-blocos conversos). Não há ainda um quase-bloco que estabeleça relação entre as faces doxais/paradoxais (antes de nosso trabalho). Assim, o que proporemos, momentaneamente, é tratar desta nova relação de quase-bloco entre a face frontal-doxal/final-paradoxal, pela notação de parêntese “no” conectivo. Assim: [PERIGO (DC) NEG-DESISTIR], onde, conforme o quadro acima, o (DC) significaria a

dupla alternativa: [PERIGO (DC+PT) NEG-DESISTIR]. Teríamos então a representação dos seguintes paradoxos semânticos deste cubo argumentativo de “perigo, desistir”:

Imprudente + audacioso: [PERIGO (DC) NEG-DESISTIR];

Prudente + covarde: [PERIGO (DC) DESISTIR];

Medroso + descalteloso: [NEG-PERIGO (DC) DESISTIR];

Não-medroso + vigilante: [NEG-PERIGO (DC) NEG-DESISTIR].

Resumindo, colocamos relevo no fato de que, a título de notação, o *quase-bloco doxal* é dado diferentemente destes acima: o quase-bloco doxal apresenta os parênteses “no aporte” ou “no suporte”, indicando a dupla possibilidade normativa e transgressiva de dois aspectos. Por exemplo, caso do paradoxo semântico do “prudente-imprudente”, temos o quase-bloco doxal: [PERIGO (DESISTIR)], que significa [PERIGO DC DESISTIR + PERIGO PT NEG-DESISTIR], como vimos. Por outro lado, o *quase-bloco converso entre as faces* do cubo argumentativo é dado, acima, com os parênteses “no conectivo”, como em: [PERIGO (DC) DESISTIR], que significaria [PERIGO DC DESISTIR + PERIGO PT DESISTIR].

Outras tantas relações poderiam ser aqui exploradas. Obviamente, não é nosso propósito nesta pesquisa esmiuçar essa sugestão teórica do cubo argumentativo, aqui concebida como simples caráter experimental: ficará por se explorar as muitas riquezas de relações, dentre elas as relações de plano: face frontal/final; frontal/lateral esquerda; frontal/lateral direita; lateral esquerda /final; lateral direita final; superior/inferior; superior/lateral esquerda; superior/lateral direita; inferior/lateral esquerda; inferior/lateral direita; inferior/frontal; pelo menos. Já que o espaço e nosso objetivo não nos permitem. Por ora, ficamos satisfeitos por ter podido marcar aqui a pertinência do paradoxo semântico, nosso alvo, entre aspectos das faces frontais-doxais e finais-paradoxais do nosso cubo argumentativo.

Por fim, convém aqui explicar e resolver uma homonímia: uma coisa é o *paradoxo* – noção teórica de Carel e Ducrot (que se opõe ou gradualiza o senso comum doxal) e outra coisa é o *paradoxo semântico* – nossa hipótese (que funde significações opostas), e que investigamos aqui. O paradoxo que Carel e Ducrot postulam, relacionam doxal/paradoxal. O paradoxo semântico que nós postulamos impõe uma indissociabilidade, a partir do conceito de interdependência da TBS. Para Carel, a razão de ser de um bloco paradoxal é, teoricamente

falando, contrariar (e complementar) aspectos doxais. Para nós, a razão de ser de um paradoxo semântico, teoricamente falando, é estabelecer indissociabilidade entre oposições. Para Carel, o paradoxo é relação (de oposição, em um primeiro momento, e gradação, em um segundo momento). Para nós, o paradoxo semântico é insolucionabilidade e união. Portanto, não queremos equiparar as noções homônimas. Queremos mostrar duas noções distintas: o termo técnico teórico de Carel e Ducrot (paradoxal/doxal), e o nosso, que funde opostos (paradoxo semântico). De vários modos, estamos lidando com as duas noções ao longo deste trabalho.

4.6 A relação *A mas B* segundo a TBS

O projeto deste tópico é pensar o semantismo do *mas* no formato da TBS. Marion Carel (2011a, p. 383-453) realizou um estudo atípico do *mas* por um modo de raciocínio nada convencional que nos será muito caro para o tratamento de nosso objeto, o paradoxo semântico, uma vez que a neo concepção do *mas* careleana joga com as espessuras da significância da língua de modo limítrofe, intermediário, oscilante, enfim, trata-se de uma noção paradoxal de *afirmação-negação* simultâneas. Nós diríamos que o *mas* tornou-se nessa nova concepção um lugar privilegiado tanto para conceber como para enxergar o paradoxo.

4.6.1 A Relação *A mas B*: a insuficiência da concepção de oposição

Inicialmente, Carel (2011, p. 388, tradução nossa)¹⁶¹ levanta a seguinte questão: “[...] se *Pedro vem, Maria virá* constitui uma única proposição, nós devemos nos perguntar por que *Pedro vem, mas Maria não virá* constituiria duas”. Segundo ela, a resposta vem do fato de que neste enunciado dado, o *mas* instaura um certo funcionamento de relação distinta entre Pedro e Maria onde não é dizível isoladamente as partes: “Pedro vem”, “Pedro vem mas”, ou “mas Maria não virá”. Carel quer enxergar o fenômeno de que a distinção instaurada por *mas*

¹⁶¹ Do original : « [...] si *Pierre vient, Marie viendra* constitue une unique proposition, on doit se demander pourquoi *Pierre vient mais Marie ne viendra pas* en constituerait deux » (CAREL, 2011a, p. 388).

não significa exatamente oposição. Porque a oposição disposta em *A mas B* é teoricamente incoerente do ponto de vista da TBS, como explica Carel (2011a, p. 394, tradução nossa)¹⁶²:

Expresso pelo vocabulário da TBS, a descrição de *mas* proposta por Ducrot se reduzia à insatisfatória fórmula ‘todo discurso *A mas B* articula dois encadeamentos normativos de blocos diferentes’. De fato, fundada sobre a hipótese de uma dependência de segmentos no interior de argumentações, a TBS não contém nenhuma noção de ‘conclusões contrárias’. Ela sabe só comparar encadeamentos pertencentes a um mesmo bloco.

Como exemplo para esta refutação do funcionamento de oposição do *mas*, que deixa de lado as saídas encontradas por Ducrot desde 1972 para o problema *A mas B* de Lakoff, ela vai dizer que, diante dos clássicos *O tempo está bom, portanto vou passear*; e *Estou cansado, portanto não irei passear*, as argumentações *A portanto r* e *B portanto não-r*, não dizem respeito ao mesmo bloco. Trata-se de “passeios” distintos nos dois casos: “o passeio não é tomado da mesma maneira nos dois casos; não se trata, na nossa perspectiva semântica, de um só e mesmo objeto, o ‘passeio’, definido como uma mudança de lugar para andar” (CAREL, 2011a, p. 394, tradução nossa)¹⁶³.

Carel (2011a, p. 437, tradução nossa)¹⁶⁴ vai propor uma visada através das noções polifônicas de atitudes. Dado o enunciado: *O tempo está bom, mas eu estou cansado*, seu locutor:

Concorda: Ainda que não se possa dizer por que, todo mundo aprecia este tempo.

¹⁶² Do original : « exprimée dans le vocabulaire de la TBS, la description de *mais* proposée par Ducrot se réduirait à l’insatisfaisante formule « tout discours *A mais B* articule deux enchaînements normatifs de blocs différents ». En effet, fondée sur l’hypothèse d’une dépendance des segments à l’intérieur des argumentations, la TBS ne contient aucune notion de « conclusions contraires ». Elle ne sait comparer que des enchaînements relevant d’un même bloc. Or les argumentations *A donc r* et *B donc non r*, par exemple *il fait beau donc j’irai me promener* et *je suis fatigué donc je n’irai pas me promener*, ne relèvent pas du même bloc » (CAREL, 2011a, p. 394).

¹⁶³ Do original : « la promenade n’est pas envisagée de la même manière dans les deux cas ; il ne s’agit pas, dans notre perspective sémantique, d’un seul et même objet, la « promenade », définie comme un déplacement par la marche » (CAREL, 2011a, p. 394).

¹⁶⁴ Do original : « *C’est vrai qu’il fait beau, mais je suis fatigué [...]*

Accorde: Bien qu’on ne puisse pas dire pourquoi, tout le monde apprécie ce temps.

(NEG REGLE POUR APPRECIER PT APPRÉCIE UNIVERSALLEMENT)

Exclut : Il fait beau, de sorte que je vais aller me promener.

(ACTIVITE PHYSIQUE AGREABLE DC ACTIVITE PHYSIQUE)

Pose : Bien qu’il fasse beau, je n’irai pas me promener

ACTIVITE PHYSIQUE AGREABLE PT NEG ACTIVITE PHYSIQUE) » (CAREL, 2011a, p. 437).

(NEG-REGRA POR APRECIAR PT APRECIA-SE UNIVERSALMENTE)

Exclui: O tempo está bom, de sorte que eu vou passear.

(ATIVIDADE FÍSICA AGRADÁVEL DC ATIVIDADE FÍSICA)

Põe: Embora o tempo esteja bom, eu não irei passear

(ATIVIDADE FÍSICA AGRADÁVEL PT NEG-ATIVIDADE FÍSICA)

Apresentada a proposta de Carel, veremos agora essas consideráveis mudanças ampliadas: o *mas* careleano perde seu estatuto principal e fundamental de (só) estabelecer relação de oposição de conclusão. Ela proporá a hipótese da *relação de concessão do mas*.

4.6.2 A Relação *A mas B*: a hipótese da concepção de concessão

O fenômeno da concessão do *mas* – a nova proposta de Carel para os estudos do *mas* – debruça-se sobre duas noções chaves: a *negação parcial* e o *caráter duplo do mas*. Ambas interligadas, pois a primeira leva à segunda. Assim a linguista aborda a nova noção de negação parcial: “Mais tecnicamente, eu me proponho a mostrar que todo emprego de *A mas B* nega parcialmente um de seus segmentos, excluindo um de seus conteúdos e afirmando um outro” (CAREL, 2011a, p. 397, tradução nossa)¹⁶⁵.

Para entendermos bem o que significa a concessão, vejamos o discurso abaixo, cujo interesse se aplica ao último enunciado:

X: Você conhece Pedro?

Y: Sim, um pouco.

X: Você acha que ele será tolerante com Maria, ou que a sancionará?

Y: *Pedro é severo, mas não injusto.*

Carel (2011a, p. 400) diz que analisando este “*Pedro é severo, mas não injusto*” pela concepção de oposição tradicional ducrotiana, o locutor afirma “*se a falta é pequena, Maria não será punida*” (NEG-FALTA DC NEG-PUNIÇÃO), expresso por “*Pedro não é injusto*”;

¹⁶⁵ Do original : « Plus techniquement, je me propose de montrer que tout emploi de *mais* nie partiellement l’un de ses segments, en excluant l’un de ses contenus et en en affirmant un autre » (CAREL, 2011a, p. 397).

como também exclui “*mesmo se a falta é pequena Maria não será punida*” (NEG-FALTA PT PUNIÇÃO) expresso por “*Pedro é severo*”. Ou seja, a princípio, poderíamos tentar descrever a concepção de oposição antiga ducrotiana – o que será desconstruído a seguir – pelos conversos:

(A) *severo* → (*r*) = [NEG-FALTA PT PUNIÇÃO]

mas (*versus*)

(B) *não injusto* → (*~r*) = [NEG-FALTA DC NEG-PUNIÇÃO]

Carel (2011a, p. 402, tradução nossa, grifo nosso)¹⁶⁶ vai reter o fato de que para Ducrot

a concessão é uma atitude primeira, inalisável, cujo **caráter ambíguo**, por sua vez positivo e negativo, decorreria de sua **natureza intermediária** entre uma tomada de posição e uma rejeição. Segundo Ducrot, conceder consistiria em afirmar um ponto de vista sem o defender, em afirmar sem sustentar suas consequências, em afirmar somente um pouco.

Esse caráter “ambíguo” de natureza “intermediária” – com a diferença de que agora ele passa a ser analisável – enquanto efeito instaurado pelo *mas* nos é caro para estudar o paradoxo. É ele que exploraremos.

Nos termos acima, é fácil sugerir sem dificuldades que para Ducrot a concessão é um gesto formal de “concordar” (o que nos leva a aproximá-lo do pressuposto). Assim, a relação com *mas* pelas lentes da TBS inclui a perspectiva do pressuposto e posto da ANL. A partir de termos polifônicos da TBS, Carel explica o que Ducrot entende nesta relação: “o locutor de *A mas B* concordará com *A* e assumirá *B*, como o locutor de *Pedro parou de fumar* pressupunha *Pedro fumava* e punha *Pedro não fuma mais*. O concordado e o assumido seriam generalizações da pressuposição e da asserção” (CAREL, 2011a, p. 393, tradução nossa)¹⁶⁷.

¹⁶⁶ Do original : « la concession est une attitude première, inanalysable, dont le caractère ambigu, à la fois positif et négatif, découlerait de sa nature intermédiaire entre une prise en charge et un rejet. Selon Ducrot, concéder consisterait à affirmer un point de vue sans le défendre, à affirmer sans soutenir ses conséquences, à affirmer seulement un peu » (CAREL, 2011a, p. 402).

¹⁶⁷ Do original : « Le locuteur de *A mais B* donnerait son accord à *A* et prendrait totalement en charge *B*, tout comme le locuteur de *Pierre a cessé de fumer* présupposerait *Pierre fumait* et posait *Pierre ne fume pas*. L'accord et la prise en charge seraient des généralisations de la présupposition et de l'assertion » (CAREL, 2011a, p. 393).

Passemos a retomar a análise de “*Pedro é severo, mas não injusto*”, agora pela nova concepção de concessão. Carel (2011a, p. 403) vai levar a ver a seguinte particularidade: ao concordar o conteúdo argumentativo do primeiro segmento (*Pedro é severo*), o locutor reconhece seu potencial conclusivo (apenas reconhece). Só e somente concordando, o locutor assinala não tirar conclusões (ora, como vimos, para Ducrot a concessão seria concordar sem defender o concordado, afirmá-lo sem lhe dar suporte). E isso explica por que o locutor não se contradiz: não há conclusão contrariável no primeiro segmento neste caso, já que ele foi apenas concordado de forma concessiva (sem que o locutor o sustente):

Como o locutor de um enunciado teria dois conteúdos, um pressuposto e outro posto, o locutor de um *A mas B* não põe o foco senão no segmento posto; que carregam então as conclusões do segmento *A* concordado; a contradição é evitada, sem recorrer à hipótese brutal de uma total rejeição do primeiro segmento de *A mas B* (CAREL, 2011a, p. 403, tradução nossa)¹⁶⁸.

Nestes termos, o que temos é um outro fenômeno na relação com *mas*, que não a oposição de duas conclusões. Vejamos pormenorizadamente.

Procedimentalmente, Carel (2011a, p. 405) diz que é necessário reconhecer nos dois segmentos de *A mas B* (aqui “severo *mas* não injusto”), suas atitudes, cada uma, que serão três no total:

- *B*: no que tange a *B* (*não injusto*), o locutor toma apenas uma atitude: põe [NEG-FALTA DC NEG-PUNIÇÃO] (ressalva-se apenas que Carel interpreta “falta pequena” como neg-falta). No caso do discurso em que se recortou o enunciado em análise (*Pedro é severo, mas não injusto*), percebe-se que o foco, o alvo, o efeito de predominância de sentido é este posto: Pedro não é injusto. Por isso ele ainda representa o movimento (apenas o movimento) de continuidade “*A mas B* → *B*”;

¹⁶⁸ Do original : « comme le locuteur d’un énoncé ayant un deux contenus, l’un présupposé et l’autre posé, le locuteur d’un *A mais B* ne tient finalement compte que du segment posé ; qu’important alors les conclusions du segment *A* accordé ; la contradiction est évitée, sans recourir à l’hypothèse brutale d’un total rejet du premier segment de *A mais B* » (CAREL, 2011a, p. 403).

- A: no que tange a A (*Pedro é severo*), Carel vai dizer que é esta a expressão “concedida” pelo locutor, o que significa que ele toma, enunciando-a, duas atitudes – e paradoxalmente contrárias, o que nos interessa –: ele excluirá [NEG-FALTA PT PUNIÇÃO], própria de *severo*, e concordará com [FALTA DC PUNIÇÃO]. E claro, os leitores de Ducrot perceberão que a noção de *concordar* guarda, de certo modo, relações com a noção de pressuposto, uma vez que a frase/enunciado “*Pedro é severo, mas não injusto*” pressupõe/subentende “punição (de alguém)”.

Tecnicamente, Carel vai chamar o fenômeno da concessão pelo nome teórico de *negação parcial*, sugerido por Carel para explicar o fenômeno da concessão em enunciados do tipo *A mas B*: “conceder *Pedro é severo* constitui para o locutor [...] uma maneira de negar parcialmente essa expressão, excluindo de uma parte um de seus conteúdos e afirmando sob a forma de uma concordância o conteúdo que ele visa conservar” (CAREL, 2011a, p. 405)¹⁶⁹. Assim, esta negação parcial de tipo *A mas B* concessivo, constitui um paradoxo semântico.

Queremos marcar aqui um fato interessante em semântica: o fenômeno intermediário, que insiste em pleitear lugar nas teorias (inclusive as exatas). Em nosso caso, queremos atentar para o fato de que a negação parcial é tal que desestabiliza uma palavra plena. E isso nos será caro. Por exemplo, a palavra plena “severo”, uma vez concedida (negada parcialmente por *A mas B*), produzirá o sentido estranho de um “severo-menos-severo”, ou “severo-não-severo”. Diremos que isto significa duas coisas: I) a TBS tem agora as minúcias de lidar com palavras intermediárias, que chamaremos *quase plenas*; e II) uma palavra quase plena é uma espécie de paradoxo. Ora, se paradoxo é uma noção de interlimite, e um “severo que não é muito severo”, ou um “severo menos severo” está no limite entre *severo* e *não severo*, vamos dizer que *ao falar em concessão falamos em paradoxo*. A concessão é uma noção que ajuda identificar metodologicamente paradoxos semânticos. Isso é um passo teórico importante: qualquer movimento que faz sair do lugar semântico inteiriço (aqui pelo *do mas*) produz paradoxos. E estamos aos poucos designando o paradoxo semântico.

4.7 A relação palavras plenas/palavras quase plenas: o paradoxo semântico da concessão

¹⁶⁹ Do original : « Concéder *Pierre est sévère* constitue pour le locuteur de (1) une manière de nier partiellement cette expression, en excluant d’une part l’un de ses contenus et en affirmant sous la forme d’un accord le contenu qu’il entend conserver » (CAREL, 2011a, p. 405).

Aqui pomos parêntese na presente apresentação teórica e vamos refletir sobre um ponto particular para o nosso objeto, o paradoxo semântico. Como metaconclusão desta exposição de Carel, marcaremos que é fácil perceber que a enunciação de *severo* no formato de concessão (pelo uso do *mas*) transtorna a significação (e por isso o sentido) do termo *severo*. Dito de outro modo, o *mas* (visto pela concessão) acaba por desestabilizar o significado estrutural de *severo*, produzindo um efeito de sentido de “entremeio”. Foi por isso que Carel reconheceu “[...] o caráter ambíguo, à sua vez positivo e negativo, decorreria de sua natureza intermediária entre tomada de posição e uma rejeição” (CAREL, 2011a, p. 402). Não estamos falando da palavra plena *severo*, estrutural, conhecida universalmente. Estamos falando de um “quase *severo*” (já que foi parcialmente negado). Ao falar de um “quase *severo*” estamos falando de um *severo* que não é tão *severo*, já que “[...] ele é ‘concedido’ no sentido de que uma parte de sua significação é excluída [...] enquanto uma outra parte de sua significação é concordada” (CAREL, 2011a, p. 406)¹⁷⁰. Ou como tratamos desse objeto intermediário, estamos falando da estranheza de um *severo*-não-*severo*. Isto é, falamos diretamente de um paradoxo semântico.

Relembrando as atitudes que um locutor pode tomar ao enunciar (duas afirmativas: *por* e *concordar*; e uma negativa: *excluir*), vamos dizer de modo amplo, tal como entendemos o nosso objeto de pesquisa, que *conceder é paradoxalizar*. Uma vez que a concessão revela duas atitudes simultâneas (afirmar-negar, ou tecnicamente, concordar-excluir) efetivando duas atitudes argumentativas contrárias ao mesmo tempo, temos aí nada mais que um procedimento diretamente paradoxal, porque habita entremeios. Deste modo, o fenômeno da concessão, para nós, constrói paradoxos semânticos. O gesto de Carel ao atentar-se teoricamente para a concessão significa uma formalização do paradoxo semântico. Ao afirmar isso, precisamos explicar essa afirmação de peso, já que falamos de uma teoria não pragmática, mas com interesses pragmáticos (é inegável).

Metateoricamente falando, a apreensão formal da concessão (o paradoxo semântico produzido pelo *mas*, o que significa dizer, já pontuamos, que também o *mas* é um articulador paradoxalizante) significa que a TBS afasta-se ainda mais da lógica, já que essa quer desconstruir contradições, e aquela, com a nova noção concepção do *mas* concessivo (não mais unicamente o *mas* opositor), passa a construir contradições. Ainda: afasta a TBS de uma

¹⁷⁰ Do original : « [...] il est <concedé> en ce sens qu’une partie de sa signification est exclue [...] alors qu’une autre partie de sa signification est accordée » (CAREL, 2011a, p. 406).

concepção de teoria que não dá conta da dinâmica móbil e camaleônica dos sentidos, já que agora a contradição passa a ter tratamento formal na disposição teórica da TBS, enriquecendo ainda mais o que chamamos de Estruturalismo Enunciativo.

Um outro ponto: essa formalização do paradoxo semântico por vias do *mas* concessivo, que nega parcialmente uma afirmação (produz um significância de [afirmar-negar]) fica clara quando Carel (2011a, p. 403, tradução nossa)¹⁷¹ mostra seu interesse em enunciados paradoxais, e vai questionar a concepção ducrotiana de oposição. Ou seja, segundo ela, o *mas* opositivo de Ducrot não possibilita operações paradoxais, enquanto o *mas* concessivo que ela propõe, sim: “a análise de Ducrot encontra, no entanto, outra dificuldade: por que não é possível ter discursos na forma *A mas não-A* (*Pedro é injusto mas ele não o é*)?” Este enunciado poderia ser analisável pelo *mas* concessivo de Carel: se o primeiro segmento A for concordado, evitar-se-á sua oposição com *não-A*, já que se concede o A pela sua negação parcial. Evita-se a oposição pelo método da paradoxalização concessiva. É nessa medida que ela (CAREL, 2011a, p. 423-424, tradução nossa)¹⁷² propõe a análise de sentidos intermediários do seguinte enunciado (que seria desprovido de desenvoltura teórico-analítica suficiente (e eficiente) pela antiga concepção de *mas* opositor):

Pedro não é burro, mas ele não é inteligente.

A TBS agora está envolvida em análises tão estranhas quanto desafiadoras como esta, que constitui nosso objeto. Numa leitura mais ingênua, qualquer um perguntaria: “mas afinal, o que é Pedro?”. Arrazoando uma curta análise, Carel (2011a, p. 424) vai mostrar que o enunciado supracitado é do mesmo tipo de *Pedro é severo, mas não injusto*. A negação parcial recairá sobre o primeiro segmento:

Atitudes do locutor sobre o primeiro segmento *Pedro não é burro*:

O locutor concorda [NEG-DIFÍCIL DC COMPREENDE]

O locutor exclui [DIFÍCIL PT COMPREENDE]

Atitudes do locutor sobre o segundo segmento *ele não é inteligente*:

¹⁷¹ Do original : « L’analyse de Ducrot rencontre cependant une difficulté : pourquoi n’est-il pas possible de tenir des discours de la forme *A mais non-A* (**Pierre est injuste mais il ne l’est pas*) ? » (CAREL, 2011a, p. 403).

¹⁷² Do original : « *Pierre n’est pas bête mais il n’est pas intelligent* » (CAREL, 2011a, p. 423-424).

O locutor põe [DIFÍCIL DC NEG-COMPREENDE]

Isto nos faz enxergar também por que para nós paradoxo e contradição não são sinônimos. Se até agora dissemos que o paradoxo expressa interdependência entre dois opostos, pode-se dizer que uma contradição pode ser um paradoxo, mas um paradoxo não pode ser uma contradição, já que no caso de *A mas não-A*, evita-se a contradição (duas conclusões opostas de um mesmo conteúdo, como previa Ducrot), mas preserva-se o paradoxo (a concessão *A-não-A* do primeiro segmento do *mas*), como vimos acima: “[...] a contradição é evitada, sem recorrer à hipótese brutal de uma total rejeição do primeiro segmento de *A mas B* (CAREL, 2011a, p. 403). A noção de negação parcial de Carel deixa claro duas especificidades: I) concessão (duas atitudes contrárias, afirmar-negar) não é contradição (duas conclusões contrárias); II) *mas* concessão é paradoxo.

A diferença entre *Pedro é severo* (afirmação) e *Pedro é severo, mas não injusto* (concessão) é que o *mas* transtorna a estabilidade semântica de *severo* negando-o parcialmente, produzindo um severo nem tão severo, ou um severo-não-severo, ou ainda o nosso modo preferido: um quase severo. E suma, um paradoxo. O mesmo se diria do círculo vicioso de um *não burro* (inteligente?) que *não é inteligente* (burro?). A negação parcial é tal que temos o sentido intermediário paradoxal semântico de um entrelugar: inteligente-burro, ou quase inteligente etc.

Para sermos práticos, por que insistiremos na defesa de que a negação parcial instaura paradoxos? Na esteira de *A mas B* (fórmula paradoxalizante da concessão), pelo fato de que *bela* é diferente de *bela, mas gorda*; de que *republicano* é diferente de *republicano, mas honesto*, de que *burro* é diferente de *burro, mas inteligente*, dentre outros sentidos bizarros (por uma apreciação geral) ou “intermediários” (tecnicamente falando), instaurados pela concessão. Deste modo, a TBS extrapola seus limites ao transpor o tratamento de palavras plenas (*severo*, *prudente*, *bobo* etc) para palavras quase plenas (quase *severo*, quase *prudente*, quase *burro*, quase *bela* etc). Uma ressalva: para nós, este *quase* não tem papel de gradação, já que gradação significa a mobilidade de um ponto 1 até 2, quais sejam, de algum modo. O que temos aqui é um *quase* fruto da negação parcial de alguma palavra plena: que era afirmada e passa a ser parcialmente negada, ou que era negada e passa a ser parcialmente afirmada, produzindo significâncias de afirmação-negação, um *quase*. Portanto, gradação (um *quase* resultado do trânsito entre dois pontos) é diferente de concessão (um *quase* resultado da negação parcial de uma palavra plena).

Estamos neste tópico dando a nossa quarta determinação central para o objeto paradoxo semântico: a primeira é a interdependência entre dois opostos (morto-vivo); a segunda é dada pelo quase-bloco doxal ([MORTO (VIVO)]); a terceira, dada pelo quase-bloco entre as faces do cubo argumentativo (Está vivo mesmo estando morto, ou [MORTO (DC) VIVO]). A quarta, aqui (ele está morto, *mas* está vivo), chama a atenção para o fato de que um funcionamento do tipo *A mas B* desestabiliza a estabilidade semântica das palavras plenas (que possuem uma AI estrutural ou contextual qualquer), produzindo palavras quase plenas. Proporemos a visibilidade dessa desestabilidade das palavras plenas pelo articulador *quase*, instaurada pela negação parcial do *mas*, quando da enunciação da concessão. Estamos dizendo que um termo X parcialmente negado produz uma significação/sentido de *quase X*.

No âmbito das palavras plenas, Carel (2011a, p. 426, tradução nossa)¹⁷³ diz que é difícil (ela não diz ser impossível) analisar interpretações fortes de contrários: “os adjetivos *medroso e imprudente, fácil e difícil*, ou enfim, *burro e inteligente*, são suas interpretações fortes, o que significa serem transgressivas, constituem expressões ‘contrárias’, e portanto, incompatíveis”. Por outro lado, são “enunciáveis” frases do tipo *A mas B* com com esses pares (por exemplo, *É fácil, mas difícil*). Discursos que jogam com o intermediário devem ter um tratamento intermediário. Por isso vamos dizer que essa possibilidade nos leva a abordar os sentidos desses enunciados de pares contrários não como palavras isoladas, plenas, mas entendendo ali palavras quase plenas. À guisa da negação parcial, teremos os quase plenos (paradoxos semânticos) fácil-difícil, burro-inteligente, medroso-imprudente etc. Ainda voltaremos a abordar o *quase*, construtor de paradoxos semânticos, a seu tempo.

4.7.1 A Relação de concessão primeiro/segundo segmento: o emprego articulador

Tendo apresentado a tese geral da concessão, passemos a abordá-la levando em conta outros pormenores, que nos são pertinentes. Com a noção de negação parcial, Carel vai ampliar o emprego do *mas* concessivo para pelo menos cinco funcionamentos: emprego articulador, internalizador, triangular, surrealista e aditivo que preserva o mesmo princípio da

¹⁷³ Do original : « Les adjectifs *timoré* et *imprudent*, *facile* et *difficile*, ou enfin *bête* et *intelligent*, sous leurs interprétations fortes, c’est-à-dire transgressives, constituent des expressions <contraires>, et donc incompatibles » (CAREL, 2011a, p. 426).

concessão (afirmar-negar um dos segmentos na relação com a disposição *A mas B*). Pela impossibilidade do espaço e para não desviar de nosso alvo, nosso foco será apenas o principal emprego, o articulador.

Em primeiro lugar Carel (2011a, p. 408, tradução nossa)¹⁷⁴ vai mostrar que a negação parcial pode ocorrer não somente no segmento *A*, de *A mas B*, como vimos acima, mas também o segmento *B* pode ser negado parcialmente. Por exemplo:

Maria não está impressionada, mas este filme lhe deu muito medo.

De modo micro-analítico, a linguista mostra que há pelo menos duas leituras deste enunciado: com o foco em *Maria*, e com o foco no *filme*.

Se o foco da leitura for *Maria*, teremos uma negação parcial sobre o primeiro segmento *Maria não está impressionada*, com as seguintes atitudes do locutor:

- Atitudes do primeiro segmento de “*A mas B*” *Maria não está impressionada*:
O locutor exclui [NEG-IMPRESSIONÁVEL DC NEG-IMPRESSIONADA];
O locutor concorda [NEG-TEMER HORROR DC NEG-IMPRESSIONADA].
- Atitudes do segundo segmento de “*A mas B*” *este filme lhe deu muito medo*:
O locutor põe [NEG-IMPRESSIONÁVEL PT IMPRESSIONADA]

Mas caso o foco da leitura seja o *filme*, teremos uma negação parcial sobre o segundo segmento *este filme lhe deu muito medo*, com as seguintes atitudes do locutor:

- Atitudes do primeiro segmento de “*A mas B*” *Maria não está impressionada*:
O locutor põe [NEG-IMPRESSIONÁVEL PT IMPRESSIONADA]
- Atitudes do segundo segmento de “*A mas B*” *este filme lhe deu muito medo*:
O locutor exclui [NEG-TEMER HORROR PT IMPRESSIONADA]

Percebe-se que um conteúdo é afirmado pela negação parcial quando for *concordado* ou *posto*: *concordado* se a negação parcial porta-se sobre o primeiro segmento (negação parcial concordada); *posto* se a negação parcial porta-se sobre o segundo segmento (negação parcial posta). No caso de *Pedro é severo, mas não injusto*, tivemos uma negação parcial

¹⁷⁴ Do original : « *Marie n'est pas impressionnable mais ce film lui a fait tyrès peur* » (CAREL, 2011a, p. 407).

concordada (afirmar-se um aspecto *concordado* no primeiro segmento: [FALTA DC PUNIÇÃO]); no caso de *Maria não está impressionada, mas este filme lhe deu muito medo* tivemos uma negação parcial posta (afirma-se um aspecto *posto* no segundo segmento: [NEG-IMPRESSONÁVEL PT IMPRESSIONADA]).

É fácil entender também a abertura que a teoria dá para o gesto de interpretação do semanticista, que dependendo de suas escolhas e movimentos, determinará os aspectos em jogo na análise concessiva de *A mas B*. Os aspectos não são cristalizados, mas mobilizam-se a depender dos gestos interpretativos. É interessante vislumbrar a possibilidade teórica de explorar o entremeio paradoxal tanto em *A* quanto em *B*, numa relação *A mas B*, a percepção da frase ou da situação, do contexto, das escolhas do analista, enfim.

Para que serve um *mas*? Carel diria que para negar parcialmente um dos segmentos de *A mas B*. Nós completaríamos: para paradoxalizar. No caso acima, o sentido de filme terrível, se enunciável no formato *A mas B*, deixa de ser tão terrível assim, já que alguém que não se impressiona o assistiu, mesmo que tenha sentido medo. A relação *A mas B* parece estabelecer que se impressionar é mais forte que sentir medo. *Maria* não se impressionou, ela sentiu medo. Um medo que na relação com impressionar-se é um medo parcialmente negado, um *quase medo*, talvez um “medinho”, como se diz, por exemplo, na língua brasileira.

Acabamos de refletir sobre o *emprego articulador* do *mas* nas análises acima (*severo*, *Maria* e *filme*). Esse emprego envolve, então, três conteúdos, que Carel nomeia conteúdo afirmado, conteúdo negado e conteúdo de referência. Como vimos, eles têm a seguinte dinâmica:

[...] os conteúdos excluídos e afirmados pela negação parcial são determinados por intermédio de um terceiro conteúdo (conteúdo de referência). O aspecto do conteúdo de referência [...] é seguido do segmento que não é parcialmente negado. O conteúdo excluído se opõe ao conteúdo de referência e o conteúdo afirmado é compatível com o conteúdo de referência (CAREL, 2011a, p. 410, tradução nossa)¹⁷⁵.

¹⁷⁵ Do original : « les contenus exclu et affirmé par la négation partielle sont déterminés par l’intermédiaire d’un troisième contenu (*contenu de référence*). L’aspect du contenu de référence [...] est issu du segment qui n’est pas partiellement nié. Le contenu exclu s’oppose au contenu de référence et le contenu affirmé est compatible avec le contenu de référence » (CAREL, 2011a, p. 410).

No caso da análise de *Pedro é severo*, o aspecto de referência é [NEG-FALTA DC NEG-PUNIÇÃO], e no caso de *Maria não é impressionável*, o aspecto de referência é [NEG-TEMER HORROR DC NEG-IMPRESSONADA]. No geral, a regra do emprego articulador do *mas* é que “o locutor de um emprego articulador do *mas* nega parcialmente um de seus segmentos comparando-o com outro” (CAREL, 2011a, p. 410, tradução nossa)¹⁷⁶.

Fica posto que a grande pertinência dos estudos de Carel sobre o semantismo do *mas* é a hipótese de um caráter duplo do *mas* negativo-positivo: “a hipótese de negação parcial, à sua vez afirmação e exclusão, dá conta deste duplo fenômeno” (CAREL, 2011a, p. 427, tradução nossa)¹⁷⁷. Essa noção de negação parcial nos é cara, já o dissemos, por ser um conceito diretamente paradoxal: “[...] uma negação parcial é a associação de duas unidades de discurso, uma cujo conteúdo é excluído, outra cujo conteúdo é afirmado” (CAREL, 2011a, p. 437, tradução nossa)¹⁷⁸.

Em suma, a tese de Carel sobre o *mas* concessivo é propor *observar não uma relação de anti-orientação, de oposição a partir de seus segmentos, como ela afirma que Ducrot fazia, nem uma fusão de conteúdos argumentativos e informativos, como ela afirma que Anscombe fazia, o que seria incoerente para a TBS, mas uma relação de concessão que transtorna um dos segmentos pelo outro, instaurada pelo mas, a partir da noção de “negação parcial”*. E o que queremos reter aqui é que esta concepção concessiva do *mas* instaura o paradoxo semântico, já que a negação parcial é o verdadeiro cerne da significação do *mas* (CAREL, 2011a, p. 439).

Uma análise da concessão articuladora do *mas* pode ser observada abaixo, extraída da definição de paradoxo do dicionário japonês *Kokugo Ziten*, de 松村明, 山口明穂 e 和田利政 (2005, p. 1171)¹⁷⁹:

¹⁷⁶ Do original : « De manière raccourcie, on pourrait dire que le locuteur d’un emploi articulateur de *mais* nie partiellement l’un de ses segments en le comparant à l’autre » (CAREL, 2011a, p. 410).

¹⁷⁷ Do original : « L’hypothèse de négation partielle, à la fois affirmation et exclusion, tient compte de ce double phénomène » (CAREL, 2011a, p. 427).

¹⁷⁸ Do original : « [...] une négation partielle est l’association de deux unités de discours, l’une dont le contenu est exclu, l’autre dont le contenu est affirmé » (CAREL, 2011a, p. 437).

¹⁷⁹ Do original: “パラドックス：一見成り立ちそうだが、矛盾を含み論理的に成り立たない説。”。Do original fonético: “Paradokkusu: ikken naritachisoudaga, muzyunwo fukumi ronritekini naritatanaisetsu”. Agradecemos à falante nativa japonesa へナタ ユリエ アサダ (Renata Yurie Assada) pela ajuda na tradução do original.

パラドックス: Uma teoria que parece ser verdadeira, mas possui contradição e não constitui uma teoria lógica.

Atentando-se para o primeiro segmento (se o *mas* concessivo aplica-se ao primeiro seguimento), teremos uma negação parcial sobre este primeiro segmento, a partir das seguintes atitudes do locutor:

- Atitudes do primeiro segmento de “*A mas B*” *uma teoria que parece ser verdadeira*:

O locutor concorda [VERDADEIRA DC LÓGICA]

O locutor exclui [NEG- VERDADEIRA PT LÓGICA]

- Atitudes do segundo segmento de “*A mas B*” *possui contradição e não constitui uma teoria lógica*:

O locutor põe [VERDADEIRA PT NEG-LÓGICA]

É assim que podemos observar nesta definição um paradoxo semântico, o da *teoria quase verdadeira*. Ademais, merece relevo a significância do valor que carrega a escolha das palavras plenas “*verdadeira*”, “*contradição*” e “*teoria lógica*” nesta definição japonesa, que revelam um locutor-lexicógrafo filiado a dois saberes, a Lógica e a Filosofia (neste dicionário, o fenômeno do paradoxo é tratado pela noção teórica de “*contradição*” no campo da Lógica e Filosofia). Trata-se de um dicionário altamente insuficiente no sentido de que limita o objeto referido a apenas dois saberes, à Lógica e à Filosofia. E isso põe duas perguntas: (a) o que seria o paradoxo fora da Lógica e da Filosofia? (b) Definir pela Lógica e Filosofia significa que o paradoxo é um objeto exclusivo da Lógica e da Filosofia? O que exprime essa definição é a insuficiente AE à direita de *パラドックス*:

[*パラドックス* DC CAMPO DA LÓGICA E DA FILOSOFIA]

Findamos aqui a parte de nossa pesquisa que, como apresentado inicialmente, colocava em relação teoria/paradoxo (focando o paradoxo semântico, nossa hipótese). Fizemo-la da seguinte forma: discorreremos brevemente sobre a exposição do arcabouço teórico da TBS, explanada em três momentos: o primeiro pela ANL, o segundo pela radicalização da TBS, e o terceiro pelas posturas recentes da TBS.

Entraremos agora, conforme a nosso objetivo e metodologia já previamente delimitados, a estabelecer outras naturezas de relações: menos apegadas ao arcabouço teórico, e debruçadas sobre um corpus específico de dicionários.

CAPÍTULO V – ANÁLISE DO DISCURSO SOBRE O *PARADOXO* EM DICIONÁRIOS

Conforme explicado nos primórdios de nosso texto, este capítulo inaugura uma segunda parte de nosso trabalho. Temos, até aqui – primeira parte do trabalho –, nos debruçado sobre nossos dois objetos: a própria teoria da TBS por um lado, e a nossa hipótese, o paradoxo semântico, de outro. Desta etapa em diante – segunda parte do trabalho –, passaremos a nos interessar por algumas análises particulares.

O primeiro eixo dessas análises da segunda parte, cumpre o objetivo que visa investigar o paradoxo em dicionários. Deste modo, não nos ocuparemos do paradoxo semântico necessariamente, mas de discursos sobre o paradoxo nos muitos dicionários por nós visitados. Uma mudança estratégica de alvo. Uma coisa é a atenção para o paradoxo semântico (noção teórica que compreende a indissociabilidade de significâncias opostas, flagrado na TBS por vias de (i) interdependência, (ii) quase-bloco, (iii) cubo argumentativo, (iv) *mas* concessivo); a outra coisa é a atenção para a presença do verbete *paradoxo* em alguns dicionários eleitos. O que chamamos “análise dicionarística” é a análise de alguns dicionários selecionados para estas análises.

Antes, porém, de analisar o verbete *paradoxo* e os dicionários escolhidos para este capítulo, pensamos primeiro ser produtivo pensar na relação presença/ausência do verbete *paradoxo* em vários dicionários do mundo. Presença/ausência esta que em si significa.

5.1 Análise da relação presença/ausência do paradoxo nos dicionários

Como observou Wołowska (2008, p. 24), estudos científicos sobre o paradoxo ocorreram de forma tímida, e quase inexistiam até o final do século XIX, devido ao significado de “erro” dos tempos remotos, e refutação da Lógica enquanto “objeto não-científico”, que deve ser evitado por ser uma contradição.

A falta de uma tradição em pesquisas sobre o paradoxo pode ser conferida, por exemplo, na não abordagem sobre este objeto em muitos dicionários temáticos. Ora, se o paradoxo é um fenômeno de linguagem, e largamente utilizado (mas não na mesma medida

estudado), pensamos que seria coerente que alguns dicionários que tocassem em fenômenos diversos, como o de língua, deveriam contê-lo. O que nos interessa é marcar que o paradoxo é (e sempre foi) largamente utilizado, como comprovam estudos da Retórica e da Literatura, por exemplo. Mas não adentra dicionários que enumeram estudos vários sobre a linguagem. Se concordarmos que um dos significados dos dicionários temáticos que estudam a linguagem, em qualquer perspectiva, o encadeamento “fenômenos da língua, portanto registrar este fenômeno”, vemos que estranhamente não há descrição nenhuma sobre *paradoxo* elencado em muitas obras ligadas ou que mostram interesse em linguagem, como por exemplo: *Dictionnaire de Linguistique et des sciences du langage* (DUBOIS et al, 2012); *Dictionnaire Terminologique de la Systématique du Langage* (BOONE ; JOLY 1996) ; *Dictionnaire des Sciences Du Langage* (NEVEU, 2011); *Dictionnaire d'Analyse du Discours* (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2002); e *Termes et concepts pour l'analyse du discours* (DÉTRI ; SIBLOT ; VERINE, 2001).

Há, contudo, alguns destes dicionários temáticos de interesse para a linguagem que abordam *paradoxo*, mas o fazem superficialmente (em relação às outras palavras-entradas de seu próprio elenco), como o *Dictionnaire de La Linguistique* (MOUNIN, 1974, p. 240), que define vagamente o paradoxo em apenas uma linha, inserida (mas diferenciada) na entrada “oxymoron”; e o *Nouveau Dictionnaire encyclopédique des Sciences du Langage* (DUCROT; SCHAEFFER, 1972, p. 344), que chega a mencionar o termo paradoxo em outras entradas, como na discussão da “Prosodie Linguistique”, pelo termo “le “paradoxe de l’intonation”.

Deslocando para outros saberes – e ainda assim pertinente, já que estes saberes também falam de paradoxo –, também não há menção ao termo *paradoxo* nos dicionários temáticos *Darwinisme et de l'Évolution* (TORT, 1996); nem no *Dictionnaire de La Chimie et de ses Applications* (DUVAL et al, 2010).

E o que significa a falta? Melhor dizendo, o que significa a falta da entrada *paradoxo* em obras que, pensamos, deveriam contê-la? O paradoxo começou a se relacionar com a ciência de modo bem infeliz. Pela Lógica, que logo o refutou. A sua ausência pode significar, pelo menos, censura histórica herdada da Lógica, ou carência de estudos sobre ele, dentre outros. Como pudemos ver na quase totalidade das definições dos dicionários, existe uma “apelação” por reescrever substitutivamente *paradoxo* por *contradição*, termo da Lógica, ou melhor, termo interditado pela Lógica, em definições como “contradição que conjuga uma verdade e uma falsidade simultânea”, isto é, objeto dispensável para a Lógica tradicional. Apregoar que um fenômeno é interditado cientificamente é excluí-lo da relação da coleção de

fenômenos das ideias linguísticas ou ligadas a ela. Algo como a unidade abaixo, convencionalmente estruturalmente no vocabulário da Lógica:

(excluído, NÓS-lógicistas [PARADOXO DC CIÊNCIA]).

Por outro lado, talvez, essa falta signifique a impossibilidade de analisar um objeto que ultrapassa os limites teóricos até então dispostos nas academias, em muitas épocas passadas (e atuais). Algo como a unidade estrutural abaixo, significada sobretudo na formação vocabular de um saber linguístico qualquer:

(posto, NÓS-cientistas [PARADOXO DC NEG-SABER O QUE FAZER COM ELE]).

Muito das ideias linguísticas se fundam sobre engendramentos doxais, ou ao menos analisáveis doxalmente, por normalidades, coerências, correspondências de visibilidade satisfatória. O paradoxo não se pensa como um objeto comum, doxal. Faz-se necessário levantar um arcabouço teórico à sua altura, como vimos. O que foi raro ao longo das ideias Linguísticas, da época de Zenão até hoje. Tais análises ficam ainda mais complexas se pretendidas enquanto abordagem semântica, já que a significação é em si também uma problemática.

Mas outras mentes já pensaram positivamente sobre estes tipos de objetos estranhos para a Linguística na história de suas ideias. Blomfield, por exemplo, assumiu que objetos atípicos ficarão à espera da instauração de um outro patamar de ideias linguísticas, necessário para se analisar a significância: “o estatuto de significados é, ainda, o ponto fraco em estudo da linguagem, e permanecerá assim até que o conhecimento humano avance para muito além de seu estado atual” (BLOOMFIELD, 1933, p. 140, tradução nossa)¹⁸⁰. Lá, neste futuro (que pode estar bem adiante de nossos dias), talvez tenhamos um olhar mais plausível e suficiente para o paradoxo, que não o cientificamente doxal atual. Um futuro em que haja mais eco de estudos sobre o paradoxo, que não o nosso tempo, tão limitado neste sentido de trabalhos sobre o paradoxo.

Com isto estamos querendo dizer que o silêncio sobre muitas vertentes da Linguística em se ocupar do paradoxo pode significar não uma falta de interesse. A ausência do paradoxo nos dicionários temáticos sobre a linguagem pode significar um “não saber o que fazer com

¹⁸⁰ Do original : “The statement of meanings is therefore the weak point in language-study, and will remain so until human knowledge advances very far beyond its present state” (BLOOMFIELD, 1933, p. 140).

ele diante dele”, ou o encadeamento “carência de estudos, portanto, não registrá-lo”. Diante desta problemática, o que significa pesquisar o paradoxo por presenças e faltas em dicionários de várias partes do mundo, como o fazemos? Significa uma tentativa hercúlea de se aventurar a observar (dando alcance teórico à concepção de observar) um objeto que desafia teorias (o paradoxo), por um construto teórico tão polêmico quanto ele (a semântica), já que a semântica já foi conhecida no passado como “a parente pobre da linguística” (GREIMAS, 1973, p. 12) por tratar de questões potencialmente além das possibilidades de raciocínio disponíveis.

Estranhamente, se lidamos com a falta de estudos sobre o paradoxo em dicionários temáticos de Linguística (pelo motivo óbvio da falta de estudos sobre o paradoxo, assombrados pela discriminação da Lógica, que o rechaçou enquanto objeto científico por longo tempo), outros saberes apresentam sua entrada nos seus dicionários. O que nos leva a poder pensar no fato de que os outros saberes podem ser menos preconceituosos que a Lógica, que baniou o paradoxo da Linguística. Uma possibilidade possível a partir da observação do fato de que os seguintes dicionários, sem discriminação alguma, estudaram o paradoxo e apresentaram pesquisas ou excelentes estudos, conforme seus engendramentos científicos, metodológicos e teóricos: os dicionários temáticos de Economia (JESSUA, *et al*, 2001), de Ciência Política (BADIE, 2004), Sociologia (AKOUN; ANSART, 1999), Literatura (ARON *et al*, 2002), Arte (SOURIAU, 1999); História (CATACH, 1995), Medicina (REY, *et al*, 2006), Física (SERRES; FAROUKI, 1997), Exército, Engenharia (STOPPELLI, 1993) e alguns raros sobre Linguística (MOESCHLER; REBOUL, 1994).

5.2 A relação paradoxo/*Dictionnaire Historique*

Passemos à efetividade da análise específica deste capítulo. O dicionário escolhido para investigar o paradoxo foi o *Dictionnaire Historique de langue française*, de Rey (*et al*, 2006, p. 2561, tradução nossa)¹⁸¹:

¹⁸¹ Do original: « **PARADOXE** n. m. est emprunté (1480) au latin *paradoxon* < chose contraire à l’opinion >, dont le pluriel *paradoxa* fournit à Cicéron le titre d’un traité sur les propositions surprenantes qui heurtent l’opinion commune, et qui sont émises dans la doctrine stoïcienne. C’est un hellénisme, calque du grec *paradoxon*, neutre substantivé de l’adjectif *paradoxos* < contraire à l’attente ou à l’opinion commune >, de *para-* < à côté > d’où < contraire > (→ (1) para-) et de *doxa* < opinion > (→ *doxa*, orthodoxe).

♦ Le mot est d’abord relevé sous la forme *paradoce*, refaite d’après l’étymon (1495). Il désigne l’opinion qui va à l’encontre de l’opinion communément admise et, par extension, l’être, la chose, le fait qui heurte le bon sens (av. Pascal). Il est quelque fois employé comme synonyme de *contresens*, avec une valeur péjorative (1832).

PARADOXO n. m. emprestado (1480) do latim *paradoxon* ‘coisa contrária à opinião’, cujo plural *paradoxa* fornece a Cícero o título de um tratado sobre as proposições surpreendentes que chocam a opinião comum, e que são emitidas na doutrina estoíca. É um helenismo, camada do grego *paradoxon*, neutro substantivado do adjetivo *paradoxos* ‘contrário à expectativa ou à opinião comum’, de *para-* < ao lado > de onde < contrário > (→ (1) para-) e de *doxa* < opinião > (→doxa, ortodoxo). ♦ A palavra é observada primeiro sob a forma de *paradoce*, reconstruído depois o étimo (1495). Ele designa a opinião que vai de encontro à opinião comumente aceita e, por extensão, o ser, a coisa, o fato que atinge o bom senso (av. Pascal). Ele foi algumas vezes empregado como sinônimo de *contrasenso*, com um valor pejorativo (1832). ♦ O antigo adjetivo *paradoxo* (1549, Du Bellay), emprestado do adjetivo grego, foi suplantado pelo derivado O (A) **PARADOXAL, AIS** adj. (1588) ‘que possui o paradoxo, que ama manusear o paradoxo’, empregado mais tarde como o nome, no sentido pejorativo, de ‘bizarro, inconcebível’ (1812); serviu para formar alguns sintagmas de uso médico, como *pulso paradoxal* (1928) e recentemente *sono paradoxal*. ◊ Seu emprego substantivado com valor neutro é atestado desde 1733. ♦ De *paradoxal* é derivado **PARADOXALMENTE** adv., atestado uma primeira vez em 1588 (*paradoxallement*) e novamente em 1834 em Boiste. ♦ *Paradoxo* também deu o nome a uma figura de estilo, o **PARADOXISMO** n. m. (1784), definido pela *Encyclopédie méthodique* como uma ‘imitação do paradoxo, como *hébraïsme* significa imitação do hebreu, (termo fato) pela analogia através de uma figura bem real que tem necessitado nossa língua para um nome distinto e adequado’. ◊ A mesma palavra foi incluída pelos médicos (1952) para designar as manifestações da atividade genital fora do período que vai da puberdade ao ambiente da senescência (igualmente *paradoxie*). ♦ O muito raro **PARADOXISTA** n. m. significa ‘aquele que manuseia o paradoxo’ em Chateaubriand, em 1848.

Temos visto que operar qualquer análise pela TBS é considerar a dupla dimensão da linguagem: língua (e sua significação) e enunciação (e seu sentido). Por isso, no decorrer deste capítulo (e desta segunda parte do trabalho), nossas análises sempre tocarão estas duas dimensões, sem estancá-las uma da outra, já que ambas dimensões se reclamam o tempo todo.

♦ L’ancien adjectif *paradoxe* (1549, Du Bellay), emprunté à l’adjectif grec, a été supplanté par le dérivé **PARADOXAL, ALE, AUX** adj. (1588) < qui tient du paradoxe, qui aime manier le paradoxe >, employé plus tard comme le nom au sens péjoratif de < bizarre, inconcevable > (1812); il a servi à former quelques syntagmes d’usage médical, comme *pouls paradoxal* (1928) et récemment *sommeil paradoxal*. ◊ Son emploi substantivé à valeur de neutre est attesté depuis 1733. ♦ De *paradoxal* est dérivé **PARADOXALEMENT** adv., attesté une première fois en 1588 (*paradoxallement*) et de nouveau en 1834 chez Boiste. ♦ *Paradoxe* a aussi donné le nom d’une figure de style, le **PARADOXISME** n. m. (1784), défini par *L’Encyclopédie méthodique* comme une < imitation du paradoxe, comme *hébraïsme* signifie imitation de l’hébreu, (terme fait) par analogie pour une figure très réelle qui avoit besoin dans notre langue d’un nom distinctif et convenable >. ◊ Le même mot a été repris par les médecins (1952) pour désigner les manifestations de l’activité génitale hors de la période qui va de la puberté aux environs de la sénescence (également *paradoxie*). ♦ Le très rare **PARADOXISTE** n. m. signifie < celui qui manie le paradoxe > chez Chateaubriand en 1848 » (REY *et al*, 2006, p. 2561).

Para isto valer-nos-emos da observação das argumentações estruturais (ou lexicais) e contextuais, como já amplamente explanadas na primeira parte.

Começemos por pensar este corpus enunciativamente, explicitando uma constelação de elementos produzidos pela enunciação desta definição, enquanto primeiro passo que melhor nos permita refletir e conduzir-nos aos aspectos próprios da língua.

Entendemos que a análise deste corpus coloca, antes mesmo de se pensar o paradoxo, uma série de questões que o designa, que o constroe, que o delimita, que o especifica, que o autoriza, que o proíbe, que lhe dá existência de certos modos etc. Entendemos que estas questões devem ser primeiramente consideradas, antes mesmo de se falar no objeto, porque elas são as fontes deste objeto. Isto é, pensaremos na enunciação do paradoxo para perscrutar o paradoxo.

No tocante ao nosso corpus, uma das condições prévias da dimensão estrutural que determina a dimensão enunciativa (o modo de enunciar o paradoxo), é o próprio fato da significação lexical de *dicionário*, explicada por Bezerra e Dias (2006, p. 30-31): dicionarizar implica: garantia de legitimidade, esgotabilidade do vocabulário de uma língua, e cunho normativo e pedagógico de uma língua. Deste modo, no corpus acima, tudo que ali se encontra é legítimo, pode ser ensinado, e o que passa dali, é excesso e não garantido como legítimo. Concordes ou não com este fato, não há como desviar, nos muitos dicionários espalhados pelo mundo e aqui recortados bem parcamente pensando-se nessa enorme proporção, na universalidade de significação lexicográfica das AE estruturais de *dicionário*, levantadas por Bezerra e Dias: [DICIONÁRIO DC LEGITIMIDADE], [DICIONÁRIO DC ESGOTABILIDADE], [DICIONÁRIO DC PEDAGOGIA]. O jogo das dimensões enunciativa/estrutural é tal que, enunciar qualquer coisa, em um dicionário, pré-significa estruturalmente *respeito*. Qualquer locutor-lexicógrafo carrega o peso de não poder fugir da máxima da língua presente na palavra plena *dicionário*: [DICIONÁRIO DC INSTRUMENTO DE RESPEITO]¹⁸².

Auroux (2001, p. 65) também explica a importância do significado estrutural de *dicionário*. Ele ensina que o dicionário é um dos pilares do saber metalinguístico, uma tecnologia de teor pedagógico e descritivo, porque conduz a entender o processo de descrever e instrumentalizar uma língua. Ele enfatiza a AE estrutural [DICIONÁRIO DC

¹⁸² Obviamente, existe a transgressiva destas normatividades, como por exemplo, no caso da Desciclopédia, que expressaria a AI estrutural: [DICIONÁRIO PT NEG-LEGITIMIDADE], [DICIONÁRIO PT NEG-ESGOTABILIDADE], e [DICIONÁRIO PT NEG-PEDAGOGIA], o que é possível pelo projeto estrutural deste instrumento: o humor, mesmo que suas enunciações produza sentidos interessantes, e pedagógicos, no sentido de produtor de consciência crítica.

DESCREVER/INSTRUMENTALIZAR UMA LÍNGUA]. Por isso, desde as listas mais rústicas de consultas de palavras na Grécia antiga (que não levava o nome dicionário, já que ele é um nome bem atual) e na Idade Média, como nas outras épocas, de pouco a pouco, falar em uma língua pedagogicamente e reflexivamente, era falar em gramática e dicionário. Aos poucos ele adquiriu respeito de legitimador vocabular de uma língua qualquer. O que significa para a sociedade (não para os linguistas): “se está no dicionário existe, e *é assim*”. E sua contrapartida: “Se não está no dicionário, não existe, e *não é assim*”. Se se enuncia “daquela forma prevista, e com aquele sentido registrado, portanto, é legítimo em certa língua e em certo espaço”. Dicionarizar é no mínimo congelar significâncias (o que significa impedir outra, de alguma forma).

Estas asseverações infelizes e ingênuas, mas verdadeiras na sociedade, nos levam a outras questões de maior relevo.

Bezerra e Dias (2006, p. 31) acentuam outra grave significação estrutural do *dicionário*: aquela que o perpetua socialmente enquanto um “reforço da verdade, nunca como questionamento”. Explicam os autores: “[...] o dicionário não é considerado em seus aspectos discursivos, como um objeto construído sócio-historicamente, logo, refletindo, através das palavras, as relações de poder de cada época” (BEZERRA; DIAS, 2006, p. 31).

Podemos relacionar os aspectos estruturais de *dicionário* de [DICIONÁRIO DC PERPETUAÇÃO DE VERDADES] e [DICIONÁRIO DC NEG-QUESTIONAMENTO], com o nosso corpus acima, e pensar: será que o funcionamento do termo *paradoxo* realmente só ocorreu nas datações marcadas no dicionário acima? De 1480 a 1848, temos apenas estas poucas onze utilizações? Se, segundo a Global Language Monitor (GLM), a cada 98 minutos, aproximadamente, uma palavra nova é criada, o que esperar que 400 anos possa fazer com uma palavra? Qualquer linguista concordaria que 400 anos é tempo suficiente para muito mais que um grupo de onze funcionamentos de um termo. Mas se assim não é, qual foi o critério para excluir do *Dictionnaire Historique* tantos outros usos e datações?

É baseado nesta crítica de Bezerra e Dias que delinearemos nossas análises, sobre o dicionário escolhido. Estes autores atentam para o fato de que estas significações estruturais, gerais, não podem subsumir sentidos contextuais, tão importantes quanto os estruturais, mesmo que mais sutis e mais difíceis de se evidenciar. A não-inclusão de certas datas no dicionário acima, por exemplo, não significa ausência do uso deste termo, senão uma decisão de exclusão de alguma forma. Mesmo que em certas datas haja falta de ocorrências do paradoxo (o que documentalmente é possível), evitar registrar: “ano X, falta de ocorrência do

paradoxo”, é excluir a menção desta data X, bem como excluir sua predicação de “não ocorrência”:

Essa visão equivocada de que o dicionário se caracteriza por seu cunho normativo impede seus usuários de vê-lo como obra construída segundo um imaginário que reflete uma concepção de mundo de seus autores. Com isso, os leitores não interpretam a ausência de algumas unidades lexicais como sendo uma decisão de não incluir-se aquilo que não é aceito (ainda) pelo grupo social de prestígio sócio-econômico (e conseqüentemente, lingüístico). Buscando aprisionar a língua em seus verbetes (BEZERRA; DIAS, 2006, p. 31).

Pensando estas ponderações no nosso corpus, vemos que as dimensões língua/enunciação, revelam um reforçamento de significado interessante, via língua: mesmo que a atitude de exclusão dos locutores Rey (*et al*) expresse contextualmente (pela enunciação) a AE [DEFINIR DC EXCLUIR CERTAS DATAS], é justamente esta exclusão que expressa extruturalmente (na língua) a AE [DICIONÁRIO DC PODER EXCLUIR DADOS].

Um olhar um pouco mais semântico-científico dirá que domesticar sentidos obtusos significa que certo dicionário é previsto para certos leitores e certos espaços sociais. Isto é, um linguista tentará mostrar que o dicionário não nos serve primeiramente para dizer o que é certa palavra, mas nos serve antes para evidenciar como certo grupo, em certas condições, balizados por certas políticas, e com certas línguas, define esta palavra. Isto nos conduz para outras naturezas de reflexão no interior da TBS, que veremos agora.

Retomando o trecho acima, como podemos pensar a crítica de Bezerra e Dias “aprisionar a língua em seus verbetes”? Especificamente, de que maneira os significados estão enclausurados no *Dictionnaire Historique de langue française*? Diante do autoritismo dicionarístico, quais são os sentidos “obedientes” (escolhidos, e como foram escolhidos) e quais seriam os “rebeldes” (excluídos, e como foram excluídos) em nosso corpus?

Biderman (1998, p. 129) memoriou cinco tipos de dicionários, que podemos chamar de tradicionais: de língua, analógicos (ideológicos), temáticos, etimológicos, e históricos. Levando em consideração que nosso corpus acima é identificado como histórico, temos que explicitar o que esta identificação argumenta, estruturalmente (mesmo que haja sentidos que o determine a outros campos de saberes). No *Dictionnaire Historique*, o adjetivo *historique* cumpre papel de um termo expressivo constitutivo, a AI estrutural: [DEFINIR DC CONSIDERAR A HISTÓRIA]. Esta palavra plena (*Historique*) instaura também um gesto

político, observado polifonicamente, que especifica um locutor e um interlocutor: o lexicógrafo historiador (que enuncia por horizontes históricos), e prevê um leitor interessado em horizontes históricos. Um dicionário temático (aqui, histórico) *concorda* com um primeiro plano (noção técnica) de valorização das datas. As marcações temporais, num dicionário que se pretenda histórico, não é um termo seletor: passa a ser também um termo pleno de aspecto, expressando a AI estrutural de *marca temporal*: [DATAÇÃO DC EXISTÊNCIA E LEGITIMAÇÃO].

Assim, lembrando de outros dicionários, o *Le Dictionnaire du Littéraire* de Dion (2002, p. 419-420) está previsto para leitores com práticas enunciativas e objetivos específicos. Se o “paradoxo” ali significa “surpreender ao contradizer a opinião comum” prevê-se um locutor que pode, ou poderia cogitar a possibilidade de surpreender seu interlocutor; Já o *Dictionnaire des Sciences* de Serres e Farouki (1997, p. 683-684, tradução nossa)¹⁸³, ao definir paradoxo enquanto fenômeno que “[...] ilustra de modo provocante a elasticidade do tempo previsto, em 1905, pela teoria da relatividade”, prevê um locutor físico que fala para um também interlocutor físico, ou com interesses físicos. E poderíamos ampliar longamente os exemplos, para mostrar que os locutores de certos dicionários, temáticos ou não, sempre prevêem certos locutores e interlocutores. Em suma, as definições (quais sejam) estão alienadas à significação de seus temas. Também o paradoxo: em nosso corpus, parafrasticamente, está encadeado: “definir paradoxo é, portanto, pontuar datas”, o que expressa sua AE contextual: [PARADOXO DC DATAÇÕES].

Pensando polifonicamente, locutores e interlocutores estão já previstos, na língua, em cada tipologia dos dicionários. Auroux (2001, p. 108) refletiu sobre estas significações estruturais pelo termo expressivo *epistemologia*: “quando um autor escolhe esta ou aquela propriedade para servir de definição, ele obedece a uma certa *funcionalidade epistemológica*: ele tem algo de particular para explicar, e é em função disto que é preciso julgar sua escolha”. Se a epistemologia está significada como “histórico”, por exemplo, é em função desta significância na língua que o locutor enuncia. Logo, os sentidos, desde que nos dicionários, são previstos para leitores com práticas enunciativas e objetivos específicos, há uma predisposição como que de “endereçamento”, previsto na língua, nas palavras que pré-estabelecem (e por isto pré-definem) a temática dos dicionários: histórico, saúde, literário, físico etc. Obviamente, a tipologia será intermediada por regularidades diversas, contextuais e estruturais, que construirão os sentidos definidos. E este duplo jogo (tipologia estrutural

¹⁸³ Do original : « [...] illustre de façon provocante l'élasticité du temps prévue, en 1905, par la théorie de la RELATIVITÉ » (SERRES; FAROUKI, 1997, p. 683-684).

prévia e particularidade enunciativa) mostra que um objetivo de definição (uma palavra-entrada, por exemplo) não esgota, mas norteia a definição. Vejamos isto de outros modos relacionais.

Aos cinco tipos de dicionários sumariados por Biderman, vamos agora acrescentar uma determinação (não outro tipo) que é de suma importância na atualidade: o dicionário virtual, ou on-line. E ao abordar o universo on-line, queremos deixar de lado as muitas riquezas linguísticas que esta feição virtual nos permite, e focaremos apenas o fato da interatividade de certos dicionários. E por que atentar-se para a interatividade? Porque qualquer dicionário virtual interativo é pertinente (semanticamente) por quase não regularizar acessibilidade de enunciações definitórias sem critério seletivo rígido, uma vez que qualquer semanticista vai concordar que selecionar definições não se reduz a escolhas, mas a excluir significados, de algum modo, não importa os critérios.

Vamos então, para refletir sobre a possibilidade semântica da interatividade on-line na relação com nosso corpus, colocar em relação o *Dictionnaire Historique* com o *Dicionário inFormal*, um exemplo de dicionário interativo com política definitória democrática.

Marquemos uma determinação constitutiva básica nos dois dicionários: o *Dictionnaire Historique*, como os dicionários impressos no papel, gozam de um significado de legitimidade por gesto enunciativo unidefinidor estanque (o texto foi impresso, por isso finalizado, ao menos ali no livro não pode ser ampliado, complementado); o *Dicionário inFormal* produz efeito de interatividade por gesto enunciativo pluridefinidor constante (o texto nunca é finalizado, por isso, pode ser a qualquer momento ampliado, complementado). Vejamos a chamada inicial deste *Dicionário inFormal*: “O dicionário de português [...] onde as palavras são definidas pelos usuários [...] participe definindo o seu português! O Dicionário inFormal é do caralho! Ali não existem definições certas ou erradas, mas definições da vida real para o português” (MUNIZ, 2014, s.p.).

No que tange a estas duas políticas definitórias de naturezas distintas que mobilizamos aqui (interatividade direta em um, e não-interatividade direta em outro), podemos marcar que, nesta relação entre o *Dictionnaire Historique* e *Dicionário inFormal*, que a política lexicográfica é tal que, pelo dicionário impresso tradicional, poucos definem (geralmente os autores e/ou sua equipe de lexicógrafos) e a maioria “concorda”, já que o instrumento dicionário goza de respeito social (aliás, não há como discordar diretamente, ali no texto, pela dinâmica artetactual do instrumento, “já-dado”, já-impresso). No caso de um dicionário virtual interativo do tipo do *Dicionário inFormal*, todos definem, e nem todos concordam (e

há como discordar, na sempre continuidade do discurso de definição, pela dinâmica do instrumento “nunca-pronto”). O que já explicita uma outra AI normativa estrutural de *dicionário*, aque determina nosso corpus: [DEFINIÇÃO DC ESTAR ACABADO E IMPRESSO]. O que o *Dicionário inFormal* faz é transgredir este aspecto: [DEFINIÇÃO PT NEG-ACABADO E IMPRESSO].

Evidentemente que há dicionários on-line da mesma natureza “pronta” dos dicionários artefactuais, de modo que não podemos generalizar o dicionário virtual enquanto sempre interativo. O que fazemos aqui é eleger apenas um destes dicionários, o *Dicionário inFormal*, eleito pela sua natureza “nunca-acabada”, para melhor explicitar os valores e aspectos do *Dictionnaire Historique*. Vamos evitar aqui nos enveredar pelas discussões amplas e profundas sobre os dicionários virtuais.

Um outro ponto que se coloca para investigar uma palavra no dicionário (em nosso caso, o paradoxo, no *Dictionnaire Historique*): devido ao uso pedagógico, o dicionário impresso tradicional é marcado na língua como que agenciado por regularidades sociais onde as definições preferem termos polidos, intelectuais e refinados, refutando qualquer diversidade “popular”, como bem colocaram acima Bezerra e Dias (2006, p. 31): no dicionário não entra “[...] aquilo que não é aceito (ainda) pelo grupo social de prestígio sócio-econômico (e conseqüentemente, lingüístico)”. Ora, em nosso corpus, os nomes escolhidos para exemplos de uso do paradoxo são os clássicos da literatura: Cícero, Boiste e Chateaubriand, por exemplo. O que desvela outro significado na língua, no tocante à prática lexicográfica: [AUTOR CONSAGRADO DC VALIDAÇÃO]. Modos de definir que ultrajam a moral costumam ser vedados. E esta pode ser (quem o sabe?) uma das justificativas para velar tantas datas/ocorrências do uso de paradoxo: escritores menores, não tidos como imortais literários, ou não polidos, e por isso julgados não merecedores de inserção em um dicionário que privilegia enunciações de classes sociais de igual prestígio. Isto explicita um processo onde todas estas significações estruturais são utilizadas/enunciadas por locutores-privilegiados, produzindo sentidos, agora no nível enunciativo, em que considerar os dicionários nas investigações semânticas é saber que o dicionário (e aqui, o *Dictionnaire Historique*) é um instrumento construído pela elite, que domina os saberes e a instrumentação linguística, o que implica que o sentido é oficializado pela elite, como bem acentuou Verdelho (2002, p. 22) ao falar do dicionário de Bluteau, escrito no século XVIII: “[...] salientaremos: a entronização das variedades linguísticas ‘nobres’ autorizadas pelos bons escritores e pelo prestígio da corte”. O gesto definitório é a tentativa utópica de esgotabilidade por vias nobres

enquanto modo da prática lexicográfica impor transparências aos processos de significância por vias intelectuais e predominantes.

Por outro lado, reestabelecendo a relação com o *Dicionário inFormal*, seu converso-transgressivo, é notório que este instrumento é agenciado (também) por significados e sentidos que circulam fluidamente na sociedade, e que muitas vezes não “cabem” nos dicionários especializados tradicionais. Os mais variados locutores, lexicógrafos ou não, definem ali, por uma política definitória sem “filtros de bem dizer” (AUROX, 2011, p. 95).

Temos que considerar ainda que há um “modo de enunciar” dicionaristicamente, que também valida o conteúdo da definição. O que nesta relação “formal impresso/informal online” nos dois dicionários mobilizados é bastante interessante, pois no que tange ao fato dicionário, a relação *Dictionnaire Historique/Dicionário inFormal* instaura uma relação recíproca representada por uma das AI do *Dictionnaire Historique* [ENUNCIAR DO MODO DICIONARIZADO DC LEGITIMIDADE] que evoca enunciados de legitimação de significações; um dos sentidos desta relação é seu recíproco, uma das AI do *Dicionário inFormal* [NEG-ENUNCIAR DO MODO DICIONARIZADO DC NEG-LEGITIMIDADE], que não se importa coma legitimação, mas prefere evocar enunciados de discussão de significados.

Isto ainda é mais notório quando se observa ainda na relação virtual/impresso, mas agora de modo mais amplo que extrapola os dois dicionários acima, a trivialidade dos modos de definir por meio de uma linguagem manual, como temos dito (MACHADO, 2011), própria da internet, onde é normal que se use simbologia imagética, não alfabética, sonora e animada (o que não compromete a eficiência definitória, ao contrário, lhe significa particularidades desta estrutura enunciada).

Por outro lado, no âmbito impresso tradicional, devido ao teor normativo que é um dos valores de um dicionário artefactual, segundo Aurox, os instrumentos de definição impressos, como o *Dictionnaire Historique*, são agenciados pela normatividade gramatical culta e alfabética, perpetuadas nas citações como: “emprego substantivado”, “doutrina estoíca”, “helenismo”, “sintagmas médicos”, e “figura de estilo”, dentre outros, revelando-lhe uma definição afeiçoada à classe intelectualizada.

É este jogo que nos leva a adotar uma condição de análise: falar do paradoxo é falar o que certo instrumento diz sobre o paradoxo (teoricamente, trata-se de investigar o verbete *paradoxo* polifonicamente). No caso do *Dictionnaire Historique*, *paradoxo* é boa palavra para locutores da Literatura, Poesia, Medicina e demais espaços intelectuais, mas não o é para

locutores da Lógica, o que nos leva a uma AE contextual à direita de *paradoxo*: [PARADOXO DC TERMO PRÓPRIO PARA SABERES ESPECÍFICOS].

Nesta seção vimos que pensar um objeto dentro de um dicionário é ter que responder a várias questões que constroem este dicionário. Assim, pretender investigar o paradoxo, contextualmente e estruturalmente, enunciado no *Dictionnaire Historique*, significa expor seu fazer lexical a uma gama de elementos na língua e na enunciação, que compõe pelo menos: locutor e interlocutor de um dicionário, regularidades políticas de um dicionário, línguas adotadas e suprimidas, saberes selecionados, disciplinas apregoadas, nortes concordados etc. Colocaremos agora ênfase na observação polifônica (dos locutores/interlocutores) de nosso corpus.

5.3 Análise polifônica do paradoxo

Continuando o propósito de investigar as significâncias dos discursos sobre o paradoxo em nosso corpus, passemos agora a refletir sobre os valores do verbete *paradoxo* no *Dictionnaire Historique*, a partir das muitas vozes ali presentes. Diante de uma definição extensa como a do *Dictionnaire Historique*, é necessário estabelecer critérios de privilégio de dados para a análise, o que podemos fazer pelas noções de *primeiro plano* e *segundo plano*, de Carel e Ducrot (2014a), já explanadas aqui.

Assim, em primeiro plano, consideremos inicialmente aquilo que salta à vista: as datas que acompanham todas as definições, como que a dizer que, neste plano de datas, ao menos paradoxo significa identificar origem temporal de ocorrências do termo. Deste modo, uma das AIs estruturais do *Dictionnaire Historique*, já vista acima, [PARADOXO DC DATAÇÕES], pela ocasião da enunciação da definição de *paradoxo*, transmuta-se em uma AI contextual acrescida da atitude de *concordar* (supondo que seus interlocutores concordem com a definição, por apresentar datas, e por isto, por ser legítima, validada; sem desdenhar do fato que podem discordar, o que geraria outra análise). A atitude de *concordar*, de seus leitores, é representada pela unidade polifônica:

(concordado, NÓS, [INDICAR OCORRÊNCIAS TEMPORAIS DC TER DATAMENTO ENQUANTO ORIGEM])¹⁸⁴.

O que evidentemente já desvela os locutores e interlocutores previstos neste dicionário: os estudiosos ou simpatizantes dos saberes historicistas de toda ordem (por exemplo, elencar datas significa que tal dicionário não teria exata serventia para a Arte, nem para a Engenharia, nem para a Física, dentre outros espaços, pelo menos a princípio. As datas históricas podem até significar ali, mas não são critérios para que lhes possam funcionar o paradoxo de alguma forma). Em outros dicionários, as datas são termos seletores, de modo geral. Em nosso dicionário histórico, as datas são termos expressivos, como vimos.

Há ainda o que se dizer deste plano de datas, que põe em voga as determinâncias políticas que constituem este dicionário: as datas-origens enunciadas advêm de registros oficiais (e não de documentos menos nobres, como anotações das ruas, de festas, domésticas etc). O que em si instaura outro jogo de AI contextual/estrutural no *Dictionnaire Historique*: este gesto de preferir documentos nobres expressa a AI contextual [PRESENÇA EM DOCUMENTO NOBRE DC VÁLIDO], que refuta sua transposta estrutural, própria da língua: [NEG-PRESENÇA EM DOCUMENTO NOBRE PT VÁLIDO]. A postura *concordada* pelos locutores deste dicionário é: se está em documento oficial, é válido (as enunciações de paradoxo ali mencionadas estão em registros nobres, enunciados em grego ou latim – línguas intelectualizadas do passado –, e em práticas profissionais nobres como Medicina, Filosofia, Arte, Literatura, e Método). Os locutores da definição *põem*, com a voz científica mundial, a seguinte unidade polifônica da AI de *paradoxo*:

(concordado, L, MUNDO: [REGISTRO EM DOCUMENTOS NOBRES DC VALIDADE DE NASCIMENTO])

Este dicionário perpetua a significância de que se a ocorrência não foi em saberes privilegiados e/ou em registros nobres, não há porque se mencionar: a origem “nobre” do funcionamento de *paradoxo* é critério administrador de sentidos ali (trata-se de política linguística, como veremos), que privilegia o nobre, e não o fluído. Assim, da mesma forma que os locutores da definição *põem* o aspecto acima, eles *excluem*, da mesma forma, sua negativa, o que podemos representar pela unidade contextual polifônica abaixo:

¹⁸⁴ A noção técnica NÓS aqui representaria a voz de uma coletividade científica que enuncia o aspecto que vê no datamento o nascedouro das palavras.

(exclui, L, MUNDO: [REGISTROS COMUNS COTIDIANOS DC VALIDADE DE NASCIMENTO])

Não é difícil de se notar que, neste dicionário, os registros cotidianos não tem valores documentais para definir o *paradoxo*, ali funciona com esta exclusão de seus locutores.

A análise de nosso corpus evidencia que definir não é um gesto livre em si, nem os dicionários são um instrumento democrático: toda definição é autoritária, e, polifonicamente, fica visível que toda definição mais *exclui* que *põe*. Os saberes nobres (Medicina, Filosofia, Arte, Literatura, Gramática, Latim, Grego etc) regulam, transvestem e descrevem de modo polido, a fluidez de uma palavra, que depois deste tratamento sim, está apta para a inserção no dicionário. Auroux acentua este processo polifônico: “toda língua é normatizada e possui locutores aptos a reconhecer e praticar uma espécie de ‘boa linguagem’” (AUROUX, 2001, p. 95).

Ainda precisamos dizer algo sobre a “gramatização da definição”: por que tudo que deve ser definido deve ser classificado por categorias gramaticais, como nome masculino/feminino, adjetivo, advérbio, plural, substantivo, neutro (no caso do grego) etc)? Isto nos faz falar sobre o impacto da gramática na metadescrição de qualquer língua. Como bem postulou Auroux (2001) e citado acima, falar “de” uma língua, na história das ciências da linguagem, se faz por dois instrumentos linguísticos: dicionário e gramática, bases tecnológicas deste processo. O mundo convencionou, ao longo da história, que meta-enunciar uma língua é dicionarizá-la e gramatizá-la. Assim, o valor estrutural presente no *Dictionnaire Historique*, e já aqui mencionado, [ENUNCIAR DO MODO DICIONARIZADO DC LEGITIMIDADE], passa a ser ampliado: não validará apenas a definição, mas a língua da definição (aqui, o francês). Instrumentar e gramaticizar uma língua é oficializá-la. Isto pode ser representado pela unidade polifônica, também estrutural (porque é um princípio de toda língua):

(posto, MUNDO, [INSTRUMENTAR/GRAMATICIZAR UMA LÍNGUA DC OFICIALIZAR ESTA LÍNGUA])

Não se ensina língua hoje sem a gramática. Temos até a estranheza de gramatizar línguas não gramatizáveis a princípio, como as línguas indígenas. Descrever gramaticalmente um termo em certas categorias, pontuando certos horizontes de retrospectão, expõe que definir, no *Dictionnaire Historique*, é (também) estancar termos em categorias gramaticais, construindo

sentidos da língua francesa. Não importa se um locutor qualquer tenha ou não interesses gramaticais, próprios de um linguista ou gramático. Cai-se o mito de que dicionários são feitos para locutores professores de línguas, o *Dictionnaire Historique* comporta a economia vocabular de uma língua, o francês, cujo índice indicador se organiza por determinações gramaticais.

Um outro ponto produtivo de se refletir polifonicamente é a relação entre as línguas da definição acima, que joga diretamente com a história das datações. As línguas mobilizadas são: latim, grego e francês. Evidentemente que não se trata apenas de localizar um primeiro registro, mas se trata de localizar um primeiro registro no grego, e no latim (ora, como provar que sinonímias de *paradoxo* não funcionavam em outras línguas, tão antigas quanto elas, como hebraico, aramaico ou persa, por outros modos e por outras regularidades?). O que o locutor da definição de *paradoxo* do *Dictionnaire Historique* faz é escolher certas línguas para referenciar sua definição. O locutor de nosso dicionário instaura um jogo entre a AI estrutural [DEFINIR DC USAR UM LÍNGUA ESPECÍFICA E SER DETERMINADO POR ELA], e a AI contextual [ESCOLHER CERTAS LÍNGUAS PARA DEFINIR X DC ESTAR SUJEITO ÀS ESPECIFICIDADES DAS LÍNGUAS ESCOLHIDAS]. Não há como escapar da triste máxima semântica de que escolher é empobrecer. Mesmo ciente de que não se pode (ainda) ser de outro modo. Não sem mexer na concepção estrutural dos dicionários e outros instrumentos definidores. Mesmo que não escolher seja um princípio de não ter parâmetro de avaliação ou julgamento, permanece o fato de que avaliar e julgar é desconsiderar outras significâncias em detrimento de outras.

O que queremos marcar ao refletir as relações entre as línguas mobilizadas na definição do *Dictionnaire historique*, é que “escolher” línguas é no mínimo estabelecer hierarquias. Polifonicamente dizendo: em nosso corpus, o locutor da definição toma a atitude linguística de *por* certas línguas, *excluindo* outras, *concordando* com uma hierarquia.

E o que podemos pensar na relação entre estas línguas? Primeiro, que estruturalmente o grego e o latim são perpetuados, nos dicionários mundiais (como se viu pela pequena amostragem de curtas análises no decorrer deste trabalho) enquanto provedores de validade informacional: utilizar grego e latim nos dicionários é não apenas identificar origem, é beber na própria significação estrutural destas línguas. Os locutores do nosso corpus assumem este significado, expressando a unidade polifônica:

(concordado, ELE [GREGO E LATIM DC LÍNGUAS PRIVILEGIADAS DO SABER HISTÓRICO])¹⁸⁵

Assim, grego é respeitável para definir, conforme atesta a regularidade dos dicionários, latim é respeitável para definir, pela mesma regularidade, mas outras línguas não. Esta significância estrutural da *definição* é tão forte nas línguas que, em um dicionário histórico, constar indícios de usos de *paradoxo* no português arcaico, por exemplo, uma língua bem mais nova, na relação com as línguas-mães, mas não constar o uso de *paradoxo* no grego, ou latim, seria produzir um sentido neste dicionário de “não bom”. Deste modo, conter latim e grego – não importa o que se diga – já significa qualidade positiva. E isto é encadeado no *Dictionnaire Historique*: ir até o latim e o grego é, portanto, critério de riqueza que autentica este instrumento enquanto um “bom dicionário”.

Mas uma questão polifônica surge: por que não definir a partir de exemplos de vozes tão antigas quanto o grego e o latim, como o árabe, e o persa, por exemplo? – Uma das respostas é o trabalho hercúleo que demandaria esta hipótese, trabalho já fartamente abreviado com o latim e o grego –. Não é certo que a origem das palavras persas sempre estas duas línguas, grego e latim (devido à consideração intelectual dada a elas) senão que se persegue, nestas duas línguas, as origens e ocorrências de muitas palavras. O Latim e o grego têm tradição de berços de investigações etmológicas e semânticas. As línguas árabes e persas, como outras, mesmo reivindicando a mesma idade e riqueza semântica, não desenvolveram esta tradição, o que é uma pena, e seu início, economicamente inviável para a lexicografia. Vimos que no *Dictionnaire Historique*, o que se tem, tem-se conforme o que se consta no latim e no grego. Em nosso corpus, a origem e uso (de *paradoxo*) não significa começo. Significa presença e uso em certa língua. A atitude de *exclure* outras línguas significa subserviência ao processo desta hierarquia que valoriza grego e latim, e desprivilegia outras línguas. Adiante, ainda traçaremos uma discussão por outros moldes, no que tange a esta política de línguas no processo da significação e da dicionarização.

De modo um pouco mais detalhado, podemos observar locutores com certas particularidades no *Dictionnaire Historique*, já que o enunciado é a fotografia da enunciação (DUCROT, 1987). Esta “fotografia” significa que a definição (enunciação) de nosso corpus traz em si muitas vozes (analisando polifonicamente) que “falam ao mesmo tempo”, vozes

¹⁸⁵ Como vimos no capítulo da Polifonia, este ELE é a noção que capta a inserção de uma voz “outra” que não a do próprio locutor, uma voz convencional, que fala de outro lugar mas que se faz ouvir neste enunciado, enunciada por outros locutores mas conclamada por este enunciado, constituídos por significâncias diversas que atravessam a voz do locutor principal, como a social e a histórica.

que “se acrescentam, se superpõem” (CAREL, 2011c, p. 31). E este emaranhado de vozes se totaliza no termo-título “paradoxo”. Contudo, todas estas vozes sobrepostas que falam juntas, previstas na significação temática do dicionário “*Historique*”, constituem-se de particularidades distintas que lhe dão identidade de diferença, no conjunto plural polifônico da explicação desta história. Vejamos algumas destas muitas vozes:

- O uso de “emprestado (1480) do latim” e “de para- < ao lado > de onde < contrário > (→ (1) para-) e de doxa < opinião >” revela uma voz *etimológica*;
- O uso de “fornece a Cícero” revela a voz de um locutor ligado de algum modo à Filosofia e à História, uma voz *filosófica*;
- O uso de “que chocam a opinião comum” e “empregado mais tarde como o nome, no sentido pejorativo, de ‘bizarro, inconcebível” revelam a voz de um locutor do senso comum, doxal, que não assimila o paradoxo, se choca com ele, uma voz *doxal*;
- O uso de “É um helenismo, camada do grego paradoxon, neutro substantivado do adjetivo paradoxos” e “Seu emprego substantivado com valor neutro” revelam uma voz *gramatical do grego*, por razões óbvias dos termos que escolhe;
- O uso de “que possui o paradoxo, que ama manusear o paradoxo” revela a voz de um locutor afeiçoado ao paradoxo, uma voz *paradoxal*;
- O uso de “sintagmas de uso médico, como pulso paradoxal (1928) e recentemente sono paradoxal” e “A mesma palavra foi incluída pelos médicos (1952) para designar as manifestações da atividade genital fora do período que vai da puberdade ao ambiente da senescência” revelam uma voz *da área de saúde*; talvez uma voz da *medicina*;
- O uso de “Paradoxo também deu o nome a uma figura de estilo, o **PARADOXISMO** n. m. (1784)” revela uma voz *estilística*;
- O uso de “hebraísmo significa imitação do hebreu” revela a voz de um locutor que exclui as vozes de outros modos de falar certa língua, que não o oficial, o gramatical: uma voz de *preconceito linguístico*;
- O uso de “O muito raro PARADOXISTA n. m. significa ‘aquele que manuseia o paradoxo’ em Chateaubriand, em 1848” revela o uso de uma voz de uma voz *literária*, ou voz de *escritor*.

Como bem marcou Nunes (2006, p. 31), “O que ocorre entre a palavra-entrada e o corpo do verbete é justamente um movimento entre o um e o múltiplo”. Pelos dizeres da TBS, este “múltiplo” são as vozes polifônicas que enunciam diferentemente, aos seus modos, este “um”, que é o *paradoxo*.

Obviamente que poderíamos encontrar mais vozes se nos debruçássemos sobre os muitos termos expressivos da definição. Mas esta visada mais evidente, explicitada a partir dos vários enunciados do todo da definição, já são suficientes para mostrar o entrelaçamento argumentativo (CAREL, 2011a) polifônico da postura histórica do *Dictionnaire Historique*.

Enfim, estudar o *Dictionnaire Historique* – como qualquer outro – é *concordar* com a enunciação do dicionário, não importa o que define, enquanto modelo sumarial, pedagógico e legitimador de uma língua numa sociedade que professa esta língua. Então, se o mundo tem que fazer sentido (a filosofia do sentido), tem que o fazer de modo legitimado (a socialização do sentido), e por isso, de modo criterizado, regulado sempre por permissões e omissões definitórias (a política do sentido). E estes três movimentos (filosofar, socializar e politicizar o sentido) significam *dicionarizar*. E no corpus do *Dictionnaire Historique*, a dicionarização embasou-se na sua particularidade temática, a história, que parcamente reduziu o processo de significação de quatrocentos anos em onze modelos, balizado pelo critério do prestígio da nobreza oficializada de autores (Cícero, Pascal, Du Bellay, Boiste, e Chateaubriand), saberes (Literatura clássica, Poesia clássica, Filosofia, Gramática, Arte e Medicina, dentre outros) e línguas (grego e latim).

Ao observar o paradoxo em nosso corpus, fica claro, portanto, que sentido é diferente de definição. A definição é uma enunciação, o sentido é a fotografia da enunciação (DUCROT, 1987). A definição é voluntária. O sentido não. Significar não é definir, mas definir é significar. E o nosso objeto, o paradoxo, adentra este jogo.

5.3.1 A relação unidade maior para unidade menor/ unidade menor para unidade maior

Neste capítulo, deixamos de lado nosso objeto principal, o paradoxo semântico, para se debruçar sobre reflexões dos discursos sobre o paradoxo. Vislumbramos estes discursos basicamente em alguns dicionários, sobretudo o *Dictionnaire Historique*, nosso corpus principal. Entendemos que se atentar para os discursos dicionarísticos sobre o paradoxo é um

passo produtivo para melhor designar “o que se diz ser” o paradoxo, e “como se diz” o paradoxo, para melhor pensarmos nosso propósito: “o que é” um paradoxo.

Uma última pontuação sobre a dinâmica de nosso trabalho: os primeiros capítulos de nosso trabalho apresentaram um modo procedimental de trabalho, qual seja, *de uma unidade maior para uma menor (sem desconsiderar a maior)*. Tecnicamente dizendo, *do discurso para o enunciado, sem desprezar o discurso* (ou do texto para a frase, sem desprezar o texto, como veremos). Uma teoria completa teria também que dar conta também do movimento procedimental inverso, qual seja, *de uma unidade menor para uma unidade maior (sem desconsiderar a menor)*. Tecnicamente dizendo, *do enunciado para o discurso, sem desprezar o enunciado* (ou da frase para o texto, sem desprezar a frase). O que inevitavelmente toca nas noções de texto, interpretação e leitura. Este movimento discursivo, bem como todas estas noções que ele mobiliza, constituem o projeto do próximo capítulo: *a análise do discurso* (enquanto possibilidade para vislumbrar o paradoxo semântico por modos complexos).

CAPÍTULO VI – ANÁLISE DISCURSIVA DO PARADOXO

Este capítulo pretende continuar a refletir sobre discursos sobre o *paradoxo* enunciado em um corpus de quatro dicionários: um principal, e três secundários. Como corpus principal, continuaremos a análise do já adotado (I) *Dictionnaire Historique*; e como corpus secundário, utilizaremos o dicionário brasileiro (II) *Enciclopédia e Dicionário ilustrado*, o também brasileiro (III) *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, e o dicionário japonês (IV) *Kokugo Ziten*.

Nestes quatro dicionários, nosso alvo é perscrutar o (que se diz sobre) paradoxo pensado pela noção de *discurso*, segundo a TBS. Veremos neste capítulo que a noção de discurso faz extrapolar o enunciado, e por isso representa uma noção sofisticada e rica para tratar a significação/o sentido paradoxal.

Muito embora a unidade de análise da TBS seja o recorte de uma frase/um enunciado, pontuamos que “recortar” uma unidade de frase/enunciado é diferente de “ter” apenas uma frase/enunciado. E o discurso será a noção teórica própria para vislumbrar a transformação entre enunciados, bem como o texto será a noção teórica para vislumbrar a transformação entre frases. Veremos isto pormenorizadamente neste capítulo: A relação linguística entre enunciados é uma primeira definição de discurso, e a relação linguística entre frases é uma primeira definição de texto.

Ampliar a circunferência semântica entre elementos linguísticos, como estamos propondo aqui, é pensar sobre *procedimentos de leitura*. O que vamos fazer neste capítulo. Ler é basicamente um modo operacional da interpretação, e para a TBS, a interpretação é uma metodologia para refletir sobre seu objeto, a língua (DUCROT, 1972b, p. 307). Deste modo, todo o conjunto analítico arrazado neste capítulo quer entender a questão ducrotiana: “por que certas interpretações puderam ser dadas ao enunciado e não outras?” (DUCROT, 1972b, p. 308, tradução nossa)¹⁸⁶. No conjunto, nossa reflexão sobre a leitura é um modo de se estudar o paradoxo linguístico-interpretativamente, pensando por que “[...] tal auditório interpretou tal enunciado de tal modo, e tal outro interpretou o mesmo enunciado de tal outro

¹⁸⁶ Do original : « pourquoi telles interprétations ont pu être données à l'énoncé et non telles autres » (DUCROT, 1972b, p. 308).

modo”? (DUCROT, 1972b, p. 307-308, tradução nossa)¹⁸⁷. De nossa parte, queremos estudar esta questão ducrotiana através da noção de *discurso*, alvo deste capítulo.

A reflexão sobre o discurso remete à reflexão sobre o texto. O texto (ainda sem precisar bem o que é texto) sempre teve peso na dinâmica TBS, desde os primórdios da ANL. Esta teoria sempre aceitou os desafios da linguagem enquanto grande rede simbólica interligada semanticamente, dando importância para o fato de que “A confrontação com o texto é assim um teste necessário para o linguista.” (DUCROT, 1999b, p. 105, tradução nossa)¹⁸⁸.

O que faremos agora é pensar esta concepção de leitura entre enunciados, de modo englobante, expansivo, macro-observacionalmente. Nosso projeto de capítulo é, sem dúvidas, extrapolar o conceito de nível (*niveau*) de Benveniste (1966, p. 119), mas preservando sua filiação saussureana ao procedimento de relações, que em nosso trabalho é basilar: “O procedimento inteiro de análise tende a delimitar os *elementos* através das *relações* que os unem” (BENVENISTE, 1966, p. 119, tradução nossa)¹⁸⁹. Assim, somos fiéis ao propósito estruturalista-enunciativo, e podemos otimizar a análise para flagrar significações/sentidos de forma menos ingênua, textual e discursivamente.

No caso do *Dictionnaire Historique*, o que metodologicamente buscaremos aqui é observá-lo não de modo seccional, como no capítulo anterior, mas queremos pensá-lo enquanto unidade maior entre enunciados, composta mais ou menos de 11 grupos de definições, organizada por 5 palavras em maiúscula, 13 datações que marcam as principais definições, citando 5 personalidades clássicas, e com 0 exemplos sobre o *paradoxo*.

Para a TBS, analisar textualmente é considerar “um todo” que significa. Analisar discursivamente é considerar “como e por que” este todo significa. Sobretudo, este número “0” de exemplos do *Dictionnaire Historique* nos interessa particularmente, porque entendemos que este texto (de não-exemplo) “faz ir” a outro(s) texto(s) (de exemplos), de algum modo, já que seu propósito é definir algo por aproximadamente 26 enunciados, sem explicitar o que se define. Há ali um contrato que faz dialogar textos, que expressa e faz ver a AI estrutural de [NEG-EXEMPLOS NO TEXTO DC BUSCAR EXEMPLOS EM OUTROS TEXTOS].

¹⁸⁷ Do original : « Tel auditeur a interprété tel énoncé d telle façon, tel autre a interprété ce même énoncé de telle autre façon » (DUCROT, 1972b, p. 307-308).

¹⁸⁸ Do original : « La confrontation avec les textes est ainsi un test nécessaire pour le linguiste » (DUCROT, 1999b, p. 105).

¹⁸⁹ Do original : « La procédure entière de l’analyse tend à délimiter les *éléments* à travers les *relations* qui les unissent » (BENVENISTE, 1966, p. 119).

E é a noção de discurso quem proporcionará a expressão argumentativa da falta na AI contextual total (de toda a definição) do *paradoxo* no *Dictionnaire Historique*, o que podemos representar pela unidade polifônica:

(concordado, L, ([NEG-EXEMPLOS NO TEXTO DC BUSCAR EXEMPLOS EM OUTROS TEXTOS])).

Ducrot (1984, p. 368-417) propõe uma análise que encadeia, continua de um enunciado até outro enunciado (ou de uma frase até outra frase), que galga encadeamentos e os toma enquanto possibilidade de argumentação no seu todo. Assim, a TBS iniciou uma elaboração de uma teoria de texto – no sentido comum – que preferirá chamar de discurso – sentido técnico –, onde um enunciado é observado quando inserido em uma unidade de sentido maior. Ora, como a Linguística contemporânea apregoa bem, a significação não está restrita aos limites do arquétipo estrutural do enunciado, embora ali esteja seu berço.

Sabe-se que ao se falar na grande área da Linguística é mais fácil encontrar discordâncias entre teorias que concordâncias. Porém, uma das poucas aquiescências entre as muitas teorias em Linguística é de que muitas teorias (inclusive a TBS) concordam com o fato de que um enunciado não consegue conter em si o sentido, e reclama outras relações. Essa é a dinâmica na linguagem. Deste modo, ultrapassar uma célula básica (frase, enunciado etc) para outra maior (texto, discurso etc) é discutir questões textuais – em um sentido nada específico.

Textualizar, de modo mais geral, é ampliar os dados. Textualizar é extrapolar o nível da frase ou enunciado. O modo, porém, como se dará tal extrapolação será elaborado pelas determinações dos critérios de cada teoria.

Sendo assim, Carel e Ducrot desenvolvem outros conceitos técnicos para poder flagrar com precisão o ambiente do sentido que permeia vários enunciados sem nunca trancafiar-se em apenas um, e habitando em todos eles, ao mesmo tempo.

Ducrot pondera que a leitura textual se inicia quando do vislumbre que relaciona no mínimo dois enunciados conjuntamente, ou mais. Tal vislumbre produz um sentido de *transformação de seus dois enunciados isolados*. Este fenômeno de transformação é bem produtivo:

Nós admitimos, margeados por relações formais, que unem elementos, **relações transformacionais, que unem enunciados**. [...] A palavra ‘transformação’ tem aqui um sentido diferente. [...] **Não se trata mais da passagem de enunciados primitivos a enunciados segundos, mas da**

relação linguística entre enunciados, sem implicar uma prioridade de um entre eles. [...] Nós negaremos ainda que as relações linguísticas se reduzam à simples co-ocorrência no interior de um corpus, mesmo à co-ocorrência de enunciados no interior de textos de dimensões tão importantes quanto se queira (DUCROT, 1989a, p.77, tradução nossa, grifo nosso)¹⁹⁰.

São as relações transformacionais que nos permitem intitular a definição do *Dictionnaire Historique*: só se pode enunciar *paradoxo* no início da definição, procedendo à transformação de seus muitos enunciados constitutivos. Paradoxo significa ali, antes de mais nada, a transformação de seu grupo de 11 definições, além das subdefinições, que expressa a AE estrutural de *paradoxo*: [PARADOXO DC DEFINIÇÕES]; como a qualidade destas definições está marcada no adjetivo *Historique*, que significa ali, antes de mais nada, a transformação de uma série de datações, 13 exatamente, expressando já citada AI estrutural [DEFINIR HISTORICAMENTE DC DATAÇÕES]. Se *paradoxo* são definições, e se definições são datações, então podemos dizer transversalmente que *paradoxo*, ali, também é datações. De modo transversal analítico, temos a AE contextual de *paradoxo*, já citada no capítulo anterior: [PARADOXO DC DATAÇÕES]. O que faremos agora é estudar as constitutividades e a complexa dinâmica deste discurso.

6.1 A relação texto/discurso: análise do *Dictionnaire Historique*

Antes de continuar nossa análise, será necessário teorizar estas duas noções, texto e discurso. Passemos a refletir sobre o texto e o discurso separadamente, imaginando que um estancamento entre os dois é possível, ao menos metodologicamente. Mas inicialmente, considera-lo-emos conjuntamente. A definição básica principal é: texto e discurso são unidades maiores que a frase e o enunciado. Veremos adiante que *o texto e o discurso não são um artefato (como um livro), mas texto e discurso são um gesto: um locutor textualiza (trabalha frases transformando-as em um texto), um locutor discursiviza (trabalha*

¹⁹⁰ Do original : « Nous admettons, à côté des relations formationnelles, qui unissent des éléments, des relations transformationnelles, qui unissent des énoncés. [...] Le mot <transformation> a ici un sens tout différent. [...] Il ne s'agit plus du passage d'énoncés primitifs à des énoncés seconds, mais de relation linguistique entre énoncés, sans impliquer une priorité de l'un d'entre eux. [...] On niera encore que les relations linguistiques se réduisent à la simple co-occurrence à l'intérieur de textes de dimensions aussi importantes qu'on le voudra » (DUCROT, 1989a, p. 77).

enunciados transformando-os em um discurso). O início destas noções é simples: se se ultrapassa os limites de uma frase (delimitada pela pontuação) já se tem um texto (duas frases, separadas por pontuação, em relação de significação), porque o (gesto do) semanticista transpôs uma frase a outra. “Ler” duas frases é textualizar.

O mesmo pode se proceder no âmbito da enunciação, pela noção de discurso: se se ultrapassa os limites de um enunciado (delimitada pela pontuação) já se tem um discurso (dois enunciados, separados por pontuação, em relação de sentido), porque o (gesto do) semanticista transpôs um enunciado a outro. “Ler” dois enunciados é discursivizar. Assim, a ideia de transformação de Ducrot, dada acima, é uma noção textual e discursiva.

Falemos do texto. Ducrot e Schaeffer (1995, p. 594) explicam que falar em texto não é fácil nem para teorias maduras, uma vez que a palavra *texto* implica uma gama de muitos elementos: visuais, verbais, pontuais, subordinais, adverbiais, coordenados, elípticos, figurados, onomatopéicos, metamórficos, anafóricos, catafóricos, dêiticos, rítmicos, dentre outros, ligados todos uns nos outros, por uma linha de sentido que acaba por delimitá-los, implícita ou explicitamente (não importa a natureza dessa ligação: negação, interrogação, afirmação, acordo, posto, exclusão, articulação etc). Como bem concluíram Ducrot e Schaeffer (1995, p. 594, tradução nossa)¹⁹¹:

A noção de texto, largamente utilizada no quadro da linguística e dos estudos literários, é raramente definida de maneira clara: alguns limitam sua aplicação ao discurso escrito, até mesmo a obra literária; outros vêem nele um sinônimo de *discurso*; outros, enfim, lhe dão uma extensão transemiótica, falando de texto fílmico, texto musical, etc.

Localizando melhor esta vaguidão da noção, quando falamos de texto, neste trabalho, não é ele enquanto artefato que nos interessa, mas a sua produção e a significação de unidade que lhe constitui. Por exemplo, ao estudarmos o *Dictionnaire Historique*, não é o “livro”, objeto físico, de mercado ou de trabalho, que nos interessa. O que nos interessa são as marcas linguísticas destas condições (marcas estruturais de todo tipo, que significam e pressupõem o mercado, o trabalho, a pesquisa etc) que dá existência argumentativa a este dicionário

¹⁹¹ Do original : « La notion de **texte**, largement utilisée dans le cadre de la linguistique et des études littéraires, est rarement définie de manière claire : certains limitent son application au discours écrit, voire à l’œuvre littéraire ; d’autres y voient un synonyme de *discours* ; certains, enfin, lui donnent une extension transsémiotique, parlant de texte filmique, texte musical, etc » (DUCROT, 1995, p. 594).

significando-o na totalidade um texto. E isto que nos interessa: inicialmente a definição de texto são os gestos de eleger um “começo” e um “fim” (no *Dictionnaire Historique*, 1480 e 1848) baseados em critérios de seu locutor para por autoritariamente este começo e este fim, balizado pela escolha de algumas pertinências de toda ordem.

A depender da teoria, de modo geral na Linguística, sabe-se que a linha de significação que permite a um grupo simbólico chamar-se texto pode ser organizacional, pressuposicional, sugestiva, alusiva etc. O problema é que tal linha delimitativa é sempre opaca e oscilante para a maioria das teorias linguísticas. Assim, para que seja possível analisar uma coligação de simbólicos que se pretenda condensar-se na nomeação texto, sob as estratégias de uma linha de significação que os una, faz-se jus lançar mão de uma teoria que dê conta dessas nuances fugidias embora presentes; escorregadias embora marcadas; rebeldes embora de algum modo organizadas.

Foi o que pensaram Carel e Ducrot, como veremos adiante, atentos para uma teoria que se vale da estrutura da linguagem, mas tem olhos para a significação dessa linguagem, nem sempre marcada de modo evidente na linguagem: isto é mais uma vez uma de nossas questões preferidas no *Dictionnaire Historique*: como entender teoricamente o fato de que este dicionário descreve várias vezes o *paradoxo* (em um grupo de 11 definições), diz quem usou o paradoxo de modo clássico (5 vezes), aponta as línguas utilizadas para dizer o paradoxo (3 vezes), data os registros históricos do paradoxo (13 vezes), mas nunca vai mostrar, de fato, o exemplo de um *paradoxo*?

Esta resposta só virá pela noção do discurso. Como vimos, se falar de texto é falar de uma linha de significação que delimita um grupo de elementos, a depender da teoria que se adota, essa linha terá nome e propriedades específicas. Isto quer dizer que o texto difere de teoria para teoria.

Semanticamente pensando, se o texto enquanto somente “registro de soma de linhas” é insuficiente para perscrutar o sentido, a TBS deve apresentar noções técnicas capazes de apreender a significação em níveis grupais da linguagem. Foi o que fizeram Carel e Ducrot, como veremos. No caso da TBS, falar em significância é falar em argumentação, o texto será tratado pelos encadementos que evoca e aspectos que expressa, em unidades, em partes, ou em totalização. *Trataremos o texto pela condição da argumentação (com tudo que ela acarreta), e não (só) necessariamente pela sua forma.* Isto nos ampliar, por exemplo, a leitura de todas as definições do *Dictionnaire Historique*, que discursivamente, expressarão a AI

contextual: [DEFINIR DC EXPLICITAR DATAS], e sua correspondente: [TODA PALAVRA DC DATAÇÕES].

Ducrot (1984; 1999b) e Carel (2011a; 2011b) estão atentamente abertos a estes limites tênues do texto, e neles trabalham, como explica Carel:

[...] a análise semântica deve se apoiar sobre a análise textual. As palavras dos enunciados não são sempre suficientes para determinar o sentido do enunciado, e é, então, o texto, com sua organização geral [...], com sua capacidade de ter partes com estatutos diferentes, em nome de sua própria natureza de texto, que sustentam a interpretação semântica de seus enunciados (CAREL, 2011b, p. 197).

Para melhor tratar analiticamente estas abrangências textuais, Ducrot refina a questão propondo diferenciar teoricamente texto e discurso. O texto é do nível da frase, o discurso é do nível da enunciação. Ducrot (1984, p. 376) vai afirmar que texto (agora enquanto noção técnica, frástica) é uma noção limitada, inexata, e insuficiente. Uma noção técnica mais sofisticada, madura, produtiva, e abrangente, porém complexa e coerente com as exigências do sentido, será o *discurso* (agora enquanto noção técnica, enunciativa).

Ducrot (1984, p. 369) entende o texto enquanto uma relação frase/frase (interligadas por seus significados, produzindo um texto), e entende o discurso enquanto uma relação enunciado/enunciado (interligados pelo(s) sentido(s), desvelando um discurso): “Quanto à palavra ‘discurso’, ela designará uma sequência de enunciados ligados entre si: um discurso será, portanto, uma realização de um texto” (DUCROT, 1984, p. 369). A linha responsável por demarcar um texto na dispersão frástica é a significação. Em paralelo, a linha que organiza um discurso na dispersão enunciativa significativa é uma outra dispersão, a dos sentidos.

Deste modo, podemos rascunhar um início de diferenciação na leitura global do nosso corpus:

- Pelo texto:

A definição no *Dictionnaire Historique*: [DEFINIR DC EXPLICITAR DATAS];

Outras palavras no *Dictionnaire Historique*: [TODA PALAVRA DC DATAÇÕES];

Paradoxo no *Dictionnaire Historique*: [PARADOXO DC DATAÇÕES].

- Pelo discurso:

Enunciação de definição no *D.H.*: [DEFINIR DC PRIVILEGIAR ALGUMAS DATAS];

Enunciação de outras palavras no *D.H.*: [TODA PALAVRA ESCOLHIDA DC PRIVILEGIAR ALGUMAS DATAÇÕES];

Enunciação do *Paradoxo* no *D.H.*: [PARADOXO DC PRIVILEGIAR ALGUMAS DATAÇÕES].

A leitura global do texto (âmbito da frase) possibilita a leitura global do discurso (âmbito do enunciado) porque “[...] o enunciado diz coisas que a frase não pode dizer” (DUCROT, 1984, p. 370-371). Percebe-se, sem impecilhos, que ambas as linhas de significações que produzem um texto, e de sentidos que arranjam um discurso, são organizadas pela interpretação de seus locutores. Se o locutor organiza o texto e o discurso, este locutor intérprete integra o texto e o discurso. Por isso, para a TBS, *o texto e o discurso são concebidos na interpretação*. E por isso seus limites são sempre questionáveis, ou nunca estáveis. Essa instabilidade e problemática do limite é assumida pela postulação do nível complexo: “A consideração dos problemas semânticos, que leva a opor a entidade abstracta às suas ocorrências, fundamenta igualmente a distinção entre o nível elementar (frase, enunciado) e o nível complexo (texto/discurso)” (DUCROT, 1984, p. 373).

É possível que o texto artefato exista por si só, mas o discurso não. Para que o discurso exista, deve ser enunciado, e a enunciação do discurso é um processo complexo. Podemos, então, atualizar mais um nível de nosso quadro teórico:

Quadro 21 – Quarta elaboração da dimensão “Língua/Fala”

Língua	Fala
Frase	Enunciado
Significação	Sentido
Pressuposto	Subentendido
Argumentação estrutural	Argumentação contextual
Texto	Discurso

É sempre pertinente lembrar que, para a TBS, a disposição acima não se trata de isolamento absoluto das colunas. Elas interagem dinamicamente. Na verdade, a coluna da esquerda é estratégia analítica para operar a coluna da direita, bem como a da direita desvela a da

esquerda, uma vez que para a TBS a frase é o signo da linguagem, que se concretiza na/pela enunciação: “o sentido do enunciado torna-se uma noção operatória, que o linguista constrói de acordo com as necessidades de seu empreendimento global” (DUCROT, 1987, p. 60). Se a primeira coluna é quase determinada por uma estabilidade semântica geral, que expõe seu plano semântico por clareza, a segunda, por sua vez é rebelde a estes princípios, sem poder, contudo, deixar de lado a significação, e é determinada por uma instabilidade de sentidos, produzida pela especificidade do acontecimento, que vislumbra um plano de sentidos por opacidade: “a maior parte dos enunciados têm uma propriedade que as frases raramente podem ter: trata-se da propriedade de referir [linguisticamente]” (DUCROT, 1984, p. 370-371).

A explicação ducrotiana é básica: o texto é um argumento de fechamento, já que desconsidera o funcionamento. O discurso é um argumento de abertura, já que considera a enunciação. Ambos assemelham-se pelo caráter plural de unidades da língua, mas se diferenciam pela orientação oposta, produzida pelo estatuto enunciativo. Temos aí no discurso, então, uma noção produtiva e complexa (DUCROT, 1984, p. 373), e que por isso decidimos que deve ser melhor explorada, inclusive em outro corpus.

6.2 A totalização: análise da *Enciclopédia e Dicionário Ilustrado* e do *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*

Neste tópico queremos explorar a noção de *totalização* ducrotiana, pertinente para operar o discurso. Para tal, valer-nos-emos de um exemplo de fenômeno discursivo formado por enunciados díspares. Primeiramente, refletiremos na definição do instrumento brasileiro *Enciclopédia e Dicionário ilustrado*, de Houaiss e Koogan (1997, p. 1204):

PARADOXO s.m. Contradição, pelo menos aparente. (Ex.: *falo melhor quando emudeço.*) / Opinião contrária à opinião comum. / *Filos.* Contradição a que chega, em certos casos, o arrazoamento abstrato.

No que nos interessa por ora, tomemos dele duas frases de significado bem distintos, sem familiaridade semântica:

- (a) Contradição, pelo menos aparente.;
- (b) Opinião contrária à opinião comum.

Na esteira de Ducrot, concordamos que há dificuldade em se afirmar um texto (unidade de significação) nesta definição, porque *contradição* (opostos em fusão) e *opinião contrária* (negação do senso comum) não partilham de familiaridade sêmica. O projeto textual do locutor é enumerativo, uma pretensão de construir um índice, mesmo que o efeito discursivo seja outro qualquer. O que une os enunciados é um aditivo como *e também*, mesmo que em elipse.

Tecnicamente, o que temos é dois conteúdos [a] e [b]. Contudo, discursivamente, há transformação enunciativa [a + b], sem privilégio hierárquico, há apoio entre os dois conteúdos, um gesto de interpretação uno (sempre) é possível discursivamente. A análise se dará pelo discurso (unidade de sentido): um conteúdo totalizado.

A totalização, responsável pela unidade do sentido (e não “soma” de enunciados), é outra noção ducrotiana que marca a existência do discurso. Se há discurso, é porque é possível totalizar uma unidade de sentido a partir de uma pluralidade de elementos. Como veremos, Ducrot vai afirmar que um texto pode (com dificuldades) significar. Mas todo discurso tem um sentido uno. Esta discussão se dá em Ducrot pelos termos técnicos de *totalização*. É o que veremos a seguir.

Ducrot afirma que o plano de investigação da análise do discurso tem dupla ótica para manipular o sentido: “dividimos pois o sentido do discurso em duas partes. Uma é a totalização dos sentidos que os enunciados possuem individualmente, a outra resulta da sua organização no discurso” (DUCROT, 1984, p. 376). Ducrot nos dá embasamento para proceder à afirmação de que, na *Enciclopédia e Dicionário ilustrado* acima, a definição de *paradoxo* é composta de, no mínimo, dois sentidos distintos, e um totalizado, assim:

- (a) A AE contextual à direita de *contradição* [CONTRADIÇÃO DC OPOSTOS EM FUSÃO]
- (b) A AE contextual à direita de *opinião contrária* [OPINIÃO DC NEG-PERPETUAR O SENSO COMUM]. E
- Sentido totalizado: a AE à direita contextual de *paradoxo*, título da definição: [PARADOXO DC CONTRADIÇÃO E NEG-OPINIÃO COMUM]

Carel e Ducrot (2014a, p. 34, tradução nossa)¹⁹² enfatizam a importância de análises discursivas para o tratamento dos sentidos: “Cada ‘cena’ faz um todo, cuja unidade está por se descobrir”.

Podemos ainda pensar o discurso deste dicionário conforme Ducrot organiza e problematiza a questão discursiva enquanto um projeto maior, mas detalhável:

Imaginemos um discurso D, realização, por um locutor L, de um texto T. D é constituído pela sequência de enunciados E₁, E₂, ..., E_n, eles próprios realizações de frases F₁, F₂, ..., F_n. Em que pode constituir o sentido de D? [...] temos de admitir que o sentido de D contém, nomeadamente, o sentido de cada um dos E₁, E₂, ..., E_n. [...] O autor do discurso ‘diz’, pois, tudo o que ‘diz’ em cada um dos enunciados (totalização característica do discurso e que seria absurdo transportar para o interior do enunciado. O locutor de um enunciado não assume a responsabilidade de cada uma das proposições de que este se compõe (DUCROT, 1984, p. 375-376).

Passemos a aplicar esta proposta em nosso corpus momentâneo:

(t) *PARADOXO s.m.* (a) *Contradição, pelo menos aparente.* (a’) (*Ex.: falo melhor quando emudeço.*) / (b) *Opinião contrária à opinião comum.* / (c) *Filos. Contradição a que chega, em certos casos, o arrazoamento abstrato.*

Aqui o processo de significação revela no mínimo os elementos locutor (L), um texto (T) constituído de frases (F) e um discurso (D) constituído de enunciados (E), assim:

D – a definição de *paradoxo*: [E_t; E_(a); E_(a’); E_(b); E_(c)];

L – Houaiss e Koogan;

T – frases de significados distintos: [F_t]; [F_(a)]; [F_(a’)]; [F_(b)]; [F_(c)].

Como vimos, Ducrot disse ser difícil falar de totalização no texto. Mas no caso da *Enciclopédia e Dicionário*, o significado uno de texto é possível, porque há também uma frase título, o *paradoxo*. Então, falar em unidade frástica em dicionários é possível porque eles trazem já uma frase síntese: o termo-entrada (aqui, o *paradoxo*). A verificação é fácil:

¹⁹² Do original : « Chaque <scène> fait un tout, dont l’unité est à découvrir » (CAREL ; DUROT, 2014a, p. 34).

pensando frasticamente, se não houvesse a frase inicial *paradoxo*, seria impossível encontrar apoio e elemento de totalização para {[F_(a)]; [F_(a')]; [F_(b)]; [F_(c)]}, ou apenas [*contradição e opinião contrária*] nesta definição, tal como está escrito. Textualizar nestas frases é considerar o fato de que “encabeçar a definição com um nome equivale a um mecanismo de seleção, em que um elemento é selecionado e outros são deixados de lado” (NUNES, 2006, p. 37). Assim todas as frases do texto desta definição partem da frase título.

O mesmo não seria necessário pensando na instância enunciativa: se assim o pudesse, mesmo sem o enunciado-título, poder-se-ia sugerir a totalização de sentido “paradoxo” de [E_(a); E_(a'); E_(b); E_(c)] pelo contexto e situação de um “dicionário” (no âmbito enunciativo, o dicionário em si carrega contextualizações e situações: a situação-dicionário prevê ler enunciados totalizando-os no seu termo-entrada, por exemplo), dentre outros elementos.

Enfim, o propósito deste tópico é mostrar que, conforme Ducrot, existe uma totalidade que significa a complexidade de discursos composto de frases díspares semanticamente. Mas não se trata de uma soma matemática de enunciados, nem de listagem das materialidades, mas de uma significação única perceptível por um *modus operandi* englobante que leva em conta todos enunciados. Só existe discurso porque é possível falar em totalização significativa de uma dispersão delimitada por um intérprete.

De nossa parte, nós complementaremos esta noção, dizendo que esta totalização ducrotiana pode ser uma *totalização pré-leitura* (um gesto interpretativo de totalizar antes da leitura de um texto) ou uma *totalização pós-leitura* (um gesto interpretativo de totalizar após a leitura de um texto). Por exemplo, um livro qualquer (texto) pode ser totalizado de modo pré-leitura, previamente, como: mistério, comédia, romance etc, dentre outros clichês. Este mesmo livro, agora enunciado por J. K. Rolling (discurso), pode ter um sentido totalizante pré-leitura de “bom” pelos intérpretes adolescentes, não importa o que ela escreva (suas vendas são garantidas antes dos lançamentos); bem como um livro (discurso) enunciado por Machado de Assis totaliza-se de modo pré-leitura como “redação exemplar” pela tradição dos intérpretes literários, não importa tema, modo ou organização da estória. Os pré-sentidos abafam questões estéticas, e isso é um dos significados da palavra “modismo da escrita” em um, e “clássico da escrita” no outro. A totalização pré-leitura desvela um aspecto estrutural da palavra *clássico*: mesmo antes de ler, já temos: [CLÁSSICO DC PRÉ-SIGNIFICAR BOM], como vimos no *Dictionnaire Historique*, que apenas pela citação de Cícero, Pascal, Du Bellay, Boiste, e Chateaubriand (sem ter acesso à citação direta do que eles enunciaram sobre o paradoxo), produzem sentidos de respeito na enunciação da sua definição. E do mesmo

modo, temos os gestos de totalização pós-leitura, que condensarão textos após o exercício da leitura, como vimos na AI contextual do *Paradoxo* no *Dictionnaire Historique*, totalizante por pós-leitura: [PARADOXO DC PRIVILEGIAR ALGUMAS DATAÇÕES].

Ainda uma reflexão da relação “marca/dicionário”, cujo processo é indesviável das significações do termo pleno *marca*, que afeta e constrói os sentidos de toda definição publicada: se pensarmos os dicionários não enquanto “apenas um dicionário” (texto), mas enquanto um dicionário enunciado pela marca *Aurélio*, no Brasil (discurso), concordaremos com o sentido total pré-leitura de “bom dicionário”. E esta significância estrutural de [MARCA DC PRÉ-LEITURA] é observável em qualquer dicionário, desde que lançado por uma editora: um dicionário lançado pela marca *Le petit Robert*, na França (discurso), também compreende considerável respeito e citação em obras acadêmicas ou não, significando a totalização pré-leitura “bom dicionário”. O mesmo ocorre com a coleção multilíngue enunciada pela marca *Larousse* (discurso), com boa tiragem em várias línguas no mundo. Estamos dizendo que não olhamos somente para *o dicionário* (artefato), mas para *um dicionário* (discurso) enquanto argumento que expressa senão “[...] séries de fatores que indicam acontecimentos, instituições, autores, teorias, obras ligadas à produção dicionarística” (NUNES, 2002, p. 102), passíveis de serem totalizados pré ou pós leitura destes elementos, e indesviáveis das significações do expressivo constitutivo *marca*.

Deste modo, estamos autorizados a dizer que, para a TBS, o intérprete é quem dará a delimitação para o sentido total, e não somente o “papel”, e o “formato”, e a “disposição material” etc (embora estes elementos integrem a totalização do sentido).

Um outro exemplo interessante nesta linha discursiva de totalização pré-leitura de um dicionário, isto é, que joga com a concepção de sentido total do dicionário sem lê-lo: o governo estadual de Minas Gerais, nos últimos anos, enviou às escolas mineiras um exemplar do completo, exaustivo e enorme *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (HOUAISS; VILLAR, 2001). Uma obra com 2.127 páginas de vasta abordagem, assimilando enunciados como: “*É um dicionário de enorme qualidade*”.

Mas vamos aqui por atenção nos fatores situacionais e contextuais que dão significância à totalização deste dicionário: esta voz de *enorme qualidade* é enunciada e assimilada (ou não) por qual locutor? Não é raro averiguar que, neste espaço mineiro, os alunos não o interpretam assim. O que nos interessa neste episódio da entrega dos exemplares do *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* é que, em não raros casos, apresenta-se pouca consulta deste enorme dicionário no ensino médio, pelo tamanho, pelo peso, pela condição

antianatômica (não cabe na carteira), pelo excesso de informações que atrasa a objetividade das atividades nos curtos 50 minutos de aula e etc. Estes fatores e outros fazem com que o locutor aluno não opte pelo *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* e o deixe como um artefato que não sai da biblioteca. O aluno acaba preferindo, para a sala de aula, minidicionários, de mesmo nome, bem menores em tamanho e conteúdo¹⁹³, que respondem melhor à objetividade de consulta-resposta, à aplicabilidade de apoio de redação e etc. Tentaremos descrever este fato segundo a TBS.

Tomemos o texto impresso do *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (T_H). Inicialmente, é comum que um professor de Português (L_p) e um aluno (L_a) interpretem diferentemente este texto, que passará, pelas suas interpretações, a instanciar-se discurso (D). Isto é, esta interpretação de um único (T_H) especificará dois discursos, advindos da interpretação do professor e do aluno. Na especificidade deste caso, teríamos aí um discurso em que o locutor professor tomaria a atitude de *por* uma totalização contextual (D_p : [OBRA DE EXCELÊNCIA DC USAR], por exemplo, *excluindo* seu transposto, os minidicionários: [NEG-OBRA DE EXCELÊNCIA PT USAR]).

Totalmente ao contrário, o locutor aluno (L_a) interpretará o mesmo enorme *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (T_H) diferentemente, pela atitude de *excluir* discursos como o do seu professor (D_p e D_{a1}) “obra por excelência”, e *por* totalizações como o contextual converso do professor (D_{a2} : [NEG-OBRA DE EXCELÊNCIA PT USAR]), produzindo sentidos de “facilidade”, ou “agilidade”.

Neste jogo da relação “mesmo texto (T_H)/discursos contrários (D_p ; D_a)” dada por totalização-pré-leitura dos dicionários, ainda teríamos outros discursos, como o discurso do aluno estrategista, que *põe* o converso do professor, “não querem usar dicionário”, alegando poder supor sentidos dos exercícios propostos pela situação e contexto (D_{a3} : [OBRA DE EXCELÊNCIA PT NEG-USAR]); bem como o discurso do aluno exigente, que *põe* o recíproco do discurso do professor, alegando “não fazer a atividade por falta de exemplares suficientes do *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*”, já que há apenas um único exemplar enviado pelo governo para a escola, desproporcional aos quarenta alunos matriculados (D_{a4} : [NEG-OBRA DE EXCELÊNCIA DC NEG-USAR]).

¹⁹³ Evidentemente que não estamos generalizando a situação porque é difícil mensurar estatisticamente esta asseveração nossa. Marcamos aqui exemplos corriqueiros, que tem suas nuances, ressalvas e contra-exemplos. Há casos em que o próprio professor prefere o minidicionário, como há casos em que o Houaiss é preferido pelos alunos. Falamos aqui de um cotidiano específico, em que a maioria dos alunos dá preferência aos minidicionários, quando solicitado que escolham um tipo de dicionário.

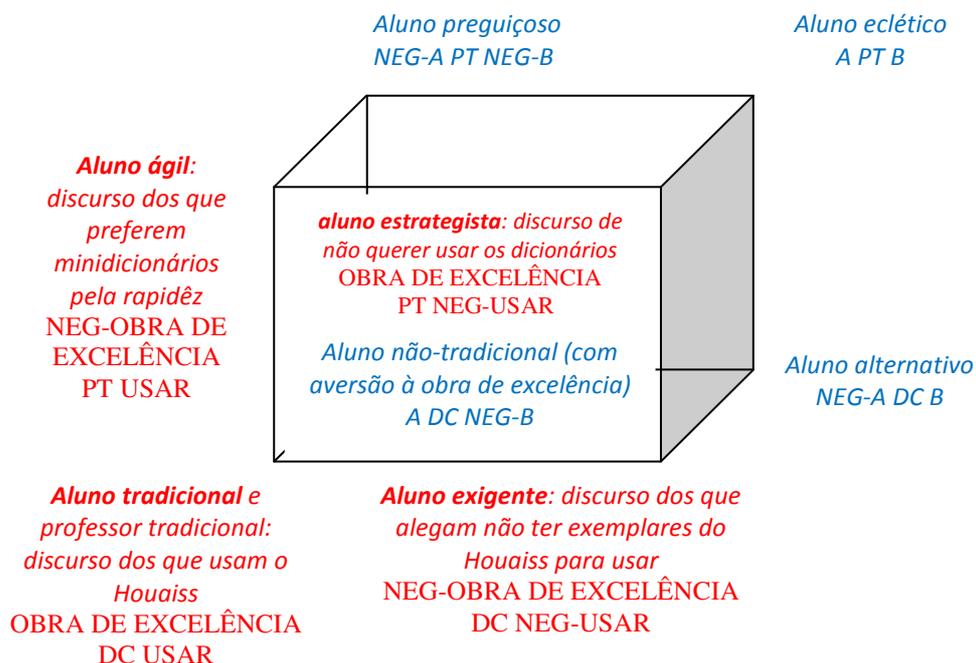
Estamos diante de um quadro específico enunciativo polemizado entre dois tipos de locutores, professor e aluno, em que, a partir do mesmo texto (T_H) têm-se duas linhas de discursos em embate (D_p e D_a), em que cada um *exclui* a voz do outro, *pondo* sua contrária.

Estes quadro discursos de aluno (e professor) representam a face frontal-doxal do cubo argumentativo “obra de excelência, usar”. Falemos da face final-paradoxal destes discursos.

No que tange aos paradoxais, temos o discurso dos alunos não-tradicionais – os normativos-paradoxais dos alunos tradicionais –. Eles *põem*: ($D_{a\ 5}$: [OBRA DE EXCELÊNCIA DC NEG-USAR]). Ainda na linha dos discursos paradoxais no que tange ao *Houaiss*, temos também os discursos conversos destes não-tradicionais, os dos alunos ecléticos, aqueles que “preferem as obras alternativas, mas nem por isso deixam de lado as obras de excelência”. Eles *excluem* a anterior normativa não-tradicional, e *põem* a seguinte transgressiva forte: ($D_{a\ 6}$: [OBRA DE EXCELÊNCIA PT USAR]); também temos o discurso recíproco esquerdo deste, os discursos dos alunos preguiçosos, aqueles que, “na falta de obras de excelência, deveriam usar materiais alternativos, mas acabam não usando nada”, eles *põem*: ($D_{a\ 7}$: [NEG-OBRA DE EXCELÊNCIA PT NEG-USAR]); e completando o cubo, o converso diagonal inferior deste, o discurso dos alunos alternativos, aqueles que “preferem material alternativo, e como não há material de excelência, melhor ainda, eles discursam a satisfação em usar material alternativo”. São os que preferem ir além do tradicional, além das obras de excelência, os que “têm bons olhos para materiais alternativos”, com outras posturas. Eles *põem* ($D_{a\ 8}$: [NEG-OBRA DE EXCELÊNCIA DC USAR]).

Podemos observar estes oito discursos de totalização pré-leitura oriundos do mesmo texto *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, no quadrado argumentativo abaixo:

Figura 14 - Bloco da AI contextual do uso do *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, em MG:



Na hipótese de uma sala de aula com todos estes interlocutores do *Houaiss*, poderíamos marcar dentre vários outros, um paradoxo semântico em uma situação conversa entre planos. Para dar um exemplo, aquele entre o “aluno exigente” [NEG-OBRA DE EXCELÊNCIA DC NEG-USAR], que é favorável às obras de excelência, e não faz uso delas pela sua ausência; e o “aluno preguiçoso” [NEG-OBRA DE EXCELÊNCIA PT NEG-USAR], que não prefere obras de excelência, e justamente na falta delas, deveria estar satisfeito com isto e usar outro material, mas não faz uso de nada. Aplicado à nossa fórmula *ser X mesmo sendo Y*, teremos o paradoxo semântico que relaciona os planos frontal-doxal/final-paradoxal.

Ele é exigente, *mesmo sendo* preguiçoso.

Como quando um aluno respeita o material de excelência, *mesmo sendo* alguém que não goste dele, e nos dois casos, não o utiliza. Eis o paradoxo semântico: *respeitar* e *não gostar*. Como em *Eu respeito, mesmo não gostando*. Em nosso caso, será o enunciado “Eu respeito o Houaiss, mas não gostando dele”. Ora, se respeita, portanto, prevê seu uso de alguma forma; se não gosta, desmerece seu uso de alguma forma. Nesta interdependência mora o paradoxo semântico.

Paradoxo semântico representado por: [NEG-OBRA DE EXCELÊNCIA (DC) NEG-USAR]

Onde os “()” significam a soma de DC+PT, como já vimos.

Voltando agora para o *Enciclopédia e Dicionário* inicialmente analisado, podemos resumir que a análise do discurso por totalização, pré-leitura (significar o total sem ler o conteúdo) ou pós-leitura (significar o total após ler o conteúdo), segundo a reflexão de nossos dois corpus deste capítulo, dispõe-se da seguinte forma:

- No caso da *Enciclopédia e Dicionário* podemos marcar uma totalização pós-leitura de *dois textos e um discurso*:

F₁: [*Contradição, pelo menos aparente.*]; F₂: [(*Ex.: falo melhor quando emudeço.*)] = T₁:
[CONTRADIÇÃO DC OPOSTOS EM FUSÃO];

F₃: [*Opinião contrária à opinião comum*] = T₂:
[OPINIÃO DC NEG-PERPETUAR O SENSO COMUM]]

D = Sentido totalizado: a AE à direita contextual de *paradoxo*, título da definição:
[PARADOXO DC CONTRADIÇÃO E NEG-OPINIÃO COMUM]

- Ao contrário, no caso mineiro da relação *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, podemos marcar uma totalização pré-leitura de *dois discursos a partir de um mesmo texto*, no mínimo:

Interpretação de um dos locutores-aluno do (T_H) *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*:
(D_a: a totalização [OBRA DE EXCELÊNCIA PT NEG-USAR])

Interpretação do locutor-professor do (T_H) *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*:
(D_p: a totalização [OBRA DE EXCELÊNCIA DC USAR])

Da mesma forma que, como vimos, o *Dictionnaire Historique*, alvo do capítulo anterior, apresenta uma totalização pré-leitura de [DEFINIÇÃO DC DATAÇÃO] e uma totalização pós-leitura de [PARADOXO DC DATAÇÃO].

Este movimento de resumo-conclusão acima tem peso para a apreciação de nosso corpora geral de dicionários (que terá certa desenvoltura se tomado como texto, e outra se tomada como discurso).

Para findar este tópico, ainda é pertinente considerar que a ideia ducrotiana de totalização faz ampliar toda análise se se considera a perspectiva saussureana de que tudo é relacional. Isto é, após totalizado, um discurso não pode parar ali, porque reclamará um outro elemento para lhe fazer par relacional (totalização/???). Não se pode, metodologicamente por vias enunciativas estruturais, gerar um elemento (todo) e “parar” nele. Sugere-se, portanto, que o aspecto da totalização do sentido possibilita sempre a possibilidade analítica da abertura, “algum elemento” que virá a se relacionar com o todo. Totalizar é um procedimento inclusivo perpétuo. É englobar para de novo relacionar, e depois englobar novamente, e mais uma vez instaurar relação...

Pensando a sempre-integração da totalização, qualquer bloco totalizado [definição X] relacionar-se-á com pelo menos os outros blocos totalizados, pré ou pós leitura, [dicionário X], que se insere ao [dicionários brasileiros (ou não)], que está incluído ou não nos [dicionários de excelência], que se insere em [dicionários de tema x], entre outros blocos.

Por exemplo: no tocante ao *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, o discurso de totalização pré-leitura docente do bloco [OBRA DE EXCELÊNCIA DC USAR] é passível de relação com outros blocos, como o discurso de totalização pré-leitura dos dicionários dispendiosos [OBRA DE EXCELÊNCIA DC ALTO CUSTO ECONÔMICO], ou até do discurso de totalização pré-leitura de preservação das escolas: [ALTO CUSTO ECONÔMICO DC NEG-USAR] etc. Como se vê, a noção de AE quando explorada pela noção de totalização, promove a integração e exploração da noção de discurso. E a noção de discurso é produtiva para relacionar, integrar, considerar, abrir, e expandir a investigação dos sentidos. Assim a TBS efetiva interpretações micro-enunciativamente ou macro-discursivamente, sem isolar estas duas dimensões.

6.3 A relação elementos opostos/um discurso: análise do *Kokugo Ziten*

Nesta seção, queremos propor uma análise de outro corpus (sem deixar o nosso corpus principal do *Dictionnaire Historique* de lado). Nosso objetivo é investigar melhor o alcance

da noção de discurso em grupos de enunciados argumentativamente opostos – particularidade que o *Dictionnaire Historique* não apresenta de modo evidente –, e refletir sobre a leitura total destes enunciados em oposição.

Nosso corpus aqui é constituído pelo dicionário japonês *Kokugo Ziten*, de 松村明, 山口明穂 e 和田利政 (2005, p. 1171). Antes de abordá-los, apresentemos o que nos será pertinente na sua análise: a leitura simultânea de dois enunciados que se contradizem, e não mais dois elementos contraditórios em um mesmo enunciado. Retomamos aqui, então, nosso objeto principal, o paradoxo semântico, após suspendê-lo temporariamente para trabalhar os discursos sobre paradoxo nos dicionários. Desta vez, queremos mostrar uma quinta determinação para o paradoxo semântico (as outras quatro são: (i) interdependência, (ii) o quase-bloco doxal, (iii) o quase-bloco entre as faces doxal/paradoxal do mesmo cubo, ou a relação interdependente conversa doxal/paradoxal do cubo argumentativo, (iv) e o *mas* concessivo – o uso do *quase*). Esta quinta determinação para o paradoxo semântico é o procedimento de interdependência significativa entre dois enunciados que aparentemente não se mesclam. É desta transformação entre enunciados que vai se ocupar a noção de discurso.

O *Dictionnaire Historique* não pode nos dar exemplos de paradoxos, porque ali o paradoxo se reduz a datações. Deste modo, se quisermos analisar paradoxos-exemplos, devemos recorrer a outros dicionários (o que nos permite conclamar outros dicionários para a análise deste capítulo). Assim, a noção de Ducrot de “transformação” que inicia este capítulo, pelo modo de raciocinar a união de enunciados sem implicar prioridades entre eles, que vai de uma unidade menor para uma maior, nos oferece os rudimentos para poder pensar o paradoxo semântico discursivamente, de modo a unir dois enunciados que pareciam impossíveis de se unir, como os exemplos abaixo:

“(a) *aquele que não tem nada, (~a) tem tudo!*”

(do dicionário espanhol (MOLINER, 1989, p. 634)); e

“(a) *se você bebe um copo de chá quente (~a) parece que ele nos esfria*”

(do dicionário americano (CAMBRIDGE, 1995, p. 1024)).

Temos aí dois enunciados em cada um dos exemplos: A e ~A. Não é difícil supor que só é possível compreender o projeto da enunciação do locutor espanhol e do locutor americano acima pela leitura conjunta destes dois enunciados contrários. O que só será

possível no nível totalizante, aqui, discursivamente, uma vez que os sentidos estancados se reclamam um ao outro no conjunto da relação discursiva “A/~A”, proposta por seus locutores, que investem igualmente nos dois enunciados (falaremos de *investir* adiante). É o discurso da distoância, paradoxo semântico de transformação desta soma, que faz significar a enunciação estranha destes locutores, em quase-blocos conversos contextuais: [NADA (TUDO)] no primeiro caso, e [QUENTE (FRIO)] no segundo caso (lembrando que o parênteses significa a alternativa de afirmação e negação ao mesmo tempo).

A ideia de discurso ducrotiana, esta “transformação” (modo de leitura entre enunciados) serve para pontuar principalmente que a TBS não é uma teoria que só se ocupa de enunciados isolados e vagos. Para esta teoria, se se fala em enunciado, se se coloca um enunciado, se se exemplifica um enunciado, automatiza-se de alguma forma sua relação com outro enunciado (porque a metodologia da TBS é e sempre foi a relação). E relação transformacional, no sentido ducrotiano, discursivizando-os (onde um não é mais importante que o outro, mas os dois se transformam discursivamente pelo sentido que os une). Baseado nesta asseveração ducrotiana, afirmamos que *é possível falar em paradoxo semântico não apenas em palavras num mesmo enunciado, mas em enunciados distintos no mesmo discurso*, como os dois exemplos acima.

Para enriquecer a visada do paradoxo semântico discursivizado, podemos retomar Ducrot quando mostrou a possibilidade de sentido uno diante de enunciados de ideias opostas, propondo a leitura de dois enunciados em unidade (discurso) entre palavras deixando de lado dois enunciados separados com ideias opostas:

Por exemplo: *bater uma porta suavemente, gritar com voz baixa, avançar sem se mover*. Claro, eu não tenho o direito de dizer que estes sintagmas *são* contraditórios, no sentido da lógica, na medida em que a ‘Teoria da Argumentação na Língua’ tenta não utilizar as noções de verdadeiro e falso, e, por conseguinte, aquela de contradição. Eu quero dizer apenas que: ao afirmar que alguém bateu a porta com doçura, temos a impressão que, normalmente, a segunda expressão deveria impedir o emprego da primeira, mas que nós somos obrigados a fazer exceção a esta regra para representar corretamente a situação de que desejamos falar (DUCROT, 1995, p. 150, tradução nossa¹⁹⁴).

¹⁹⁴ Do original : «Par exemple : *claquer une porte doucement, hurler à voix basse, avancer sans bouger*. Bien sûr, je n’ai pas le droit de dire que ces syntagmes *sont* contradictoires, au sens de la logique, dans la mesure où la ‘Théorie de l’Argumentation dans la Langue’ essaie de ne pas utiliser les notions de vrai et de faux, et, par suite, celle de contradiction. Je veux dire seulement ceci : en affirmant que quelqu’un a claqué une porte avec douceur, on a l’impression que, normalement, la deuxième expression devrait empêcher d’employer la première, mais

Neste trecho, Ducrot deixa claro que ele rejeita a noção lógica de contradição, por exemplo, [(a) avançar – verdadeiro] e [(~a) sem se mover – falso], em detrimento da possibilidade de um paradoxo semântico obtido por uma leitura discursiva una, mesmo que estranha, de dois enunciados com ideias opostas, por exemplo, [(a) avançar (~a) sem se mover]. Acima, Ducrot faz saber, portanto, que sua teoria aceita a concepção do paradoxo e rejeita a de contradição. Contradição é impossibilidade (verdadeiro+falso), paradoxo é possibilidade de leitura (expressão/enunciado negativo + expressão/enunciado positivo).

Segundo Ducrot, então, o sentido paradoxal de unidade é possível quando da consideração da noção de discurso: dois enunciados opostos podem ser unidos, transformados, no dizer ducrotiano, pela leitura discursiva. E isto nos evita revisar todos os grupos de enunciados utilizados até agora nesta pesquisa para mostrar que é possível suas transformações em união, a partir da consideração maior da noção de discurso. E no que nos interessa especificamente, é possível o paradoxo semântico por vias da transformação entre enunciados de sentidos opostos.

Para aprofundar a noção de discurso, consideremos o exemplo clássico, agora sob o olhar de Ducrot (1984, p. 373). Ele afirma que “*Quando está bom tempo, vou à praia*” não é um discurso, é um enunciado, porque há duas condições: (I) há um único enunciado, e (II) o locutor investe ali uma vez apenas. Por outro lado, em “*Amanhã vai estar bom tempo: vou à praia*” temos aí um discurso, porque temos as mesmas duas condições diferentes: (I) há no mínimo dois enunciados, e (II) o locutor investe duas vezes ali: a propósito do tempo, e a propósito do que vai fazer. Esta investida organiza um discurso mobilizando dois segmentos, que estabelece, sob os critérios do locutor, uma linha de sentido entre os dois enunciados. Ou como explica Ducrot, o intérprete deve encontrar relação de apoio mínima entre dois enunciados para que haja uma unidade maior, um discurso.

E esta investida do locutor em dois enunciados distintos ocorre também nos exemplos acima, em “*aquele que não tem nada, tem tudo!*” e “*se você bebe um copo de chá quente parece que ele nos esfria*”, que apresenta (I) dois enunciados cada, e (II) duas investidas do locutor ao apoiá-los um no outro, de modo a significá-los conjuntamente. Temos aí as condições básicas de um discurso:

qu'on est obligé de faire exception à cette règle pour représenter correctement la situation dont on veut parler» (DUCROT, 1995, p. 150).

Para que uma sequência de enunciados constitua um discurso, poremos como condição suplementar (realizada, aliás, nos dois exemplos precedentes) que os actos de enunciação sucessivos não sejam acontecimentos independentes, mas se apóiem uns nos outros. [...] Se esta condição não é satisfeita, se um enunciado não faz alusão ao precedente, a sucessão dos dois não forma um discurso, mas uma justaposição incoerente (que pode marcar uma mudança de discurso, se os dois enunciados são, respectivamente, o fim de um discurso e o princípio de outro (DUCROT, 1984, p. 373).

Tendo percorrido estas exigências da noção do discurso, passemos então a observar nosso corpus deste capítulo, o já mencionado dicionário japonês *Kokugo Ziten*, de 松村明, 山口明穂 e 和田利政 (2005, p. 1171):

パラドックス: Uma teoria que parece ser verdadeira, mas possui contradição e não constitui uma teoria lógica.

Ao contrário do *Enciclopédia e Dicionário ilustrado*, o que une os enunciados desta definição não é mais um aditivo como *e também*, mas agora um adversativo *mas*, que reclamará uma performance diferente para pensar o (estranho) discurso de totalização destes enunciados.

Nossa questão ao observar esta definição é: como compreender discursivamente esta união “parece ser X mas NEG-ser X”? Mais especificamente: como observar um par de frases semanticamente distinto que pode compor uma espessura de sentido inseparável, tornando-as discurso? Obviamente, este fenômeno não se dará frasticamente. No âmbito da abstração, temos dois significados distintos para as duas frases: (a) significa uma informação positiva na lógica científica”; e (b) significa uma averiguação negativa lógica científica, estruturalmente não relacionado com (a). Não existe este apoio que as una no âmbito da frase. São exemplos como este que fazem Ducrot denunciar o texto (frástico) enquanto noção insuficiente para a ciência da linguagem, já que “[...] mesmo um texto ‘marcado’ não possui necessariamente uma estrutura semântica definida. A mesma afirmação vale, a *fortiori*, para um texto ‘não marcado’ (DUCROT, 1984, p. 378), e o faz assumir que uma leitura macro, englobante, e plural entre frases, só é possível por vias do discurso: “[...] Nenhuma estrutura é, pois, definível antes do discurso” (DUCROT, 1984, p. 378).

Podemos, então, pensar numa união desta definição pelo discursivo (de instância enunciativa). No trecho, temos um exemplo de discurso de *frases díspares* (semanticamente), onde um locutor lexicógrafo informa a *aparência* (não a essência) de um objeto, o paradoxo: “parece ser verdadeira”. Em nosso turno, vamos dizer que analisar esta definição é analisar o discurso sob o foco em *parece-x*.

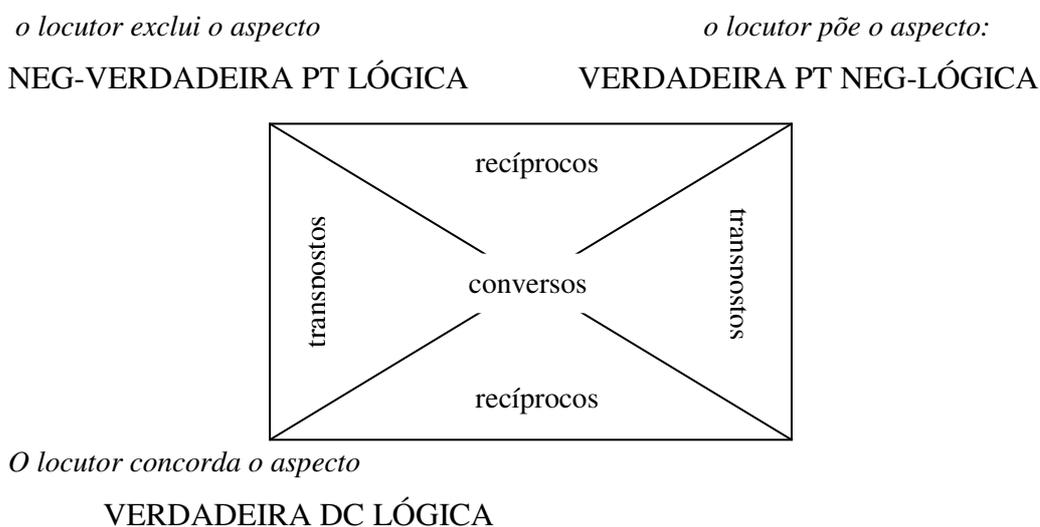
Queremos marcar, antes de elucidar nossa análise deste dicionário, que o operador *parece-x*, para nós, será tomado no sentido de executar uma função de orientar para X, Assim: [PARECE X DC X]. Por exemplo, qual seria a diferença semântica entre:

“*Aquele homem se veste mal, parece pobre*”. e “*Aquele homem se veste mal, é pobre*”?

A segunda frase é semanticamente incoerente porque afirmar “é X” (pobre) baseado em apenas um critério (veste-se mal) é um tanto que especulativo e incerto. Por outro lado, a primeira frase é semanticamente válida, uma vez que afirmar “parece X” dá conta de afirmar X na ponderação de apenas um critério. A enunciação da impressão *parece* é um modo de afirmação prudente. Outros enunciados corroboram esta hipótese de [PARECER X DC X], como: “*Todas as pessoas cumprimentam aquela mulher, parece famosa*” (que orienta para *famosa*); “*Você está pálido e trêmulo, parece doente*” (que orienta para *doente*), e o exemplo da TBS de “*Parece que o tempo está bom*” (CAREL, 2010, p. 20), que orienta para *o tempo está bom*. Carel (2010; 2011a) ainda vai dizer que *parece* é um modo de fazer ver na enunciação uma voz que não é a do locutor. Mas para nós, não importa quem a diz e/ou quem a assume: no que nos interessa, retemos que a expressão de *parece* permanece expressando sua AE estrutural à direita [PARECER X DC X].

Com este prefácio de pré-análise, queremos dizer que, na primeira parte do enunciado do dicionário *Kokugo Ziten*, “(a) Uma teoria que *parece* ser verdadeira” expressa senão que a teoria é verdadeira, aspecto *posto* pelo locutor: [VERDADEIRA PT NEG-LÓGICA]. E como vimos, a atitude de *por* afina-se à atitude de *excluir* sua contrária recíproca: [NEG-VERDADEIRA PT LÓGICA]. Esta exclusão é visível na segunda parte da definição: “(b) mas possui contradição e não constitui uma teoria lógica.”, que, pelo articulador *mas* concessivo, estabelece um jogo de oposição. Ainda a segunda parte da definição (b) expressa uma *concordância* conversa ao *posto*: [VERDADEIRA DC LÓGICA], aspecto este que embasa toda a definição (o paradoxo só não é lógico porque não é verdadeiro, porque tem contradição). Assim:

Figura 15 – A AE da “lógica” segundo a definição enunciada pelo dicionário *Kokugo Ziten*



Diante destes três aspectos (um posto, uma exclusão e uma concordância), pergunta-se: pode-se falar em sentido uno na definição de *paradoxo* do dicionário *Kokugo Ziten*? Diremos certamente que sim. A TBS é uma teoria cuja metodologia máxima é a interpretação (DUCROT, 2013, p. 19), por isso, obviamente que temos ali várias leituras, inclusive os dois sentidos tradicionais ducrotianos, em oposição: [a] e [b]. Mas como nosso alvo aqui é precisamente o discurso, que pressupõe uma leitura em unidade maior e complexa (DUCROT, 1984), a TBS dispõe da possibilidade da leitura da negação parcial do *mas* concessivo [a mas b], como vimos em Carel (2011a). Para nós, este tipo de leitura atípica pode ser melhor visualizada e operada com êxito pela noção técnica de quase-blocos (CAREL; DUCROT, 2014a). O sentido discursivo de [a mas b] no dicionário de *Kokugo Ziten* são os aspectos: [VERDADEIRA DC LÓGICA + VERDADEIRA PT NEG-LÓGICA], representado pelo quase-bloco converso contextual: [VERDADEIRA (LÓGICA)].

Não se pode dizer que paradoxo semântico obtido discursivamente é um pensamento totalmente novo na TBS uma vez que os primórdios já foram considerados quando Ducrot advertia que as nuances do discurso ultrapassam o semantismo frástico e sintático: “A partir de duas frases, por mais díspares que elas sejam, é sempre possível, de facto, com um pouco

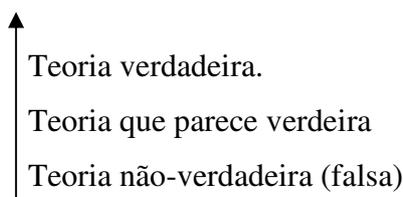
de imaginação, representarmos-nos uma situação que permita instituir uma relação semântica entre os dois enunciados correspondentes” (DUCROT, 1984, p. 373).

Assim, diremos que o valor discursivo do dicionário *Kokugo Ziten* é a soma das atitudes de seu locutor, *posta e concordada*. Outro ponto interessante de se dizer é que a própria definição do dicionário, em si, é um paradoxo, pelas partes opostas que lhe são inseparáveis.

Há ainda algo a se dizer nesta análise: sobre leituras conjuntas de estranha junções como o nosso “parecer ser verdadeira, mas não é verdadeira”, Carel, como vimos, ainda vai dizer que o primeiro segmento (aqui, “*uma teoria que parece ser verdadeira*”) é negado parcialmente pelo segundo segmento, de modo que não temos um valor exato para a expressão *teoria*. E é justamente por esta inexatidão que se organiza e se lê o discurso no caso da definição de *paradoxo* no *Kokugo Ziten*. Queremos corroborar a asseveração de que o modificador *parece*, para Carel e Ducrot, marca uma voz sem identidade certa (ELE) que se distingue da voz do locutor (L), e além disso acrescentar que, para nós, o modificador *parece* também estabelece uma significância intermediária, melhor visível se retormarmos as escalas de Ducrot (1980):

Figura 16 – A significância intermediária segundo o modificador *parece*

Lógica



Isto é, mesmo mantendo sua direção argumentativa [PARECER VERDADEIRO DC VERDADEIRO], como vimos em vários exemplos, não há como não observar que o *parece verdadeira* é menos forte argumentativamente que “*é verdadeira*”, e mais forte argumentativamente que “*não é verdadeira*”. Parece que no âmbito da frase, todo uso de *parece* produz efeito estrutural de dúvida: “*A mesa quebrou*” (certeza); “*Parece que a mesa quebrou*” (entre a dúvida e a certeza); “*Ela gosta de você*” (certeza); “*Parece que ela gosta de você*” (entre a dúvida e a certeza) etc.

Esta observação é importante pela pergunta: por que o locutor não disse: “teoria falsa”, ou “teoria verdadeira”, mas optou por “teoria que parece ser verdadeira”? Este sentido intermediário expressa bem as constitutividades do paradoxo de oscilação, indecisão, não-lugares, entremeios, que nos faz pensar, por isso, no modificador *quase*. Aliás, se propomos pensar certo fenômeno linguístico, mesmo que de modo esboçal, pelas escalas ducrotinas, mesmo apenas enquanto princípio de análise, temos que levar em conta os operadores: *pouco*, *um pouco* e *quase*, próprios das escalas argumentativas.

Quando o locutor do *Kokugo Ziten* enuncia este *parece-verdadeira*, em nosso entender, é como se estivesse marcando uma teoria *um pouco verdadeira*, nos dizeres de Ducrot (1972b), enquanto efeito de não lugares exatos, estrategicamente não especificado que sugere um norte, para melhor descrever o paradoxo. Se operado pela relação de correspondência *um pouco- x/parece-x*, podemos dizer transversalmente que o *paradoxo*, para o dicionário *Kokugo Ziten*, está no âmbito do *quase*, já que o *quase*, para Ducrot, corresponde ao *um pouco*. Expliquemos: uma vez que *paradoxo* é expresso neste dicionário por um quase-bloco (não-lugar decidido, mas oscilância de dois lugares), podemos dizer que *parece-verdadeira* corresponde a *um pouco verdadeira*, que por sua vez corresponde a *quase-verdadeira*. O que queremos marcar é que o paradoxo (neste dicionário) está entre o falso (não-x) e o verdadeiro (x): ele é uma quase-verdade (uma teoria um pouco-verdadeira), como resume Ducrot (1972b, p. 193, tradução nossa)¹⁹⁵: “[...] *pouco* indica [...] uma quase-negação, e [...] *um pouco* indica [...] uma quase-afirmação”.

Em suma, mesmo que no âmbito da frase seja complicado delinear uma linha de significado uno para o texto japonês, por outro lado, após a enunciação, é possível compreender o apoio, a transformação uma entre os dois enunciados, uma linha sucessiva no discurso de frases díspares devido à investida nos dois enunciados pelo mesmo locutor lexicógrafo. É um efeito de entremeio o que a união de dois enunciados opostos expressam como valor, por vias teóricas dos operadores *parece* e *um pouco*, representados pelo quase-bloco, e observável também pela negação parcial do *mas*.

E ainda, para traçar uma pequena relação entre *Dictionnaire Historique/ Kokugo Ziten*, é visível que não existe a voz polifônica da Lógica no primeiro, enquanto o fenômeno do paradoxo é tratado necessariamente pela voz da Lógica no segundo. Tecnicamente, temos uma relação bloco doxal/paradoxal (nos termos da TBS) entre o dicionário japonês *Kokugo*

¹⁹⁵ Do original : « [...] *peu* indique [...] une quasi-négation, et [...] *un peu* indique [...] une quasi-affirmation » (DUCROT, 1972b, p. 193).

Ziten [PARADOXO DC LÓGICA] e o dicionário francês *Dictionnaire Historique* [PARADOXO DC NEG-LÓGICA].

Este caminho analítico discursivo que trilhamos aqui corrobora a afirmação de Ducrot de que é difícil totalizar um texto (elemento frástico), porque “[...] uma totalização das significações das frases [...] levanta enormes dificuldades” (DUCROT, 1984, p. 378), vamos concluir que textualizar é, ao contrário, delimitar, restringir, e por isso, fechar. E por outro lado, na perspectiva ducrotiana, como vimos, analisar discursivamente é possibilitar a ampliação interpretativa. Tanto nos seus primeiros momentos quanto para seu momento atual, a TBS afirma que é difícil atribuir significação ao conjunto “frase + frase + frase...” denominado texto, mas pode-se observar sentido ao conjunto [enunciado + enunciado + enunciado...] denominado discurso: “parece muito difícil atribuir ao texto um valor semântico, seja ele concebido como a soma das suas frases ou como seu encadeamento. [...] o sentido pode ser concebido tanto ao nível elementar do enunciado como ao nível complexo do discurso” (DUCROT, 1984, p. 379). Contudo, a relação texto/discurso é necessária de algum modo. Como vimos, independente da importância que se dá ou para a frase/texto ou para o enunciado/discurso, não cremos que seja possível trabalhar a enunciação e o discurso distantes da frase e do texto, se decidimos que nosso lugar é linguístico.

6.4 As ordens da enunciação

Este tópico quer refletir um pouco sobre aspectos teóricos da TBS no tocante à *interpretação*. Se de um texto podemos ter vários discursos, a interpretação é a condição do discurso. “Ler” de diferentes maneiras é discursivizar de formas distintas. Este é o projeto deste tópico.

Na totalidade deste capítulo, temos visto que, para Carel e Ducrot, a interpretação é uma noção específica para certo fim: a constituir um discurso e propiciar a manipulação de seus dados, possibilitando certos mecanismos de significância para expressar aspectos da argumentação. Vimos que o discurso é uma ordenação argumentativa reconfigurável diante das exigências do locutor, com mobilidade dada pela interpretação.

Pelo gesto de interpretação do locutor (o locutor participa do discurso, locutor e interlocutor são cúmplices do sentido) o sentido “se mostra através de”, o que não configura

novidade na TBS, já que em momentos anteriores, como vimos, a interpretação também se dava via interlocutor pela noção do subentendido. Neste tópico, queremos reter que nada do que é dito fica sem interpretação. Conforme vimos no início deste trabalho, Ducrot sempre deixou claro que a língua é ambígua, e suas possibilidades sêmicas são explicitadas senão pelo gesto de interpretação. A interpretação é inevitável (as relações são inevitáveis, a produção dos discursos são inevitáveis), pois de um único texto temos distintos discursos, a depender do interlocutor-sempre-intérprete. Esta asseveração parece estar presente constantemente nos muitos artigos de Carel, por exemplo, que analisa multiplicando leituras de um mesmo ponto, enumerativamente.

Então, por um prisma argumentativo estrutural e contextual, língua (e texto) e enunciação (e discurso) são interpretáveis, operadas principalmente pelas noções de AI e AE, que intermediarão dois elementos em relação conectados por DC ou PT, pois concordamos que interpretar, do latim *interpretis, ětis*, é ser “intermediário, medianeiro” (HOUAISS, 2001, p. 1636), e na TBS, o intermédio interpretativo é sempre operado por DC ou PT. Especificamente neste capítulo, interpretar é ser intermediário entre a entidade abstrata (texto) e o resultado de sua enunciação-leitura¹⁹⁶ (discurso). Tecnicamente, para a TBS, evocar encadeamentos e expressar seus aspectos é o próprio procedimento interpretativo. Mas há particularidades destes procedimentos, e é isto que queremos pensar aqui: as especificidades da interpretação-leitura. Aliás, o que não seria interpretação no estatuto da linguagem, ainda mais quando nossa linguística é semântica?

Metodologicamente, nosso procedimento para operar as interpretações se dará pela noção de *ordem*. A noção de ordem diz respeito ao eixo sintagmático saussureano. Segundo Ducrot (1984, p. 376), “[...] a ordem segundo a qual os enunciados aparecem – responsável pelo movimento e pela organização do discurso – possui ela própria um valor semântico”. Ducrot está dizendo que *a ordem significa*. E isto é importante para, por exemplo, entender que a disposição de ordem de nossos dicionários, já significam em si.

A relação sintagma/sintagma (ordem) é o princípio de combinação entre signos. Esta noção de ordem é relevante porque vai mostrar estratégias argumentativas próprias da ordenação dos elementos linguísticos dentro da frase, dentro do enunciado, e da ordenação das frases dentro de um texto, ou ordenação dos enunciados dentro de um discurso.

¹⁹⁶ Para os propósitos deste trabalho, as concepções de *ler* (ordenar dados linguísticos) e *interpretar* (apreciar dados linguísticos) serão tidos como sinônimos teóricos, que partem da ou conduzem à *enunciação* (concretização material dos dados linguísticos): toda leitura é uma interpretação, toda interpretação é uma leitura, e toda enunciação é passível de leitura e interpretação (inclusive, de alguma forma, a enunciação é já uma interpretação e uma leitura, como esta seção ajudará a ver).

Por exemplo, dizer (a) *Entrei no restaurante faminto e saí saciado* em outra ordem de combinação de elementos, como (a') *Entrei no restaurante saciado e saí faminto*, transtornaria o sentido de (a) e produziria um paradoxo em (a'). É da natureza desta ordem que trata as relações sintagmáticas da ordem do discurso. Argumentativamente dizendo, ordenar, aqui, não significa “falar em ordem correta” (sujeito, verbo, predicado etc), mas “falar em ordem estratégica que argumenta” (expressa-se aspectos conforme a ordem). Ordenação estratégica de elementos significa proporcionar expressão de certos aspectos numa ordem, que não seriam os mesmos em outra ordem. Já que não existe ordem para o discurso, no sentido do correto ou da melhor posição e, já que podemos estrategicamente desorganizar muita coisa com a organização da nossa enunciação. O que faremos agora é uma reflexão da ordem significante do nosso corpus.

Assim, queremos marcar aqui que pré-existe uma “ordem dicionário”, que, em certa ordenação tradicional, já evoca certo texto enquanto dicionário ou enciclopédia. Por exemplo, a ordem: título, notação fonética, classificação gramatical, definição mais geral, exemplo(s), definição mais específica, e exemplo(s).

Inicialmente vamos dizer que é pela noção de ordem do discurso, por exemplo, que podemos notar a significância que constitui os dicionários através de uma ordem de “sentido mais geral para sentido menos geral”. No caso do paradoxo em outros dicionários, temos a ordenação que parte sempre de uma definição numérica ordenada do tradicional “opinião contrária à opinião comum” para definições menos comuns, como a do dicionário italiano de Stoppelli (1993, 1331-1332): “(*militar*) Relevo em terra construído atrás de uma trincheira”, e a do dicionário romeno de Popa (*et al*, 2009, s.p.), que da mesma forma, vai do mais conhecido “contradição” para os menos afamados: “pressão de um líquido sobre o fundo de um recipiente”. Basta (re)visitar a totalidade dos dicionários aqui mobilizados para averiguar esta ordem de definição “mais geral-menos geral”. Contudo, o critério destas ordens pode variar conforme suas temáticas, como no *Dictionnaire Historique*, em que a ordem do discurso das definições é balizada por datas, geralmente da menor para a maior, com algumas retomadas não-cronológicas.

Podemos ainda identificar outras ordens de discurso que compõem o processo de significação: outra ordem de discurso que o faz significar enquanto dicionário é iniciar toda a definição com uma notação fonética seguida de uma classificação morfológica ou gramatical, que argumentativamente é uma marca linguística que expressa [ORDEM: EXPLICAÇÃO FONÉTICA E CLASSIFICAÇÃO GRAMATICAL DC DICIONÁRIO] (inclusive, é raro encontrar

outro instrumento linguístico qualquer que dê explicações fonéticas, que não o dicionário). No caso dos recortes aqui utilizados de nosso corpora, o quesito fonético é omitido, mas o quesito gramatical é mantido;

Uma outra ordenação básica é aquela da sequência: um enunciado de definição seguido de um enunciado de exemplo (nunca o contrário, o que em si, já direciona os sentidos dos exemplos). Esta ordem expõe um jogo de leitura retrospectiva: o sentido do exemplo está no enunciado anterior, e o sentido de toda a definição está no primeiro enunciado: a palavra-entrada.

Enfim, pensar a(s) ordem(ns) no texto/discurso é enriquecer a investigação do processo significante de nosso objeto, o paradoxo, refletindo o porquê de o discurso estar em certa ordem específica, e não em outra. Toda ordem significa, e tomando toda definição enquanto um discurso ordenado, e não enquanto texto artefactual, desobrigamo-nos à coincidência do significado com o sentido.

Finalmente, queremos pensar em uma ordem de discurso particular, que nos é pertinente: a ordem enquanto reveladora de aspectos políticos e institucionais de certa definição. Nos dicionários aqui utilizados, cada qual possui sua particularidade de ordem que lhe dá constitutividade argumentativa, segundo os propósitos institucionais e/ou políticos de seus autores, inseparáveis das definições propostas (MAZIÈRE, 1985). Vamos entender que esta afirmação de Mazière explicita que um dicionário serve no mínimo para duas coisas: pesquisar-se e vender-se. Aqui queremos atentar-nos para o fato de que o tamanho da definição é também uma ordem (a ordenação de muitos detalhes e visadas em uma palavra entrada). E a organização material da definição, isto é, “a ordem enquanto tamanho”, é argumentativamente diferente para o caso da pesquisa e para o caso da venda. Vejamos cada um deles.

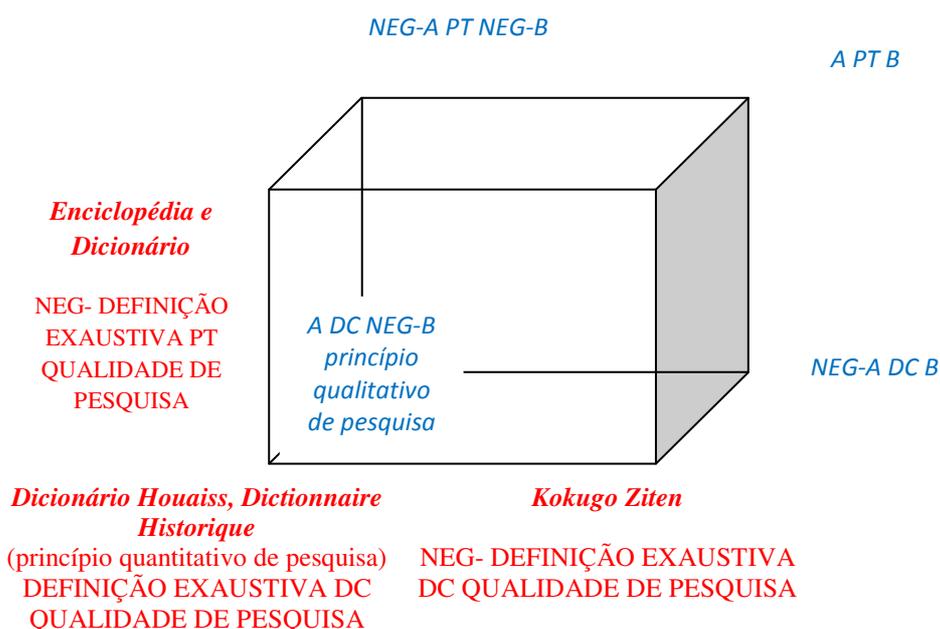
6.4.1 A relação ordem(tamanho)/pesquisa: análise do corpus

A despeito de nosso corpus, esta ordem tradicional pode ser vista parcialmente, por exemplo, no *Enciclopédia e Dicionário ilustrado*, que mesmo pequena, cumpre parcialmente a ordem tradicional: título, classificação gramatical, definição geral, exemplo, definição secundária. O que faz com que este instrumento signifique algo como [ORDEM BÁSICA DE

DEFINIÇÃO DC DICIONÁRIO]. Por outro lado, esta ordem básica não se averigua no *Kokugo Ziten*, que, devido a uma curtíssima definição de apenas dois enunciados, e fugindo à ordenação tradicional dos dicionários (mas intitulando-se dicionário), faz com que este dicionário japonês expresse o transposto daquele dicionário brasileiro: [NEG-ORDEM BÁSICA DE DEFINIÇÃO PT DICIONÁRIO].

Outro ponto merece atenção. Esta ordem básica é valorizada (argumentativamente) pelo tamanho das definições (aqui, de *paradoxo*). Não há como negar uma significação doxal do senso comum que, pela ótica dos Topoi assevera: “quanto maior a extensão da definição, maior a qualidade para pesquisas”. Pela TBS, articulando os dicionários aqui mobilizados, diremos que este significado de ordem-tamanho é expresso na “definição exaustiva” enquanto suporte estrutural doxal interdependente do aporte “qualidade para pesquisas”. Este aspecto nos ajuda a elucidar os mencionados propósitos institucionais e/ou políticos de seus autores (MAZIÈRE, 1985): o *Kokugo Ziten* expõe que seu autor *exclui* aspectos como [DEFINIÇÃO EXAUSTIVA DC QUALIDADE PARA PESQUISAS], aspecto básico do *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa* e do *Dictionnaire Historique*, e *ponha* sua recíproca [NEG-DEFINIÇÃO EXAUSTIVA DC NEG-QUALIDADE PARA PESQUISAS]. A *enciclopédia e Dicionário*, pelo seu cunho mediano, reclamaria lugar nas pesquisas, expressando a relação transposta [NEG-DEFINIÇÃO EXAUSTIVA PT QUALIDADE PARA PESQUISAS].

Figura 17 – AE de “definição exaustiva” na relação com nosso corpus



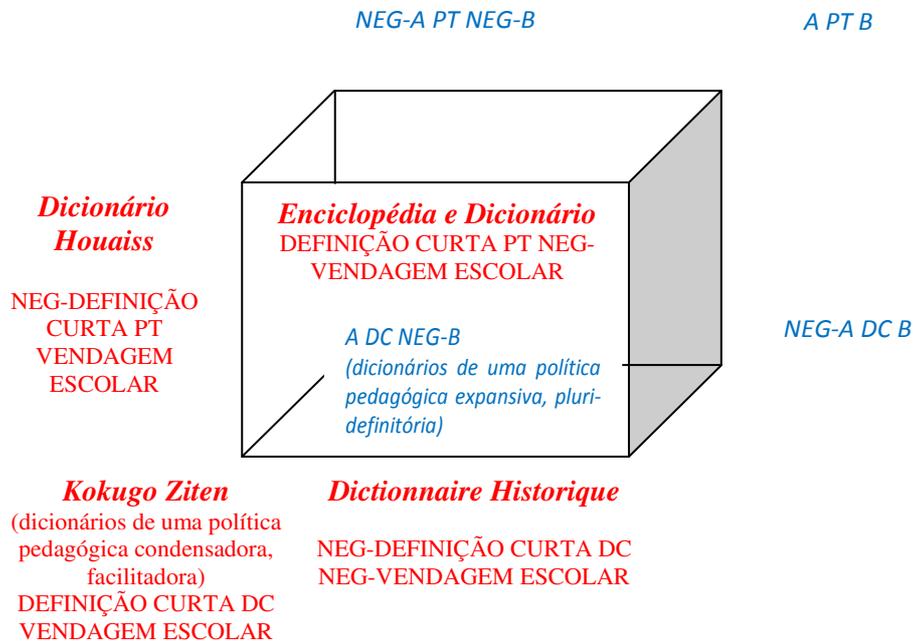
6.4.2 A relação ordem(tamanho)/mercado: análise do corpus

E não há como não conclamar relações que levantem outros propósitos políticos dos autores de nosso corpus, como a estratégia de mercado. Mundialmente, temos o significado doxal: [DEFINIÇÃO CURTA DC VENDAGEM ESCOLAR], que em nosso corpus, é apropriado para o breve *Kokugo Ziten*. Neste bloco, temos a tática transposta do *Dictionnaire Houaiss*, quando de sua entrega nas escolas de Minas Gerais, como vimos: [NEG-DEFINIÇÃO CURTA PT VENDAGEM ESCOLAR]. Podemos falar também da exploração de outros mercados, como a manobra conversa da *Enciclopédia e Dicionário*: [DEFINIÇÃO CURTA PT NEG-VENDAGEM ESCOLAR], uma vez que este dicionário diz, no seu prefácio, apresentar-se para o grande público. E nesta relação mercadológica, específica da relação econômica “ordem (tamanho curto)/interesse de mercado escolar”, o *Dictionnaire Historique* – ou algum dicionário do seu cunho, já que este é francês – parece participar de modo recíproco [NEG-DEFINIÇÃO CURTA DC NEG-VENDAGEM ESCOLAR], uma vez que este dicionário foge, pelo menos em primeiro plano, das ordens-clichês escolares de exemplos e facilitação, preferindo ordens de: ausência de exemplos, e citação de autores complexos no que tange à facilitação própria dos instrumentos escolares, como filósofos, e homens da Literatura e da Medicina, além, é claro, da atenção balisar dada às datações¹⁹⁷.

E hipoteticamente – não conhecemos a mundialidade mercadológico-pedagógica – se porventura uma escola ou um governo *excluisse* a normatividade tradicional doxal [DEFINIÇÃO CURTA DC VENDAGEM ESCOLAR], baseada em uma política pedagógica mais complexa, e adotasse a compra de dicionários de tipo excessivo como o *Dictionnaire Historique*, a partir de um ponto de vista avesso ao orçamentário tradicional, como o [DEFINIÇÃO CURTA DC NEG-VENDAGEM ESCOLAR], não apenas em pouquíssimas unidades, como o fez o governo de MG com o Houaiss, mas em grande número, teríamos aí um aspecto paradoxal entre estes dicionários abordados. Podemos elaborar o seguinte cubo argumentativo da relação mercado escolar/estratégia dos autores de nosso corpus:

¹⁹⁷ Obviamente, a ordem do *Dictionnaire Historique* não expressa que este dicionário não pode ser vendido para escolas, senão que outros são preferíveis a ele, pelo critério aqui levantado: “tamanho curto/interesse de mercado escolar”.

Figura 18 - AE de “definição curta” na relação com nosso corpus



No que tange ao paradoxo semântico, suponhamos o evento de uma infeliz campanha de venda de dicionários. Suponha-se que alguém tente investigar o fracasso de vendagem de alguns dicionários dito escolares, de modelo como a *Enciclipédia e Dicionário*, por exemplo. A pergunta que fará o interlocutor-investigador (consultor, produtor, empresário etc) será:

“Qual o sentido do ‘fracasso’ das vendas: este dicionário não foi comprado, apesar de estar em conformidade com a exigência do mercado atual de definições curtas [DEFINIÇÃO CURTA PT NEG-VENDAGEM ESCOLAR], ou será que outras posturas estão sendo adotadas pelas escolas, governos, e pedagogos [DEFINIÇÃO CURTA DC NEG-VENDAGEM ESCOLAR]?”

Obviamente que é uma questão inicial, uma indagação primeira diante do fracasso de exemplares de tipos escolares encalhados. Esta questão inicial é um paradoxo semântico, do tipo explicitado por ocasião da terceira determinação do paradoxo semântico: um quase-bloco converso entre as faces do mesmo cubo, porque a palavra *fracasso*, neste discurso, significa a incógnita [DEFINIÇÃO CURTA DC NEG-VENDAGEM ESCOLAR + DEFINIÇÃO

CURTA PT NEG-VENDAGEM ESCOLAR]. Paradoxo semântico este que representamos pelo quase-bloco converso entre faces: [DEFINIÇÃO CURTA (DC) NEG-VENDAGEM ESCOLAR], obtida pela relação diagonal entre a face frontal superior-direita, transgressiva, que se soma à face final paradoxal inferior-esquerda, normativa.

6.5 A relação ordenação material/articulação da leitura

O semanticista atento não deve ignorar o fato de que a disposição da ordem entre frases de um texto, enunciados de um discurso ou tamanho deste texto/discurso mudam seus significados ou sentidos. Mas ainda há outra ordem a se refletir, a ordem de leitura dessa disposição de ordem material de frases ou enunciados (a leitura é também uma enunciação). O pressuposto é que diferentes ordens de leitura podem também produzir uma infinidade de discursos. Estamos pontuando que a ordem tanto dos enunciados como da leitura dos enunciados são modos de discursivizar – e por isso, modos produtivos de investigar o sentido. Sucintamente, estamos afirmando que com a palavra *ordem* queremos refletir sobre dois gestos linguísticos que se relacionam:

(I) *A ordenação material da enunciação*, observada por Ducrot (1984, p. 376-378);

(II) *A ordenação (articulação) da leitura da enunciação*, observada por Carel (2011b, 193-195).

Como acima analisamos a espessura significativa dos dicionários pela ordem material do texto/discurso, agora passemos a refletir esta espessura pela ordem da leitura do texto/discurso. Como ambas as noções são relacionais, falaremos de uma e outra conjuntamente. Eis um dos propósitos desta seção: postular que a (re)ordem de leitura do discurso produz outro discurso.

No que tange a (I), vimos que ao mudar a distribuição sintagmática, muda-se o discurso, proveniente dos outros sentidos desta outra ordenação. Se a ordenação muda, os aspectos podem mudar. A ordem do discurso revela que a disposição de suas partes significa.

No que tange à (II), veremos agora que a ordenação (articulação) da leitura do discurso, na TBS, postula-se que o discurso é uma organização argumentativa cuja delimitação é construída não só pela ordem elencada das frases, mas também pela ordem da

leitura (pela interpretação) destas frases/enunciados, e neste tópico, queremos marcar que, conforme Ducrot, um texto (T), composto de dez enunciados, por exemplo, pode gerar infinitos discursos se um locutor os lê articulando-os em infinitas ordenações distintas: “o sentido atribuído a E₂ afecta, retrospectivamente, o sentido de E₁. Seria então necessário interpretar E₁ em duas etapas. Primeiro antes de E₂; em seguida, depois de E₂, o que daria lugar a um segundo sentido S_b” (DUCROT, 1984, p. 378).

Enfim, para nós, o discurso é um produto complexo de um gesto do analista, que teoricamente chamamos trajeto enunciativo (duas ordens necessárias para significar: a material e a de leitura). Estudar o (obscuro) discurso pelos (clarificantes) moldes científicos, é valer-se desta bi-verticalidade necessária (ordem material e ordem de leitura), processo de formação de discursos. E embora sua concepção teórica seja compassada por dois momentos, (I) e (II), seu funcionamento possui intercessão e interposição. Os dois passos da ordem (material e de leitura) se atravessam, cada uma com sua particularidade, e no todo do funcionamento conjunto compõem o processo que expressa os valores do discurso. Isso quer dizer que a concepção teórica linear deste trajeto significa antes um modo de trabalhar a não-linearidade oscilante dos valores argumentativos do discurso.

Quadro 22 – AI do “trajeto enunciativo”

A análise do discurso para a TBS – a AI do *trajeto enunciativo*:
[ORDENAÇÃO MATERIAL DA ENUNCIÇÃO + ARTICULAÇÃO DA LEITURA DA ENUNCIÇÃO DC
DISCURSO]

A ordenação material da enunciação (I) é um gesto inicial, por isso mais restrito, que prevê uma interpretação primeira; e articulação de leitura da enunciação (II) é um gesto mais amplo, que prevê infinitudes de operações. Portanto, faz-se jus que reflitamos ainda um pouco mais sobre o passo (II).

6.6 As articulações de leitura

Vamos pensar pormenorizadamente no item (II) do trajeto enunciativo, a ordem de leitura, que tecnicamente, leva o nome de *articulação de leitura*. Refletiremos aqui nesta

(re)ordenação de leituras explicitando que, na TBS, a semântica não é tão ingênua nem o sentido é tão adstrito a ponto de ignorar ordens de leitura, pois “a organização textual impõe uma certa interpretação” (CAREL, 2011b, p. 195).

É produtivo pensar aqui não só nas re-ordenações “linha a linha” da materialidade textual, mas em re-ordenações “grupais de elementos”, isto é, nas leituras de re-ordenações parte/todo, todo/parte, parte/parte, e outras, à exaustão, já que a interpretação pode reclamar tais estratégias para conduzir a valores através de combinações, pistas, presentes na materialidade do enunciado. Pelas estratégias de leitura, nosso propósito também é mostrar que a TBS dispõe de uma concepção teórica dinâmica capaz de refletir sobre a ambiguidade da língua e a complexidade do discurso através de seus procedimentos de leitura. Para tal, valer-nos-emos dos estudos de Carel sobre a articulação de leitura.

Carel (2011b, 184-197) trabalhou a articulação de leitura do discurso mostrando que a TBS deixa de lado a concepção ingênua de que um texto constituído de muitas partes, por exemplo (a) (b) e (c), tenha um sentido estabilizado nesse único formato material discursivo. Para ela, há um “papel do texto na determinação interpretativa dos enunciados” (CAREL, 2011b, p. 191). Articulações não se dão apenas entre enunciados com articulações de conjunções, como Ducrot habituou a ver em vários momentos da ANL (CAREL, 2011b, p. 194), mas são possíveis inter-enunciados também.

Como vimos, a esta re-ordem de leitura entre expressões, enunciados ou partes do discurso, Carel nomeia *articulação*. Para ela, toda ordenação de leitura é uma articulação (uma parte se articula com outra). Por esta noção, a linguista está levando o aspecto relacional saussureano, fundante da TBS, para um patamar complexo que promoverá outros sentidos, já que a articulação é uma estratégia de leitura desambiguizante por inter-relação (relações entre elementos e partes no interior da mesma célula discursiva), como bem define:

a articulação [...] não se trata mais dessa vez de descrever a argumentação evocada [...] mas, procedimento mais indireto, de comparar expressões, seja aparentando suas interpretações, seja lhe opondo. Podem-se distinguir três tipos de articulação, conforme a comparação ocorra entre dois enunciados, entre duas expressões no interior de um mesmo enunciado, ou, enfim, entre duas partes de um texto – o termo *parte* é voluntariamente vago: será preciso questionar-se sobre possíveis estatutos textuais dessas ‘partes’ articuladas (CAREL, 2011b, 193).

Pensemos a articulação nas unidades básicas da TBS: frase, enunciado, texto e discurso: as articulações entre enunciado/enunciado podem ser principalmente por “...PT...”, “...DC...”; as articulações entre expressão/expressão podem ser notoriamente entre “...mas...”, dentre outras; já as articulações entre parte do texto/parte do texto podem ser bem mais amplas que as anteriores (por conectores, operadores, concessores, elipses, pontuações, sugestões etc...); e as relações entre discurso/partes do discurso serão todas estas, e infinitas outras.

Conforme a definição de Carel acima, se a noção de articulação eleva a análise do discurso para um patamar profundo, a propriedade de vaguides que a determina torna ainda mais profunda o alcance da noção de articulação (o que seria uma parte, senão uma não-existência concordada pelo leitor devido à necessidade interpretativa própria da ambiguidade da linguagem, potencializada em discurso?).

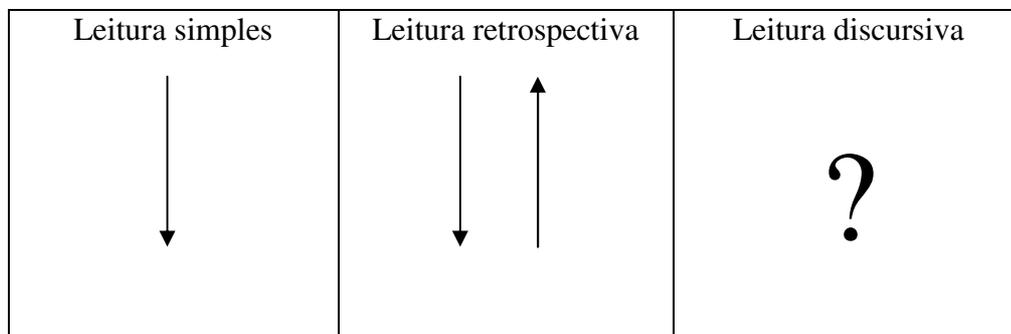
A vaguidão da definição de partes, afirmada por Carel, é a condição da leitura. O estatuto nunca estável da concepção de partes exige gestos que possibilitem dar existência a uma não-existência, as partes. Assim, no mínimo, partes são leituras. Baseado na asseveração de Carel acima, dizemos que as partes existem senão enquanto procedimentos que contretizam distintos produtos finais (discursos). Os modos infinitos de supor encadeamentos em DC ou PT entre partes menores ou maiores, dentro de um texto. Como explica Ducrot (2009, p. 21), há “[...] encadeamentos que ligam, não duas proposições sintáticas, mas duas sequências de proposições, por exemplo, dois parágrafos de um artigo”.

Na prática, Carel está afirmando que outros aspectos podem ser expressos se desconfigurarmos a ordem material do discurso e articularmos tantas combinações possíveis de leitura entre os elementos estruturais, como: {[a+b] e [c]}; {[a] e [b+c]}; {[b], [c] e [a]}; {[b+c], e [a]} etc.

Não é nosso objetivo aqui engessar modos de leitura, já que a noção técnica de discurso recusaria matematizar o simbólico ou cristalizações interpretativas. Se a ordem material do discurso resume-se pela visibilidade de suas muitas disposições, no âmbito do trajeto enunciativo, diremos que a ordem do discurso é não ter nenhuma ordem (fixa).

Mas por outro lado, não podemos ignorar alguns modos de leitura “clássicos”, já que eles são quase que pressupostos quando temos um gesto interpretativo. Começamos então por elencar procedimentalmente três articulações de leituras, segundo Carel e Ducrot:

Quadro 23 – Tipologia das leituras argumentativas



Repitamos: leituras são (re)ordenações estratégicas que pretendem (não que alcancem) certo sentido. Uma das AI estruturais de *leitura* é [ARTICULAÇÃO X DC ASPECTO X], “articulação Z DC aspecto Z” etc. Ler é estabelecer táticas argumentativas para visibilidade de valores (aspectos e seus encadeamentos). Passemos a aplicar estas três leituras em nosso corpora.

Já que “a ordem do texto não é a ordem do mundo” (CAREL; DUCROT, 2014a, p. 34, tradução nossa)¹⁹⁸, não existe a não-leitura em uma situação de enunciação. Se algum locutor enunciou (ordenou seu discurso), alguém leu (reordenou este discurso em outros discursos). Mesmo em monólogo. A leitura é modo de interação de qualquer locutor com o sentido, perceptível nos muitos discursos produzidos, isto é: o interlocutor buscará compreender o dito pela (re)ordenação estratégica do que foi dito, que não precisa coincidir com a ordem material do dito. Cada leitor traçará seu projeto de articulação de leitura, segundo aquilo que elege como prioridade. Mesmo que diga não ter prioridades e “só querer escutar”, escuta certas partes “com mais ênfase” que outras.

6.6.1 A relação começo/fim: articulação de leitura simples

Mesmo que se opte por estratégias as mais emaranhadas possíveis, não há como fugir do fato presente na língua de que toda leitura convive com a voz polifônico-estrutural da ordenação começo/fim. Mesmo que um interlocutor opte por ler uma definição de dicionário

¹⁹⁸ Do original: « L’ordre du texte n’est pas l’ordre du monde » (CAREL; DUCROT, 2014a, p. 34).

(ou outra materialidade qualquer) pela estratégia fim-começo, dentre outras, a “voz” da organização primária “começo-fim” ecoa na(s) sua(s) leitura(s). Sobre essa articulação simples observará Ducrot (1984, p. 377): “para encontrar o sentido da ocorrência de F_2 , é preciso conhecer já o sentido da ocorrência de F_1 , e esta, por sua vez, só pode ser estabelecida pelo confronto da significação da frase com a situação de enunciação”. (DUCROT, 1984, p. 377).

O que queremos marcar neste modelo é o fato interessante apontado por Ducrot de que esta voz polifônica da articulação começo-fim afetará os sentidos de qualquer discurso. Ou seja, não se pode fugir do fenômeno significativo de que o “eco” da voz polifônico-ordenacional simples (começo-fim linear) está presente na enunciação dos nossos dicionários. Uma regularidade enunciativa geral universal parece se pautar nesta ordem sucessiva simples do discurso, mesmo que outro gesto de leitura não siga esta ordem. É esta ordem mesma a anterioridade que não abandona todas as outras leituras.

No *Dictionnaire Historique*, destacamos, dentre tantos projetos de leituras sugestivas, o propósito de leitura de que se aborda primeiro formatos de substantivo para depois abordar outros formatos morfológicos, o que explicitaria um percurso linear, de leitura simples, na direção “começo-fim”, assim:

- *Articulação de leitura-simples* (começo-fim) por ordem sufixal-gramatical: [parte 1: PARADOXO], [parte 2: PARADOXAL], [parte 3: PARADOXALMENTE], [parte 4: PARADOXISMO], [parte 5: PARADOXISTA].

Assim, a *articulação simples* significa valorizar, no discurso, o circuito da sua ordem material. No caso do *Dictionnaire Historique*, seria, por exemplo, a articulação sufixal-gramatical marcada estruturalmente.

6.6.2 A relação fim/começo: a articulação de leitura retrospectiva

Passemos a observar como Ducrot (1984, p. 378) entende esta outra leitura inversa, que prefere chamar de *leitura retrospectiva*. Ela pauta-se no fato de que todo dicionário foi construído estrategicamente para ser lido ao contrário: a regularidade que organiza as

definições prevê ordenações de leitura retrospectiva do discurso, isto é, o fato interessante de que este discurso do dicionário foi enunciado em ordem simples (começo-fim) enquanto estratégia para ser lido em ordem inversa (fim-começo), significando a palavra-entrada. Não se vai ao dicionário senão para posicionar-se diante do trajeto retrospectivo “definição-palavra entrada”. Portanto, se [COMEÇO DC FIM] é uma das AI estruturais do termo *leitura*, [FIM-COMEÇO] é uma das AI estruturais de *leitura de dicionário*.

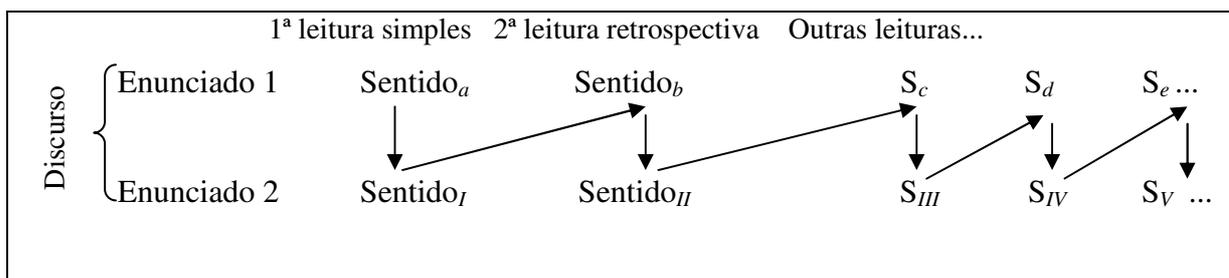
Basicamente, sua ideia é um discurso enunciado no modo na disposição material ordenada simples {[S₁],[S₂],[S₃]} que prevê estrategicamente um locutor leitor que proceda à uma articulação de leitura retrospectiva, {[S₃],[S₂],[S₁]}. Ducrot (1999b, p. 111, tradução nossa)¹⁹⁹, por sua parte, bem explicou sobre a ordenação de leitura retrospectiva do discurso: “[...] *porque* a última frase é necessária à compreensão do primeiro parágrafo, e *como* se faz a releitura deste”.

Ler inversamente significa que o sentido da parte 2 (E₂) afetará decisivamente o sentido da parte 1 (E₁), de modo que o sentido da parte 1 (S_a) já não será a mesma coisa, mas se tornará outro sentido (S_b), e este outro sentido de 1 (S_b) reinterpretará, inclusive, o sentido da parte 2 (S₂), como explica Ducrot:

[...] o sentido atribuído a E₂ afecta, retrospectivamente, o sentido de E₁. Seria então necessário interpretar E₁ em duas etapas. Primeiro antes de E₂; em seguida, depois de E₂, o que daria lugar a um segundo sentido S_b. Nada impede, aliás, que se preveja uma reinterpretação de E₂ a partir de S_b (DUCROT, 1984, p. 378).

Baseado nesta asseveração, poderíamos pensar no seguinte projeto de repetição que cruza a articulação simples com a articulação retrospectiva, produzindo discursos:

Quadro 24 – A relação leitura simples/leitura retrospectiva segundo Ducrot (1984, p. 378)



¹⁹⁹ Do original : « [...] *pourquoi* la dernière phrase est nécessaire à la compréhension du premier paragraphe, et *comment* se fait la relecture de celui-ci. » (DUCROT, 1999b, p. 111).

Este é, talvez, o maior legado da análise do discurso de Ducrot para a TBS: *a cada leitura de enunciados distintos, um novo discurso*. A cada entrelace, um novo sentido. Especificamente, a cada leitura da definição de paradoxo do *Dictionnaire Historique*, um novo sentido, já que o fator situacional é irrepitível, mesmo que tenha que conviver com a repitibilidade estrutural. Por isso podemos dizer que um paradoxo semântico obtido pelo discurso dispõe da riqueza de incontáveis sentidos.

O que queremos marcar nesta articulação retrospectiva é bem pontual: conforme Ducrot, *a cada (re)leitura do paradoxo, há um novo sentido de paradoxo, porque a cada re-ordem do discurso, há um novo discurso*. Não se pode arquivar os discursos como se arquivam livros. Livros dependem da publicação e são contáveis. Discursos dependem da interpretação, e são incalculáveis.

Ainda no tocante à leitura retrospectiva, Carel (2011b) observa que o fenômeno da titulação produz o efeito nele mesmo de levar a uma leitura retrospectiva (após a leitura, lê-se novamente o título). Carel (2011b, p. 196) esclarece que:

o texto tem uma organização, que é imediatamente transferida ao título após a leitura do artigo [...] Esse jogo de espelho, aqui do texto ao título, e somente depois, do título ao texto, coloca em evidência a organização do texto e lisonjeia o *ethos* do locutor editorial (CAREL, 2011b, p. 196).

Por exemplo, quando “enunciamos sobre” o *Dictionnaire Historique* (totalização pré-leitura, como vimos), pressupomos o discurso de um dicionário de história (sentido produzido pela articulação, mesmo em pré-leitura, de leitura retrospectiva definição-título), e não apenas o que as palavras *dictionnaire+historique* significam. Então o título (tanto do dicionário: *Dictionnaire Historique*, quanto da definição: *paradoxo*) é uma proposta semântica de totalização retrospectiva “fim-começo”. Vejamos o caso da definição de *paradoxo*:

- *Articulação de leitura retrospectiva* (fim-começo) pela ordem “definição/palavra-entrada”: há um sentido para *paradoxo* (S₁), qual for, antes da leitura da definição, e um sentido para *paradoxo* (S₂) depois da leitura da definição, devido à metaexplicação da palavra-entrada, o paradoxo.

Ducrot (1999b, p. 110, tradução nossa)²⁰⁰ bem explica essa articulação retrospectiva ao dizer que : “[...] a maior parte [...] do primeiro parágrafo não se pode interpretar, seja quem for o leitor, antes que tenhamos lido o segundo (*i.e.* a frase final do texto), dado como a chave de uma espécie de enigma linguístico”. Este curto exemplo da relação “ordem material começo-fim/ordem de leitura fim-começo” do *Dictionnaire Historique* produz um efeito converso no tocante a uma das AI de *dicionário*: “ordem-de-palavra-entrada-depois-definição-PT-leitura-de-definição-depois-palavra-entrada”.

Assim, definir paradoxo é compreender a ordem discursiva de lexicalizar paradoxo metanominalmente na primeira parte, e tipificá-lo e exemplificá-lo nas outras, mas todas elas aludindo à re-leitura retrospectiva da palavra-entrada. É óbvio que outros discursos – infinitos – existem por outras leituras, mas o semanticista que contrariar esta estratégia inversa terá de explicar o porquê de o discurso estar nesta ordem específica, e não em outra. Ducrot (1999b, p. 111, tradução nossa)²⁰¹, por sua parte, bem explicou sobre a ordenação de leitura retrospectiva do discurso: “[...] *porque* a última frase é necessária à compreensão do primeiro parágrafo, e *como* se faz a releitura deste”.

Evidentemente que alguém poderia “querer ler” só o segundo parágrafo de um texto, desconsiderando o primeiro. A questão é que isto não existe descritivamente: ora, como *excluír* o primeiro parágrafo, sem conhecê-lo, mesmo que o imaginando? (totalizando-o por pré-leitura). Mesmo assim temos uma relação, ou fim/começo, ou começo/fim, onde se privilegia um dos dois parágrafos: um por preterição de totalização pós-leitura, outro por desconsideração de totalização pré-leitura. A articulação é indesviável mesmo na *exclusão* de partes.

Um semanticista concordaria que parece que não podemos escapar de um “eco” de leitura, não apenas o retorno ao discurso simples, mas em outras ordenações que não a simples. Por exemplo, da parte que mais se gostou para as outras menos quistas. Parece que a noção de discurso leva a opção radical de que se lê sempre por dupla: uma articulação primeira (mesmo que involuntária) e outra articulação ordenada qualquer.

Com essa observação (a relação inseparável entre ordenação material simples do discurso e ordenação de leitura simples do discurso) queremos marcar que a leitura simples

²⁰⁰ Do original : « [...] la plupart [...] du premier paragraphe ne peuvent s’interpréter, quel que soit le lecteur, avant qu’on n’ait lu le second (*i.e.* la phrase finale du texte), donné comme la clef d’une sorte d’énigme linguistique » (DUCROT, 1999b, p. 110).

²⁰¹ Do original : « [...] *pourquoi* la dernière phrase est nécessaire à la compréhension du premier paragraphe, et *comment* se fait la relecture de celui-ci. » (DUCROT, 1999b, p. 111).

não é tão simples assim, da mesma forma que a disposição do discurso simples não é tão ingênua, já que agencia o mundo da escrita, e em nosso caso, a redação dos dicionários. E isto deve ser levado em conta pelo semanticista atento. Postular outros métodos de leitura não lineares é razoável, mas impossíveis se não se passa pela primeira leitura sucessiva, fundadora e inevitável. Pois como dissemos, mesmo que alguém leia uma obra somente do final para o começo, não escapa à leitura implícito-polifônica que lhe organiza a ordem sucessiva começo-fim, e interfere na sua leitura retrospectiva. Ler várias definições de um dicionário, enumeradas linearmente, não exclui a voz polifônica da sua exposição ordenada começo-fim.

6.6.3 A articulação de leitura discursiva

A TBS ainda prevê um outro modo de ler, menos sugestivo e menos lógico, que faz pensar em uma outra articulação que transtornaria tanto a linearidade quanto a retrospectividade, para uma direção de leitura que chamaremos discursiva, na falta de um nome mais adequado.

Existem casos em que se parece “haver perdido a ordenação de leitura”. Ou simplesmente parece não haver uma ordenação de leitura clara. Casos em que o critério organizacional da articulação não é transparente. E a escolha se fará por critérios diversos, aleatórios, não firmes, subjetivos, critérios estes que chamaremos de articulação discursiva (o nome faz alusão à noção de discurso, definido por Ducrot (1984) como unidade complexa. Diferentemente das articulações simples (começo-fim) e retrospectiva (fim-começo), ler pela articulação complexa do discurso é descompreender começo e fim enquanto pontos longitudinais, mas entendê-los enquanto decisões analíticas iniciais e finais. Portanto, não se tratando de começo-origem, nem fim-extinção.

Assim, podemos observar uma leitura discursiva no *Dictionnaire Historique*, por exemplo, ao tentar estabelecer uma articulação de leitura cronológica, temos que assumir uma estratégia de leitura desordenada, de ir-e-vir dentro do texto, que almejando uma ordem cronológica, efetive uma leitura labiríntica para seguir a disposição desorganizada dessa cronologia, isto é: articular (cronologicamente) a ordem material (não-cronológica) estabelece um roteiro de leitura bem complexo, discursivo, assim:

- *Articulação de leitura discursiva* cronológico-numérica: [parte 1: dar sequência às partes de 1480, 1495], [parte 2: avançar para a parte de 1549, 1588], [parte 3: avançar para a parte intermediária da data repetida de 1588], [parte 4: retroceder para a parte quase-central de 1733], [parte 5: avançar para a parte mediana de 1784], [parte 6: retroceder para a pequena parte de 1812], [parte 7: voltar para a parte quase inicial de 1832], [parte 7: avançar para a parte de 1834], [parte 8: avançar para a parte extremo-final de 1848], [parte 9 retroceder para a parte de 1928], [parte 10: retroceder para a parte mediadna de 1952].

Baseado neste exemplo, vemos que o sempre avanço e retrocesso da dinâmica da *leitura discursiva* proposta joga com o modo não linear de ler, com projetos de maior pretensão investigativa, como exploração de ambiguidades, contemplação de mistérios, arrazoados semiológicos, e interpretações de toda ordem que valorize oscilamentos, incompletudes etc.

No vocabulário da TBS, lê-se discursivamente tomando alguma atitude diante da complexidade do discurso, ora *excluindo*, ora *pondo*, ora *concordando*, ora totalizando, ora repartindo, ora polemizando, ora repartindo outra vez, não importa: desde que sempre não-finalizando, mas possibilitando aberturas. Ler discursivamente é entender que o valor enunciativo depende da estratégia de articulação de leitura escolhida, que determinará o direcionamento preferido, produzindo aspectos.

A leitura discursiva valoriza a ambiguidade sêmica marcada na enunciação, e sua riqueza polissêmica enunciativa. Trabalha nesse lugar plural de sentidos. Não tem a pretensão de unificá-los, mas, concordando com Rancière (1994, p. 12), por certa mobilidade teórica, analítica e procendimental, mostra como navegar no mar profundo da dispersão dos sentidos sem naufragar em algum iceberg de sentido imutável. Considerar a interpretação do interlocutor é um grande ponto concepcional desta leitura: “a função dos ângulos de vista é, eu o disse, de relativizar o conteúdo e o religar a um modo de ver” (CAREL, 2011a, p. 293, tradução nossa)²⁰².

Se a ordem do discurso é não ter nenhuma ordem cristalizada, a articulação discursiva seria a que mais representa esta afirmação: jogando com a voz sempre presente articulação simples começo-fim, inevitavelmente lendo retrospectivamente fim-começo, porque não se

²⁰² Do original : « [...] la fonction des angles de vue est, je l'ai dit, de relativiser le contenu en le reliant à une façon de voir » (CAREL, 2011a, p. 293).

conhece o parágrafo 1 sem o 2, esta articulação propõe uma “leitura de entrelaçamento”, como descreve Carel (2011a, p. 285, tradução nossa)²⁰³: “A língua contém palavras e estruturas que marcam estes entrelaçamentos. A complexidade argumentativa de um texto é o sinal da mestria linguística de seu autor.”

Como dissemos no começo deste capítulo, a questão textual não se resume em explicitar ou implicitar, mas significar em percurso: em trajetos enunciativos (ordenação material/articulação de leitura), totalizações pré ou pós leitura, principalmente. Não importa: o mecanismo interpretativo instaura grupo de enunciados que possui uma linha significante de coerência que os atravessa.

Na relação com a articulação simples/articulação discursiva, as discursivas enfrentam as leituras antigas, viciadas, já dadas. A leitura discursiva parte da leitura simples, menos ambiciosa, mas primeiro passo necessário (ora, a própria instância da frase é o primeiro passo para se ler a instância do enunciado). A leitura simples é tradicional e monossêmica, valoriza a transparência e unicidade de conteúdos. A leitura discursiva é polissêmica, valoriza a ambiguidade e a pluralidade de conteúdos. É a noção que vem para mostrar que a TBS é uma teoria que se vale da interpretação enquanto meio para investigar seu objeto, a língua (DUCROT, 1972b, p. 307). E nesta condição, a interpretação pela articulação discursiva é uma noção produtiva por questionar o estatuto mesmo da organicidade do saber. A própria palavra *saber*, aliás, já é uma palavra plena estrutural que traz em seu léxico uma leitura viciada: se é saber, é sabido, dispensa-se a reflexão, conforme disse Rancière (1994, p. 10): “saber uma coisa é não ter necessidade de pensar nela”. Mas por outro lado, pensar o saber é ler discursivamente. E discursivamente diremos que *paradoxo* significa, nos dicionários aqui mobilizados, principalmente o que ali não está escrito.

Se traçássemos outros critérios, saberes citados, autores citados etc, teríamos outras muitas articulações de leituras discursivas, e por isso outros discursos distintos. Isto nos explicita, transversalmente, uma outra propriedade da articulação discursiva: ler discursivamente é priorizar certos aspectos do texto, e não outros. É este gesto seletivo que iremos abordar teoricamente agora.

²⁰³ Do original : « La langue contient les mots et les structures qui marquent ces entrelacs. La complexité argumentative d’un texte est le signe de la maîtrise linguistique de son auteur » (CAREL, 2011a, p. 285).

6.6.3.1 A articulação discursiva por meio da relação primeiro plano/segundo plano

Atualmente, Carel e Ducrot (2014a) vem trabalhando, para o tratamento discursivo, em duas noções irmãs: *primeiro plano* e *segundo plano* (“mis en avant” e “mis en arrière”).

Anteriormente a qualquer ordem que se estabelece para se ler a desordem de um discurso, temos uma coleção de palavras plenas prenas de aspectos, cada uma. O que significaria que ler um texto ou discurso seria milimetricamente centuplicar aspectos de cada palavra, até o final do registro escrito. Para que um intérprete possa estabelecer uma ordem de unidades (dividir o discurso em quatro, três, ou duas partes etc, linear ou alinearmente), Carel e Ducrot (2014a, p. 16) propuseram a noção de aspectos em *primeiro plano* e aspectos em *segundo plano*, que para nós, compõe o procedimento da articulação discursiva de leitura.

Por exemplo, como explorar a leitura de uma definição extensa e complexa como a do *Dictionnaire Historique*, que aborda pelo menos dimensões etimológicas, históricas, linguísticas, clássicas, e medicinais? Carel e Ducrot vão dizer que é necessário que o intérprete estabeleça o que ele “quer ler” primeiramente, e deste modo, o restante dos acontecimentos e entrelaces enunciativos serão suporte secundário para sua eleição primária. Assim ocorre o vislumbre do discurso: estabelece-se foco, não necessariamente estrutural. E se muda o foco investigativo, mudam-se as relações significantes de primeiro plano e segundo planos.

Em nossas análises acima, ao eleger critérios gramaticais (sufixos), históricos (datas) e linguísticos (latim e grego) para proceder a articulações de leitura do *Dictionnaire Historique*, o que fizemos não foi senão eleger estes nortes em primeiro plano em certo momento, deixando os outros elementos em segundo plano, e invertendo estas coordenadas posteriormente. Apenas a mudança procedimental de foco entre o que será primeiro e segundo plano em si já significa. Faz jus dizer que estas duas noções se aplicam tanto na instância do texto como do discurso.

Carel e Ducrot apresentam dois exemplos curtos para iniciar a aplicar as noções de primeiro e segundo plano interpretativo. O primeiro é uma narração curta:

Maria, que estava arrumando a cozinha, escutou o telefone tocar.

Nela, os autores explicam que o locutor “[...] põe em segundo plano [Maria estava arrumando a cozinha] e põe em primeiro plano [Maria escutou o telefone tocar]” (CAREL; DUCROT, 2014, p. 16, tradução nossa)²⁰⁴. Obviamente, podem-se trocar os planos em um nível discursivo, dependendo do projeto de leitura que se pretende efetuar.

Outro exemplo curto é a negação metalinguística de:

Ele não é corajoso, ele é medroso.

Nele, os autores explicam que “[...] seu locutor exclui o conteúdo [ele é corajoso] e põe em primeiro plano o conteúdo [ele é medroso]” (CAREL; DUCROT, 2014a, p. 16)²⁰⁵.

Como vimos, conteúdos excluídos constituem elementos de segundo plano da leitura. Por isto insistimos tanto no ponto de que toda exclusão significa. Isto é, diante do fato de não se concordar com a coragem de alguém, pode-se apenas dizer “ele é medroso” ou “ele não é corajoso, ele é medroso”. E esses dois enunciados significam diferentemente. A diferença superficial (não profunda) é que ao enunciar “ele é medroso” só há um plano, e ao enunciar “Ele não é corajoso, é medroso” há dois planos, em que se estabelece um jogo de predomínio e interferência. A negação, embora exclusão, não é erradicação. Ela funda um discurso porque instaura outro conteúdo outrora afirmado. A negação significa, mesmo que em segundo plano. Pode-se transtornar seu papel coadjuvante: se se pretende estudar a negação, pode-se pô-la, neste projeto, em primeiro plano, e por a afirmação em segundo plano.

Podemos aqui articular uma leitura discursiva por totalização pré-leitura (sem ler) dos minidicionários escolares, já mencionados, na seguinte disposição: para um semanticista, o minidicionário não trata de “dar uma definição” apenas, para usos rápidos, mas definir em poucas linhas significa uma atitude de “*exclure vários*”, por meio de “*por um*”, ou poucos. Um semanticista *excluiria*, portanto, o bloco do senso comum [MINIDICIONÁRIO DC USO RÁPIDO] em detrimento de *por um* bloco menos ingênuo: [MINIDICIONÁRIO DC EXCLUSÃO DE SIGNIFICADOS]. O que nos levaria a uma outra articulação discursiva: colocando em primeiro plano a instância pedagógica, o minidicionário cumpre mais o papel da perpetuação repetitiva do universo unívoco, do que proporciona a inovação reflexiva do

²⁰⁴ Do original : « [...] l'énoncé *Marie, qui était en train de faire la cuisine, entendit le téléphone sonner* met en arrière plan [*Marie était en train de faire la cuisine*] et met en avant [*Marie entendit le téléphone sonner*] (CAREL ; DUCROT, 2014a, p. 16).

²⁰⁵ Do original : « *Il n'est pas courageux. Il est casse-cou.* [...] son locuteur exclut le contenu [*il est courageux*] et met en avant le contenu de la proposition suivante, [*il est casse-cou*] » (CAREL ; DUCROT, 2014a, p. 16).

diverso plurívoco, em dispersão. Os minidicionários não proporcionam a prática da leitura (possibilidades em primeiro e segundo plano), os minidicionários impõem a prática da não-leitura (discurso autoritário de sua mono-definição). Como explica Nunes (2006, p. 22), devemos considerar “[...] a definição clássica: X é Y, que esquece que as palavras podem ter outros sentidos”.

Para citar um exemplo, o dicionário *Kokugo Ziten* apresenta sentidos radicais no que tange a uma articulação discursiva de *por* em primeiro plano uma definição exclusivamente por termos e vias da Lógica, *exclui*, em segundo plano, qualquer outra possibilidade de existência em outro saber, como: Literatura, Estilística e Medicina, por exemplo, consideradas no *Dictionnaire Historique*.

Assim resumem os autores:

O conteúdo pode ser posto em primeiro plano (ele é dado como o objeto da tomada da palavra, e pertencendo à estrutura central do texto), ele pode enfim ser posto em segundo plano (aceito, não pertencente à estrutura central), ele pode ser excluído. O locutor de *O filho de meu vizinhos não era gentil* põe em segundo plano [meus vizinhos tinham um filho], exclui [o filho de meus vizinhos era gentil] e põe em primeiro plano [o filho de meus vizinhos era um pouco chato] (CAREL; DUCROT, 2014a, p. 49, tradução nossa)²⁰⁶.

Percebe-se no trecho a proximidade entre a noção de segundo plano e pressuposto. O pressuposto pode, sim, ser um segundo plano. Carel e Ducrot o reconhecem. Mas a recíproca não é verdadeira.

Estas duas noções ordenadoras de discurso são cruciais tanto para leituras mais minuciosas, quanto para discursos por demais extensos, como no caso do *Dictionnaire Encyclopédique de Pragmatique* (MOESCHLER; REBOUL, 1994, p. 376-452), que apresenta seis extensas páginas sobre a definição do paradoxo. Impossível de se ler sem estabelecer ordenações de primeiros e segundos planos. Ler discursos é construir preferências.

²⁰⁶ Do original : « le contenu peut être mis en avant (il est donné comme l’objet de la prise de parole et appartient à la structure centrale du texte), il peut enfin être mis en arrière (accepté, il n’appartient pas à la structure centrale), il peut être exclu. Le locuteur de *le fils de mes voisins n’était pas gentil* met en arrière [mes voisins avait un fils], exclu [le fils de mes voisins était gentil] et met en avant [le fils de mes voisins était un peu méchant] » (CAREL ; DUCROT, 2014a, p. 49).

Quando efetivamos a articulação discursiva pretendendo ler em ordem cronológica o *Dictionnaire Historique*, o fizemos colocando em primeiro plano a ordem das datas.

Esta seção nos lembra bem a recomendação de Benveniste (1974, p. 37, tradução nossa)²⁰⁷ sobre leituras não cristalizadas, discursivas: “[...] parece que entramos em um período de experimentação. Tudo o que é impresso não é feito para ser lido, no sentido tradicional; há novos modos de leitura, apropriados aos novos modos de escrita”.

É pela articulação discursiva, por exemplo, que selecionamos partes de/no próprio texto para poder afirmar, por exemplo, que no *Dictionnaire Historique*, um dos sentidos de *paradoxo* é estritamente linguístico, se colocarmos em primeiro plano o fato de que, segundo esse dicionário, *paradoxo* é uma expressão de início enunciativo no latim e de etimologia grega, e que o locutor da definição *põe* que suas variações em plural, substantivo, e adjetivo estão marcadas no grego. Por este primeiro plano linguístico, vamos afirmar pela articulação discursiva, que definindo o dicionário o tempo todo por base grega e latina (inclusive não há exemplos sobre o *paradoxo* em si, mas há farto exemplo do *paradoxo* enunciado pelo latim e grego), o locutor *exclui* que outra língua não pode reclamar seu estudo e o uso de *paradoxo* (por que só a Medicina, a Filosofia e a Literatura o enunciam *paradoxo* neste dicionário? Por que outros saberes não foram expolorados?). Se para o lexicógrafo selecionar certos dados é organizar um dicionário, para o semanticista, escolher certos dados é *excluir* outros, por isso, para o semanticista, escolher é significar, pelo mérito do jogo primeiro plano/segundo plano.

Pautados nesta asseveração, como cogitaríamos uma análise proveniente da escolha de dois trechos que se contrapõem no interior de uma mesma definição? É o que passaremos a considerar.

6.6.3.2 A articulação discursiva por meio do quase-bloco

Como temos visto aqui pelas muitas micro-análises efetivadas, um dos significados estruturais gerais de *paradoxo* é o célebre: “contrário à opinião comum”, que expressa sua AI estrutural: [OPINIÃO COMUM DC CONTRARIAR]. Definição inclusive, que inicia a definição do *Dictionnaire Historique*: “PARADOXE [...] ‘coisa contrária à opinião’ [...]”

²⁰⁷ Do original: « il me semble que nous entrons dans une période d’expérimentation. Tout ce qui s’imprime n’est pas fait pour être lu, au sens traditionnel ; il y a de nouveaux modes de lecture, appropriés aux nouveaux modes d’écriture » (BENVENISTE, 1974, p. 37).

‘contrário à expectativa ou à opinião comum’, de *para-* < ao lado > de onde < contrário > (→ (1) *para-*) e de *doxa* < opinião > (→ *doxa*, ortodoxo)” (REY *et al*, 2006, p. 2561).

Isto mostra que um dos planos estratégicos da definição é o seguinte: mesmo que se eleja não importa qual primeiro plano de leitura no interior da longa definição, esta AI central continua intacta. Por exemplo, mesmo que se ponha em primeiro plano os formatos distintos dos sufixos: *paradoxo* (substantivo), *paradoxal* (adjetivo), *paradoxalmente* (advérbio), *paradoxismo* (substantivo), *paradoxista* (substantivo), os aspectos sofrem mudanças de nuance, porém, o cerne básico da totalização pós-leitura, AI de *paradoxo* – [OPINIÃO COMUM DC CONTRARIAR] – sempre permanecerá. O mesmo se passará por ocasião da eleição de outros primeiros planos, como as datas, os autores citados, os saberes considerados, as línguas mobilizadas, os dados etimológicos etc, que acrescentará a esta AI outros horizontes de retrospectiva.

Contudo, esta totalização é transtornada quando se efetiva uma articulação discursiva do tipo que faremos agora, que levanta contrastes significantes. Coloquemos em primeiro plano o seguinte trecho (e deixando em segundo plano, o restante da definição):

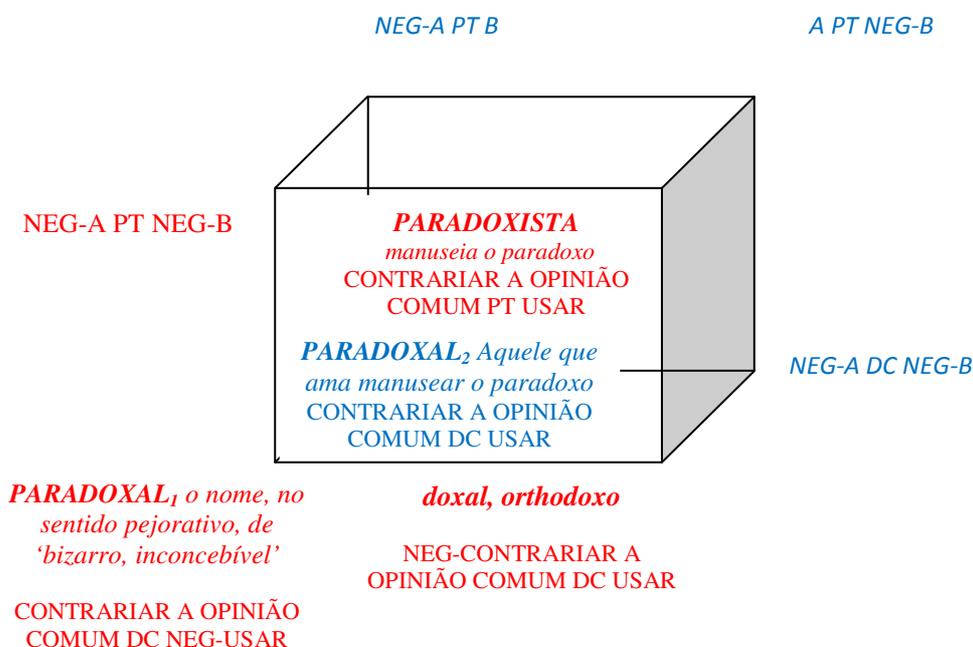
O (A) **PARADOXAL**, **AIS adj.** (1588) ‘que possui o paradoxo, que ama manusear o paradoxo’, empregado mais tarde como o nome, no sentido pejorativo, de ‘bizarro, inconcebível’ (1812) (REY *et al*, 2006, p. 2561).

Percebe-se que o *Dictionnaire Historique* apresenta um requinte a mais na relação com outros dicionários: ele não só enuncia a definição de um objeto (o paradoxo), ele também aborda a apreciação desse objeto (o paradoxo), inclusive, nominalmente: há quem ame manusear o paradoxo, e há quem considere inconcebível o paradoxo. O grande problema é que, por uma leitura discursiva, esta orientação oposta está intrínseca à mesma estrutura: o termo *paradoxal*. Como então expressar o aspecto desta palavra na TBS?

Para operar tecnicamente este problema, estabeleceremos um bloco de relações que estão em primeiro plano: observando a definição “aquele que ama manusear o paradoxo”, vamos dar uma AI para *paradoxal* [CONTRARIAR OPINIÃO COMUM DC USAR], pensando-a a partir da AI de *paradoxo* que totaliza toda a definição: [OPINIÃO COMUM DC CONTRARIAR], pois *paradoxal* é a característica (adjetivo) de quem contraria a opinião comum. Por exemplo, no *Dictionnaire Historique*, Cícero foi *paradoxal*. Estruturalmente falando, a palavra *aspectiva Cícero*, não plena, é determinada pela AI de *paradoxo*

argumentando que o locutor Cícero contrariou a opinião geral vigente. Proporemos o seguinte bloco paradoxal da AI de *paradoxo*, ilustrado pelo *Dictionnaire Historique*:

Figura 19 – bloco paradoxal da AI de *paradoxo*, ilustrado pelo *Dictionnaire Historique*



Ambos os eixos laterais inferiores esquerdos das faces frontal-doxal e final-paradoxal filiam-se estruturalmente à *paradoxo* desta definição do *Dictionnaire* (algo paradoxal é algo que contraria a opinião comum). Há, porém, uma distinção na apreciação deste gesto de contrariar a opinião comum (amar, por isso usar; e ter por inconcebível, por isso não usar – ambos inscritos na AI de *paradoxal* do dicionário).

Este discurso do *Dictionnaire Historique* nos explicita uma nova relação: um *quase-bloco lateral entre faces* do mesmo cubo argumentativo (a soma entre o ponto normativo doxal inferior esquerdo + o ponto normativo paradoxal inferior esquerdo). Ele será a sexta determinação para o paradoxo semântico, neste trabalho (a primeira, é a interdependência, a segunda é o quase bloco doxal, a terceira é o quase-bloco converso entre faces doxal/paradoxal do cubo, a quarta é o *mas* concessivo, a quinta é a transformação interdependente entre enunciados opostos). Vejamos esta nova relação de quase-bloco lateral entre faces.

Temos neste trecho acima, em primeiro plano, dois aportes opostos para a AE de “contrariar a opinião comum”: amar e rejeitar o paradoxo, expressos pelas palavras plenas *amar* de um lado [CONTRARIAR A OPINIÃO COMUM DC USAR], e *bizarro* e

inconcebível de outro lado [CONTRARIAR A OPINIÃO COMUM DC NEG-USAR]. A definição de *paradoxal* no *Dictionnaire Historique* apresenta a interdependência entre estes dois aspectos. A lógica que as distingue é seu horizonte de retrospectção: a primeira de 1588, e a segunda, de 1812. Mas a ilógica que as une é a articulação do discurso do dicionário. Vamos aqui propor uma notação para este tipo de interdependência entre a relação das duas faces do cubo: [CONTRARIAR A OPINIÃO COMUM DC (NEG-) USAR]. Onde os parênteses “na negação” significam a indissociabilidade entre a possibilidade afirmativa e negativa do aporte. Em nosso caso, “usar” + “neg-usar”.

Observa-se que, embora opostas, ambos os normativos das duas faces do cubo pertencem ao sentido dicionarizado da palavra *paradoxe* do *Dictionnaire Historique*. Os dois são “validados” e funcionam como AI da entrada.

Resumamos: como vimos, o quase-bloco “é uma exitação entre dois blocos, uma alternativa entre dois aspectos” (CAREL; DUCROT, 2014, s.p.). São marcados pelos parênteses, que significam a soma entre características de dois aspectos (DC + PT e afirmação + negação). Carel o sugeriu apenas no modo *quase-bloco doxal*, propondo os parênteses “no suporte” ou “no aporte”: [A DC (B)]. Nós o propomos também no tipo de *quase-bloco converso entre as faces* do mesmo cubo, propondo os parênteses “no conectivo”: [A (DC) B]. E agora o propomos no novo tipo de *quase-bloco lateral (inferior ou superior, esquerdo ou direito) entre as faces* do mesmo cubo, propondo os parênteses “na negação”: [A DC (NEG) B].

Aplicando esta noção na definição de *paradoxe* do *Dictionnaire Historique* temos ali um paradoxo semântico representável pelo quase-bloco que exita, engloba, considera o entremeio tanto da descrição de quem o ama quanto de quem o rejeita, expresso pelo *quase-bloco lateral inferior esquerdo entre as faces* frontal-final [CONTRARIAR A OPINIÃO COMUM DC (NEG-) USAR]. Polifonicamente, podemos dizer que ali, colocando em primeiro plano aquelas palavras, temos a unidade do paradoxo semântico de um quase-bloco lateral inferior esquerdo:

(posto, NÓS-autores, [CONTRARIAR A OPINIÃO COMUM DC (NEG-) USAR]).

Para melhor entender este tipo de relação de quase-bloco lateral entre faces, pensemos num curto exemplo contextual, bem tradicional e conhecido. Se pensarmos em um cubo argumentativo cristão, teríamos na face frontal-doxal algo como “Deus é imortal” [DEUS DC NEG-MORRER], e podemos ter na face final-paradoxal “Deus é mortal” [DEUS DC

MORRER]. Levando-se em conta que Jesus é Deus (portanto, doxalmente não pode morrer, segundo o cristianismo), mas, no entanto, paradoxalmente Jesus morreu, temos aí a concretização de um quase-bloco lateral inferior esquerdo, dado pela fórmula *X mesmo sendo NEG-X*: “*Jesus é mortal mesmo sendo imortal*”, que indissociabiliza os normativos doxal/paradoxal do mesmo cubo: [DEUS DC (NEG)-MORRER].

Podemos pensar nas seguintes relações que compõem o quase-bloco lateral:

Quadro 25 – O paradoxo semântico do tipo [A CONN (NEG) B]: o quase-bloco lateral superior/inferior entre as faces doxal/paradoxal do mesmo cubo argumentativo.

O paradoxo semântico a partir da interdependência lateral superior/inferior entre as faces frontais-doxais e finais-paradoxais do tipo [A CONN (NEG) B]:			
Aspectos da face frontal-doxal		Aspectos da face final-paradoxal	quase-bloco lateral
A DC B	+	A DC NEG-B	= A DC (NEG) B
NEG-A DC NEG-B	+	NEG-A DC B	= NEG-A DC (NEG) B
NEG-A PT B	+	NEG-A PT NEG-B	= NEG-A PT (NEG) B
A PT NEG-B	+	A PT B	= A PT (NEG) B

6.7 A relação dispersão/ordenação: o avizinhamo enunciativo

Como último gesto de pensar a articulação discursiva de leitura, gostaríamos aqui de propor uma outra noção, pertinente para se vislumbrar os processos de sentido, desde seu início, por vias da TBS.

Por uma concepção teórica, o texto e o discurso são no mínimo uma ordenação. O que *concorda* que antes deles havia dados dispersos, mas avizinhamos, por se ordenar. É esse “antes do gesto de produzir um texto/discurso”, o que não está ordenado, mas é passível de ordenação em unidade maior, que chamaremos de *avizinhamo enunciativo*.

Ducrot e Carel observaram que toda enunciação (Enunciado 1) promove encadeamentos em Enunciado 2, Enunciado 3, 4... Essa observação dos linguistas nos permite observar que existe então, antes mesmo que se ordene um discurso sob qualquer critério que seja, que encadeie seus enunciados, uma dispersão plural de enunciados envolvidos ao enunciado principal, não principal por si só, mas também posto em primeiro plano sob algum critério. A essa dispersão plural e aleatória de enunciados – dispersos antes do gesto de

delimitação que lhes dará o nome de discurso – chamaremos *avizinhamo enunciativo*: o “antes” do trajeto enunciativo (ordens material e de leitura do texto/discurso).

Metodologicamente, ele é uma noção procedimental que marca o “caminho” de enunciados-unidades menores para o discurso-unidade maior. Disponível tanto no nível da frase, quanto do enunciado. Nosso interesse, porém, é o enunciado. Nele, o avizinhamo enunciativo é um índice enumerativo de “linhas enunciativas”, opções que se dispõe o semanticista para “tecer” suas infindas relações discursivas, como articulação, modificação, polifonia, discursivização, dentre outras. Enfim, é uma noção inicial que marca pluralidade de unidades de enunciados que possuem “qualquer linha de identidade entre si” (implicatura, alusão, pressuposto, negação, atitudes etc) que nos permitirá falar da noção final de discurso, isto é, a elaboração de relações entre essas unidades menores, em construtos maiores.

Por exemplo, seja considerado enunciado principal (porque para TBS não existe enunciado principal, se nomeamos um enunciado de principal, ele só existe enquanto uma eleição de primeiro plano, a promoção de uma principalidade é nada mais que um gesto do semanticista que estabelece primeiro e segundo planos):

Estou cansado.

Tal enunciado envolve uma rede de outros enunciados, um avizinhamo enunciativo proveniente de situação (*O tempo está bom*), de contexto (*Falta de predisposição*), polifonicamente (*Existe um tempo, existe alguém*), de implicatura por negação (*existe tempo bom, tempo ruim, como existe pessoas dispostas e pessoas cansadas*), de atitudes (é concordado: *Bem que não se possa dizer por que, todo mundo aprecia este tempo*; é posto: *Embora o tempo esteja bom, eu não irei passear*; é excluído: *O tempo está bom, de sorte que eu vou passear*), de articulação (*O tempo está bom, mas eu estou cansado*), de negação parcial (*o tempo está quase bom*), das outras relações previstas no bloco da AE de bom tempo (recíproco: *O tempo não está bom, portanto eu não vou passear*; transposto: *O tempo não está bom, no entanto eu vou passear*), bem como o bloco da atitude concordada (transposto: *Pode-se dizer por que, portanto, todo mundo aprecia este tempo*; converso: *Pode-se dizer por que, no entanto, ninguém aprecia este tempo*; recíproco: *Não se pode dizer por que, portanto, ninguém aprecia este tempo*), além dos outros quatro aspectos paradoxais de cada um desses dois blocos (como: *O tempo está bom, portanto eu não vou passear, e Bem que não se possa dizer por que, portanto, todo mundo aprecia este tempo*), que não mencionaremos aqui. Além

ainda de todas as AE à esquerda (como *ausência de intempéries portanto tempo bom* etc), e à direita dos termos envolvidos (como *tempo bom portanto não está frio* etc), bem como seus paradoxais relativos (*há intempéries portanto temos tempo bom*, e *tempo bom portanto está frio*) que não elencaremos todos aqui.

Além de tantos outros movimentos (haveria um fim para o avizinhamento enunciativo? Já que o fim é apenas um gesto do analista? Não o sabemos...). A este grupo disperso, antes do momento de análise, chamamos avizinhamento enunciativo. Considerar este grupo disperso antes da noção organizacional de trajeto enunciativo é pertinente justamente por evidenciar que texto/discurso são construídos a partir da seleção de uma dispersão. Antes do trajeto enunciativo, a organização, texto e discurso não passam de elementos linguísticos avizinhamentos, avizinhamento de possibilidades de uma aleatoriedade em dispersão. Vejamos o exemplo:

Avizinhamento:

Estou cansado. O tempo está bom. Falta de predisposição. Existe um tempo. Existe alguém. Existe tempo bom. Existe tempo ruim. Existem pessoas dispostas. Existem pessoas cansadas. Bem que não se possa dizer por que, todo mundo aprecia este tempo. Embora o tempo esteja bom, eu não irei passear. O tempo está bom, de sorte que eu vou passear. O tempo está bom, mas eu estou cansado. O tempo está quase bom. O tempo não está bom, portanto eu não vou passear. O tempo não está bom, no entanto eu vou passear. Pode-se dizer por que, portanto, todo mundo aprecia este tempo. Pode-se dizer por que, no entanto, ninguém aprecia este tempo. Não se pode dizer por que, portanto, ninguém aprecia este tempo. O tempo está bom, portanto eu não vou passear. Bem que não se possa dizer por que, portanto, todo mundo aprecia este tempo. Há ausência de intempéries portanto tempo bom. Tempo bom portanto não está frio. Há intempéries portanto temos tempo bom. Tempo bom portanto está frio “Etc”.

Frisa-se bem este etc, como hipótese de não-fim (já que, como vimos, começo e fim são gestos discursivos analíticos, e não pontuações estruturais). É interessante observar como um pequeno enunciado “*estou cansado*” instaura uma órbita semântica tamanha de constelação de enunciados sem um centro definido (são os planos adotados que elegerão um “centro” nesse avizinhamento, um objetivo que organizará um trajeto enunciativo, construindo um discurso). Passemos à aplicação desta hipótese em nosso corpus.

6.7.1 Análise do avizinhamiento enunciativo no dicionário *Kokugo Ziten*

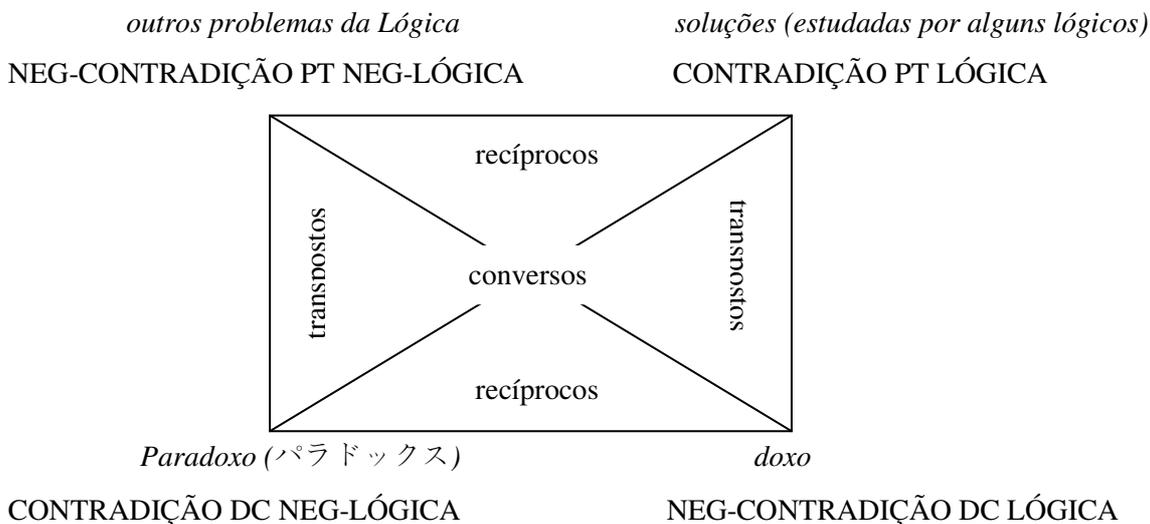
Deixaremos momentaneamente de lado o *Dictionnaire Historique* devido à enorme extensão da definição de paradoxo, da qual teríamos um imenso avizinhamiento enunciativo a explicitar, devido aos muitos enunciados que o constitui. Ao invés disso, proporemos o estrategicamente menor *Kokugo Ziten*, que devido à sua curta definição, nos possibilita uma melhor exploração de seu avizinhamiento enunciativo. Retomemos sua definição:

パラドックス: Uma teoria que parece ser verdadeira, mas possui contradição e não constitui uma teoria lógica.

No trajeto enunciativo que organizou este discurso (unidade maior delimitada diante de uma dispersão), temos o seguinte avizinhamiento enunciativo, anterior à definição: a situação (*o dicionário diz que パラドックス é ...; o paradoxo está definido em japonês, etc*), o contexto (*o パラドックス é uma teoria, nada mais; é assunto lógico; o locutor do dicionário concorda com esta máxima clássica portanto define paradoxo assim*), a polifonia (*existe uma teoria lógica, existe uma teoria verdadeira*), a implicatura por negação (*existe teoria verdadeira, como existe teoria não-verdadeira, que parece ser verdadeira*), as atitudes (*é concordado: toda contradição destitui uma teoria da lógica; é posto: O パラドックス não constitui uma teoria lógica; é excluído: o パラドックス é uma teoria lógica*), a articulação (*parece ser verdadeira, mas possui contradição*).

Este avizinhamiento, ainda não-discurso, poderia ser aumentado. Todas estas possibilidades enunciativas (passíveis para se organizar um discurso, mas ainda na instância da dispersão de avizinhamiento) ainda poderiam ser acrescidas dos possíveis enunciados provenientes do bloco doxal contextual da AI de パラドックス:

Figura 20 – Bloco doxal contextual da AI de パラドックス



Cujos possíveis enunciados oriundos desta AI de パラドックス (*há contradição, portanto não há teoria lógica*), seriam: seu converso (*há contradição, no entanto há teoria lógica*), seu transposto (*não há contradição, no entanto não há teoria lógica*), e seu recíproco (*não há contradição, portanto há a teoria Lógica*). Ao avizinhamo poder-se-ia somar ainda, pelo menos, o mesmo bloco no formato paradoxal, e os possíveis blocos de AE (à esquerda e à direita, bem como seus blocos paradoxais relativos) do termo パラドックス, além de outros blocos vizinhos. As palavras seletoras (artigos, nomes próprios etc), articuladoras (mas), modificadoras (advérbios etc) etc poderiam dar melhor preparo nas relações entre-enunciados, mas fugiremos desta questão estética, porque nosso primeiro plano é semântico (mesmo ciente de que o estético também significa, em segundo plano).

Temos então o avizinhamo aproximativo de パラドックス:

O dicionário diz que パラドックス é uma contradição e não é teoria lógica. O paradoxo está definido em japonês. O パラドックス é uma teoria, nada mais, é assunto lógico. O locutor do dicionário concorda com esta máxima clássica, portanto define paradoxo assim. Uma teoria lógica. Existe uma teoria verdadeira. Existe teoria verdadeira, como existe teoria não-verdadeira, que parece ser verdadeira. Toda contradição destitui uma teoria da lógica. O パラドックス não constitui uma teoria lógica. Parece ser verdadeira, mas possui contradição. Há contradição, portanto não há teoria lógica. Há contradição, no entanto há

teoria lógica. Não há contradição, no entanto não há teoria lógica. Não há contradição, portanto há teoria Lógica. Etc.

A partir dele, a tarefa de construir um discurso toma corpo. A delimitação do analista. A organização do semanticista. Podemos construir alguns textos baseados na constelação que rodeia a AI de パラドックス (*há contradição, portanto não há teoria lógica*), pautados em primeiros planos diversos. Vejamos um exemplo:

Construção de um discurso¹ sobre o paradoxo:

O paradoxo é um nome que diz respeito a teorias. Precisamente, da Lógica. Um dicionário, como o japonês, define-o enquanto uma não teoria, porque é uma contradição, e contradição não tem lugar científico na Lógica. Mas há também outros problemas na Lógica, que embora não sejam paradoxos, são problemas para a concepção de averiguação de verdade desta teoria. Mesmo assim há, evidentemente, teóricos que já se debruçaram sobre o paradoxo, no interior mesmo da Lógica, para tentar solucioná-lo.

A própria definição do dicionário japonês adviria do mesmo avizinhamento:

Construção de um discurso² sobre o paradoxo:

パラドックス: Uma teoria que parece ser verdadeira, mas possui contradição e não constitui uma teoria lógica.

Falemos algumas palavras sobre a complexa noção de discurso, produto da relação avizinhamento enunciativo/trajeto enunciativo.

Como vimos, o discurso é produto da interpretação, não um artefato. Outros discursos poderiam ser construídos a partir do mesmo avizinhamento em dispersão. Construir um discurso no estruturalismo enunciativo é tarefa seletiva e subjetiva do analista.

Escrever/enunciar são atitudes de entregar-se a ordenações de trajetos enunciativos (ordenações material/leitura) a partir de um ambiente desordenado de avizinhamento significante. A missão da linguagem é – o semanticista o diria –, (re)organizar o ambiente da significância balizado pela linguagem. As significações vagam paradoxalmente no

emaranhado disforme da língua, sem lugar definido e ao mesmo tempo habitando todos os lugares, vagam até serem ordenados pela enunciação e mobilizados pelos processos discursivos que os exclusivizam. Ali, o locutor *põe* que a articulação discursiva é tal que considera o estatuto de seu objeto (o discurso) em vários modos, por exemplo, aquele de que não podemos sempre “enxergar” sentidos (estruturalmente), mas sempre podemos mobilizar e conchamar para a análise seus sentidos no avizinhamo enunciativo que o constitui, já que a TBS trabalha a linguagem nos âmbitos do uso e não uso, a partir das atitudes de por (pressupor), concordar e excluir, o que possibilita significações para o dito e o não-dito. O que marcamos aqui é que todos estes procedimentos ressentem significações e sentidos, e processam o texto e o discurso a partir do gesto de um avizinhamo enunciativo, que prevê investidas do locutor na ordenação material e na ordenação de leitura.

A noção de avizinhamo enunciativo postula, ao seu modo, aquele critério universal relacional de que nenhum enunciado é uma ilha. Estuda-se uma unidade (o enunciado) como estratégia para acessar uma pluralidade (o discurso). Como visto, toda enunciação desvela uma dispersão. Podemos aqui nos remeter aos primórdios das questões ducrotianas: Ducrot procurava uma noção de lincamento de enunciados (que encontrou no quadrado argumentativo) porque reconhecia uma dispersão (DUCROT, 1990). Para não trabalhar na dispersão (mas a partir dela), filiou-se aos blocos de Carel. O gesto analítico é operável porque há uma predisposição prévia desses dados, instaurados pela enunciação, tal é a complexidade do discurso. Isso para nós é o alicerce dos estudos sobre o o texto (falando de texto sem acuidade técnica).

Um discurso não nasce pronto, ele é produzido pelo seu analista. Toda unidade implica uma pluralidade anterior. Se nasce, vem de algum lugar, se é produzido, mobiliza outros dados. Se se dirige a dados, existe um índice dessa disposição de elementos. Isso é o avizinhamo enunciativo: uma predisposição de opções, já que metodologicamente, para a TBS, estudar a língua é estudar o discurso, como o afirma Ducrot: “Nós explicamos a língua pelo discurso” (CAREL; DUCROT, 2005, p. 24, tradução nossa)²⁰⁸.

Vimos neste capítulo que nossa noção de discurso estuda o alcance. Diferentemente dos outros capítulos, este capítulo foi dedicado ao estudo do alcance. O paradoxo semântico aqui teve sua quinta determinação: a possibilidade da transformação entre dois enunciados de sentidos opostos, totalizados em um discurso de paradoxo semântico. Vimos que a interpretação é a atitude voluntária ou não do locutor-leitor de preferir certas relações entre

²⁰⁸ Do original : “Nosotros explicamos la lengua por el discurso” (CAREL; DUCROT, 2005, p. 24).

enunciados, e outras não (discursivizar é *concordar* certos conteúdos, *por* outros, e *excluir* outros ainda). O conjunto destas atitudes, efetivadas por um locutor, que organizam a ordenação material e de leitura, leva o nome de discurso, berço do processo dos sentidos.

CAPÍTULO VII – ANÁLISE SEMÂNTICO-HISTÓRICA DO PARADOXO

Este capítulo objetiva inserir uma segunda teoria nesta pesquisa: a *Semântica Histórica da Enunciação* (doravante SHE), criada e desenvolvida pelo brasileiro Eduardo Guimarães.

Na prática, esta atitude significa querer enriquecer a observação do nosso objeto, o paradoxo, por uma lente distinta da TBS.

Aqui também estamos deixando de lado, por ora, o paradoxo semântico, para poder tratar de discursos sobre o paradoxo nos dicionários, de modo específico, no *Dictionnaire Historique de Langue Française*.

O que de fato objetivamos neste capítulo é explorar a noção de *espaço de enunciação*, flagrando nosso objeto quando operado por esta noção. E o que de fato nos interessa na noção de espaço de enunciação é a grande discussão da *relação entre línguas*, que veremos (obviamente, colocando em primeiro plano apenas estas duas noções, deixamos de lado todo um acervo teórico rico da SHE, já que nosso objetivo assim nos agencia).

O que *excluimos*, indiscutivelmente, é a possibilidade deste capítulo efetivar uma “fusão” de teorias. Por uma postura epistemológica plural, nossa decisão da adoção de uma segunda teoria tem propósito específico, explicitado acima. Ela instaura uma relação que converge duas práticas da Linguística: a francesa, pela eleição teórica da TBS e suas práticas, nem sempre publicadas no Brasil, de um lado, e a brasileira, que mobiliza a SHE e suas práticas vizinhas da Análise de Discurso brasileira, por outro. E é na acuidade destes dois limites, marcando semelhanças e diferenças que as constituem, que cremos enriquecer a pesquisa sobre o paradoxo.

7.1 A relação semântica histórica da enunciação/análise do discurso brasileira

Preferimos, antes mesmo de abordar nosso alvo, a noção de espaço de enunciação, explicitar os fundamentos da SHE, para melhor compreender seu funcionamento analítico. Passemos a esta explanação.

A teoria SHE faz ver pelo menos duas determinações básicas que lhe dão identidade: o apreço pelo primeiro momento de nossa teoria (a ANL, não a TBS) por um lado, bem como os estudos de Benveniste sobre enunciação; e a Análise de Discurso brasileira, com os trabalhos de Eni Orlandi (doravante ADB), por outro. Trata-se de uma teoria que se aproxima da ANL (os primeiros capítulos de nosso trabalho) por operar a mesma unidade de análise que ela, o enunciado (e o enunciado nos moldes ducrotianos), e por escolher analisar o enunciado a partir do mesmo princípio da TBS, pela/na língua.

No que nos interessa, queremos dar especial atenção para o fato de que o *a priori* da história determina a ADB (estudos orlandianos sobre Análise do Discurso), regendo-a: “A inclusão da história tem sido preocupação de muitos estudiosos da linguagem. A análise de discurso se constitui a partir da inclusão desta preocupação” (GUIMARÃES, 1995, p. 66).

Baseado nesta preocupação da ADB, o linguista fundador da SHE, Eduardo Guimarães, propõe então deslocar os conceitos de enunciação de Benveniste e Ducrot determinando-os pela noção de história (pecheutiana), colocando-a no cerne do sentido, além de integrar na sua concepção teórica elementos que convencionalmente um estruturalismo de linha saussureana não trabalha, como dados exteriores à língua:

Procuramos agora construir o espaço próprio para nossa definição de sentido. [...] a reintrodução da exterioridade saussureana se dá como questão lingüística em abordagens como as de Benveniste e Ducrot [...] **Mas estas posições mantêm a exclusão da história. Para nós interessa, exatamente, a inclusão da história. Ou seja, tratar a questão do sentido** como uma questão enunciativa em que a enunciação seja vista historicamente. [...] **a significação é histórica**, não no sentido temporal, historiográfico, mas no sentido de que a significação é determinada pelas condições sociais de sua existência (GUIMARÃES, 1995, p. 66, grifos nossos).

Em suma, Guimarães por um lado se aproxima de Ducrot para construir seu arcabouço teórico (o Ducrot da ANL), mas dele se afasta na medida que adota princípios da ADB. Façamos um pouco destas relações teóricas.

7.2 A relação ANL/SHE

Como vimos, a teoria guimaraniana é resultado de um descolamento da noção de enunciação de Benveniste (1974, p. 80, tradução nossa²⁰⁹) e Ducrot (1987, p. 168²¹⁰) ao incluir o que chama *história* (baseado no raciocínio da ADB) nas reflexões sobre o sentido. De Benveniste, afastou-se por não considerar o sujeito como o “centro do dizer”, de Ducrot, por não considerar o nível do significado no mesmo patamar de importância do nível semântico, além de operar procedimentos metodologicamente fora da língua. A proposta central guimaraniana, então, prevê refletir o sentido subordinado a exclusivamente um *acontecimento do dizer* (enunciação). Daí o nome de sua obra mais famosa, que expõe sua metodologia procedimental: *Semântica do Acontecimento* (doravante SA).

Os focos das duas teorias são contrários, e isso se vislumbra do seguinte modo: no que tange à relação com a TBS o problema já se ressentia neste nome (*Semântica do Acontecimento*), justamente por desconsiderar, em grande medida, o nível primeiro e necessário sem o qual não se toca no sentido segundo a TBS: o significado, a frase, e operar diretamente no segundo nível, o enunciado (mesmo descrevendo vezes ou outra o nível frástico, seu foco é o nível enunciativo).

Podemos traçar aqui então, na relação TBS/SHE (lembrando que a SA guarda diálogo apenas com a fase inicial da ANL), no mínimo uma semelhança e uma diferença entre estas teorias. Enquanto semelhança, a SA se aproxima, ao menos teoricamente, da proposta de Ducrot e Anscombe de investigar a língua pelo viés do nível enunciativo/enunciado, do sentido. Mas enquanto diferença, as duas teorias debruçam-se sobre focos distintos, por sobre este viés, deste modo:

I – A *Semântica do Acontecimento* (ou SHE) de Guimarães põe em primeiro plano o foco enunciativo. Ele privilegia o fato de que “as palavras da língua significam ao funcionarem no acontecimento” (GUIMARÃES, 2005, p. 82). Mesmo que haja menção estrutural, o foco guimaraniano é decididamente o nível enunciativo. A própria definição de acontecimento corrobora esta pontuação: “Considero que algo é acontecimento enquanto diferença na sua

²⁰⁹ Enunciação “[...] é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”, do original “L’*énonciation* est cette mise en fonctionnement de la langue par un acte individuel d’utilisation.” (BENVENISTE, 1974, p. 80).

²¹⁰ Enunciação “[...] é o acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado” (DUCROT, 1987, p. 168).

própria ordem” (GUIMARÃES, 2005, p. 11). A palavra diferença expressa o foco de atenção do linguista por sobre o nível enunciativo, não o estrutural, quase totalmente à margem;

II – A *Teoria da Argumentação na Língua*, de Ducrot e Anscombre, põe em primeiro plano o foco estrutural. Mesmo propondo a análise em dois níveis, frase e enunciado ao longo de seus trabalhos, e mesmo apresentando análises arrojadas no que tange ao nível do enunciado, como vimos aqui, Ducrot não esconde sua preferência em nível estrutural:

eu me considero como um linguista, mais precisamente um semanticista, generalista. Isso significa que meu objetivo é raramente descrever entidades linguísticas particulares. Meu trabalho é antes de tudo definir conceitos gerais, que não pertencem propriamente a nenhuma língua, mas deverão, em princípio, poder se aplicar a todas, e dizendo respeito ao que chamamos, algumas vezes, ‘a linguagem’ (DUCROT, 1999b, p. 104), tradução nossa)²¹¹.

III - Já no momento radical e de aprofundamento da teoria argurgumentativa, nomeada de *Teoria dos Blocos Semânticos*, Carel põe em primeiro plano também o foco enunciativo²¹², o que não significa de modo algum que ela desmereça o nível estrutural, ou melhor, ela vale-se do nível enunciativo para se chegar ao nível estrutural (o que a aproxima, em certa medida, de Guimarães, por ocupar-se do enunciado). E não falamos aqui de aproximação teórica, já que Guimarães jamais falará em TBS, muito embora Carel já tenha se manifestado sobre a SHE (CAREL; MACHADO, 2015), mas de um interesse coincidente entre os dois: o foco por sobre o funcionamento da linguagem, nível enunciativo, do sentido, como ela bem assume:

Alguns auferirão deste estudo que eu confundo as palavras ‘semântica’ e ‘pragmática’. De fato, minhas análises serão pragmáticas, e não semânticas. [...] estudando os enunciados, portando considerando o contexto, eu não busco nenhum propósito generalista sobre a significação de seus termos.

²¹¹ Do original: «je me considère comme un linguiste, plus précisément un sémanticien, généraliste. Cela signifie que mon objectif est rarement de décrire des entités linguistiques particulières. Mon but est plutôt de définir des concepts généraux, qui n’appartiennent en propre à aucune langue, mais devraient, en principe, pouvoir s’appliquer à toutes, et relèvent de ce qu’on appelle quelquefois <le langage> » (DUCROT, 1999b, p. 104).

²¹² Sobre esta questão, ao questionar Marion Carel (CAREL; DUCROT, 2014a, s.p.) se ela era estruturalista, sua resposta a um aluno foi: “Je suis structuraliste. Et Ducrot est super structuraliste” (“Eu sou estruturalista. E Ducrot é superestruturalista”).

Minha pesquisa se situa aquém, antes de todo cálculo do sentido do enunciado a partir da significação da frase, antes de toda previsão triunfal [...] no momento que significa descrever ‘o sentido do enunciado’: eu disse bem, o ‘sentido do enunciado’, e não a significação abstrata da frase que ele realiza. Eu procuro intuitivamente compreender os *enunciados*, de maneira a conhecer para construir as ferramentas necessárias à descrição de seu ‘sentido’ (CAREL, 2011a, p. 165-166, tradução nossa, grifo nosso)²¹³.

Não poderíamos deixar de dizer que, muito embora Carel se considere uma linguista da enunciação, nós não poderíamos deixar de sopesar aqui toda a sua vasta publicação que leva em conta o apreço pela estrutura enquanto degrau para trabalhar a enunciação, visíveis, por exemplo, em noções dicotômicas como: argumentação estrutural/argumentação contextual; aspectos doxais/aspectos paradoxais; polifonia linguística/polifonia intertextual; *mas* opositivo/*mas* concessivo; quase-blocos/blocos; leitura texto-título/título-texto etc. Nós situaríamos a linguista em um duplo foco de primeiro plano: tanto estrutural quanto enunciativo, já que ela almeja refletir a enunciação, mas jamais o faz sem o suporte da estrutura (talvez por conta do fato de que Carel e Ducrot pesquisam e escrevem juntos constantemente). E mesmo que Ducrot, por sua vez, pretenda refletir a estrutura, o faz a partir das particularidades enunciativas: “Nós partimos de sentidos de enunciados, e temos que estabelecer, a partir dali, as significações de frases” (DUCROT, 1972b, p. 309, tradução nossa)²¹⁴. Isso nos faz reafirmar que falamos de predominância de interesse por eleição de planos de interesse. E nunca de *exclusão* do viés estrutural ou enunciativo.

Na relação teórica entre TBS/SHE, poderíamos de certo modo falar em um “equilíbrio” de preocupações, de um lado (Guimarães – preocupação e pesquisas em nível enunciativo; Ducrot – preocupação e pesquisas em nível estrutura, por meio de enunciados; Carel – preocupação e pesquisas em nível estruturalista e enunciativo, por meio principalmente de enunciados). E por outro lado, obviamente, temos as distinções naturais de suas teorias.

Dadas as relações básicas que nos interessam, SHE/ADB por um lado, e TBS/SHE por outro, passemos à exposição do arcabouço teórico da SHE, e suas aplicações ao paradoxo.

²¹³ Do original: « Certains retiendront de cette étude que je confonds les mots « sémantique » et « pragmatique ». En fait, mes analyses seraient pragmatiques, et non sémantiques. [...] en étudiant des énoncés, donc en considérant le contexte, je ne vise aucun propos général sur la signification de leurs termes. Ma recherche se situe en deçà, avant tout calcul du sens, avant toute prévision triomphale [...] c’est-à-dire au moment où il s’agit de décrire < le sens de l’énoncé > : je dis bien le < sens de l’énoncé >, et non la signification abstraite de la phrase qu’il réaliserait. Je cherche à intuitivement comprendre les *énoncés*, de manière à connaître puis construire les outils nécessaires à la description de leur < sens > » (CAREL, 2011a, p. 165-166).

²¹⁴ Do original: « Nous partons des sens des énoncés, et nous avons à établir, à partir de là, les significations des phrases » (DUCROT, 1972b, p. 309).

7.3 A Semântica do Acontecimento

Semântica do Acontecimento é o nome de uma obra (GUIMARÃES, 2005) que, pela sua desenvoltura teórica, passou a ser tomada como sinonímia da SHE. Há semanticistas guimaranianos que preferem este nome à SHE. A pertinência desta obra é que ela apresenta o arcabouço teórico metodológico da SHE, dos quais veremos aqui os principais pontos.

Pensar a relação entre sentido e enunciado, para Guimarães, é entender que o acontecimento é a língua posta em funcionamento que produz efeitos de sentido. Guimarães se afasta de definições de alguns lugares como nas ciências humanas, onde o acontecimento é visto como irrupção empírica, fato, evidência etc. Aproximando-se da TBS, seu conceito de acontecimento será tomado linguisticamente. Ou seja, considerado como enunciação, enquanto irrepitível. O acontecimento é materializado pela língua e dotado de uma especificidade. O que nos permite definir a língua como construto simbólico materializado pelo acontecimento enunciativo, lugar do efeito de sentido, irrepitível, específico e temporalizador (como veremos, todo acontecimento de dizer instaura um passado, um presente e um futuro).

Seu foco enunciativo é tal que o acontecimento é passível de uma repetibilidade idêntica, mas não de uma “mesmice” semântica, pois o acontecimento fundamenta-se por uma diferença, o que o torna específico. É, portanto, a especificidade de sentido (o efeito de sentido) seu alvo, não a generalidade, a semântica estrutural. A distinção entre o enunciado ducrotiano e o enunciado guimaraniano é que para Guimarães o enunciado significa que a língua foi posta em funcionamento por uma anterioridade (extra-texto) que ele chama de memorável.

7.3.1 A temporalidade

O acontecimento não é um fato abstraído de tempo, vagando em uma descontinuidade, menos ainda em um presente perpétuo (BENVENISTE, 1974). Quando o autor explica que o

acontecimento é uma diferença, ele explica que “o que o caracteriza como diferença é que o acontecimento temporaliza” (GUIMARÃES, 2005, p. 59). Se o acontecimento é uma diferença, esta diferença é uma temporalização. Isto é, para Guimarães, o acontecimento não é um enunciado dito por um locutor dentro de uma temporalidade, mas ao contrário, um acontecimento instaura sua própria temporalidade tripla: o dizer delimita um passado (a história, que o aproxima da ADB, e que tecnicamente será operada pela noção de memorável), intrínseco a um presente (a formulação e suas condições de produção), que já traz em si um futuro (perspectiva de interpretação, ou orientação argumentativa, nos moldes primeiros da ANL (em [A]→[C]), e não no modo atual radical da TBS (em [A→C])).

Por exemplo, consideremos o acontecimento da *Revista Isto É*, de 24 de setembro de 1997, analisado por Guimarães (2005, p. 81) para pensar nos sentidos da palavra *morro*:

As pernocas são frutos de muito desce-morro e sobe-morro [...] Hoje, os ônibus chegam no topo do morro e as mulatas não carregam mais latas na cabeça, como eu fazia no morro da Água Santa, na zona norte.

Analisando a temporalidade deste acontecimento (que é a diferença que lhe dá existência), o linguista dirá que este enunciado não tem três tempos, mas instaura três tempos em si, assim:

- (I) “Recorta” um *passado* (“recortar” é um nome procedimental para “escolher” um(ns) enunciado(s) anterior(es) e independente ao enunciado analisado, para lhe atribuir outros sentidos, por relação exterior. A noção formal para efetivar este recorte é o *memorável*. No caso acima, Guimarães afirmará que “mulata” recorta um memorável de “pobreza e sensualidade”. (Notemos que não há como acessar essas informações de “pobreza e sensualidade” no enunciado acima. É visivelmente um procedimento extra-enunciado: dizer que há pessoas sem dinheiro pelo fato de subir e descer o morro, e corregar latas na cabeça, é ir buscar um dado fora do enunciado);
- (II) Considera as condições de produção de um *presente* (condições de produção é uma noção tomada por empréstimo da ADB. Segundo Orlandi (2006, p. 26), as condições de produção são principalmente: interlocutores, contexto de situação, contexto sócio-histórico, relação entre situações concretas e imaginárias, o situar-se no lugar do ouvinte e a ilusão subjetiva da origem do discurso, principalmente.

A construção de sentido lhes é ancilar. No caso do enunciado acima, Guimarães vai marcar que a totalidade das condições de produção vai deixar ver que o *morro* deixa de ser acidente geográfico (abandono do viés estrutural) e ocorre um “deslize” de sentido, nos dizeres do autor, um deslize em que a palavra *morro* abandona totalmente seu semantismo – segundo o autor – e passa a designar “[...] parte da cidade enquanto determinada pela diferença social” (GUIMARÃES, 2005, p. 81). Morro não é mais aspecto da natureza, ali morro é parte da cidade, e parte pobre. As condições de produção acima citadas vão ajudar a construir o sentido altruísta onde “[...] o morro já conseguiu receber um benefício próprio da vida urbana que ele não tinha” (GUIMARÃES, 2005, p. 81);

- (III) Aufere um *futuro*, que seria uma continuidade do enunciado balisado pelo seu sentido. Futuridade é a interpretabilidade do acontecimento (GUIMARÃES, 2007a, p. 204). Isto é, quando se enuncia, há no enunciado (acontecimento) uma latência de futuro, porque todo enunciado é interpretável, voluntária ou involuntariamente. No caso do enunciado em questão, os sentidos obtidos interpretativamente pelos procedimentos de recortar memorável passado (o sentido de lugar dos pobres e pobreza, dado por “mulatas”), e sopesar as condições contextuais e situacionais, próprias do enunciado no seu presente (o sentido altruísta, dado por “ônibus”), levam o semanticista a poder integrar tal enunciado num projeto maior, o sentido de uma cidade, integrar a enunciação de *morro* em *cidade*, o morro faz parte da cidade. Já tem ônibus, como em toda a parte. Essa futuridade é sugerida pelo título da matéria da qual o enunciado foi retirado: “cidades”.

7.3.2 A argumentação na SHE

Diante da micro-análise do próprio Guimarães acima, podemos dizer melhor algumas palavras sobre a *argumentação* na SHE. Para tal, consideremos como Guimarães entende o processo da passagem $A \rightarrow C$, não pela ANL, mas pela sua SHE:

No momento em que eu produzia *Texto e Argumentação*, Ducrot e Anscombe se dedicavam a responder a seguinte pergunta: o que sustenta a relação argumentativa de argumento para conclusão? [...] De minha parte, em virtude das relações estabelecidas com a análise de discurso, procurei outro caminho para esta solução, considerando a historicidade como própria da enunciação e do sentido (GUIMARÃES, 2007a, p. 210).

Isto mostra que a SHE se constrói em relação a indagações da ANL (e não da TBS), e significa dizer que, para a SHE, a passagem “A → C” depende do memorável (a história, e concepção de história da ADB), e por isso extrapola a língua, como vimos. Para falar em argumentação na SHE é interessante observar a postura nunca generalista da metodologia da SHE (oposta a Ducrot, como vimos), e de sua constituição nunca estrutural (por sair da estrutura, da língua).

Por exemplo, no exemplo anterior, ao se recortar o memorável da “pobreza”, fora do discurso, responsável por todo sentido-futuridade do enunciado, de que [o morro, lugar de muitos pobres (passado), é uma parte da cidade, e passa agora a ter ônibus (presente), e isso o inclui na cidade como um todo (futuro)], poderíamos ainda recortar um outro enunciado-memorável qualquer, visivelmente fora do contexto, do enunciado, do discurso. Por exemplo, se o analista recortar o memorável passado de “a existência de bons alunos que residem nos morros”, o sentido presente do enunciado mudaria como um todo. Teríamos, por exemplo, o sentido-futuridade [o morro, lugar de muitos alunos inteligentes (passado), é uma parte da cidade, e passa agora a ter ônibus (presente), e isso proporcionará acuidade à formação educacional nesta área, diminuindo desemprego e pobreza (futuro)].

Poderíamos infinitamente “trocar” o recorte de memoráveis (morro – lugar de pobreza e sensualidade; morro – lugar de cultura; morro – nascedouro de talentos; morro – tráfico de drogas; morro – estratégia para captação de votos etc). Eis o triunfo da temporalidade guimaraniana: a cada memorável-passado recortado, teremos a argumentação de uma futuridade de sentido diferente para o enunciado presente. E teríamos na mesma proporção infinitamente sentidos, futuridades para “morro” (morro enquanto cidade; morro enquanto fonte intelectual; morro enquanto lugar de entretenimento; morro enquanto região de risco; morro enquanto possibilidade de vitória política etc). Este é uma das particularidades da SHE: o recorte do memorável não é “vigiado”, e raramente regrado. Se o analista pretende recortar tal memorável, à guisa de critérios diversos que queira sustentar, ele simplesmente o faz.

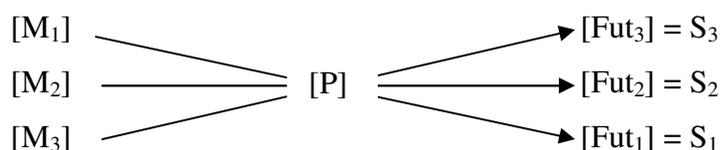
Com esta abertura para recortes de memoráveis, estamos dizendo que a SHE é antes de tudo uma teoria enunciativa de interpretação, e interpretação incessante, não estanque, mas

sempre operada pela noção técnica de memorável: para Guimarães, a passagem do gráfico da ANL “[A] → [C]”, que preferimos elaborar na SHE por “[memorável] → [presente] → [futuridade]”, só é garantida pelo memorável. Só se atinge o futuro (só se interpreta) se se recorta um memorável passado. Eis a formulação do sentido do acontecimento dada pela temporalidade, na SHE:

$$\begin{array}{ccc} \{[\text{memorável}] \rightarrow [\text{presente}] \rightarrow [\text{futuridade}]\} & = & \text{sentido} \\ (\text{mutável}) & & (\text{mutável}) \end{array}$$

Ou, ilustrativamente:

Figura 21 – o funcionamento da noção de *memorável* na análise do acontecimento



Os letras do gráfico indicam que a cada memorável (M) diferente, tenho uma interpretação de futuridade (Fut) diferente para a disposição presente (P) de meu enunciado, portanto, a pertinência da SHE para o tratamento dos sentidos é que *temos um sentido (S) diferente para cada mobilização de memorável diferente*. O memorável muda o eixo da conclusão-sentido: “a temporalidade do acontecimento recorta outros memoráveis que sustentam outras relações argumentativas e que fazem significar no texto, até mesmo, conclusões dadas como preteridas” (GUIMARÃES, 2007a, p. 214).

Por exemplo, dada a definição-acontecimento do *Dictionnaire Historique* (P) na sua relação com três outros acontecimentos extra-discurso, independentes da definição em foco, totalmente fora do *Dictionnaire Historique* (M₁: um discurso de um professor de história; M₂: o discurso de um físico; M₃: o discurso de um falante de hebraísmo), produziria na mesma proporção, pelo menos três conclusões argumentativas (F₁: enunciados de utilidade; F₂: enunciados de inutilidade; F₃: enunciados de denúncia partidária), que produziria pelo menos três efeitos de sentido, em conformidade com a mobilização dos memoráveis: (S₁: dicionário excelente; S₂: dicionário impertinente; S₃: dicionário preconceituoso).

O sentido do gráfico é que o acontecimento do dizer é tal que a depender do memorável recortado, temos um futuro distinto, atualizado. Isso explica os muitos sentidos

que um mesmo livro pode ter, uma música, um clipe, dentre outros discursos, e em nosso caso, um dicionário. Para esta teoria o discurso extra-língua (memorável) é a condição do sentido: o sentido depende da mobilização do memorável de intérprete para intérprete.. Se cada locutor recorta um memorável, cada um projeta sua futuridade distintamente. O memorável dá consistência à orientação argumentativa, autoriza a passagem até a conclusão:

Considero que no acontecimento enunciativo, a construção da temporalidade, ao constituir um passado, ao recortar um memorável, constitui o sentido que funciona como **elemento que autoriza a passar de um argumento a uma conclusão**, que dá consistência [...] à orientação argumentativa (GUIMARÃES, 2007a, p. 210, grifo nosso).

E conforme descreve seu autor, este memorável está fora da estrutura, como Guimarães mesmo assume, por exemplo, ao dizer que “[...] o memorável (passado) [...] se configura não enquanto referência a fatos da história, mas como enunciados que se dão em outros textos” (GUIMARÃES, 2005, p. 53, grifo nosso).

Contudo, o movimento “fora da língua” é complexo na teoria guimaraniana, e não deve ser entendido de modo categórico (“aqui” ou “lá”). A teoria ainda carece de esclarecimentos e desenvoltura de estudos sobre a noção de memorável, pois, mesmo que os exemplos, análises e definições do autor tratem de memoráveis como um extra-texto, em alguns momentos, este “fora da língua” é tratado paradoxalmente por Guimarães como um “lá-aqui”:

Vejo o **fora da língua**, que sustenta a argumentatividade, como **algo próprio da temporalidade do acontecimento**. O memorável (um passado) sustenta uma relação de orientação argumentativa e assim projeta como interpretar o futuro do texto (GUIMARÃES, 2007a, p. 211).

Já no que tange à TBS, o “fora da língua” da língua também não pode ser tratado de modo ingênuo, ou decisivo. Vejamos o que diz Carel:

Do nosso ponto de vista, uma semântica não pode deixar de tomar como elemento fundamental de suas considerações e análises a referência, ou seja, **a relação das palavras com algo que está fora delas**. No entanto, ao contrário de uma posição referencialista [...] a relação com o que está fora da linguagem é uma construção de linguagem (GUIMARÃES, 2007b, p. 77, grifo nosso).

Como vimos acima, este “fora da língua” não é uma referência, não é algo no mundo. E no que tange à constitutividade linguística, Carel (2011c, p. 30) realiza movimentos de um texto a outro, fora do texto base, portanto, a partir da noção de pressuposto intertextual, como veremos ainda.

7.3.3 O texto na SHE

Podemos auferir um resumo do tópico anterior: a noção técnica de memorável é fulcral na SHE, é ela a condição da interpretabilidade de orientação argumentativa (futuro), e por isso da evolução textual (a progressão do enunciado diante da interpretação), e por isso do sentido. E estes três conceitos são “irmãos” na SHE. A pertinência da temporalidade é que o presente do dizer só é analisável semanticamente porque é posto em funcionamento pelo memorável. Pelo presente, algo é enunciado marcadamente, pelo passado é significado memoravelmente, e pelo futuro é orientado interpretativamente (e incessantemente), o que evolui a unidade do enunciado em outras unidades de enunciados, ou seja, em texto.

Argumentar, para a SHE, é poder textualizar, isto é, é conduzir o dizer para seu futuro, distanciando-se de uma argumentação enquanto persuasão (como na TBS). É a garantia da passagem de um enunciado a outro por meio de fazer-se ponte entre o memorável-passado e sua interpretação-futuro, outros enunciados. Se o memorável é condição da interpretação (do sentido), a futuridade é condição da textualização: a latência interpretativa concretiza-se em textos. Se evidentemente um texto compõe-se de muitos enunciados, semanticamente este texto só existe diante de uma unidade de sentido. “O texto é uma unidade de significação” (GUIMARÃES, 2011, p. 9), como postulam Ducrot e Schaeffer (1995). É importante marcar que texto, para Guimarães é uma noção enunciativa, e não frástica, como o é na TBS.

Se para a TBS há uma argumentação intrínseca à palavra, para a SHE a palavra enunciada torna-se argumento, orientando incessantemente o enunciado a um outro enunciado (produzindo um texto: alastramento lexical com unidade de sentido). Por exemplo, ao começar

a definir o *paradoxo* marcando o presente enunciativo da data 1480 no *Dictionnaire Historique*, espera-se uma futuridade de outras datas que lhes façam unidade. Ora, no senso dos dicionários, uma definição não pode só constituir-se de uma data remota e findar-se ali, espera-se outros enunciados de outra(s) data(s), que os textualizem enquanto conjunto significante, no todo da definição. A data 1480 é argumento para outro enunciado (futuridade). Esta evolução é textualização. Dessa forma, se o enunciado insere-se numa perspectiva integrativa (sempre reiterando um futuro de dizer, sempre participando de um texto), o acontecimento fica condicionado à noção de texto, ou seja, o dizer só significa se integrado em uma unidade significativa maior, já que a noção de argumentatividade prevê a sempre evolução do enunciado, um texto.

Pelo braço da Semântica do Acontecimento, a unidade de análise será o enunciado enquanto inserido em um texto²¹⁵. Dizemos que esse texto constitui-se enquanto tal pelo funcionamento da língua²¹⁶. Procura-se descrever que o acontecimento enunciativo é um recorte do dizer, que não acontece em um tempo, mas temporaliza, que não é constituído pelo sujeito, mas constitui sujeitos, que não veicula sentidos domesticados, mas produz efeitos de sentido de forma não estabilizada.

7.3.4 O espaço enunciativo

Guimarães (2011, p. 9) chama a atenção para o fato de que ao analisar um texto “é necessário procurar dizer o que ele significa e de que modo significa”. Para tal, a SHE predispõe de um aparato teórico denominado *espaço enunciativo* e *cena enunciativa*.

A noção técnica de *espaço enunciativo* marca uma delimitação significativa que autoriza e desautoriza o dizer, identificando ali locutores e interlocutores deste espaço (espaço aqui não é físico-geográfico, trata-se de uma noção linguística, isto é, no tocante à enunciação, existe uma certa delimitação que significa o que se deve e não se deve dizer diante de certa deontologia que organiza as configurações sociais). É um espaço de conflito,

²¹⁵ Texto: “unidade significativa sem a qual é impossível que um enunciado signifique” (GUIMARÃES, 2007b, p.5).

²¹⁶ Língua: “dispersão de regularidades que a caracteriza, necessariamente, como fenômeno social e histórico” (GUIMARÃES, 2007a, p. 17).

de oscilação, e não de estabilidade, portanto. Foi elaborado a partir da noção de deontologia, regramentos próprios da linguagem, proposta por Ducrot (1972b).

Por exemplo, dada a seguinte ideia básica dos dicionários: “os viajantes, precursores dos lexicógrafos, logo demonstraram o desejo de colocar as palavras em uma certa ordem, em remetê-las a um princípio organizador, em dispô-las em domínio temático” (NUNES, 2006, p. 21), é fácil entender que, para que a língua funcione no interior de um dicionário, estabelecesse ali, neste discurso (não no escritório ou laboratório, mas no discurso, na espessura linguística, seja lá onde ele se dê) um espaço enunciativo significado pela delimitação de regularidades como: (i) reconhecimento de um termo a se enunciar (ordenar, definir); (ii) reconhecimento de uma equipe que deve organizar e tratar os registros (iii) reconhecimento de princípios organizadores e domínios temáticos; (iv) reconhecimento de uma língua na qual o registro acontecerá; e v); demais leis que regem a definição, como as que vimos: ordenações gramaticais, ordem palavra-definição-exemplo etc.

Guimarães vai convencionar que este grupo de regularidades e constitutividades se inscreve no interior de uma concepção teórica que chama espaço de enunciação. Para a SHE, é a noção de espaço de enunciação que dará conta de operar “quem produz o dicionário, como, onde, para quem, em que circunstâncias?” (NUNES, 2002, p. 107). Para a SHE, a língua funciona em certo espaço enunciativo. Não existe língua “avulsa”, sem nenhum espaço, língua de livros, apenas. Existe língua de funcionamento. E só se funciona em certo espaço, com determinações de regularidades. Obviamente, nosso objeto, o paradoxo, estará inserido neste jogo de espaços, se pensado pela SHE.

O espaço de enunciação apresenta a dinâmica de duas constitutividades básicas: divisão e transformação. Vejamos uma e outra.

Por dialogar com a ADB, diante de uma delimitação posta por regularidades (o espaço enunciativo), a enunciação vai unir e dividir discursos neste espaço: dentro do mesmo espaço enunciativo da definição do *Dictionnaire Historique*, há vários subespaços enunciativos que redividem o grande espaço, nem sempre em acordo. Por exemplo, no caso da definição de *paradoxal*, em que se explicitam dois subespaços de definição contrários: o espaço enunciativo de 1588, em que o paradoxo é desejável, e o espaço enunciativo de 1812, em que o paradoxo é inconcebível. Outros exemplos nesta linha de redivisão, que não se trata de dicionários, mas gostaríamos de mencionar pela clareza de propriedade, seria o do espaço enunciativo jurídico, onde a equipe defensora pode discordar entre si, promovendo dois espaços enunciativos de defesa: um que prefere assumir a culpa e negociar a pena, e outro que

prefere alegar inocência e pretender liberdade, ou quando atletas do mesmo time entram em atrito, quando patrão briga com empregado etc.

Além da redivisão constante, uma outra característica do espaço enunciativo é sua transformação em união: os espaços podem também estabelecer alianças (o que se observa quando um partido político contrário ao outro faz alianças para determinado fim em comum, o que não significa união partidária, mas união estratégica. O mesmo se viu muito na história das guerras mundiais, com as alianças diversas, que significa estabelecer espaços enunciativos de união, e não unificação territorial). Na definição do *Dictionnaire Historique*, identificamos transformação de espaços nas duas definições contrárias de *paradoxal*, que constituem juntas o mesmo espaço enunciativo da definição de *paradoxo*.

No caso dos dicionários, marcar os espaços – unos ou distintos – em que certa palavra-entrada funciona com certo sentido específico, é um procedimento analítico da SHE para investigar o acontecimento da definição e seu processo de sentido.

Enfim, estas duas características do espaço enunciativo (divisão e transformação) ficam claras na definição de Guimarães (2005, p. 18) sobre o espaço enunciativo:

Os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços ‘habitados’ por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer.

Em nosso corpus maior, o *Dictionnaire Historique*, podemos observar um grande espaço enunciativo lexicográfico, que organiza o discurso da definição conforme as regularidades de valorização de datas e ordenação gramatical, dentre outros, e outros subespaços, fragmentados do grande espaço lexicográfico. Abaixo, podemos observar o espaço enunciativo lexicográfico que se fragmenta em vários outros para traçar a definição de *paradoxo*, identificados pelos termos utilizados para enunciar a definição:

- 1) Espaço enunciativo histórico (“1480 ... 1848”) que se subdivide em todos os outros;
- 2) Espaço enunciativo de 1495, conforme as enunciações de Pascal (1495...“av. Pascal”);
- 3) Espaço enunciativo de 1832, de uso pejorativo (“valor pejorativo (1832));
- 4) Espaço enunciativo gramatical (“PARADOXE n. m.; [...] O (A) PARADOXAL, AIS adj.; [...]PARADOXALMENTE adv.; [...]PARADOXISMO n. m.;

[...]PARADOXISTA n. m.), que por sua vez se subdivide em todos os espaços abaixo:

- 5) Espaço enunciativo linguístico (latim, grego e hebraico), que se subdivide em:
- 6) Espaço enunciativo das línguas privilegiadas para definir (latim e grego); subdividido em:
- 7) Espaço enunciativo do latim (“do latim *paradoxon*”); e
- 8) Espaço enunciativo grego (“O antigo adjetivo *paradoxo* [...], emprestado do adjetivo grego”);
- 9) Espaço enunciativo de outras línguas citadas, que aqui é o espaço enunciativo do hebraico (“como *hébraïsmo* significa imitação do hebreu”);
- 10) Espaço enunciativo dos autores clássicos (Cícero, Du Bellay, Boiste e Chateaubriand);
- 11) Espaço enunciativo dos estóicos (“fornece a Cícero o título de um tratado [...] emitidas na doutrina estóica”);
- 12) Espaço enunciativo filosófico, subdividido em:
- 13) Espaço enunciativo helenístico (“É um helenismo”) e
- 14) Espaço enunciativo estóico (“emitidas na doutrina estóica”);
- 15) Espaço enunciativo etmológico (“de *para-* < ao lado > de onde < contrário > (→ (1) *para-*) e de *doxa* < opinião > (→ *doxa*, ortodoxo)”);
- 16) Espaço enunciativo médico (“serviu para formar alguns sintagmas de uso médico, como *pulso paradoxal* (1928) e recentemente *sono paradoxal*.” e “A mesma palavra foi incluída pelos médicos (1952) para designar as manifestações da atividade genital fora do período que vai da puberdade ao ambiente da senescência”);
- 17) Espaço enunciativo da estilística (“também deu o nome a uma figura de estilo”);
- 18) Espaço metodista (“definido pela *Encyclopédie méthodique*”).

A constitutividade divisiva e inclusiva da concepção de espaço enunciativo é tal que ainda poderíamos propor à análise muitas outras combinações de espaços, como:

- 19) Espaço enunciativo científico, à guisa do uso de palavras próprias deste espaço;
- 20) Espaço enunciativo francês, à guisa do espaço de veiculação deste dicionário;
- 21) Espaço enunciativo literário, à guisa da consideração clássica dos autores citados;
- 22) Espaço enunciativo filosófico, à guisa da consideração de Pascal;

- 23) Espaço enunciativo matemático, que por uma articulação discursiva, nos daria leituras divididas enumeradas por tempos, marcadas pelas datas;
- 24) Espaço enunciativo psicológico, marcado pela leitura comportamental de “chocar-se” com o paradoxo, “amar” o paradoxo, ou “desprezar” o paradoxo.
- 25) Espaço enunciativo de obras citadas (tratado de Cícero e enciclopédia *méthodique*).
Dentre outros.

Na disposição espacial sugerida pela SHE esta questão é tão ampla que, se considerar o *Dictionnaire Historique* enquanto um acontecimento enunciativo, sujeito a recorte de outros textos (memoráveis), teremos outras tantas constelações de espaços enunciativos. E a pertinência teórica da SHE está justamente aí: a noção de espaço de enunciação é a noção técnica que faz explorar a relação (outros espaços), de modo que *paradoxo*, no acontecimento em que se dá (aqui no *Dictionnaire Historique*), instaura uma riqueza de pluralidade semântica só apreendida pelas operações destes muitos espaços.

Por exemplo, no que nos interessa, consideremos as designações de que o *Dictionnaire Historique* foi lançado em 2006, pela editora Le Robert, e na França. A partir destas determinações, podemos propor os seguintes memoráveis, que resultarão na produção de outros espaços:

Memoráveis:	Espaços Enunciativos:
(na relação com o <i>Dictionnaire Historique</i>)	
(M) Dicionários da Le Robert	EE - 26) da editora Le Robert
(M) Dicionários franceses	EE - 27) francês
(M) Dicionários de outros países	EE - 28) dos outros países
(M) Dicionários de 2006	EE - 29) lexicográfico de 2006
(M) Dicionários anteriores a 2006	EE - 30) de definições antigas
(M) Dicionários posteriores a 2006	EE - 31) de definições atuais
(M) Dicionários que abordam o séc. XXI	EE - 32) do séc. XX e EE do séc. XXI

Por uma questão objetiva, preferimos interromper esta reflexão dos espaços no número de 32. Isto nos é suficiente para dizer que nestes 32 espaços enunciativos o *paradoxo* terá especificidades distintas, quais sejam. Assim, podemos organizar nossa análise na seguinte pergunta: o que significa o *paradoxo* do *Dictionnaire Historique* para a SHE? – cuja resposta

é bem categórica: – significa o que se diz dele em determinado espaço enunciativo. Isto significa no mínimo que os sentidos de *paradoxo* estão fadados à especificidade de todos estes espaços (no caso dos procedimentos de nossa análise, aos 32 espaços enunciativos levantados para se estudar o paradoxo). Investigar o paradoxo, pela SHE, significa estabelecer um norte da investigação destes espaços, em menos espaços, ou em mais subespaços. Afinal, para a SHE, se algo significa, é porque está inscrito em um espaço, que a depender do semanticista, subdivide-se em mais espaços, ou soma-se a menos espaços.

Nosso interesse nesta teoria da SHE como aliada cuidadosa da TBS para investigar os discursos sobre o paradoxo (nos dicionários), deve-se justamente por esta ótica de que cada um destes espaços enunciativos proporciona riqueza de significâncias nas regularidades específicas de seus espaços, para a observação do paradoxo. É comum que um dicionário explore vários espaços buscando apresentar um rol de definições de uma palavra, uma vez que as regularidades de dizer são diferentemente estabelecidas nestes muitos espaços enunciativos (por exemplo, falar que o paradoxo da Filosofia é diferente do paradoxo da Literatura é reconhecer dois espaços enunciativos distintos, e por isso, dois sentidos distintos).

7.3.5 A cena enunciativa

E como analisar cada espaço enunciativo separadamente? Para esta pergunta teórica, Guimarães (2005) propôs a noção de *cena enunciativa*: cada acontecimento enunciado em certo espaço enunciativo desvela uma cena enunciativa específica, que tem este nome pelos personagens de dizer (locutores e falantes) que instaura. A co-noção sobre a qual recai a dinâmica destes conflitos de dizer (quem diz, quem deveria dizer, quem não disse, quem transgrediu e quem “obedeceu” a regularidade) será a co-noção de locutor. Aquele a quem o espaço enunciativo dá (ou não) a palavra. E o locutor, para a SHE, é analisável dentro da noção de *cena enunciativa*. Passemos a ponderar esta noção.

A cena enunciativa é um meio de poder acessar dados sócio-históricos no acontecimento do dizer. Possui co-relação com a noção de espaço enunciativo, uma vez que o acontecimento do dizer revela regularidades de um espaço, como vimos e porque toda enunciação pressupõe falantes (que utilizam certa língua) e locutores (que enunciam esta língua). Estes personagens do dizer constituem a cena enunciativa, como veremos.

Na verdade temos um emaranhado de co-noções que funcionam em irmandade: o acontecimento enunciativo, instaurado pela diferença temporal que o constitui (memorável, formulação do presente e argumetatividade futura), o espaço enunciativo (cujas regularidades caracterizam a enunciação), e a cena enunciativa (que explicita configurações sócio-históricas para aquele que fala e para quem se fala).

Isto significa dizer que falar em cena enunciativa, na SHE, é falar na disparidade do sujeito que fala: “Na cena enunciativa ‘aquele que fala’ ou ‘aquele para quem se fala’ não são pessoas mas uma configuração do agenciamento enunciativo. São lugares constituídos pelos dizeres e não pessoas donas de seu dizer” (GUIMARÃES, 2005, p. 23).

Quando Guimarães fala em “lugares constituídos pelos dizeres”, está outorgando uma especificidade particular para sua teoria, que não só dá identidade ao modo da SHE pensar a enunciação, como afasta a SHE da TBS pela concepção desse “lugar constituído pelo dizer” (na verdade, esta ideia aproxima a SHE da teoria dos Topoï): para Guimarães, enunciar só é possível a partir de um lugar, isto é, o locutor é uma noção que prevê um lugar de dizer, ainda: para a SHE, não se enuncia sem um lugar social. Uma das formas da SHE incluir o aspecto histórico na enunciação é operar este histórico pela concepção de lugar de dizer: o *locutor-x*.

Enunciar é ter um lugar (para a ADB e SHE). Enunciam-se lugares. Por exemplo, o locutor do *Dictionnaire Historique* só pode enunciar este dicionário de algum lugar: na aplicação da noção *locutor-x*, diremos que o locutor de nosso dicionário o faz a partir de um lugar locutor-lexicográfico, por exemplo, ou de um lugar locutor-historiador, locutor-gramático etc. Não importa, enunciar se autodetermina com a noção de ter lugar. Para a SHE, enunciar é ter lugar.

Teoricamente, a noção de cena enunciativa abarca três outras noções que lhe são ancilares: Locutor, locutor-x e enunciador (este último se ramifica em quatro tipos: universal, individual, genérico e coletivo).

Cada acontecimento produzido no espaço enunciativo configura uma cena enunciativa, isto é, a enunciação só é materializada porque traz em si um *Locutor* (L) (com maiúscula) responsável pela enunciação. O que difere este Locutor de uma máquina ou de um papagaio, é que ele fala enquanto assimilando um *locutor-x* (l-x) (com minúscula), um lugar social, e também porque o seu dizer não irrompe de um vácuo, mas é dependente de um ponto de vista basilar que sustenta seu dizer, um lugar de dizer chamado *enunciador*.

Voltando ao nosso corpus, diremos que o responsável pela enunciação da definição é, dentre outros (*et al*), o L-Rey, autor e responsável direto pela definição; que enuncia, dentre vários lugares, do lugar principal l-lexicográfico. Falta-nos explicar a noção guimareana de enunciador. O enunciador dá-se atualmente por quatro vias:

- *universal* (Eu), que supõe uma condescendência global. Exemplo: “correr é bom para a saúde”;
- *genérico* (Egco), que prevê uma repetitibilidade de veiculação sem autoria. Exemplo: “de grão em grão a galinha enche o papo”;
- *individual* (Ei), que se assume não-coletivo, inscrevendo seu dizer na auto-identificação, ou singularidade. Exemplo: “eu estou cansado”; e
- *coletivo* (Ec), que se assume enquanto ponto de vista de um grupo, inscrevendo seu dizer na pluralidade²¹⁷. Exemplo: “Nós queremos justiça”.

Para Guimarães (2005, p. 26), o enunciador é uma ilusão de apresentar-se como fora do social e da história, não obstante serem lugares próprios na história. No caso de nosso corpus, a depender da perspectiva analítica adotada, diremos que o L-Rey, enquanto locutor-lexicográfico enuncia principalmente sustentando sua definição em um Eu científico (de vários saberes), na medida em que expande vários exemplos e definições com respaldos históricos, filosóficos, linguísticos, gramaticais, médicos, enciclopédísticos, dentre outros; e também sustentando seu dizer em um Ec, uma vez que, na sua enunciação, não fala individualmente (Ei) nem por meio popular (Egco), mas assume “eco” pressupondo vários outros que lhe fazem cômico, tanto em datas, obras, médicos e autores, dentre outros, para corroborar as definições.

Para melhor explicitar a dinâmica da cena enunciativa guimareana, proporemos o seguinte quadro-resumo:

²¹⁷ Em Guimarães (2005) não há menção de E-c, quando desenvolve as noções de enunciadores. Foi poucas vezes utilizado, depois disso. E em Guimarães (2007a), o autor utilizou pela última vez a noção de E-c. Porém, depois de certa pausa, o linguista retoma a idéia de E-c em Guimarães (2009).

Quadro 26 – A cena enunciativa e suas constitutividades

<i>A cena enunciativa</i>	
“[...] especificações locais nos espaços de enunciação” (GUIMARÃES, 2005, p. 23)	
L – fonte, origem do dizer (só aparece se predicado por l).	
l – lugar social do locutor (o L só pode falar enquanto predicado por um lugar social).	
E – lugar de dizer: (apagamentos do lugar social e histórico)	<ul style="list-style-type: none">E-individual: lugar de dizer marcado pela primeira pessoaE-genérico: lugar do acordo sobre repetir o dito popularE-universal: lugar de dizer sobre o mundo, próprio da ciênciaE-coletivo: lugar de dizer marcado por um grupo

Do mesmo modo que o espaço enunciativo lexicográfico do *Dictionnaire Historique* dividiu-se – ao menos em uma primeira visada – em 32 subespaços, teremos também, no mínimo 32 cenas enunciativas da definição do *paradoxo*, na medida em que podemos identificar 32 lugares sociais (locutor-x) e de dizer (enunciador). Frizamos que este critério é básico: divide-se e vincula-se a cena na medida em que se pode perceber lugares sociais distintos. Deste modo:

Cenas enunciativas (CE) do termo *paradoxo* no *Dictionnaire Historique*:

CE1) L-Rey (et al) enunciam enquanto um l-lexicográfico, por um lugar Eu de vários saberes;

CE2) L-Rey (et al) enunciam enquanto um l-historicista, por um lugar Eu (refletem por datas: “1480 ... 1848”);

CE3) L-Rey (et al) enunciam enquanto um l-gramático, por um lugar Eu (professores da gramática: “PARADOXE n. m.; [...] O (A) PARADOXAL, AIS adj.; [...] PARADOXALMENTE adv.; [...] PARADOXISMO n. m.; [...] PARADOXISTA n. m.);

CE4) L-Rey (et al) enunciam enquanto um l-linguista, por um lugar Ec (falantes do latim, grego e hebraico);

- CE4) L-Rey (et al) enunciam enquanto um l-seletor de línguas, por um lugar Ec (falantes do latim e grego);
- CE5) L-Rey (et al) enunciam enquanto um l-latino, por um lugar Ec (falante do latim: “do latim *paradoxon*”);
- CE6) L-Rey (et al) enunciam enquanto um l-grego, por um lugar Ec (falante do grego: “O antigo adjetivo *paradoxo* [...], emprestado do adjetivo grego”);
- CE7) L-Rey (et al) enunciam enquanto um l-hebraico, por um lugar Ec (falante do hebraico: “como *hébraïsmo* significa imitação do hebreu”);
- CE8) L-Rey (et al) enunciam enquanto um l-clássico, por um lugar Ec (admiradores de Cícero, Du Bellay, Boiste e Chateaubriand);
- CE9) L-Rey (et al) enunciam enquanto um l-estóico, por um lugar Eu (professores do Estoicismo: “fornece a Cicéro o título de um tratado [...] emitidas na doutrina estóica”);
- CE10) L-Rey (et al) enunciam enquanto um l-filósofo, por um lugar Eu (professores da Filosofia);
- CE11) L-Rey (et al) enunciam enquanto um l-helenista, por um lugar Eu (professores do Helenismo: “É um helenismo”);
- CE12) L-Rey (et al) enunciam enquanto um l-etmólogo, por um lugar Eu (investigadores da etimologia: “de *para-* < ao lado > de onde < contrário > (→ (1) para-) e de *doxa* < opinião > (→doxa, ortodoxo)”);
- CE13) L-Rey (et al) enunciam enquanto um l-médico, por um lugar Eu da medicina (“serviu para formar alguns sintagmas de uso médico, como *pulso paradoxal* (1928) e recentemente *sono paradoxal*.” e “A mesma palavra foi incluída pelos médicos (1952) para designar as manifestações da atividade genital fora do período que vai da puberdade ao ambiente da senescência”);
- CE14) L-Rey (et al) enunciam enquanto um l-estilístico, por um lugar Ec (que professam as figuras de estilo: “também deu o nome a uma figura de estilo”);
- CE15) L-Rey (et al) enunciam enquanto um l-metodista, por um lugar Ec (que reconhecem métodos: “definido pela *Encyclopédie méthodique*”).

Poderíamos continuar a lista, os personagens do restante das cenas enunciativas dos respectivos espaços enunciativos abordados: locutor-cientista, locutor-francês, locutor-literário, locutor-matemático, locutor-psicólogo etc. A metade da lista dos 32 espaços enunciativos já nos serve para explicitar a disparidade dos sujeitos de suas cenas, e com isso

já traçar nossa conclusão: o que é o paradoxo para a SHE? O paradoxo, na SHE é o efeito de sentido proveniente do funcionamento desta palavra nos espaços enunciativos em que veicula, pelos lugares sociais que a enuncia, pelos lugares de dizer que sustenta sua enunciação. Para a SHE, paradoxo é o lugar que lhe dá existência enunciativa e produz seu sentido. Sem lugar, não há sentido. Podemos, à guisa de conclusão, afirmar que os efeitos de sentido de paradoxo, no *Dictionnaire Historique*, para a SHE, elencam-se na fórmula *paradoxo-x*, na esteira de seus lugares sociais: paradoxo-lexicográfico, paradoxo-histórico, paradoxo-gramatical, paradoxo-linguista, paradoxo-latino, paradoxo-grego, paradoxo-hebreu, paradoxo-filósofo, paradoxo-estóico, paradoxo-helenista, paradoxo-médico, paradoxo-metodista, paradoxo-estilístico etc.

Temos três observações a fazer: obviamente, como a noção de locutor-x é uma noção linguística, alguém não precisa ser “graduado em X” para “enunciar do lugar X”. Os Locutores Rey (et al) enunciam do lugar de vários saberes sociais; outro ponto: a SHE prevê a união de posições, como neste caso, em que L-Rey e os outros enunciam de várias posições sociais, l-lexicógrafo, l-gramático, linguista etc. Outro ponto ainda: ter 32 espaços enunciativos, como vimos nesta definição, não significa ter paralelamente o mesmo número de cenas. A mensura não se dá desta forma (o espaço enunciativo não é igual à cena enunciativa, mas a cena enunciativa acontece dentro do espaço enunciativo). Podemos ter um único espaço, por exemplo, o etimológico, e ter ali várias cenas, como a cena da separação de *para* e *doxo*, e a cena da reforma etimológica de 1492, de *paradoce* para *paradoxo*. Se o l-lexicógrafo quiser expandir sua definição em outros acontecimentos, recortando outros locutores, como o fez, por exemplo, por ocasião do l-etimólogo grego e do l-etimólogo latino, a teoria prevê esta possibilidade.

Findando estas duas análises, do espaço enunciativo e da cena enunciativa, queremos ainda complementar nossa análise pela SHE, tal como a entendemos, refletindo agora sobre outra constitutividade do espaço enunciativo: a relação entre línguas.

7.4 A relação entre línguas

A noção de *relação entre línguas* é a segunda noção que cremos ser interessantemente bem produtiva para se estudar o paradoxo no interior de uma Linguística atenta para questões

semânticas e enunciativas. Pela sua relevância, vamos esboçar seu arcabouço teórico, para depois propor uma análise.

A opção pela consideração de aspectos sócio-históricos na relação entre língua materna/outras línguas para investigar os sentidos, levaram Guimarães a se filiar aos estudos denominados de *relação entre línguas*, no modo como é concebido e trabalhado balizado pelo raciocínio da ADB.

A relação entre línguas, a princípio, é vislumbrada a partir da noção de espaço enunciativo. Todo espaço é tal que distribui falantes (que dominam certas línguas: inglês, francês, espanhol etc) e locutores (que enunciam efetivamente estas línguas: inglês, francês, espanhol etc). O espaço enunciativo do *Dictionnaire Historique* prevê a existência de falantes de latim, grego, hebraico (por falar destas línguas), e faz ver locutores de latim, grego e francês (por enunciar estas línguas ali mesmo).

Queremos então atentarmo-nos para o seguinte ponto: outro aspecto interessante que a noção de espaço enunciativo prevê é que, no rol de suas regularidades que pré-significam o funcionamento do dizer está também a relação entre a(s) língua(s) distribuída(s) em certo espaço enunciativo: “o Espaço de enunciação é constituído como um espaço de distribuição de línguas para seus falantes. Assim ele se caracteriza como um espaço de relação entre línguas, entre falantes e entre línguas e falantes” (GUIMARÃES, 2011, p. 23).

Aqui então inserimos um novo pressuposto em nosso trabalho: uma coisa é a apreciação do sentido; a outra, a apreciação da língua, que levará ao sentido. E os dois vieses estão previstos na noção de espaço enunciativo. Em suma, o propósito deste tópico é fazer ver que *os estudos de relações entre línguas professam que as regularidades (e, portanto, os sentidos) mudam de língua para língua porque as línguas são sistemas diferentes que não devem ser pensadas enquanto unidade mundial, mas nas suas regularidades que as particularizam, e portanto, particularizam o sentido pela sua dinâmica de língua*. Passemos a alguns exemplos necessários, prefaciais à análise.

Um primeiro exemplo, mais distante do corpus, porém ilustrativo às nossas causas: a regularidade brasileira prevê como resposta à pergunta “você tem horas?” algo como “quatro horas, cinco horas etc”. Já a regularidade portuguesa prevê como resposta à pergunta “você tem horas?” a resposta: “sim”, ou “não”. Do mesmo modo a regularidade de despedida francês prevê enunciados como “amicalement”, que não existe no inglês (friendly) nem no brasileiro (amigavelmente);

Um segundo exemplo, agora mais próximo de nossos propósitos: a regularidade da língua brasileira, inglesa, espanhola, e francesa, por exemplo, não prevêem o funcionamento de “comer água”. Mas, como observou o linguista indiano Debajit Deb (2012, p. 26), o rongmei, uma das línguas tibeto-Burman do sudeste asiático e falado no nordeste da Índia, possui tal regularidade, estranha para as línguas ocidentais, de tornar enunciável *dui zaŋ* (algo como “comer água”), ou *kadik* (algo como “comer água sem parar”, no português, algo do tipo “beber sem parar”). Beber e comer, no rongmei, são regulados pelo léxico “comer”. Um enunciado que relacionasse “água – comer” em brasileiro significaria “piada, anormalidade”; enquanto que o mesmo enunciado e relação, pela língua rongmei, significa “cotidiano, normalidade”. Deste modo, a regularidade linguística das duas línguas em questão (português-brasileiro e rongmei) definem diferentemente a expressão *comer água*, pelos seus distintos sistemas linguísticos. Teríamos as unidades contraditórias:

(posto, L-brasileiro, [“COMER ÁGUA” DC PIADA]);

(posto, L-rongmei, [“*DUI ZAI*” DC NORMALIDADE]).

(comer água)

A diferença de definição/sentido “piada” e “normalidade” são dadas pelas regularidades das línguas em questão, o que corrobora a necessidade da relevância da regularidade sistêmica do simbólico que define na investigação do sentido de um objeto. Os exemplos são muitos. No caso da mesma língua, o rongmei, do mesmo modo não está na regularidade de várias línguas enunciar a combinação “vestir pulseiras”, o que é próprio da regularidade do rongmei *ta run* (vestir pulseiras, que diríamos no português-brasileiro “colocar pulseiras”), e *kam* (“vestir um cinto”, que diríamos no português-brasileiro, “colocar um cinto”).

Estes curtos exemplos explicitam que designar certo objeto por línguas distintas significa construir distintos objetos. No âmbito dos dicionários, as relações entre línguas vão asseverar que não é coerente falar em definição unilateral mundial de *paradoxo*, mas em definição do *paradoxo* em certa língua. Dados estes exemplos clarificadores e situacionais, passemos a esboçar os engendramentos dos estudos de relações entre línguas.

7.4.1 Política de Línguas e Política Linguística

O estudo da relação entre línguas, segundo Orlandi (1998), divide-se basicamente em duas apreciações: uma *política linguística* (um olhar administrativo-estabilizador de diretrizes para as línguas, que envolva convenções sociais e institucionais) e uma *política de línguas* (um olhar de funcionamento-desestabilizador de diretrizes para as línguas, que desarmonize essas convenções sociais e institucionais). Duas posturas que podem ser entendidas do seguinte modo:

- *Política linguística*: investigação da distribuição e significações das línguas nos seus espaços, mediante agenciamentos “oficiais”: governamentais, culturais, geográficos, convencionais, escolares, e etc;
- *Política de língua*: investigação da distribuição e significações das línguas nos seus espaços, mediante agenciamentos “extra-oficiais”: próprios de sua forma de existência, regulados por efeitos não-normativos, do cotidiano.

Para usar uma nomenclatura da SHE, segundo Orlandi, *política linguística* recorta o memorável “lei”, e *política de línguas* recorta o memorável “funcionamento”. E como se sabe, no tocante a qualquer língua, a relação lei da língua/uso da língua é um tanto que desarmônica. No que nos tange, queremos investigar o paradoxo, neste tópico, no interior desta relação polêmica lei/uso.

Falemos dos dois gestos separadamente. Os exemplos são infínitos. São gestos de política linguística: promover acordos ortográficos entre países de língua portuguesa, ou uma intervenção institucional por sobre a língua. Também a perpetuação da admoestação gramatical culta, com mesóclises e tempos verbais como pretérito-mais-que-perfeito (fizera, levava, partira etc), que o brasileiro não utiliza. Um linguista diria que o papel do locutor-professor de gramática na contemporaneidade escolar é predominantemente um gesto de política linguística: querer fazer com que se fale uma língua polida e policiada (política linguística), e se abandone uma língua não apurada, não culta, interacional (política de línguas) é um gesto de política linguística, administração da língua.

Por outro lado, são gestos de política de línguas: dar atenção à fluidez da língua, seja qual for, tal como acontece, sem imposição de proibições e coibições, como uma língua

brasileira isenta de diretrizes. Pixados em muros, frases não-ortográficas em parachoques de caminhões, sincretismo imagético-verbal, desregramento de qualquer tipo gramatical. Para a política de línguas de interesse semântico, não saber o que se escreve com “x” ou “ch”, bem como não dominar regras de crase, não perfaz culpa social nem impossibilidade lingüística, já que afrontar a gramática, voluntariamente ou não, significa. Se o falante gramatical é uma criação da política lingüística, o falante agramatical, interacional, é uma necessidade da política de línguas. O que, por exemplo, o senso comum considerará erro, e que muitos estudiosos da linguagem entenderão como diferença, as “palavras que não entram em dicionários”, as gírias, a interação simbólica de toda ordem avessa às imposições estilosas, “fazer acontecer” ao invés de “ter que obedecer”, é este o objeto de estudo da política lingüística. Neste contexto, poderíamos pensar em “como” as palavras são definidas, evitando termos não polidos e deselegantes, como a perpetuação da prática lexicográfica balisada por termos educados e burilados no bem dizer.

Não obstante termos mostrado esta espessura de relação entre línguas de nacionalidades distintas como: relação língua portuguesa/língua brasileira²¹⁸ e língua rongmei/língua brasileira, estes processos mostram ocorrência também em relações de mesma nacionalidade, a princípio (entendendo por língua, para este momento, um gesto de política lingüística de dar nome à identidade enunciativa de certo grupo). São exemplos o tradicional latim vulgar, próprio dos não estudados (política de línguas) e o latim clássico, próprio dos intelectualizados (política lingüística); o grego antigo e o grego moderno; o catalão e o espanhol etc.

Queremos ainda prolongar alguns exemplos para deixar claro que o significação/sentido habita tanto um único sistema lingüístico quanto a sistematicidade das línguas em relação. No que tange a posturas de política lingüística na relação entre línguas distintas distribuídas em um mesmo espaço, poderíamos elencar o espaço enunciativo religioso: mínimo de relação entre latim/outras línguas; espaço enunciativo da saúde: mínimo de relação entre inglês/outras línguas; espaço enunciativo teológico: mínimo de relação entre grego, aramaico e hebraico/outras línguas; espaço enunciativo musical erudito: mínimo de relação entre italiano/outras línguas; espaço enunciativo musical comercial: mínimo de relação entre inglês americano/outras línguas; espaço enunciativo da elegância social: mínimo da relação entre francês/outras línguas; espaço enunciativo do Mercosul: mínimo da relação

²¹⁸ A esta altura, já é perceptível nossa postura de pensar o funcionamento lingüístico do Brasil de modo distinto do funcionamento lingüístico de Portugal. Ou, dito pelo viés da política lingüística, aproximamo-nos da hipótese de uma *língua brasileira*, como postula, por exemplo, Orlandi (2009), dentre outros.

entre as línguas oficiais (português, espanhol e guarani); espaço enunciativo da ONU: mínimo da relação entre suas seis línguas oficiais (inglês, francês, chinês, russo, espanhol e árabe); espaço enunciativo do G8: mínimo da relação entre as línguas de seus integrantes por não possuir línguas oficiais (sobretudo inglês, francês e alemão); e espaço enunciativo lexicográfico, nosso alvo: mínimo de relação entre grego, latim e outras línguas. Dentre vários outros exemplos. Estes exemplos mostram que a língua significa, e significa validando.

Na sua contraparte, como exemplo de posturas de política de línguas na relação entre línguas distintas distribuídas em um mesmo espaço, podemos observar o fato de que o Guarani enquanto língua oficial do Mercosul, dando-lhe patamar de igualdade ao Espanhol e Português (existe assim), representa uma leitura de política linguística. Por outro lado, atentar-se para o fato de que esta língua sequer é utilizada em reuniões e negociações, é uma pontuação de política de línguas (não funciona assim). Ou o fato de a Igreja Católica ainda considerar o latim como uma língua oficial, escrevendo por esta língua todo o Código Canônico Católico, e demais obras de relevância documental (existe assim), mas já é raro encontrar o latim (para não dizer extinto) em celebrações de batismo, primeira comunhão, crisma, recitações do terço e santa missa (não funciona assim). O latim fica reduzido a pequenas “fórmulas” na efetividade de toda ordem na atualidade do catolicismo, já que fora de rituais cristalizados curtos (fórmulas), opta-se sempre pela língua materna sede dos rituais. Ou ainda o fato do então presidente brasileiro Getúlio Vargas, diante do quadro da pluralidade de funcionamentos de línguas distintas no Brasil dos anos quarenta (política linguística), proibiu seus usos, coibindo todo uso de outra língua nas escolas, comércio e eventos oficiais brasileiros, como formaturas e cerimônias diversas. A língua deveria ser o português de Portugal e não outra (política linguística).

Orlandi (1998) vai entender que ter como objeto de estudo a língua é também estudá-la enquanto um interesse governamental (um pensamento próprio de filiações sócio-históricas). Para este ponto, ela vai dizer que existe uma certa *ética* da política linguística. Esta ética, gestos institucionais de qualquer tipo que produzem efeitos de sentido como aqueles de “política de boa vizinhança”, são divididas em três, e que temos apresentado, a partir de Orlandi, deste modo (MACHADO, 2012b, p. 249):

(1) A ética da *unidade* (língua una), utopicamente almejada por governos, administrações e documentos oficiais. O exemplo é o gesto de proibição de outras línguas pelo presidente Getúlio Vargas;

(2) A ética da *dominação*, como a orientação de um inglês enquanto língua *mor* da ciência, latim enquanto língua *mor* da ritualística e da organização, como na saga de *Harry Potter*, onde feitiços só são performativos se proferidos em latim, e no jurídico, cujos termos organizacionais são propostos em latim; e da partitura enquanto língua *mor* dos registros sonoros, etc; e

(3) A ética da *diversidade*, isto é, o “respeito cultural”, enquanto elaboração ilusória de um espaço enunciativo mundial equitativamente distribuído e funcional, bem como uma predominância de enunciados que abafam as lutas e exclusões de línguas menos acessíveis (como o caso do Guarani, que elenca as línguas do Mercosul sem ter efetividade nas negociações, mas existente na oficialidade).

Resumamos: pelo viés da relação entre línguas, é possível tomar a palavra através de dois modos: ou agenciados por ditames institucionais (gramaticais, governamentais, ou institucionais de toda ordem etc), ou, indiferente a estas diretrizes impositivas, preferir a fluidez da língua, em toda sua dinâmica. E conseqüentemente, definir no interior desta relação polêmica política linguística/política de línguas acarreta distinções fundamentais para nosso objeto, o paradoxo, como veremos a seguir.

O objeto de estudo da relação entre línguas são as línguas distribuídas em certo espaço. E filiar os estudos da relação entre línguas em alguma Semântica é investigar o sentido através dos estudos das línguas. Ducrot realizou poucos, mas pertinentes estudos de relações entre línguas. Um exemplo de peso seria sua investigação sobre a delocutividade nestas línguas mencionadas (DUCROT, 1990, p. 31-48), o que mostra que, mesmo não sendo seu foco, esta linha de estudos da relação entre línguas tem abertura na TBS e é importante para investigar a significação e o sentido da linguagem. Mas como apresentado aqui, Carel e Ducrot, de fato, não apresentam ainda estudos nesta linha orlandiana que tem como objeto a polêmica lei/uso no interior das línguas distribuídas em certo espaço, dos sistemas de língua, como assume Ducrot (1999b, p. 104) – “Meu trabalho é antes de tudo definir conceitos gerais, que não pertencem propriamente a nenhuma língua, mas deverão, em princípio, poder se aplicar a todas” –. É por isto que nos apropriaremos da dupla noção de relação entre línguas para observar a movimentação do paradoxo por elas, o que seria produtivo para o enriquecimento da TBS.

7.4.2 Análise do paradoxo na relação entre grego/outras línguas: a mundialidade da definição

Propomos aqui uma breve análise a partir da relação entre línguas. Como é próprio da concepção desta noção, juntaremos à língua de nosso corpus, o francês, um grupo de outras onze línguas, totalizando doze línguas postas em relações sob o eixo da definição do termo *paradoxo*. Nosso objeto é simples e claro: explicitar a relação *língua grega/outras línguas*, que produza sentidos para o paradoxo nos seus dicionários. Assim, o que nos interessa aqui não é cada dicionário especificamente, nem a reflexão exaustiva de cada um. O que nos interessa é senão a observação grupal destes dicionários que flagre um quadro de relações linguísticas distintas que deixe ver como o paradoxo se porta se enunciado por várias línguas, sob a égide dos dicionários que o definem, e como a língua grega tem impacto semântico neste grupo de doze línguas.

Partimos do pressuposto básico de que analisar o paradoxo, a partir da relação entre línguas, é pesquisar as constitutividades do significação/sentido dadas pelas línguas específicas em que os registros do paradoxo aparecem. Assim, vamos proceder a um movimento que vai evidenciar que o significado da definição de *paradoxo* na relação entre doze línguas: grego (*παράδοξος*), alemão (*paradoxie*), espanhol (*paradoja*), escocês (*paradox*), latim (*părădoxus*), italiano (*paradosso*), romeno (*paradóx*), português de Portugal (*paradoxo*), francês, de nosso corpus (*paradoxe*), russo (*Парадóкс*), japonês (*パラドックス*) e brasileiro (*paradoxo*), por exemplo, será antes o significado destas línguas que afetarão a enunciação de *paradoxo*, e só depois o próprio conteúdo da enunciação-definição de [*paradoxo*]. Para não expandir por demais a análise num procedimento analítico de cada uma das línguas, focaremos todo o grupo linguístico das doze línguas sobre a questão: *o que significa a língua grega na relação com a definição do paradoxo?*

A significação da língua mais os aspectos do conteúdo compõem o sentido da definição: [SIGNIFICAÇÃO DA LÍNGUA + CONTEÚDO ENUNCIADO DC SENTIDO]. Se nosso foco é a língua grega, vamos estabelecer uma relação que coloque em primeiro plano o trecho da definição de cada dicionário que faz menção ao grego, assim:

Quadro 27 – Dicionários que fazem menção à língua grega enquanto processo definitório

LÍNGUA	DEFINIÇÃO ETIMOLÓGICA	DICIONÁRIO
1. Grego	Παράδοξος: απίστευτος, παράξενος, το παράδοξον (ουδέτερο): ό,τι συμβαίνει χωρίς να το περιμένει κανείς, ό,τι προκαλεί έκπληξη (Τεγόπουλος-Φυτράκης, 1991, p. 568) ²¹⁹	<i>Ελληνικό Λεξικό (Ορθογραφικό, Ερμηνευτικό, Ετυμολογικό, Συνώνυμα, Αντίθετα, Κύρια Ονόματα)</i>
2. Alemão	Paradoxie: [grch. doxa >Meinung<] die, gegen allgemein anerkannte Grundsätze gerichtete Behauptung (grego. Doxa><)(BROKHAUS, 1972, p. 219) ²²⁰	<i>Brokhaus Enzyklopädie</i>
3. Espanhol	Paradoja. (Del gr. <parádoxa>, comp. Com <πάρα> y <doxa>, opinión; v. <PARA-, -DOXIA>) 1 *Idea extraña, opuesta a lo que se tiene generalmente por verdadero o a la opinión general (MOLINER, 1989, p. 634) ²²¹	<i>Diccionario de uso del Español</i>
4. Escocês	PARADOX [from Greek <i>paradoxos</i> , incredible, from <i>para</i> , against + <i>doxa</i> , opinion] (ALLEN, 1994, p. 934) ²²²	<i>Harrap's Chambers Encyclopedic English Dictionary</i>
5. Latim	Părădoxus: <i>en grec, ordinairt</i> παραδοξούχης (FREUND, M DCCC LX II, p. 696) ²²³	<i>Grand Dictionnaire de La langue latine</i>
6. Português -Portugal	Paradoxo: (cs) (Lat. <i>paradoxon</i> < Gr. <i>parádoxon</i> < pára, contrário + <i>doxa</i> , opinião) (SILVA, 1984, p. 1162).	<i>Dicionário da língua Portuguesa</i>
7. Italiano	Paradosso: Dal gr. <i>Parádoxon</i> , deriv. Dell'agg. <i>Parádoxos</i> 'straordinario', comp. di <i>para</i> - 'para ¹ -' e <i>dóxa</i> 'credenza, opinione comune' (SPOTTELLI, 1993, p. 1331-1332). ²²⁴	<i>Il Grande Dizionario Garzanti della lingua italiana</i>
8. Romeno	PARADÓX (< fr. {s}; gr. <i>paradoxos</i> , „contrar opiniei comune” din <i>para</i> ¹ - + gr. <i>doxa</i> „, părăre”) s. n. 1. Opinie (absurdă) contrară opiniei comune (POPA <i>et al</i> , 2009, s.p.). ²²⁵	<i>Dictionar enciclopedic</i>
9. Francês	Paradoxe: calque du grec <i>paradoxon</i> , neutre substantivé de l'adjectif <i>paradoxos</i> < contraire à l'attente ou à l'opinion commune >, de <i>para</i> - < à côté > d'où < contraire > (→ (1) para-) et de <i>doxa</i> < opinion > (→doxa, orthodoxe). ♦ L'ancien	<i>Dictionnaire Historique de langue française</i>

²¹⁹ Cujá tradução é: “inacreditável, bizarro, o paradoxal (neutro): tudo que acontece sem ninguém esperar por isso. Tudo que causa surpresa”.

²²⁰ Cujá tradução é: “Paradoxo: [Grego doxa >opinião<] Feminino. Afirmación dirigida contra os princípios geralmente aceites (grego. Doxa><)”.

²²¹ Cujá tradução é: do grego <paradoxo>, complemento com <para> e <doxo>, opinião; v. <PARA- DOXIA>. Ideia estranha, oposta ao que geralmente se tem por verdadeiro à opinião geral.

²²² Cujá tradução é: [do grego *paradoxos*, incrível, de *para*, contra + *doxa*, opinião].

²²³ Cujá tradução é: *em grego, ordinário* παραδοξούχης.

²²⁴ Cujá tradução é: Do grego *Parádoxon*, deriv. Do agg. *Parádoxos* “extraordinário”, comp. de *para*- ‘para¹-’ e *dóxa* ‘crença, opinião comum’.

²²⁵ Cujá tradução é: (< fr. {s}; gr. *paradoxos* «contrário à opinião pública» de *para* + gr. *doxa* «opinião») s.n. 1. Opinião (absurdo) contrária à opinião comum. Agradecemos à falante nativa romena Mucilianu Petronela pelo auxílio na tradução.

	adjectif <i>paradoxe</i> (1549, Du Bellay), emprunté à l'adjectif grec (REY <i>et al</i> , 2006, P. 2561) ²²⁶	
10. Russo	Парадóкс — неожиданный, странный - ситуация (высказывание, утверждение, суждение или вывод), которая может существовать в реальности, но не имеет логического объяснения” (WIKI, 2013, s.p.) ²²⁷	<i>Алгебра высказываний и предикатов</i>
11. Japonês	パラドックス : não há menção ao grego	<i>Kokugo Ziten</i>
12. Brasileiro	Paradoxo: ETIM gr. parádoksos, os, on ‘estranho, bizarro, extraordinário’ (HOUAISS <i>et al</i> , 2001, p. 2127).	<i>Dicionário Houaiss da Língua portuguesa</i>

A partir dos trechos expostos, vamos traçar algumas reflexões da relação “língua grega/outras línguas”, norteadas pela definição de *paradoxo*.

Primeiro ponto que queremos levantar, na relação entre todas estas doze línguas (que na verdade são uma tentativa de amostragem da prática lexicográfica mundial sobre a definição do termo *paradoxo*), levando em conta que sua língua de registro significa antes do seu conteúdo enunciado, o sentido de *paradoxo* divide-se em um sentido de “origem”, ou algo como “língua mãe da palavra” ou “língua oficial” na definição da língua grega; e um sentido de “repetição” ou “retorno à origem (grego)” nas outras onze línguas mobilizadas (já que uma delas é o próprio grego). Estas outras onze línguas perpetuam um movimento de paráfrase nos dicionários mundiais (um gesto enunciativo de “muitas línguas” que (re)dizem “o grego”). Mesmo que 2% dos dicionários não-gregos por nós visitados (o japonês *Kokugo Ziten* e o brasileiro *Enciclopédia e Dicionário Ilustrado*) não apresentem menção alguma ao grego, nas suas breves definições.

Segundo ponto: no tocante à nossa mobilização de doze línguas, além de redizer o grego etimologicamente (para + doxa), as outras línguas, de todos os dicionários, redizem um grego que o próprio grego não diz. Nos dois dicionários de língua grega que utilizamos para este trabalho, não houve menção etimológica de “para + doxa”, o que produz um efeito de sentido, nos dicionários acima mobilizados, de *grego apenas enquanto doador de etimologia*. Outras definições da língua grega não são levadas em conta na mundialidade lexicográfica (das dez línguas), segundo nossa amostragem mundial de dicionários.

Terceiro ponto: tendo abordado doze línguas para pensar a definição de *paradoxo*, bem como as outras línguas já até aqui utilizadas, cremos estar autorizados a falar algo sobre a

²²⁶ Cujá tradução é: camada do grego *paradoxon*, neutro substantivado do adjetivo *paradoxos* ‘contrário à expectativa ou à opinião comum’, de *para-* < ao lado > de onde < contrário > (→ (1) para-) e de *doxa* < opinião > (→ doxa, ortodoxo). ♦ O antigo adjetivo *paradoxo* (1549, Du Bellay), emprestado do adjetivo grego

²²⁷ Cujá tradução é: Парадóкс — conforme a etimologia (do grego *paradoxos*: ‘contrário à opinião comum’, de para ‘contra’ e doxa ‘opinião’).

mundialidade lexicográfica, à esteira deste semantismo grego mundializado. Observando agora o conteúdo das enunciações-definições sobre *paradoxo* nas doze línguas escolhidas, e recuperando a totalidade das micro-análises operadas ao longo deste trabalho, por um olhar de política linguística, percebe-se que há um gesto de homogeneizar pelo menos duas definições em todos esses dicionários abordados até aqui, uma definição etimológica e outra lógica: na prática lexicográfica mundial, o *paradoxo* é significado nos dicionários enquanto

“(a) opinião contrária à opinião comum” (perpetuação etimológica), e

“(b) algo que parece verdadeiro, mas é falso por ser contraditório” (perpetuação lógica).

E esta perpetuação perfaz um gesto de política linguística. E a política linguística estabelece um espaço enunciativo mundial definidor de legitimidade, que regula a definição validando-a da seguinte forma: não existe um “manual” do bom definir. Mas “a maioria dos bons dicionários mundiais” definem o paradoxo por (a) e (b), e essa é a principal regularidade do espaço enunciativo definidor mundial. Assim, estar em consonância com outros bons dicionários, com o espaço mundial (isto é, perpetuar (a) e (b)), valida ou outorga sentido de qualidade a uma definição, a um dicionário. Obviamente, a língua grega é tomada nas definições enquanto legitimadora desta regularidade: é pela (menção a) língua grega que se perpetuam (a) e (b), tanto pelo étimo, quanto pelo espaço enunciativo-berço da filosofia:

(posto, NÓS-lexicógrafos, [DICIONARIZAR DC PERPETUAR DEFINIÇÕES TRADICIONAIS PELO GREGO]).

Um contra-exemplo para corroborar esta regularidade do espaço enunciativo mundial definidor balisado por uma política linguística repetitiva que valida a “qualidade” do dicionário: basta pensar na hipótese de alguém abrir o dicionário qualquer em um espaço enunciativo mundial qualquer, por exemplo, o dicionário romeno de Popa (*et al*, 2009, s.p., tradução nossa)²²⁸ e encontrar ali tão somente a definição três, que diz:

²²⁸ Do original: “(FIZ.) *Paradoxul hidrostatic* = faptul, ciudat în aparență, că presiunea unui lichid pe fundul vasului în care se află nu depinde de forma și de dimensiunile vasului, ci doar de înălțimea suprafeței libere a lichidului în raport cu nivelul fundului” (POPA *et al*, 2009, s.p.). Agradecemos a falante nativa romena Mucilianu Petronela pelo auxílio na tradução.

(Física) = paradoxo hidrostático = o fato, aparentemente estranho, de que a pressão de um líquido sobre o fundo de um recipiente do qual ele se encontra, não depende da forma e das dimensões do recipiente, mas somente da altura da superfície livre do líquido que reporta ao nível do fundo.

Só e somente esta definição, sem mais comentários ou arrazoados, produzirá, então, um sentido – que não queremos nos alongar para explicá-lo – de “falta”. E como entender pela TBS esta “falta”? Primeiramente, compreender que este sentido de falta levará o locutor a interagir com esta falta, indo a outros dicionários. “Ler a falta” é expressar: [NÃO ESTAR SATISFEITO DC IR EM OUTRO DICIONÁRIO], outra regularidade dicionarística, que conclama pressupostos intertextuais (no dizer careleano) ou memoráveis (no dizer guimaraneano).

Ler a falta conduz o leitor a expandir sua interpretação e buscar outros discursos, não importa se por conhecimento anterior, implicatura, pressuposto argumentativo ou intertextual, admissão, crença, memorável ou etc. Mostramos aqui a AI da “falta”, e não seu tratamento teórico. O locutor insatisfeito buscará ampliar o espaço enunciativo da definição (ir a outro dicionário, não importa como chamemos este gesto teoricamente), criando a ampliação do espaço enunciativo, e corroborando o fato de que existe um espaço enunciativo de definições enquanto totalização discursiva complexa, balizados por uma política linguística de perpetuação de moldes e definições, cujos leitores de dicionários podem explicitar as regularidades melhor (enunciados como “tal dicionário é bom” e “tal dicionário é ruim” comprovam a existência da política linguística de um espaço enunciativo de definições). Ora, o que é ruim senão que “falta” algo? (E falta o quê?). O que é bom senão que satisfaz uma necessidade? (E necessidade em relação a quê?). Falamos nos dois casos, de falta e satisfatoriedade, de significados presentes na própria estrutura da palavra dicionário, posto por uma voz mundial sem autor, que se cristalizou quando se pensa na palavra *dicionário*:

(Posto, MUNDO, [DICIONÁRIO BOM OU RUIM DC POLÍTICA LINGUÍSTICA QUE FAZ SIGNIFICAR “FALTA” OU “SATISFATORIEDADE”]).

Mais interessante é perceber que tal falta na busca é amainada quando se encontra, em algum dicionário, um enunciado de “origem” etimológica. No caso do paradoxo, quando se encontra a menção da língua grega, que na definição do paradoxo, evoca “mencionou o grego, portanto é uma definição completa”.

Por outro lado, além das coincidências de definições lexicográficas (política linguística), podemos explorar uma política de línguas “explodindo” este espaço enunciativo definidor mundial em espaços de diferentes línguas, com distintas definições de distintas culturas e povos, cujas particularidades de suas línguas afetam o jogo de sentido dos enunciados, conforme suas práticas, preferências, rejeições etc, e isto em si já significa.

Enunciar pura e simplesmente a palavra paradoxo em línguas distintas, significa especificidades tangenciais. Marquemos ao longo de nosso trabalho, que mobiliza todas estas línguas, dois movimentos interessantes na relação entre línguas:

- I) Temos um movimento de política linguística (que tende a unificar as doze línguas sob a égide perpetuante da definição “(a) opinião contrária à opinião comum”, e “(b) algo que parece verdadeiro, mas é falso por ser contraditório”, o que quase acontece, com raras exceções; e
- II) Temos um movimento de política de línguas (que tende a dividir este mesmo (a) e (b) em doze simbologias diferentes, prenes de significados particulares, que não detalharemos por fugir ao nosso foco).

Estamos operando uma dupla-leitura: se por um lado a leitura da política linguística é englobante (visa unificar), a leitura da política de línguas é separatista (visa dividir).

A opção linguística (inglês, romeno, italiano, japonês, russo etc) não é apenas um “transporte de informações”, ela acaba por determinar o objeto pelo qual se fala segundo as diretrizes de seu espaço de enunciação, marcadas em alguma língua.

7.4.3 Análise do paradoxo na relação significado permitido/palavra interdita: a língua persa

Ainda um ponto nos interessa na grande assuntologia da relação entre línguas. Deixando de lado a relação anterior da língua grega/outras línguas, bem produtiva para refletir os discursos sobre o paradoxo, queremos *por* um primeiro plano sobre a curiosa relação “significado permitido, mas palavra proibida”.

Queremos neste tópico efetivar uma análise a partir da relação entre línguas (que valorizará a significância do sistema linguístico) na relação específica “paradoxo/língua

persa”, que em si já é um “problema enunciativo”, uma vez que no espaço enunciativo árabe não se é permitido enunciar a palavra *paradoxo* (porque começa com a letra “p”, proibida no sistema desta língua) Obviamente, se esta palavra é proibida, ela não se encontrará nos dicionários árabes. Contudo, queremos iniciar nossa análise partindo da definição de uma expressão muito pertinente, o **تضاد**, do dicionário persa de Mooein (1963, p.1093, tradução nossa)²²⁹:

تضاد: estar em desacordo. Ser incompatível, hostilizado. (em filosofia) duas noções ou dois conceitos que se opõem, como por exemplo, preto e branco.

Refletindo a definição acima a partir da relação política linguística/política de línguas, vamos levantar a hipótese de que este acontecimento explicita um gesto de política linguística no qual uma “tentativa” de definir o paradoxo está inscrita. Expliquemo-nos.

O persa é uma língua rica, e devido à sua idade bem avançada, teria muito a dizer para pesquisas linguísticas. Mas não é fácil traçar uma relação “língua do ocidente/língua do oriente médio” pela falta de acesso a estas línguas pelos falantes dos dois espaços. Ainda mais se esta relação for de natureza linguística, onde a tradução se torna um grande problema. Mas queremos instaurar inícios, e pensaremos aqui os rudimentos de uma reflexão a partir da língua persa. Vejamos bem parcialmente esta raridade.

Todo falante persa está ciente de uma das regularidades básicas que constitui a língua persa, a saber: o gesto político linguístico de não aceitar palavras estrangeiras em documentos oficiais. Deste modo, a letra “p” não consta no índice vocabular da língua persa. Estrangeirismos em “p” não estão nos documentos oficiais, tanto no árabe quanto no persa. Inclusive a palavra persa, naquele espaço, é conhecida como *fârsi*. Diremos que a não-enunciação do “p” (e do paradoxo, portanto), própria das regularidades que constituem a linguagem persa, é claramente um gesto de administração da língua (política linguística) de uma ética de unidade: a promoção de uma língua una, nacional, através de manobras linguístico-políticas de velar outros funcionamentos de línguas vizinhas (enunciar “p”).

²²⁹ Do original: “كجای در آنها اجتماع كه مفهوم دو، دشمن، ی، ناسازگار، بودن هم مخالف، بودن گری كدی ضد: تضاد،” (MOOEIN, 1963, p. 1093). Nós agradecemos a falante nativa de persa, a iraniana Sharhrzad Keshvari Rad pelo auxílio na tradução.

Exponhamos a regularidade linguística do persa na relação com outra língua, para que melhor explicitado: falar persa é diferente de falar português porque (no que tange à regularidade linguística) falar persa é não (poder) enunciar “p” e falar português é (poder) enunciar “p”. Deste modo, nossa problemática é interessante: como refletir o paradoxo em uma língua em que não se pode enunciar paradoxo? Pensar esta questão é reorganizar esta pergunta de modo teórico:

Se temos a unidade persa: (excluído, NÓS-governo persa, [PARADOXO DC ENUNCIAR]

Como considerar um discurso persa: (posto, NÓS-falante persa, [PARADOXO DC SIGNIFICAR])?

Se não temos a identificação da palavra-entrada “paradoxo” neste dicionário persa, igualmente, esta identificação se dá por meio da definição. A definição de تضاد, de Mooein, é constituída de duas partes, um pouco contraditórias. Na primeira parte: (i) as expressões “estar em desacordo, ser incompatível” e “Ser incompatível”, e por isso “hostilizado”, por aludir à contradição, ao confronto do senso comum, considerando o espaço lexicográfico mundial de paradoxo, mostra relação de sinonímia com a definição tradicional do paradoxo, mundialmente falando: “(a) opinião contrária ao senso comum”.

Expliquemos isto pelas teorias adotadas: metodicamente, a SHE dirá que existe um recorte de memorável do “paradoxo” neste enunciado persa, que embora não escrito, está rememorado. Outras teorias chamariam de alusão. A TBS concordaria que, pensar esta definição (corpus) sob o eixo do paradoxo (objeto de estudo), na relação com dicionários mundiais sobre o assunto (situação, condição), é ler a definição percebendo nela uma polifonia intertextual, cujo conteúdo em questão [estar em desacordo. Ser incompatível, hostilizado.] remete a um outro enunciado avulso, sem que o locutor tome posição sobre ela, a definição tradicional [paradoxo: opinião contrária ao senso comum]. Os dois conteúdos “falam ao mesmo tempo” (CAREL, 2011c, p. 31). O conteúdo marcado (definição persa) faz ouvir o não marcado (a pressuposição intertextual do paradoxo): “essas duas vozes se acrescentam, se superpõem” (CAREL, 2011c, p. 31).

Observemos a segunda parte da definição: (ii) “(em filosofia) duas noções ou dois conceitos que se opõem, como por exemplo, preto e branco”. Esta parte (b), na relação com a parte (i), meramente considera estar diante de dois conceitos que se opõem, como no caso preto e branco. Esta parte (ii) parece fazer o mesmo jogo de escutar dois discursos independentes no corpus em questão, só que agora o discurso que vem do exterior de modo

intertextual não é o paradoxo (como na parte (i)), é antes a antítese (nesta parte (ii)): [antítese: presença de dois opostos no mesmo enunciado].

A Antítese apenas apresenta dois opostos, não os funda em um, existem “dois” conteúdos ali. O paradoxo apresenta dois opostos já fundidos, existe “um” conteúdo ali. Por isso devemos distinguir a definição de تضاد em duas partes, (i) e (ii): uma (i) relacionando-se com a pressuposição intertextual do paradoxo, e a outra (ii) relacionando-se com a pressuposição intertextual da antítese. O léxico persa تضاد parece significar, neste dicionário, um entremeio entre os dois.

Parece que a parte (i) remete à definição tradicional dos dicionários mundiais sobre o paradoxo, [PARADOXO DC OPINIÃO CONTRÁRIA AO SENSO COMUM], ou tecnicamente: recorta um memorável do paradoxo – para a SHE – ou *põe* relação com uma polifonia intertextual do paradoxo – para a TBS; e já a parte (ii) parece remeter à definição tradicional sobre a antítese [ANTÍTESE DC PRESENÇA DE DOIS OPOSTOS NO MESMO ENUNCIADO], ou tecnicamente: recorta um memorável da antítese – para a SHE – ou *põe* relação com uma polifonia intertextual da antítese – para a TBS.

E isto é apenas um movimento analítico, dentre várias performances que poderíamos ter escolhido²³⁰. Já que em Linguística, trabalhamos em oscilação perpétua no crivo: analista/corpus/objeto/teoria/objetivo/situação, pelo menos. A mudança de qualquer uma destas variáveis, mudaria o quadro geral e total. Nosso caso simplesmente quis pensar a relação “significação de uma palavra/proibição da palavra”. Ou seja, o que queremos marcar é que a falta da letra “p”, dentre outras, na relação com o mundo, produz sentidos constantes de associações, alusões, remissões, paralelismos etc, com funcionamentos e léxicos mundiais, que obriga o semanticista a procedimentos implícitos de alguma forma, como é próprio do efeito de “falta”, que refletimos ora pouco, que conclama leituras alusivas de linguagens “codificadas”, secretas, e enigmáticas, o que traçamos aqui a partir da relação entre a estrutura تضاد e o implícito *paradoxo*²³¹.

²³⁰ É interessante marcar aqui que Marion Carel, por ocasião de nossas reuniões de pesquisa, nunca se contentou com um gesto analítico apenas: valendo-se sempre da sua prerrogativa de que as estruturas sintáticas constituem-se de ambiguidade argumentativa (CAREL, 2011a, p. 166), a linguista sempre apresenta três ou mais possibilidades analíticas, valorizando mudanças de *procedimentos, noções teóricas e objetivos*: tríade que lhe dá infinitas performances.

²³¹ Evidentemente estamos deixando de lado uma vasta assuntologia da linguística, etimologia, historiologia, sociologia, gramaticologia e funcionamentos que constituem a língua persa, porque nosso propósito é circunstancial, no que tange ao sentido somente na relação com o paradoxo, além de tomar como dado exemplar apenas uma única definição, enquanto gesto de prudência, uma vez que não temos o domínio complexo da língua persa. Nossa análise instiga, ao menos, um bom estudo da língua persa para os analistas de toda ordem que desejam vislumbrar as diversas regularidades do persa na relação com os sentidos.

E no tocante ao nosso objeto, uma outra questão se põe: deixando os dicionários, mas não o paradoxo, o que fazer com sentidos paradoxais que evidentemente existem no espaço enunciativo persa, mas não podem ser nomeados de *paradoxo*, como “جزییات زیاد” (grande detalhe), “ایجاد کاربردهای قدیمی” (criar velhos empregos), e “یک راز نسبی” (sigilo relativo), dentre outros?

Isto põe em primeiro plano o problema da estrutura. A necessidade da estrutura. Se o sentido é proibido de habitar um léxico (paradoxo) ele habitará outro (تضاد), mas não fugirá de uma estrutura qualquer, condição da linguagem. Então, precisamos voltar a dizer a algumas ponderações sobre a estrutura no tocante a uma designação balisada por políticas.

O dicionário persa mostra, sem dúvida, que a estrutura passa a ter um peso notório na discussão semântica: qual seria a função de uma estrutura senão marcar, indicar uma localização no mar aberto da significância? E sem essas indicações lexicais como não perder-se em funcionamentos diversos? Como demarcar repetições amiúdes para classificá-las em dicionários, enciclopédias, ou gramáticas, se não podemos contar com a própria classificação, a estrutura?

Eis o grande logro da estrutura: basear-nos-emos na dinâmica da relação “paradoxo-implícito/ تضاد -explícito” para concluir que a realidade enunciativa é por demais dinâmica, fugidia, oscilante, metamórfica, e justamente por isso esta plasticidade não poderia ser apreendida senão por uma estrutura mais engessada que o representasse. O que justifica o nascimento e necessidade dos dicionários de toda ordem. Eis o mérito de Saussure: propor um método razoável para conciliar a língua e a fala. No caso acima, os muitos efeitos de sentido de paradoxo foram, por uma política linguística, acampados no léxico تضاد, no espaço enunciativo persa. Seria impossível sequer delimitar um assunto se não fosse pela consideração de uma estrutura. A análise do تضاد faz ver que um estudo enunciativo apenas, unilateral da ocorrência, sem âncoras estruturais, não poderá lidar cientificamente com o fato de que:

É na linguagem que o homem encontra as significações, embora precárias, que o protegerão contra o excesso de realidade de um mundo que existe antes da linguagem, pois o mundo e a natureza são estranhos e absurdos para o homem, até que possam se aproximar de nós pela mediação simbólica da linguagem que irá, então, modelar de sentido a realidade. [...] Por meio da linguagem, a pressão pela significação encontra ancoramento: a urgência do sentido tem como corolário a criação de inúmeros sistemas simbólicos (LONGO, 2006, p. 12).

É difícil para qualquer teoria, em Linguística ou não, discordar que *não se vive sem ancoramento simbólico*. Em nosso caso, as estruturas *Paradoxje*; *Paradoja*; *Paradox*; *Părădoux*; *Paradosso*; *Paradoxe*; *Paradóx*; *Παράδοξ*; *パラドックス*; *παράδοξ*; *تضاد*; *Paradoxo* (português); e *Paradoxo* (brasileiro), marcarão uma certa repetição semântica (significação) de política linguística via dicionarização, que dará instruções para observações de funcionamentos paradoxais quando estes ocorrerem em diversos modos do exercício da língua, via política de línguas, nos infintos espaços enunciativos que distribuem tais línguas. Ora, o simples procedimento de descrever um efeito de sentido qualquer é realizado pela estrutura, isto é, descrever o específico não é nada mais que organizar simbologias para propor uma tentativa de “enquadramento”. Não importa as metodologias epistemológicas: a estrutura é indesejável, porque a língua é inevitável (enunciada ou convencionada). A língua é a possibilidade arquitetônica de sentidos porque, da sua natureza inerte, frástica e prene de significações, concebe o mundo pela enunciação.

No caso da relação entre línguas, afirmamos que, ao operar o dicionário por políticas linguísticas, fica posto que o locutor existe enquanto “pensando que” domina suas definições, “pensando que” domina sua língua. Mas seus enunciados ilustram aspectos *postos e excluídos* pelos locutores definidores dos dicionários. Nossas análises acabam por explicitar que o locutor pensa que pode domesticar o sentido nos dicionários, mas o dicionário “fala mais” do que foi inserido nele, porque as escolhas das palavras usadas para definir desvelam as atitudes argumentativas de seus locutores.

Em suma, temos este capítulo por pertinente por possibilitar investigar o paradoxo nos dicionários pelas noções de espaço de enunciação e, principalmente, relação entre línguas. A importância da SHE para este trabalho é que, por estas noções, vimos que enunciar uma mesma palavra (*paradoxo*) em várias línguas (*παράδοξ*, *paradoxje*, *paradoja*, *paradox*, *părădoux*, *paradosso*, *paradóx*, *paradoxo* (português), *paradoxo* (brasileiro), *paradoxe*, *Παράδοξ*, *パラドックス*, e *تضاد*), produz dois sentidos distintos, tanto pela exclusividade do acontecimento enunciativo que os faz inéditos – as especificidades enunciativas de seus dicionários –, quanto pela língua distinta nos treze dizeres, que por si só significa, por exemplo, o sentido de “origem” da palavra, no grego, e o sentido de “alusão ao grego (etimológico)” nos outros, ao perpetuar a etimologia “para+doxo”. Isto é, fazer semântica pela relação entre línguas, é seguir o procedimento de investigar elementos da língua da enunciação para poder refletir sobre a enunciação.

Por fim, ficou claro que analisamos “o que se diz ser” o paradoxo, e o que se diz ser ele nos espaços enunciativos dos dicionários, suas definições. Neste capítulo não analisamos diretamente um enunciado paradoxal, como o fizemos em outros capítulos anteriores, mas debruça-mo-nos para discursos sobre o paradoxo em dicionários.

CAPÍTULO VIII - ANÁLISE DO PARADOXO SEMÂNTICO A PARTIR DA ANTERIORIDADE ARGUMENTATIVA

Este derradeiro capítulo de nosso trabalho é um gesto último de refletir sobre o paradoxo semântico baseando-se, agora, no pressuposto metodológico da *anterioridade argumentativa*. E por anterioridade argumentativa, como veremos, entendemos a relação semântica sempre entre dois elementos: um (A) anterior, e um (B) posterior. Geralmente, o elemento B já está dado (um enunciado, uma frase, um parágrafo, um posto qualquer). A investigação se dará pelo movimento de trazer um elemento anterior (A) que deverá ser buscado (um pressuposto, um implícito, um elemento intertextual, um valor extra-enunciado etc). Teoricamente, queremos aqui refletir a significação por vias de extrapolar os limites significantes.

Para podermos pensar esta hipótese da *anterioridade argumentativa* (A anteposto – B posto), valer-nos-emos da proposta de Auroux (2008, p. 154) da relação *horizonte de retrospectão/presente da enunciação*, sempre do lugar epistemológico da TBS. Queremos ver como a TBS acessa horizontes de retrospectões, semânticos, lingüísticos e discursivos, que as significações/sentidos reclamam.

A metodologia deste capítulo será percorrer certos pontos de certas obras da TBS para fazer ver a relação que queremos destacar: análises em que um elemento A anterior é posto na relação com um B posterior enquanto projeto para explicitação do mecanismo da produção da significação/sentido. Relação esta que chamamos *anterioridade argumentativa*. Nosso foco, o repetimos, é explicitar que toda sorte de anterioridade pode contribuir, em alguma instância interpretativa do interlocutor, para a construção de certa(s) significância(s).

De algum modo, é produtivo pensar, que se debruçar sobre uma das espessuras do implícito por vias do explícito na especificidade da anterioridade, como aqui propomos, isto é, operar aquilo que não é posto (o elemento anterior A), a partir daquilo que é posto (o elemento posterior B) afeta o valor da “transparência” enquanto metodologia principal dos estudos de significação/sentido nas ideias lingüísticas, e dá força teórica para sua negativa, a “não-transparência” enquanto constituinte da interpretação, como aventada brilhantemente por Pêcheux (1969, p. 116, tradução nossa)²³², por exemplo: “[...] a pureza de um conceito, de

²³² Do original: « [...] la pureté d'un concept, d'un modèle, ou d'un domaine de vérification n'implique aucunement sa simplicité ou sa transparence » (PÊCHEUX, 1969, p. 116).

um modelo e de um domínio de verificação não implica de modo algum a sua simplicidade ou a sua transparência”. Vejamos o que Auroux (2008, p. 127-128) fala sobre este quadro da transparência, na relação com nosso objeto, o paradoxo semântico:

i) creio que **p** ii) sei que **p** [...] Todas estas propriedades são paradoxais. Tomemos a transparência. Se ‘creio que **p**’ é verdadeira, penso o mesmo para ‘sei que **p**’; mas se **p** é falso, então eu não sei nada. Por conseguinte, também nada sei a respeito de toda resposta sobre a verdade de **p**. Não se pode dizer que ela própria seja necessariamente ‘transparente’ [...]. De uma hora para outra, é a fronteira entre a crença e o saber que se torna não assinalável. E conseqüentemente, a intangibilidade torna-se problemática, dado que um conhecimento pode passar do estatuto de ‘acreditado como verdadeiro’, conseqüentemente, do verdadeiro conhecimento, a ‘soa como falso’ conseqüentemente como destituído de conhecimento. A universalidade não é menos favorecida. Se ela tem por função eliminar a subjetividade, esta função torna-se meramente evocativa diante dos sujeitos que recusariam simplesmente reconhecer um conhecimento como tal. Os sujeitos não podem alterar em nada a verdade; sem dúvida. Mas quem pode reconhecê-la?

É preciso, para consolidar a relação de anterioridade argumentativa que propomos, saber pensar este fenômeno de não-transparência, de anterior implícito-posterior explícito, o não-posto-mas-significado, o “lá que significa aqui”, a oscilação, fenômenos estes também chamados de alusão, intertextualidade etc, no quadro teórico da TBS. E já de antemão, podemos pontuar que a anterioridade argumentativa é o lugar da interpretação. É aqui toda teoria entra, com suas maneiras epistemológicas próprias, para tratar a não-transparência por vias de anterioridades de toda ordem. Também a TBS.

Pela TBS, diremos que operar teoricamente elementos linguísticos de conteúdos não explícitos e não-transparente, mas significantes, e ilusoriamente tangíveis – por datas, por exemplo, no caso do *Dictionnaire Historique*, onde a data “traz” outros discursos anteriores não presentes no discurso posto da definição, mas nele ancorados pela marcação estrutural das muitas datas mencionadas), é senão efetivar atitudes (*por*, *excluire* ou *concordar*) sobre esta totalização pré-leitura dos discursos infinitos (conectados ou desconexos) que supõem um texto finito nomeado de discurso (ora, o arcabouço da TBS faz ver seguramente que não se pode falar de finitude da significação, não quando se considera a dinâmica de toda interpretação). Em outras palavras, anteriorizar argumentativamente é um complexo atitudinal interpretativo de um locutor diante das impressões da sua transparência. O que estamos

querendo dizer é que uma palavra plena, um frase ou um texto, quando enunciados – e por isto instanciados em enunciado e discurso – sofrem determinâncias situacionais e contextuais de várias ordens, e são estas determinâncias que queremos explicitar/pensar aqui.

8.1 A relação anterioridade argumentativa/ *Dictionnaire Historique*

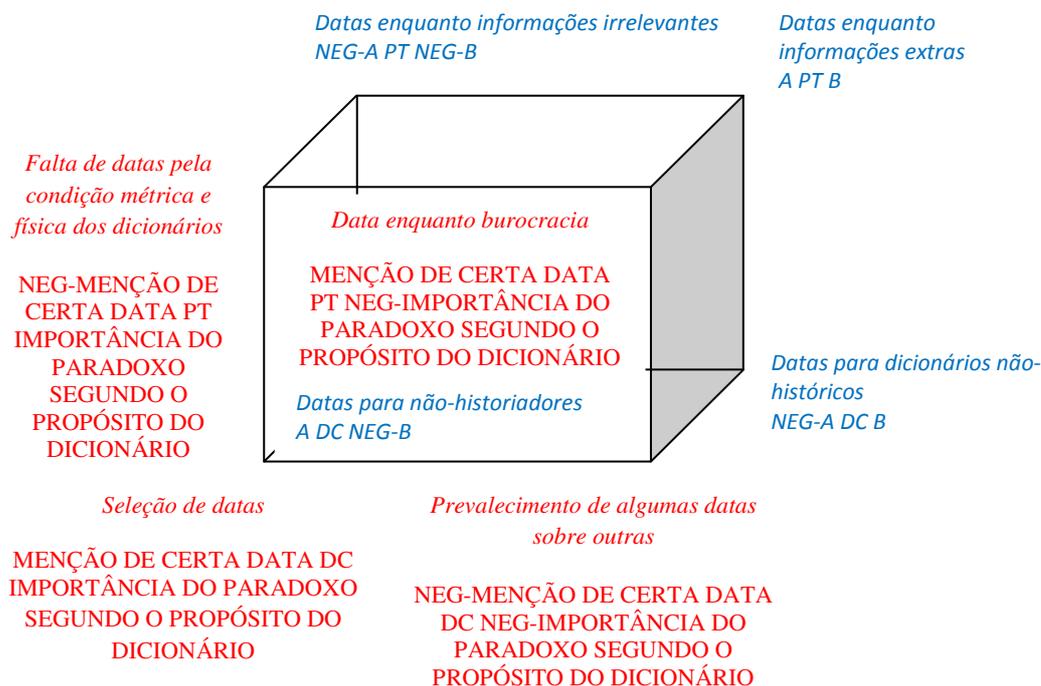
Passemos a traçar uma primeira análise pelo movimento da anterioridade argumentativa no *Dictionnaire Historique*. Sabemos que a enunciação de *paradoxo* é datada com início de 1480. Datar 1480 é, no mínimo, deixar uma vaguidão significativa, não-transparente, de séculos anteriores que já utilizavam e estudavam o paradoxo, como o século IV a.c., com os estudos paradoxais gregos de Ebulides de Mileto e Zenão de Eleia, por exemplo. Cremos que no capítulo de análise dos dicionários já realizamos uma reflexão histórica deste porte da falta. Mas temos uma questão analítica que queremos resolver a partir da noção de anterioridade argumentativa: como analisar pela TBS este “discurso da falta, anterior a 1480”, oriunda do aspecto *concordado* [USAR UMA DATA NUMÉRICA DC HAVER DATAS ANTERIORES E DATAS POSTERIORES], que evocaria “enunciar o ano 1480, portanto existir, no mínimo, uma sucessão do ano 1 até o ano 1480”? Ou se preferirmos, como tratar este “discurso parcial, de 1480 a 1952”, cheio de lacunas? É aqui que a noção de anterioridade argumentativa terá pertinência, nestes propósitos.

Colocando em primeiro plano o discurso da falta, vamos dizer que a interpretação desta não-consideração de datas (o horizonte de retrospectão, elemento anterior A: ano 1 a 1479), pode levar-nos a interpretar esta não-transparência temporal enquanto um “período grego”, levando-nos a supor que o *Dictionnaire Historique* (presente da enunciação, elemento posto B: ano 1480 a 1952) interpreta a vaguidão da história não-transparente por blocos de períodos – próprio de discursos de locutores históricos que se debruçam sobre um panorama amplo – como história medieval, história antiga, história grega etc, cujas definições os locutores do *Dictionnaire Historique* não mostram interesse, já que abordou apenas a linha do século XV a XX. E o mesmo diríamos da ausência dos últimos cinquenta anos do século XX neste dicionário, já que o dicionário foi impresso no século XXI. É uma possível anterioridade, que argumenta juntamente com o posto das datas.

Mas retirar/desconsiderar um período profício (anterioridade de 1 a 1479) de um dicionário temático de história reclama um aprofundamento, que daremos pela ilustração de seu cubo argumentativo, adiante, no que tange ao “discurso da falta” (que só é importante porque esta falta significa). Pensemos neste cubo.

Se *concordarmos* que os dicionários selecionam muitas informações em dispersão elegendo apenas “as importantes” segundo seus propósitos (temáticos, editoriais, colecionais etc), que exprimem [MENÇÃO DE CERTA DATA DC IMPORTÂNCIA DO PARADOXO SEGUNDO O PROPÓSITO DO DICIONÁRIO], podemos interpretar que a “falta”, que reclama anterioridades de datas (os períodos não contemplados), no *Dictionnaire Historique*, pode significar, em si, a recíproca deste aspecto concordado: seus locutores podem ter *posto* [NEG-MENÇÃO DE CERTA DATA DC NEG-IMPORTÂNCIA DO PARADOXO SEGUNDO O PROPÓSITO DO DICIONÁRIO], isto é, produz-se um sentido de que prevalecem outros períodos. E se considerarmos o sopeso “dicionário” enquanto um instrumento histórico limitado espacialmente – os dicionários impressos –, esta recíproca mostra sua conversa de que um dicionário não pode, pelas suas condições físico-espaciais, abarcar a totalidade das datas, das pertinências que queira, por fator métrico e econômico, dentre outros, desvelando um utópico aspecto: [NEG-MENÇÃO DE CERTA DATA PT IMPORTÂNCIA DO PARADOXO SEGUNDO O PROPÓSITO DO DICIONÁRIO], o que sugere futuridades de outros dicionários para produzir sentidos de “continuidade”, e não um livro estanque, tal é a condição e prática dos dicionários. E temos que levar em conta, obviamente, o fato de que há informações históricas que cumprem um papel mais ou menos apenas “burocrático” para certos intérpretes, como as datas de origem, ou datas etimológicas, que cumpririam uma regularidade dos dicionários de mencionar certas datas não tão importantes, deste ponto de vista, mas necessárias para se compor uma definição histórica que cumpra um “modelo” de definição, que seria o transposto: [MENÇÃO DE CERTA DATA PT NEG-IMPORTÂNCIA DO PARADOXO SEGUNDO O PROPÓSITO DO DICIONÁRIO].

Figura 22 – Bloco semântico do “discurso da falta” no *Dictionnaire Historique*



Estamos dizendo que, em nossa análise sobre a nova noção de anterioridade argumentativa, a face doxal do cubo acima representaria o presente da enunciação (B) das definições históricas, prenes datas, do *Dictionnaire Historique*; e que a face final do cubo representaria o horizonte de retrospecção, os elementos anteriores (A), discursos outros sugeridos pelas palavras-datas (por exemplo, 1480) que devem ser buscados (como as datas 1 a 1479). Em outras palavras: explicitamos a relação: (A) falta de discursos de datas e (B) presença de alguns discursos de datas, no *Dictionnaire Historique*.

Poderíamos conseguir, então, pela anterioridade argumentativa (relação A não-posta e B posta), a significação das palavras plenas “curioso” ou “pesquisador”, que no senso comum significam “os que vão além”, na medida em que, conforme o cubo acima, o curioso e o pesquisador convocarão encadementos do tipo “Quero compreender o paradoxo nas datas citadas e importantes para os historiadores (que seria o B, posto), mas também ir mais a fundo e compreender o paradoxo nas datas não citadas neste dicionário e citadas por outros (que seria o A, não-posto)”. Encadeamento este que estabelece um paradoxo semântico ilustrado pelos aspectos do quase-bloco:

Elemento B – o *posto* pelo *Dictionnaire Historique*: [MENÇÃO DE CERTA DATA DC IMPORTÂNCIA DO PARADOXO SEGUNDO O PROPÓSITO DO DICIONÁRIO]; +

Elemento A – o não-posto, a busca em outros dicionários não-históricos: [MENÇÃO DE CERTA DATA PT IMPORTÂNCIA DO PARADOXO SEGUNDO O PROPÓSITO DO DICIONÁRIO].

Paradoxo semântico representável por [MENÇÃO DE CERTA DATA (DC) IMPORTÂNCIA DO PARADOXO SEGUNDO O PROPÓSITO DO DICIONÁRIO].

Não importa: a determinação da não-transparência de datações, lacunas que nos faz pensar em anterioridades (A) que afetam o posto da definição (B), não mencionadas neste dicionário, joga com a não exatidão destes eixos, (porque é uma falta), mas autorizando, por isso, suas possíveis interpretações.

Esta primeira análise mostra que, neste último capítulo, para um aprofundamento de nosso objeto, mudamos a prioridade dos planos de análise: se nos capítulos anteriores o primeiro plano focava o paradoxo no interior dos dicionários, agora colocamos em primeiro plano o paradoxo no interior das anterioridades, e anterioridades que argumentam, se mobilizadas com toda a sua complexidade, que inevitavelmente reclamará delimitações e atitudes criteriosas diversas para uma descrição analítica. Obviamente o dicionário não foi abandonado, mas considerado estrategicamente num segundo plano, doador da anterioridade que argumenta.

8.2 A relação anterioridade argumentativa/conjectura

A anterioridade argumentativa, na TBS, exige requinte teórico, que chamaremos conjectural, porque ali, na conjectura, temos uma evanescência paradoxal: de alguma forma, um dado pode significar principalmente o que ele não é. Trata-se de uma anterioridade acessada apenas por conjecturas e gestos interpretativos, devida a sua materialidade não evidente e opaca, própria do que não está dito, mas está significado. Uma anterioridade qualquer, indefinida, entendível enquanto um horizonte de retrospectão, nos dizeres de Aurox (2008, p. 154), com o qual convive todo enunciado. Resumamos: toda anterioridade pode ser datável (hora, dia, mês, ano, época etc), é não-transparente (impossível de se descrever tal como é, tanto pela impotência simbólica, quanto pela impossibilidade de descrição das infinitas especificidades de um acontecimento), e toda anterioridade é interpretável (já que, mesmo datável, não pode ser esgotada em uma descrição ou análise, restando à interpretação a condição da tangibilidade da anterioridade).

A anterioridade argumentativa (datável, não-transparente e interpretável) pode mostrar-se ou temporal, ou registrável, ou conjecturável: a primeira determinada pela cronologia, a segunda determinada pelo foco em registros (próprios da etimologia, arqueologia linguística, da heurística, dentre outros), e a terceira determinada fortemente pelos métodos e estudos da interpretação (nossa prioridade de interesse). Então, das três, colocaremos em primeiro plano a determinação conjecturável da anterioridade.

O que entendemos por conjectura? Que a significação/sentido é inalcançável enquanto esgotamento porque só é tangível pela interpretação. Na relação A(anterior) – B (posto) da anterioridade argumentativa, enquanto os dados (B) escritos registram e são de base informativa, a anterioridade conjectural (A) supõe, e é de base argumentativa. Ela constitui a espessura significativa de vários discursos que “falam” juntamente com o discurso em foco. Assim, a anterioridade é conjecturável porque possui uma materialidade sêmica não estrutural, oculta, oriunda de suas multidões de vozes, que a cada enunciação mostra uma fresta de si. Esta última concepção conjectural da anterioridade debruça-se sobre a não-transparente, sobre a opacidade de uma nunca-claridade, a sempre-contingência, a ilusão de “verdade” evanescente, a ilusão do conhecer, a descontinuidade não-linear, que contrasta uma clássica “versão padrão”, o que escapa ao significado clássico, impossibilitando um fechando ou esgotamento de pesquisa. Podemos pensar a anterioridade argumentativa conjectural (multidão de discursos em dispersão perceptíveis e expressos senão pela interpretação) a partir dos estudos de Rancière (1994), que trata, pela filosofia atenta a temas linguísticos, da espessura implícita, da plasticidade das significações convencionais, da descontinuidade e possibilidade de interpretação aberta, deixando de lado sua cronologia empírica, não para que a análise flutue ao léu do “tanto faz”, mas para que proporcione à análise caminhos outros além do convencional, para que a análise liberte-se da âncora dos fatos, das articulações pré-definidas. A significação própria da relação com a anterioridade, neste sentido conjectural, não é só o que se encontra em livros e dicionários, mas principalmente o que se encontra fora deles. Trabalhar a semântica pela anterioridade argumentativa é autorizar teoricamente a ausência enquanto possibilidade da presença, conforme o arcabouço da TBS.

Nessa perspectiva da soberania interpretativa da valorização do vago, estudar a anterioridade é esquivar-se de discursos em moldes clássicos. No que tange à TBS, entenderemos a valorização do vago como vozes de discursos outros que se escutam polifonicamente no discurso em análise.

É interessante trazer para esta discussão da anterioridade que reclama outros discursos, uma consideração de Veyne (1971, p. 50), que fazemos com os devidos cuidados, observando um ponto de interseção compatível entre a filosofia veynena e a linguística ducrotiana e careleana: o vislumbramento do não-dito, anterior, significado pela interpretação, já que tanto a TBS quanto a teoria veyneana são construtos linguísticos de interpretação: “o historiador recorta nos testemunhos e documentos o acontecimento tal como escolheu fazê-lo ser; é por isso que nunca um acontecimento coincide como *cogito* dos seus actores e testemunhas” (VEYNE, 1971, p. 52). A TBS entenderia argumentativamente esta definição enquanto o valor unitário obtido pelo procedimento enunciativo de por/concordar/excluir a(s) voz(es) de um locutor (historiador), ou outros, no modo: [CERTOS TESTEMUNHOS/DOCUMENTOS DC (interpretação deste locutor)].

Pela anterioridade operada pelo semanticista, a TBS concorda que sempre há um outro sentido, sempre há uma outra argumentação a se propor. Sempre há uma voz não considerada, porque a polifonia, na instância enunciativa, é infinita. É pautada nestas reflexões da anterioridade conjectural (enquanto multidão de discursos em dispersão expressos pela interpretação) que temos respaldo para afirmar que é possível se pensar em outros discursos anteriores argumentativamente, porque eles são acessíveis pelas espessuras da enunciação. A questão, de agora em diante, será: como pensar tais espessuras escorregadias, vagas, não-ditas, anteriores ao discurso, pela rigidez das marcações lingüísticas?”. Se a TBS é uma teoria de interpretação, ela assume que a argumentatividade de horizontes anteriores pode ser reclamada o tempo todo em análises de níveis textuais e discursivos, devido ao complexo jogo polifônico de sentidos que os enunciados e suas combinações instauram. Este horizonte de retrospecção precisa ser trabalhado enquanto anterioridade argumentativa.

8.3 Análise pela relação anterioridade argumentativa/ciência

De fato, exclusivizar um primeiro plano para a vaguidão conjectural [ANTERIORIDADE ENQUANTO INFINITOS DISCURSOS DATÁVEIS E NÃO-TRANSPARENTES DC LUGAR DA INTERPRETAÇÃO] reclama imediatamente um norte de análise nessa vaguidão enquanto condição de cientificidade (e não mera suposição).

Em nosso caso, falar em paradoxo por vias de anterioridades, cientificamente (no interior de uma ciência lingüística), acarreta nortear a vaguidão da anterioridade pelo

semantismo de outra palavra, o que faremos elegendo a palavra “ciência” para relacionar com “anterioridade”.

Para trabalhar “ciência” aqui, queremos evidenciar a hipótese de duas determinações desta palavra: a história e o saber. Afirmaremos que, para nós, toda ciência é histórica (porque não foge a *concordâncias* de certa(s) época(s)), e toda ciência tem filiação de saber (porque é *posta* por um NÓS que partilha certas *concordâncias*). Vejamos cada uma das duas.

Toda ciência é histórica porque um locutor cientista de cada época *põe* em primeiro plano seus discursos de critérios de (in)suficiência, como bem coloca Auroux (1989, p. 14, tradução nossa)²³³: “[...] uma ciência não é senão a totalidade dos momentos de seu desenvolvimento”. Pensar a história é “[...] pesquisar no passado os elementos que se enquadram com as preconcepções definidas por um ponto de vista datado” (AUROUX, 1989, p. 14).

Por exemplo, o que os gregos entendiam como um paradoxo na língua (paradoxo enquanto anomalia, conforme o critério científico de uma das anterioridades de 1480) pode nos escapar atualmente, bem como o que entendemos como um paradoxo intertextual (paradoxo enquanto efeito de beleza literária, conforme o critério científico de uma das posterioridades de 1900), poderia ser estranho aos primeiros filósofos. Em termos técnicos: temos as seguintes relações científicas de anterioridades argumentativas: mobilizando os discursos gregos, temos (A) anomalia e (B) paradoxo; e mobilizando discursos literários temos (A) efeito de beleza e (B) paradoxo. Estamos dizendo que os critérios científicos de certa época é já uma anterioridade (A) que se relacionará com alguma palavra plena (B).

Nesta linha, o *Dictionnaire Historique* funciona enquanto um grande argumento totalizante para expressar este aspecto: [CIÊNCIA DC PRESSUPOSTOS DE CERTO PERÍODO], por enunciar as percepções científicas distintas de épocas distintas, se entendermos que todas as definições constadas são científicas, linguisticamente. Assim, neste dicionário, para expressar *paradoxo*, temos 13 definições distintas (postos, B), pautadas em quase 13 critérios distintos (anterioridades, A), datados em 1480, 1495, 1832, 1549, 1588, 1812, 1928, 1733, 1588, 1834, 1784, 1952, 1848 (repetindo-se o 1588 duas vezes). Não que estejamos padronizando uma análise cronológica, ao contrário, queremos explicitar, por em evidência, as percepções científicas – distintas – em cada uma destas enumerações, e mostrar uma pequena parcela de recorte na dispersão do horizonte de retrospectiva significativa na argumentação

²³³ Do original: « [...] une science n'est que la totalité des moments de son développement (1980 : 21) [...] rechercher dans le passé les éléments qui cadrent avec les préconceptions définies par un point de vue daté » (AUROUX, 1989, p. 14).

destas datações. Como por exemplo, o já analisado advérbio *paradoxal*: científico-linguisticamente enunciado como bem quisto segundo a anterioridade argumentativa dos discursos de critérios científicos de 1588, e científico-linguisticamente enunciado como inconcebível, segundo a anterioridade argumentativa dos discursos de critérios científicos de 1812.

Esta análise do *Dictionnaire Historique* deixa claro que não há como escapar da AI estrutural da *lexicográfica*: [CIÊNCIA DC PRESSUPOSTOS DE CERTO PERÍODO] que evoca os termos expressivos “Ciência, portanto certa anterioridade argumentativa” não só da definição do *Dictionnaire Historique*, como de qualquer dicionário, seja por discursos dados metodologicamente, concepcionalmente, teoricamente ou analiticamente. Por exemplo, a definição do dicionário japonês *Kokugo Ziten* só tem o sentido que tem após o desenvolvimento da Lógica, já que só define segundo a Lógica. Temos ali a definição (B) pautada na relação com a anterioridade argumentativa dos discursos (A) sobre a Lógica.

Afirmamos que organizar os modos de observação da significação não quer dizer, em primeiro plano, organizar a significação, mas compreendê-la em conformidade com as ideias científicas de certa época, de acordo com a voz polifônica de certa anterioridade argumentativa que afeta o presente da enunciação. Como se pode compreender por totalização pós ou pré-leitura os manuais científicos mundiais, a ciência nada mais é do que uma argumentatividade épica. Categorizar, dividir, formular, elencar e “dissecar” a complexidade argumentativa da significação e do sentido não significa desviar da complexidade, senão trabalhar essa complexidade de acordo com as condições linguísticas de uma data. O que aqui estamos aventando pelo procedimento: (A) anterior qualquer, e (B) posterior em foco.

Investigar a significação do paradoxo é saber que o *estudo do paradoxo* (B) muda conforme muda *as exigências para os problemas científicos* (A) no decorrer do tempo. Houve épocas, como averiguou Wołowska (2008, p. 24), dos dias medievais até o século XIX, em que simplesmente “não era científico” (A) estudar o paradoxo (B), expressando um certo significado de “neg-científico” de muitos dicionários, porque ele era deixado de lado; Bem como houve épocas em que ele era estudado conforme as determinâncias épicas lhe ditavam os métodos. Sobre este ponto da não-neutralidade científica diante das determinações de anterioridades, podemos valer-nos do que explicou Auroux (1989, p. 14, tradução nossa)²³⁴:

²³⁴ Do original : « [...] Durant ces vingt dernières années, non seulement notre information historique s’est considérablement accrue, mais notre point de vue sur ce qu’est ou n’est pas une science du langage a évolué. Il faut en particulier se rendre à l’évidence, la *linguistique* [...] est une forme de savoir et de pratique théorique née au XIXe siècle dans un contexte déterminé, possédant des objets déterminés (l’apparemment génétique des langues, l’explication historique, les langues en elles-mêmes et pour elles-mêmes). Il s’agit donc d’une forme de

[...] Durante esses vinte últimos anos, não somente nossa informação histórica aumentou consideravelmente, mas nosso ponto de vista sobre o que é ou não é uma ciência da linguagem evoluiu. Deve-se em particular encarar o fato de que a *linguística* [...] é uma forma de saber e de prática teórica nascida no 19º século em um contexto determinado, possuidor de objetos determinados (a aparente genética das línguas, a explicação histórica, as línguas nelas mesmas e por elas mesmas). Ela se constitui então em uma forma de estruturação do saber eminentemente transitório, que está provavelmente desaparecendo sob nossos olhos (é por isso que recorreremos, cada vez mais, frequentemente, à expressão plural ‘ciências da linguagem’).

Neste molde, falar no plural ciências da linguagem significa que uma enunciação ou um discurso definitório tem o valor afetado pela situação contextual específica de um momento enunciativo, e a significação estrutural acompanha esta determinação de uma voz de anterioridade que argumenta. A enunciação é um “acontecimento histórico” (DUCROT, 1987, p. 168), que confrontará significações de certa época (A) com situações enunciativas de certa época (B), metamorfoseando-os em enunciados de sentidos específicos (DUCROT, 1984, p. 377).

Em nosso caso, enunciar (e refletir) o paradoxo é levar em conta estas significações de vozes anteriores, de algum modo inscritas na língua (tanto as muitas significações de *paradoxo* em cada época, como as muitas significações de *ciência* em cada época), que jogarão (ou não) com a situação específica da enunciação/abordagem de *paradoxo* nos dicionários.

Mas de modo macro, falando em Linguística, se a Linguística muda constantemente, mudam também as organizações enunciativas e (consequentemente) a abordagem de seus objetos. Esta realidade dá a característica indesviável de toda teoria que se preze: adequar-se constantemente ao seu horizonte de retrospectão, à suas anterioridades argumentativas, que lhe indagam sobre questões novas, hodiernas: efetivar e pensar modos específicos de compreender o sentido (e o que se entende por sentido) na contemporaneidade. Se Ducrot constantemente modificou e reescreveu sua teoria, é porque foi agenciado por questões de horizontes de retrospectão de seus tempos. O mesmo vem ocorrendo com a atualidade da TBS.

structuration du savoir éminemment transitoire, qui est probablement en train de disparaître sous nos yeux (c’est pourquoi on recourt de plus en plus souvent à l’expression plurielle <sciences du langage> » (AUROUX, 1989, p. 14).

8.3.1 A relação significativa entre materialidade estrutural/anterioridade científica

Refletiremos agora sobre a segunda determinância que queremos explicitar na palavra plena *ciência*: a filiação a um saber. Nesta linha, nossa hipótese assevera que se algo é científico, o é segundo um saber (Filosofia, Física, Linguística, Matemática, Arte etc). Ou melhor colocado: se um objeto qualquer é significado como científico, o é devido à afetação semântica de um saber. Lexicograficamente falando, não há como definir fora de um saber. Conforme a história das ideias científicas, não há ciência sem saber filiado, o que nos autoriza dizer que o paradoxo só significa segundo certo saber: [CIÊNCIA DC FILIAÇÃO A UM SABER], que implica, em nosso caso: [PARADOXO DC SABER 'X']. Este semantismo é mais evidente em qualquer dicionário, que marca totalizações pré-definições como: “para a filosofia”, “na matemática” etc.

Tendo discutido acima as determinâncias que explicitaram os aspectos essenciais que ora privilegiamos em primeiro plano, a saber:

- A anterioridade argumentativa conjecturável [ANTERIORIDADE ENQUANTO INFINITOS DISCURSOS DATÁVEIS E NÃO-TRANSPARENTES DC LUGAR DA INTERPRETAÇÃO]; e
- A ciência [CIÊNCIA DC PRESSUPOSTOS DE CERTO PERÍODO E FILIAÇÃO A UM SABER]

Queremos agora refletir sobre enunciados paradoxais que imbriquem estes dois aspectos chaves, em uma análise que os *concorde*.

Para este fim, na falta de exemplos concretos de paradoxo (discurso da falta) do *Dictionnaire Historique*, escolhemos um exemplo de uma anterioridade de 1480, filiado à história grega do séc IV a.c. Trata-se do “paradoxo da flecha imóvel”, enunciado pelo já utilizado aqui *Dicionário Houaiss da Língua portuguesa* (HOUAISS, 2001, p. 2127):

Uma flecha, ao ser lançada, jamais atinge seu alvo, tendo em vista que o espaço a ser percorrido nesta trajetória pode ser infinitamente divisível em

segmentos menores, o que implicaria um translado infinito e inesgotável do projétil.

Os critérios científicos para a criação de um paradoxo é tal que se pode dizer que ao descrever o acontecimento do arco e flecha pelo saber científico da física, teremos sempre um paradoxo. Isto é, temos no mínimo duas enunciações de “arco e flecha”: a AE contextual paradoxal à direita, de um locutor-físico que *põe* [FLECHA DC PARADOXO], e a AE estrutural doxal à direita, de um locutor qualquer (não-físico) que *põe* [FLECHA DC NEG-PARADOXO]. Mas estas duas vozes não estão estanques na enunciação acima. Enunciar que “Uma flecha, ao ser lançada, jamais atinge seu alvo”, que expressa [FLECHA LANÇADA DC NEG-ATINGIR ALGUM ALVO], é observar que este enunciado “fala junto”, como diz Carel, com a voz de seu pressuposto intertextual doxal de qualquer enunciado medieval: [FLECHA LANÇADA DC ATINGIR ALGUM ALVO].

E como explicar, pela TBS, que uma flecha lançada é um paradoxo? Segundo as noções de “anterioridade argumentativa” e “ciência”, tal como discutimos, assim: conforme a definição acima – elemento posto (B) – este sentido paradoxal advém de um horizonte de retrospecção – elemento anterior, (A) – que se divide em pelo menos duas anterioridades significantes: uma em que enunciar “lançar uma flecha” não era paradoxo antes da descoberta de que um segmento reta pode ser subdividido indefinidamente (sentido doxal antes da descoberta da dicotomia *ad infinitum* do espaço), e é paradoxo depois desta descoberta (sentido paradoxal após a descoberta da dicotomia *ad infinitum* do espaço). Ademais, esta divisão de dois discursos de anterioridade argumentativa (valor sêmico antes e depois da descoberta da dicotomia *ad infinitum*) insere-se indesviavelmente em um saber: o da Física, que identifica a mensura espacial enquanto termo expressivo do discurso do arco e flecha (ora, antes deste saber específico da sempre-divisão, a flecha alcançava seu alvo). Podemos ilustrar a construção destes sentidos assim:

Quadro 28 – a interpretação de um enunciado à luz da anterioridade argumentativa

Anterioridade argumentativa (A)	enunciado do Houaiss (B)	Aspecto interpretado
(A ₁) totalidade espacial finita	O translado da “flecha”	[FLECHA LANÇADA DC ATINGIR ALGUM ALVO]
(A ₂) dicotomia espacial <i>ad infinitum</i>		[FLECHA LANÇADA DC NEG-ATINGIR ALGUM ALVO]

No que tange ao nosso objeto, o paradoxo semântico, podemos supor uma significação aditiva que abranja ambas as duas anterioridades argumentativas, e dizer que a palavra plena *flecha* pode tanto chegar e não chegar no seu alvo, a depender da anterioridade argumentativa mobilizada, e inclusive as duas opções, assim, a palavra *flecha* expressaria um quase-bloco do tipo [FLECHA LANÇADA DC (NEG) ATINGIR ALGUM ALVO] já visto aqui, onde o parênteses significaria a afirmativa e negativa do aporte. Um exemplo aplicado, por exemplo, pode ser quando um aluno de ensino médio, após conhecer estes dados de anterioridade argumentativa, enuncia: “então, uma flecha chega e não chega ao seu alvo, já que pela aula de Literatura, Robin Hood usava flechas obtendo sucesso, e pela aula de Física, hipoteticamente, um arqueiro não obtém sucesso”.

De alguma maneira, estamos dizendo que a significação de um termo pleno, pelo artifício da anterioridade argumentativa, amplia o semantismo, ou o deixa à mercê da interpretação que o direciona para certo aspecto.

Temos aqui, então, a nossa sétima e última determinação do nosso objeto, o paradoxo semântico: a interdependência entre as significâncias de sua estrutura posta (B) + as significâncias de suas anterioridades argumentativas (A). Recapitulando: a primeira é a interdependência, a segunda é o quase bloco doxal, a terceira é o quase-bloco converso entre faces doxal/paradoxal do cubo, a quarta é o *mas* concessivo, a quinta é a transformação interdependente entre enunciados opostos, a sexta é o quase-bloco lateral entre faces do mesmo cubo.

É evidente que todas as sete determinações do paradoxo semântico se tocam, interagem. E esta sétima determinação não é diferente: ela é basicamente a sexta determinação (porque expressa a interdependência entre dois pontos entre as duas faces do cubo), mas com a diferença de que é conseguida, produzida, advinda de um discurso anterior (A) ao discurso dado, em foco (B). As outras determinações são produzidas por operações e procedimentos oriundos do discurso, texto, enunciado e frase em foco (sempre o B).

É bom que se diga, para esclarecimentos técnicos, que este tipo de relação (A) extra-discurso, extra-enunciado etc e (B) discurso em foco, leva o nome de pressuposto intertextual, e já foi tratado por ocasião da desenvoltura dos pressupostos à luz da TBS.

Voltando à nossa sétima determinação (relação A anterior, B posterior), isto significa que um paradoxo semântico pode ser conseguido por vias não explícitas, por vias pressupostas, implícitas, ligadas à discursos anteriores ao enunciado, frase, texto ou discurso em foco. Este capítulo é, portanto, um aprofundamento da noção de pressuposto intertextual.

Para bem evidenciar o paradoxo semântico obtido pela anterioridade argumentativa, isto é, observado por estas vias de um valor da definição de “paradoxo” (B) afetado pelas condições enunciativo-situacionais e contextuais científicas (A), no interior de um dicionário (ou não), queremos aqui mostrar quatro outros exemplos. Basicamente, a consideração do horizonte de retrospectão de um saber qualquer (A) pode ser observada em vários outros paradoxos (B), na condição de que *não eram paradoxos, e passaram a ser, ou vice-versa*, já que “os domínios de objetos são afetados pela temporalidade” (AUROUX, 2008, p. 147), temporalidade ambígua, não-transparente e por isso interpretável a partir da anterioridade argumentativa mobilizada. Vejamos outras anterioridades argumentativas que evidenciam o processo de construção da significação das seguintes palavras plenas:

- a) A *flecha* (B) é um paradoxo para a Física (A₁ – eterna divisibilidade), como mostrou o *Dicionário Houaiss da Língua portuguesa*, mas não o é para a História (A₂ – prática antiga de caça e prática contemporânea de esporte);
- b) Um *zumbi* (B) é um paradoxo para a Biologia (A₁ – um morto-vivo: “no vodu antilhano, morto saído da Tumba”), conforme a já analisada *Enciclopédia e Dicionário ilustrado* (KOOGAN; HOUAISS, 1997, p. 1699), mas não o é para a Sociologia (A₂ – que passa a ser entendido como um elemento de transtorno ou rearranjo social, não importa se hostil ou pacífico);
- c) Uma *família de socialistas* (B) que estuda em escolas particulares é um paradoxo para a Sociologia (A₁ – defensoria de atividades públicas + adesão a atividades privadas), mas não o é para a Educação (A₂ – estudo da atividade cognitiva de aprendizagem em ambientes escolares e extra-escolares de toda ordem);
- d) O clássico paradoxo *Deus é onipotente* (B) é um paradoxo para a Semântica Estrutural (A₁ – porque a palavra plena “onipotente” atribui a alguém a qualidade de “poder fazer tudo”. Contudo, esta significação onipotente não consegue lidar com a significação de que “Deus não pode criar uma pedra que ele não pode erguer” (ora, se ele pode criar esta pedra, na sua onipotência, então ele já não é onipotente, já que não poderá erguê-la, e não podendo fazer alguma coisa, não seria, portanto, onipotente). Contudo, tal enunciado não apresenta problemas para o saber da Teologia (A₂ – que simplesmente não vai considerar interpretações nesta linha de limitações, dadas como irrisórias, advindas de um desconhecimento de seu objeto, Deus: teo+logia = estudo de Deus. Suas questões seriam outras).

Em qualquer um dos casos acima, se considerados as duas anterioridades (A) de cada expressão plena (B), ou ainda outras anterioridades possíveis, teríamos em todas estas palavras possibilidades de paradoxos semânticos, oriundos deste gesto interpretativo de mobilizar discursos anteriores ao enunciado posto em questão. Estes exemplos mostram, especificamente, a importância da anterioridade argumentativa das ideias científicas (modos de historicização significativa das ciências) para a construção semântica e estudo de qualquer objeto, aqui o paradoxo.

Semanticamente falando, se a ciência é um modo cumulativo de significar, “é necessário notar [...] a sua maneira de identificar as descobertas e de inscrevê-las no horizonte de retrospectão” (AUROUX, 2008, p. 154). Nos dois pontos (horizonte de retrospectão e inserção cumulativa na ciência), temos uma propensão para construir e desconstruir paradoxos. O que nos impõe a identificação e análise destas duas constitutividades.

Estamos concluindo que toda descrição cuidadosa que constrói o paradoxo nos dicionários deve levar em conta as anterioridades argumentativas a ela ligada, isto é, os horizontes de retrospectão (temporalidade histórica) e seus modos de historicização (modos inserção dos dados nas ciências) na relação com as definições postas.

Como vimos nas análises deste tópico, a criação/enunciação de paradoxos está determinada por distintos critérios científicos, pois a linguagem é o lugar da instabilidade de fenômenos, a semântica é o lugar da instabilidade de sentidos, e um e outro só são acessíveis e operáveis analiticamente por um levantamento das ciências que estabilizam critérios que organiza semantismos, teorias e opera objetos. À esteira de Auroux (2008), asseveramos que toda epistemologia não pode desvencilhar-se das condições e agenciamentos de seu tempo que o constitui enquanto valor argumentativo. Eis a sina de um objeto científico (e aqui, o paradoxo semântico): o que é e o que não é, conforme os dicionários, sempre está em conformidade com os agenciamentos da retrospectão histórica de sua definição, e de seus modos de inserção nas ciências, que por estes elementos, descrevem também a história da significação das palavras de uma língua, como vimos nos exemplos acima.

8.4 Tipologia da anterioridade argumentativa

Como temos visto, a tese deste capítulo é pensar a anterioridade argumentativa enquanto uma metodologia que investiga as significâncias por meio de operações diversas do tipo A (anterior, pressuposto) e B (posterior, posto). O objetivo específico deste tópico é aprofundar as possíveis diversidades deste método.

Não que se resume apenas nisso, mas nesta tese, a noção de anterioridade argumentativa, na prática, trata-se de um *método relacional*. A princípio, estudar um movimento enunciativo qualquer (não só o paradoxo) que se chame histórico, deverá mobilizar dois pontos: um B (enunciação) e um A (horizonte de retrospectão), ou anterioridade argumentativa, como temos chamado. Se se consegue teorizar e operar tal relação estruturalmente enunciativa entre A e B, temos coerência teórica em relação à TBS, e temos cientificidade na Linguística: “a cientificidade linguística consiste unicamente em tornar explícita a *relação* entre modelos de frases e leituras de enunciados” (DUCROT, 1980, p. 32, tradução nossa)²³⁵. Como vimos ao longo deste trabalho, não há análise que não seja relacional. Basicamente, a TBS trabalha atualmente com dois tipos de anterioridades argumentativas: o pressuposto semântico e o pressuposto intertextual, já explicados quando da apresentação teórica deste trabalho. O que faremos agora, é aprofundar estas duas noções, e ainda apresentar outros tipos de anterioridades já trabalhadas por Ducrot, em outros momentos.

Assim, a noção de relação, tanto voluntário-metodológica, quanto involuntário-interpretativa, compõe sempre o funcionamento da significação/sentido, bem como suas análises. Antes de propormos algumas tipologias interpretativas para este método da anterioridade argumentativa, vejamos esta relação A – B (retrospecção – enunciação) explicada por Auroux (2008, p. 139):

B é ‘histórico’ se não tem existência sem um A que o precede numa sequência irreversível. O sistema de interpretantes contém notadamente as pré-concepções da estrutura do domínio dos objetos. No caso de conhecimentos semanticamente muito afastados (períodos antigos, outras

²³⁵ Do original : « la scientificité linguistique consistant uniquement à rendre explicite la *relation* entre modèles de phrases et lectures d’énoncés » (DUCROT, 1980, p. 32)

culturas, devemos dispor de protocolos sofisticados para simplesmente compreender a significação das representações).

É possível considerar, fiéis à nossa filiação epistemológica, este raciocínio A – B de Auroux. Diremos que esta é, por exemplo, a metodologia do *Dictionnaire Historique*, ao relacionar, a todo momento, a enunciação da definição de paradoxo no formato: A – datação (mas sem explicitar contextualizações) e B – definição. Num procedimento amplo, foi inclusive o movimento analítico que operamos ao analisar o discurso da falta (anterioridade a 1480), que pela TBS, mostrou-se como A – pressuposição intertextual e B – registro da enunciação da definição. Foi o que também operamos.

Nossa discussão vai se afunilando, e como movimento final desta pesquisa, aprofundemos a noção de anterioridade argumentativa, *pondo* em primeiro plano, suas muitas possibilidades pelo prisma da TBS.

8.4.1 O conhecimento anterior enquanto anterioridade argumentativa

O primeiro tipo de anterioridade argumentativa que apresentaremos é o *conhecimento* (le connaissance), proposto por Ducrot (1989a, p. 82; 1999b, p. 106).

Ducrot (1999, p. 106) elenca dois conhecimentos ligados à língua: o conhecimento prático da língua, próprio dos “native speakers”, e o conhecimento teórico da língua, necessário para estudar esta língua. A estes dois, ele extrapola um outro, o conhecimento anterior necessário para a interpretação geral de enunciados, que assim define:

O problema que eu acabo de levantar é, temos marcado, o problema geral da interpretação, que concerne a textos ou significantes não-verbais, pinturas, por exemplo. Uma interpretação exige sempre que consideremos **conhecimentos que temos independentemente do objeto a se interpretar**, e que aplicamos a este objeto (DUCROT, 1999b, p. 106, tradução nossa)²³⁶

²³⁶ Do original: « Le problème que je viens de soulever est, on l’aura remarqué, le problème général de l’interprétation, qu’elle concerne à des textes ou des significants non verbaux, des peintures par exemple. Une interprétation exige toujours que l’on mette en oeuvre des connaissances que l’on possède indépendamment de l’objet à interpréter, et qu’on les applique à cet objet » (DUCROT, 1999, p. 106).

Ducrot dá uma série de exemplos que cremos serem pertinentes suas retomadas aqui. Em um primeiro exemplo, Ducrot lembra que um quadro da idade média possui o seguinte conteúdo: [um homem jovem que se dirige a uma mulher jovem que está lendo, e sobre os dois sobrevoa um pássaro]. Ducrot diz que sobre este quadro “[...] nós o interpretamos geralmente como uma representação da Anunciação. Isso porque nós lhe aplicamos um certo conhecimento da religião cristã” (DUCROT, 1999b, p. 106, tradução nossa)²³⁷.

No método relacional da anterioridade argumentativa, diremos que temos o (B) quadro interpretável a partir de (A) um conhecimento da religião cristã.

O acesso a este conhecimento cristão, e a outros, em duas épocas distintas (na idade média e atualmente) fazem com que Ducrot comente ainda que há, na enunciação da pintura, uma “regra na produção do quadro” que leva à validade e apreciação no passado, e à não apreciação desta pintura hoje em dia.

Um segundo exemplo irá mostrar que o gesto de interpretação possui uma complexidade em que a noção de *conhecimento* anterior pode ultrapassar um conteúdo apenas (o conhecimento cristão, por exemplo) e mobilizar um grupo de conhecimentos argumentativos, anteriores, interligados no presente do enunciado. Vamos a ele.

Seja dado o conteúdo artístico (B): [um velho em uma carpintaria]. Ducrot (1999b, p. 107) diz que a interpretação deste conteúdo relaciona-o com o conhecimento anterior (A) do [evangelho], significando este quadro como [São José]. Esta seria a interpretação mais clássica diante daquele quadro, que se pode ilustrar assim: o aspecto do conhecimento anterior (A): [EVANGELHO DC SÃO JOSÉ ERA CARPINTEIRO] relaciona-se argumentativamente com o conteúdo do quadro (B): [um velho na carpintaria] produzindo a interpretação: [VELHO NA CARPINTARIA DC SÃO JOSÉ].

Mas Ducrot vai mais longe. A este quadro (B) [um velho em uma carpintaria] Ducrot, sensível a movimentos interpretativos profundos, propõe uma gama de (A) vários conhecimentos anteriores para relacioná-los ao objeto em questão, o quadro, para que se produzam leituras profundas e interessantes sobre este objeto (o que mostra, mais uma vez, que a construção da significação-sentido carece do rigor de noções que perscrutem a interpretação).

Para tal, Ducrot (1999b, p. 107) vai propor uma amplitude de análise, agora não mais focando o enunciado [um velho na carpintaria], mas grupos de enunciados, um discurso dos

²³⁷ Do original : « [...] on l’interprète généralement comme une représentation de l’Annonciation. Cela, parce qu’on lui applique une certaine connaissance de la religion chrétienne » (DUCROT, 1999, p. 106).

muitos enunciados deste velho na carpintaria, que compõem o quadro. E também amplia o conhecimento anterior indo além dos clichês interpretativos do evangelho: a anterioridade dos conhecimentos agora se projeta dos conhecimentos (discursos) “do” evangelho para conhecimentos (discursos) “sobre” o evangelho também.

Como dissemos nos capítulos anteriores, para ler o discurso, Ducrot elabora uma estratégia ordenacional. Diremos agora que esta ordenação se dá histórico-interpretativamente mobilizando “famílias de conhecimentos”, que serão confrontadas com as ordenações de seu discurso. Assim analisa Ducrot: o linguista vai somando um índice de conhecimentos anteriores ($A_1, A_2, A_3\dots$), independentes ao discurso do quadro, para posteriormente confrontar com o quadro (B) e produzir sentido. Vejamos então a anterioridade argumentativa enquanto *família de conhecimentos*. Ducrot apresenta as seguintes famílias de conhecimentos anteriores:

- Família de conhecimentos 1 (A^1) – a obra *Muscipula Diaboli*: Ducrot vai pontuar, para analisar o discurso (B) do quadro, o conhecimento da célebre análise de Schapiro (1982, p. 182-187 *apud* DUCROT, 1999b, p. 107). O conhecimento anterior da obra de Schapiro [*Muscipula Diaboli*] ajuda a interpretar que: a *cidade* representa um lugar de impureza, domínio de Satanás; o *rato* é a imagem de Satanás; as *ratoeiras* são fabricadas e dispostas por São José; *Cristo* anunciado a Maria é uma isca sobre a qual o diabo se precipitará;
- Família de conhecimentos 2 (A^2) – as práticas de carpintaria: além do conhecimento da obra de Schapiro, acima, Ducrot ainda mobiliza alguns conhecimentos sobre o que se faz em carpintarias, como:

$A^{2'}$ [carpintarias constroem ratoeiras];

$A^{2''}$ [ratoeiras são colocadas em bordas de janelas]

$A^{2'''}$ [algumas janelas dão para ricas paisagens urbanas]

- Família de conhecimentos 3 (A^3) – o evangelho e seus santos: Ducrot ainda vai trazer para análise conhecimentos do evangelho, como:

$A^{3'}$ [ratos são símbolos do Diabo]

$A^{3''}$ [a cidade e sua riqueza são opostas à pureza evangélica]

A^{3''} [textos de Santo Agostinho comparam a redenção do mundo pela morte de Cristo a uma ratoeira em que Satanás foi preso]

A metodologia analítica de Ducrot é a seguinte: estas três famílias de conhecimentos anteriores são anterioridades que argumentam para a construção da significação/ sentido do discurso do quadro: [um velho na carpintaria], assim:

{ Os famílias de conhecimentos [A¹] [A²] [A³] relacionam-se com B: [velho na carpintaria] }

conhecimentos (discursos) anteriores discurso do quadro em questão

A respeito desta relação de anterioridade argumentativa A – B enquanto anterioridade histórico-conjectural a partir de conhecimentos anteriores, nos dá rudimentos iniciais e nos faz pensar na (re)elaboração da básica da TBS para pensar anterioridades: a pressuposição. Já que, antes mesmo de refletir objetos artísticos, como quadros, e escrever estes estudos para um público da Literatura –, Ducrot afirmou que a noção da pressuposição carrega em si uma certa anterioridade. E é este ponto que nos interessa: “a ‘situação de discurso’ à qual se dirigem as pressuposições, comporta como parte integrante certos conhecimentos que o sujeito falante presta a seu auditório” (DUCROT, 1989a, p. 86, tradução nossa)²³⁸. Isso quer dizer que a noção de conhecimento anterior está ligada de alguma forma à pressuposição (o conhecimento anterior é um modo, mais longínquo, de se trabalhar pressuposição). O que refletiremos a seguir. Aliás, todas as tipologias de anterioridade argumentativa se atravessam de algum modo.

É pertinente ainda lembrar aqui as observações de Carel (2011a, p. 265, 267) sobre o conhecimento anterior, que, nos dizeres de Carel, chama-se *conhecimento escolar*. Segundo ela, para que se explique, por exemplo, o que significa (B) uma fábula de La Fontaine, o locutor deve ter (A) um conhecimento escolar sobre Fontaine, um conhecimento que significa que ao final de cada fábula dele há uma moral específica sobre aquela história. Esta relação A – B é assim pontuada por Carel (2011a, p. 267, tradução nossa)²³⁹: “[...] é o nosso conhecimento escolar de La Fontaine (isto é, o fato de que ele associa geralmente uma só

²³⁸ Do original : « la <situation de discours> à laquelle renvoient les présuppositions, comporte comme partie intégrante certaines connaissances que le sujet parlant prête à son auditeur » (DUCROT, 1989a, p. 86).

²³⁹ Do original : « [...] c’est notre connaissance scolaire de La Fontaine (c’est-à-dire fait qu’il associe généralement une seule histoire à chaque morale) qui nous conduità préférer la lecture 2 à la lecture 1 » (CAREL, 2011a, 267).

história a cada moral) que nos conduz a preferir a leitura 2 à leitura 1” (nesta ocasião, ela comentava sobre a ambiguidade entre duas leituras possíveis). Isto significa que, neste caso das fábulas, na falta deste (A) conhecimento escolar, uma leitura (B) mais livre ocorrerá. E na presença deste passado escolar, uma leitura mais distinta, literária, direcionada, se produzirá.

Operando nosso corpus, o (B) *Dictionnaire Historique* pode ser significado a partir de (A) famílias de conhecimentos diversos como: A¹ – obras (discursos) dos autores deste dicionário, significando-o como “obra de respeito”; A² – obras (discursos) da editora deste dicionário, significando-o como “obra aceitável no mercado francês”, bem como: A³ – qualquer conhecimento mais aprofundado das datas mencionadas por este dicionário, significando-o como “resumo de informações”, dentre outros, já que os conhecimentos anteriores podem ser da ordem de argumentações do tipo de “[...] acontecimentos, instituições, autores, teorias, obras ligadas à produção dicionarística” (NUNES, 2002, p. 102) que levariam a significar o (B) *Dictionnaire Historique* especificamente, conforme cada uma destas particularidades.

8.4.2 As atitudes de *concordar* e *por* enquanto anterioridades argumentativas

Mais atualmente, na TBS, estes conhecimentos anteriores podem ser *concordados* por certos locutores. Passemos a um exemplo prático. No que tange especificamente ao nosso objeto, o paradoxo semântico, em conformidade com sua sétima determinação, a saber, o *mas* concessivo, podemos, pelo procedimento do conhecimento anterior, estabelecer que (B) a definição de *paradoxo*, do *Dictionnaire Historique*, é em si paradoxal se valer-nos de dois conhecimentos anteriores enquanto atitudes de certo locutor-intérprete:

A¹ – o conhecimento *concordado* de que falar de um objeto é, portanto, expor este objeto [DEFINIR DC EXPLICITAR O OBJETO DEFINIDO];

A² – o conhecimento *posto* de que há dicionários – como o D.H., em que se define sem explicitar seu objeto, sem dar exemplos do objeto definido. O transposto do conhecimento concordado: [DEFINIR PT NEG-EXPLICITAR O OBJETO DEFINIDO].

Aplicando os dois conhecimentos ao *mas* concessivo, teremos o enunciado-resumo: “o *Dictionnaire Historique* define o paradoxo, mas evita o paradoxo”. O que expressa o paradoxo semântico em quase-bloco: [DEFINIR (DC) EXPLICITAR O OBJETO DEFINIDO]. Já que, de alguma maneira, “tenta expor o paradoxo evitando mostrá-lo”, na medida em que dá muitas definições, mas não exemplifica nenhuma delas (aliás, seria possível metadefinir um objeto sem expô-lo? Na afirmativa desta pergunta, instaura-se já um efeito de paradoxo).

Ademais, como bem vimos ao longo das análises, muitos destes conhecimentos anteriores podem ter relação com as atitudes de *concordar*, o que nos autoriza a dizer que, de certa forma, as atitudes da TBS podem compor também o rol das tipologias da anterioridade argumentativa.

8.4.3 O pressuposto enquanto anterioridade argumentativa

Como dissemos nos capítulos iniciais, por ocasião da explanação sobre posto, pressuposto e subentendido, anteriores à elaboração radical da TBS, podemos dizer que estas noções são rudimentos para se pensar a anterioridade argumentativa, porque podem tocar horizontes de retrospectão sem muita dificuldade. Vamos aos exemplos. No próprio “Pedro parou de fumar” temos uma horizonte retrospectivo pressuposto de que “Pedro fumava antes”. O que poderia coincidir com a noção de conhecimento anterior, vista acima. A diferença se dá no nível do intra e extra linguístico: o pressuposto trabalhado aqui é o pressuposto semântico (intra-linguístico), interdependente da estrutura: [fumava-antes-e-agora-não-fuma]. E o conhecimento anterior pode ser do nível extra-linguístico, independente da estrutura: [adorava-fumar] e [agora-não-fuma], a partir de enunciados independentes um do outro.

Por exemplo, e do mesmo modo, pensar o enunciado-título “*Dictionnaire Historique*”, por um modo de leitura totalizante pré-leitura, é perscrutar anterioridades de discursos independentes e dependentes, previstos no adjetivo pleno “*historique*”.

Organizacionalmente, como vimos no capítulo que expandiu a TBS, Carel (2011c, p. 30) propôs dois tipos de pressuposto: o pressuposto semântico (ou pressuposto argumentativo) e o pressuposto intertextual (ou pressuposto polifônico).

Retomando o cerne teórico do exemplo acima, “Pedro parou de fumar”, o *pressuposto argumentativo* expõe a polifonia semântica, aquela constituída da interdependência entre

[pressuposto + posto], “fumava-e-agora-não-fuma”, enquanto que o *pressuposto polifônico* (ou pressuposto intertextual) expõe a polifonia intertextual, aquela constituída da independência entre [pressuposto] + [posto], por exemplo, “adorava-fumar” e “agora-não-fuma”. Faremos agora uma reflexão sobre estes dois tipos de pressupostos, a fim de refletir sobre os modos de argumentar de cada um deles. Para os estudos que se seguem, a relação A – B será do tipo A pressuposto e B o posto.

8.4.3.1 A pressuposição semântica enquanto anterioridade argumentativa

Muito embora a nomenclatura *pressuposição semântica* seja de Carel, o que faremos é uma revisão desta pressuposição em Ducrot, que acreditamos enquadrar no que Carel entende por este nome, a saber: basicamente, a pressuposição semântica se explica no fato de que o locutor se envolve, de alguma forma, tanto com o que é posto quanto com o que é pressuposto.

Ducrot deu à noção de pressuposição um refinamento discursivo para tratar os sentidos afetados pela situação que desvela horizontes de retrospectiva argumentativos se definindo enquanto “[...] um conjunto de representações que constitui a situação intelectual naquela em que somente o diálogo pode ter lugar” (DUCROT, 1989a, p. 82, tradução nossa)²⁴⁰. Queremos pensar aqui este conjunto de representações enquanto anteriormente determinados. Para mostrar o alcance da noção de pressuposição pensada deste modo, enquanto representações requisitadas pela situação discursiva, valeu-se do enunciado de Russell:

(B) *O rei da França é calvo.*

Vamos entender que, para Ducrot, o conjunto de representações (os pressupostos semânticos) mobilizará as seguintes anterioridades (A):

(A¹) O discurso da *crença* de que a França é uma monarquia;

(A²) O discurso do *conhecimento* da existência de um rei pelos participantes do diálogo;

(A³) O discurso da *admissão* da calvície do rei.

²⁴⁰ Do original : « [...] un ensemble de représentations qui constitue la situation intellectuelle dans laquelle seulement le dialogue peut avoir lieu » (DUCROT, 1989a, p. 82).

Deste modo, A¹, A² e A³ compõem horizontes de retrospectação anteriores ao enunciado (B) *O rei da França é calvo* que permite fugir da simples asseveração de sua falsidade, como a postulação de que não existe rei na França, permitindo outros movimentos significantes, como a interdependência [A (1, 2 e 3) + B]. Neste tipo pressuposto semântico, anterioridade e presente fudem-se assimilados pelo locutor: [O REI DA FRANÇA É CALVO DC HÁ UMA MONARQUIA, HÁ UM REI E HÁ SUA CALVÍCIE]. As representações-pressupostas recaem sobre a anterioridade do enunciado: “nós reservaremos a palavra pressuposição para designar as representações requeridas junto ao auditório, para que o enunciado se integre a uma comunicação normal” (DUCROT, 1989a, p. 82, tradução nossa)²⁴¹.

No que tange ao nosso objeto, à sombra desta exposição acima, podemos observar um o enunciado paradoxal da *Enciclopédia e Dicionário ilustrado* (HOUAISS, KOOGAN, 1997, p. 1204) abaixo:

(B) *Falo melhor quando emudeço.*

Que por vias da TBS, mobiliza o seguinte conjunto (A) de representações discursivas (pressuposto argumentativo):

(A¹) O discurso da *crença* de que o locutor pode falar;

(A²) O discurso do *conhecimento* do costume de silêncio do locutor (e o conhecimento do silêncio para opinar);

(A³) O discurso da *admissão* da possibilidade de significar pelo silêncio pelos participantes do diálogo

O pressuposto semântico [A – B] acima pode ser expresso, por exemplo, pelo quase bloco doxal converso de AE contextual à direita, de *falar*: [FALAR (DC) ARGUMENTAR POR VIAS VOCAIS], ou ainda pelo *mas* concessivo de Carel (2011a), que estabelece negação parcial de *falar* pelo termo expressivo *emudecer*: “Eu falo, mas sem falar”.

A despeito deste pressuposto semântico, Ducrot (1989a, p. 85) vai dizer que, dependendo das “condições de aparição das pressuposições”, isto é, acessando as situações do nível complexo do discurso, poder-se-ia ainda atingir particularidades de tais horizontes

²⁴¹ Do original : « nous réserverons le mot de présuppositions pour désigner les représentations requises chez l’auditeur pour que l’énoncé s’intègre à une communication normale » (DUCROT, 1989a, p. 82).

passados. No seu exemplo, aqui já analisado: *Paulo veio com seu carro velho*, há um sentido relativo onde, jogando com a situação e a ambiguidade, poder-se-ia “pressupor um fato” ligado à complexidade do discurso, algo como “Paulo possui muitos carros” (DUCROT, 1989a, p. 85), conteúdo que extrapola a frase, só acessível pela situação discursiva, que revela as condições de aparição da pressuposição. Assim, as condições de aparição da pressuposição tocam outros discursos na dispersão do passado histórico do enunciado presente, e ainda assim é interdependente com o posto.

Do mesmo modo, nosso exemplo enciclopédico (B) *falo melhor quando emudeço* conclama (A) condições de aparição da pressuposição que, no âmbito enunciativo, poderiam, por exemplo, fazer ver muitos outros discursos sobre a linguagem, uma relação entre línguas pressupostas, como:

(A¹) Os discursos vocais da biologia (para falar usa-se a boca);

(A²) Os discursos comunicacionais dos mudos (comunica-se pela linguagem escrita);

(A³) Os discursos alfabetizadores da educação especial (se alguém é mudo e analfabeto, poderá falar pela linguagem de libras);

(A⁴) Outros discursos de educação especial (se alguém é cego e mudo, poderá se comunicar pela linguagem de braile), dentre outros.

Vimos que a noção de pressuposição dá pistas de anterioridades ao enunciado em questão (ligadas ao discurso que ele integra), interferindo na construção da significância, quando mobilizadas. Como explica Ducrot (1989a, p. 85, tradução nossa): “devemos determinar as condições de aparição da pressuposição de modo a religá-la, por sua vez, à estrutura sintática e à ‘constituição sêmica’, e sem dúvida também ao tipo de diálogo ao qual os enunciados estudados intervêm”.

O movimento de reportar um posto a um anterior pressuposto no mesmo nível (discurso, por exemplo) leva Ducrot a afirmar: “Nós distinguimos dois componentes da lógica da linguagem: certos reportes entre enunciados, que não são relações de co-ocorrência, e reportes entre enunciados e situações” (DUCROT, 1989a, p. 86, tradução nossa)²⁴². Portanto, conclui-se que um posto que se reporta a um pressuposto situacional que diz respeito ao seu

²⁴² Do original : « Nous avons distingués deux composants de la logique du langage : certains rapports entre énoncés, qui ne son pas des relations de co-occurrence, et des rapports entre énoncés et situations » (DUCROT, 1989a, p. 86).

passado, também é um modo de construir significações/sentidos via horizontes de retrospectiva que argumentam.

8.4.3.2 A *pressuposição intertextual enquanto anterioridade argumentativa*

Passaremos agora a pensar a anterioridade argumentativa pelo movimento técnico da pressuposição intertextual, que lhe dará uma sagacidade toda particular de acessar enunciados/discursos independentes do posto (lembrando que na pressuposição semântica acima, só existe relação de interdependência entre pressuposto e posto).

Enquanto o *pressuposto semântico* foi trabalho principalmente na TBS no seu primeiro momento da ANL, o *pressuposto intertextual* será desenvolvido pelos trabalhos atuais da TBS. Começamos com o exemplo tomado de Rolland, apresentado por Carel (2011c, p. 28):

(B) *Eu crio, portanto eu existo. O primeiro ato da vida é um ato criador*

Qualquer linguista perceberá aí, aos seus modos, uma relação entre este (B) e um (A) de *alusão* ao *cogito* de Descartes (*Cogito ergo Sum* – Penso logo existo). A alusão ilustra bem o que é o pressuposto intertextual, ou polifônico: um discurso-pressuposto independente, fora do discurso-posto estudado. Uma mobilização extra-enunciado. Uma história aludida (mas não assimilada) que afeta o sentido do discurso. Temos aí dois conteúdos distintos, independentes, colocados em relação pelo locutor: [cogito ergo sum] e [eu crio, portanto eu existo]: “o locutor de *eu crio, portanto existo* não pode negar a alusão ao Cogito de Descartes. Notar-se-á, entretanto, que ele não toma posição em relação ao Cogito” (CAREL, 2011c, p. 28). E, claro, pelo primeiro plano de horizonte de retrospectiva aqui estabelecido, nosso foco vai para a anterioridade de B, por vias independentes de A.

Enquanto alusão, o pressuposto intertextual é independente do conteúdo posto (e não interdependente, como o pressuposto argumentativo), e o locutor do pressuposto intertextual não toma nenhuma posição em relação a ele (ao contrário do pressuposto semântico, cujo locutor toma posição em relação a ele: afirma, rejeita, substitui, transforma etc):

Ele [o locutor] se contenta com fazer ressoar a fórmula de Descartes em sua própria fala, como para colocar seu discurso ao lado do de Descartes, como para acrescentar seu próprio discurso a uma espécie de Discurso total, constituído por todas as palavras (filosóficas) já ditas (CAREL, 2011c, p. 28)

Podemos dizer então, que as análises operadas pelo pressuposto intertextual mantêm o foco na dispersão de um passado de enunciados independentes do posto. O trecho “todas as palavras filosóficas já ditas” marca bem este passado de anterioridade “já dita” enquanto discursos-pressupostos retrospectivos que sobressaem polifonicamente no discurso-posto, que Carel chama de “conjunto passado”:

Quando a polifonia é semântica [caso da pressuposição argumentativa], a alusão a vários conteúdos é prefigurada na significação da frase enunciada e o locutor toma posição em relação a esses conteúdos; quando a polifonia é intertextual [caso da pressuposição polifônica], a alusão a vários conteúdos decorre do fato de que o conjunto de palavras **faz alusão a um conjunto passado**, e o locutor toma somente posição em relação ao conteúdo composicional do conjunto novo (CAREL, 2011c, p. 28, grifo nosso).

A TBS, pela noção de pressuposição intertextual, tem grande interesse no passado enunciativo. Um interesse histórico argumentativo. Poderia inclusive ser chamada, devido à sua constitutividade, de pressuposição histórica, conforme outro trecho em que deixa muito claro a relação história/pressuposição intertextual:

As duas formas de polifonia [a semântica, do pressuposto argumentativo; e a intertextual, do pressuposto polifônico] se distinguiram, entretanto, pela origem dos conteúdos estudados, uma origem linguística no caso da polifonia semântica, **uma origem histórica no caso da polifonia intertextual** (CAREL, 2011c, p. 31, grifo nosso).

Apesar do enunciado/discurso trazer à tona um conteúdo independente do posto, e não tomar postura diante dele, senão ladeá-los, esta ladeação de conteúdos independentes é lida na simultaneidade, polifonicamente. Precisemos: são discerníveis tecnicamente dois conteúdos

independentes, mas acabam por produzir enunciativamente um sentido uníssono de polifonia, como “um coral de vozes”:

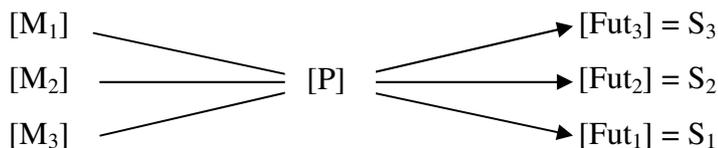
O enunciado *eu crio, portanto, eu existo* dá ao mesmo tempo a palavra a Descartes, responsável pelo conteúdo [eu penso, portanto eu existo], e a seu locutor, responsável pelo conteúdo [eu crio, portanto eu existo]. Fontes de conteúdos distintos, essas duas vozes se acrescentam, se superpõem, compartilham o enunciado *eu crio, portanto eu existo*: há uma multiplicidade de instâncias enunciantes, porque há multiplicidade de conteúdos evocados (CAREL, 2011c, p. 31).

A TBS, pela noção de pressuposto intertextual, ganha o requinte de uma teoria enunciativa retrospectiva, de certa forma, cujo teor histórico é argumentativo, já que

a polifonia intertextual estuda **a presença dos discursos passados nos discursos atuais**, a presença de conteúdos que, estranhos à responsabilidade do locutor, permanecem só sob a responsabilidade dos autores dos discursos passados (CAREL, 2011c, p. 35, grifo nosso).

Trata-se de uma sofisticação atual da TBS, a saber, uma movimentação teórica que confronte um (A) antes independente com um (B) agora presente, e a isso dê o nome de razoabilidade metodológico-histórica de pressuposição intertextual.

Para falar do caso do *Dictionnaire Historique*, vamos aqui retomar um momento analítico do capítulo da SHE que aborda enunciados independentes nomeados de memoráveis. Assim o apresentamos anteriormente:



Por ocasião daquela análise, concluímos que para cada mobilização de memorável (M) diferente, temos um sentido (S) diferente, por sobre o presente (P) do acontecimento. Porque o memorável muda o eixo da conclusão-sentido. E de onde vêm os memoráveis? No caso da

SHE, de recortes (gestos dos analistas) que cruzem enunciados passados independentes com os enunciados em questão.

No que tange à nossa discussão presente, vamos dizer, bem ressalvando que não se trata de equivalência teórica, mas que, na relação SHE e TBS, respeitando suas autonomias epistemológicas, constitutividades teóricas e movimentos metodológicos, a pressuposição intertextual pode realizar esta mesma movimentação de mobilizar um dado independente do posto, ao seu modo, já que é uma noção intrinsecamente retrospectivo-argumentativa (cujo interesse é o passado do posto), como vimos.

Assim, dada a definição de *paradoxo* do *Dictionnaire Historique*, o locutor-leitor do dicionário pode mobilizar, a partir de pistas estruturais, quais sejam (uma palavra encontrada, a editora, a capa, o autor, o ano da publicação, o lugar de veiculação etc), pressupostos intertextuais, retrospectivos, de qualquer alcance de discursos independentes desta definição, tais como as já vistas pela ocasião do memorável: A¹: um discurso pressuposto intertextualmente de um professor de história (mobilizadas por pistas das muitas datações); A²: um discurso pressuposto intertextualmente de um falante de hebraísmo (mobilizado pela definição do paradoxo enquanto um hebraísmo); A³: e até mesmo um discurso pressuposto intertextualmente de um físico, que mesmo não marcado estruturalmente, podemos prever esta relação “D.H./físico” pela marca estrutural da língua francesa: [DICIONÁRIO ESCRITO EM FRANCÊS DC PREVISÃO DE QUALQUER LEITOR FRANCÊS]. Não só teríamos discursos anteriores independentes da física (francesa) como poderíamos, nesta postura, mobilizar discursos pressupostos de qualquer amostragem social de falantes do francês.

Mas uma questão que se põe quanto ao alcance da pressuposição intertextual é: a definição do *Dictionnaire Historique* poderia mobilizar discursos anteriores como de discursos de físicos não-franceses? Ou qualquer um que não lesse francês? Diríamos que sim, se há alguma pista que permita esta mobilização. Na TBS, esta pista sempre vem estruturalmente (mesmo que significada enunciativamente). Por exemplo, um discurso pressuposto intertextualmente de um locutor brasileiro qualquer, significado pela “falta” de sua estrutura marcada mencionada, mas significada pela concordância de que [DICIONÁRIO DC TODOS PODEM PESQUISAR], possibilita e evoca enunciados como: “Se se sabe pesquisar ou manusear um dicionário, portanto, pode-se manuseá-lo, independente da postura, língua, interesse ou critério de qualidade”. Isto é um discurso retrospectivo na medida em que se pode considerar que estudar um dicionário já é contar com um passado de “saber manusear um dicionário” (se o não soubesse, não encontraria sequer a letra “p”, de paradoxo).

8.4.4 A implicatura enquanto anterioridade argumentativa

Uma outra investida nesta proposta de eixo relacional entre horizonte de retrospectiva/presente da enunciação, constitutividade da anterioridade argumentativa, é a possibilidade de vislumbrar a noção técnica de *implicatura* enquanto tipologia retrospectiva que afeta o presente da enunciação, explanada nos primeiros capítulos, quando do primeiro momento teórico da ANL. Vejamos brevemente este movimento. Seja dada a definição do *Dictionnaire Historique*:

(B) '*coisa contrária à opinião*', cujo plural paradoxal fornece a Cícero o título de um tratado sobre as proposições surpreendentes que chocam a opinião comum, e que são emitidas na doutrina estóica.

Ao direcionar a noção de implicatura para o horizonte passado da enunciação, apenas este enunciado (B) por si só já faz enxergar produções de sentidos que recortam famílias inteiras de implicaturas retrospectivas (A). Lembramos, vide primeiros capítulos, que o Referencialismo chamará implicatura, uma verdade segunda decorrente de uma verdade primeira. Nós, por afastarmos-nos de noções vericondicionais, limitar-nos-emos a tratar a implicatura enquanto uma coerência segunda decorrente de uma coerência primeira, que podem se corresponder argumentativamente. Vejamos.

Sem dificuldade, pode-se concluir que a estrutura enunciada (B) pressupõe argumentativamente a anterioridade implicada: (A¹): *Cícero escreveu um tratado*. Colocaremos o acento analítico justamente por sobre este pressuposto semântico, para poder explicitar uma família de implicaturas abaixo.

Ter escrito um tratado (B) desta maneira *implica* uma série de outros discursos (A) inalienáveis anteriores, como:

(A¹) Os discursos sobre a alfabetização de Cícero: se escreveu um tratado, sabe escrever, estudou, formou-se etc;

(A²) Os discursos sobre assuntos doxais, já que Cícero escreveu um tratado paradoxal;

(A³) Os discursos da doutrina estóica: autores, teorias etc, dentre outros.

Poderíamos ainda explorar polifonicamente estas implicaturas explicitando as minúcias não-transparentes da história de (B), como: se Cícero sabia escrever (escreveu o tratado), implica que Cícero sabia ler: logo temos o discurso passado do “(A⁴): aprendizado de leitura de Cícero”; se Cícero estudou, leu livros, ouviu sábios etc: logo temos o discurso passado dos “(A⁵) livros e obras que Cíceo leu” etc.

8.4.5 A significação enquanto anterioridade argumentativa

Por fim, poderíamos ter explorado melhor e mais amplamente este eixo relacional horizonte de retrospeção/presente da enunciação, proposto, revisitando pormenorizadamente ambos os acervos do primeiro momento da ANL, quanto do segundo da TBS, o que nos levaria a enxergar vários outros mecanismos operacionais que explicitariam este alvo passado/presente para o tratamento do sentido por vias de anterioridade argumentativa.

Como última investida deste eixo tipológico do passado argumentativo, propomos ainda pensar a noção de *significação*, cara à TBS, também por vias de um horizonte retrospectivo argumentativo – o que faríamos sem alterar a disposição teórica da TBS, evidentemente. Para tal, consideremos dois curtos exemplos, do seguinte modo: o que nos vem à tona, quando da apreciação frástica (isenta de contexto, isenta da enunciação) das expressões isoladas: *11 de setembro americano* e *25 de dezembro*? A resposta a esta pergunta nos faz pensar na espessura da significação destes termos.

A resposta é evidente mundialmente, e sem problema nenhum, é possível averiguar que, em si, tais expressões já expressam valores retrospectivos intrínsecos a horizontes de retrospeção específicos, como a anterioridade “o ataque às torres gêmeas” no primeiro, e a anterioridade “natal” no segundo. Trata-se de pressupostos semânticos já cristalizados em significação, no modo de AE estrutural à esquerda: [ATAQUE ÀS TORRES GÊMEAS DC 11 DE SETEMBRO] e [NATAL DC 25 DE DEZEMBRO]. Obviamente que, estas duas AEs podem ser pensadas como contextuais, concordamos. Mas trata-se de um contextual já demasiadamente marcado, já tornado significação, de alguma forma. Ora, não há como escapar da hipótese de que estes léxicos, registrados à exaustão com estes significados, perpetuam a semântica destas AEs de “ataque” em um, e “natal” no outro, na

contemporaneidade (seria possível um texto que fale de *25 de dezembro* sem esbarrar na significação do natal?).

Cabe bem aqui, no estudo das anterioridades semânticas de *11 de setembro* e *25 de dezembro*, por exemplo, o estudo dos fenômenos de “restrição de sentido” propostos por Brèal (2008, p. 81), onde a generalização plena de (B) “data qualquer” restringe-se e cristaliza a anterioridade de (A) um “fato específico”, que afetará argumentativamente sua significação estrutural. E ainda soma-se a esta determinação restritiva da língua, duas tendências: uma pejorativa e outra melhorativa (BRÈAL, 2008, p. 77-78). Assim, *11 de setembro* acaba por expressar uma significação pejorativa de *atentato terrorista*; e *25 de dezembro* acaba por expressar uma significação melhorativa de *nascimento de Jesus Cristo*.

É preciso pensar, pela TBS, que estes sentidos, contextualizados por anterioridades passadas, vão firmando-se na estrutura, vão adentrando a semântica do étimo, vão ganhando espaço na Lexicografia e na Filologia, e constituindo-se, via longo prazo, uma significação estrutural das palavras, por vias de anterioridades. Enfim, a pertinência da significação enquanto no interior da discussão da anterioridade argumentativa cabe na pergunta: qual palavra não teve sua significação estrutural formada mediante retrospecções diversas, não importa o processo de cristalização dessas retrospecções?

Findando nossa exploração tipológica, deixamos por fazer todo um trabalho pormenorizado sobre investigações da anterioridade argumentativa na TBS. Não efetivaremos mais análises retrospectivas aqui por motivos óbvios que nos priva o espaço e o objetivo de nossa pesquisa, e por já crermos termos alcançado nosso objetivo situacional até aqui.

Nossa hipótese foi, ao aventar e explanar a anterioridade argumentativa, sustentar que a TBS prevê possibilidade analítica capaz de mobilizar tanto dados na língua, interdependentes, ou dados extra-língua, independentes (se quisermos entender este movimento de visitar outros textos intertextualmente como um estudo extra-língua): “Consideramos tanto mais significativo que se conclua a necessidade de ter em consideração fatores habitualmente ditos ‘extra-linguísticos’” (DUCROT, 1980, p. 93, tradução nossa)²⁴³.

Esperamos ter mostrado, neste último capítulo, a perspicácia da TBS mediante estudos semânticos que reclamam dinâmicas linguísticas entre textos, entre discursos, e entre passados significantes, mediante a noção de anterioridade argumentativa. Esperamos ter mostrado que a TBS apresenta performance plausível diante de exigências mais dinâmicas e sofisticadas que os estudos sobre Semântica e Enunciação possam requerer.

²⁴³ Do original : « On trouvera d’autant plus significatif qu’il conclue à la nécessité de prendre en considération des facteurs habituellement dits < extra-linguistics > » ((DUCROT, 1980, p. 93).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo terminado o desenvolvimento de nossa proposta, passemos agora a retomá-lo, por meio de algumas totalizações pós-leitura, de modo a explicitar significações e sentidos que expressem algumas de suas pertinências para as ciências da linguagem.

Organizacionalmente, no início do trabalho, propusemo-nos aqui a debruçarmo-nos sobre o *objetivo* principal de investigar o paradoxo, nosso *objeto de estudo principal*, na sua relação com a TBS, nosso *objeto de estudo secundário*, buscando sucesso na efetivação da *primeira hipótese* de um paradoxo semântico, conseguido por vias de uma *tripla metodologia* de: relação, argumentação e interdependência, amparada por outros sete eixos metodológicos específicos, que nos fazia pensá-la na relação com o primeiro momento teórico da TBS, o segundo momento teórico da TBS, o discurso, os dicionários, a Semântica Histórica da Enunciação, a relação entre línguas, e a anterioridade argumentativa. Alicerçados sobre obras de Carel e Ducrot, principalmente, dentre outros, sugerimos a *segunda hipótese* do cubo argumentativo, enquanto ampliação teórica do tradicional quadrado argumentativo, conforme as novas necessidades teóricas levantadas por Carel.

Contextualmente, arrazoamos os estudos do paradoxo quase que inexistentes, já que, tradicionalmente, os domínios que se ocuparam dele foram a Retórica e a Lógica (o que mostra a lacuna dos seus estudos pela Linguística). Vimos que da Retórica nos afastamos por pensar o paradoxo enquanto meio para fins pragmáticos, da Lógica nos afastamos por pensar o paradoxo restrito a condições de verdade e falsidade. Ainda da Filosofia nos afastamos quando ela se serve do paradoxo tradicionalmente apenas para mostrar erros de uma teoria. Muito pelo contrário, em todas as páginas deste trabalho, defendemos a hipótese da concepção/observação do paradoxo não enquanto um “problema”, e nem “problema que precisa ser resolvido”. Mas filiando-o a uma discussão linguística, tratamos o paradoxo semanticamente, enquanto um “fenômeno significativo contraditório interdependente”. Conforme a tese fulcral do trabalho, trabalhamos o paradoxo pela compreensão do *paradoxo semântico*, que cremos consistir em nossa contribuição maior: a consideração da estranheza do valor interdependente entre significâncias opostas. Seja no estatuto da significação, seja no do sentido. O paradoxo não se resolve, se observa na totalidade semântica de sua estranheza. Tese que cremos ter sido desenvolvida com farto rol de exemplos. Vimos que o paradoxo semântico é a *noção capaz de expressar um meio privilegiado de enunciar a*

indissociabilidade de significâncias opostas, haja palavras estruturais para estas enunciações ou não. É um modo estrutural e/ou enunciativo da “falta”: na falta de um lexema que conjugue a estranheza de dois opostos, constrói-se o paradoxo. Já que faltam expressões na língua, já que a língua é regida por elaborações mais evidentes, precisamos de concatenações paradoxais que melhor representem os níveis de significação/sentido mais aparentes, menos óbvios.

Sucintamente, enquanto *resultados de operações dos dados*, no total, enumeramos, ao longo da Tese, sete resultados bases, que são sete determinâncias que constataam o sucesso da efetivação de nossa hipótese, conforme nossa “abordagem teórica/percurso analítico”. São elas:

- I. Primeira determinância: é dada pela observação básica de *interdependência* entre significâncias opostas na mesma estrutura. Por exemplo, “morto-vivo”;
- II. Segunda determinância: é dada pelo *quase-bloco converso obtido na face doxal frontal do cubo argumentativo*, que faz a significância hesitar somando dois aspectos: [MORTO DC NEG-VIVO + MORTO PT VIVO], representável por [MORTO (VIVO)];
- III. Terceira determinância: é dada pelo *quase-bloco converso entre as faces doxal e paradoxal do mesmo cubo argumentativo*, observável, por exemplo, em “Está vivo mesmo estando morto”, o que faz hesitar as significâncias: [MORTO PT VIVO + MORTO DC VIVO], representável por [MORTO (DC) VIVO];
- IV. Quarta determinância: é dada pelo *mas concessivo* (ou *quase*), por exemplo, “Ele está morto, mas está vivo”, ou “Ele está quase vivo” ou “quase morto”. Esta determinância chama a atenção para o fato de que um funcionamento do tipo *A mas B* desestabiliza a estabilidade semântica das palavras plenas (que possuem uma AI estrutural ou contextual qualquer), produzindo palavras quase plenas. Propomos a visibilidade dessa desestabilidade das palavras plenas pelo articulador *quase*;
- V. Quinta determinância: é dada pela *transformação* significativa entre dois enunciados que aparentemente não se mesclam. Transformação é um modo de leitura discursiva proposto por Ducrot. Uma leitura interdependente entre partes incompatíveis, que não elege enunciado prioritário. Assim, temos, por exemplo: “Ele está morto. Ele está vivo. Afinal, quem nos explicará isto?”
- VI. Sexta determinância: é dada pelo *quase-bloco lateral entre faces do mesmo cubo argumentativo*, por exemplo, a soma entre o ponto doxal inferior ou superior,

esquerdo + o ponto paradoxal inferior ou superior, esquerdo. Ou esta mesma mobilização, do lado direito. Por exemplo: [MORTO DC NEG-VIVO + MORTO DC VIVO], representável por [MORTO DC (NEG) VIVO];

- VII. Sétima determinância: é dada pela *anterioridade argumentativa*. Sua ideia é mobilizar significações/sentidos interdependentes entre as significâncias de sua estrutura posta (B) + as significâncias argumentativas de suas anterioridades antepostas (A). Temos uma metodologia (A – B) para a leitura argumentativa. Assim, um *zumbi* (B) é um paradoxo para a Biologia (A₁ – um morto-vivo: “no vodu antilhano, morto saído da Tumba”), conforme a já analisada *Enciclopédia e Dicionário ilustrado* (KOOGAN; HOUAISS, 1997, p. 1699), mas não o é para a Sociologia (A₂ – que passa a ser entendido como um elemento de transtorno ou rearranjo social, não importa se hostil ou pacífico). Pela anterioridade argumentativa, é o A anteposto o elemento chave para mobilizar a significação/sentido do elemento B, posto.

Teoricamente, no que tange à construção vocabular de um saber, para cumprir nossos objetivos e hipóteses, levantamos a hipótese de algumas novas noções teóricas para melhor observá-lo, como: (1) *totalização pré-leitura* (possibilidade interpretativa do locutor *por* conteúdos que resumam grupos de frases/enunciados, antes da leitura deste), (2) *totalização pós-leitura* (possibilidade interpretativa do locutor *por* conteúdos que resumam grupos de frases/enunciados, depois da leitura deste), (3) *trajeto enunciativo* (noção que explica a leitura na TBS, por meio de duas atitudes *postas*: ordenar materialmente os elementos das frases/enunciados – (4) a *ordem material* –, e ordenar a sequência da leitura destes elementos – (5) a *ordem de leitura*); e (6) *avizinhamento enunciativo* (a possibilidade de vislumbrar uma constelação infinda de frases/enunciados na sua dispersão linguística antes da sua organização textual ou discursivisa, a partir de importâncias estabelecidas que lhe dêem existência como tal), (7) *anterioridade argumentativa* (a possibilidade linguística interpretativa de expressar (in)diretamente valores baseados em elementos passados, anteriores à estrutura em foco). Além dos já citados anteriormente (8) *cuvo argumentativo* (prolongamento do quadrado argumentativo), e (9) *paradoxo semântico*, possibilidade interdependente de aspectos constituídos de suporte e aporte contrários, como por exemplo, o *zumbi* de Koogan e Houaiss (1997, p. 1699), representado neste trabalho pela noção de quase-bloco estrutural: [MORTO (VIVO)]. Esta última noção consistiu em nossa hipótese central, que cremos desenvolvida. Outra noção que utilizamos aqui foi o termo (10) *significância* para nos referir às duas

dimensões constitutivas da linguagem: a “língua, frase, texto e significação”, de um lado, e a “fala, enunciado, discurso e sentido”, do outro.

Uma última noção sugerida aqui foi a de (11) *Estruturalismo Enunciativo* para melhor localizar a TBS na dispersão epistemológica das ciências da linguagem, sob a justificativa de que, nos últimos dez anos pelo menos, de lá para cá muito se fez em estruturalismo, de modo que o próprio nome “estruturalismo” não seria suficiente para esta teoria, devido a muitos valores semântico-epistemológicos que carrega, de um passado produtivo, somado a muitas novas propostas teóricas e desenvolvimentos analíticos, de um presente inquieto e em construção. Esta nova noção, Estruturalismo Enunciativo, é capaz de melhor localizar a TBS no interior da dispersão epistemológica das teorias com que dialoga, dentre elas, Estruturalismo, Filosofia, Pragmática, Linguística, Matemática, Lógica, Literatura, Teologia e Arte, dentre outras. Sobre esta última noção, cremos ser melhor adequada por marcar melhor um afastamento da ideia inicial estruturalista dos anos sessenta que já não existe mais, que já foi todo reescriturado por Carel e Ducrot.

Lexicograficamente, à guisa dos mais ou menos 50 dicionários trabalhados, em mais ou menos 10 saberes (principalmente Linguística, Literatura, Arte, Filosofia, Lógica, Retórica, História, Física etc), em 13 línguas, donde muitas não mencionam o paradoxo, e a minoria menciona, entendemos que este trabalho contribui diretamente para a observação do paradoxo nestes vários espaços mundiais, cada um na sua especificidade, distribuídos em um quadro de política de línguas que os registram, que pode contribuir para definições positivamente mais alternativas, menos preconceituosas, mais curiosas, menos tradicionais, mais laterais, mais heterogêneas, e explicitamente mais polifônicas.

Além destas disposições acima, queremos pontuar algumas outras possíveis conclusões interessantes que, se mencionadas, produzem efeitos interessantes de instigação de continuidades, polêmicas e aprofundamentos, dentre outros gestos futuros.

No que tange ao “modo de apropriação dos autores da TBS”, vamos dizer que nossa exposição descritivo-analítica efetivada são uma leitura de Ducrot e uma leitura de Carel: nem a melhor, nem a verdadeira, nem a única. Mas uma leitura. Uma leitura atenta para aspectos teóricos, com o objetivo de construir nosso objeto a partir da revisão histórico-teórica, para vingar nossas duas hipóteses base de um paradoxo semântico e do cubo argumentativo.

No que tange à organização das análises, os capítulos analíticos foram desenvolvidos na segunda parte do trabalho, divididos em análises de discursos sobre o paradoxo em dicionários, análise discursiva, análise semântico-histórica (SHE) e análise de anterioridades.

No primeiro deles, intitulado “análise do discurso sobre o paradoxo em dicionários”, colocamos atenção sobre um grupo de dicionários, nos quais pudemos flagrar “o que se diz ser” um paradoxo e “como se diz” um paradoxo, para ponderar “o que significa” um paradoxo, nas suas definições. Estes dicionários foram divididos em corpus principal: *Dictionnaire Historique de langue française*, e corpus secundário: *Enciclopédia e Dicionário ilustrado*, *Kokugo Ziten* e *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, dentre vários outros citados ao longo da tese. Para melhor profundidade investigativa, mobilizamos elementos da instância enunciativa, como editora, formato, datas, locutores e interlocutores, época de lançamento, marca do dicionário, dentre outros fatores, que melhor determinassem o significado de algumas palavras concernentes à pesquisa. Como (um dos) resultados significativos, pudemos apresentar vários significados expressos não só por *paradoxo*, mas por várias palavras a ele avizinhas, como: *dicionário*, *definir*, *definição*, *datação*, *marca temporal* etc. Pudemos ver que, muito além do tradicional “contrário à opinião comum”, “o paradoxo no dicionário” expressa significados estruturais que abarca todas estas palavras e outras, porque mobiliza significados ligados à sociedade que enuncia o dicionário (e o paradoxo ali dentro).

No segundo deles, intitulado “análise discursiva do paradoxo”, preservamos a mesma linha de objetivos e corpus, mas agora sob o foco da noção de discurso. Vimos que, para Ducrot, o discurso tem várias determinações, sendo as principais:

- I. O discurso é a realização de um texto (texto é do âmbito da frase, discurso é do âmbito do enunciado);
- II. O discurso extrapola o enunciado, reclama outros enunciados, é uma noção de “sempre-integrar”, com difícil delimitação;
- III. O discurso apresenta difícil delimitação final, mas faz ver a delimitação inicial bem marcada, isto é: apresenta no mínimo dois enunciados distintos, onde o locutor investirá ali duas vezes, uma para cada enunciado;
- IV. O discurso apresenta a ideia de transformação, ou seja, dois enunciados são interpretáveis pela sua significância em conjunto, transformados, de modo que não haja hierarquia de importância entre eles;
- V. O discurso é uma noção complexa, de riqueza semântica e pluralidade de elementos significantes, cuja operação é de difícil análise;

- VI. O discurso sugere a ideia de totalização, isto é, toda constelação de sentidos infindos marcados nas estruturas que compõem um texto, são passíveis a uma investida única do interlocutor, que pode apresentar um único sentido para certo texto;
- VII. Se o texto é impossível em certos casos, como no do paradoxo, por ter duas frases opostas, o discurso possibilita o sentido do paradoxo em dois enunciados opostos;
- VIII. O discurso é acessível por “leituras”, acessível senão por procedimentos de divisão de partes, como começo/fim, fim/comoço, todo/título, título/todo etc. Esta última determinação ducrotiana foi acentuada por Carel, ao afirmar que o discurso prevê a valorização da ideia de “partes”, que não existe senão na sua vaguidade inexistente. E é a vaguidade inexistente das partes do discurso, nunca engessadas, sempre filiáveis e redivisíveis, que nos permite acrescentar a estas determinações ducrotianas uma outra proposta careleana:
- IX. O discurso é apreensível metodologicamente, através das “atitudes” de seu locutor-leitor, que se resume no fato de que, para estudar um discurso, deve-se observar ali o que foi *posto em primeiro plano*, e o que foi *posto em segundo plano*. Trata-se de uma metodologia analítico-discursiva que traz excelência exploratória para a metodologia interpretativa da TBS, uma vez que este jogo primeiro plano/segundo plano pode inverter-se a qualquer momento e produzir novos sentidos/significados para o discurso (ou suas partes) em foco.

Todos estes pontos apontados no decorrer do capítulo por Ducrot, e o último por Carel, foram por nós aprofundados – por ocasião da sugestão de nossas novas noções teóricas – a fim de melhor investigar as definições de “paradoxo no dicionário”, explorando partes possíveis do dicionário enquanto um discurso, manipuláveis por estes caminhos. Uma das (muitas) conclusões neste caminho, é que um trabalho, inicial como este, é pequeno para aprofundar questões da complexidade do discurso, mas já suficiente para mostrar que o discurso é uma das vias para leituras complexas, como as de um paradoxo. Além de que o discurso é uma das noções que fazem destoar a TBS de um estruturalismo “engessado” só na estrutura. Estamos dizendo que o projeto ducrotiano – autor desta noção de discurso – sempre foi estudar a significação da língua através da valorização da riqueza destes pontos discursivos acima: “Nós explicamos a língua pelo discurso” (CAREL; DUCROT, 2005, p. 24), ou como ele mesmo explica: “[...] Nenhuma estrutura é, pois, definível antes do discurso” (DUCROT, 1984, p. 378). Afinal, “só o discurso é, portanto, doador de sentido” (DUCROT,

2002, p. 7), porque a TBS é senão uma “teoria discursiva do sentido” (DUCROT, 2002, p. 10). E nosso trabalho, cremos, chama a atenção para futuros trabalhos com este teor discursivo capaz de melhor significar a língua.

No terceiro capítulo analítico, intitulado “análise semântico-histórica do paradoxo”, visitamos a interessante e pertinente Teoria Histórica da Enunciação, criada por Guimarães, segundo o arcabouço da ANL e da ADB, pelo menos. Esta visita foi importante para proporcionar relações ricas no tocante à noção de *espaço de enunciação*, e *relação entre línguas*. A primeira nos foi útil para entender “o paradoxo no espaço do dicionário” enquanto especificidade pelas determinações e regularidades dos espaços dicionarísticos em que é enunciado. Elencamos algumas dezenas destes espaços: cada um produz, diferentemente, sentidos para o termo paradoxo. Secundariamente, esta visita à SHE nos proporcionou poder estudar duas noções de extrema importância nos estudos da linguagem, ainda trabalhadas de forma bem rudimentar pela TBS: a *política de línguas* e a *política linguística*. As duas propiciam relações entre “significância/tipologia de língua” (francês, inglês, italiano, português etc), onde a primeira permite estudar a observação da relação “língua-x/seu modo e situação de uso”, e a segunda permite estudos que observam a relação “língua-x/administração desta língua”. Uma das muitas conclusões pertinentes foi observar, por estas duas noções, a relação grego/paradoxo, e persa/paradoxo. Na primeira, levando em consideração os cerca de cinquenta dicionários aqui consultados, concluímos que a definição do paradoxo enquanto origem grega expressa o significado da língua grega enquanto língua da intelectualidade, que expressa validade e respeito à definição (não importa o que se diga: se se menciona ali grego ou latim, portanto é digno de respeito). Vimos que a maioria dos dicionários seguem esta estratégia enunciativa, desvelando também um significado de dicionário enquanto um “modo de dicionarizar, portanto, mencionar grego e/ou latim”; Na relação persa/paradoxo, pudemos notar exemplarmente um episódio de política linguística, onde a administração da língua persa proíbe enunciar palavras com letra “p”, regularidade que conduz à criação/enunciação de outras estruturas que carregam o significado de paradoxo. Trata-se de um significar sem dizer, ou dizer (re)significando.

No último capítulo analítico, intitulado “análise do paradoxo semântico a partir da anterioridade argumentativa”, pretendemos, de modo tímido e inicial – diante da carência de trabalhos sobre esta proposta – pensar os primórdios de uma discussão que se debruce sobre a relação “anterioridade/TBS”, entendendo por anterioridade argumentativa todo um movimento metodológico de mobilizar significações/sentidos anteriores à significância em

foco. Para arrazoar este capítulo, valemo-nos principalmente de estudos de Carel, Ducrot e Auroux, neste sentido. Colocamos em primeiro plano o arcabouço teórico da TBS aventando possibilidades de aplicações de anterioridades argumentativas, ao longo tanto de seu primeiro momento, quanto do momento radical da TBS.

Tomamos a anterioridade enquanto um horizonte de retrospectão só acessível linguisticamente, o que nos levou a expressar alguns dos seus seguintes significados: o passado significativo é não-transparente, e por isso interpretável, e operável linguisticamente enquanto metodologia de anterioridade A – B. Nossa hipótese foi fazer ver que este passado (A), anterior à estrutura em foco (B), é uma marca técnica para localizar tanto significações anteriores na língua ou extra-língua (se quisermos entender este movimento como extra-língua): “Consideramos tanto mais significativo que se conclua a necessidade de ter em consideração fatores habitualmente ditos ‘extra-linguísticos’” (DUCROT, 1980, p. 93, tradução nossa)²⁴⁴.

Como uma das possíveis conclusões – mesmo cientes de que este capítulo merece atenção e trabalhos futuros – sugerimos a noção já citada da *anterioridade argumentativa* para expressar a dinâmica deste procedimento da TBS de [A anteposto – B posto].

O que colocamos é que, neste quadro, a pertinência deste capítulo foi também mostrar que a mobilização de um antes é possível, e às vezes, necessário, na TBS, e metodologicamente efetivado pela ou na língua (como esta teoria entende estas relações), e nossa hipótese, que cremos desenvolvida, foi mostrar que esta anterioridade, por relação de um passado significativo, é naturalmente possível na TBS, desde que metodologicamente coerente com seu arcabouço.

Finalmente, no tocante às discussões metateóricas ao longo desta pesquisa, inicial nas relações que coloca, é possível concluir como a TBS vem recentemente demonstrando interesse para questões intermediárias e sobrepostas, dentre outros nomes que possa levar este(s) fenômeno(s) semântico(s), facilmente detectáveis nos acervos consultados aqui. Isto nos leva a concluir que a evolução teórica da TBS – ainda em desenvolvimento – parece tender antes para a abrangência de fenômenos que para a delimitação e secção dos mesmos. Esta tendência é tangente tanto nas discussões heurísticas e investigativas da/na TBS, quanto nas suas propriedades ontológicas.

²⁴⁴ Do original : « On trouvera d’autant plus significatif qu’il conclue à la nécessité de prendre en considération des facteurs habituellement dits < extra-linguistics > » ((DUCROT, 1980, p. 93).

Com as posturas e conclusões aqui assumidas e levantadas, esperamos que nossa pesquisa possa servir de base inicial para estudos posteriores, mais sérios e mais competentes que este, dos quais a averiguação de nossas hipóteses (o paradoxo semântico e o cubo argumentativo, pelo menos) possa servir como um princípio tímido, mas capaz de enriquecer as investigações sobre o paradoxo, de modo especial na Linguística, possibilitando um debate político-teórico importante nas relações aqui propostas, mas raramente efetivado.

REFERÊNCIAS

Referencial da Teoria dos Blocos Semânticos

ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. *L'argumentation dans la langue*. Bruxelles: Mardaga, 1983.

CAREL, Marion. Pourtant : Argumentation by exception. In: *Journal of Pragmatics*, v. 24, Elsevier Science, 1995, p. 176 – 188.

_____. *L'entrelacement argumentatif: lexique, discours et blocs sémantiques*. Paris : Honoré Champion, 2011a.

_____. Análise semântica e análise textual. Tradução de Telisa Furlanetto Graeff. In: *Revista do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*, v. 7, n2, 2011b, p. 184 – 197.

_____. A polifonia linguística. Tradução de Leci Borges Barbisan. In: *Letras de Hoje*. V.46, No. 1. Porto Alegre: PUC, 2011c, p. 27-36.

_____. Narrativa e persuasão em Claude Gueux de Victor Hugo. Tradução de Telisa Furlanetto Graeff. In: *Revista do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*. v. 8, n.2, 2012a, p. 11 – 25.

_____. Introduction. In : CAREL, Marion. *Argumentation et Polyphonie : de Saint-Augustin à Robet-Grillet*. Paris : Harmattan, 2012b.

_____. *Tu seras un homme, mon fils*. Un prologement de la doxa : le paradoxe. Inédito, 2013.

_____. *Argumentation et temporalité: l'exemple de quand*. Inédito. Paris : Inalco, 2014a.

CAREL, Marion ; DUCROT, Oswald. Le problème du paradoxe dans une sémantique argumentative. In : *Langue Française*. V. 123. Paris : Persée, 1999a, p. 6-26.

_____. Les propriétés linguistiques du paradoxe : paradoxe et négation. In : *Langue Française*. V. 123. Paris : Persee, 1999b, p. 27-40.

_____. *La semántica argumentativa: una introducción a la teoría de los bloques semánticos*. Buenos Aires: Colihue, 2005.

_____. Descrição argumentativa e descrição polifônica: o caso da negação. Tradução de Leci Borges Barbisan. In: *Letras de Hoje*. V. 43, n. 1. Porto Alegre : PUC, 2008, p. 7-18.

_____. Atualização da polifonia. Tradução: Leci Borges Barbisan. In: *Desenredo*. V.6, No 1, Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2010, p. 9-21.

_____. *Temporalité, Argumentation et Récit: la théorie des blocs sémantiques*. Inédito. Paris : École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2014a.

_____. Pour une analyse argumentative globale du sens. In : *Arena Romanistica*. Bergen: University of Bergen. V. 1, 2014b, p. 72 – 89.

CAREL, Marion; MACHADO, Julio Cesar. *Debate sobre a Teoria dos Blocos Semânticos e a Semântica do Acontecimento*. Inédito, 2015.

DUCROT, Oswald. *Qu'est-ce que le structuralisme? Le Structuralisme en linguistique*. Paris : Éditions du Seuil, 1968.

_____. *Dire et ne pas dire*. Principes de sémantique linguistique. Paris : Hermann, 1972a.

_____. Estruturalismo e Enunciação. In: *Dizer não dizer: princípios de semântica lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1972b, p. 291 – 317.

_____. *La preuve et le dire: langage et logique*. Paris : Maison Mame, 1973.

_____. *Les mots du discours*. Paris: Les Éditions de minuit, 1980a.

_____. *Les échelles argumentatives*. Paris: Les Éditions de minuit, 1980b.

_____. Enunciação. In: ROMANO, Ruggiero. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: IN-CM, 1984, p. 368 – 476.

_____. *O dizer e o dito*. Revisão técnica da tradução: Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.

_____. *Logique, Structure, énonciation*. Paris : Les Éditions de minuit, 1989a.

_____. Argumentação e “Topoi” argumentativos. In: GUIMARÃES, Eduardo. *História e Sentido na Linguagem*. Campinas: Pontes, 1989b, p. 13 – 38.

_____. Topoi et formes topiques. In: *Bulletin d'études de linguistique française*. Tokyo : Université de Tokyo, 1989c, 1-15.

_____. *Polifonia y Argumentación* : Conferencias del seminario Teoría de la Argumentación y Análisis del Discurso. Cali: Universidad del Valle, 1990.

_____. Les modificateurs déréalisants. In: MEY *et al.* *Journal of Pragmatics*. V. 24. New York: Elsevier, 1995, p. 145-165.

_____. Os Topoi na “Teoria da Argumentação na Língua”. In: *Revista Brasileira de Letras*. V.1, n1, São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 1999a, p. 1 – 11.

_____. Sémantique Linguistique et Analyse de Textes. In : MICHAUX, Henri. *Littérature*. No 115, Paris : Persee, 1999b, p. 104 – 125.

_____. Os intenalizadores. In: *Letras de hoje*. v. 37. Porto Alegre: PUCRS, 2002, p. 7 – 26.

_____. Argumentação retórica e argumentação linguística. In: *Letras de Hoje*. v. 44, Porto Alegre: PUCRS, 2009, p. 20 – 25.

_____. *Les risques du discours: Rencontres avec Oswald Ducrot*. Paris : Éditions Lambert-Lucas, 2013.

Referencial da Semântica Histórica da Enunciação

GUIMARÃES, Eduardo. *Política de Línguas na América Latina*. Campinas: CEFIEL/UNICAMP, 1997. Disponível em <[www.iel.unicamp.br/cefiel/alfaletras/biblioteca_professor/arquivos/42Politica de Linguas na America Latina.pdf](http://www.iel.unicamp.br/cefiel/alfaletras/biblioteca_professor/arquivos/42Politica%20de%20Linguas%20na%20America%20Latina.pdf)>. Acesso em 10 out. 2010.

_____. *Semântica do Acontecimento*. Campinas: Pontes, 2005.

_____. *Texto e argumentação*. Campinas: Pontes, 2007a.

_____. Domínio semântico de determinação. In: GUIMARÃES, E. e MOLLICA, M. C. (Org.). *A palavra: forma e sentido*. Campinas: Pontes e RG, 2007b, p. 77-96.

_____. A enumeração: funcionamento enunciativo e sentido. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v.1, n. 51. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009, p. 49-68.

_____. *Análise de Texto: Procedimentos, Análises, Ensino*. Campinas: Pontes, 2011.

MACHADO, J. C. Corrupção, Língua Erudita e História: uma análise semântica discursiva a partir do Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios”. *Estudos Linguísticos*. v. 39, n. 1, p. 286-299, São Paulo: GEL, 2010b. Disponível em: <www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/39/v2/EL_V39N1_22.pdf>.

_____; SANTOS, J. R. O EMO por uma perspectiva discursiva e enunciativa: enunciado, identidade e sujeito. In: Grupo de Estudos dos Gêneros do Discurso – GEGE. *Pensares Bakhtinianos: escritos impertinentes*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2010c, p. 125-139.

_____. Contribuições da teoria da agitação para os estudos enunciativos: um estudo designativo do Relatório da CPMI do “mensalão”. In: *RevLet – Revista Virtual de Letras*, v. 03, nº 01, Jataí: Universidade Federal de Goiás, 2011, p. 69-88.

_____. Ilegalidade legal e legalidade ilegal: um estudo enunciativo de inseparabilidade semântica. In: MACHADO, J. C.; SANTOS, J. R. *Linguagem e Discurso: reflexões contemporâneas*. São Carlos: Pedro e João, 2012a, p. 145-159.

_____. Um Estudo de Política de Língua no Ciberespaço: Abordagens para significar e ensinar línguas. In: *Abehache: Associação Brasileira de Hispanistas*, No 2, USP, 2012b, p. 241-258.

Referencial sobre a Análise de Discurso Brasileira

ORLANDI, E.; SOUZA, C.C. A Língua Imaginária e a Língua Fluída: dois métodos de trabalho com a linguagem. In: ORLANDI, E. O. *Política Lingüística na América Latina*. Campinas: Pontes, 1988.

_____. Discurso e argumentação: um observatório do político. *Fórum Lingüístico*. Santa Catarina: UFSC, 1998, n.1, p. 73-81.

_____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas: Pontes, 2006.

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Campinas: Pontes, 2007b.

_____. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2007c.

_____. *Língua brasileira e outras histórias*. Discurso sobre a língua e ensino no Brasil. Campinas: RG, 2009.

Referencial sobre a Lógica

CHIERCHIA, Gennaro. *Semântica*. Revisão técnica da tradução de Rodolfo Ilari. Campinas : Unicamp, 2003.

FREGE, Gottlob. Sobre o sentido e a referência. In: *Lógica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1978, p. 59-86.

GRICE, Herbert Paul. Logic and Conversation. In COLE *et al*: *Syntax and Semantics 3: Speech arts*. California: Elsevier, 1975, p. 41 – 58.

MORTARI, Cezar A. *Introdução à Lógica*. São Paulo: Unesp, 2001.

RUSSELL, Bertrand. Mathematical Logic as Based on the Theory of Types. In: *American Journal of Mathematics*. Vol. 30, No. 3. Johns Hopkins: Baltimore, 1908, p. 222-262.

Referencial de pesquisas sobre dicionários

DIAS, L. F.; BEZERRA, M. A. Gramática e Dicionário. In: GUIMARÃES, E.; ZOPPI-FONTANA, M. *A palavra e a frase*. Campinas: Pontes, 2006, p. 11-38.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Os dicionários na contemporaneidade: arquitetura, métodos e técnicas. IN: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri. *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: UFMS, 1998, p. 129-142.

MAZIÈRE, Francine. Le dictionnaire deshabillé par ses préfaces. In : MOURAY, Marie-Madaleine; WACQUIER, Françoise. *Lexique et Institutions*. Lille : Presses Universitaires de Lille, 1985, p. 33-46.

NUNES, José Horta. Dicionarização no Brasil: condições e processos. In: NUNES, José Horta; PETTER, Margarida. *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas, 2002, p. 99-119.

_____. *Dicionários no Brasil: Análise e História do século XVI ao XIX*. Campinas: Pontes, 2006.

VERDELHO, Telmo. Dicionários portugueses, breve história. In: NUNES, José Horta; PETTER, Margarida. *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas, 2002, p. 15-64.

Referencial de teses consultadas

DELANOY, Cláudio Primo. *Atitudes do locutor no discurso na perspectiva da teoria da argumentação na língua*. Porto Alegre, 154p. Tese de Doutorado – Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, 2012.

MACHADO, J. C. *Uma análise designativa em fronteiras enunciativas: a corrupção pelo prisma da semântica histórica da enunciação*. São Carlos. 219 f. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós Graduação em Letras, Universidade Federal de São Carlos, 2010a.

PINTO, Beatriz Virgínia Camarinha Castilho. *Entre a voz e a letra: a argumentação nos resumos dos depoimentos judiciais*. Campinas, 236p. Dissertação de Mestrado – Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas, 2008.

SILVA, Adilson Ventura. *A Poesia em Ducrot*. Dissertação de Mestrado. Campinas, 91p. Dissertação de Mestrado – Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas, 2006.

SANTOS, Jorge Viana. *Liberdade na escravidão: uma abordagem semântica do conceito de liberdade em cartas de alforria*. Campinas, 274p. Tese de Doutorado – Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas, 2008.

Referencial sobre História das Ideias Linguísticas

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução: Eni P. Orlandi. Campinas: Unicamp, 2001.

_____. *Histoire des Idées Linguistiques*. Tome I. Liège-Bruxelles: Pierre Mardaga, 1989.

_____. Língua e hiperlíngua. In: *Línguas e instrumentos lingüísticos* n. 1, jan/jun. Campinas: Pontes, 17-30, 1998.

_____. *A historicidade das ciências*. Tradução: Mariângela Peccioli Gali Joanilho. Campinas: RG, 2008.

Referencial complementar do corpora

BAUM, Lyman Frank. *O mágico de Oz*. Tradução de Wiliam Lagos. Porto Alegre : L&PM, 2011.

CAMÕES, Luís Vaz de. *Sonetos*. Sintra: Europa-América, 1975, p. 181.

LONGO, Leila. *Linguagem e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

ORWEL, George. *1984*. Tradução de Alexandre Hubner e Heloisa Jahn. São Paulo: Schwarcz S. A., 2014.

Referencial geral

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado* : nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

BENVENISTE, Émile. *Problèmes de linguistique générale I*. Paris : Gallimard, 1966.

_____. *Problèmes de linguistique générale II*. Paris : Gallimard, 1974.

BLOOMFIELD, Leonard. *Language*. Londres: George Allen & Unwin Street, 1933.

BRÈAL, Michel. *Ensaio de Semântica*. Pontes : Campinas, 2008.

COHEN, Jean. Théorie de la figure. In: *Communications: Recherches Rhétoriques*. No. 16. Paris : Persee Revues Scientifiques, 1970, p. 3-25. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/comm_0588-8018_1970_num_16_1_1226#>. Acesso em 24 fev. 2015.

COURTINE, Jean-Jacques. Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours, à propos du discours communiste adressé aux chrétiens. In: *Langages*, 15e année, n°62. *Analyse du discours politique* [Le discours communiste adressé aux chrétiens], 1981, p. 9 –128.

DEBAJIT DEB, M. Phil. Meaning in rongmei. In: *International Journal of Linguistics*. Las Vegas: Macrothink Institute, 2012, p. 24 – 35.

FOUCAULT, Michel. *L'archéologie du savoir*. Mesnil-sur-l'Estrée: Gallimard, 1969.

_____. *A ordem do discurso*. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2009.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood; HASAN, Ruqaiya. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976.

KRISTEVA, Julia. *Introdução à Semanálise*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

LANDHEER, Ronald; Le paradoxe: um mécanisme de bascule. In: LANDHEER, Ronald; SMITH, Paul. *Le paradoxe en linguistique et en littérature*. Genève: Droz, 1996, p. 91-116.

LOPES, Ivã Carlos; PIETROFORTE, Antonio Vicente Seraphim. A semântica lexical. In: FIORIN, José Luiz. *Introdução à Linguística II: Princípios de análises*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 111 – 135.

LYONS, John. *Lingua(gem) e Linguística*. Uma introdução. Tradução: Marilda Winkler Averburg. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

NORMAND, Claudine. *Saussure*. Traduzido por Ana de Alencar e Marcelo Diniz. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PÊCHEUX, Michel. *Sur l'Histoire des Sciences*. Paris : François Maspero, 1969.

_____. *Les vérités de la palice: linguistique, sémantique et philosophie*. Paris: François Maspero, 1975.

PLANTIN, Christian. *A argumentação*. Trad. Rui Alexandre Grácio e Martina Matozzi. Portugal, Coimbra: Grácio, 1996.

RANCIÈRE, J. *Os nomes da história*. Tradução de Eduardo R. J. Guimarães e Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 1994.

_____. *La Méésentente*. Politique et philosophie. Paris: Galilée, 1995.

RASTIER, François. Le sens du paradoxe. In: LANDHEER, Ronald; SMITH, Paul. *Le paradoxe en linguistique et en littérature*. Genève: Droz, 1996, p. 117-147. Disponível em: <http://www.revue-texto.net/Inedits/Rastier/Rastier_Chamfort.html> Acesso em 24 fev. 2015.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Linguística Geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blickstein. São Paulo: Cultrix, 2006.

VEYNE, P. *Como se escreve a história*. Tradução de Antonio José da Silva Moreira. Lisboa: Edições 70, 1971.

WOŁOWSKA, Katarzyna. Définir le paradoxe : de la logique a la linguistique. In : *Studia Romanica Posnaniensia*. Vol. 32. Poznań: Adam Mickiewicz University Press, 2005, p. 97-112. Disponível em: <www/10_Katarzyna_Wolowska_Definir_le_paradoxe_97-112.PDF> Acesso em 24 fev. 2015.

_____. *Le Paradoxe en langue et en discours*. Paris: l'Harmattan, 2008.

Referencial de dicionários consultados

WIKI. Παράδοξ. In: *Αλγεβρα высказываний и предикатов* Ed. 2013. Disponível em <http://wiki.lik590.ru/doku.php/tema:tavtologii_sillogizmy_i_paradoksy#paradoks>. Acesso em 01 out. 2014.

Γ. Μπαμπινιώτης, *Λεξικό της Νέας Ελληνικής Γλώσσας*, Κέντρο Λεξικολογίας, Αθήνα, 1998, s. p.

Τεγόπουλος-Φυτράκης, *Ελληνικό Λεξικό (Ορθογραφικό, Ερμηνευτικό, Ετυμολογικό, Συνώνυμα, Αντίθετα, Κύρια Ονόματα)*, Αρμονία, Αθήνα, 1991, σελ. 568

松村明; 山口明穂; 和田利政. *国語辞典*. 東京都新宿区横寺町 5 5 : 旺文社, 2005, p. 1171.

تضاد: ضد یکدیگر بودن. مخالف هم بودن. ناسازگاری. دشمنی. دو مفهوم که اجتماع آنها در یکجا ممکن نباشد تضاد دارند مثل سیاه و سفید

ALLEN, R. E. *Harrap's Chambers Encyclopedic English Dictionary*. Scotland: Chambers Harrap, 1994, p. 934.

BOIRAC, E. Paradoxe. In : *La Grande Encyclopedia : inventaire raisonné des sciences, des lettres et des arts*. M. Berthelot (organisateur). Tome vingt-cinquième : Nord – Part. Paris: Larousse, 1902, p. 1009 – 1010.

BOONE, Annie; JOLY André. *Dictionnaire Terminologique de La Systématique du Langage*. Paris : L'Harmattan, 1996.

BROKHAUS, Friedrich Arnold. *Brokhaus Enzyklopädie: in zwanzig bänden*. Siebzehnte. Vierzehnter Band – OST – POQ. Leipzig: F. A. Brokhaus Wiesbaden, 1972, p. 219.

CAMBRIDGE. Press Syndicate of University of. *Cambridge: International Dictionary of English*. New York: Bath Press, 1995, p. 1024.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. Coordenação da tradução: Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2006.

CHAZAUD, Henri Bertaud Du. *Dictionnaire de synonymes et contraires*. Montréal : Dicorobert, 1992, p. 512.

DION, Robert. Paradoxe. In : ARON, Paul ; SAINT-JACQUES, Denis ; VIALA, Alain. *Le Dictionnaire du Littéraire*. Paris : Presses Universitaires de France, 2002, p. 419 – 420.

DÉTRIE, Catherine ; SIBLOT, Paul ; Bertrand, VÉRINE. *Termes et Concepts pour l'Analyse du Discours : une approche praxématique*. Paris : Honoré Champion, 2001.

DUBOIS, Jean; GIACOMO, Mathée; GUESPIN, Louis; MARCELLESI, Christiane, MARCELLESI, Jean-Baptiste; MÉVEL, Jean-Pierre. *Le Dictionnaire de Linguistique et des Sciences du Langage*. Paris : Larousse, 2012.

DUCROT, Oswald; SCHAEFFER, Jean-Marie. *Nouveau Dictionnaire Encyclopédique des Sciences du Langage*. Paris : Éditions du Seuil, 1995.

DUVAL, Clément ; DUVAL, Raymonde ; RICHER, Jean-Claude. *Dictionnaire de la Chimie et de ses Applications*. 4^e édition. Paris Tec & Doc Editions, 2010.

FRESNE, Carolo du. *Glossarium Mediæ et Infimæ Latinitatis*. Tomo sextus O – Q. Paris: Librairie des Sciences et des Arts, 1938, p. 457.

HOUAISS, Antônio. VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 1636 e 2127.

KOOGAN; Abraão; HOUAISS, Antônio. *Enciclopédia e Dicionário Ilustrado*. Rio de Janeiro: Delta, 1997, p. 1-1730.

LONGHI, Julien ; SARFATI, Georges-Élia. *Dictionnaire de Pragmatique*. Paris : Armand-Colin, 2011, p. 111.

MOUNIN, Georges. *Dictionnaire de la Linguistique*. Paris : Presses Universitaires de France, 1974.

MOESCHLER, Jacques. ;REBOUL, Anne. *Dictionnaire Encyclopédique de Pragmatique*. Paris : Éditions du Seuil, 1994, p. 376 – 452.

NEVEU, Franck. *Dictionnaire des Sciences du Langage*. 2^e édition. Paris : Armand Colin, 2011.

QUEMADA, Gabrielle. *Dictionnaire de termes Nouveaux des Sciences et des Techniques*. Paris : Conseil International de la Langue Française et Agence de Coopération Culturelle et Technique, 1983.

PARKER, John ; STAHEL, Monica. *K Dictionaries: Password*. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 374.

POPA, Marcel de; STĂNCIULESCU, Alexandru; FLORIN-MATEI, Gabriel; TUDOR, Anicuța; ZGĂVĂRDICI, Carmen; CHIRIACESCU, Rodica. *Dictionar enciclopedic*. Bucarest: Editura Enciclopedică, 2009, s.p.

QUEVAUVILLIEURS, Jacques ; FINGERHUT, Abe. *Dictionnaire Médical*. Paris: Masson, 1986, p. 682.

REY, Alan ; TOMI, Marianne ; HORDÉ, Tristan ; TANET, Chantal. *Dictionnaire Historique de langue française*. Paris : Le Robert, 2006, p. 2561.

SADOCK, Benjamin James; SADOCK, Virginia Alcott. *Compêndio de Psiquiatria: Ciência do Comportamento e Psiquiatria Clínica*. Tradução: Claudia Dornelles *et all.* São Paulo: Artmed, 2007, p. 311.

SERRES, Michel ; FAROUKI, Nayla. *Le Trésor : Dictionnaire des Sciences*. 1^{er} tirage. Paris : Flammarion, 1997, 683 – 684.

SOURIAU, Étienne. *Vocabulaire d'Esthétique*. 2^e edition. Paris : Quadrige et Presses Universitaires de France, 1999.

SILVA, Fernando J. da. *Dicionário da língua Portuguesa*. 4^a edição. Porto: Domingos Barreira, 1984, p. 1162.

STOPPELLI, Pasquale. *Il Grande Dizionario Garzanti della lingua italiana*. Milano: Garzanti, 1993, p. 1331-1332.

TORT, Patrick. *Dictionnaire du Darwinisme et de l'Évolution*. Paris : Presses Universitaires de France, Paris.